HISTORIA DO CAFÉ NO BRASIL




DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

AFFONSO DE E. TAUNAY
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

HISTORIA DO CAFÉ NO BRASIL

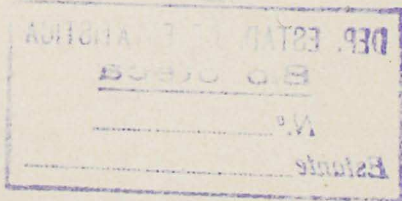
VOLUME DECIMO

NO BRASIL REPUBLICA
1889 — 1906
(TOMO II)



Edição do
DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ
Rio de Janeiro 1941











CAPITULO LI

Palavras da mensagem presidencial em 1904 — Conceitos de Rodrigues Alves sobre a crise cafeeira — As condições geraes da balança commercial em 1904 — Abalo produzido nas praças pela guerra russo japoneza — Os dados da liquidação dos exercicios financeiros de 1900 a 1903 — Politica protecionista do Congresso — A questão dos impostos interestaduaes — Agravação da crise cafeeira — Cotações e stocks — Estatisticas estrangeiras

Apezar da difficuldade com que lutava a lavoura cafeeira eram dignos de apreço os elementos ajuizadores da situação economica do paiz, dizia Rodrigues Alves em sua mensagem presidencial de 1904.

Os algarismos definitivos apresentados pela Repartição Commercial relativos a 1902, davam o seguinte resultado:

Exportação (inclusive a metalica) . . .	736.586:324$000
Importação (inclusive a metalica) . . .	492.822:082$000

Os dados ainda incompletos referentes a 1903 eram:

Exportação (inclusive a metalica) . . .	744.704:836$000
Importação (inclusive a metalica) . . .	498.954:392$000

O movimento geral do commercio exterior tivera em 1903, um augmento de 14.250:822$000 sobre o do anno anterior.

Era de recear diminuisse o valor da exportação, á vista da baixa do café, mas o anno encerrara-se apresentando um excesso de 6.692:153$000 sobre a exportação de mercadorias de 1902. A diminuição no valor do café fôra coberta com abundancia pelos altos preços alcançados pela borracha.

A importação de 1903 tambem apresentava accrescimo de 11.214.408$000 sobre o anno anterior.

A exportação do algodão, cultura recommendada com empenho aos agricultores, excedera a do anno anterior em .....

2.320:000$000, apezar de uma diminuição de 3.901.683 kilogrammas, devida á secca do norte e compensada pelos altos preços alcançados. Augmentara a exportação do manganez e diminuira infelizmente a do assucar e fumo.

Continuava o Banco da Republica a prestar os serviços que lhe permittia a sua constituição. A carteira de cambio procurara manter certa estabiiidade nas taxas, evitando os prejuizos das oscillações bruscas e frequentes, resultado conseguido com vantagem para o credito publico e o commercio. A de descontos fizera o possivel para attender ás necessidades mais urgentes da praça na medida dos seus limitados recursos.

A estabilidade cambial e a cotação elevada dos titulos internos e externos eram indices tranquillisadores, attestando a regularidade da situação o saldo a favor do Thesouro na agencia financeira do Brasil em Londres em março de 1904 de £ 4.400.000, não se comprehendendo nessa importancia os recursos do ultimo emprestimo, destinados ás obras do porto do Rio de Janeiro.

Tratando das condições sob as quaes decorrera 1904 nas praças do Brasil notava o *Jornal do Commercio* em seu Retrospecto que a profunda comoção causada nos grandes mercados financeiros do mundo, no inicio do anno, ao dar-se o rompimento de hostilidades entre a Russia e o Japão, pouco se fizera sentir nas praças brasileiras. As relações commerciaes e financeiras do paiz com as nações belligerantes eram realmente insignificantes. Mas havia por certo o perigo de que a lucta não se circumscrevesse e se generalizasse arrastando os povos amigos ou alliados, convertendo o duello em conflagração geral das grandes potencias. Tal receio produzira nas Bolsas estrangeiras, principalmente nas de Paris e Berlim, immediata baixa das cotações dos titulos da divida publica de todos os Estados.

Este principio de panico fôra logo sustado, desde que resultara a certeza de que os esforços das demais potencias convergiam para impedir a irradiação do conflicto.

Este principio de colapso financeiro servira porém para atestar a confiança renascente no credito do Brasil.

No meio da depreciação geral dos fundos publicos internacionaes, convinha registrar que a dos titulos da divida externa brasileira, fôra no maximo de 3 ½ a 4 %. Dentro de poucos dias haviam voltado ás cotações normaes.

Quanto ao cambio brasileiro para o qual a cessação da paz européa teria sido de funestissimas consequencias, dera-se nos primeiros dias ligeiro estremecimento das taxas, sendo activa

a procura de cambiaes e importante o movimento. Mas a tendencia á baixa cessara pela promptidão com que o Banco da Republica fornecera saques a todos quantos tinham querido compral-os receiosos de maiores complicações.

O Ministerio da Fazenda publicara os balanços definitivos dos seis exercicios de 1894 a 1899 assim discriminados em numeros redondos de contos de réis:

Annos	Receitas	Despezas
1894	270.341	372.750
1895	325.865	344.367
1896	303.410	381.549
1897	303.410	381.549
1898	324.053	787.671
1899	333.104	295.363

Os totaes exactos haviam sido:

Receitas dos 6 exercicios . . .	1.902.989.119:292$000
Despezas dos 6 exercicios	2.568.707.543:657$000
donde um deficit enorme de . . .	665.718.424:365$000

que se devia sobretudo a dois factores: a guerra civil de 1893-1894 e ás differenças cambiaes que em diversos annos haviam sido enormes.

Os balanços provisorios de 1899 a 1903 demonstravam que as receitas verificadas assim se cifravam em contos de réis e numeros redondos.

Em	Ouro	Papel
1900	49.955	263.760
1901	44.174	288.090
1902	43.706	272.619
1903	45.576	266.464

E as despezas

Em	Ouro	Papel
1900	41.892	374.521
1901	44.174	288.090
1902	36.763	236.079
1903	43.192	281.213

Assim os recursos orçamentarios do quatriennio elevaram-se a 183.412:846$223, ouro, e 1.090.935:005$657, papel, e as respectivas despezas a 164.658:935$607 ouro, e 1.181.160:774$749 papel, apurando-se o saldo de Rs...... 18.753:910$616 ouro e o deficit em papel de 90.226:769$982, coberto com o saldo do exercicio de 1899; na importancia de 200.724:348$363.

Explicava o Ministro da Fazenda Dr. Leopoldo de Bulhões: desse estudo resultava a conclusão de que, se a renda em ouro offerecia recursos para attender aos encargos da União a serem satisfeitos nessa especie a renda obtida em papel não chegava para custear as despezas respectivas. Tanto mais digno de nota era este facto, quando se via que a receita papel do exercicio de 1902 era inferior em 15.470:983$835 á do exercicio de 1901 e do exercicio de 1903 inferior de 6.155:080$504 á de 1902.

Significava isto que esta fração da renda orçamentaria tendia a diminuir, de anno para anno, exigindo do Congresso a maior solicitude o exame deste assunto, de modo a se estabelecer o seu equilibrio com as despezas que lhe correspondiam.

Continuava o Congresso Nacional com a sua politica protecionista.

As finanças do paiz não admittiam porém a supressão de nenhuma das fontes de receitas, enumeradas na proposta. Por outro lado, a agravação de qualquer delas daria certamente resultado negativo.

Desde 1896 entendera o Congresso Nacional dever taxar pesadamente a entrada de certos productos estrangeiros, com o intuito de proteger a industria nacional; e ainda agora a tendencia era augmentar os impostos de importação, tornando-os quasi prohibitivos com o fito de ficarem os productos nacionaes sem concorrencia na circulação interna.

A Commissão Revisora das Tarifas, a cujos trabalhos presidira o Ministro em 1897, soubera amparar a renda aduaneira, abrira caminho para os direitos em ouro, mantendo as concessões feitas anteriormente ás industrias, respeitando os interesses agremiados á sombra da protecção. A conciliação se impunha a todo os espiritos, e sem ella a obra da Commissão não teria ido ao fim ou seria sacrificada no Congresso.

Pensava o Dr. Bulhões que as condições financeiras do Brasil só permittiam um protecionismo moderado e de taxas compensadoras.



A União vivia principalmente dos impostos indirectos, constituidos, na sua maior parte, pelos direitos alfandegarios, cuja percepção representava 60 % dos fundos orçamentarios.

A agravação das taxas tarifarias traria como consequencia a diminuição da respectiva renda, não compensada pelos impostos internos a que estavam sujeitos os artigos de produção nacional.

Além disto, a proteção que se entendera dispensar ás industrias não se detinha ahi exigindo maiores sacrificios da União.

Se, por um lado, difficultara-se a entrada dos artefactos estrangeiros com similares no paiz, por outro se haviam reduzido as taxas das materias primas, ampliando-se as isenções de direitos agravando-se o desfalque da renda das Alfandegas.

De proteção immoderada prodigalizada á industria nacional nem esta propria colhera os beneficios esperados.

Uma vez collocado o producto nacional em condições superiores ás do similar estrangeiro, o que se observava era a decadencia da industria monopolisadora. Não temendo concorrencia alguma entrava a descurar da perfeição do artigo, o qual ia sendo, pouco a pouco, rejeitado pelo consumidor.

O monopolio nas industrias tornava-se deste modo não sómente nocivo ás mesmas, como prejudicial ao consumidor, o qual podendo obter artigos aperfeiçoados, e por preço razoavel, de manufactura estrangeira, só os recebia de qualidade inferior, e mais caros, da industria indigena.

Affirmava o ministro que a tarifa em vigor nas Alfandegas, mandada executar pelo decreto de 19 de março de 1900, já dispensava a industria nacional a proteção de que carecia para se manter. Não convinha alteral-a.

As taxas que gravavam o assucar estrangeiro, os tecidos, as velas stearinas, os chapéos, o calçado, os phosphoros, as massas alimenticias, os laticinios, as especialidades pharmaceuticas, a perfumaria, a cerveja, os moveis, as madeiras, os cereaes, etc. mostravam-se perfeitamente capazes de garantir o exito das industrias brasileiras com vida propria.

Com perfeito criterio lembrava o ministro que ir além era entrar no funesto regimem prohibitivo, com evidente sacrificio para o povo e o Governo da União, cujas difficuldades financeiras reagiriam profundamente na vida do commercio, da lavoura e até das proprias industrias.

A maior proteção que estas podiam desejar dependia dos Estados, quanto aos impostos de exportação.

A reducção de taes direitos e a liberdade do intercambio estadual, já traduzida em lei, constituiam os elementos de que carecia o trabalho industrial para o seu desenvolvimento e prosperidade.

Restariam a esse trabalho os embaraços creados pela deficiencia dos meios de transporte, mas estes poderiam ser removidos sem prejuiso para as rendas publicas.

Alegavam os defensores do systema prohibitivo que aquilo que a União perdia na importação, ganhava nas rendas internas, pelo augmento da produção e do consumo de artefactos da industria indigena.

Laboravam porém em puro engano. Para que tal principio fosse verdadeiro era necessario que sempre que a renda de importação diminuisse, a do consumo interno augmentasse de quantia correspondente. Ora o contrario disto vinha a ser o que se observava, comparando neste ponto, a receita dos exercicios de 1902 e 1903.

Os direitos de importação, já escripturados, haviam produzido em 1902 menos 18.271 contos de réis do que no anno seguinte.

E os impostos de consumo, 10.401 contos menos em 1903 do que em 1902.

O que se perdia, pois, com o retrahimento da importação estrangeira, pelo facto da agravação das taxas de entrada e da isenção de direitos com que se procurava favorecer a industria nacional, não era de modo algum compensado pela renda que a União auferia dessa industria.

Na America do Norte, onde o protecionismo não significava prohibição, as rendas do Thesouro, em vez de diminuir offereciam consideravel augmento.

Queixava-se o ministro de que se tornasse necessaria a constante e calorosa defesa das rendas da União.

Outra causa de continuos aborrecimentos provinha da occorrencia relativa aos chamados *Impostos Interestaduaes,* tantas vezes condemnados em especie, por inconstitucionaes pelo mais alto Tribunal do paiz e sempre renovadas, graças á desobediencia dos Estados que porfiavam em os manter apezar da legislação em contrario sobretudo do decreto de 11 de junho de 1904 declarando livre de quaesquer impostos da União ou dos Estados e Municipios o intercurso das mercadorias nacionaes ou extrangeiras, quando objecto de commercio dos Estados entre si e com o Districto Federal.

Mandara Leopoldo de Bulhões, abrir inquerito sobre a situação financeira dos Estados. Dahi haviam resultado inte-

ressantes deducções muito embora o relatorio official reconhecesse a deficiencia do documento por causa das falhas estatisticas.

A crise em que se debatiam os Estados as perturbações financeiras que os affligiam tinham a causa nas emissões de papel-moeda. Desvalorisadoras do meio circulante haviam apparentemente elevado os preços, estimulando desordenadamente a producção e fazendo crescer as rendas publicas estaduaes de modo anormal.

A superprodução determinara a baixa dos preços do principal producto da agricultura nacional o café, baixa que infelizmente coincidira e fôra agravada pela elevação do curso do papel criando angustiosa situação para os Estados, que hauriam os principaes recursos nos direitos de exportação.

Em S. Paulo a producção do café de 2.000.000 saccas em 1890-1891, elevara-se a 5.000.000 em 1896-1897, a 6.000.000 de 1897 a 1898 e a 10.000.000 em 1900-1901! O orçamento da receita do Estado de 6.000:000$000 em 1890 elevara-se a 46.000:000$000 em 1897 quando o agio do ouro attingira 350 por cento.

Minas Geraes passara a arrecadar de 5.000 contos em 1890 20.000 em 1897; o Rio de Janeiro em igual periodo de 4 a 16.000 contos de réis.

Os serviços de caracter permanente tiveram como era natural, desenvolvimento correspondente á abundancia dos recursos, as despezas augmentaram e excedendo ás receitas effectivas. A crise surgira mais cedo do que se podia prever, estendendo-se a todos os Estados e deixando alguns em situação tão precaria que só com esforço prolongado e muitos sacrificios se poderiam elles levantar.

Apezar da deficiencia dos elementos colhidos verificava-se que em numeros redondos as cifras orçamentarias das diversas circumscripções apontavam para 1902.

	Contos de réis
Receitas arrecadadas . . .	152.000
Despezas effectuadas. . .	182.000

Donde um deficit de 30.000 contos de réis pelo qual eram sobretudo responsaveis a zona cafeeira e a da borracha. Assim cabiam:

	Contos de réis
Ao Rio de Janeiro . . .	11.750
A S. Paulo	3.264
A Minas Geraes	2.890
Ao Pará	1.807
Ao Amazonas	3.521

Mas é que a administração destes Estados vivia quasi exclusivamente dos impostos de exportação cujos coeficientes vinham a ser

	Por cento do orçamento
No Amazonas	95
No Pará	80
No Espirito Santo	75
Em S. Paulo	68
Em Minas Geraes	62
No Rio de Janeiro	61

Concluindo observava o provecto financista ser positivo que este regimen financeiro vicioso attenuara os rigores da crise por que passava a producção do café, que não resistiria aos impostos de exportação, se elles, em vez de se cobrarem *ad valorem*, fossem fixos ou especificos.

O antagonismo entre os regimens tributarios e os interesses da União e dos Estados era mais aparente do que real, porque se a alta do cambio melhorava a situação daquella e fazia baixar o preço, em papel, dos produtos, a valorização do meio circulante compensava a differença, determinando igual baixa no custo da producção.

Não era pois, exacto que o melhoramento do meio circulante fosse incompativel com a prosperidade dos Estados, que viviam da exportação dos seus produtos. Prejudicial lhes era como á União, a instabilidade do valor da moeda, cumpria aos poderes publicos empregar todos os esforços para resolver os gravissimos problema de sua fixidez de que dependiam os mais caros interesses nacionaes.

A politica do resgate do papel-moeda que, no regimem do *funding* fôra possivel iniciar e devia ser continuada desde que o permittissem as condições do thesouro, conduziria certamente o paiz a este resultado.

O total geral das dividas internas, externa e fluctuante em 1902 vinha a ser o seguinte:

	Interna	Externa		Fluctuante
Est. . .	154.940:477$	lb. 8.852.564 ou	171.651:285$	77.395:999$
União .	598.743:287$	lb. 65.918.121 ou	1.318.372:415$	180.408:805$

Donde se via que os encargos totaes do Brasil assim se discriminavam:

Divida interna fundada	753.683:764$
Divida externa fundada	1.318.362:419$
Divida fluctuante	180.408:805$
Total geral	2.501.503:272$
ou fossem pelo cambio do dia £	125.075.163

Alludindo ao regimem da excepção sob o qual vivia o Banco da Republica do Brasil recordava o retrospectista do *Jornal do Commercio*: que a instituição de credito continuava a funccionar, em virtude da lei n. 689, de 20 de setembro de 1900, promulgada em momento afflictivo, com o unico fim de minorar quanto possivel, os terriveis effeitos da crise bancaria declarada em principios de setembro daquelle anno. Já lá iam mais de quatro annos e como os animos estivessem mais confiantes no futuro, parecia ser desejo geral alterar a lei de excepção sob a qual vivia o Banco da Republica.

Entretanto, não dependia a reorganização exclusivamente da vontade dos poderes publicos. Para que se realisasse sobre bases solidas, era indispensavel o concurso dos capitaes, e estes appareceriam desde o momento em que o accionista escolhesse a sua administração, muito embora permanecesse a cargo do Governo a direção das operações de cambio.

Referindo-se ao movimento do café no ultimo quinquiennio, trazia o *Jornal do Commercio* o seguinte quadro para o Rio de Janeiro (em saccas de sessenta kilos).

Entradas:

2.822.272	4.839.358	4.323.176	4.328.149	2.908.478

Sahidas:

2.892.966	4.761.224	4.185.959	4.355.550	3.114.635

Em Santos muito maiores haviam sido as entradas como desde muito acontecia:

Em 1901	9.596.817
Em 1902	9.801.510
Em 1903	7.873.803
Em 1904	7.150.814

Notava-se portanto diminuição na producção paulista ao passo que os cafés escoados pela Guanabara se mantinham menos desnivelados. Os stocks assim os calculava prestigiosa firma G. Duuring a Zoon de Rotterdam (em toneladas).

A 1.° de julho de 1899	Estados Unidos.	77.411	305.410
	Europa	228.000	
A 30 de junho de 1900	Estados Unidos.	54.531	293.801
	Europa	239.450	
A 1.° de julho de 1900	Estados Unidos.	54.351	293.801
	Europa	239.450	
A 30 de junho de 1901	Estados Unidos.	70.352	313.902
	Europa	243.550	
A 1.° de julho de 1901	Estados Unidos.	70.352	313.902
	Europa	243.550	
A 30 de junho de 1902	Estados Unidos.	143.411	524.211
	Europa	380.800	
A 1.° de julho de 1902	Estados Unidos.	143.411	524.211
	Europa	380.800	
A 30 de junho de 1903	Estados Unidos.	144.820	578.070
	Europa	433.250	
A 1.° de julho de 1903	Estados Unidos.	144.820	578.070
	Europa	433.750	
A 30 de junho de 1904	Estados Unidos.	178.760	632.290
	Europa	453.530	

Assim no quinquiennio constantemente se avolumara o stock do disponivel a ponto de dobrar!

	Toneladas
A 1.º de julho de 1900 . .	305.410
A 1.º de julho de 1901 . .	293.801
A 1.º de julho de 1902 . .	313.902
A 1.º de julho de 1903 . .	578.070!
A 1.º de julho de 1904 . .	632.290!!

O suprimento visivel do mundo era calculado pelos mesmos senhores a 31 de dezembro de 1904 em 825.330 toneladas, contra 821.680 ditas em 31 de dezembro de 1903, ou cerca de 13.750.000 saccas contra 13.694.000 saccas.

Eram os dados do suprimento visivel em toneladas a 31 de dezembro dos cinco ultimos annos.

1904	1903	1902	1901	1900
825.330	821.680	774.330	641.480	450.570

O calculo das colheitas pelos referidos Srs. Duuring & Zoon em saccas.

	(1904-1905)		(1905-1906)
Rio de Janeiro	2.750.000	4 a	4.250.000
Santos	7.500.000	7 ¼ a	7.500.000
Victoria	350.000		450.000
Bahia	175.000		250.000
	10.775.000		12.200.000

Quanto aos preços, que se poderia esperar em face de tão grande suprimento visivel do mundo?

Queria parecer que a colheita futura era maior do que deveria ser para permittir que as cotações melhorassem.

Haviam sido estes os preços medios e o cambio medio em 1904 no Rio de Janeiro:

Mezes	Preço medio typo 7 por ar.	Cambio medio sobre Londres, aproximado
Janeiro	10$110	12 7/64 d
Fevereiro	9$780	12 17/64 d
Março	7$950	12 1/16 d

Abril	8$470	12	1/8 d
Maio	8$060	12	5/64 d
Junho	8$340	12	1/32 d
Julho	8$730	12	5/64 d
Agosto	9$680	12	1/32 d
Setembro	9$730	12	5/32 d
Outubro	9$510	12	1/64 d
Novembro	9$480	12	13/32 d
Dezembro	9$360	13	1/32 d

Na Camara dos Deputados em 1904, a 10 de agosto, fazia a Commissão de Agricultura e Industrias connexas um historico dos diversos projectos de auxilios á lavoura que lhe haviam sido submettidos ao estudo.

Esta commissão tinha como presidente relator o deputado bahiano Ignacio Tosta, e membros Bulcão Vianna, tambem da Bahia, Rebouças de Carvalho de S. Paulo, Bezerra Fontenelle do Ceará, Christino Cruz do Maranhão, Teixeira Brandão do Rio de Janeiro, Estacio Coimbra de Pernambuco e Joviniano de Carvalho.

Classificava os projectos em trez categorias:

Os que autorisavam medidas de caracter transitorio tendentes á valorisação e ao equilibrio entre a offerta e a procura do café.

Os que autorisavam a fundação de institutos de credito agricola, por meio de cooperativas, com o concurso da iniciativa particular e o auxilio do Estado. Consistiria este no emprestimo directo do Thesouro aos Institutos ou no fornecimento de capital por conta de uma carteira agricola especial do Banco da Republica, reorganizado sobre certas garantias entre as quaes a do juro de 6 % sobre o capital effectivamente realizado durante 30 annos.

Os que estatuiam normas legaes para a formação de cooperativas agricolas de credito, consumo, producção, seguros, etc. que facilitassem a defesa dos interesses agricolas pelos proprios profissionaes da agricultura e industrias ruraes e proporcionassem á iniciativa particular meios de organizar, nos campos, caixas locaes, capazes de fornecer aos associados o capital de movimento, destinado ao custeio das propriedades ruraes.

CAPITULO LII

Atuação da Sociedade Paulista de Agricultura — Apelo do Dr. Augusto C. da Silva Telles a que se estudasse do modo mais minudente a situação do café em face da agravação da crise — Nomeação de uma grande commissão para tal fim — O caso do transporte de café em côco

Em dezembro de 1904 longamente analysou o Dr. Augusto Carlos da Silva Telles perante a Sociedade Paulista de Agricultura e pela imprensa, a situação cafeeira.

Combatendo a inercia que declarava ver em torno de si quando as cotações diariamente baixavam e a Lavoura diariamente decahia realisou em sessão memoravel da Sociedade Paulista uma conferencia em que fundamentou uma indicação sobre a persistente depressão do café, accentuando que debil ou nulla fôra até então a reacção brasileira.

Inextinguivel resignação como que de todos se apossara esperando-se que a crise se resolvesse por si mesma — pelos processos naturaes... como se a apathia e o abandono fossem processos naturaes para debelar uma calamidade.

Depois de diversas considerações disse o illustre conferencista.

— Sendo o Brasil o maior produtor de café, irrecusavel era a preponderancia que devia exercer nos grandes mercados. não só pelo volume de sua produção como tambem pela qualidade, pois cada vez mais se aprimoravam seus variados typos de café. A lavoura brasileira attingira a satisfatoria perfeição nos processos de que dependia a quantidade e a qualidade da producção mas cumpria confessar que nada de efficaz se fizera no tocante ao commercio de café brasileiro.

Assim appellava para a Sociedade Paulista, no sentido de se ventilar uma série de assumptos da maior relevancia, para a economia do paiz como fossem:

O estudo do systema do commercio em pratica no Oriente.



O exame das tentativas feitas para prestigiar a producção brasileira e alargar o consumo cafeeiro.

Os resultados dahi obtidos se em proveito do Brasil si em pura perda de esforços e sacrificios pecuniarios, as medidas a se adoptarem para prestigiar o café brasileiro — estimulando-lhe o consumo nos paizes em que era conhecido e abrindo-lhe novos mercados.

Nomeou a directoria da Sociedade Paulista uma commissão composta do coronel José Paulino Nogueira, Drs. Olavo Egydio de Souza Aranha, Plinio Prado e Raul de Rezende Carvalho para emittir a respeito, afim de oportunamente ser convocada uma assembléa extraordinaria para que se lhe desse a conhecer o que esta commissão concluira do inquerito.

Outra questão na mesma época ventilada foi a da reducção de fretes de café em coco de modo a facilitar aos lavradores que não possuissem machinismos para o beneficiamento do café remettel-o aos engenhos centraes.

Estes fretes gozavam nas estradas de ferro de uma redução de 20 % o que provava a boa vontade das Companhias ferroviarias no sentido de favorecerem com tarifas especiaes este produto da lavoura cafeeira.

Sucedia, porém, que sendo a differença de fretes entre o café em coco e beneficiado de 48 % aquella redução, comquanto parecesse á primeira vista consideravel, ainda assim não permittia ao lavrador utilizal-a tornando-se, portanto, frustoria a vantagem que as estradas de ferro pretendiam fazer aos proprietarios de pequenas fazendas e ás lavouras novas, que não comportavam despezas avultadas com a acquisição e assentamento de machinismos.

O café em coco dava em media quasi cincoenta por cento do descascado e o abatimento da tarifa era apenas de vinte por cento.

D'ahi se seguia que o lavrador que tivesse necessidade de mandar café em coco pagaria para obter uma tonelada de café, limpo, 53$920 réis mais do que aquelle que remettesse o seu produto já beneficiado da fazenda.

Para que o favor não fosse puramente ilusorio, devia-se reduzir a tarifa de modo a ser utilizada; senão seria absolutamente inutil e até prejudicial conserval-a, pois só serviria para prejudicar áquelle que, sem pleno conhecimento dos factos expostos, tentassem a experiencia.

Sobrelevava ponderar que, reduzindo-se 28 % além da redução de 20 % já estabelecida, ou 48 % ao todo, não sofreriam as companhias o menor prejuizo em suas rendas, por

isso que tal abatimento corresponderia exactamente ao frete do café beneficiado.

Dir-se-ia que o volume a exportar seria muito maior mas tal augmento se verificava com muitas outras mercadorias como as madeiras, carvão, cal, telhas e outros materiaes, pedras, cimento que pagavam muito menos ainda.

Nem se objectasse que a sahida de café em coco privava os cafezaes da palha, um dos seus melhores adubos, porquanto, desde que o lavrador o mandasse beneficiar fora da fazenda, fosse onde fosse, si o não vendesse em coco, ficaria sempre privado deste adubo.

Em todo o caso, a reducção só aproveitaria aos lavradores que não pudessem fazer o beneficio na propria fazenda; e com isso absolutamente não soffreriam as companhias ferroviarias que, entretanto, attendendo a tão justa reclamação, concorriam para que os lavradores obtivessem melhor beneficio e consesenguintemente preços mais vantajosos para o fruto do seu trabalho, sem mais se preocuparem com a acquisição de custosos machinismos que a muitos causava a ruina.

E isto no momento em que com a baixa das cotações os punha fora do alcance das posses dos lavradores de pequenos recursos ou empobrecidos.



CAPITULO LIII

O relatorio de Leopoldo de Bulhões em 1905 — A situação financeira nacional — Recusa formal a novas emissões — Projetada fundação do quarto Banco do Brasil — A melhoria sensivel das condições econômicas do paiz — O papel do café no conjuncto de tres circumstancias

Graças ás vantagens do regimento federativo, a pujança de suas forças, ao espirito progressista de seus filhos, á indole de seus operosos habitantes, era de todo lisongeira a situação politica e economica do Estado de S. Paulo, declarava o Presidente Jorge Tibiriçá na mensagem de 7 de abril de 1905. Notava-se nos diversos ramos da administração publica, de par com a maior ordem, a mais completa regularidade.

Continuava, infelizmente ainda, em estado precario a lavoura de café, e se esta resistira, á derrocada dos preços devia-se isto em grande parte á admiravel tenacidade da classe agricola. Haveria de sem duvida melhoral-a o maior escoamento dos produtos, mas isto dependia da propaganda, devidamente auxiliada pelos poderes dos Estados interessados, e diminuição dos direitos de entrada nos paizes consumidores, o que só se poderia obter por meio de tratados de commercio, materia aliás da exclusiva competencia do Governo Federal.

Com o intuito de conhecer as condições economicas dos paizes produtores de café, encarregara o Governo paulista o Dr. Augusto Ramos de percorrer as republicas da America Central, e as do norte da America Meridional, devendo observar as condições da produção, da parte industrial, e os meios de transporte ou de commercio. Do seu relatorio dependia a adopção das medidas a estabelecer em prol da lavoura paulista, que tanto merecia dos poderes publicos, e a cuja sorte estava intimamente ligada a prosperidade economica do Estado de S. Paulo.

Ao mal resultante do excesso da produção do café não se tinham mantido indiferentes aos poderes publicos, cuidando



de remedial-os da fórma mais acertada, e como lhe era permittido agir na solução de tão complexo problema. Os direitos de exportação haviam sido reduzidos de 2 %, e na lei sobre os novos impostos fizera-se exclusão das propriedades e até dos capitaes, empregados pelos bancos e os commissarios, nas transacções relativas á lavoura de café.

Houvera ainda a supressão do imposto de transito, que onerava o café paulista. Alguma redução se poderia conseguir nos fretes das estradas de ferro, si vingasse um systema mais conveniente de tarifas differenciaes.

Continuava em vigor a lei que creara o imposto sobre novas plantações de café, tão justificada, além do mais, pela benefica transformação, que se ia operando na lavoura.

Apesar das garantias, já convertidas em lei, a favor de estabelecimentos de credito agricola, no Estado, nenhuma organisação fora tentada para tal fim, com elementos de seguro exito.

A occasião se afigurava ao Governo propicia para crear-se uma instituição de tal genero, cuja falta das mais sensiveis na classe dos agricultores, a que devia o Estado sua principal fonte de riqueza. Com o credito agricola, tendo, sobretudo, os *warrants* com um dos seus principaes titulos ou instrumentos, não faltariam recursos com que a lavoura se sustentasse, apparelhada para resistir, na justa defesa dos seus produtos.

Comquanto perdurasse ainda, com alguma intensidade, a crise da lavoura, affetando naturalmente a maior fonte da receita orçamentaria, constituida pelos direitos de exportação sobre o café, apresentava a situação financeira do Estado, todavia, evidentes signaes de franca prosperidade.

O encerramento do balanço da receita e despesa accusara a existencia de não pequeno saldo. Em quasi todos os titulos da receita, o resultado da arrecadação excedera às previsões do legislador, sobretudo quanto aos direitos de exportação sobre o café, mau grado da safra de 1904, houvesse restado grande stock, pelo desejo dos interessados de se aproveitarem das vantagens da nova lei, que estabelecia notavel redução naquelles direitos.

No relatorio de 1905 o ministro da Fazenda Dr. Leopoldo de Bulhões declarava que a liquidação definitiva dos balanços de onze exercicios trouxera as seguintes cifras em numeros redondos para a receita da União.



Annos	Papel	Ouro
1894	270.341	—
1895	325.865	—
1896	346.212	—
1897	303.410	—
1898	324.053	—
1899	333.104	—
1900	263.887	49.955
1901	239.284	44.041
1902	266.584	42.904
1903	327.370	45.121
1904	342.728	50.566

E as despezas assim se haviam cifrado:

Annos	Papel	Ouro
1894	372.750	—
1895	344.767	—
1896	386.605	—
1897	381.549	—
1898	787.671	—
1899	295.363	—
1900	372.753	41.892
1901	261.629	40.493
1902	236.458	34.574
1903	291.198	48.324
1904	352.292	48.476

Os totaes exactos dos onze exercicios haviam sido para a receita.

Annos	Ouro	Papel
1894-1904 . . .	232.590:054$845	3.342:698:240$805

E para a despeza:

Annos	Ouro	Papel
1894-1904 . . .	213.761:089$189	4.083.040:708$858

Nos onze exercicios acima, despendera, portanto o Brasil mais do que se arrecadara 740.324:468$053, papel, arreca-

dando mais do que se gastara 18.828:965$656 ouro. Convertendo-se este saldo em ouro ás taxas médias de cambio de 1900, 1901, e 1902, em que haviam sido mais baixas (9 7/16 e 11 15/16 d), obter-se-iam na hypothese mais favoravel cerca de 48.342:468$053, — papel, ficando assim reduzido o deficit nos onze exercicios de 1894 a 1904, no minimo, a seiscentos e noventa e dois mil contos de réis, — papel, sem calcular o enorme debito em ouro que se capitalisara, em virtude do não pagamento dos juros e amortizações da divida externa desde 1.º de julho de 1898 até 30 de junho de 1901, conforme o contracto de 15 de junho de 1898, vulgarmente denominado *Funding Loan*.

O relatorio de Leopoldo de Bulhões como ministro da Fazenda assignalava o reerguimento economico financeiro do Brasil.

E em rapida synthese apontava as novas condições do paiz.

Restabelecida a segurança das relações internacionaes; arredada pela nova politica qualquer possibilidade de conflictos com as nações visinhas, resolvido o problema do Acre pelo Tratado de Petropolis, paga á Bolivia a indemnização de £ 2.000.000; liquidadas as questões das grandes emprezas ferroviarias Oeste de Minas e Sorocabana e da empreza de navegação do Lloyd, devedoras ao Thesouro e ao Banco da Republica; diminuidos, com as encampações de estradas de ferro, onerosos compromissos da União; amortizada em somma apreciavel a divida publica consolidada interna e externa e a divida fluctuante; reduzida a massa do papel-moeda em circulação; feitas as operações de credito necessarias ás obras do porto e ao definitivo saneamento do Rio de Janeiro; surgira espontaneamente, como resultado destes factores, a confiança, o restabelecimento do credito publico.

As cotações dos titulos brasileiros no mercado de Londres e nos do continente, assim como na Bolsa do Rio, o atestavam. As apolices de 5% attingiram o par, as de 4% *Rescission* elevaram-se de 72 a 88 ⅞. O emprestimo de 4 %, 1889, de 75 a 89 os titulos do funding mantiveram-se sempre acima do par e as apolices da divida interna nas proximidades do par.

As taxas cambiaes igualmente haviam subido, passando gradativamente de 12 a 17 pence por mil réis.

Os emprestimos externos, effectuados em boas condições pela União, o Districto Federal e os Estados; a entrada de capitaes extrangeiros para a continuação de estradas de ferro, a acquisição e desenvolvimento de importantes propriedades,

atrahidos já pelo resurgimento do credito nacional tinham a seu turno e em virtude de justa e natural reacção, vindo incrementar a vitalidade regeneradora da economia nacional.

Accrescera ainda inesperadamente, embora devesse ser natural consequencia da superabundancia do meio circulante, mais do que isso, edificante syntoma da capacidade produtora do Brasil e dos seus elementos economicos; accrescera, de 1901 a 1904, graças á exportação o facto da borracha, ser toda vendida a preços elevados, e haver-se dado a manutenção do preço regular do café, não obstante ligeira diminuição das colheitas, o que proporcionara favoravel saldo da exportação em geral inclusive a metalica, saldo de £ 58.587.133.

Esta coincidencia benefica e salutar de elementos economicos e politicos que retemperava a energia do paiz reanimando o credito publico, não podia deixar de ter reagido proveitosamente sobre as suas forças affluentes e determinar o estimulo, a attração e a incorporação de outras. Novos capitaes estrangeiros procuravam emprego no Brasil, as economias do trabalho nacional já se iam fixando, o credito particular renascia e rehabilitava-se.

Diante de tal revivescencia aparentemente misteriosa era natural perguntar porque motivo, além dos saldos da balança internacional brasileira, o ouro superabundante dos grandes mercados monetarios do mundo, a demandar avidamente paizes novos, onde a sua inversão fosse produtiva e a amortização garantida e celere porque razão este ouro evitava o Brasil quando justamente era elle a região que, pela extensão territorial e riquezas maravilhosas, mais o deveria attrahir?

O cambio, fiel espelho da melhoria do estado economico nacional, que de 5 subira a 12 e nesta taxa se fixara sem esforço, e com igual regularidade se elevara a 17 e tendendo a continuar nesta marcha, constituia eloquente resposta dos factos á duvida, aliás em principio legitima, da prudencia popular.

Os ensinamentos da sciencia economica affirmavam que, graças á politica financeira seguida nos ultimos annos, graças, especialmente, á redução do papel-moeda, obtivera o Brasil a melhoria da sua situação economica. A ella deveria sua completa e perenne regeneração.

Importava imprimir decisivo impulso e supremo a este esforço organico da sociedade brasileira, velando pelas condições de sua capacidade progressista, o que correspondia a extirpar da sua economia um corpo estranho e parasitario — o papel de curso forçado.

Para tanto tornava-se preciso instituir uma ordem ou estructura financeira apropriada a desempenhar a funcção eliminadora ou a garantir as condições que permittissem a natural acção reconstituinte do organismo, impedindo ou inutilisando as tentativas contrarias de agentes perturbadores, sempre possiveis pela existencia do papel-moeda em circulação.

Boa politica, boas finanças era o velho proloquio da sabedoria humana indesmentivel.

Falharia o velho adagio no emtanto, em relação ao Brasil, por mais sabia que fosse a sua politica graças a herança de circumstancias impostas por administrações desastradas.

Assim como um organismo vivo padecia com o estado morbido de um de seus componentes a economia brasileira vivia, sofria immenso com a fraqueza de sua moeda.

Com effeito era o papel-moeda por sua natureza um perturbador da producção e da circulação economica. Com a sua instabilidade de valor como agente de perfume sofriam as industrias produtoras e o commercio, impedido de fazer previsões, embora as mais proximas.

Sem a estabilidade do valor da moeda não podia a producção desenvolver-se, as oscillações dos preços das machinas, da materia prima, dos lubrificantes, do combustivel, dos salarios deixavam incertas e sobressaltadas todas as industrias; o commercio, á falta de base, claudicava, desfallecia, victima das eventualidades; a actividade individual entorpecia e todo e qualquer trabalho tornava-se aleatorio.

Dahi o retrahimento dos capitaes, desconfiança geral reciproca, ausencia do credito e essa aparente falta de meio circulante, que fazia as suas victimas illudidas pedirem emissões e mais emissões.

Em uma situação destas, o oùro, unico representante da verdadeira moeda e da verdadeira economia, não tinha officio e escoava-se.

Não se prestando a transacções precarias e aventurosas nem a permutas de valor instavel age, como os bens a quem as más companhias são intoleraveis. Fugir dos canaes de circulação á medida que o papel os invadia. Quando a desconfiança substituia o credito e o jogo o trabalho, o ouro, produto de seculos de labor, fatalmente emigrava.

Expressivamente dizia o ministro Bulhões:

"Tomam o mesmo caminho os nossos saldos credores internacionaes, as economias nacionaes sangram para fóra do paiz."

Eis como a nossa propria receita desaparece no golfão do curso forçado.

Determinado o caracter monetario da crise que affligia o Brasil como a combater? Tornava-se preciso a intervenção dos poderes publicos e o recurso a medidas extraordinarias e mesmo artificiaes.

Expunha o ministro as idéas da corrente que vivia a apregoar a necessidade da quebra do padrão cambial brasileiro. E a ella combatia do modo mais vehemente.

Opinião sempre aventada em periodos anarquicos e tempestuosos, suggeria a quebra do padrão monetario. Já no Brasil se lançara mão de tal recurso em 1833 e 1846, e os resultados haviam sido contrarios aos auspicios dos seus propugnadores.

A quebra do padrão era em principio um sofisma e na pratica uma immoralidade. Equivalia na ordem politica, se nella fosse, sequer, possivel, á concordata de ordem civil amigavel ou forçada, nas relações privadas.

Credores e devedores combinariam em liquidar contas com o que este actualmente tivessem ou em reduzir o valor das transacções effectuadas ao computo dos elementos restrictos dos bens ou credito do devedor. Tal expediente, justificado na ordem civil ou privada do direito, mostrava-se deleterio, nefasto e corrosivo na ordem publica, se, acima de tudo, não fosse inviavel.

Expediente facil e comodo lembrava o dos reis das antigas eras, os reis moedeiros falsos recolhendo moedas em circulação, para mandar desdobrar, clandestinamente, o ouro nellas contido. Não podia contribuir para normalizar o cambio e o meio circulante, e muito menos para fortalecer o credito publico.

Um unico caminho havia a seguir, honroso e proficuo, o que fôra apontado e trilhado por Campo Salles e Murtinho o da deflação.

Não sendo possivel digna e vantajosamente recorrer á quebra do padrão monetario, urgindo entretanto, restituir o paiz á circulação metalica, de que só efemeramente gozara, nada mais tinha o Governo a fazer do que persistir na politica dos ultimos tempos, reduzindo sempre e cada vez mais a massa do papel-moeda, até, que elevado ao par o valor do papel, e fixado o metal no paiz, fosse possivel a circulação conversivel.

Grande erro commetteria quem supuzesse fosse possivel uma pausa neste sentido sem que se diminuissem grandemente os resultados já alcançados com a politica do resgate. Não me-

nor o engano dos que suppunham dever-se experimentar outra politica diversa da que já no Brasil dera o cambio a 17. Pelo contrario, cumpria activar ainda mais tal politica de que já decorrera tão notavel melhoria de credito, e daria ao Brasil em breve a normalização de sua vida economica.

Mas a deflação não era sufficiente para que se estabelecesse real melhoria do meio circulante dahi decorrendo benefica influencia a todas as espheras da actividade economica. Era mister, ainda, para real garantia e immediata eficacia da politica do resgate, a intervenção do Governo no mercado do ouro para regularizar-lhe a funcção da offerta e da procura, visto como em virtude de circumstancias anormaes, o metal deixara de ser agente de permuta, symbolo de valores, para se tornar mercadoria facilmente monopolisavel, objecto de especulação em épocas periodicas, determinaveis.

Isto sempre se dera no Brasil, a ponto de se tornar corriqueiro phenomeno. E num caso em que a industria ou commercio, ou antes a liberdade individual deixara de ser a convergente phisiologica da communidade economica, para tornar-se parasitaria, divergente e puramente egoista, a funcção do governo, aparentemente de interventor na vida industrial, era em verdade o genuino papel de simples regulador, simples reivindicador da ordem social explorada anormalmente, trahida por uma industria anti-economica, por um commercio fatal ao credito publico.

Phenomeno interessantissimo, espectaculo instrutivo como poucos, o dos ultimos annos brasileiros de luta contra o agio do ouro, e a instabilidade do valor da moeda, contra as bruscas, terriveis e damnosas oscillações cambiaes. O mal cessara, como por encanto, quando o governo iniciara a cobrança em ouro de uma parte dos direitos alfandegarios e quando instinctivamente, em seguida, ajudara a espontanea formação, no Banco da Republica, de um orgão destinado a reparar as investidas dos negociantes do ouro contra a vida economica geral, e a destruir e nullificar a acção anti-social de taes agentes, e restabelecer, enfim a ordem economica pervertida pela avidez e a inconciencia privadas.

Não fôra de todo filha de empirismo esta organização paulatina do apparelho regulador do cambio, não representava uma obra do acaso ou da aventura, decorrera do instincto collectivo, da necessidade funccional que na vida do individuo precede á estructura e á aparição do orgão.

Continuara a politica financeira de Rodrigues Alves a seguir as inspirações do Governo a quem succedera, visando

sempre uma estabilisação cambial que reputava absolutamente essencial.

Assim queria o Presidente a reorganização do Banco da Republica, pelo muito que esta instituição podia em tal terreno prestar em materia de serviços.

Esta reorganisação o ministro della fazia capital questão. a dizer perante os accionistas do Banco que a reorganisação deste se impunha, attendendo a uma necessidade palpitante, inilludivel. Ela a considerava como parte integrante do programma financeiro do governo; acreditava que seria a consolidação da melhoria economica que se observava e dia a dia se accentuava.

A instituição directa e positiva de um apparelho regulador da taxa cambial, afim de evitar as occasiões bruscas determinadas pela especulação, devia ser a pedra fundamental da nova organisação financeira. Para tal fim o Thesouro Nacional subscreveria parte do capital acudindo ao Banco com recursos oportunos, além dos fundos normaes e proprios deste.

O presidente do Banco deveria ser de exclusiva nomeação do Governo assim como o director da carteira cambial, que ficaria sempre subordinada á inspiração e fiscalisação officiaes.

Reforçando a acção e os recursos desse novo orgão, deferir-lhe-ia o Estado o privilegio da emissão de vales-ouro, para pagamento dos direitos alfandegarios concedendo-lhe a faculdade de abrir contas correntes em ouro, e receber depositos em ouro, sobre os quaes poderia emittir tanto por tanto, notas conversiveis á vista, ao portador, ao cambio par. Ainda para favorecer e apressar a valorisação do papel-moeda, aplicaria o Governo os dividendos das suas acções ao resgate do mesmo.

A acção reguladora do novo instituto não só se faria sentir no mercado de cambios, como igualmente e com extraordinario resultado no dos descontos.

Estas operações, proprias da carteira commercial, ficariam a cargo de trez directores eleitos pelos accionistas, perfazendo com o da carteira cambial e o presidente os cinco membros da directoria.

Para a reorganização projectada, o capital dos accionistas do Banco da Republica seria representado pelo liquido do balanço do activo e passivo do Banco, e os accionistas o receberiam em acções do novo instituto. O Estado tambem concorreria para a constituição do capital. O restante seria pedido á subscrição publica, que seguramente ampararia a tentativa, tal a confiança que o renascimento espontaneo das forças eco-

nomicas nacionaes e a energica e reparadora politica financeira do Governo inspiravam tanto ao credito particular e publico como aos capitaes nacionaes e estrangeiros.

Assim o novo instituto seria um grande instrumento para a regularisação dos cambios estrangeiros durante o periodo do curso forçado, e tambem poderoso auxiliar para o saneamento da circulação, pedra angular da obra economica e financeira em que se empenhara a geração actual.

Ia fundar-se o quarto Banco do Brasil lembrara Leopoldo de Bulhões, a recordar que o primeiro datava de 1808, o segundo de 1851 e o terceiro em 1855. Na sua ultima fase prestara grandes serviços ao país, ao commercio, á lavoura, ao Governo.

Começara emittindo demais muito além de que carecia a circulação dos valores creados pela industria. Já em fins de 1856 o total da emissão bancaria era superior a 50.000:000$; quasi duplicara, no breve periodo de um triennio, o meio circulante fiduciario, sem que as operações da industria nacional, o movimento do commercio internacional e a somma dos capitaes circulantes houvessem crescido numa razão justificativa deste tão accelerado avolumamento da emissão.

Ensaiara-se depois a pluralidade bancaria emissora.

Preconisara-se como meio de remediar a escassez de capitaes, a fundação de novos bancos de emissão, cujo papel conversivel em outro papel tambem, irrealisavel e já redundante, devia servir de instrumento maravilhoso a uma mais ampla distribuição de credito gerador de capitaes. Era impossivel comprehender como a multiplicação artificial de signaes representativos da moeda poderia fazer as vezes dos valores produzidos pelo trabalho e a economia.

Nada mais procedente do que se recordarem os conceitos ditados pelo talento de um dos mais notaveis financistas do Imperio, Francisco de Salles Torres Homem, visconde de Inhomirim.

O Banco do Brasil, logo que se abriram novas fontes de emissão além da sua, perdera o poder de sustentar o valor do meio circulante, contrahindo a circulação dos proprios bilhetes quando isto fosse necessario. Tal poder para ser efficazmente exercido presupunha, como clausula indispensavel, o privilegio da emissão, porque de outra maneira tudo quanto o Banco fizesse no sentido de elevar o valor da moeda, pela reducção da quantidade de notas, seria completamente annullado graças ao procedimento, em sentido inverso, dos bancos independentes."



O resultado, concluia elle, fôra que em vez do Brasil progredir na tarefa de melhorar o meio circulante, retrocedera pelo contrario a ponto de se achar presentemente em peor situação que a anterior a 1853.

Assim a orientação do Governo Imperial cassara ao Banco a autorisação para elevar ao triplo a sua emissão. E mais tarde a lei de 22 de agosto de 1862 impuzera aos Bancos reduzir a circulação e o pagamento das notas em ouro.

Os beneficos effeitos da reforma de 1860 haviam-se logo feito sentir: a circulação do papel fiduciario baixara de Rs. 92.000:000$000 a 87.000:000$000 no fim daquelle anno. Em 1863 se reduzira a 72.000:000$000.

Os trez Bancos de emissão do Rio de Janeiro chegaram a um accordo, renunciando o Rural e Hypothecario ao direito de emittir notas; fundindo-se o Commercial e Agricola no Banco do Brasil, cujo capital se elevera a 33.000:000$000.

A situação melhorara e os bancos do Brasil, da Bahia e Pernambuco, haviam podido retomar o pagamento dos seus bilhetes em ouro, quando sobreviera a tremenda crise de 1864, forçando o Governo a autorisar o augmento da emissão do primeiro daquelles Bancos e dando curso forçado ás suas notas.

Providencias haviam sido tomadas para que o Banco do Brasil voltasse ao estado anterior á crise; mas a Guerra do Paraguay levara o Governo a com elle entrar em novo accordo. Perdia o Banco o direito de emissão, obrigava-se a retirar os seus bilhetes á razão de 5 a 8 % annualmente, cedendo ao Estado o seu lastro metalico e adquirindo uma carteira hypothecaria. Pagaria o Governo em notas do Thesouro a sua divida para com o Banco, resultante do resgate de cerca de 17.000:000$000 do papel-moeda, das letras existentes na carteira e da compra do encaixe metalico, retirando da circulação igual valor de notas bancarias.

Passara pois o Banco do Brasil a ser de descontos, depositos e emprestimos sobre hypothecas, voltando o Thesouro a ser o regulador da circulação, como antes de 1853. E todo o trabalho, até então feito, no sentido de se valorisar o meio circulante e de se manter o regimen conversivel ficara perdido.

Tendo voltado a operar em cambiaes de 1879 em deante, preparava-se em 1889 para reatar o serviço de emissão, elevando o seu capital a 100.000:000$000 e constituindo o lastro metalico de 25.000:000$ sobre o qual emittira .... 50.000:000$000, em 1891-1892, cedendo depois o direito de

emissão ao Banco dos Estados Unidos do Brasil e fundindo-se afinal neste, sob o nome de Banco da Republica do Brasil.

No periodo republicano ensaiara-se o regimen da pluralidade bancaria, para logo depois passar-se ao da unidade. Viera depois, decretada pelo Congresso, a encampação das emissões e dos respectivos lastros depositados no Thesouro.

As notas em circulação, no valor de cerca de .... 200.000:000$000 em 1889 haviam ascendido a quasi....... 800.000:000$000 em 1898.

Combatendo as idéas daquelles que só sabiam observar as coisas de modo perfunctorio dizia o illustre ministro de Rodrigues Alves:

"A observação superficial destes factos tem induzido á falsa conclusão de que o paiz não póde emancipar-se do papel-moeda e está condemnado, por largos annos ainda, ao curso forçado, por causa dos deficits orçamentarios e por lhe ser desfavoravel a balança dos pagamentos internacionaes."

De quanto traduzia a lição das cifras via-se que os orçamentos federaes deixavam saldos e que as condições economicas do paiz haviam melhorado consideravelmente já autorizando o Governo a cogitar da circulação sobre base metalica, se a massa do papel-moeda não fosse ainda excessiva.

Estes observadores superficiaes não sabiam enxergar um factor da mais alta relevancia para a melhoria das taxas cambiaes brasileiras: os saldos da balança commercial.

Assim se traduziam no ultimo quinquiennio:

Annos	Exportação	Importação	Saldos
	£	£	£
1901.	40.461.993	21.477.003	19.084.990
1902.	36.437.456	23.279.418	13.158.038
1903.	36.883.171	24.207.810	12.675.361
1904.	39.413.558	25.634.818	13.778.740
1905.	43.000.000	27.000.000	16.000.000

As cifras de 1905 eram estimativas pois as reaes segundo os dados da Directoria de Estatistica Economica e Financeira do Thesouro Nacional no seu volume *Commercio Exterior do Brasil* accusam differenças: £ 44.643.000 para a exportação e £ 29.830.000 para a importação donde um saldo de £... 14.813.000.

As medias do quinquiennio entendia Bulhões serem:

Exportação	£ 39.271.235
Importação	£ 24.299.810
donde um saldo de.	£ 14.971.425

realmente pouco superior á realidade dos factos consoante os dados do *Commercio Exterior* (£ 14.681.000).

Com o resurgimento financeiro do paiz voltavam á confiança os capitaes estrangeiros como expressivamente traduziam cifras das inversões novas no Brasil; em 1902: £..... 2.000.000; em 1903: £ 2.600.000; em 1904: £ 3.000.000 e em 1905: £ 14.000.000!

Convinha lembrar o papel do café no conjunto das condições reerguidoras do paiz em:

	£	£	ou
1901.	23.979.000	40.467.000	59 p. c.
1902.	20.327.000	36.437.000	55,5 p. c.
1903.	19.076.000	36.883.171	51,7 p. c.
1904.	19.958.000	39.413.000	50,6 p. c.
1905.	21.421.000	44.643.000	48 p. c.

CAPITULO LIV

Argumentos de Bulhões contra a quebra do padrão monetario — Historico da questão — A reorganização do Banco da Republica — Relatorio de Custodio Coelho sobre a situação cambial — As letras do café

Combatendo ardentemente os aventadores da idéia da quebra do padrão monetario do Brasil como remedio á instabilidade cambial recordava Bulhões as condições calamitosas das finanças nacionaes em 1833 e 1846 milesimos das duas quebras occorridas. E explicava as razões historicas que o levavam a assim proceder.

Sob o primeiro imperio com as emissões de papel bancario inconversivel e cedulas ou letras com prazo determinado, as grandes sommas em moeda de cobre lançadas em circulação não só pelo Governo, como pelos particulares, a posição financeira do paiz se tornara embaraçosa como ninguem ignorava.

Haviam desapparecido do mercado o ouro e a prata amoedados o cambio de julho de 1821 a junho de 1830 descera de 51 a 27 ½ dinheiros por 1$, e o agio sobre os metaes preciosos variara em quasi todas as provincias.

Procurara o Parlamento desde 1826 obviar a este mal mas as medidas aventadas só haviam servido para o agravar.

Em 1830 um homem de extraordinaria inteligencia, o marquez de Barbacena ministro da Fazenda do oitavo Gabinete de D. Pedro I proferia a tal respeito palavras da maior sabedoria:

Um governo sabio e prudente devia procurar evitar grandes ou repentinas variações de cambio; ellas arruinavam o commercio e a industria e, por conseguinte, diminuiam ou mesmo estancavam as fontes da renda publica.

As pequenas variações provenientes da maior procura de letras ou metaes, ou de inesperado bloqueio ou guerra eram de facil reparação; a providencia e perspicacia dos negociantes restabeleciam muito depressa o equilibrio perdido. Nenhum

meio, porém, se conhecia para evitar as grandes oscillações senão a estabilidade do meio circulante, visto como o cambio, por via de regra, nada mais era do que a medida ou proporção existente entre os valores do meio circulante de uma para outra praça.

Quando as moedas metalicas tinham paridade limitava-se o cambio ás despezas do transporte e ao juro do capital. Assim como a estabilidade dos cambios dependia da estabilidade do meio circulante, assim tambem a deste decorria do valor das moedas a serem cunhadas com determinado peso e quilate, correspondente ao valor intrinseco dos metaes. A segurança da especulação do commercio, o bom preço nos produtos da industria, a tranquillidade do cidadão acerca da sua subsistencia, nunca se poderiam conseguir sem um bom systema monetario, sem um padrão metalico a que tudo se referisse.

Ninguem ignorava que o papel realisavel á vontade do portador constituia o meio circulante mais estavel, mais facil e menos dispendioso; mas, como a *conditio sine qua non* para taes vantagens vinha a ser o troco efetivo em moeda com determinado peso e quilate, seguia-se que a base da circulação e das boas finanças de qualquer paiz consistia em bom systema monetario. Ao ver do illustre homem do governo a reforma financeira do Brasil ou o meio de se consolidar o credito nacional deveria começar pelo vantajoso estabelecimento de tal systema.

Algumas nações, em momento de apuro e calamidade geral haviam emittido cobre, bronze e ferro, mas só o Brasil paiz do ouro em perfeita paz apresentava o desgraçado phenomeno de effectuar pagamentos legaes em moeda de cobre!

Declarava Barbacena preferir o padrão ouro, que era o inglez, a tanto levado por uma circumstancia por assim dizer atavica: mineiro, procedente de uma familia cheia de tradições da grande mineração do ouro allegava que tal padrão era o mais conveniente porque o Brasil possuia jazidas auriferas. Não se lembrava que taes depositos estavam praticamente inutilizados. No momento em que assim opinava a correlação entre os dois grandes metaes nobres era de um para dezesseis, devendo a oitava de ouro de 22 quilate correr a 1$600.

Continuava Bulhões a recordar:

De 1830 a 1833 travara-se enorme debate em torno da fixação do valor da oitava de ouro. Afinal a lei de 8 de outubro de 1833 estabelecera a paridade do mil réis com 43 1/5 dinheiros.



Mas ainda era muito alta esta desejada equivalencia. Os annos tempestuosissimos das regencias reflectiam do modo mais desastroso sobre as finanças dahi a baixa cambial. Os primeiros annos de D. Pedro II, agitados tambem, fizeram com que continuasse o desequilibrio cambial.

A idéa da necessidade de nova quebra do padrão ia fazendo caminho na imprensa e na opinião publica. Alves Branco, visconde de Caravelas, ministro da fazenda em 1845, concretisara estas tendencias propondo ao Parlamento que o cambio se fixasse ao par de 27 mil réis, o que se effectivara com a lei de 11 de setembro de 1846. Mas a nova paridade não impedira os desnivelamentos cambiaes devidos a grande complexo de causas.

O cambio medio annual, excepcionalmente estivera acima do par em 1847, de 1852 a 1856, em 1863, em 1875. E delle se aproximara muito em 1857, 1864, 1873 e 1889. Soffrera baixa de 1866 a 1868, o que a guerra do Paraguay explicava, mas recuperara a posição.

Afinal no periodo de 1846 a 1889 os extremos do cambio medio para o soberano não haviam sido muito violentos 8$258 e 14$169.

Não havia comparação possivel com a formidavel oscillação occorrida entre 1889 e 1898 por exemplo: 9$099 e 33$684.

A politica deflacionista corajosamente inaugurada por Campos Salles corrigira tão grave desnivel trazendo o soberano de 33$684 em 1898 a 15$207 em 1905.

Do estudo dos factos financeiros do Brasil mais uma vez se evidenciava que a elevação do valor dos metaes preciosos não influira no melhoramento do meio, circulante, e conseguintemente, na fixação do cambio. Este se regulava pelo maior ou menor saldo entre os valores remettidos e os recebidos, maior ou menor procura de letras, maior ou menor confiança inspirada pela situação politica e commercial do paiz.

O enfraquecimento da moeda apenas trouxera por pequeno lapso os metaes nobres ao mercado, emquanto o papel fôra mais apreciado alcançando agio sobre elles.

Não houvera pois, vantagens nas leis de 1833 e 1846 affirmava o ministro. Não estava o paiz preparado para a reforma por ellas estabelecidas; suas rendas raras vezes excediam os encargos do Thesouro, era sua industria acanhada, seu commercio pouco disciplinado e suas contas com o estrangeiro apresentavam, ordinariamente, um saldo devedor que a boa reputação exigia se liquidasse.

Elevando-se em taes circumstancias o valor do ouro, isto é, diminuindo-se o par do cambio, indicara-se apenas novo ponto extremo em redor do qual tinham de girar transações e contractos; desprestigiara-se inutilmente a moeda, tornando-se mais cara a vida.

A consequencia de tudo isso fôra que, achando-se o Brasil florescente, o seu cambio subira quando muito um ou dois pontos acima do par.

O reverso da medalha era que ao passar por alguma contrariedade, crise ou revolução, a taxa cambial declinara rapidamente, quatro, seis, dez, 15 e 20 pontos abaixo da fixada por lei!

Assim tenaz, inabalavelmente resistiria o governo do Presidente Rodrigues Alves a qualquer tentativa de quebra do padrão cambial proclamou o Ministro da Fazenda, do modo mais peremptorio.

Proseguindo na tentativa de reorganização do Banco da Republica do Brasil conseguiu Leopoldo de Bulhões leval-a a effeito pela lei de 30 de dezembro de 1905 que fundava o quarto Banco do Brasil com um capital de setenta mil contos dos quaes 22.500 subscriptos pelo Thesouro Nacional.

Nomearia o governo o presidente do Banco e o director da carteira cambial num conjuncto de cinco directores eleitos pelos accionistas trienalmente. Esta reorganisação teve optimas consequencias.

Commentava o ministro referindo-se ao pronunciamento chamado da vacina obrigatoria movimento que quasi derribara o governo do Presidente Rodrigues Alves na subitaneidade de violentissimo golpe.

"As graves perturbações que sobrevieram á paz européa em fevereiro, e os lamentaveis acontecimentos, que enlutaram esta Capital em 14 de novembro, teriam certamente, provocado no anno de 1904 profundas comoções no mercado de cambio, sobre o qual sempre se vieram reflectindo desastrosamente todas as agitações, mesmo as mais insignificantes da nossa vida politica, e não fôra a intervenção prompta e decisiva do Banco da Republica."

Nestas duas opportunidades houvera larga e activissima procura de cambiaes, que o Banco conseguira satisfazer, impedindo que taes acontecimentos fossem explorados no sentido de especulação para a baixa.

Graças a essa vigilante e energica attitude, o mercado reagira, accusando as taxas de cambio apenas ligeiros e inevitaveis estremecimentos.

Dizia o Dr. Custodio Coelho, no seu relatorio de director do Banco do Brasil, para a carteira cambial, e a verberar a tentativa da valorisação de café tentada pelo Governo paulista que o anno de 1905 se revelara cheio de surpresas para quantos operavam em cambio.

Encetara-se com o mercado saturado de letras de café e borracha, saques do Banco da Republica em cumprimento de ordens do Thesouro, e cambiaes provenientes de emprestimos externos, estaduaes e municipaes na importancia de mais de £ 12.000.000.

Toda esta massa enorme de valores concorrera para crear no mercado um sentimento de geral confiança no futuro, e o cambio, em marcha ascencional, transpuzera taxas que havia mais de quinze annos se não registravam. Era preciso em taes circumstancias, embora á custa de sacrificios, conter a impetuosa corrente de alta, que se formara.

A situação da praça compelira, assim pois, o Banco ao emprego dos mais ingentes esforços, no sentido de reagir poderosamente contra a especulação, moderando-lhe os movimentos e impedindo a elevação brusca do cambio. Para dominal-a, de todo, seria mister que o Instituto de credito possuisse avultadissimas sommas disponiveis em papel-moeda, afim de poder absorver as cambiaes offerecidas.

Ainda assim, se o fizesse, teria, ao ver do banqueiro, commettido perigosa aventura, por isso que, dadas as multiplas circumstancias concorrentes no momento, ninguem, sem duvida alguma, seria capaz de medir a intensidade da especulação em alta e avaliar-lhe as funestas consequencias, quando se operasse a inevitavel reacção baixista.

Com os limitados recursos de que dispunha, comprara o Banco grande parte das cambiaes que se offereciam e, tanto quanto possivel, fôra lentamente alçando as taxas, certo de que sacrificava lucros de facil acquisição, se ao em vez de refrear o movimento o houvesse antecipado.

E a tocar na tecla de sua opposição violenta á valorização cafesista emittia os seguintes conceitos:

"O Estado de S. Paulo, que no momento tanto se insurgia contra a alta cambial fôra entretanto, quem mais lhe imprimira rigoroso impulso, avolumando a caudal de ouro-alheio com duas operações externas, na importancia de £ 4.800.000. E, contradição curiosa se por um lado o Governo do prospero Estado se manifestava impressionado com a alta, por outro era visto a tentar, junto de banqueiros francezes e allemães,

um emprestimo de cerca de £ 12.000.000, para levar a effeito o seu plano de valorisação, esquecendo-se de que semelhante operação de credito viria determinar gravissima perturbação na vida economica do proprio Estado de S. Paulo.

Externando taes conceitos, desvanecia-se o banqueiro assignalar a feliz concordancia de suas vistas com a orientação patriotica do Presidente da Republica, cujas mensagens ao Congresso Federal sempre se haviam patenteado de franca e salutar hostilidade aos emprestimos externos, estaduaes e municipaes.

Effectivamente, a União não poderia a seu ver a justo titulo, endossar com a sua garantia um emprestimo de....... 12.000.000 esterlinos, sob a base do penhor mercantil de um produto, que não era de primeira necessidade e cujo preço dependia de mercados extrangeiros, regulados por moeda verdadeira.

Não lhe parecia que, estando a União, de facto, ainda, sob o regimem da suspensão de pagamentos das amortizações das dividas externas, pudesse legitimamente assumir o encargo de garantir emprestimos das dividas a fins extranhos á direta valorisação do meio circulante nacional e que a se realisarem determinariam a quéda das cotações dos titulos brasileiros, naquelle momento tão superiormente reputados nas praças européas.

Declarava o banqueiro que lutara, durante o anno, com poderosa corrente baixista que queria forçar a descida da taxa elevada a 16 d. por mil réis.

Ao se dar começo á safra de café, durante o mez de junho, a especulação animara-se, reforçada com o concurso dos exportadores, e as vendas de promessas de cambiaes, para agosto e setembro, se elevaram á quantia consideravel, tanto no Rio de Janeiro como nas praças de Santos e São Paulo.

Prevendo forte reacção de baixa o Banco do Brasil se premunira adquirindo grande stock de letras.

Realmente, em setembro, quando todos affluiram ao mercado, para se abastecer de cobertura e entregar cambiaes a quem haviam vendido simples promessas, operara-se a quéda do cambio.

Ao se manifestar o movimento febril da procura, entendera o Governo dever recuar as taxas, sem saccar para a especulação e attendendo tão somente ás necessidades do commercio, até que se attingisse a um limite da tabela — a taxa de 16 d. em torno da qual se afigurava conveniente e imprescindivel effectuar a resistencia.

Gabava-se o banqueiro de haver agido de modo inteiramente opposto ao dos antecessores e gerentes de bancos extrangeiros favorecedores de dois ou trez especuladores felizes. Estes com prejuizo do commercio e de toda a praça, cobriam as vendas operadas a descoberto e, animados com os bastos proventos, forçaram a baixa, comprando cambiaes, ficando os bancos privados de recursos e saccados em taxas muito altas.

A resistencia opposta ás investidas baixistas fôra a mais proficua voltando o cambio a taxa de 16 d.

Depois de penosas liquidações, levadas a termo com o auxilio efficaz do Banco, entrara finalmente o mercado de cambio em periodo normal, guardando certa estabilidade.

Começara a constituir um stock de letras de café para mais tarde, em janeiro e fevereiro, augmental-o com letras de borracha e formar, assim poderosa reserva de £ 3.000.000, capaz de supprir o mercado cambial no decorrer do trimestre de abril, a junho, em que o Banco da Republica teria, isoladamente, de attender ás necessidades de todas as praças do paiz, — afim de manter a taxa de 16 d. Inesperados pagamentos, porém, titulos do proprio Banco que cumpria resgatar coincidindo com os dos credores da E. de Ferro Sorocabana, haviam forçado a venda de todo o stock e ainda provocado a emissão de novos saques.

Precisara a carteira cambial imaginar uma operação, succedanea daquella, que ao mesmo tempo impedisse grande alta e assegurasse, de certo modo, a taxa de 16 d. em maio e junho, com o lucro, no maximo de 3/16 d.

Os Bancos e corretores, desejosos de apurar lucros, haviam realisado as vendas de cambiaes em taes condições, e o director da carteira conseguira o intento, constituindo o stock de £ 1.600.000, mezes de abril a junho.

Terminando a sua exposição declarara o Dr. Custodio Coelho muito receiar que a reorganização bancaria projectada viesse ofuscar o brilho e enfraquecer o predominio, que o Banco da Republica conseguira no mercado cambial, após tantos esforços e sacrificios.

Como effectivamente, conciliar os dois interesses: o do Governo, em manter as taxas de cambio, visando a estabilidade, e o dos accionistas — em distribuir dividendos, devendo as operações de cambio produzir lucros?

Quantas vezes tinha o director da carteira de cambio necessidade de comprar e vender, sem margem possivel para lucros e até com prejuizo, para imprimir certa estabilidade ao mercado? Quantas vezes era obrigado a saccar a descoberto e

a guardar forte posição devedora aos banqueiros na Europa, até que a reacção cambial lhe facultasse comprar a cobertura com lucro ou mesmo com prejuizo?

Como seria possivel ao director do cambio, cuja orientação tinha por escopo augmentar as taxas, armar-se da indispensavel serenidade e operar com decisão e firmeza, quando os elementos, que trabalhavam o mercado, tantas vezes levavam esse director a formar um grande descoberto, e quando esse movimento e os demais, peculiares ao manejo do cambio, fossem discutidos e sopesados por numerosa directoria, cujo fito exclusivo era a distribuição de dividendos? No embate destas duas correntes seria certamente vencido.

Queixava-se o Dr. Custodio Coelho da actuação parasitaria, anti-brasileira, dos bancos extrangeiros.

Seguiam elles a politica cambial da espectativa e da oportunidade, só compravam e vendiam cambiaes com margem de lucro. Se a tendencia accentuada do cambio era para a alta, conservavam diminuto descoberto, de momento liquidavel se, pelo contrario, a tendencia era para a baixa, criavam pequeno stock, de immediata venda.

Quando não existiam offertas de cambiaes na praça, deixavam de operar, sem maiores preoccupações a proposito da situação do mercado, em suas relações com o interesse geral, tanto mais quanto, sendo o seu objectivo unicamente realisarem lucros, tanto lhes importava operar á taxa de 16 d. como á de 12 d.

Esta era como as medidas accessorias impostas pelas eventualidades de momento, a estrategia dos que trabalhavam nos mercados onde o meio circulante vinha a ser o papel inconversivel; a que evitava as surpresas oriundas deste mal, a procura invisivel, de cuja extensão ninguem podia prejulgar, a influencia de innumeros factores, e entre elles a confiança e a desconfiança, e que muitas vezes não passavam de meros productos da imaginação.

Não viria a ser esta a politica cambial, que para o projectado Banco do Brasil preparava a reorganisação?

Exaltava o director da carteira cambial a sua actução á testa da carteira cambial de que pedia demissão em virtude de se sentir seriamente enfermo.

Queria mais uma vez assignalar, convencido e satisfeito, que o Banco da Republica era naquelle momento, o arbitro supremo do mercado cambial no Brasil. Os seus saques circulavam sem condições em concorrencia com os dos Bancos extrangeiros.

Encontrara a taxa de cambio oscillando entre 11 25/32,3 11 3/4 e a via mantida acima de 16 3/4; recebera a posição dos banqueiros na Europa accusando um descoberto de £ 285.000 e deixava um stock de cambiaes superior a £ 1.600.000, e ainda lucros liquidos na importancia de 800:000$000.

Além disto, podia o Banco saccar por conta do Governo e sempre em ondições favoraveis, a avultada somma de £ 5.570.000, sem occasionar perturbações na marcha do mercado de cambio e sem que de tão consideravel série de operações resultassem para o Thesouro quaesquer despezas ou commissões!

CAPITULO LV

Novos planos valorisadores — O projecto Francisco Malta na Camara dos Deputados — Proposta de cobrança integral em ouro dos impostos aduaneiros para a intensificação da propaganda cafeeira — Subsidios a casas commerciaes

A legislatura de 1905 viu surgirem novos planos valorisadores. Na sessão de trez de novembro deste anno o deputado paulista Francisco Malta apresentava um projecto determinando a cobrança integral dos direitos de importação em ouro, mediante novas tarifas que assegurassem a vida e o desenvolvimento da producção agricola e industrial. De accordo com o processo estabelecido, pela forma assignalada, deviam os saldos orçamentarios ser aplicados á propaganda do café, pelo augmento e creação de mercados para seu consumo; ao augmento do regate do papel-moeda ao da amortização da divida interna fundada.

Convinha notar que era preferivel atribuir porcentagem leve ao augmento do resgate do papel-moeda e margem mais larga ao accrescimo da amortização da divida, pois prendendo-se o resgate da moeda fiduciaria á questão economica, por laços muito estreitos, devia esta medida ser executada com habilidade e prudencia, lenta e gradualmente, sem grandes golpes, que trouxessem perturbações graves a economia geral do paiz.

E justificando as suas idéas, expendia que a amortisação das apolices devia, pelo contrario, ser realisada com a maior amplitude. Era medida que consultava duplo fim. Diminuia a divida, aliviava encargos penosos e fazia voltar á circulação o numerario immobilizado em taes titulos.

"Nos paizes novos, como o Brasil observava provecto economista o Dr. Luiz Raphael Vieira Souto, de capital escasso e timido, a apolice era verdadeira sanguesuga, absorvendo e atrahindo a melhor parte dos recursos pecuniarios. Na Europa, onde a capitalisação era facil, rapida e avul-

tada, os capitaes cada anno accrescidos conservavam-se ás vezes, inactivos e dormentes, e a apolice satisfazendo, por um lado ás necessidades extraordinarias e occasionaes dos governos, por outro permittia aos particulares applicação rendosa, áquelles capitaes inativos, que assim podiam frutificar mercê de juro razoavel.

No Brasil, porém não succedia outro tanto. A immobilização provocada pelas apolices fazia-se á custa do capital circulante ou de recursos que muito mais proveitosamente viriam vivificar a lavoura, o commercio e a industria, si o iman de taes titulos não os atrahisse.

Cobrado integralmente o imposto de importação em ouro, com a base em tarifas bem discriminadas, nas quaes fixasse accentuada a defesa da producção indigena com relação á extrangeira, os orçamentos deviam deixar saldos.

A cobrança integral dos direitos de importação em ouro, mola propulsora do mecanismo do projecto, não constituia novidade.

Já fora parte integrante do systema fiscal brasileiro sob a responsabilidade de Ruy Barbosa.

Naquella occasião, como agora, aparecia como arma de defesa do meio circulante, e de vantagens reconhecidas. Não dividia mais as opiniões.

As grandes nações de finanças sadias o adoptavam. Tirasse pois o Brasil do ouro, canalisado pelo pagamento total dos direitos de importação, as vantagens que podia proporcionar.

Não fora differente o criterio seguido pelos Estados Unidos, a Russia e ainda recentemente pela Italia.

A applicação dada a este ouro como solucionador da crise cafeeira parecia remedio salvador.

Fosse o ouro injectado na circulação brasileira, aproveitando-o como elemento de defesa do esforço e do trabalho nacionaes.

Uma das columnas solidas da vida economica e financeira do paiz era a industria cafeeira. Manipulava o producto que mais contribuia para a conservação do convivio do Brasil com as nações cultas do mundo.

Era a pedra de toque, que aferia o credito, dava a expressão mais ou menos exacta do poder do trabalho da Nação, da força do seu direito, e do grau de riqueza que poderia attingir.

Privilegio, mais valioso do que o das minas metalicas, e de pedras preciosas, desaparecidas com a extincção de suas fontes.

A estabilidade de um preço, que compensasse os gastos, da producção, era uma das condições essenciaes para o equilibrio do organismo social brasileiro.

O café não representava apenas factor de peso nas permutas internacionaes. Era, antes de tudo, um dos instrumentos mais fecundos das permutas internas. Com a prosperidade da sua industria, os negocios tomavam incremento, assumiam proporções de grande proveito para todos os membros da Federação. Dahi o resurgimento do credito, a facilidade das transacções, a troca entre os diversos produtos dos Estados como da zona especial á producção do café. O Consumo encontrava terreno mais favoravel ao desenvolvimento.

Os laços da Federação se estreitavam e a situação geral ficava mais folgada.

A proteção ao produtor de café, justificava-se como uma das garantias dos mercados nacionaes, como uma das condições para o alargamento do commercio no paiz, a harmonia dos interesses de uma mesma comunhão.

Não podia ser considerada como obra de exclusivismo condemnavel.

Esta verdade, era imposta pela situação. E era ella tão universalmente reconhecida, que, em tons, ora mais, ora menos accentuados, a cada passo se suggeria a defesa do café, principal produto na balança commercial brasileira.

Dentre as medidas aconselhadas para a consecução de tal desideratum estava a opinião accorde em que fosse encetada com firmeza de mãos e certeiros golpes, propaganda efficaz para o desenvolvimento do consumo do café.

Neste sentido, o caminho indicado era o de se dilatarem os mercados conquistados e abrir novos, por meio de auxilios do Estado.

A quem competia tal papel?

Ao governo nacional, á União, conforme a pratica seguida por todas as nações, que comprehendiam o dever de acompanhar o interesse dos seus filhos, dispensando-lhe todo o zelo e carinho.

Longas considerações emittiu F. Malta, citando opiniões e pareceres de economistas brasileiros e extrangeiros.

O projecto assim o redigiu o deputado paulista:

Art. 1.º — Os direitos de importação, serão cobrados integralmente em ouro.

Art. 2.º — Da arrecadação, conforme determina o artigo

antecedente, será reservada a parte correspondente ás despezas, ouro sendo o excesso convertido em papel.

Art. 3.º — Garantidas as despezas a que estiver a União obrigada, terá o saldo, que for apurado, as seguintes aplicações:

a) — ao desenvolvimento do consumo do café;
b) — ao augmento do fundo de resgate do papel-moeda, e ao augmento do fundo de amortização dos titulos da divida publica interna.

Art. 4.º — Para o desenvolvimento do consumo do café serão concedidos premios annuaes ao individuo, sociedade ou empreza que fundar estabelecimentos de torrefação e venda de café torrado, moido e em liquido em qualquer das principaes cidades da Russia, Austria-Hungria, Hespanha, Italia, Turquia, Japão, e outras a juizo do Governo.

Paragrapho 1.º — Os premios serão proporcionaes á importancia dos estabelecimentos; e não poderão exceder o limite da somma aos mesmos destinada annualmente.

Paragrapho 2.º — A totalidade dos premios não poderá exceder á importancia de dez mil contos em cada exercicio.

Paragrapho 3.º — Nenhum premio annual, será superior á metade do capital realizado pelos estabelecimentos a que se refere este artigo.

O resto do projecto visava medidas regulamentadoras. Não logrou porém a attenção da Camara.

CAPITULO LVI

Opiniões do Conselheiro Antonio Prado a proposito dos projectos de valorisáção — A entrevista de setembro de 1905 — Exame extenso da situação da lavoura cafeeira — Apreciação do projecto Siciliano e da lei que restringira a plantação de cafesaes

Grande sensação causou nos meios cafesistas uma entrevista do Conselheiro Antonio da Silva Prado, a 29 de setembro de 1905.

O grande prestigio do entrevistado, a sua situação eminente como antigo ministro de Estado e senador do Imperio, cafesista de grandes lavouras e financeiro emprestou notavel significado ás suas palavras.

Resolveu o *Jornal do Commercio* pedir-lhe impressões e opiniões ante a attitude do Governo de S. Paulo e sua iniciativa de um accordo com os demais Estados produtores de café.

Assim julgara de suma importancia, no momento, ouvir a opinião autorisada de um homem de estado, além disto, fazendeiro e commerciante, sobre os projectos do Governo Paulista a respeito de tão grave assumpto. O Conselheiro Antonio Prado "á grande experiencia dos negocios publicos, aliava o conhecimento directo da materia, como dos mais antigos e intelligentes lavradores de S. Paulo, commissario, banqueiro e administrador, cuja altissima competencia os factos vinha de longa data demonstrando. Expunha o *interviewer*:

Para lhe não alterar o programma de trabalho diario dividido entre os serviços da Prefeitura de S. Paulo, do Banco, Commercio e Industria, da Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes e da casa Prado Chaves & C., todos attendidos com zelo e pontualidade resolvera ele jornalista procural-o em sua bella residencia da chacara do Carvalho onde os lazeres do illustre brasileiro eram aproveitados em estudos

e constantes experiencias, com plantas e animaes diversos bovinos e ovinos.

Recebido com lhaneza e informado o entrevistado do proposito da visita mostrou-se o Conselheiro Prado disposto a responder ao questionario, prestando assim mais um serviço ao paiz.

Desejava ouvil-o não só sobre a valorisação em geral, como especialmente sobre os projectos que haviam vindo á luz e se tinham discutido sem resultados apreciaveis. N'aquele momento parecia que o Governo de S. Paulo adoptara um projecto, que servira de base aos accordos iniciados com os Governos de Minas e do Rio de Janeiro.

Desejava ouvil-o não só sobre a valorisação em geral, como especialmente sobre os diversos projectos em discussão.

Declarou o Conselheiro Prado que a seu ver estavam completamente illudidos os que julgavam ter encontrado remedio para a crise da lavoura cafeeira nos processos lembrados para tal fim. Dizia-se geralmente e elle queria acreditar, que o mal vinha do excesso da producção. Ora, se assim era o simples bom senso, de conformidade com o que ensinava a sciencia economica, aconselharia como remedio para o mal indicado a diminuição da producção, ou melhor, a reducção nos gastos desta, para o fim de se obter o augmento do consumo desta ou daquella fórma até se alcançar o necessario equilibrio.

Entretanto, todos os projectos até então formulados para resolver o problema por meio do que se chamara *valorisação do café*, tinha por objecto exclusivo augmentar o preço do produto sem cogitar dos effeitos de tal processo sobre o consumo do artigo. Bastava esta simples observação para, a seu ver, condemnal-os.

Qual então o meio efficaz para remediar a crise?

Era o problema muito complexo para se resolver por semelhantes processos, tão facilmente concebidos quando formulados. Entendia o entrevistado que, no caso vertente a intervenção dos poderes publicos devia ser no sentido de auxiliar a acção das leis economicas de producção e consumo, tanto para diminuir o custo da producção como para desenvolver o consumo.

Mas de que modo deveria ella effectuar-se?

Os poderes publicos muito podiam fazer, tanto num como noutro sentido. Era até inexplicavel a incuria de que pareciam dominados a tal respeito.

Duas causas contribuiam para o encarecimento da producção do café em relação á lavoura paulista, a saber:

1.º — o juro elevado que o fazendeiro pagava 12 % e mais, pelas quantias necessarias ao custeio das fazendas;

2.º — o salario do trabalhador desproporcionado com o preço do produto.

A remoção destas duas causas de encarecimento da producção podia ser efficazmente auxiliada pelos poderes publicos, promovendo elles a fundação de estabelecimentos de credito agricola e a introducção de trabalhadores ruraes, pelo desenvolvimento do serviço de immigração. Quanto ao augmento do consumo, vasto campo se offerecia á proficua intervenção dos poderes publicos. Neste sentido, poderiam auxiliar a propaganda em favor do consumo do produto, não como se fizera até então, ou como geralmente se pensava devesse ser feita, mas segundo processos commerciaes por intermedio de casas de torrefação e venda directa aos consumidores, nas cidades e povoações dos paizes que importavam e consumiam o café brasileiro em escala diminutissima, proporcionalmente á população.

A eficacia deste meio de propaganda commercial já estava demonstrada praticamente pelos notaveis resultados alcançados havia pouco na Italia e, sobretudo, na Republica Argentina, onde algumas casas fundadas nas condições acima indicadas haviam feito com que a exportação de café de Santos para Buenos Aires se avolumasse de anno para anno, fazendo crer que a Argentina seria dentro de alguns annos um dos melhores consumidores do produto.

Poderia o Governo adiantar capitaes, sem juro ou a juro modico, a casas commerciaes ou a emprezas de comprovada honorabilidade e competencia e que fossem ao mesmo tempo, interessadas na valorisação do produto. Conveniente e necessaria se tornava a intervenção do Governo neste sentido, porque precisavam ser avultados os capitaes destinados áquelle fim e porque sómente á falta de tal auxilio se devia atribuir a não existencia de casas commerciaes dessa natureza em alguns paizes diminuto se mostrava o consumo do café.

A crise da lavoura objectou o entrevistador para quem a soffria, era no momento o que se chamava vulgarmente um *aperto*. E de tal aperto ou se aliviava logo o padecente, ou elle viria a sucumbir. Ora, as medidas apontadas não traziam alivio prompto. Teria a lavoura forças para esperar pelos resultados tardonhos do alargamento do consumo?

Tal pergunta objectou o interpelado envolvia duas questões differentes: a primeira era se os meios que aconselhara

produziriam effeito prompto; a segunda se a lavoura teria forças para esperar.

Era verdade que as medidas apontadas não podiam produzir effeito immediato, no sentido de aliviar os sofrimentos da lavoura cafeeira, mas era preciso considerar que a crise de longos annos vinha a processar-se e os seus effeitos não podiam ser anullados de prompto, quaesquer que fossem as providencias adoptadas.

"As medidas que indiquei observou o Conselheiro Prado, parecem-me o verdadeiro remedio e o seu fim supremo não é aliviar e sim salvar os lavradores. Illudiam-se completamente os que acreditavam na efficacia da aplicação de qualquer dos processos aventados com o fito de se elevar o preço do café para livrar a lavoura cafeeira da crise.

Era o problema muito complexo para ser resolvido de modo tão simplista e ao alcance de qualquer curioso na difficil sciencia do governo das nações.

Por outro lado, a introducção de trabalhadores pelo desenvolvimento da immigração poderia produzir resultados apreciaveis. Bastava lembrar que, devido á falta de braços, alguns fazendeiros haviam sido forçados a elevar em mais de 20 % o preço annual do trato dos cafesaes.

Quanto á questão de se saber, se a lavoura podia esperar, convinha comparar a situação actual do café com a de alguns annos passados. E isto serviria tambem para mostrar a complexidade do problema.

Em 1903, estivera o café a 30 francos por 50 kilos no Havre e isto perante a pespectiva de enorme safra. Apezar do cambio cuja taxa favorecia o produtor, era incontestavel a existencia da crise sendo grandes e justos os queixumes a que dera origem.

Em 1905, o preço do café era de 48 francos por 50 kilos e entrava-se em periodo de franca reducção da producção; entretanto, porque a taxa cambial de 11 a 12 em 1903 passara a 18, perdurava a crise, não sendo menores nem menos justos as lastimas dos produtores.

Notavam-se portanto, situações diversas, criadas por influencias diversas, mas produzindo resultados identicos a permanencia da crise.

Em 1903 fôra ella determinada pelo preço do produto, nos mercados de consumo; em 1905 accentuara-se pela elevação da taxa cambial no paiz exportador ou no mercado de origem. Via-se que a situação do café, apezar da permanencia da crise era em 1905 consideravelmente melhor do que em 1903.

Poder-se-ia objectar que se a baixa do preço do café era em 1905 devida á elevada taxa cambial, visto como o preço do artigo nos mercados consumidores se avantajara de cerca de 60 % nos ultimos dois annos, parecia que ao ver do Conselheiro Prado vantajosa seria para a lavoura a depressão cambial á media das taxas de 1903.

Contestando a observação esclareceu o entrevistado que dada a situação monetaria do Brasil, onde todas as transacções se liquidavam por meio do papel-moeda, podia parecer que o productor, vendendo a sua mercadoria em ouro, lucrava com a baixa do cambio, porque recebia maior quantidade de papel-moeda corrente. Mas taes as oscillações do valor deste, não só as proprias do regimem monetario como as que elle favorecia que o lucro do produtor quasi sempre desaparecia ou convertia-se em prejuizo.

Sendo assim, parecia fóra de toda a duvida que a solução da crise da lavoura cafeeira, considerada sob este ponto de vista, que era da maxima importancia, dependia principalmente de uma medida radical no sentido de se pôr termo á instabilidade da moeda, que criava tantos e tão fortes embaraços ao commercio, ás industrias, ao desenvolvimento da riqueza pelo trabalho.

Esta medida radical seria acabar com o regimem do papel-moeda por meio da conversão possivel e opportuna, não só porque a taxa cambial quasi attingira á media em vigor nas épocas em que se haviam feito as emissões do papel em circulação, como pelo facto da existencia de grandes saldos de que o Governo parecia dispor na Europa, circumstancia que facilitaria a operação financeira necessaria áquelle fim.

Felizmente manifestava-se no paiz forte corrente de opinião em favor de tal medida e era de crer que o Ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, homem de reconhecida competencia no assumpto, criterioso e seguro, não se afastasse do bom caminho que trilhava quanto á regularisação do cambio, com a efficaz e proveitosa cooperação de habil auxiliar, o Dr. Custodio de Almeida, director do Banco da Republica.

Alludiu o jornalista ao boato então corrente de que o Governo de S. Paulo promovera e obtivera accordo com os Governos de Minas e do Rio de Janeiro tendo por base o projecto Siciliano sobejamente conhecido.

Constava porém, que depois de tudo assentado, elle não tivera bom acolhimento das influencias politicas e, principalmente, dos congressistas que pareciam não ter recebido previa consulta o que os melindrara.

Constava igualmente que para salvar a situação o *leader* da Camara dos Deputados apresentara, em vez do projecto Siciliano, o projecto anodino de simples autorisação ao Poder Executivo para novas negociações com os Governos de Minas, do Rio e com o da União, a se effectuarem sobre outras bases.

Respondendo-lhe expendeu o Conselheiro Prado o seu modo de ver sobre o projecto Siciliano.

Como todos quantos haviam vindo á luz, assentava-se sobre a base falsa da valorisação do café pelo processo artificial de exportação e consumo, em substituição das leis economicas reguladoras do preço dos produtos, segundo as necessidades ou conveniencias da offerta e da procura.

O Governo entregaria a exportação do café, durante seis annos e por contracto, a um grande syndicato, que, além dos lucros dessa colossal especulação, receberia o premio de 2 ½ a 3 ½ francos por sacca de café por elle exportado quantia a ser tirada do produto por um accrescimo de imposto de exportação!

"Creio que me dispensará de commentar semelhantes disposições, tanto mais quanto a idéa já foi condemnada por aquelles que teriam de votal-a no Congresso do Estado," verberou o antigo ministro da agricultura.

Passando a discorrer sobre a posição do café e o futuro do produto declarou o Conselheiro Prado que considerada a situação sob o ponto de vista commercial, attendendo ao preço relativamente alto do café nos mercados importadores, á diminuição sensivel na producção constatada pelas ultimas safras e perspectiva das safras conjuntas de 1905 e 1906, que não excederiam em S. Paulo, á media de 7 ¾ milhões de saccas por anno, dando 6 ½ milhões para 1905 e nove para 1906, acreditava que a situação realmente melhorara. Tinha comtudo algumas aprehensões quanto ao lado economico da questão.

Era preciso ter muito em vista o systema defeituoso de organisação do trabalho nas fazendas de café, systema que deveria ser considerado provisorio, como recurso de momento para acudir ás necessidades urgentes da lavoura no tempo da abolição e que, entretanto, ainda se conservava sem offerecer vantagens mutuas de estabilidade e segurança, tanto para o fazendeiro como para o colono. Os effeitos desta situação anormal tornavam-se mais graves em consequencia da deficiencia de trabalhadores, que, desligados das obrigações contratuaes efficazes, por falta de lei respectiva, viviam em continuo nomadismo com grave prejuizo das lavouras abandonadas.

Tanto para o fazendeiro como para o colono, tornava-se indispensavel a votação de lei que regulasse o trabalho agricola, aplicavel aos diversos systemas: locação de serviço, empreitada ou parceria.

Lembrou o jornalista a necessidade do estabelecimento de garantias reciprocas para o fazendeiro e o colono, collocando-se o salario deste a coberto do possivel fracasso do fazendeiro. Era isto essencial para se conseguir corrente immigratoria.

Encareceu o Cons. Prado, quanto o supprimento de braços á lavoura, precisava ser seriamente considerado. Era incontestavel que não podia o Brasil prescindir do colono extrangeiro. Não dispondo de outro trabalhador vivia exclusivamente na dependencia da immigração. O Brasil estava providencialmente destinado a sèr paiz de grande immigração. Della dependia a sua riqueza, nella podiam os brasileiros depositar a confiança no futuro. O regimem federativo vigente parecia ter desinteressado o Governo Federal da immigração. Fôra este um dos maiores erros dos governos republicanos. Taes interesses eram por sua natureza geraes; não podiam ficar a cargo exclusivo dos Estados, como sucedera nos ultimos annos.

Felizmente o Conselheiro Rodrigues Alves em sua mensagem presidencial, de 1905 afirmara que o Governo Federal cogitava de remover os embaraços que o Governo italiano procurava oppor á immigração para o Brasil e especialmente para S. Paulo.

Não era de esperar outra coisa do titular da pasta de Extrangeiros, o Barão do Rio Branco, assignalado pelo zelo á causa publica o grande patriotismo, a incontestavel capacidade de estadista em actos que lhe asseguravam immorredoura a gratidão nacional. Infelizmente, porém, o Congresso não mostrava interessar-se pelo assumpto; e era de receiar que tudo permanecesse na mesma.

Quanto á prohibição de novas plantações de café a sua efficacia declarou o Conselheiro Prado vehemente não poder acreditar em beneficios resultantes de uma lei anti-economica e anti-liberal, negação da riqueza pelo trabalho, attentatoria da propriedade e da applicação arbitraria ao direito de cobrar impostos.

A natureza dotara o Brasil com o privilegio de poder cultivar o café em parte do seu territorio, em taes condições de sólo e clima, que lhe permittia desafiar a concorrencia de todos os demais paizes produtores, sem receio de competição, tanto em quantidade como em qualidade do precioso produto.

No Brasil, o Estado de S. Paulo, era aquelle em que as condições de solo e clima se accentuavam mais favoraveis áquella cultura, entretanto, fôra S. Paulo o primeiro, e, felizmente, para o Brasil o unico a votar e manter em vigor uma lei que prohibia aos cultivadores da terra a utilisação da riqueza nella existente!

E notavel incoerencia! S. Paulo ainda agora tratava de levar as suas estradas de ferro ás regiões dos Estados visinhos, Minas e Paraná, onde se formavam novas plantações, facilitando-lhes assim o transporte do café para o seu mercado de exportação!

Identica medida restrictiva tentara o Marquez de Pombal aplicar aos vinhedos em Portugal e, apezar da alta capacidade deste estadista os resultados haviam sido funestissimos. O melhor caminho, neste particular, era o já seguido pelos Estados Unidos e a Allemanha: baratear a producção para alargar o consumo.

A lavoura paulista acceitara a lei prohibitiva resignada, como receberia qualquer outra medida que se lhe offerecesse com o rotulo de medida salvadora; do mesmo modo pelo qual receberia a queima do café, a destruição de parte dos cafesaes, pelo qual recebera outrora a abolição sem indemnização e estava recebendo todos os governos que lhe davam.

Não havia duvida que diminuir a producção era diminuir a offerta, mas para que deste facto resultasse a valorização do producto offerecido, tornava-se preciso que a procura se mantivesse a mesma ou augmentasse. O valor era sempre relativo e não podia ser determinado só pela alta do preço do genero. Bastava recordar que, ainda quando a procura se mantivesse ou augmentasse era necessário que a offerta se fizesse nas mesmas condições ou em melhores condições de producção. Quantos factores não influiam nisso, previstos e imprevistos? Apresentava-se sempre a complexidade do problema, que sómente poderia ser convenientemente resolvido por medidas igualmente complexas, tanto relativas ás condições economicas da producção, como áquellas em que se tinha de effectuar o consumo. Eram justas, portanto, as aprehensões de que participava a lavoura cafeeira paulista, encarada a situação do café do ponto de vista economico, tanto mais quanto ainda se tornava preciso contar com as eventualidades politicas capazes de agravar a crise.

As classes produtoras, que representavam o trabalho nacional, não podiam deixar de nutrir taes receios. Severamente argumentou o illustre entrevistado:

Era preciso que os governos republicanos se mostrassem effectivamente convencidos das vantagens do regimem democratico, cumpria-se aproximassem das classes que trabalhavam e cooperavam para a riqueza publica, que lhes conhecessem as necessidades e nellas se inspirassem, bem como em suas aspirações e soffrimentos; que instituissem, emfim o Governo do povo pelo povo, como era da essencia do regimem democratico.

Só assim encontrariam no povo o apoio necessario para resistir e debelar as crises.

Emfim era preciso que o governo fosse governo.



CAPITULO LVII

Noticias sobremodo alarmantes sobre a situação cafeeira em fins de 1905 — As estatisticas de G. Duuring e Zoon — Immenso avolumamento dos stocks — A enorme safra de 1906-1907

Em fins de 1905 publicavam G. Duuring & Zoon uma serie de dados nada tranquillisadores sobre a situação cafeeira universal, a retificar as estatisticas anteriores relativas ao ultimo decenio.

A producção total de café desde as colheitas de 1895-1896 fôra a seguinte:

	Total em saccas no mundo	Do Brasil
1895-1896	10.398.000	6.003.000
1896-1897	13.914.000	9.311.000
1897-1898	16.059.000	11.213.000
1898-1899	13.755.000	9.320.000
1899-1900	13.815.000	9.428.000
1900-1901	15.075.000	11.287.000
1901-1902	19.792.000	16.146.000
1902-1903	17.565.000	13.066.000
1903-1904	15.757.000	11.129.000
1904-1905	14.349.000	10.529.000

O movimento nos mercados da Europa e dos Estados Unidos assim se cifrara.

Annos	Entradas	Entregas	Existencias em 31 de dezembro
1896	11.960.000	11.959.700	2.186.700
1897	14.999.800	13.377.000	3.810.600
1898	15.249.700	14.325.800	4.734.500



1899	15.599.600	15.139.300	5.194.800
1900	14.203.500	14.385.300	4.982.300
1901	18.400.000	16.105.000	7.287.300
1902	18.159.200	15.555.000	9.891.500
1903	17.971.000	17.039.400	10.823.100
1904	15.885.300	16.124.800	10.716.600
1905	14.996.600	15.993.200	9.774.000

Relativamente ao ultimo quinquiennio haviam sido estes os preços extremos por arroba dos typos de Nova York:

Annos	N. 6	N. 7	N. 8	N. 9
1901.	10$100 a 16$700	6$200 a 10$300	5$900 a 9$900	5$600 a 9$600
1902.	6$500 a 8$500	6$200 a 8$400	5$500 a 7$700	5$200 a 7$300
1903.	6$000 a 9$400	5$700 a 9$000	5$200 a 8$600	4$900 a 8$200
1904.	8$000 a 11$400	7$700 a 11$000	7$400 a 10$600	7$100 a 10$200
1905.	6$400 a 9$700	6$200 a 9$500	6$000 a 9$300	5$800 a 9$100

Assim vemos que em 1905 as cotações estavam mais baixas do que em 1901 depois do resfolego relativo provocado pelas melhorias de 1903 a 1904. Mas é que os negociantes sabiam que se preparava para entrar em scena uma safra abortiva como essa que se anunciava prestes a se despejar das lavouras paulistas verdadeira catadupa de café.

A colheita a findar em 30 de junho de 1906, era calculada em 14.307 saccas do Brasil, a saber:

3.000.000 do Rio
7.000.000 de Santos
400.000 de Victoria
180.000 da Bahia

A colheita mundial para 1906-1907 estimava-se em ... 16.900.000 saccas, a saber:

	Brasil (media)		
Rio de Janeiro . .	3.500.000 a	3.750.000	
Santos	8.750.000 a	9.000.000	
Victoria		400.000	
Bahia		200.000	13.100.000
	America Central		
Mexico, Costa Rica, S. Salvador, e Guatemala		1.600.000	
Venezuela, Columbia, Equador e Perú		850.000	
Cuba, Porto Rico e Possessões inglezas nas Antilhas		150.000	
Haiti		350.000	2.950.000
	Africa		
Territorio do Congo, Liberia, Abissinia		180.000	180.000
	Asia		
Manilha, India Ingleza		200.000	
Java		450.000	
Sumatra		55.000	
Macassar, Menado, Timor		25.000	730.000
Total		16.960.000	

CAPITULO LVIII

O projecto de valorisação Alexandre Siciliano — Argumentação de seu autor — Situação privilegiada do Brasil como productor de café — Continuo accrescimo dos stocks mundiaes — Situação do superavit cafeeiro em 1905 — Estudo de depressão dos preços — Inabalavel confiança de Siciliano nas operações projectadas

Em 1905 divulgava-se em impresso de origem official um projecto para a valorisação do café da lavra do commendador Alexandre Siciliano, personagem de alto relevo nos meios financeiros e industriaes paulistas, director superitendente da Companhia Mecanica e Industrial de S. Paulo.

Teve este plano grande repercussão angariando numerosa adhesões e das mais valiosas.

Partia Siciliano da premissa de que o Brasil desfrutava de posição absolutamente privilegiada no mercado produtor de café, posição que desde 1870 se vinha accentuando notavelmente como demonstrava a tabella relativa a produção avaliada em milheiros de saccas.

Quinquiennios	Prod. media mundial	Prod. media universal, sem o Brasil	Prod. media Brasileira
1870-1875. . . .	7.325	3.975	3.530
1880-1885. . . .	10.525	4.625	5.900
1890-1895. . . .	10.455	4.305	6.150
1895-1900. . . .	13.250	4.550	8.690
1900-1905. . . .	16.350	3.990	12.350

Assim as proporções que cabiam ao Brasil haviam sido:

Em 1870-1875	46 %
Em 1880-1885	56 %
Em 1890-1895	59 %
Em 1895-1900	65 %
Em 1900-1905	76 %



O exame da tabella demonstrava a par do continuo augmento da producção brasileira, um quasi estacionamento nos outros paizes, inclusive os das nações hispanicas da America cujo accrescimo de producção tão pouco sensivel se mostrava que apenas constituia pequena compensação á diminuição lenta da producção malaia e asiatica, sobretudo em Java e Ceylão.

Não haviam no entanto faltado estimulos a que a producção extra-brasileiras se incrementasse. Podia se afirmar que o Brasil suppria no minimo, trez quatro partes de todo o café consumido no mundo. Achava-se além disto em condições tão especiaes que, não tendo competidor, por assim dizer podia, segundo o excesso ou a escassez do seu café determinar a alta ou a baixa em todos os mercados.

Tudo, pois, dependia do Brasil em materia de cotações cafeeiras.

Devido a essas condições tão excepcionalmente favoraveis, manifestara-se desenvolvimento excessivo no cultivo do café no Brasil determinando uma crise economica em todo o paiz que ameaçava arruinar os produtores.

A natureza especial da cultura do café, verdadeira fruticultura tornava muito mais difficil a solução de tal crise do que se se tratasse de artigo procedente de colheita anua.

Em relação ao futuro, existia infalivel meio curativo: prohibirem-se as novas plantações de café.

Diminuindo ou conservando-se estacionaria, a producção das lavouras existentes; e não apparecendo novos contigentes avolumadores da producção, era evidente que por certo tempo seria impossivel apparecerem no mercado suprimentos novos. E como o consumo augmentava ininterruptamente, o equilibrio entre o suprimento e a procura ficaria finalmente restabelecido, e uma alta razoavel de cotação se verificaria.

Já disto se cuidava no Brasil, onde as plantações de novas lavouras foram taxadas com impostos prohibitivos, na principal região cafeeira (o Estado de S. Paulo), desde 1904 com a anuencia dos proprios produtores.

Assegurava-se assim a futura posição do café, estabelecendo-se a certeza de que em periodo estrictamente limitado, o excesso de café existente desappareceria dos mercados tendo consequentemente os preços de subir.

Mas, esta medida de restricção das plantações ainda que viesse a produzir resultados infaliveis, não sómente era tardonha mas só principiaria a produzir effeitos apreciaveis ao cabo de quatro annos, tempo necessario, para que as lavouras começassem a produzir.

Até então, portanto a situação nos paizes produtores continuaria difficil e até ruinosa.

Tornava-se necessaria a introdução de medidas complementares que apressassem a melhora das cotações, tornando-as persistentes até que desaparecendo a super-producção os mercados se normalisassem.

A solução da crise se obteria retirando do mercado retendo-se-o, o excesso do café disponivel pelo tempo que se julgasse necessario.

Esta operação demandava porém uma serie de condições. Era preciso que o capital empregado na acquisição do produto voltasse integralmente, ao cabo de limitado periodo, ás mãos do capitalista; que com o capital, obtivesse o capitalista lucro razoavel como era justo; que durante todo o tempo em que o capital estivesse immobilisado, vencesse juros considerados justos; que todo e qualquer risco se desviasse da operação.

Afim de se reembolsar o capital empregado na compra do café, seria necessario que o total desse café se vendesse sem prejuizo, dentro de limitado prazo.

Para que este mesmo café pudesse ser vendido sem prejuizo tornava-se indispensavel que houvesse procura por parte dos consumidores. Isto se daria fatalmente em virtude da falta do genero nos mercados por não haver outra fonte de suprimento em qualquer outra parte do mundo.

Ahi se evidenciava a superioridade brasileira. Não havia fonte de producção capaz de abastecer os mercados se as contribuições do Brasil estacionassem.

Não se podia por em duvida o augmento do consumo mundial. Havia sido a seguinte a media annual nos quatro ultimos quinquiennios.

	Saccas
1885-1890.	9.865.000
1890-1895.	10.610.000
1895-1900.	13.045.000
1900-1905.	15.295.000

Notava-se pois a seguinte porcentagem do augmento annual por quinquiennio:

1890-1895.	1,7 %
1895-1900.	4,5 %
1900-1905.	3,33%

Assim apezar das vicissitudes do commercio cafeeiro para a alta e a baixa jamais deixara o consumo de crescer.

A compressão e por ultimo o desaparecimento do superavit representado pelos stocks se faria fatalmente. A questão toda era impedir que a produção brasileira se avolumasse novamente, mantendo por um tempo conveniente a lei que taxara prohibitivamente as novas lavouras.

O equilibrio entre os stocks do mundo e o consumo seria indubitavelmente estabelecido, desaparecendo assim o superavit agora existente, por ser absorvido pelo consumo.

O excesso, a ser retirado do mercado e armazenado, encontraria compradores e consumidores, volvendo aos cofres dos capitalistas o capital empregado e os lucros resultantes das vendas a preços mais elevados.

Taes lucros poderiam ser ainda augmentados graças a vantagens especiaes procedentes do augmento dos preços do principal artigo da exportação brasileira.

Era tambem do Brasil que a solução viria graças ao augmento dos direitos de exportação. Destes sahiria a importancia dos juros do capital preciso para a compra do excesso de café, quer fosse de facto empregado na operação, quer não, por isso o que podia muito bem acontecer que as cotações se elevassem conforme o seu proprio accordo logo que se soubesse da actuação de um convenio capaz de normalizar os mercados, sem necessitar fazer nova compra.

Qual a quantidade do café a retirar dos mercados? indagava Siciliano.

Em regra geral, o preço de um artigo importante de largo consumo vinha a ser resultante natural do suprimento e procura a que estava sujeito. O suprimento e a procura dependiam a seu turno das relações existentes entre o stock disponivel e a capacidade do consumo, dentro de dado prazo.

Os preços de um produto dependiam portanto, dos seus stocks disponiveis e do consumo em determinado periodo.

Os stocks eram naturalmente influenciados em maior ou menor grau, pelas probabilidades de suprimento no espaço de um ou dois annos immediatos.

Assim, por exemplo, a previsão de que uma ou duas colheitas de café correriam más, exercia natural influencia sobre a alta ou a baixa, modificando mais ou menos os preços já sujeitos ás relações entre os stocks disponiveis e o consumo.

Nos quinze annos que medeavam entre 1880 a 1895 haviam sido estas a produção e o consumo mundial, em milheiros de saccas.

Quinquiennios	Producção	Consumo
1880-1885 . . .	10.525	10.125
1885-1890 . . .	9.080	9.800
1890-1895 . . .	10.455	10.325

Os stocks mundiaes que em 1885 haviam attingido o alto numero de 5.050.000 de saccas baixaram entre os seguintes quinquiennios a 4.175.000 e 2.450.000.

Em 1890 os stocks estavam tão baixos que haviam permittido a violenta alta do genero; tinham subido porém no decorrer do quinquiennio de 1890-1895 de 1.925.000 saccas a 3.150.000.

Os preços por 50 kilos haviam assim oscillado no Havre:

De 1880 a 1885 entre 41 e 48 francos
De 1889 a 1890 entre 45 e 123 francos
De 1890 a 1895 entre 86 e 132 francos

E a porcentagem calculada entre os stocks e o consumo tinham sido:

De 1880 a 1885 50 %
De 1880 a 1885 entre 25 e 50 %
De 1890 a 1895 entre 18 e 33 %

Entre 1895 e 1905 havia a notar os seguintes dados (em milheiros de saccas):

Annos	Producção Mundial	Consumo Mundial	Diferença entre a prod. e o consumo
1895-1896. . .	10.395	10.965	— 570
1895-1897. . .	13.915	12.430	+ 1.485
1897-1898. . .	16.050	14.580	+ 1.470
1898-1899. . .	13.725	12.995	+ 730
1899-1900. . .	13.805	14.250	— 445
1900-1901. . .	15.070	13.965	+ 1.105
1901-1902. . .	19.790	15.320	+ 4.470
1902-1903. . .	16.665	16.095	+ 570
1903-1904. . .	15.990	15.590	+ 400
1904-1905. . .	14.745	15.805	— 1.060

Assim nestes dez annos os saldos positivos haviam sido de 10.230.000 saccas e os negativos de 2.075.000 dando uma differença a favor da producção de 8.155.000 saccas. Assim com o stock de 3.150.000 de saccas, que vinha de 1895, havia o suprimento visivel subido constantemente como se depreendia dos numeros relativos a milheiros de saccas.

Annos	Stocks	Preços por 50 ks. francos	
1895-1896.	2.490.000	71	96
1896-1897.	3.975.000	43	70
1897-1898.	5.445.000	33	48
1898-1899.	6.175.000	33	40
1899-1900.	5.730.000	31	48
1900-1901.	6.835.000	35	56
1901-1902.	11.305.000	33	49
1902-1903.	11.875.000	30	39
1903-1904.	12.275.000	29,5	50
1904-1905.	11.265.000	40,25	50,5

Tabella sugestiva era a da porcentagem calculada sobre os stocks e o consumo:

1895-1896	23 %
1896-1897	32 %
1897-1898	37 %
1898-1899	47 %
1899-1900	40 %
1900-1901	49 %
1901-1902	74 %
1902-1903	74 %
1903-1904	78 %
1904-1905	71 %

Assim o enorme saldo entre 1900-1901 e 1901-1902 provocado pela formidavel safra do ultimo anno, sobretudo pela producção paulista fora o grande desequilibrador do commercio cafeeiro.

Interessante tambem o confronto entre os numeros da porcentagem dos stocks e as medias dos preços por 50 kilos.

		Milhões de saccas
1895-1896	83,5	2.490
1896-1897	56,5	3.975
1897-1898	40,5	5.445
1898-1899	36,5	6.175
1899-1900	39,5	5.730
1900-1901	45,5	6.835
1901-1902	41,	11.305
1902-1903	34,5	11.875
1903-1904	39,5	12.275
1904-1905	45,25	11.265

Assim se accentuara a depressão dos preços a medida que o stock se avolumara. Nos quatro primeiros annos, viera esta depressão de 100 a 43 por cento e os stocks haviam subido de 100 a 250 por cento. Dahi em diante as variações tinham sido pequenas para os preços. A media dos seis annos fôra 40,8, muito visinha das cotações de 1897-1899 e neste lapso de annos dobrara o suprimento visivel. Era de esperar que ainda mais baixos fossem os preços mas houvera ahi a alta do cambio brasileiro que obstara tal baixa.

Observava Siciliano que subsequentemente ao anno de 1885, ultimo de um periodo de super-producção, tendo entrado a producção do café em declinio, os suprimentos visiveis começaram a diminuir, e como consequencia de tal os preços a elevar-se rapida e consideravelmente.

Já em 1885, a alta havia começado, apezar de suprimentos relativamente enormes, pois se elevavam a 50 % do consumo. Certo fora que o suprimento diminuira. E este facto, combinado com o augmento da procura, produziram um effeito retroactivo sobre as quantidades offerecidas.

Mais tarde, em 1896-1897, inicio de longo periodo de super-producção, tendo o consumo do anno se elevado acima de doze milhões de saccas bastara um suprimento visivel de quatro milhões de saccas para fazer baixar rapidamente os preços.

De facto, aquelle suprimento tenderia a augmentar se a perspectiva se mostrasse inteiramente a favor de um excesso nas quantidades offerecidas, comparadas com o consumo. Com effeito em 1897-1898 fora a safra enorme, e excedendo a de-

zesseis milhões de saccas. Em 1896-1897 já a colheita fora de algum modo prevista, e os preços tinham immediatamente baixado, não obstante o facto de se não terem elevado os stocks existentes a mais de um terço do consumo.

Em synthese entendia Siciliano poder estabelecer que se um forte elemento capitalista interviesse no mercado, tentando impedir a baixa, até que o excesso da producção existente desaparecesse, e se, em combinação com essa operação, continuassem a vigorar as taxas prohibitivas de novas plantações, seria evidente que, na peor hypothese os preços subiriam consideravelmente, logo que o suprimento visivel, que era de 71 por cento, se reduzisse a 50 % do total do consumo, a saber se baixasse a cerca de 8 milhões de saccas.

Tornar-se-ia neste caso, necessario comprar e armazenar trez milhões de saccas.

As condições de facto, se mostravam todas em favor da alta, porque não se apresentava meramente uma questão de previsão calculada, e sim de certeza, a circumstancia de que os suprimentos visiveis continuariam em constante decrescimo.

A posição conquistada seria por conseguinte muito melhor ainda do que a excellente situação estatistica de 1885, quando se dera grande alta do café.

Mostrava Siciliano inabalavel fé no exito da operação valorisadora. A lei prohibitiva de novos cafesaes abrangeria ainda o anno de 1907. As lavouras que se plantassem em 1908 iriam começar a produzir em 1911 e 1912.

Assim a producção brasileira não poderia augmentar nos nove annos proximos. Na realidade, era possivel que baixasse algum tanto pela razão de serem velhas muitas das lavouras existentes.

Para maior segurança de raciocinio que se admittisse, por um momento, que a contribuição brasileira mantivesse a sua presente capacidade, durante oito annos. Como este contingente, brasileiro e o não brasileiro, não estariam por muito tempo sujeitos a variações, dahi se deduzia que a producção mundial, se manteria inalteravel.

O consumo comtudo não diminuiria em sua media constante 400.000 saccas annuaes. Nada autorisava tal suposição.

As bases iniciadas para o calculo do exito da valorisação seriam 16 milhões para a producção e 15 e meio milhões para o consumo. Ir-se-ia pois jogar com os seguintes calculos para a anticipação dos oito annos.

	Saccas
Suprimento visivel em 1.º de julho 1905	11.250.000
Producção invariavel para os annos de 1905-13.	16.000.000
Consumo do ultimo anno (1904-1905) . .	15.500.000
Augmento reg. de consumo a partir de 1905-06	400.000

Interessante o calculo de Siciliano demonstrativo das fases da posição do café, mundialmente fallando, de 1905 a 1913. Os numeros se exprimem em milheiros de saccas.

Annos	Producção	Consumo
1905-1906	16.000	15.900
1906-1907	16.000	16.300
1907-1908	16.000	16.700
1908-1909	16.000	17.100
1909-1910	16.000	17.500
1910-1911	16.000	17.900
1911-1912	16.000	18.300
1912-1913	16.000	18.700
Totaes	128.000	138.400

Assim a constancia da producção e o crescimento natural do consumo reduzira o enorme stock de 1.º de julho de 1905 do seguinte modo (em milheiros de saccas).

1905	11.250
1906	11.350
1907	11.050
1908	10.350
1909	9.250
1910	7.750
1911	5.850
1912	3.550
1913	1.850

CAPITULO LIX

Optimismo de Siciliano — Analise das variações dos preços do consumo — O Brasil grande e unico regulador dos mercados universaes — Bases de um contracto a ser estabelecido entre o Governo de S. Paulo e um syndicato bancario estrangeiro — Preços minimos a serem pagos aos productores — Necessidade imprescindivel de adquirir parte dos stocks — Lucros previstos por Siciliano para o Syndicato

Verdadeiro optimismo, e do mais intenso, se apoderara do autor do plano valorisador.

Este calculo não poderia demonstrar o estado positivo das condições para todo o octenio. Poderia ser acceito sómente até 1910-1911. Desta data em diante a falta de café produziria tão consideravel encarecimento, que o consumo, na hypothese mais favoravel, se conservaria estacionario, em vez de augmentar. Os preços se elevariam a mais de 100 francos, por 50 kilos a partir de 1911: era isto o que provavelmente aconteceria.

A 30 de junho de 1911 o consumo mundial teria attingido a um pouco menos de 18 milhões de saccas, emquanto o suprimento visivel se reduziria á cerca de 6 milhões isto é, a pouco menos da terça parte do consumo. Renovar-se-ia uma situação de consequencias identicas á de 1886-1887, em que, a alta de preços começara a manifestar-se, chegando dentre em pouco a colossaes proporções.

Era preciso conciliar interesses para que a alta immoderada dos preços não afugentasse os consumidores. Qual teria de ser o preço normal das vendas no exterior? Argumentando com o caso francez e as imprescindiveis exigencias do produtor brasileiro dizia Siciliano que com relação ao produtor brasileiro, a cotação do Havre (48 a 49 francos por 50 kilos) corresponderia ao preço de 4$000 por 10 kilos ou 6$000 por arroba em Santos (antes de pagos os direitos de exportação).



Estes 6$000 por arroba, representavam exactamente o custo medio da producção do café em S. Paulo, não se tomando em conta, quer o juro ou fundo de amortisação do capital empregado quer o lucro do produtor.

Ora, a cultura do café requeria pesado desembolso de fundos, capital que, só começava a produzir lucros passado o sexto anno de seu emprego.

As bemfeitorias, maquinismos, terreiros, edificações, o material de transporte e o alto valor das boas terras, representavam somma muito consideravel, que precisaria ser amortizada dentro de 20 annos ou pouco mais, porque á expiração desse prazo a producção decresceria reduzindo-se assim, consideravelmente, o lucro.

E ainda estava a lavoura sujeita a innumeraveis riscos, occasionados pelas geadas, secas mais ou menos prolongadas, pragas, sem fallar na possivel falta de trabalhadores.

Dahi resultava algumas vezes a perda total da plantação. Por estas razões, era necessario, afim de se poder cobrir o fundo de amortisação, juros do capital, que a cotação se elevasse a 40 % no minimo sobre os preços actuaes ou 60 a 68 francos no Havre, por 50 kilos. Se se addicionasse áquella somma um lucro razoavel para o lavrador, chegar-se-ia a um minimo de 70 francos por 50 kilos preço acceitavel e até bom para o produtor. O valor do café, como de todos os artigos importados do commercio mundial fluctuava nos mercados. Concedendo-se uma margem de 10 francos para taes eventualidades, chegar-se-ia ao seguinte resultado final: O preço normal do café, vendido em grosso nos mercados dos paizes consumidores, oscillaria entre 70 e 80 francos por 50 kilos.

Mas taes preços conviriam ao consumo?

Existiam elementos seguros para se determinar o preço que o artigo poderia alcançar, dentro dos limites acceitaveis pelo consumidor.

As estatisticas se encarregavam de fornecer a desejada solução: Tomados os ultimos 19 ou 20 annos e dividido este longo periodo em duas partes iguaes, de 1887 a 1890 e de 1896 a 1905, ver-se-ia que, no primeiro periodo, houvera escassez de producção subindo os preços a um nivel excessivamente alto, até attingirem um maximo de 132 francos por 50 kilos (em 1890).

No segundo periodo, occorrera o phenomeno contrario. A super-producção fora a feição dominante e os preços haviam baixado até 30 francos, por 50 kilos.

Logo, era evidente que durante todo o primeiro periodo a procura motivara correspondentemente altos preços, porque ninguem queria vender café com prejuizo. Entretanto, o consumo não deixara de augmentar, ainda que lentamente, como sempre succedera.

Seguira-se o periodo de super-producção e, como de sobra se sabia, as cotações tinham baixado a um grau extraordinario. Entretanto, os preços para o consumidor haviam soffrido, quasi universalmente, pequenas modificações.

Era o café vendido no varejo, tão alto que não correspondia á grande baixa do preço de acquisição nos paizes productores.

Podia Siciliano ter ainda aduzido mais um argumento. E' que as nações consumidoras dispunham de moeda estabilisada. O custo da vida nelles pouco variava. As oscillações eram todas de origem commercial.

Explicava o autor do plano o que se passava. Sendo o café artigo sujeito a grandes fluctuações, era claro e natural que os varejistas procurassem manter seu preço no mais elevado nivel possivel, de modo que não fosse preciso alteral-o a cada momento. Perderiam dinheiro se procedessem de outro modo.

O consumidor, por outro lado, geralmente não reclamava porque estava só acostumado á pagal-o por bom preço como tambem porque ignorava que o artigo se achava em baixa, para as acquisições em grosso. O consumo do café, por cabeça, até mesmo nos paizes em que avultava era sempre pequeno e a alta de preços não afetava a situação de quem quer que fosse como consumidor. Nos Estados Unidos, onde o café entrava livre de direitos, o consumo não subia além de 5 kilos por cabeça.

A segunda das razões pela qual o preço do varejo não diminuia proporcionalmente ao preço do custo das compras em grosso, vinha a ser a seguinte: havia duas especies de despesas pesando sobre café torrado e prompto para o consumo, uma dellas representada pelo custo de acquisição nos paizes produtores e a outra por uma serie de onus taes como: transporte, seguros, lucros dos intermediarios, armezenagens, direitos de exportação, entrada, consumo, transportes ao interior do paiz consumidor, torrefação, acondicionamento, custo de annuncios etc. A primeira variava segundo a feição do mercado; a segunda, no emtanto, mostrava-se fixa e invariavel. As despezas relativas á segunda parte augmentavam muito

mais que as da primeira, e, por conseguinte, não admittiam modificações apreciaveis no preço de varejo.

Era typico o caso da França.

O café pelo qual o produtor brasileiro recebera cerca de 0,60 centimos por kilo pagava ao governo francez frs. 1,30 de direitos, despendendo-se ainda quasi outro tanto com as diversas despezas mencionadas.

Elevava-se o seu custo total a 3 francos, isto é, a 0,60 cents., ou 20 % no Brasil e frs. 2,40 ou 80 % de despezas.

Se os preços no Brasil subissem de 50 %, o que corresponderia á cotação de 72 francos por 50 kilos no Havre, o mesmo kilo de café na França custaria francos 2,40 mais 0,90 ou francos 3,30 em vez de 3 francos.

A differença seria tão pequena que o negociante não pensaria em modificar o seu preço anterior de venda.

Consequentemente, as fluctuações dos preços do café nas vendas por atacado, não affectavam sinão mui ligeiramente o consumidor.

Podia-se pois affirmar que, se o Brasil vendia barato os seus cafés, não o fazia porque o consumo assim o exigisse ou para tanto concorresse, mas simplesmente porque o suprimento do genero era abundante.

Durante 9 ou 10 annos, de 1887 a 1896, os cafés tinham sido vendidos aos preços de 75 a 132 francos e por toda a parte os effeitos haviam proseguido de modo natural.

Era evidente que não haveria o menor obstaculo a que os preços subissem a 80 francos. E entretanto seria isto justa compensação áquelles que trabalhavam tão diligentemente para produzir artigo altamente apreciado por todo mundo.

Concluindo chamava Siciliano a attenção para os pontos seguintes:

Durante a alta o maior preço alcançado pelo café fora o de 132 francos; durante a maior baixa o minimo chegara a 30 francos.

A media daria justo preço do artigo: 81 francos por kilo no Havre. O Brasil, entretanto, contentava-se até com menos. Assim acceitaria, com satisfação, os preços de 70 a 75 francos.

Synthetisando a sua exposição de motivos tinha Siciliano como indestructivelmente demonstrado que o Brasil, produtor de quasi trez quartas partes das safras mundiaes de café, havendo estancado todo e qualquer excesso desta producção, era o grande regulador dos mercados do Universo. E como o consumo mundial crescia sempre, dentro de 3 a 6 annos, no ma-

ximo, voltaria infallivelmente o equilibrio entre a offerta e a procura e a alta consequencia das cotações.

Deste modo o café retirado dos mercados por intervenção official poderia ser vendido com lucro, dentro em muito pouco tempo, offerecendo seguro e proveitoso emprego ao capital aplicado nessa transacção.

Se esta retirada assumisse certo vulto a alta das cotações seria immediata, os preços de 75 e 80 francos não affetariam de modo algum, em grau apreciavel, as condições do consumo e eram mais baixos do que os preços medios dominadores dos mercados durante longos periodos.

Assim admittia Siciliano como conclusões inflexiveis.

Com um capital disponivel, relativamente não consideravel, seria possivel effectuar-se de uma vez e, por muitos annos, razoavel alta de cotações do café, de modo a offerecer aos productores brasileiros preço remunerador ás colheitas e em beneficio geral de todo o paiz.

Estava o Brasil habilitado a offerecer aos capitalistas que suprissem os fundos para a operação em vista, perfeita segurança para o seu dinheiro e bom lucro em trocos dos grandes beneficios que lhes asseguraria com a positiva elevação do valor do seu principal artigo de exportação.

Redigiu Siciliano as bases de um contracto a ser lavrado entre o Governo do Estado de S. Paulo e um syndicato de capitalistas que se encarregasse de conduzir os negocios da valorisação.

Duraria o prazo de tal contracto, seis annos, prorrogaveis por prazos successivos de dois annos.

Obrigar-se-ia o Syndicato a garantir, por todo o café do Brasil, (até o maximo de 12 milhões de saccas por anno), em ouro ou em moeda papel, ao cambio do dia, os seguintes preços para o typo 7, americano, e por sacca de 60 kilos:

64 francos no primeiro anno, ou mais ou menos, francos 67,50, no Havre, por 50 kilos, inclusive todas as despezas de exportação.

68 francos no segundo anno ou mais ou menos, francos 72, no Havre, por 50 kilos, nas mesmas condições.

72 francos no terceiro anno, ou mais ou menos francos 80 no Havre por 50 kilos 75 francos, no quarto anno e nos seguintes ou mais ou menos 80 francos, no Havre por 50 kilos, idem.

Estes preços, em ouro, ao cambio de 17 pence, correspondiam

	por 10 kilos
No primeiro anno, a cerca de	6$000
No segundo anno, a cerca de	6$400
No terceiro anno, a cerca de	6$700
Do quarto anno em diante de	7$000

Na vigencia do contracto ficariam inalteraveis os impostos de exportação existentes e o decorrente do proprio contracto.

O Syndicato se obrigaria a comprar, por anno, sem ter preferencia, até a totalidade de 12 milhões de saccas, que não alcançassem os preços estipulados anteriormente devendo exportal-os sujeitando-se a pagar os impostos vigentes. Poderia porém fazer um stock até um milhão de saccas, armazenadas no Brasil.

O Syndicato não poderia fazer compras a preços acima dos minimos fixados, nem realizar vendas a menos de 10 % acima daquelles mesmos minimos.

Durante todo o prazo do contracto, o Governo Brasileiro obrigar-se-ia a limitar a exportação do café, qualquer que fosse a qualidade deste, a 12 milhões de saccas annualmente.

Este limite seria considerado a media annual. Se qualquer anno a exportação não attingisse os 12 milhões de saccas, a differença, qualquer que fosse, poderia ser accrescida a exportação dos annos subsequentes em que por ventura a producção não atingisse aos 12 milhões, nunca devendo, no emtanto, a media annual exceder ao maximo estabelecidos 12 milhões annuaes.

Por todo o café exportado do Brasil fosse quem fosse o exportador, o Governo pagaria ao Syndicato, por sacca de 60 kilos, a commissão de:

2 francos e 50 cents. no primeiro anno.

3 francos no segundo anno.

3 francos 4 e 50 cents. no terceiro e seguintes até a terminação do contracto.

Ao expirar o contracto o Governo compraria ao preço de 75 francos por 50 kilos todo o café de que o Syndicato estivesse de posse se o mesmo houvesse sido adquirido sob as bases firmadas da transacção.

Se acaso não o fizesse era tacito que tal recusa corresponderia a uma prorogação de dois annos e assim por diante até que todo o café do Syndicato se houvesse esgotado.

Podia porém o Governo rescindir o ajuste, comprando todo o café em mãos do Syndicato, ao preço estabelecido no

contracto para aquelle anno, e o accrescimo de 10 %. Pagar-lhe-ia a titulo de indemnisação a quantia de libras por anno que faltasse até a terminação do contracto, sem prejuizo da commissão a que o Syndicato teria direito durante aquelle tempo. Para o pagamento da commissão, o Governo criaria, para todo o café exportado, novo imposto addicional aos direitos de exportação vigentes o qual não poderia ser distrahido para qualquer outro fim.

Os preços basicos do contracto referiam-se ao typo 7 americano. Seriam porém estabelecidos outros tambem para os demais typos.

Tranquillisando os timoratos que poderiam receiar uma diminuição consideravel de consumo ante a nova alta de preços observava Siciliano que o consumo de café cada vez mais se vulgarisava por toda a parte do mundo civilisado, até mesmo nas localidades mais distantes do interior na Europa e Estados Unidos, onde havia casas apropriadas, para a venda a varejo, moagens, armazens para a venda em larga escala. Alli se encontravam cafés de diversas qualidades e em não pequenas quantidades acomodando-se aos pedidos de toda a classe de compradores e todos os gostos.

Era evidente que nenhum destes estabelecimentos poderia conservar-se sem uma certa reserva de stock, para fazer frente ás eventualidades do commercio. Se num momento dado se mostrasse incapaz de suprir aos freguezes habituaes, estes, compelidos a recorrer a outros negociantes, os deixariam para sempre arruinados.

Taes estabelecimentos eram geralmente montados com grandes despezas e muito trabalho, representado, em quasi todos os casos, o unico meio de vida dos proprietarios respectivos.

Poder-se-ia portanto, conceber que toda essa gente se privaria de continuar as suas compras? Além disso, se de facto diminuissem demasiadamente os stocks, não era certo que ficariam á mercê dos vendedores para depois, terem de pagar altos preços pelo artigo?

Era evidente que a mesma coisa aconteceria com as grandes casas importadoras e, consequentemente, nem por um momento, se poderia imaginar que o commercio do genero tivesse de soffrer a mais leve interrupção.

Se alguns depositos se achavam regularmente supridos, muitos outros havia em condições desfavoraveis. Estes ultimos teriam de procurar, a um só tempo, recursos nos merca-

dos, a qualquer preço, e a procura se desenvolveria de tal modo, que produziria de novo augmento exagerado de preços.

Era claro que taes negociantes não estariam habilitados a vender dahi em diante o artigo aos seus freguezes pelos preços antigos, e como mesma coisa se repetiria por toda a parte, estabelecer-se-ia então o equilibrio commercial a um alto nivel de preços, sem que ninguem fosse capaz de pensar em offerecer qualquer resistencia.

Fóra de toda e qualquer duvida, portanto, que seria sufficiente retiraram-se effectivamente do mercado dois milhões de saccas de café, para que os preços subissem a 65 e 70 francos no primeiro anno, com tendencia a maior alta nos annos seguintes.

Seria portanto, somente preciso empregar capital para a acquisição de pequena quantidade de café.

Se no contrario se previra a compra até 12 milhões de saccas por anno, no Brasil, fôra isto para se proceder com prudencia e principalmente com o fim de afastar do negocio a possibilidade de qualquer especulação, como tambem para levar, ao espirito de todos, a segurança de que os preços do produto não poderiam descer, e, por conseguinte, para que todos ficassem habilitados a comprar e vender sem aprehensões.

A alta gradual dos preços durante o periodo de quatro annos, de 64 francos no primeiro anno, 68 francos no segundo, 72 francos no terceiro e 75 francos no quarto anno e subsequentes, tinha dois objectivos. Em primeiro lugar, tornava mais suave a operação prevenindo serias perturbações no commercio; em segundo, cooperava de modo decisivo para a elevação das cotações, sem ser necessaria a intervenção do Syndicato no mercado, evitando-se assim o emprego de capital.

De facto, uma vez que as partes interessadas tivessem realizado o contracto, os preços do produto começariam a attingir mais altas cotações no segundo anno (pouco mais de 6 % do que no primeiro).

Então, dar-se-ia o seguinte: affirmava o autor do plano, aquelles que possuissem ou produzissem café, esforçar-se-iam por guardal-o ou vendel-o mais tarde, ou poderiam vendel-o por preço intermediario entre os preços garantidos pelo Syndicato nos dois annos indicados.

Por outro lado, aquelles que precisassem comprar, teriam o maior interesse em não esperar até o anno seguinte, para não se verem obrigados a fazel-o talvez até por preço mais alto do que o do Syndicato.

Nos annos seguintes, dar-se-ia a mesma coisa. Depois do quarto anno, o excesso de producção teria em grande parte desapparecido ou se manifestaria positivamente em declinio, e, então, os preços manter-se-iam natural e automaticamente.

A alta gradual dos preços seria portanto, em qualquer sentido, medida benefica e vantajosa a todos.

Haviam os commissarios de Santos manifestado receios de que o Syndicato, querendo combater a especulação viesse a prejudicar-lhe o commercio. Dahi a providencia que o Consorcio bancario não faria compras acima dos minimos, fixados, nem vendas a menos de dez por cento acima desses minimos.

Compromettendo-se a não consentir na exportação excedente da media annual de 12 milhões de saccas, o Governo, a fim de estar habilitado a cumprir este compromisso, seria compelido a não permittir grande expansão da cultura. Assim, ver-se-ia obrigado a manter zelosamente o imposto prohibitivo das novas plantações, durante o periodo necessario, de modo que o excesso de producção desappareceria fatalmente.

A expansão da cultura, occorreria naturalmente immediata e consecutiva á alta de preços se nenhuma medida se interpuzesse para conter tal movimento.

O resultado seria que o contracto teria prorogação ilimitada e, emquanto isso se desse, nos portos brasileiros se accumulariam os stocks que não pudessem ser exportados em virtude do contracto, o que provocaria afinal uma crise commercial colocando o Governo em serios embaraços.

Portanto, emquanto o Governo tivesse a obrigação de limitar a exportação, teria de evitar taes dificuldades, moderando ou continuando a dificultar as plantações novas.

Como a media da producção brasileira não excedia de 12 milhões de saccas, era evidente que a clausula limitadora da exportação desse maximo não teria aplicação. Os seus fins, portanto, eram meramente preventivos.

Ninguem ignorava que havia desvios, por vezes grandes, entre os totaes das safras consecutivas. A media de 12 milhões de saccas exportaveis mostrava-se razoavel para obviar a estes desvios ora acima ora abaixo deste numero.

Os recursos de que lançaria mão, o Syndicato os auferia sobretudo das commissões estipuladas. Estudando o mecanismo financeiro da valorisação entendia Siciliano que o Consorcio que delle se encarregasse precisaria de 362.300.000 frs. dos quaes 25 milhões para as despezas de organisação e installação, criação de agencias, depositos, cauções, etc.

Corresponderia o resto a somma necessaria, á compra de cinco milhões de saccas de 50 kilos e as despezas de transporte aos portos extrangeiros a razão de 67,5 por sacca ou fosse um total de 337.500.000 francos.

Era clausula contractual que todo o café vendido deveria dar o lucro minimo de 10 %. Evidentemente o café comprado seria vendido gradualmente, durante os annos do contracto, á proporção que a posição commercial do produto se consolidasse. E naturalmente o faria, graças á geral convicção de que as cotações seriam mantidas pelo Syndicato, emquanto a superprodução continuasse e até que o excesso de produção tendesse decididamente a desaparecer.

As receitas do Syndicato procederiam de duas fontes: da commissão sobre a exportação, o lucro das vendas do café comprado no começo ou nos annos subsequentes á operação.

Os 5 milhões de saccas de café deveriam produzir ao menos o lucro medio de 10 francos por sacca, durante o prazo de contracto.

Querendo afastar de si a pecha do optimismo dizia Siciliano que admittiria para o calculo dos lucros provenientes da commissão sobre a exportação, que a media annual desta não fosse maior de 11 milhões de saccas de 60 kilos.

Os lucros brutos do Syndicato sobre essa fonte de renda seriam portanto:

	francos	francos
1.º anno 11 milhões. . .	2,50	27.500.000
2.º anno 11 milhões. . .	3,00	33.000.000
3.º anno 11 milhões. . .	3,50	38.500.000
4.º anno 11 milhões. . .	3,50	38.500.000
5.º anno 11 milhões. . .	3,50	38.500.000
6.º anno 11 milhões. . .	3,50	38.500.000
Total		214.500.000
Lucro aproximado sobre o café negociado . . .		50.000.000
Lucros brutos totaes . . .		264.500.000

Quanto ás despezas provaveis, nos seis annos não subiriam a mais de 5 milhões annuaes ou fosse um total de trinta milhões de francos.

Portanto, o lucro liquido annual seria na peor hypothese, de 30 milhões de francos ou cerca de 11 % ao anno sobre o capital effectivamente empregado de 362.500.000 francos, isto no caso que os 5 milhões de saccas de café só fossem vendidas nos ultimos annos do contracto.

Se, porém, o café fosse vendido gradualmente, como era de supor, os lucros se mostrariam muito maiores, porquanto era evidente que, de anno para anno, o capital empregado ficaria cada vez mais reduzido.

Entendia Siciliano poder estabelecer um schema para seis annos entre os seguintes dados: capital inicial e dos diversos annos, quotas de capital retirado pela venda de um milhão de saccas e saldo de capital passado para o anno seguinte.

Assim no primeiro anno o capital inicial de 25 milhões de francos se accrescia da quantia necessaria á compra de 5 milhões de saccas, a frs. 67,5 postos no Havre ou 337.500.000 francos ou um total de 352.500.000 francos.

	Capital do anno presente	Quota de capital retirado	Saldo de capital
2.° anno . . .	362.500.000	67.500.000	295.000.000
3.° anno . . .	295.000.000	67.500.000	227.500.000
4.° anno . . .	227.500.000	67.500.000	160.000.000
5.° anno . . .	160.000.000	67.500.000	92.500.000
6.° anno . . .	92.500.000	67.500.000	25.000.000

Estes 25 milhões de saldo final eram exactamente o capital inicial.

Se a compra de todo o café tivesse de ser feita no primeiro anno ao preço estatuido de francos 67,50, posto no Havre o lucro total da operação attingiria no cabo de seis annos 89.850.000 francos.

Assim se discriminava, admittindo-se um lucro total sobre um milhão de saccas.

	francos
No 2.° anno vendas a 72 frs. e mais 10 % .	11.700.000
No 3.° anno vendas a 79,50 e mais 10 % .	16.650.000
No 4.° anno vendas a 80 frs. e mais 10 % .	20.500.000
No 5.° anno vendas a 80 frs. e mais 10 % .	20.500.000
No 6.° anno vendas a 80 frs. e mais 10 % .	20.500.000
Total	89.850.000

Assim os lucros do Syndicato provenientes da commissão sobre a exportação e o café negociado se avaliavam em milheiros de francos.

Annos	Commisões	Lucros	Lucros
1.º	27.500	—	27.500
2.º	33.000	11.700	27.150
3.º	38.500	16.650	55.150
4.º	38.500	20.500	59.000
5.º	38.500	20.500	59.000
6.º	38.500	89.850	59.000
Totaes . .	214.500	89.850	304.350

Admittindo-se como necessario 10 milhões de francos para os gastos do Syndicato e que as despezas de direção fossem de 5 milhões annuaes, restariam francos 264.350.000 de lucros absolutamente liquidos ou 44 milhões de francos por anno, o que equivalia ao juro de mais de 12 % ao anno.

Se em vez de 5 milhões de saccas fossem compradas 6 ou 7 milhões, o resultado final seria quasi o mesmo; um pouco menor nos dois primeiros annos, porém maior nos seguintes, pelo augmento de lucros obtidos na venda de quantidade maior de café e tambem pelo augmento da media da exportação annual, que neste caso, attingiria com certeza o maximo de 12 milhões de saccas por anno.

Tal a confiança de Siciliano no exito da operação que acreditava sufficiente a simples retirada de dois milhões de saccas de café, para que os preços subissem além dos limites minimos estabelecidos. E ainda quando o Syndicato tivesse de conservar armazenados estes dois milhões de saccas durante todo o prazo do contracto, mesmo assim, o lucro liquido annual se elevaria a mais de 34 milhões de francos ou cerca de 20 % ao anno sobre o capital empregado que, se reduziria a 160 ou 170 milhões de francos.

Chegava o autor do plano a pensar que a simples presença de uma organização no genero da que ideara seria capaz de verdadeira acção catalytica:

Se o Syndicato se compuzesse de firmas poderosas do mundo financeiro, talvez nem fosse necessario comprar café algum, porque não restando duvida quanto á realisação das obrigações assumidas pelo contracto, a alta se daria immediatamente!

O lucro do Syndicato, nesta ultima hypothese, seria representado pela totalidade do premio arrecadado, proveniente do imposto especial de toda a exportação do café brasileiro, importando annualmente em cerca de 35 milhões de francos. E isto sem o emprego effectivo de capital algum!

Tão seguro do triumpho que chegava a imaginar lucros suplementares para os empregadores de fundos nesta operação.

O capital preciso para a execução do contracto, poderia ser aplicado em fundos publicos ou outros titulos garantidos, quando não houvesse necessidade de comprar café, os respectivos juros augmentariam os lucros do Syndicato.

Categoricamente afiançava o autor do plano:

Quaesquer que possam ser as eventualidades, quer haja ou não necessidade de comprar maior ou menor quantidade de café, o lucro será sempre seguro e consideravel.

Ninguem se exporia ao menor risco.

Tudo isto era resultado da posição privilegiada que o Brasil desfrutava, como produtor de café, situação esta da qual nenhum poder no mundo poderia jamais prival-o não estando sujeito a convenção de especie alguma.

O café era planta que requeria muito tempo para crescer e produzir. E o Brasil o unico paiz no mundo capaz de augmentar a producção do precioso artigo. Ainda que existissem outros paizes capazes de o fazer, seria mesmo assim, necessario que decorressem de 7 a 8 annos antes que pudessem começar a offerecer novos produtos no mercado. Até la haveria tempo mais que sufficiente, sem a menor duvida, para o consumo absorver o excesso existente nos mercados, e por isto, o Syndicato poderia retirar-se sem que as cotações corressem o menor risco de baixar.

Ninguem se exporia ao menor risco!

A realização do negocio representado pelas bases do projecto offerecia incalculaveis vantagens a ambas as partes interessadas garantindo mormente a mais absoluta segurança ao capital a ser empregado nessa transacção.

E como para incutir a maior confiança a quem o lesse lembrava Siciliano que para os calculos se baseara nas estatisticas de uma casa da probidade conhecida de M. E. Laneuville, a grande firma cafeeira do Havre.

Preferira a quaesquer outras de igual reputação, porque nessas outras a reexportação não era deduzida, e por conseguinte apresentavam dados exagerados em relação á producção e ao consumo.

Se tivesse tomado por base aquellas em vez das do Sr. Laneuville, o resultado seria ainda mais favoravel aos interesses do Syndicato.

Escolhera portanto os algarismos menos favoraveis ás suas conclusões, justamente por se mostrarem mais solidos e seguros.

Historiando as operações encetadas em torno de um projecto de valorisação cafeeira escrevia o retrospectista do *Jornal do Commercio* para 1905, que durante todo este anno bem desanimadores haviam sido os preços de café. Assim tinham surgido de novo os planos para a sua valorisação, sendo afinal incluida na lei do orçamento de receita a autorisação para que o Presidente da Republica entrasse em accordo com os governos dos Estados cafeeiros para:

a) — regular o commercio do café;

b) — promover a valorisação do produto;

c) — organizar e manter um serviço regular e permanente de propaganda de café, com o fim de augmentar o consumo.

O Governo Federal poderia endossar as operações de credito que, para esse fim, fizessem os governos dos Estados interessados, desde que fossem observadas as seguintes condições:

a) — os Estados assegurariam á União uma garantia em ouro, sufficiente ao pagamento dos juros e amortização do emprestimo;

b) — tal garantia teria caracter definitivo para todo o prazo do emprestimo não ficando dependente de leis de effeito annuo revogaveis de um exercicio para outro pelos poderes legislativos estaduaes;

c) — o produto da operação de credito só seria aplicado a manter um preço minimo para o café de exportação, não podendo destinar-se a emprestimo de qualquer natureza ou adiantamento a lavradores, commissarios e exportadores ou a quem quer que fosse, nem desviado pelos Estados para qualquer outro fim;

d) — a importancia do emprestimo seria depositada no Thesouro Nacional ou nas Delegacias Fiscaes, sendo entregue á medida das necessidades e, liqui-

dadas as operações, recolhendo-se o produto liquido ao respectivo deposito;

e) — todos os lucros realizados nas operações de valorização seriam aplicados á amortização do emprestimo.

Publicada a lei do orçamento para 1906, contendo a autorisação acima exarada, reuniram-se os presidentes dos Estados de S. Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro, em Taubaté, a 25 de fevereiro de 1906.



CAPITULO LX

A actuação da Sociedade Paulista de Agricultura — Os projectos valorisadores no parlamento paulista — Planos de Luiz Piza e Martins de Siqueira — Defensores e opositores ao projecto da quebra do padrão cambial —Falta de trabalhadores ruraes em S. Paulo — Medidas do Dr. Carlos Botelho — Concurso de machinas agricolas — Desorientação dos espiritos causada pela exacerbação da crise — Ideias esdruxulas — Projecto de exportação a granel — Combate instante a tal suggestão — Palavras vehementes de Augusto C. da Silva Telles — Prohibição imposta pelo congresso Paulista

Em 1905 a pressão exercida pela opinião publica sobre o governo paulista era cada vez mais forte e mais intensa.

Não só na imprensa como na tribuna das conferencias publicas pelos orgãos das sociedades de agricultura.

Um dos mais animados centros de debate era a Sociedade Paulista de Agricultura, Commercio e Industria, onde ardentemente se discutia a valorisação e a questão correlata da fixação cambial.

As oscillações da moeda mostravam-se as mais desconcertantes.

No senado paulista o Dr. Luiz de Toledo Pisa e Almeida longamente ventilou o problema da fixação da moeda. E as suas conclusões a Sociedade Paulista as endossou pela sua Directoria nos termos seguintes:

Sem certa fixação nas taxas de cambio, como avaliar ao certo o valor da produção agricola? Como pretender-se a fixação do colono ao solo? Como tel-o ante a incerteza do valor do salario que percebe? Como caberia a fortuna publica e particular certa estabilidade, em paiz onde, não raro, eram tão bruscas as oscillações do cambio, que em um só dia já se haviam registrado na praça do Rio de Janeiro *trinta e trez taxas diversas?*



Contemporaneamente outro politico prestigioso o Dr. Joaquim Miguel Martins de Siqueira traçava commentarios reforçadores dos conceitos de Luiz Pisa e frisava que a valorisação do café, no momento preoccupava a attenção de todos quantos se interessavam pela salvação da mais exhuberante fonte de riqueza do Estado de S. Paulo a que o governo de longa data vinha amparando com a tenacidade que a puresa de civismo inspirava. A valorisação ficaria obra incompleta, si outra medida porém não viesse garantir-lhe e consolidar-lhe a execução.

Tal a comprehensão que ainda atemorisava o espirito dos que meditavam sobre o momentoso assumpto e com ardor ambicionavam o triumpho completo dos esforços do governo.

Com effeito, como valorisar a producção sem uma escala de valores?

A necessidade da fixação do valor do papel moeda surgira então como condição imperiosa, afim de que o credito do Estado, a fortuna particular e a riqueza publica não ficassem abandonados á mais perigosa das aventuras.

Advogavam alguns a quebra do padrão monetario do paiz, reforma vivamente combatida por outros.

A Sociedade Paulista de Agricultura pelo orgão de sua Directoria em fins de 1905 fazia resaltar que a questão da valorisação envolvendo a fixação do valor do meio circulante não dependia a seu ver da quebra do padrão monetario.

Contemporaneamente, o secretario da Agricultura, Dr. Carlos José Botelho, agia energicamente para melhor apparelhar a lavoura do elemento vital a que estava faltando o braço. Este serviço achava-se completamente paralisado e os cafesaes em deficit de jornaleiros.

Logo no primeiro semestre da administração do Dr. Carlos Botelho, deram entrada na Hospedaria de immigrantes mais de 7.000 e durante o anno elevara-se este numero a cerca de 26.000.

O serviço de chamada de immigrantes por parentes e conhecidos já estabelecidos na lavoura deste Estado, fora reorganisado sobre bases que permittiram o seu consideravel alargamento com enormes vantagens para os fazendeiros que, graças a tal systema poderiam collaborar com a administração publica no suprimento de bons elementos de trabalho.

Diversas outras iniciativas proficuas tomara o Dr. Botelho tendo em vista o progresso da agricultura paulista alheia porém ao nosso escopo.

Convem lembrar porém mais uma: a realisação de um concurso entre os mais importantes fabricantes de machinas

agricolas do extrangeiro, com os fins de estimular os estudos necessarios para se chegar a conseguir a construção dos instrumentos e machinas mais adequadas á lavoura cafeeira.

Em fins de 1905 a baixa das cotações provocara tal desorientação de espirito que se desenhou um movimento em prol de medida cujos effeitos seriam as mais desastradas se com effeito tão deploravel idéias vingasse: o da exportação de café a granel.

Contra ella ardentemente se bateu o Dr. Augusto Carlos da Silva Telles que pela imprensa paulista amargamente dizia:

O nosso commércio do café não evolue; — nasceu cresceu em seu volume e ahi estacionou; — não deu ainda signal de autonomia? até aqui tem vivido sob a mais tranquilla tutela; acceitou resignado o regimem da alimentação de sua autoridade, de sua interferencia.

E assim se tem mantido, movendo-se machinalmente e executando tradicionalmente os mesmos ademanes, fingindo que age, que delibera, quando em verdade, é o automato a serviço do industrial que lhe explora a cega obediencia.

Duas praças importantes, contava o Brasil, em que se concentrava a grande massa da produção cafeeira; ahi fingia o commercio nacional que negociava quando nada mais fazia do que guardar o genero á espera que o exportador o viesse comprar pelo preço que impunha.

Perpetrada a compra, seguia o misero produto o seu fado de transfigurações; selecionado, para só conservar o nome de origem no ultimo rebutalho da cuidadosa escolha e, em sua maxima parte, sendo exhibido como finos e apreciados produtos — Java, Moka, etc., etc.

Tudo presenciava o commercio brasileiro na maior tranquillidade.

E continuava na mesma paz do Senhor a fingir que negociava a venda da sua producção.

E, como quem só tem capacidade para ser explorado nunca trilha a senda da prosperidade, ahi estava a ver dia a dia agravar-se a sua situação.

Os factos como que se encadeiavam para demonstrar o intuito de manter o grande genero brasileiro no mais humilhante desprestigio.

Ante a crença de que urgia melhorar o preparo do artigo para moralizal-o nos mercados, não se haviam poupado sacrificios para introduzir nas propriedades agricolas e nos engenhos centraes toda a sorte de machinismos os mais aperfei-

çoados; esmeravam-se os lavradores nos processo de cultura, colheita, seca e acondicionamento.

E dahi diminuiria sensivelmente a proporção dos cafés baixos.

O effeito não se fizera esperar, não o effeito natural de valorisar o café beneficiado e sim da escolha!

Era necessario dispor de café que figurasse como producto brasileiro... a escassez do café, a escolha demonstrava gananciosa organização.

Significativo e impressionante quadro organisou o eminente articulista:

Annos	Base	Preço da escolha
1892	11$000	6$500
1895	16$000	9$000
1903	33$800	2$000
1905	5$500	5$000

Era pois indispensavel café baixo, café ordinario para não desapparecerem os rotulos *café Santos, café Rio,* nos mercados extrangeiros, o que além de não ser de facil explicação iria perturbar profundamente o systema.

A tudo assistia o paiz indifferente, como observador extranho e insensivel á extorsão, que lhe ia sugando a seiva da vitalidade.

Ante a complacencia de elasticidade tão indefinida, crescia a audacia. Dahi a proposta de se por em pratica a expedição do café brasileiro despejado nos bojos dos porões, como mercadoria indigena até do acondicionamento em modestos saccos de aniagem.

Quando o de outras procedencias era exportado nas melhores condições de proteção o genero tanto quanto possivel quando no tempo do Imperio do Brasil procurara-se muitas vezes exportar o genero dobrando-se-lhe o envolucro, para melhor conservar as suas propriedades de aroma e de côr, surgia o incrivel projecto da exportação do café a granel!

Tal porém o clamor dos protestantes, encabeçados por Silva Telles e a Sociedade Paulista de Agricultura que o Congresso Paulista pela lei 894 de 29 de dezembro de 1905 poz termo final á questão desfechando sobre os candidatos á exportação do café a granel o golpe de uma imposição prohibitiva: a taxa de vinte por cento *ad valorem.*

CAPITULO LXI

Assignatura do Convenio de Taubaté a 25 de fevereiro de 1906 — Integra deste memoravel documento — Comunicação do presidente de S. Paulo ao Presidente da Republica — Resposta de Rodrigues Alves — Modificações e aditamentos feitos ao Convenio em julho de 1906 — Memoriaes e moções de applauso numerosas ao Congresso Nacional por parte de numerosas entidades dos estados cafeeiros

A 25 de fevereiro de 1906, na cidade de Taubaté, era assignado pelos presidentes de S. Paulo, Minas Geraes, Rio de Janeiro o mais notavel documento da historia cafeeira do Brasil e uma das peças mais analysadas, atacadas e defendidas de nossa historia economica, peça, cuja divulgação, teve enorme repercussão não só nos circulos do commercio cafeeiro mundial, como nas rodas financeiras do Universo.

A acta desta memoravel reunião merece transcripta na integra.

"Aos vinte e cinco dias do mez de fevereiro de mil novecentos e seis, nesta cidade de Taubaté, Estado de S. Paulo, na casa numero quatorze, da rua Visconde do Rio Branco, presentes os Exmos. Srs. Drs. Jorge Tibiriçá, Nilo Peçanha, e Francisco Antonio Salles, presidentes dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Geraes, pelo primeiro, por accordo dos dois outros, foi assumida a presidencia.

O Exmo. Sr. Dr. Jorge Tibiriçá, depois de agradecer a presença dos illustres presidente do Rio e Minas, declarou que a reunião convocada pelo Dr. Nilo Peçanha tinha por fim proporcionar aos trez Estados opportunidade de se entenderem directamente por seus presidentes, sobre a valorisação do café e outras medidas de alto alcance economico.

Estabelecida a discussão, ficou resolvido que os presidentes dos trez Estados, se dirigissem ao Exmo. Sr. Presidente da Republica, pedindo a convocação do Congresso Nacional,



em sessão extraordinaria, e urgente, para a decretação de uma lei criando um apparelho cujo fim seja a emissão de moeda-papel conversivel em ouro a uma taxa prefixada.

Esse apparelho, que se denominará "Caixa de Conversão", terá como lastro para a emissão a importancia do emprestimo, que for contractado pelos Estados com o endosso da União. Passando-se ao exame das bases do convenio organizadas pelos representantes dos trez Estados, para a valorisação do café, foi o mesmo convenio aprovado com a seguinte redacção:

"Convenio entre os Estados do Rio de Janeiro, Minas Geraes e S. Paulo, para o fim de valorisar o café, regular o seu commercio, promover o augmento do seu consumo e a criação da "Caixa de Conversão" fixando o valor da moeda:

Artigo primeiro — Durante o prazo que for conveniente, os Estados contractantes obrigam-se a manter nos mercados nacionaes o preço minimo de cincoenta e cinco a sessenta e cinco francos, em ouro ou moeda corrente do paiz ao cambio, do dia, por sacca de 60 kilos de café, typo 7 americano, no primeiro anno; este preço minimo poderá ser posteriormente elevado até o maximo de setenta francos, conforme a conveniencia do mercado. Para as qualidades superiores, segundo a mesma classificação americana, os preços indicados serão augmentados proporcionalmente nos mesmos periodos.

Artigo segundo — Os governos contractantes, por meio de medidas adequadas, procurarão difficultar a exportação para o extrangeiro dos cafés inferiores aos typos sete e favorecer no que for possivel o desenvolvimento do seu consumo no paiz.

Artigo terceiro — Os Estados contractantes, obrigam-se a organisar e manter um serviço regular e permanente de propaganda do café com o fim de augmentar, o seu consumo, quer pelo desenvolvimento dos actuaes mercados, quer pela abertura e conquista de novos, quer pela defesa contra as fraudes e falsificações.

Artigo quarto — Os governos contractantes, quando for julgado opportuno, estabelecerão os typos nacionaes de café, promovendo a criação de Bolsas ou Camaras Syndicaes para o seu commercio, de accordo com os novos typos serão, então fixados os preços a que se refere o artigo primeiro.



Artigo quinto — Aos produtores de café serão facultados os meios de melhorar as qualidades do produto pelo rebeneficio.

Artigo sexto — Os governos contractantes, obrigam-se a criar uma sobretaxa de trez francos, sujeita ao augmento ou diminuição, por sacca de café que for exportada por qualquer dos seus Estados e bem assim a manter as leis que nelles difcultam por imposto sufficientemente elevados o augmento das áreas dos terrenos cultivados com café nos seus territorios pelo prazo de dois annos, que poderá ser prorogado por mutuo accordo.

Artigo setimo — O produto da sobre-taxa, de que trata o artigo anterior, pago no acto da exportação, será arrecadada pela União e destinado ao pagamento dos juros e amortização dos capitaes necessarios á execução deste convenio, sendo os saldos restantes aplicados ao custeio das despezas reclamadas pelos serviços do mesmo, começando-se a cobrança da sobretaxa depois de verificado o disposto no artigo oitavo.

Artigo oitavo — Para a execução deste convenio fica o Estado de São Paulo, desde já autorisado a promover, dentro ou fora do paiz, com a garantia da sobre-taxa de trez francos, de que trata o artigo sexto, e com a responsabilidade solidaria dos trez Estados, as operações de credito necessarias até o capital de quinze milhões de libras esterlinas, o qual será aplicado com o lastro para a Caixa de Emissão, ouro e Conversão, que for criada pelo Congresso Nacional, para a fixação do valor da moeda.

Paragrapho primeiro — O produto da emissão sobre esse lastro, será aplicado, nos termos deste convenio, na regularização do commercio de café e sua valorisação, sem prejuizo, para a "Caixa de Conversão" de outras dotações para fins criados em lei.

Paragrapho segundo — O Estado de São Paulo, antes de ultimar as operações de credito acima indicadas, submeterá as suas condições e clausulas ao conhecimento e aprovação da União e dos outros Estados contractantes.

Paragrapho terceiro — Como se torne necessario o endosso ou fiança da União, para as operações de credito, serão



observadas as disposições, do artigo segundo, n. 10 da lei numero mil quatrocentos e cincoenta e dois, de trinta de dezembro de mil novecentos e cinco.

Artigo nono — A organização e direcção de todos os serviços, de que trata este convenio, serão confiadas a uma Commissão de trez membros, nomeados um por cada Estado, sob a presidencia de um quarto membro, apenas com um voto de desempate, e escolhido pelos trez Estados.

Paragrapho unico — Cada director terá um suplente de nomeação igualmente, dos respectivos Estados, que os substituirá em seus impedimentos.

Artigo decimo — A commissão de que trata o artigo precedente, criará todos os serviços e nomeará todo o pessoal necessario á execução do convenio, podendo confiar em parte a sua execução a alguma associação ou empreza nacional, sob sua immediata fiscalização, tudo na forma do regulamento.

Artigo decimo primeiro — A séde da Commissão directora será a cidade de São Paulo.

Artigo decimo segundo — Para a execução dos serviços deste convenio, a Commissão organizará o necesario regulamento, que será submetido á aprovação dos Estados contractantes, os quaes no prazo de quinze dias, se pronunciarão sobre o mesmo, sob pena de considerar-se aprovado por aquelles que não o fizerem.

Artigo decimo terceiro — Os encargos e vantagens resultantes deste convenio serão partilhados entre os Estados contractantes, proporcionalmente á quota de arrecadação da sobre-taxa, com que cada um concorrer pela forma estabelecida no regulamento.

Artigo decimo quarto — Os Estados contractantes reconhecem e acceitam o Presidente da Republica como arbitro em qualquer questão que entre os mesmos se possa suscitar da execução do presente convenio.

Artigo decimo quinto — O presente convenio vigorará desde a data da sua aprovação pelo Presidente da Republica,



nos termos do numero dezesseis do artigo quarenta e oito da Constituição Federal.

Estiveram presentes a reunião, que terminou ás quatro horas da madrugada, do dia vinte seis, como delegados do presidente de São Paulo, os doutores Antonio Candido Rodrigues e Olavo Egydio de Souza Aranha; como delegados do presidente de Minas Geraes os doutores João Augusto Rodrigues Caldas e José Monteiro Ribeiro Junqueira e como delegado do presidente do Rio de Janeiro, o doutor José de Barros Franco Junior bem como o doutor Manoel Jaquim de Albuquerque Lins, secretario da Fazenda do Estado de S. Paulo, e o doutor Augusto Ferreira Ramos, tomando todos parte na discussão.

Aprovado o convenio, na forma supra, résolveram os presidentes dos trez Estados designar o dia de hoje, 26, para a assignatura do mesmo no Paço Municipal, desta cidade, de Taubaté. O que de tudo para constar mandaram lavrar esta acta que, lida e achada conforme, é aprovada e por todos assignada. Eu José Jorge Marcondes Machado, official de gabinete do Secretario da Fazenda do Estado de São Paulo, servindo de secretario a subscrevo (aa) — José Jorge Marcondes Machado — Jorge Tibiriçá — Nilo Peçanha — Francisco Antonio de Salles — M. J. Albuquerque Lins — A. Candido Rodrigues — Olavo Egydio de Souza Aranha — José Monteiro Ribeiro Junqueira — João Augusto Rodrigues Caldas — José de Barros Franco Junior — Augusto Ramos.

A 2 de março immediato, assim communicava o Presidente de São Paulo ao da Republica o que se passara na reunião de Taubaté:

Exmo. Sr. Presidente da Republica: — Rio de Janeiro.

Tendo os Estados do Rio de Janeiro, Minas Geraes e São Paulo celebrado o convenio para o fim de valorizar o café, regular o seu commercio e promover o augmento do seu consumo, como presidente da convenção em que isto foi deliberádo, tenho a honra de submetter a V. Ex. o original do convenio, para o qual solicito a competente aprovação na forma da alinea 16 a, do artigo 48 da Constituição Federal.

Da referida reunião lavrou-se a acta junta em original, da qual consta a idéa adoptada pelos Presidentes dos trez Estados para a solução da questão monetaria entre nós, medida que foi julgada da maior urgencia e que por isso reclama de V. Ex., na forma do n. 10 do artigo 48 da Constituição Fe-

deral, a convocação extraordinaria do Congresso Federal para a votação das leis necessarias.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex. os protestos da mais alta estima e subida consideração. Jorge Tibiriçá.

Oito dias mais tarde respondia-lhe o Presidente Rodrigues Alves:

Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado: — Com o officio de 2 do corrente mez, communicando-me que os Estados do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, haviam celebrado o convenio, para o fim de valorizar o café, regular o seu commercio e promover o augmento de seu consumo, na qualidade de presidente da convenção, em que isso foi deliberado, submetteu V. Ex. á minha aprovação o original do accordo, nos termos do artigo 48 alinea 16 a, da Constituição Federal, acrescentando que, na reunião havida para aquelle convenio, se lavrou uma acta, que me foi tambem remetida em original, da qual consta a idéa adoptada pelos presidentes dos trez Estados, para a solução da questão monetaria entre nós, medida que foi julgada da maior urgencia e que por isso reclama, na forma do n. 10 do artigo 48 da Constituição, a convocação extraordinaria do Congresso Federal para a votação das leis necessarias.

Tendo sido ajustado no artigo 8.º do convenio que, para a sua execução, um dos Estados, o de São Paulo, promoverá as operações de credito necessarias até o capital de 15 milhões de esterlinos para ser aplicado como lastro de uma caixa de emissão e conversão, que for criada pelo Congresso Nacional, para a fixação do valor da moeda, e ainda que o produto da emissão sobre esse lastro será empregado na regularização do commercio de café e sua valorização, sem prejuizo de outras cotações para fins criados em lei, desapareceu do mesmo convenio a sua feição regional. Em taes condições submettel-o-ei opportunaménte á autoridade do Congresso Nacional, nos termos do artigo 48, n. 16, da Constituição.

Gyrando o systema do convenio, em sua quasi generalidade, em termo de disposições daquelle artigo ou dellas dependendo, ha, entretanto, providencias como as que se referem á propaganda e beneficio do café, á organização de seus typos commerciaes, á não exportação das qualidades inferiores e ao desenvolvimento do consumo, que cabem por sua natureza, nas attribuições dos poderes publicos dos Estados e que podem ter immediata execução.

Quanto á idéa que foi suggerida, de uma convocação extraordinaria do Congresso, para tomar conhecimento do convenio, cabe-me declarar a V. Ex. que tenho muito pezar de não consideral-a acceitavel, attenta á imminencia da época legal de sua reunião ordinaria e á circumstancia de estar o paiz preoccupado ainda com os ultimos trabalhos de apuração da eleição para Presidente e Vice-Presidente da Republica, e Deputado e Senadores, á proxima legislatura.

Apresento a V. Ex. as seguranças do meu apreço e elevada consideração (a) Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Accordaram os trez presidentes modificações e additamentos ao convenio de Taubaté, nos seguintes termos:

Os Presidentes dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Geraes e São Paulo accordam e resolvem modificar o convenio de Taubaté, additando-lhe as seguintes clausulas, que ficam fazendo parte integrante do mesmo convenio:

1.ª — O artigo 1.º do convenio fica substituido pelo seguinte:

Durante o prazo que for julgado conveniente, os Estados contractantes obrigam-se a manter nos mercados nacionaes o preço minimo de trinta e dois a trinta e seis mil réis por sacca de 60 kilos de café, typo sete, americano, no primeiro anno; este preço minimo poderá ser posteriormente elevado até o maximo de quarenta mil réis, conforme as conveniencias do mercado.

Para as qualidades superiores, segundo a mesma classificação americana, os preços modificados serão augmentados proporcionalmente ao mesmo periodo.

2.ª — Si as operações de credito necessarias para execução do convenio forem realizadas pelos trez Estados, sem endosso ou fiança da União, a sobre-taxa de trez francos a que se refere o artigo 6.º do mesmo convenio, será arrecadada pelos Estados e o seu produto será depositado para os fins determinados no artigo 7.º

3.ª — A arrecadação da sobre-taxa de trez francos, começará na época que for determinada pelos Estados contractantes.

4.ª — Emquanto não for criada ou emquanto não funccionar a Caixa de Emissão e Conversão, os Estados poderão apli-

car o produto do emprestimo directamente á valorisação do café.

5.ª — O Governo do Estado de São Paulo, antes de ultimar as negociações relativas á operação de credito de que trata o artigo 8.º do convenio, submetterá as condições e clausulas que foram propostas ao conhecimento e aprovação dos governos dos outros Estados contractantes e bem assim do Governo Federal, em caso de endosso pela União, afim de ser determinada expressamente a responsabilidade de cada um delles na operação que se realizar, a qual fica dependendo daquella aprovação.

6.ª — O presente convenio vigorará desde a data de sua aprovação, nos termos do n. 16 do artigo 48 da Constituição Federal.

Bello Horizonte, 4 de julho de 1906 — Jorge Tibiriçá — Francisco Antonio de Salles — Nilo Peçanha.

Ao Congresso Nacional, foram tambem enviados, por copia memoriaes e calorosas moções de aplauso ao Convenio, por parte de dezenas das mais importantes municipalidades paulistas. A ellas se reuniram os louvores de muitas associações de classe como a commercial de Santos.

Expressivamente dizia que quanto mais se fazia sentir a corrente de opinião contraria á patriotica medida, corrente engrossada pelo concurso da mensagem presidencial, e quanto mais crescia a opposição, movida pelos circulos bancarios e commerciaes interessados no *statu quo,* á arrojada e feliz iniciativa dos trez Estados produtores de café, mais se arraigava na directoria da Associação a convicção de que o convenio correspondia a verdadeira necessidade do paiz, sendo de momento a unica medida capaz de lhe garantir e melhorar a situação economica.

Firmada nesta crença — resultado de longo e attento estudo da questão — a associação assegurava a mais perfeita solidariedade com os actos do governo de São Paulo no empenho de ver adoptadas seguranças do absoluto apoio, nutrindo a certeza de que o patriotico governo do Estado, saberia manter sem discrepancia, e até o fim, a attitude serena e digna que os deveres e a responsabilidade lhe aconselhavam em tão importante questão.

CAPITULO LXII

Palavras de Rodrigues Alves na mensagem de 1906 — A crise cafeeira em declinio na opinião do Presidente — Erros cometidos — Explicação da atitude do Executivo Federal — A crise cafeeira e a questão monetaria — O problema da moeda no Brasil — A balança commercial brasileira no quinquienio de 1901-1905

Havia muito tempo já que os baixos preços do café inquietavam o lavrador, lembrava Rodrigues Alves em sua mensagem de 1906. Era difficil, com effeito comprehender como, constituindo o produto a maior riqueza do paiz, correspondente a trez quartas partes da produção mundial, não se houvesse ainda encontrado um meio efficaz de se o amparar contra os effeitos de tal baixa.

Consistira o erro em se procurar remedio ás crises quando estas se tornavam agudas. Só se reputavam então efficazes providencias produzindo immediato effeito, porque só lisongeavam e apaixonavam os interessados, quando o que era preciso vinha a ser agir antes e a tempo durante as crises e depois dellas, sem cessar, procurando, ao mesmo tempo, resolver as difficuldades de modo definitivo e de accordo com as lições da experiencia e as boas noções da sciencia economica.

A crise cafeeira, segundo opiniões muito autorisadas, estava em declinio; os estoques tendiam a diminuir e o consumo a augmentar, o que estabeleceria, dentro em pouco tempo equilibrio estavel, entre a offerta e a procura. Accrescia que, devido á grande carga de 1901, ás seccas e geadas subsequentes e á falta de recursos, geral, para o trato necessario dos cafesaes, obrigando os fazendeiros a consentir o plantio de cereaes nas lavouras, não era licito esperar nos annos proximos grandes colheitas. Ainda assim, dada a produtividade das terras brasileiras e a extensão da area a ser utilmente cultivada, o perigo subsistiria de augmento irregular na produção, se os Estados não estivessem vigilantes para o evitar por meios legaes é



a titulo provisorio, que regulassem as novas plantações, ou antes que as prohibissem.

Era esperada, entretanto, em 1905-1906 safra abundante e a perspectiva de baixa maior nos preços. Trazia impressionados os lavradores pelo receio de prejuizos imminentes e que não poderiam ser compensados com a alta a vir, proximamente, em consequencia de menores safras. Dahi, o empenho em favor de providencias de prompta execução, aproveitando á colheita pendente.

Ponderando nessa situação difficil, não hesitara o Congresso em consignar para a lei do orçamento vigente uma autorisação contendo as medidas reputadas sufficientes á solução de todas as difficuldades do momento. Por força dessa lei estava o Governo autorisado a entrar de accordo com os dos Estados cafeeiros — para regular o commercio do café, promover-lhe a valorisação votada de accordo com os pontos de vista dos Estados Cafeeiros, que a julgaram completa á satisfação dos seus reclamos. Demonstrara-se irrefragavelmente, a solicitude do Governo da Republica pelos interesses da lavoura.

Podia-se, pois dizer que as indicações formuladas com o intuito de regular a situação do commercio do café não dependiam mais de lei e quando os Estados produtores, além de consideravel renda, dispuzessem de avantajado credito, estariam sempre habilitados, sem dependencias de qualquer natureza, para preparar, nos mercados, a resistencia considerada efficaz.

Não era um phenomeno economico singular o da baixa do preço do café por excesso de produção. Em todos os paizes do mundo haviam occorrido crises identicas, affectando differentes produtos, e em toda a parte, o mesmo clamor se fizera ouvir com intuitos semelhantes aos dos lavradores brasileiros. Nunca providencia alguma legislativa fora considerada efficaz para levantar, de prompto, o preço das mercadorias, e sustental-o.

Medidas provisorias, de caracter commercial ou especulativo, quando houvesse ensejo de encontrar, para executal-as, pessoal amestrado na pratica de negocios, conhecedor do segredo das bolsas e pessoas de inatacavel honestidade, podiam agitar por algum tempo os mercados e produzir um movimento animador nos preços. Mas a situação, assim criada, não subsistiria, se os poderes publicos não acudissem com remedios de outra ordem para assegurar regularidades das transacções nas praças e o funccionamento normal das propriedades destinadas a explorações industriaes e agricolas.



Esta, sim, era a grande funcção do legislador.

Em 1903, quando pela primeira vez elle, Presidente, se dirigira ao Congresso Nacional, occupando-se da baixa do café dissera: provindo a crise, como geralmente se cria, do excesso de producção, seriam efficazes para combatel-a as medidas que convergissem para a valorisação do genero nos mercados de consumo, affirmando que era na franca resistencia dos intermediarios que repousava o maior embaraço á regularisação do commercio do café e consequente movimento de suas cotações. Accrescentara que só o credito, fundado sobre o penhor das safras, poderia fornecer ao produtor os meios de esperar, sem impaciencia, as safras e entregal-as ao consumidor, sem precipitações. Nos annos subsequentes, insistira na afirmação que, sem instituições de credito que criassem tal resistencia ou fortalecessem os elementos existentes, nada de estavel se poderia fazer em beneficio da lavoura.

O que mais affligia e oprimia o fazendeiro, era o peso dos compromissos contrahidos em condições vexatorias e a falta de recursos opportunos, com juro modico, para o movimento de suas fabricas. Si o preço do café não bastasse a tal e inadiavel serviço, e á amortização pelo menos, dos juros das responsabilidades, era natural a exigencia de remedios que o libertassem, sem demora, dessa situação. Eram em regra, os commissarios que emprestavam reservas de dinheiro para o serviço das fazendas. Prestando-lhes este auxilio que, em rigor, escapava ás funcções dos intermediarios, ficavam desarmados para agir no momento em que seria mister não se sujeitarem á pressão dos baixistas. E, quando o commissario já não podia dispensar os recursos, o lavrador, si os encontrasse, era á custa de taxas exageradas, não havendo então preço algum, que bastasse para satisfazel-os e resistir á usura. Esta era a causa mais importante da fraqueza do commercio brasileiro de café.

Desde que se procurasse difficultar a exportação das qualidades inferiores do produto, melhorando, quanto possivel, o trato das destinadas aos mercados do exterior; desde que se instituisse propaganda seria e constante para a expansão do consumo; que tanto o credito agricola quanto o real estivesse definitivamente organisados e o fazendeiro pudesse encontrar, com as garantias reaes de que dispuzesse, dinheiro, a juro razoavel, para custear suas fazendas, dispensando os recursos dos intermediarios, e facilidade para ser aliviado dos pesados encargo que o oprimiam seria difficil não poder resistir aos effeitos de uma baixa, embora prolongada. Se os Bancos ou as asso-

cações que fossem instituidas, para tal fim, pudessem operar francamente em café e os warrants se se aclimassem nas praças brasileiras, de modo que o valor das mercadorias armazenadas pudesse circular, sem embaraços, livre da pressão dos especuladores, ficaria a lavoura evidentemente armada de elementos permanentes de resistencia, eficazes e sãos.

Era para este bom terreno que deviam convergir todos os esforços dos poderes publicos. Um systema de providencias, delineado nessa base, beneficiaria tambem os produtores de assucar e algodão, desde muito assoberbados por difficuldades da mesma natureza contra os quaes lutavam heroicamente, em algumas zonas do sul, mas sobretudo em varios Estados do norte.

Individualisando o caso dizia o Presidente a defender os seus pontos de vista:

"Não ha quem não tenha pela lavoura, a cuja classe pertenço, o mais decidido interesse. Deve-se attender aos seus reclamos com criterio sem a preoccupação de lisonjeal-a afagando esperanças exageradas e irrealisaveis, nem temor de contrariar ambições e planos que, á sua sombra, se formaram. Medidas imprudentes poderão produzir o effeito negativo de restringir o consumo do café, provocar a reacção hostil dos paizes que o recebem e levar aos nossos mercados a ameaça de agitações, cujos effeitos uma experiencia muito recente nos tem ensinado a evitar."

Era desacerto pensar-se que a lavoura brasileira não podia prosperar sem cambio baixo e uma corrente se formara em favor da idéa de uma taxa que a beneficiasse. As estatisticas demonstravam pelo contrario, que com taxas melhores do que as vigentes os preços do café haviam tido alternativas de alta e baixa, mas a lavoura vivera e prosperara.

O regimen do papel-moeda, de curso forçado é que animava os desvios da sã doutrina. O bom cambio era um signal de credito, de bem estar e prosperidade. E todo o esforço do governo consistira em eleval-o activando as forças productoras do paiz e promovendo o desenvolvimento de sua riqueza. Não seria prudente abandonar tal tendencia, nem perturbar um trabalho firmado em methodos financeiros já consagrados como os unicos capazes de preparar, sem abalos ou desconfianças, uma situação propicia á conversão da moeda, continuava o Presidente apegado á escola dos estadistas antigos.

"Os paizes que tinham adoptado a fixação de um cambio para o uso de suas finanças, assim haviam procedido como preliminar logico para a quebra do padrão.

Ainda assim, em um delles, onde a reforma conseguira impressionar o espirito dos lavradores brasileiros, annos de inercia tinham decorrido sem que tal providencia exercesse na economia nacional influencia alguma. E só quando a producção se avolumara e os preços, por causas extraordinarias e algumas imprevistas, subiram, fora que a situação economica se desenhara prospera, sem que tal prosperidade pudesse, portanto ser atribuida exclusivamente áquelle factor.

Aliás, nada tinha a valorisação do café com a questão monetaria, como tão criteriosamente afirmara a Associação Commercial do Rio de Janeiro e tivera, elle propriamente o ensejo de ponderar, com lealdade, todas as vezes que fora chamado a pronunciar-se sobre o grande empenho da lavoura.

A reconstituição financeira, havia muitos annos, já fora o mais serio objectivo do governo brasileiro. Dar valor a moeda e eleval-a gradualmente era formula invariavel de que todos os governantes se haviam servido para accentuar, com a sinceridade dos seus intuitos, o compromisso de realizal-o. Esforços poderosos e insistentes tinham convergido com louvavel uniformidade para tal fim. A cobrança de direitos em ouro, os fundos de garantia e resgate, funccionando com regularidade, e um trabalho incessante em favor do desenvolvimento economico do paiz haviam tido como consequencia muito lisonjeira o renascimento do credito nacional. Os titulos de divida externa e interna, apresentavam altas cotações e o cambio, apezar de se acharem os mercados sob a pressão de desconfianças, criadas pelo receio de diminuição do valor da moeda para por este meio, altear o dos produtos nacionaes, mantinha-se em taxas regulares.

Em todo o Mundo o problema da moeda se encarava como o de mais delicado funccionamento nos aparelhos da grande machina administrativa. E o padrão legal, uma vez estabelecido, só se alterava quando começava a faltar confiança nos recursos do paiz. Não era, felizmente, a situação do Brasil, e tudo indicava que o Brasil podia e devia-os perseverar na execução dos planos iniciados pelos governantes de 1898-1902, com vantagem para o credito publico e tendentes á valorisação da moeda.

Seria erro recuar, e obra de patriotismo afastar das deliberações legislativas a idéa da quebra do padrão monetario e a da fixação do cambio, contrariadores profundos daquelles planos, com tanto exito experimentados.

No quinquiennio de 1901 a 1905 fora o seguinte o movimento de commercio com o exterior:



Annos	Importação	Exportação	Saldos da exportação
	£	£	£
1901.	21.377.003	40.621.993	19.244.900
1902.	23.279.418	36.437.456	13.158.038
1903.	24.207.810	36.883.175	12.675.365
1904.	25.915.423	39.430.136	13.514.713
1905.	28.118.767	44.643.113	16.524.346

A este movimento commercial, que se podia considerar satisfatorio, correspondera uma arrecadação lisonjeira das rendas publicas. Os dados posteriores do *Commercio Exterior do Brasil* divergem mas pouco dos da mensagem presidencial.

Annos	Importação	Exportação	Saldos
	£	£	£
1901.	21.377.000	40.622.000	19.245
1902.	23.279.000	36.437.000	13.158
1903.	24.208.000	36.883.000	12.675
1904.	25.915.000	39.430.000	13.515
1905.	29.830.000	44.643.000	14.813

CAPITULO LXIII

Representação do Senado Paulista ao Congresso Nacional — Pedido de estudo da questão monetaria — Ida do projecto relativo ao Convenio para a Camara dos Deputados Federaes — Parecer da Commissão de Finanças

O Senado do Estado de S. Paulo, a 6 de junho de 1906, endereçava uma representação ao Congresso Nacional pedindo-lhe, em nome dos grandes interesses da Patria, do futuro desta e do seu engrandecimento, se dignasse aprovar o alevantado convenio firmado em Taubaté.

Esse notavel documento figuraria na historia nacional como o marco inicial de nova orientação nas normas de governo do paiz, como a inauguração de uma politica economica, a unica que, deveria principalmente preoccupar o espirito dos chamados a dirigir a Nação.

Nos quinze artigos que constituiam o convenio estava exposto o fim arrojado e patriotico colimado por seus signatarios e os traços geraes do plano para isto adoptado, que se resumia na manutenção, dentro do paiz, de um preço minimo em ouro, por sacca de café typo 7, americano, durante o tempo julgado conveniente e na estabilisação do valor do papel moeda em relação á moeda metalica.

Consultando os mais vitaes interesses e urgentes necessidades da Nação, o Convenio de Taubaté, traduzia o accordo a que haviam chegado os presidentes dos trez Estados maiores produtores de café, no sentido de amparar e proteger não sómente essa grande lavoura, constituidora da larga base da riqueza publica e do credito do paiz, como tambem estender amparo, e proteção a toda a produção nacional, agricola ou industrial.

Nem outro escopo visava o dispositivo do artigo 8.º do convenio, quando referindo-se ao emprestimo a ser contrahido para sua execução dispunha que elle se aplicasse como lastro



para a caixa de emissão e conversão que fosse criada pelo Congresso Nacional, para fixação do valor da moeda.

Inspirando-se em sentimentos de patriotismo, os illustres signatarios do convenio, ao estudarem e accordar os respectivos artigos, não visavam somente as conveniencias de seus Estados e sim graças áquelle artigo, estender seus beneficos effeitos a todo o territorio patrio.

E' que já fizera praça no espirito publico, que a produção nacional, o penoso resultado do trabalho na cultura do solo, nas explorações industriaes, nas aplicações diversas da atividade operosa nacional, não podia, não devia mais continuar a mercê das oscillações do valor do papel-moeda em confronto com o ouro.

Era de bom tom, no tempo verberar a politica imperial.

A dura experiencia e observação dos factos da vida economica da Nação, no passado regime, trouxera aos espiritos a convicção de que se trilhara caminho errado em busca do progresso e engrandecimento da Patria, exprimia o Senado Paulista.

E de facto, os homens de Estado brasileiros orientados quasi exclusivamente pelos economistas europeus, principalmente francezes, haviam voltado as vistas para o possivel advento da circulação metalica no paiz. De tal faziam o objecto das preoccupações financeiras.

Com raras excepções corriam todos atraz do velocinio julgando alcançal-o por meio da elevação das taxas cambiaes, conseguidas as mais das vezes com avultados prejuizos do Thesouro Nacional, e sempre com sacrificios do futuro do paiz.

Inteiramente erronea visão a dos estadistas do Imperio, afirmava a representação senatorial.

Em 67 annos de vida independente, arrastara-se o Brasil, com desanimadora morosidade no caminho do progresso, não obstante os largos periodos de paz de que gozara.

A exportação, que em 1861, fôra de 13.279.000 esterlinos ao cambio medio do anno, 26 e pouco, attingira em 1888 a 22.366.466, ao cambio medio de 25 ¼, apresentando assim um augmento apenas de 68 % em 27 annos, ou 2 ½ % annualmente, ao passo que nos 13 annos de 1888 a 1901, augmentara de 81 % ou 6 1/3 %, por anno. Tão repetidos os *deficits* orçamentarios que notavel politico definia a situação brasileira apregoando: "O Imperio é o deficit."

Este era prehenchido por meio de emprestimos externos ou internos. Retiravam os segundos da circulação capitaes que

se collocariam em empreendimentos uteis ao desenvolvimento do paiz, augmentando aquelles os encargos e responsabilidades da Nação, sem que fossem empregados reprodutivamente.

Continuando a atacar a politica imperial, alegava o Senado de São Paulo ser effectivamente notavel que, de 17 emprestimos externos, contrahidos no regimem passado, na importancia nominal de £ 66.791.900, apenas cinco, na importancia de 16.259.900 houvessem sido destinados a serviços e melhoramentos diversos. Os doze restantes, representando £ 50.532.000, destinavam-se a pagamentos, conversão de dividas e suprimento de insufficiencia de rendas ordinarias.

Examinando os emprestimos, contrahidos por emissões de apolices, do mesmo periodo, verificava-se que 146.222:400$, ou 27 % da respectiva importancia, nominal de 543.585:300$ tinham sido destinados a supprir deficits orçamentarios ou a consolidar dividas fluctuantes.

E fora assim que a monarchia legara á Republica uma divida fundada de 812.796:300$, computando-se em papel ao cambio de 27 a divida externa de £ 30.283.200.

E, no emtanto, mesmo no periodo da vida nacional monarchica, si não tivessem os olhos voltados sempre para a melhoria cambial, fazendo da alta do cambio titulo de gloria para as suas administrações, os estadistas brasileiros si quizessem observar e estudar as estatisticas, teriam verificado, que os periodos de baixa cambial, deram sempre em resultado não só augmento de exportação, como diminuição de importação e consequente augmento de saldos.

Advogava o Senado paulista uma taxa cambial baixa declarando-a sobremodo conveniente aos interesses do Brasil.

Fora ella que, em 1901, proporcionara a enorme exportação no valor de £ 40.621.993, com o esplendido saldo de £ 19.355.889 o que era sobremodo eloquente.

Invocava-se o exemplo da India e da Argentina, paizes de moeda depreciada e onde no emtanto a agricultura prosperava notavelmente ao passo que os agricultores inglezes, na propria Grã Bretanha, viviam asphixiados por terrivel crise.

A commissão encarregada pela rainha Victoria, de examinar tal situação, acabara opinando que a causa primordial da crise agricola britanica, sobrelevando a todas as mais era o augmento do valor do ouro que dava em resultado a redução correspondente da valia dos produtos, o que tornava a luta com os paizes de moeda depreciada tão desigual que impossivel se tornava a concorrencia em relação a elles.

E um dos mais reputados membros de tal commissão, Lacey Everett, chegara a annunciar que a concorrencia com paizes de curso forçado, como a Argentina, ainda se tornava mais formidavel, para os lavradores britannicos. Devido á grande depreciação de sua moeda, em relação ao ouro, cada soberano que recebiam em troca de suas mercadorias, produzia, muitas vezes, trez e meio em papel-moeda, e para o pagamento dos impostos, salarios, arrendamentos, etc. esta moeda dava quasi os mesmos resultados. Os generos importados tinham sem duvida de ser pagos a preços mais elevados; mas como o lavrador argentino vendia provavelmente 50 vezes mais do que comprava de taes generos, via-se extraordinariamente beneficiado com este estado de coisas. E era para notar o facto de haver a produção argentina tomado grande incremento somente depois da grande alta no agio do ouro. A concorrencia rioplatense era, sem duvida, alguma, a mais terrivel das que o lavrador inglez tinha de enfrentar."

Entendia o Senado paulista que taes conceitos se aplicavam perfeitamente ao Brasil, para o qual poderiam ter sido escriptos. Muito patrioticamente inspirados haviam pois andado os signatarios do Convenio de Taubaté, nelle incluindo a estabilisação do valor da moeda, a uma taxa conveniente, pelo apparelho da caixa de emissão e conversão.

No Rio de Janeiro, e nos Estados, a imprensa se mostrava summamente favoravel ao convenio. Em São Paulo, então, era a opinião unanime a seu favor.

Não conseguira a opinião impressionar ao publico nem mesmo quanto á idéa da fixação cambial que aliás tinha maior numero de opoentes do que mesmo a valorisação.

Como mais capaz de impressionar o povo brasileiro, que guardava e zelava, cioso, suas accentuadas tradições de severa honradez e probidade, avançara-se a proposição de que a quebra do padrão de 27 dinheiros era uma deshonestidade, e até uma immoralidade que não devia ser permittida pelos representantes da Nação, mas nem por ter esta ultima classificação cahido do bico da penna do Ministro da Fazenda, que não duvidara deixal-a gravada nas primeiras paginas de seu importantissimo relatorio, nem por ter sido repetida e glosada em todos os diapasões pelos antagonistas da idéa da fixação do cambio, a opinião publica se agitara.

O povo brasileiro, comprehendia que de nenhum modo estavam em jogo os sentimentos de honra e de dignidade da Nação, que sob a invocação destes sagrados sentimentos, se occultava o proposito de impedir a fixação do cambio, estan-

cando aos especuladores abundantissima fonte de enormes lucros, com incalculaveis prejuizos para o paiz, que, pela variabilidade de sua detestavel moeda de curso forçado, se constituira em vasta banca de jogo.

Mas os espiritos que se acalmassem, não cogitava o Convenio de Taubaté, de quebrar o padrão da moeda, e sim de estabilisar o valor do papel brasileiro em confronto com o ouro, impedir-lhe as oscillações constantes, que traziam em sobresalto os que trabalhavam e produziam.

Era preciso distinguir entre fixação do valor da moeda ouro em papel nacional, a uma taxa mais consoante ás condições economicas da Nação, e conversão immediata a essa taxa.

Não cogitava o Convenio de alterar o plano financeiro que desde o patriotico Governo de Campos Salles se iniciara e fôra continuado pelo Presidente Rodrigues Alves.

A todos os espiritos reflectidos impunha-se a ponderação de que para as necessidades do Brasil, a massa de numerario circulante era insufficiente.

Dahi a idéa de um apparelho que obviasse a este inconveniente sem provocar os males da inflação.

Para attender ás necessidades sempre crescentes do desenvolvimento do paiz, em todos os ramos da actividade humana, atrahindo para elle capitaes e braços que espontaneamente não o procuravam, repellidos pela instabilidade do valor da moeda, uma caixa de conversão receberia moedas de ouro de curso legal, entregando em troco bilhetes ao portador representativos de valor igual ao das moedas recebidas, calculado esse valor pelas taxas fixadas. Estes bilhetes assim emittidos teriam curso legal, e seriam pagos em moeda ouro ao mesmo typo do cambio em que haviam sido emittidos, a quem os apresentasse e entregasse para serem trocados na mesma caixa de conversão.

Deste modo, sem emissão de papel moeda pelo Thesouro, o que seria verdadeiro desastre para o credito externo do Brasil, sem emissão sobre lastro metalico ao cambio, de 27, o que determinaria o exodo de todo o ouro acumulado, conseguir-se-ia augmento consideravel de meio circulante como evidentemente exigiam as permutas commerciaes do paiz.

A Caixa de Conversão apenas prejudicaria os especuladores de cambio ou os que espreitavam a alta eventual para transferir os seus capitaes para o extrangeiro. Louvando altisonantemente o Convenio cujos resultados, deveriam ser surpreendentes, objectava a representação senatorial que nem por entrar em declinio a crise cafeeira poderia ser dispensada da-

quella acção, na esperança de breve equilibrio estavel entre a offerta e a procura, pelo augmento do consumo e diminuição dos depositos, porquanto essa esperança seria falaz si não fosse empreendida a valorisação do café desde o inicio da proxima safra, justamente quando attingisse o minimo o suprimento visivel mundial, segundo indicavam as estatisticas.

E de facto si o Governo do Brasil cruzasse os braços e ainda deixasse para o dia immediato a defesa do café, ou esperasse que o annunciado declinio trouxesse seus beneficos effeitos, não somente a lavoura teria colossal prejuizo com os preços infimos a que desceria o café, como se permittiria que de novo se formasse nos mercados exteriores, e nas mesmas mãos, avultadissimo suprimento a cuja sombra se abroquelaria a especulação, retardando o desejado equilibrio entre a offerta e a procura, e sacrificando ainda as pequenas safras que se deviam á proxima.

Assim, pois, era certo que a situação angustiosa da lavoura impunha aos poderes publicos o dever de agir em seu beneficio sem demora, prompta e resolutamente.

Tambem em 1898, era esperada uma melhoria do estado financeiro do paiz, pela redução que já se operava nas despezas publicas, pelo augmento da producção amparada por um cambio baixo, cessação das despezas extraordinarias determinadas pelos acontecimentos politicos, e, no emtanto, coagido pela urgencia de angustiosa situação, o Governo tivera de submetter-se ao convenio salvador do *funding-loan.*

Entendia o Senado paulista dever de patriotismo antecipar o demorado advento do equilibrio entre a offerta e a procura do café, fazendo executar o Convenio de Taubaté, que, longe de significar a preoccupação de lisonjear á lavoura, e menos de apagar-lhe esperanças exageradas, ou irrealisaveis, traduzia, antes de tudo, o reconhecimento do inilludivel dever de prestar-lhe braço forte na tremenda crise em que havia já quasi um decennio se debatia como naufrago, sem que lhe se atirasse a mais fragil taboa de salvação — traduzia o reconhecimento da situação real do paiz, cujas forças productivas não podiam continuar sufocadas pela variabilidade da moeda.

No *Paiz,* um articulista bem inspirado lembrava quanto a crise brasileira era sobretudo uma questão de luta commercial.

Como prova disto estava a constancia dos preços altos do varejo nos paizes consumidores quando os torradores compravam o genero cada vez mais barato.



E' que estando quasi monopolizado, em poucas mãos, o commercio mundial de café, os intermediarios que representavam a procura perante o commissariado, faziam a este, ou directamente, aos produtores o preço que o excesso da offerta determinava e assim estabeleciam o preço de varejo de modo a assegurar-lhe elevadissimo sinão exagerado lucro.

Si, portanto, nos mercados exportadores de café entrasse novo e poderoso elemento, convenientemente apparelhado, para regular a offerta, os intermediarios forçosamente acceitariam os preços pouco elevados exigidos pelos offertantes, sob pena de se verem substituidos por novos concorrentes, a encontrarem ainda muito boa remuneração na differença entre os preços de acquisição e de venda do produto.

Forçando a mão aos *roasters,* avidos e incontentaveis, em sua gana de lucros, viria fatalmente largo periodo de bonança e prosperidade, para os produtores brasileiros que, desafogados, poderiam pensar no alargamento do commercio e conquista de novos mercados.

Paralelamente á valorisação assim feita, uma propaganda activa, constante, intelligente, promoveria o alargamento do consumo ao mesmo tempo que procuraria melhorar as qualidades offertadas, firmando assim e assegurando a permanencia de preços remuneradores aos productores. Fortalecidos estes, e os governos estaduaes da União, pelos melhores preços do café, consequente augmento da arrecadação dos impostos e do valor da exportação, seria ocasião azada de convergirem todos os esforços para o bom terreno a que se referia a mensagem presidencial, pela fundação de estabelecimentos de credito agricola e credito real, onde lavradores encontrassem recursos para custeio de sua lavoura, a juro razoavel, alliviando o commissario dos encargos de banqueiro.

E como no paiz, não abundavam esses capitaes, o ouro extrangeiro, sentindo-se amparado e garantido pela estabilidade do cambio affluiria para fecundal-os e para descontar os *warrants* permittindo mobilisar o valor das mercadorias armazenadas.

Assim pedia o Congresso Paulista por intermedio dos presidentes do Senado e da Camara dos Deputados, Conselheiro Duarte de Azevedo, Dr. João Alvares Rubião Junior, ao Congresso Federal que aprovasse o convenio de Taubaté.

A Commissão de Finanças da Camara Federal dos Deputados emittiu parecer favoravel á adopção do convenio havendo porém votos divergentes, de dois de seus membros Cornelio da Fonseca, deputado por Pernambuco e Victorino de

Paula Ramos, representante de Santa Catharina, que assignaram vencidos. Entendiam ambos que o caso era de exclusiva competencia estadual nada com elle tendo a União.

O primeiro, a 19 de julho de 1906, justificava o seu voto ao se realizar a segunda discussão do projecto de lei aprovador do convenio como lavrador de canna, classe mais infeliz do que a dos fazendeiros de café, completamente abandonada, sendo impossivel que em seu favor se levantasse uma propaganda como aquella da qual se originára o Convenio de Taubaté, isto é, uma valorisação.

Fazia votos comtudo para que do convenio surgissem beneficios. Entendia que ex vi de constituição Federal, nada tinha o Congresso que ver com uma questão toda da alçada do Presidente da Republica. Além disto, entendia que na lei do orçamento, se consignava o processo de se valorisar o café, o modo de lhe regularizar.

A autonomia dos Estados collocava-os em condições de por si fazerem emprestimos, melhorarem este ou aquelle ramo de industria. Não era preciso pois um convenio para que se chegasse ao desejo de muitos de ver valorisado o café.

Ao deputado pernambucano respondeu o representante fluminense Dr. Manuel Rodrigues Peixoto, muito acatado como conhecedor de questões economicas. Louvou o convenio que vinha soccorrer positivamente a lavoura cafeeira decadente. Entendia porém que pretender tratar da valorisação do café, impor preços mais ou menos fixos, sem se tratar da valorisação do meio circulante, e fixar a moeda, era o mesmo que se procurar captar uma sombra.

Sem a previdencia da valorisação do meio circulante facil seria aos syndicatos extrangeiros burlar todas as medidas que no Brasil, postas em pratica para elevar o preço da café.

O commercio do genero, quer na America do Norte, quer na Europa, estava entregue a meia duzia de negociantes, de accordo com os quaes procediam os torradores, distribuidores e revendedores.

Dahi o preço elevado pelo qual elles vendiam o produto brasileiro. Uma libra de café, custava ao negociante americano 6 cents.; no emtanto, na revenda, pedia 17 cents. ou um lucro de quasi 200 % quando não pedia 21 ou 25 cents.

O commercio de café não obedecia, á lei da offerta e da procura e sim a circumstancias extranhas a qualquer commercio e que precisavam ser tratadas com cautela.

A Bolsa de Nova York por exemplo, não tinha em deposito mais do que 5.000 saccas, e no emtanto, fazia negocios

de milhões. Era o jogo que alli imperava sob o pretexto de venda de café.

Tudo isto por conseguinte, estava indicada que o problema de valorisação do café, era assaz complexo e que o produto precisava de propaganda tenaz e intelligente, para conquistar novos mercados.

A valorisação, tal qual estava, poderia acaso enfrentar, com vantagens, os grandes syndicatos extrangeiros? Não acreditava em tal.

No proprio Brasil, o café tinha preço que não podia ser o real, porque o lavrador, necessitando urgentemente de dinheiro cedia sua mercadoria por qualquer preço. No extrangeiro, os trusts, como grande polvo se encarregavam de desvalorisal-o ainda mais, em beneficio da especulação.

Por conseguinte, uma das medidas que se impunham era de armar o lavrador de recursos com que pudesse resistir ás propostas desvantajosas dos negociantes extrangeiros.

Tambem convinha que, quanto antes, se tratasse do augmento do consumo fazendo com que o café fosse vendido no extrangeiro, por preço que desse margem a lucros; não porém a grandes surtos da especulação.

Fiscalisação de venda de café, no extrangeiro; propaganda conveniente para a conquista de novos mercados e alargamento dos já existentes e recursos para armar o lavrador contra a agiotagem era uma serie de medidas com as quaes muito lucraria o genero que se ia valorisar.

CAPITULO LXIV

Discurso de David Campista em favor da approvação do Convenio — Discussão de aspectos constitucionaes — Objecções do Almirante José Carlos de Carvalho

A Rodrigues Peixoto seguiu-se com a palavra David Campista cuja influencia, aliás a mais justificada, era enorme.

Declarou entender que o debate sobre o projecto poderia razoavelmente ficar circumscripto á questão levantada como preliminar e que versava sobre a aprovação pelo Congresso do ajuste dos trez grandes Estados cafeeiros.

Alterado, como fora o convenio, graças ao ultimo accordo, o conjuncto de medidas que formavam os elementos de ajuste, cabia indiscutivelmente na orbita da competencia dos Estados.

O primeiro destes elementos, era o emprestimo externo que os contractantes podiam legalmente contrahir, como frequentemente haviam contrahido, com certa largueza até. Seria compensado pelo maior progresso economico dos Estados.

Com ou sem endosso da União, nada teria o Congresso a fazer neste particular, visto como no caso de ser necessaria fiança nacional, a lei vigente expressamente a autorisava.

Dos termos do additivo feito ao convenio, transparecia entretanto como intenção dos Estados dispensarem a fiança da União, visto como regulavam a arrecadação da sobretaxa que faria face ao serviço do emprestimo para o caso de não ser a União fiadora.

A regularisação do commercio de café, um dos fins do accordo, evidentemente não podia ser confundida com a regulamentação legislativa do commercio de que tratava o artigo 34 da Constituição, medida da competencia privativa do Congresso Nacional.

A regularisação de que falava o convenio, consistia em mera operação commercial, que tanto poderia ser levada a effeito pelos Estados, como por syndicatos, associações ou simples commerciantes.



Alargamento do consumo pela propaganda do produto, melhoria do preparo, restricção da exportação de typos inferiores etc. eram medidas que os Estados podiam livremente tomar isoladamente sem necessidade de intervenção do poder federal.

Excluindo-se, portanto, como se fizera no projecto e no convenio alterado, a instituição da Caixa de Conversão, nada mais ficaria no convenio que escapasse á competencia constitucional dos Estados.

Depois de discutir o caso das diversas especies de convenios interestaduaes em face da constituição citando exemplos extrangeiros lembrava Campista que no Brasil a União dispunha dos direitos de fiscalisação de taes accordos.

Assim o exame de que o direito de aprovação devia versar exactamente sobre si o objecto do ajuste incluia-se ou não, na competencia dos Estados e si era ou não lesivo aos direitos ou interesse da União e de outros Estados.

Mas a Constituição atribuia ao Presidente da Republica a competencia de aprovar os ajustes entre Estados, submettendo-os ao Poder Legislativo, quando cumprisse.

Mas — quando cumprisse a juizo de quem?

Do Presidente da Republica, na forma da Constituição.

A Constituição não restringia o criterio do Presidente e nem poderia o Congresso restringil-o distinguindo casos que a Constituição não distinguia.

Podiam as Camaras obrigar o Presidente a aproval-o e nem sendo provavel que o fizessem repudiar a opinião que manifestava submettendo o convenio ao Congresso, o resultado seria a annullação positiva de uma atribuição preciosa dos Estados, que consistia em fazer ajustes permittidos pela Constituição.

Demais, que mal ou inconveniente haveria em aprovar o Parlamento o convenio, embora independesse elle da sua aprovação?

Seria acto dispensavel, mas não inconveniente ou prejudicial a quaesquer interesses.

E cumpria ainda apreciar outro aspecto da questão. A recusa do Congresso em aprovar um convenio que cogitava de um emprestimo externo seria de effeito moral grandemente desastroso para o exito da operação.

O extrangeiro, principalmente, o capitalista, pouco propenso se mostrava a acreditar que, em assumptos desta valia, deixava-se o Brasil levar tão somente por filigranas de legismo e escrupulos doutrinarios de interpretação constitucional.

Nem sempre se fazia justiça á exuberancia do espirito nacional de minucia e á incontestavel riqueza da imaginação indigena.

Nem poderia acreditar que a maioria do Congresso fosse composta de sectarios de uma formalistica a Mr. Bridoison.

Uma vez submettido ao Congresso o Convenio de Taubaté, este o aprovaria ou não. Devia, porém, pronunciar-se.

A Campista na mesma sessão seguiu-se na tribuna o Contra-almirante José Carlos de Carvalho, deputado pelo Districto Federal, que occupou a attenção da Camara com explicação pessoal justificando a sua attitude de antigo propagandista e acérrimo defensor do café.

Vinha ao mesmo tempo sugerir uma serie de medidas complementares do convenio e a seu ver indispensaveis.

Entre ellas uma relativa á fiscalisação rigorosa da exportação dos cafés baixos cuja retenção devia ser feita.

Era facto verificado que a exportação de typos inferiores e escolhas concorria poderosamente para o descredito do café do Brasil, e por isso que somente essas qualidades eram apresentadas como padrão unico da produção de procedencia brasileira, emquanto o café de typos superiores vinha a ser absorvido pela especulação commercial, que fazia apresentar ao consumidor como de origem diversa.

O café de typos inferiores e a escolha serviam principalmente para fazer-se a caldeação no Rio de Janeiro e Santos, e dahi a formação do typo 7, geralmente adoptado nestes portos de exportação.

CAPITULO LXV

A segunda discussão do projecto — Longo discurso desfavoravel de Miguel Calmon — Estudo da situação cafeeira — Pessimismo em relação ao exito do Convenio — A superproducção brasileira — Similes com os casos de varios paizes

Assim queria o Almirante J. C. de Carvalho impostos differenciaes de exportação relativos ao typo, fiscalisação severissima, taxa de capatazias tambem differenciaes etc. E fazia votos para que o Convenio de Taubaté se cumprisse extreme da politica.

Nesta mesma sessão a Camara dos Deputados encerrou a segunda discussão em andamento aprovando o Convenio de Taubaté com as modificações constantes do accordo de 4 de julho.

No dia seguinte tomou a palavra o deputado bahiano Miguel Calmon du Pin e Almeida, mais tarde Ministro de Estado, illustre parlamentar que, apezar da grande mocidade, era tido como um dos mais acatados conhecedores das questões economicas brasileiras. Acabava de voltar do Extremo-Oriente, onde estivera como delegado do Brasil na Segunda Conferencia Assucareira.

Pronunciou longo discurso atacando o Convenio de Taubaté, e recheiado de dados estatisticos.

Persistia, no Brasil, o habito inveterado de atribuir a queda dos preços do café e causas, mais ou menos, arbitrarias, esquecendo-se sempre, a real, e commum a todas as mercadorias, qual a produção excessiva, que era por assim dizer, a caracteristica do movimento agricola universal, nos ultimos tempos. Porfiava-se em incutir que a crise do café brasileiro, agravada pela alta do cambio, podia solver-se mediante a acção directa do Governo, que a deixava, sem remedio, emquanto, noutras partes, governos sensatos haviam sabido obrar, com efficiencia, em casos identicos.

Nada mais falso.



Começou estabelecendo um simile entre o periodo de 1873 a 1888 e o de 1889 a 1905.

No primeiro o cambio medio oscillara entre os extremos de 18-11/16 em 1888 e 27-7/32 em 1875. Dez kilos de café variavam entre 9$191 réis em 1873, e 4$156 em 1885.

A producção brasileira tivera um minimo de 2.241.755 saccas em 1887 e 4.377.418 em 1881.

Em 1873, e cambio de 26 3/32 d., o café se cotava a 9$191, por 10 kg., e em 1882, nove annos depois a cambio de 21 d., alcançava, apenas, o preço medio de 3$303 ou, o que éra o mesmo um terço daquella cotação, a igual taxa.

Qual a causa dessa formidavel depreciação?

A producção passara de 2.433.709 saccas a 4.377.418, num espaço de oito annos; quasi duplicará, pois, de 1873 a 1881. Em 1883 apezar de se manter o cambio do anno precedente, a ligeiro decrescimo na producção correspondera uma alta de 800 réis, por 10 kg., que no anno seguinte, attingira 1.200 réis, por identico motivo, mas que retrocedera em 1885, a despeito de cambio mais baixo, só por augmento daquella. Não havia pois perfeita correspondencia entre a escassez do genero e o seu maior valor? Acaso, a especulação era desconhecida, a esse tempo? Esta existia, como sempre existira desde Thales mas houvera de ceder á influencia dos factores naturaes.

Na crise que em 1906 affligia o Brasil, vira-se o café passar de 5$140 réis por dez kilos em 1889, com o cambio de 26 7/16 a 14$916 em 1894 com 10 3/32 e a 4$865 com 15 57/64 d. Singular anomalia! Inexplicavel anomalia! Mas é que em 1889, exportava o Brasil 5.585.534 saccas, em 1894 quasi o mesmo 5.582.536 e em 1905 nada menos de mais do dobro: 11.124.461!

E quando começara a grande depressão de preços entre 1900 e 1901, occorrera uma safra de 9.155.464 saccas a que se seguira outra de 15.016.414!

E haveria alguem que estudando este paralelismo dessas duas grandes crises brasileiras se recusasse a incriminar á super-producção a causa da baixa?

Pequena a influencia cambial.

Em 1894, a cotação media era de 14$916, e, em 1902, ao cabo de oito annos, descia a 4$902, achando-se o cambio a 2 pontos acima; o que equivalia a pouco mais de um terço, ao mesmo cambio. A exportação passara, em compensação, de 5.306.749 saccas a 15.010.414, ou augmentara de dez milhões de 1894 a 1901, ao passo que, em 1889 a 1894, se con-

servara estacionaria. Já em 1897, a safra excedera a anterior de 3 milhões; mas de 1900 para 1901, o accrescimo fora de 6 milhões. Ainda assim, logo que a produção regredira, os preços medios se alçavam, apezar de alta no cambio, passando os 10 kg. de 4$902 a 6$345. De 1904 em diante, a subida do cambio fizera se sentir, como factor preponderante, na baixa do artigo. Nos mercados europeus, os preços do *good average* de Santos ganhavam 60 % de 1901 a 1904.

O caso do café não era singular; e sim similar ao do chá, cacau e matte.

Em 1882 a 1883, vendia-se a libra de chá de Ceylão e da India em Londres a 16 d. em 1904 a 7 d.

Tambem a producção subira de 2.262.539 lb. a .... 158.952.965 lb.

Era pasmoso que a desvalorisação não houvesse sido muito maior. E' que o consumo accrescera de modo fabuloso; surprehendente ao ultimo ponto.

Assim tambem o cacau. Valia em Londres o quintal da theobroma de Ceylão 123 sh. em 1891 para declinar para 62 em 1897 e 58 em 1904.

Mas tambem a produção mundial de 1900 a 1904, subira de 105.270 toneladas para 146.552.

O matte viera em pouco tempo de 447 réis por kilo a 265 réis por motivo de enorme alargamento da produção.

Era erroneo pensar-se que a crise do café só se restringira ao Brasil apenas.

Cahira o genero por meio kilo em Java de 59 ½ cents. a 28 ½.

E em Java o beneficio era aprimorado mercê da barateza extrema do braço e alli os intermediarios se reduziam ao minimo.

Os lavradores ou o governo hollandez, que o era e dos maiores, remettiam, geralmente o genero, em consignação, a casas de Rotterdam e Amsterdam.

Lamentavel erro consistia em pensar-se que a interferencia no mercado do café pudesse actuar de modo poderoso, deprimindo por modo permanente, as cotações sem que houvesse, para tal, razão decisiva.

Economistas de grande prestigio afirmavam que a sua acção era antes util que malefica (realmente, não fora a especulação e se não dilatariam, no Oriente, extensos seringaes, que, si eram nocivos, economicamente ao Brasil, faziam todavia a felicidade das colonias inglezas e de numerosas industrias, estacionarias á mingua de borracha).

Entre esses economistas estava um homem de grande nota: Daniel Zolla que a proposito do trigo observara:

"A especulação, falseia as cotações no dizer dos agrarios.

"Nada menos exacto. Não se comprehende por que os especuladores, isto é, os compradores a prazo, tenham interesse em baixar o preço do trigo. Não se concebe, muito menos, como poderiam influir, no mesmo sentido, ha mais de vinte annos.

"Especuladores, existiam e especulavam, tambem, em 1850 e 1875, quando as cotações subiam. Por que a especulação teria lobrigado resultados differentes? Toda a especulação para baixa, presuppõe um reverso, ou especulação para alta, de outros grupos. Era admissivel durasse desde vinte annos, o duello.

"Para que, aliás ir procurar, longe explicações tão insolitas, para a baixa do trigo ou de outros produtos, quando factos assaz notorios lhes provocavam a sensivel depreciação?

Affirmava-se igualmente que os agricultores se viam constrangidos a vender os cereaes no outomno; a affluencia de vendedores provocava a baixa, e os especuladores compravam-n'os à preço vil, accumulando *stocks* que depois escoavam por altos preços."

O caso do trigo francez, Calmon aplicava-o ao café brasileiro achando-lhe perfeita similitude.

Tornava-se evidente que as variações de preço durante o anno, dado o regimen da moeda brasileira, não se manifestavam demasiadas e, (o que merecia serio reparo) que a occorrencia de entradas em Santos, mais, ou menos avultadas, não exercia pressão perceptivel nas cotações, salvo si se ousasse concluir que, nos mezes de entradas reduzidas (abril, maio, junho e julho), ellas tocavam ao nivel minimo!

A sensibilidade dos preços medios annuos, era extraordinaria; bastava pequena remissão na safra de um anno, senão até simples perspectiva de tal, para se operar alta consecutiva.

Muitas das maiores revistas economicas, não norte americanas, eram favoraveis aos chamados especuladores dos Estados Unidos, achando que as suas tendencias eram em geral altistas.

Assis Brasil, lembrara aliás, não havia muito, que os negocios de café, eram de pouco vulto em relação a outros enormes que preoccupavam os americanos como por exemplo os da metalurgica, os carvoeiros e petroliferos. E mesmo em relação a outras colheitas, como a dos cereaes.

Como o capital, necessario a estas manobras não avultava, muitos se propunham a tal negocio, a degladiação dahi fatalmente sobreviria e a especulação, exercendo-se em sentidos alternados, não repercutiria senão ephemeramente, sobre o estado real do mercado. O fracasso de mais de uma tentativa do monopolio de café na Europa e Estados Unidos, corroborava a tal asserto.

No que respeitava a restrição do consumo, determinada pela especulação dos retalhistas, a leitura do relatorio de Assis Brasil, ministrava informações persuasivas de que o facto era mais apparente do que real. Na verdade, se parecia positivo que a conservação do mesmo preço de venda, no varejo, a despeito do barateamento do genero em grosso, o que aliás não se podia ter como, absolutamente, verdadeiro, obstava o desenvolvimento do consumo, convinha lembrar que em relação ao computo do café, as falsificações e os succedaneos lhe faziam concorrencia não desprezivel. Nos paizes onde havia impostos leves sobre o café, era licito afirmar que a fraude desapparecera em larga escala.

O *roaster* americano não fugia a esta circumstancia.

Emquanto o café estivesse barato, dava-lhe o torrador preferencia; mas, á medida que encarecia, ia abrindo praça á chicorea, ao feijão torrado etc., afim de manter o artigo, ao nivel da capacidade dos consumidores, sob pena de se retrahirem ou mesmo privando-se do genero por lhes não comportar a bolsa despeza maior, ou mudando, por economia de uso, e passando a tomar chá, chocolate, e bebidas alcoolicas.

Quanto ao facto de se valorizar o café brasileiro, tendo-o sob as denominações de Moka, e outras, pensava Calmon que isto se baseava em falsa idéa.

Só quem desconhecese a tolice humana pensaria em insugir-se contra regras commerciaes, arraigadas e robustissimas.

Entrando no amago da questão lembrava o illustre deputado bahiano com a maior propriedade de conceitos que o café brasileiro, um dos ultimos a penetrar nos mercados europeus, tivera de sujeitar-se á contingencia de já ter encontrado a fama e o gosto formados.

A crise cafeeira se produzira naturalmente, sem que a especulação nella influisse, de modo sensivel, no desvalor do produto. Pelo contrario, e a seu ver de 1904, em diante era esta mesma especulação a principal incentivadora da alta. A que vinha pois a intervenção dos governos em materia tão alheia á orbita normal de suas atribuições?

Com que direito perturbava os mercados para no momento favorecer, quiçá, a uns; mas conculcando irremissivelmente, os esforços dos que viessem depois? Dizia Laneuville, não sem justeza, que quando, num paiz, o governo intenta proteger empresas que periclitam, não o faz senão á custa das que prosperam, o que é iniquo.

Si o termo natural da crise cafeeira no Brasil, pelo desaparecimento das explorações insustentaveis, ainda se não dera, provinha do facto de que differentes circumstancias haviam vindo animar os lavradores menos prosperos.

"Era antes de tudo, a esperança em auxilios officiaes..."

Já em 1843, o marquez de Abrantes, no Parlamento, lembrava que a grande industria de sua terra natal, a Bahia, vivia sob a influencia de opiniões inexactas.

Assim, elle, Miguel Calmon, não acreditava no exito dos resultados do convenio de Taubaté.

Ainda ultimamente, sem intervenção alguma extranha subira o café notavelmente.

Ora, em taes condições que direito assistia ao governo brasileiro para exigir que a alta fosse, pelo menos de 80 %, quando o Brasil innundava, de subito, os mercados com excessivas safras, e quando em 70 annos, vendera mais de 60 % da sua produção a preços inferiores aos minimos do convenio!?

O Brasil, exportara, em 1846 a 1850, nove e meio milhões de saccas a 37 francos de 1876 a 1880 quinze e meio a 82 francos e de 1901 a 1905, sessenta e trez milhões a 42 francos.

Mas tambem baixara immenso a capacidade acquisitiva da moeda. E os 37 francos, do primeiro quinquiennio valiam pelo menos 5 vezes mais do que os do ultimo sob este ponto de vista, era o caso de se objectar ao deputado adverso ao convenio.

Esforçou-se Calmon por provar que a crise de café ia solver-se naturalmente sem precisar da interferencia official. Afirmava que sendo os cafeeiros de São Paulo maiores de 4 annos, 332 milhões não seria provavel grande augmento de safras em futuro proximo.

Qual o effeito de valorisação sobre o consumo?

Afirmava a grande firma de Rotterdam, Duuring Zoon, que se observava notavel retração dos consumidores. Não era exacto que o Brasil houvesse com o seu alargamento, de producção exagerada, afastado os demais concorrentes americanos, asiaticos e africanos.

Realmente produzira muito mais, mas os concurrentes se tinham mantido em suas medias. Bastava o seguinte confronto:

Annos	Brasil	America	Asia	Africa
1888-1889. . .	9.506.000	2.503.000	1.574.000	118.000
1897-1898. . .	11.213.000	3.552.000	1.070.000	224.000

Assim o Brasil, não anniquilara, como se costumava assoalhar, a industria, cafeeira nos demais paizes, onde ao primeiro rebate de alta estavel, se não renascesse o enthusiasmo de outras eras, logo se manifestariam por toda a parte, signaes de vida. Contava-se o que era peor, com a fraqueza do Brasil, em vista da alta celere do cambio, ao passo que em alguns destes paizes, novas culturas promissoras de brilhante futuro, viriam subsidiar á do café.

Em todos os lugares, onde elle Calmon se achara no Oriente, o café tendia a generalizar-se, como cultura auxiliar. Assim é que nos cafesaes velhos se intercalavam, commumente, seringueiras, como arvores de sombra, para de futuro, se lhes recolher o valioso *latex*. Plantações havia contando além do café, seis e mais culturas v. g. pimenta da India, cubebe, baunilha, borracha, cacau, noz moscada, kapok. Fundavam-se ainda, em Java, Sumatra e na peninsula de Malaca, em Borneu, *estates* de café e cautchú. Não era só: o que destroçara a cultura da rubiacea na India Ingleza, fora a *hemilea* cuja acção damnosa se estendera até Java. Pois bem; na grande colonia batava, combatia-se vigorosamente, graças á introducção do *coffea liberica* e do stenophylla, e a elle imunes, e graças ainda á creação de typos hybricos. Donde, forçoso era descobrir, nos competidores, melhores elementos de resistencia.

Não bastava que o chá e o matte conquistassem terreno sobre o café.

Era a concorrencia extrangeira que ainda ameaçava a producção brasileira.

Passou Calmon depois a indagar de como executariam o seu plano os estados signatarios do convenio.

Açambarcariam todo o genero ou apenas, interviriam para retirar parte, do que fora a offerta?

No primeiro caso, o emprestimo de quinze milhões, que, no maximo produziriam £ 13.500.000, e muito menos até, si falhasse o endosso da União, depois de liquidadas as despezas,

era insufficiente diante da resistencia, que se agravaria, sabida a origem artificial da alta, resistencia por perto dos consumidores, ou por disporem elles de grandes reservas, ou porque se restringiria o proprio consumo por capita. Na segunda hypothese que seria da sorte dos sete ou oito milhões de saccas sobresalentes, lançadas ao mercado, em face de um *stock* visivel de perto de dez milhões dos mais paizes produtores, retrahindo-se o consumo como seria ineluctavel?

Que succederia quando a outra safra sobreviesse, a qual, em virtude da alta, não haveria de ser menor, salvo se a Providencia bafejasse o Brasil? Se S. Paulo, aliás isoladamente prohibira as novas plantações, ainda contava para mais de cem milhões de cafeeiros, menores de sete annos, que lhe sustentavam e sustentariam largamente a producção. E além disto a adubação e o melhor trato, permittiriam obviar o esperado esgotamento das arvores.

Demais, o exame do quadro geral das safras, não fazia prever decrescimo na futura colheita, cuja estimativa, não seria licito fazer, senão em vista do curso favoravel ou desfavoravel da estação.

Mas, deixando de lado, esta face da exequibilidade do convenio por hypothese, considerado em vigor, que resultados della promanariam?

Lembrava o deputado bahiano como os mestres da Economia politica reputavam falazes, falsos, precarios os resultados e a existencia dos açambarcamentos e *corners*.

Os altos preços suscitavam concorrencias novas, quer no paiz, quer fóra delle, a elevação de preço restringia o consumo, a carestia do genero levava ao recurso dos succedaneos. Occorria a chamada lei da substituição, a qual constituia a maior salvaguarda do consumidor.

O café de todo não se furtava a taes preceitos. Era planta vivaz cujas safras não se comprimiam de anno para outro. Se o seu desenvolvimento lento afastava os perigos das concorrencias novas havia à considerar a existencia dos grandes stocks do genero, visiveis e invisiveis. Além de tudo não era genero de primeira necessidade sendo ameaçadissimo o seu consumo pelo dos numerosos succedaneos.

O proprio governo americano incitava as suas colonias ao plantio do café.

Quem desconhecia a censura irrogada aos brasileiros, em todo o mundo, por manterem exagerados impostos de exportação sobre a borracha, abusando, por tal forma, de um privilegio natural, em prejuizo da respectiva industria que contra

elles já se preparavam, a desforra, por meio de vastissimas plantações da *hevea!?*

Que seria do protecionismo nacional, quando as nações européas começassem a exigir, como o fizera a America do Norte, reducções nas tarifas sob pena de onerarem o monopolizado café?! Não era sufficiente que, para mal deste, já protejessem suas colonias dando-lhes ao café sensivel diminuição, nas tarifas, e que o colocassem mal mesmo, em confronto com o cacau e o chá?! Pois não seria perigoso provocar-lhes desmarcadas iras?

O simile que os defensores do açambarcamento cafeeiro queriam estabelecer com os casos do algodão norte-americano e do trigo russo, das passas gregas e do café javanez era falso.

No primeiro caso o governo de Washington, se alheiara das manobras dos algodoeiros cuja actuação no sentido de promover immoderada alta de preços fôra a causa do alargamento das lavouras do Egypto, India e até do Brasil.

Se a Russia czarista usando de meios coercivos proprios de seu regimen de absolutismo ferrenho conseguira levar a melhor o seu *corner* do trigo, em compensação o de 1898, nos Estados Unidos, tambem sobre o mesmo cereal, acabara pessimamente.

Quanto ao caso das passas, a aproveitar a lição, deveria o Governo brasileiro procurar um syndicato, e vender-lhe toda a sua producção de café, a preço remunerador.

Se em paiz democratico, tal fosse licito e decente, conviria chamar os detentores dos actuaes stocks, que seriam os que mais ganhariam com a projectada valorisação, e dizer-lhes: "Damos-lhe a certeza de não se plantar mais café além de outras tantas garantias, e os senhores se obrigarão a comprar o genero nacional, por preço que remunere!"

Não, faltaria, talvez, quem quizesse acceitar a proposta e assim ficaria o Brasil livre da especulação dos que, melhor, a poderiam tentar. Quão triste era tocar em tal! Quão profundo o conceito de Janes Bryce: "está verificado, pela observação dos phenomenos sociaes, que a interferencia do governo mais vezes prejudica que beneficia."

Quanto ao caso do café Javanez, havia engano redondo por parte de quem o pretendia assimilar ao brasileiro.

Era o governo hollandez grande fazendeiro, mas não se occupava da parte commercial do producto, consignava-o todo a uma companhia, muito importante, a *Neterlandsche Handel Mattschappij*, que o vendia conforme melhor lhe parecia. Es-

tava claro que, não se achando o governo urgido por falta de recursos, nem sendo exagerada a quantidade das safras, a companhia esperava boas occasiões para por em leilão o genero.

Mas não se sabia de lavrador europeu, em Java que recebesse do governo, o valor da colheita, a dado preço, para depois sujeitar este aos azares do amanhã. Nem, muito menos, que, se prohibissem lavouras novas. Pelo contrario era o governo que restringia as proprias para favorecer a existencia das dos particulares.

O imposto de exportação, nas colonias hollandezas era meramente fiscal apenas de um por cento.

Não se quizera no Brasil seguir o sabio exemplo do governo inglez em relação ao chá de Ceylão. Limitara-se elle a procurar o alargamento do consumo por intermedio da propaganda.

O convenio de Taubaté inspirara-se nos deploraveis processos antiquados e desastrosos de companhias das Indias Orientaes, os menos dignos de imitação.

Desde muito se proclamara na Inglaterra que os preços ruinosos dos generos agricolas acaso occorrentes não se podiam atribuir á deficiencia do poder protetor das leis.

A proteção não se devia promover mais do que o monopolio.

Do que o Brasil precisava era estabilidade da moeda, credito agricola liberalisado a todos os agricultores, estatisticas seguras de produção e consumo, referentes ao mundo inteiro, com uteis e sugestivas conclusões, economia rural estudada e conhecida da associação dos lavradores para produzirem melhor e vender com mais lucro, propaganda séria e systematica do café, entre os povos extrangeiros, procurando-se por todos os meios diminuir-lhe o custo de produção, introdução de novas culturas e bons processos de trabalho, fornecimento de braços ás plantações, em favoraveis condições, esclarecimento do lavrador posto ao par de sua verdadeira situação, não só em confronto com os concorrentes de outros lugares, como tambem diante das exigencias dos consumidores.

Em peroração sobremodo pessimista lembrou Miguel Calmon a fabula de Esopo do cão que largara a presa pela sombra desta. O tempo se encarregaria de demonstrar que do Convenio de Taubaté, porventura aplicado, apenas restaria a sombra vã de uma miragem, que ao Brasil havia feito perder o melhor dos apanagios economicos: a supremacia do café brasileiro sobre os seus variados competidores.

A Camara surda porém aos seus argumentos aprovou o convenio em segunda discussão, pedindo e obtendo o deputado Barros Franco dispensa do intersticio para que o projecto voltasse no dia immediato em ordem do dia dos trabalhos parlamentares.



CAPITULO LXVI

A terceira discussão do projecto aprovador do Convenio de Taubaté na Camara dos Deputados — Discurso de Barbosa Lima infenso ao projecto — Opposição acerrima deste parlamentar — Vehemente discussão — Emendas de Barbosa Lima

A sessão de 21 de julho de 1906 marcou uma das mais notaveis efemerides da historia cafeeira universal.

O primeiro a pedir a palavra para discutir a magna questão que se debatia foi Barbosa Lima. Era então deputado pelo Districto Federal, embora politico em Pernambuco, cuja bancada se mostrava absolutamente infensa á aprovação do convenio.

Declarou que ao seu ver afirmava-se, com o inicio de nova politica, a doutrina da valorisação, pela acção dos poderes publicos, dos diversos produtos que no commercio não haviam logrado graças ao imperio das leis economicas, preços sufficientemente remuneradores, de accordo com as ambições e os propositos de quantos se envolveram nesse genero de actividade.

No anno anterior abstivera-se de enunciar as suas objecções ao projecto Candido Rodrigues. Contentara-se em declarar o seu formal dissidio em relação ás doutrinas victoriosas naquella emenda.

Dahi por diante, ainda mais do que anteriormente, entregara-se com o maior devotamento e o maior carinho, á meditação do importantissimo assumpto, embora alheio á actividade agricola e aos segredos da competencia mercantil.

Percebera a avolumamento da corrente que se divisava no mundo politico brasileiro, arrastando a todos para o Estado Providencia. Era uma modalidade brasileira daquillo que um publicista allemão batisara de fanatismo da valorisação a saber a crença de que era possivel reconhecer no governo, em seus agentes, capacidade para, por meio de medidas legis-

lativas, e intervenção official, curar o mau estar, a molestia, a crise em que se debatia, ora a lavoura, ora o commercio, ora a industria.

Parecia ter obedecido a esta corrente o chamado Convenio de Taubaté.

Reconhecia comtudo o patriotismo das intenções dos presidentes signatarios do covenio, obedientes aos clamores do desespero da lavoura.

A principio se afirmara pela imprensa do Rio de Janeiro e dos Estados que a questão da valorisação do café se prendia de modo intimo a outro problema bem mais formidavel, o da remodelação do mecanismo monetario nacional. De tal maneira se afirmara esta intima dependencia que, dizia-se cortar o cordão ligador das duas questões era sacrificar qualquer dellas.

O caso da valorisação se apresentava tão premente que até se falara em convocação extraordinaria do Congresso Nacional! Não queria afirmava Barbosa Lima censurar os trez governos estaduaes, somente observava parecer-lhe que ainda ahi trasluzia, de modo inequivoco, a crença que qualificara da supersticiosa de que o remedio poderia ser instantaneo, da convocação immediata decorreria immediato allivio ao doente.

Vivia a imprensa a afirmar que o convenio era verdadeiro monolito (riso) peça inteiriça, solidamente vertebrada, de modo a não comportar divisão que ao menos implicitamente consentisse na possibilidade senão theorica pelo menos regimental e legislativa de se acceitar um projecto e rejeitar-se outro.

Acceitava-se o convenio no seu todo, respeitando-lhe a estructura, com que o haviam modelado os trez signatarios do accordo, ou rejeitava-se o convenio, ou finalmente emendava-se-o neste ou naquelle ponto. Assim se chegava a dois projectos perfeitamente desarticulados: um relativo á valorisação do café, outro á valorização ou desvalorisação conforme o ponto de vista em que se collocassem os reparadores.

Frequentemente aparteado continuou Barbosa Lima as considerações motivadoras de vivos reparos de David Campista.

Não comprehendia este como se pudesse fazer opposição a um convenio realisado pelos presidentes de trez grandes Estados, convenio submettido ao Congresso por simples formalidade e que não redundava em menor sacrificio para a União.

E como o interrompido indagasse se então era superfluo o que elle fazia na tribuna e o deputado paulista Alberto Sar-

mento lhe objetasse que sim levantou-se alguma celeuma. Quiz demonstrar que o aditamento ao convenio dispensava até a interferencia do presidente da Republica.

O artigo 48 da Constituição Federal capitulava as atribuições do Chefe do Poder Executivo.

Haveria no emtanto algum artigo da mesma Constituição que se referisse á intervenção do Poder Legislativo ao conhecimento de ajustes ou convenções celebrados entre Estados? Sim, o artigo 34.

Não se haviam referido os signatarios do convenio a este artigo appellando para o 48° que compendiava as atribuições privativas do Poder Executivo. Porque mandando o Presidente o Convenio ao Congresso Nacional só o fizera porque, expecificamente o observara, de accordo com todos os que aplaudiam esta medida que era a celebre questão da Caixa de Conversão, o problema da remodelação do aparelho monetario exigia a aprovação do Congresso.

O Presidente da Republica afirmava o declinio franco da crise cafeeira e tinha por si a opinião de grande autoridade a do Conselheiro Antonio Prado na sua tão citada entrevista ao *Jornal do Commercio,* em setembro de 1905.

Como objectasse um deputado, que ella era anterior ao convenio lembrava Barbosa Lima sarcasticamente que as medidas já então apontadas como devendo ser consubstanciadas em Convenio, originavam-se de projectos sicilianos (sic).

Continuando o raciocinio, verdadeira manobra obstrucionista, allegou o deputado fluminense Barros Franco Junior, que delongas daquella ordem redundavam em centenas de contos diarios de prejuizos para os lavradores de café. A isto Barbosa Lima retrucou ironico que ao ver do collega devia o Poder Legislativo ser botica de remedios instantaneos, só operando por meio de sangrias ou sinapismos... coisas de effeito immediato.

Estava constantemente a ouvir que se apertava a corda ao pescoço da lavoura de café e contestava-o. Podia isto referir-se a certo numero de lavradores de café apenas.

Retrucando a um aparte afirmador de que tal situação era a da quasi unanimidade da lavoura brasileira asperamente contestou o orador que sabia ser um ignorante, mas com o direito de dizer o que pensava. Sabia perfeitamente quanto aquelles que estavam com as fazendas hypothecadas em condições deploraveis não podiam consentir que uma representante da Nação usasse de seu direito, emittindo opinião tão respeitavel quanto a que mais o fosse sobre assumpto para o qual

poderia não ter competencia mas em relação ao qual tinha os mesmos intuitos que animavam os collegas seus adversarios.

Não era um obstrucionista estreito quem falava pois se assim fosse já nas discussões anteriores teria lançado mão de todas as demoras regimentaes que a tatica das assembléas ensinava os mais pecos parlamentares.

Voltando ao caso em apreço denunciava um facto a seu ver era o mais significativo da compressão que se queria exercer sobre o Parlamento.

A casa Prado Chaves, de S. Paulo, fizera publicar nas principaes praças da Europa e dos Estados Unidos significativo telegramma:

"Estava devidamente autorizada a declarar, em nome do governo paulista, que o projecto sobre a valorisação do café não estava abandonado e seria votado dentro de poucos dias."

Retrucou-lhe Barros Franco afirmando que assim era porque o governo paulista conhecia a opinião da maioria parlamentar dahi a sua asserção. Replicou-lhe Barbosa Lima protestando contra a pressão exercida no sentido de se abreviarem os debates sobre tão importante questão como aquella de raizes tão fundas e extensas.

Emquanto os gemidos não eram bastante clamorosos fora-se deixando a solução do caso para o dia seguinte e á ultima hora, queria a maioria que se o decidisse de afogadilho!

Era que a colheita vinha vindo contestou-lhe Barros Franco.

Vivo dialogo se travou então.

Então votemos ao pé da colheita, transportemo-nos para debaixo dos cafesaes, porque ahi votaremos com mais rapidez, redarguiu-lhe Barbosa Lima.

Se a Camara o fizesse talvez conhecesse melhor as necessidades do paiz, redarguiu-lhe o deputado fluminense ao que Barbosa Lima lhe arguiu que as necessidades do paiz não eram sómente as dos cafesaes.

Pelo menos eram elles os que mais concorriam para a riqueza publica, repontou-lhe Barros Franco vivamente.

Proseguindo, a cada passo interrompido por verdadeiro chuveiro de apartes afirmava o deputado pelo Districo Federal que após a valorisação do café viria a da borracha, opportunamente, e a do assucar dentre em breve.

Afirmava-se que a operação do convenio era interestadual. Então para que queria o endosso da União?

Todas as possibilidades, todas as cautelas eram para que o endosso não se tornasse effectivo, mas desde que existia

tal endosso era porque existia a possibilidade da União vir a pagar.

Entre as clausulas do Convenio algumas havia dignas de toda a attenção da Commissão de Constituição.

Fôra o convenio celebrado entre os Estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. O do Espirito Santo tinha o orçamento principalmente assentado sobre a lavoura de café, o da Bahia, embora em pequena fração pois já avultava muito a sua produção cafeeira. O Ceará, embora houvesse plantado por algum tempo o café muito se dedicara depois á plantação da maniçoba.

Mas, a questão que elle orador aventara não residia propriamente no plantar. Que é que se iria produzir como remedio ou pelo menos como tal reclamado e como tal annunciado por toda a parte? Melhores preços para o café, preços mais remuneradores, preços convidativos.

Se a Camara ia contribuir para que estes generos de actividade fossem mais remuneradores, mais compensadores como iria prohibir a plantação do café, justamente desse genero de actividade que melhor retribuia o trabalho?

Pois, então o que se queria não vinha a ser proteger áquelles que tinham a fortuna empenhada na lavoura do café afim de que pudessem ganhar e auferir as vantagens oriundas desse concurso das forças federaes e estaduaes. Só a esses e não a quem quer que comprasse algumas dezenas de alqueires de terra no proprio solo de S. Paulo e não pudesse plantar café, durante a vigencia do convenio.

Quem estivesse plantando podia esperar por este velocino, por esta remuneração até 70 francos por sacca de 50 kilos.

A prohibição de se plantar café coincidia com o artigo 72 da Constituição Nacional que garantia direitos até a extrangeiros e onde se fazia formal referencia á liberdade de industria.

Havia o proposito deliberado de se não deixar passar café, por haver muito café. Se subisse o preço daria elle muito dinheiro e não haveria prohibição; agora porém não podiam ser plantadas novas lavouras.

Em S. Paulo allegou Barros Franco houvera quem plantasse apezar da lei mas pagando o imposto. Assim continuava a liberdade para o estabelecimento de novas lavouras ao que David Campista coincidentemente observou que a prohibição em S. Paulo era um simile da taxação alfandegaria sobre o alcool, taxação que podia até ter intuito moral, economico e social.

Era o facto illusorio respondeu-lhes Barbosa Lima.

O poder de coerção de estatuto de tal natureza não era tão seguro quanto se afigurava á phantasia dos naturalmente levados pelo mais elevados interesses e aspirações.

No proprio Estado de S. Paulo confessara o seu contraditor a lei não conseguira evitar semelhante facto.

O Espirito Santo, por exemplo, cuja fortuna repousava sobre o café, se o produto, em virtude de tal disposição desse muito dinheiro haveria de fazer grandes plantações para ter com que reconstruir suas finanças.

E como Barros Franco objetasse que os defensores do convenio teriam grande prazer com semelhante facto retrucou-lhe o orador: então para que a providencia se não era para diminuir a offerta?

Outra critica severa fez ao convenio que mandava difficultar quanto possivel a exportação dos cafés inferiores ao typo sete. Estes se reservariam apenas para o consumo do paiz? Era como se se aplicasse ao Brasil o depreciativo e grosseiro proloquio popular do "para quem era bacalhau bastava!"

Passando a tratar do prazo da duração do convenio dizia o parlamentar que desejava saber qual seria elle.

Implicitamente se deduzia que o necessario para a amortização do emprestimo de quinze milhões esterlinos. Mas seria realmente isto?

Uma das clausulas do convenio explicava que não era licito ao Estado retirar a taxa. E como Barros Franco Junior informasse que tal se daria emquanto subsistisse o emprestimo, retrucou-lhe Barbosa Lima que então não seria tão provisorio, assim, teria de durar todo o tempo do serviço da amortização do emprestimo.

Durante todo este prazo subsistiria aquella prohibição, visto como o convenio era solidario em todas as suas partes, todas as suas disposições se completavam e integravam.

A isto Barros Franco contestou que o convenio não podia dispor um absurdo, e, a tirar-se uma conclusão logica das palavras do seu contestante ir-se-ia extinguir a lavoura de café no Brasil, por não se consentir na renovação dos cafesaes.

Era a crise transitoria, o café se valorisaria por si mesmo, dentro de trez ou quatro annos, tratava-se agora da questão de vencer este lapso penoso, este momento ruim.

Passando a discutir a questão da imposição atacou Barbosa Lima nova face do convenio a que creara sobre cada sacca de café uma taxa de 3 francos. A 600 réis representava 1$800, ou 7 % dos 25$200 do valor áctual da sacca.

Respondendo explicou-lhe Barros Franco que o convenio garantia um preço minimo e esta taxa só seria aplicada quando tornada effectiva a garantia.

Por conseguinte só se podia fazer o calculo levando em conta o preço minimo, no caso vertente de 8$000 por arroba ou 32$000 por sacca.

Asseverou Barbosa Lima que apezar das cotações baixas a lavoura de café ainda dava 18 por cento de juros. Assaz frequentemente remunerava os lavradores com dez e doze por cento. Levantou isto verdadeira tempestade de protestos.

O deputado paulista Barros Penteado arguiu-o de ignorancia do valor das propriedades agricolas e Barbosa Lima redarguiu dizendo-lhe que não admittia paralelos com os annos passados.

Na época aurea dos 84$ e 86$ por sacca representavam ellas um capital que carecia de extraordinaria remuneração para que pudesse dar lucros.

O custeio tambem dependia por sua vez das condições do orçamento da despeza de cada fazendeiro. E, havendo lavrador que alcançava lucros de 10 a 12 % nem mesmo em S. Paulo, e nas mais ferteis e produtivas zonas, com aquelle mesmo imposto de exportação, aquelles mesmos fretes de estrada de ferro, as mesmas porcentagens arrancadas por commissarios, ou outros, haveria quem tivesse rendas de 10 e 12 %.

Se assim sucede respondeu-lhe Barros Franco com a maior propriedade porque na totalidade, sem excepção desses poucos a que V. Ex. acaba de se referir, porque estão as propriedades completamente desvalorizadas? porque não ha hoje no Brasil uma propriedade de café que tenha valor?

Sustentando a these de que era a crise parcial e não geral afirmou Barbosa Lima que o mal era este, vivia o Brasil ainda affectado pela crise das grandes phantasias recentes.

A França havia pouco tempo, em 1901, tentara a valorisação do seu assucar com pessimos resultados, lançando mão de processos que recordavam os agora preconisados pelo convenio de Taubaté até que em 1903 o Sr. Rouvier ministro das finanças, homem de largo descortinio financeiro, interviesse acabando com os premios de encorajamento de produção e diminuido a taxação do assucar de quasi 40 por cento.

Esta tão sabia medida a todos proporcionara justa compensação, ao produtor pelo augmento do consumo, ao consumidor pela diminuição dos preços tudo isto obtido sem perda apreciavel para os cofres publicos.

Era esta, pouco mais ou menos, a situação do mercado do assucar ao se declararem as grandes fallencias dos ultimos tempos.

Queria isto dizer que a diminuição do imposto facilitara o consumo.

No Brasil augmentava-se o imposto, creando-se uma sobre taxa addicional de trez francos!

Em S. Paulo grande cafesista de notavel prestigio, o Conselheiro Antonio Prado mostrava-se muito infenso á valorisação.

Não se esquecesse a lavoura do famoso caso do syndicato de Francisco Belisario Soares de Souza, cujo resultado fôra formidavel crack.

As circumstancias de 1906 eram as mesmas que as de 25 annos antes.

A propaganda do café brasileiro vivia abandonada.

Transportando-se directamente, como opinava Antonio Prado, o café para as casas brasileiras do Exterior evitando-se intermediarios e que o café fosse vendido a 9 centavos americanos e revendido ao consumidor a 36 centavos, isto é, sem essa desproporção enorme de 9 para 35, poderia tal differença ser convertida em lucro para os produtores brasileiros.

Neste ponto estava do inteiro accordo com o illustre paulista e tinha até emenda a ser apresentada.

A propaganda recordou Barros Franco seria um dos pontos essenciaes do convenio.

Mas não bastavam os esforços dos trez Estados do convenio era preciso o concurso da União para a abertura de novos mercados.

Retrucou-lhe o orador que a questão estava de perto ligada, a actuação da diplomacia commercial brasileira, para se conseguir a diminuição dos impostos alfandegarios de diversas potencias.

O Conselheiro Prado, com real sabedoria, referia-se á impaciencia nacional pela resolução de tão complexo problema, impaciencia que a ninguem devia transviar tratando-se de problema formidavel, complexo, com raizes fundos na nacionalidade, suas tradições vicios e costumes.

Ferira admiravelmente este ponto quando se referira á introdução de trabalhadores pelo desenvolvimento da immigração ou melhor para fixar mais o problema pelo desenvolvimento da colonisação.

Esta distinação afigurava-se da maior importancia, porque a immigração só não podia ser reduzida a simples trans-

porte de pessoal, a entradas e sahidas. Se assim só fosse podia trazer, as decepções que S. Paulo conhecera.

Via-se bem que a crise resultara sobretudo da passagem do trabalho escravo, quasi gratuito, para o assalariado, para o trabalho livre.

Era o resultado do trabalho acumulado de uma nacionalidade que bebera o sangue maldito da escravidão durante seculos.

Qualquer que fosse a impaciencia brasileira poder-se-ia supor que se resolvera o problema formidavel pela aprovação rapida de um convenio como o de Taubaté, mas não quanto ao conjuncto das necessidades agricolas, industriaes e fabris do paiz, se não fosse attendida á totalidade das providencias que a situação impunha á contemplação do Parlamento não em discussão desta ordem, que, por demorada, despertava imitações mas em discussão como o Congresso devia e era capaz de fazer.

Entendia o illustre homem publico que a crise cafeeira entrava em franco declinio. O presidente da Republica dizia-a em declive.

E quanto ao projecto Siciliano não o condemnara o Conselheiro Prado formamelmente?

Como todos quantos haviam vindo á luz, assentava sobre a base falsa da valorisação do café por processo artificial de exportação e consumo com postergação das leis economicas reguladoras do preço dos produtos, segundo as necessidades ou conveniencias da offerta e da procura. O Governo entregaria a exportação do café, durante seis annos, e por contracto, a um grande syndicato que, além dos lucros dessa colossal especulação receberia o premio de 2 ½ a 3 ½ francos por sacca de café por elle exportado, e tal quantia seria tirada do produto, em virtude de um accrescimo do imposto de exportação.

Antevia Barbosa Lima novos perigos para a situação financeira do Brasil.

Estava a borracha por exemplo em franco declinio de cotações.

Não viria longe o dia em que se achasse que os seus preços não eram sufficientemente remuneradores.

Então não se deveria fazer novo convenio, com novo emprestimo de 15 milhões para valorizar a borracha? Certamente sim.

Não era igualmente injustiça, sabido que a crise do assucar se mostrava mais alarmante do que a do proprio café,

não se promover qualquer accordo tendente a valorizar o produto?

Ninguem pensasse porém que elle orador era infenso a toda e qualquer providencia.

Era-lhe de toda a lealdade confessar francamente que não.

No que elle orador não acreditava vinha a ser em remedios instantaneos que esses 3 %, para aquelles que, na frase popular, estavam de corda ao pescoço viessem salvar a situação, a não ser que directamente se lhes desse o dinheiro necessario ao pagamento das hypothecas, para remirem as dividas e collocarem-se de novo em pé.

Para tanto não havia remedio por parte do Estado, senão o que o Congresso Nacional, os poderes publicos federaes, os poderes publicos estaduaes haviam feito tudo que era possivel afim de difficultar o desdobramento das forças economicas do paiz.

Era capital este terceiro problema que anniquilava as tentativas de producção em lugares distantes da costa.

Outras grandes causas do atrazo brasileiro:

a) — falta de organização bancaria;
b) — de tratados de commercio e de defesa internacional;
c) — babilonismo estadual e exagero nas despezas locaes.

Acerbamente alludiu Barbosa Lima, ás administrações estaduaes cujos orçamentos comportavam despezas sumptuarias e como julgando S. Paulo visado protestasse o deputado paulista Barros Penteado emittiu o deputado pelo Districto Federal alguns conceitos sobremodo acerbos que provocaram vivos protestos da bancada attingida.

Voltando a tratar da crise queria referir-se a outra causa de sua manifestação á falta de preparo technico, a ausencia de educação profissional, a tendencia á cultura que já o espirito eminentemente pratico, judicioso e penetrante de Francisco Belisario, chamara a cultura nomade.

Acreditava que, se a União adoptasse a feliz orientação que já em S. Paulo se ia systematizando, não só de agora mas desde os tempos dos illustres agronomos Draenert e Dafert: acreditava que, se a União pelos poderes publicos se entregasse decididamente á organisação desse genero de instrucção, teria o Brasil dado o primeiro passo para começar não a curar instantaneamente a crise que lavrava, mas torna-la menosprovavel, a encaminhar o paiz para melhores pro-

cessos, abrindo-lhe horizontes mais largos, constituindo alicerces da fortuna publica mais solidos e estaveis, e, sobretudo, mais de accordo com a extraordinaria variedade de climas e aptidões, que á admiração do mundo apontavam o Brasil.

Convinha porém abandonar a monomania do café e da borracha.

Terminando verberava a tendencia do Congresso em sobretaxar generos e produtos extrangeiros susceptiveis de difficultar o desenvolvimento nas industrias brasileiras. Tal tendencia, na carreira em que ia, até o ponto que já se podia sem demasia assignalar como de extremo exagero, provocaria crises, dentro de alguns annos, e da maior gravidade.

Tal demasia hyperprotecionista elle a reputava sobremodo nefasta.

Remetendo á Mesa as suas emendas lembrava Barbosa Lima que ellas encerravam providencias hauridas quer na intelligente exposição do Conselheiro Antonio Prado, quer nas experiencias dadas a publico por varios outros profissionaes, analysadores deste caso complexo e, já agora tempestuoso, da crise do café.

A primeira de taes emendas tendia a conseguir a prorogação dos debates solicitando-se que a camara ouvisse a commissão de Constituição e Justiça e a da Agricultura.

Rezava a segunda que a responsabilidade da União, segundo previa o § 3.º do artigo 1.º do convenio, em caso algum excederia a importancia de dois milhões esterlinos.

O governo brasileiro promoveria por meio da reciprocidade, e até de represalia, que entendesse convenientes, a redução dos impostos sobre a importação do café, em Portugal, Hespanha, Italia, França e Russia etc.

Para obterem o endosso da União os estados do convenio se obrigariam a reduzir, de anno para anno, um por cento no imposto de exportação, até comprimil-o a cinco por cento.

Desde que os estados acceitassem tal condição poderia a União emprestar até a importancia de 60.000:000$000, a juros de 6 %, a casas commerciaes reconhecidamente honradas, metade do capital que a juizo dos agentes e peritos do Governo fosse julgado necessario para, nos principaes portos europeus e americanos, se estabelecerem casas brasileiras, consignatarias directas de fazendeiros do Brasil.

Estas casas teriam sucursaes nas principaes cidades do mundo para a venda a varejo do café torrado ou como melhor aconselhasse a experiencia.

CAPITULO LXVII

Resposta de David Campista a Barbosa Lima em favor da aprovação do convenio — Contestação de Eloy Chaves a Barbosa Lima e de Paulino de Souza Junior aos defensores do Convenio — Replica de Serzedello Correia aos oposicionistas — Discurso de Wenceslau Escobar, infenso ao Convenio — Grande discussão

A Barbosa Lima seguiu-se com a palavra David Campista que atacou as emendas de seu predecessor.

Queria crer, embora acaso errado seu modo de ver, que a Camara não podia emendar o texto do convenio por delle não ser parte. Era a autoridade superior que aprovava ou não o contracto feito entre partes contractantes, os Estados de S. Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro. Não podia, pois, como queria o deputado do Districto Federal emendar tal contracto.

E como Barbosa Lima lhe recordasse que o projecto em debate modificava o contracto porque cuidava da Caixa de Conversão lembrou-lhe Campista que este era parte do convenio.

E argumentava:

Ha um convenio chamado de Taubaté; os contractos fazem-se transformando-se, refazem-se pela forma por que são feitos.

Os trez contractantes de Taubaté de fevereiro haviam combinado uma coisa; posteriormente alteraram o contracto. Que ficara?

Uma unidade contractada que se compunha das duas partes; as duas partes se integravam em uma o convenio de 24 de fevereiro com o additamento de 24 de junho.

Assim opinava para que a mesa não acceitasse as emendas. E o Presidente da Camara invocando o regimento parlamentar declarou que não podia acceitar as emendas.

No Convenio de Taubaté o que se dizia é que aquelle emprestimo só podia ser feito como lastro para a Caixa de Conversão que o Congresso criasse, isto é, não se valorisaria coisa alguma, porque haveria de se valorisar por dinheiro, e com esse dinheiro a ser recolhido á Caixa de Conversão é que se operaria a valorisação.

Que haviam resolvido os trez Estados? Que se fizesse a valorisação independente da Caixa de Conversão, ficando esta dependendo do Congresso.

E que devia fazer o Congresso?

Aprovar o contracto feito pelos Estados, excluindo a Caixa de Conversão já excluida.

Por conseguinte, era um contracto encerrando o convenio e o aditamento posterior, a que o Parlamento não podia alterar, por não ser parte nelle.

Protestou Barbosa Lima mas o presidente manteve a sua decisão a que contrariou vivamente, tambem, o deputado catharinense Paula Ramos.

Encerrado o incidente subiu á tribuna o deputado por São Paulo Eloy de Miranda Chaves, que declarou desejar contestar asserções de Miguel Calmon e Barbosa Lima.

Dissera o ultimo que se envidavam todos os esforços para que o projecto passasse velozmente. Então porque não o submetiam simplesmente á aprovação do Presidente da Republica? Isto é que a seu ver seria correcto e constitucional.

Não puzera a Constituição limites ao arbitrio do Presidente em julgar casos de sua competencia ou do Congresso. Agia elle como unico juiz. Assim, desde o momento em que se demittira tal direito, era de ver que não podia o Congresso deixar de deliberar a respeito; pois succederia talvez dar-se o caso de ficar o Convenio sem o complemento de sua aprovação por não ter poder que o julgasse.

Portanto, entendia que bem andara a Camara em resolver o caso que o Presidente da Republica submetera á sua deliberação.

Varias objecções haviam sido levantadas contra as medidas de que tratava o Convenio. Assim se affirmara que o processo ideado para a valorisação era chimerico, sem a menor aplicabilidade. Sustentara-se que na pratica daria de si os peores resultados, porquanto era, de todo o ponto, absurdo querer augmentar o valor de uma mercadoria dela tirando uma parte do valor, desde que se onerava com maior tributo.

Mas, que é que determinara o Convenio? A cobrança de uma sobre-taxa de trez francos por sacca exportada, especialmente para fazer face ao emprestimo destinado á valorisação.

Era bem de ver que, se o produtor dava ao Estado parte maior de imposto ia receber em troca desse beneficio compensação muito maior, daria pouco para receber muito.

O que recebesse a mais proviria da defesa que os Estados iam fazer do produto.

Que mais se allegava ainda? Que era absurdo sobrecarregar os impostos sobre determinada marca de café, destinando-o assim, pela inferioridade, só para o brasileiro.

Allegara-se ao mesmo tempo que essa medida, além do mais era attentatoria contra a liberdade de commercio, com suas medidas promptas, energicas, as providencias de caracter indirecto é que absolutamente não podiam ser aplicadas no caso.

A resolução do problema da valorização do café trazida pelo convenio baseiava-se em dados positivos, que não podiam deixar de ser reconhecidos por quantos estudavam o assumpto. Baseiava-se no conhecimento da capacidade produtora do Brasil e dos outros paizes concorrentes ao mercado mundial, baseiava-se no consumo dessa producção. Da comparação entre consumo e producção ideara-se o mecanismo do apparelho pelo qual se pudera chegar á defesa do produto.

Era facto conhecido que a producção mundial do café attingia dezesseis milhões de saccas, em média annual, e que o consumo estava mais ou menos em relação a esta producção, o que fazia com que os preços se achassem em depressão e o stock avolumado, com o que vinha das safras anteriores. Desde que fosse possivel retirar do mercado a sobrecarga de tal stock, que se pudesse esperar a dilatação do consumo e em relação a estes se verificasse o augmento continuo dos ultimos annos, necessariamente occorreria o equilibrio entre offerta e procura, e a valorização do produto estaria feita.

Portanto, não vinha o convenio contrariar a lei economica. E antes facilitava o caminho para que proporcionasse todas as consequencias, removia os obstaculos pelos quaes era burlada.

Se se esperasse um prazo de quatro ou cinco annos era inegavel que o equilibrio se daria. Mas, qual a sorte que aguardaria a lavoura de café durante esta longa espera?

Vinha o convenio dar a esta lavoura os meios de resistir, durante estes quatro ou cinco annos, fazer com que tivesse forças para esperar este equilibrio fatal.

Mas qual a medida de que tratava o Governo, capaz de gerar todos estes inconvenientes?

Tratava-se de providencia que já constava de lei em São Paulo, a que criava impostos mais elevados sobre este ou aquelle typo de café baixo.

Tal medida visava a defesa do produto no Exterior, elevar o café de procedencia brasileira ao lugar que lhe competia pelas qualidades sem par.

Declarara Miguel Calmon que se estava á cata de chimeras, e afirmando que não havia café de Moka nem de Java.

Nunca se afirmara que não houvesse café de taes procedencias, e sim, que este café de Moka e de Java era excessivamente diminuto e que o Moka e Java, tomados na Europa e nos Estados Unidos, em grande parte, ou em sua quasi totalidade, não passavam de cafés brasileiros.

Assim, quando se sobretaxava os cafés de typo baixo, o que se queria era impellir para o extrangeiro um produto capaz de acreditar o café brasileiro, ainda mal julgado e reputado.

Um dos reparos mais frequentes tambem era extranhar-se que o Estado desejoso de valorizar o produto viesse offender um dos direitos mais preciosos, o de cada qual cultivar suas terras como melhor entendesse.

A lei que limitava o desenvolvimento da cultura do café em S. Paulo e ia ser reproduzida na legislação dos demais Estados, signatarios do convenio, tinha caracter provisorio. Era lei de salvação, lei que desappareceria desde o momento em que se estabelecesse o equilibrio completo entre a offerta e a procura.

Muito longe de merecer censuras, era lei que dera de si todos os resultados que della se deviam esperar.

A questão da constitucionalidade, ou inconstitucionalidade, vinha a ser causa da alçada do Poder Judiciario e não do Legislativo.

Não se tratava de estudar a adopção de medidas a serem discutidas com vagar, como em periodo de prosperidade como as que versavam sobre bancos, fretes ferroviarios, credito agricola.

Estava a lavoura atravessando o apogeu da crise e precisava ser soccorrida.

A União não se podia furtar ao appello que lhe era feito, de amparar os cafeicultores. Não arriscara muito mais para acudir ao Banco da Republica que jogava em cambio?

Era preciso, sempre, não esquecer que os Estados do convenio iam tirar dos recursos proprios o dinheiro necessario a fazer face ao emprestimo.

Não era pois um caso de proteção regional. Nem os Estados contractantes queriam favores que os demais da Federação não pudessem ter.

Se iam arriscar capitaes para custear o emprestimo, querer o Congresso tudo difficultar, tudo esmiuçar para saber si as vantagens eram ou não reaes, as probabilidades boas ou não boas, tal procedimento parecia não ser justo, maximé no momento presente, em que cada hora transcorrida era preciosa á lavoura.

Frisou o representante de S. Paulo um ponto especial lembrando curiosa circumstancia.

Sempre que a imprensa adversa ao convenio assim como o deputado que o precedera na tribuna se referiam ao termo *valorisação,* faziam-no com certa ironia, como si elle evocasse alguma idéa que não fosse nobre e adeantada a favor de uma classe que contribuia com trez quintas partes dos recursos graças aos quaes o Brasil fazia face aos seus compromissso externos.

Os que julgavam que a palavra *valorização* envolvia qualquer coisa de menos explicavel ou de menos real, que dessem outro termo qualquer capaz de expressar nem mais nem menos, o que se precisava fazer: a defesa, a todo o transe, do principal produto do Brasil.

E como seu collega da bancada paulista, Alberto Sarmento, recordasse que tal termo era perfeitamente technico concordou o orador com este conceito plenamente.

Afirmava-se que os meios empregados para se valorizar o café encobriam perigos e que, se assim se fizera com o café, chegaria o turno da borracha, do assucar, etc.

Mas não se podia comparar a lavoura de café com a do assucar ou outra qualquer do paiz!

O Convenio de Taubaté aproveitara justamente, para a valorização do café, um facto inconteste: o monopolio da produção, brilhantemente demonstrado pelo relator do parecer.

Portanto, se os Estados do Convenio se tinham aproveitado de facto incontestavel e dimanando da propria natureza do produto, era bem de ver que não se podia comparar a valorização do café á de qualquer outro genero.

Extranhara-se que o Estado de S. Paulo — por meio de importante firma como a casa Prado Chaves annunciasse no

extrangeiro que o projecto de valorização do café não fora abandonado como ia ser convertido em lei, dentre em breve.

Tal aviso mostrava ainda o nobre intento do governo do Estado de S. Paulo para a resolução da temerosa questão; o empenho com que defendia o principal produto do Brasil das constantes explorações que contra elle se urdiam e realizavam.

O governo de S. Paulo apenas quizera evitar a baixa que já se pronunciava com a divulgação da falsa noticia de que o Convenio de Taubaté fôra posto a margem.

Portanto, quando mandara annunciar que o convenio estava de pé, e o Congresso devia convertel-o em lei dentro de pouco tempo, mostrava a esperança de que em breve ficaria solucionada a magna questão.

Não era isto insinuação ao Poder Legislativo, e ainda menos uma injuria. Manifestava apenas a esperança da conversão, em lei, de medida tão justa e anciosamente desejada por toda a lavoura, pois de sua resolução dependia a terminação de uma das crises mais profundas, mais serias e perigosas que o Brasil atravessara.

Substituindo na tribuna ao deputado paulista falou o representante fluminense Paulino de Souza largamente contra o convenio.

Começou por declarar-se impressionadissimo com o vulto dos encargos oriundos do emprestimo do convenio, nada menos de 15 milhões de esterlinos. Isto quando outra operação de notavel vulto a do *Funding Loan* apenas exigira dez milhões.

De pouco mais de 15 milhões fôra o emprestimo denominado *Rescision Bonds,* com cujos recursos o Brasil adquirira um patrimonio immenso.

A divida externa nacional deduzido esse emprestimo do resgate das estradas de ferro, submettido a um regimem especial, era de 54.311.917 libras. A somma, que se lhe pretendiam addicionar, avultava de modo extraordinario.

E o peor era que o publico não sabia bem a que fim se destinava tão grande augmento da divida publica, pois o texto do convenio empregava expressões vagas.

Em seu artigo 8.º dizia que se empregaria para a *regularização do commercio do café e sua valorização,* no artigo 1.º do aditamento se dizia que os Estados se obrigavam a *manter o preço minimo* de 32 a 36$ por sacca de 60 kilos. E nada mais! Mas de que modo se pretendia obter tal resultado; quaes os processos a serem empregados para se regularizar o commercio e obter-se esse preço certo e determinado?

O Convenio nada dizia se se fizera alguma luz, se fôra necessario recorrer aos commentarios delle feitos, mas sem cunho official.

Quanto á fiscalização por parte da União nas operações constitutivas da valorisação, nenhuma disposição se encontrava. Nenhuma providencia se tomara. Dizia o artigo 8.º:

"A organisação e direcção de todos os serviços de que tratasse o convenio seriam confiados a uma commissão de trez membros, nomeados um por cada Estado, sob a presidencia de um quarto membro, apenas com voto de desempate, e escolhidos pelos trez Estados.

Os Estados é que organisavam esses serviços; a elles exclusivamente cabia essa direcção. Não podia, pois, elle orador convir em que a União assumisse tão grande responsabliidade para fins tão vagamente determinados e sem a menor parcella de autoridade na direcção ou na fiscalização de tão arriscadas operações.

Admittindo ainda o endosso, pela União, do emprestimo de 15 milhões, perguntava á Camara se o Brasil, que ainda tinha as rendas alfandegarias hypothecadas e suspensa a amortização das suas dividas, podia apresentar-se nos mercados extrangeiros propondo tão avultada operação destinada a tão aleatoria empreza?

O effeito não se faria esperar sobre as cotações dos titulos brasileiros cuja situação era lisongeira, dando mesmo lugar á fundada esperança de possivel conversão dos juros para mais favoravel taxa. A queda dessas cotações seria forçosamente determinada pela emissão dos novos titulos.

Admittindo a hypothese de se fazer o emprestimo sob a responsabilidade exclusiva dos trez Estados era o caso de se observar que dahi podia advir a agravação aterradora da situação financeira dessas circumscripções federadas.

Devia S. Paulo 58.000 contos, Minas Geraes 32.644, Rio de Janeiro 28.671. Quasi 120.000 contos os trez. Pretendiam assumir agora uma responsabilidade de 225.000 contos de réis! Já o credito de Minas e sobretudo o do Rio andava bem abalado com apolices cotadas a 80 e 82 por cento.

A nova emissão, augmentando extraordinariamente a divida desses Estados, só se poderia fazer abaixo desse typo. Seria um emprestimo ruinoso.

Quer fosse o emprestimo feito com a garantia da União, quer sob a responsabilidade exclusiva dos Estados, era sabido que o seu produto se destinava á compra de café nos mercados brasileiros e tinha de ser convertido em moeda nacional

em curto espaço, de tempo, pois se visava que a operação, aproveitasse á colheita corrente. Ora, esta conversão da moeda ouro em papel determinaria a alta rapida, brusca, da taxa cambial.

A ninguem podia passar despercebidos os inconvenientes dahi originarios para o commercio, a propria lavoura e os Estados contrahentes do emprestimo. Tão convencidos de tal estavam os signatarios do Convenio que tinham estabelecido, como corretivo, a quebra do padrão e a Caixa de Conversão.

Neste caso a entrada dessa somma em circulação, representada por nova emissão de notas, viria augmentar a circulação em perto de 300 mil contos, o que determinaria a depreciação do papel-moeda, não se podendo prever até onde desceria a taxa cambial. Graças ao emprestimo do *funding* haviam-se resgatado 116 mil contos, com a nova emissão lançar-se-ia em circulação quasi o dobro desta somma!

Os inconvenientes e perigos desse colossal emprestimo eram pois, incontestaveis.

A crise do café em nada se differenciava de outras crises a que haviam estado sujeitos produtos de todas as industrias. Causas, effeitos, remedios eram e deviam ser os mesmos. O papel do legislador devia pois ser o mais cauteloso.

Ao ver de Paulino de Souza, na differença extraordinaria entre o preço primitivo da compra do café ao fazendeiro e o preço ultimo porque no extrangeiro era elle vendido pelo varegista, residia o principal symptoma de crise.

Tornava-se necessario organizar a offerta feita aos negociantes em grosso das grandes praças extrangeiras, assim como estes o faziam em relação aos varegistas.

Mas isto por meio de credito devidamente organisado!

O Brasil que se inspirasse nas medidas adoptadas por dois grandes paizes, os Estados Unidos e a Russia, a proposito do algodão e do trigo.

O processo seguido não fôra o do Convenio, para o qual não se encontrava precedente na historia de nenhuma paiz, mas o que elle orador lembrava era o deposito, sem juros, pelo Governo, da somma de 50 ou 60 mil contos no Banco do Brasil mediante a creação de uma carteira especial de credito agricola sobre *warrants* ou titulos de deposito de café.

As operações seriam feitas por meio de agencias distribuidas convenientemente. Se aos beneficios do credito se juntassem tarifas ferroviarias razoaveis e um serviço de propaganda, ter-se-iam os poderes publicos desempenhado da elevada missão.

Os Estados não ficariam onerados com a responsabilidade de uma divida esmagadora, o produto a se proteger não ficaria privado de imposto tão pesado, não haveria probabilidade de perda, coisa certissima, se se realizasse o Convenio, como estava architectado, pois a sua essencia consistia na especulação sobre o preço do café.

Eram exorbitantes e illegaes as medidas coercitivas da extensão das lavouras e do represamento dos cafés baixos.

Concluindo declarava o deputado fluminense que não comprehendia a attitude do Governo de seu estado como consignatario do convenio. Nelle a producção descera de cem milhões de kilogrammas em 1890 a pouco mais de 50 em 1904! Ora isto não era para justificar as responsabilidades immensas que sem razão assumira nem as restricções acceitas quanto á venda do café e á sua plantação, restricções que podiam ser favoraveis ao Estado de S. Paulo, mas incontestavelmente prejudiciaes ao do Rio de Janeiro, cujas condições se apresentavam tão differentes aos de seu vizinho do Sul.

Ia a sessão muito adeantada quando a Paulino de Souza seguiu-se com a palavra um parlamentar de grande prestigio: o antigo ministro de Estado Serzedello Corrêa. Queria frisar a magnitude da questão cafeeira e de sua intima ligação com o problema financeiro nacional.

Afirmou o antigo ministro do Marechal Floriano estar entre os que pensavam que a questão era das que envolviam maior somma de interesses para o Brasil e não questão regional, affectando pura e simplesmente os Estados cafeeiros; não uma questão de S. Paulo, do Rio de Janeiro, do Espirito Santo ou Minas Geraes, e sim questão profundamente republicana e nacional.

Paiz de longa data vivendo sob o regimem da moeda inconversivel, que o isolava e o deixava absolutamente sem assistencia financeira nos demais mercados do mundo, o unico meio de que o Brasil dispunha para manter o convivio internacional das permutas pagar tudo quanto importava, remunerar a actividade e os capitaes extrangeiros em seu territorio empregados, para a remessa dos lucros de tal actividade e taes capitaes, a unica moeda de que podia lançar mão vinha a ser a letra de cambio.

E cerca de sessenta por cento das letras de cambio, provinha do café.

Bastava tal facto para mostrar, a quem quer que fosse, a importancia extraordinaria que havia em dar á producção

cafeeira valor positivamente seguro, remunerador do trabalho, da actividade e dos capitaes nacionaes nella empregados.

E, se se attendesse a que o Brasil era paiz de grande absenteismo, paiz onde a maior parte dos lucros da actividade não pertencia a seus filhos, onde a regeneração da moeda era necessidade tão essencial á vida da Republica, como a alimentação sadia para o vigor dos organismos individuaes, verificava-se que tal regeneração não se poderia conseguir sem se levantar o valor da produção. Dahi a importancia do café, attendendo-se principalmente á circumstancia de que os capitaes empregados na sua lavoura ainda constituiam uma das poucas riquezas nacionaes.

Assim sendo, e tendo essa questão tal importancia que aliás estava na consciencia do Parlamento era de crer que não houvesse divergencia no ponto de vista da intervenção dos Estados e da propria União, para attender á crise assoberbadora da principal riqueza nacional de onde promanavam 3/5 da moeda destinada a commerciar com as demais nações afim de se entreter a vida das permutas externas.

Argumentando com a lição de alguns dos maiores paizes do Globo como a Allemanha afirmou Serzedello Corrêa que o dever de intervir por parte do Estado não podia ser seriamente atacado. Se havia o que ahi censurar era já não ter elle feito como lhe impunham o patriotismo e a consciencia da verdadeira missão do Estado.

Dupla a seu ver a natureza das causas da crise. Tinham estas caracter natural e caracter artificial. Entre as primeiras destacava-se a super-producção filha das facilidades inflatorias do Ensilhamento.

E os brasileiros quasi sempre descuidados e imprevidentes, ao passo que assistiam ao crescimento constante da produção, não cogitavam, como faziam todos os governos, de providenciar no sentido de se alargar o consumo!

Podia-se afirmar que este se dilatara natural e espontaneamente.

Mas era fóra de duvida que ao augmento constante da producção não correspondera equivalente accrescimo do consumo.

Ao lado desta causa natural havia outra e de profundo alcance: a artificial procedente da especulação, feita dentro dos mercados, de modo a subtrahir o produto, completamente, ás leis da offerta e da procura, reguladoras dos preços, especulação que não se dera sob o impulso de correntes soffrendo a

influencia das leis da concorrencia, como pensava seu illustre collega, o deputado pela Bahia.

A especulação quando dentro de um mercado submetido ao regimen da liberdade franca da concorrencia, estabelecia-se naturalmente, conforme as conveniencias de occasião, com tendencias para a alta e para a baixa uma a corrigir a outra.

E, se tal especulação se exercia em paizes de moeda sã, de valor quasi invariavel, com acceitação universal, podia-se afirmar que quasi nunca seria um mal, actuando no maior numero dos casos, como força estimuladora do commercio e impulsionadora da producção.

O caso do Brasil era exactamente o contrario. Paiz de moeda inconversivel, tendo comettido o èrro de emissões sucessivas, o que profundamente desvalorizara o meio circulante, a especulação lentamente se constituira em verdadeiro monopolio, tanto mais forte e invencivel, quanto se exercitava contra lavradores abatidos pelas exigencias prementes dos pagamentos, sem recursos para os effectuar, sem meios de obter taes recursos pela ruina do credito interno e o desmoronamento dos bancos nacionaes.

Ao lado desta situação deploravel do lavrador, sem recursos e sem meios de credito, sob a pressão da urgencia do pagamento de salarios, offerecia-se a circumstancia, agravante para uma conveniente offerta de preços, da entrada do café em periodo certo e curto dos annos, abruptamente, facto aliás corrente com toda a produção agricola, como o do trigo na Russia e dos Estados Unidos. Diante de tal panorama comprehendia-se quanto eram grandes, quasi formidaveis as forças de que dispunham os especuladores para exercer tiranico monopolio sem encontrar resistencias que se lhes pudessem oppor.

Produtor sem recursos e sem credito, obrigado a pagamentos inadiaveis e insofismaveis, offerecendo produto em excesso por effeito de um consumo que não crescera na razão do augmento da produção, lançado em grandes massas, quasi que ao mesmo tempo, aos mercados como poderia resistir á especulação? Como enfrentar o monopolio? Haveria melhor cultura do que a do café para servir de campo a uma acção contraria aos interesses do paiz e em beneficio dos exportadores? Querer que os monopolisadores exercessem a sua acção no interesse de lavrador brasileiro e contra o proprio interesse, era pretender o absurdo.

A posição do fazendeiro brasileiro era tanto mais precaria quanto o exportador, apoiado em grandes stocks apresentava-se sem pressão e sem interesse na compra. Agia com liber-

dade, affectando nenhuma urgencia na procura. Em contraposição a offerta brasileira exigia a compra por ella instada submetendo-se a qualquer preço que se lhe fizesse. Triste e deploravel situação!

Factos inegaveis, ou antes de todos conhecidos demonstravam a these sustentada.

Fossem quaes fossem as compras houvesse ou não crescimento extraordinario nas offertas aos mercados brasileiros, subisse o stock mundial de 7 a 10, a 12, ou a 15 milhões de saccas, o preço no varejo mostrava-se profundamente remunerador.

Ahi se revelava a sagacidade do especulador, regulando as condições da offerta, de modo a manter, apezar de um stock avultado, os preços elevados para o consumidor, tal qual se fazia em relação aos brilhantes do Cabo e do Transvaal.

Se assim era como atribuir o augmento do consumo á baixa dos preços? Por que recear, como Calmon, que a pequena alta pretendida determinasse redução do consumo e augmento de succedaneo do café?

Um segundo facto, já não recente, revelava que o Brasil lutava com inimigos organisados, habeis conhecedores e manejadores dos melhores processos de acção.

Desde certo tempo notava-se um accordo entre as oscillações cambiaes e as variações do preço ouro do café nos mercados extrangeiros. Ora, se as cotações fossem ditadas pelo mercado nacional e em moeda brasileira, comprehendia-se que occorressem, mantido o mesmo preço em nossa moeda, oscillações no valor ouro do genero, em consequencia de outras cambiaes, mas isto não se dava porque o preço do mercado externo é que impunha preços ao interno. Era por elles que se guiavam os que compravam o café brasileiro.

Se assim se dava, claro estava que não eram as alterações cambiaes as causas que influiam no valor ouro da mercadoria, e sim a maior ou menor offerta, a maior ou menor procura da mercadoria. E se com a alta do cambio se observara, em periodo de safra, e abundancia de café, alta gradativa se, com a baixa se verificara uma descida no valor ouro da mercadoria, em periodo de pequenas entradas, passado o periodo da safra, ahi estava a prova evidente da especulação erecta em monopolio e da habilidade com que procediam os açambarcadores. A mercadoria descera a preço infimo, e se, com uma alta de cambio, se mantivesse o mesmo preço ouro, o preço em papel seria tão pequeno que levaria a lavoura á ruina e a

tudo abandonar. Eis a razão de altas no valor ouro só por effeitos de altas cambiaes.

Eis ahi porque se encontravam nas estatisticas disparidades e absurdos inexplicaveis dentro das leis economicas.

Fraquissima a resistencia opposta pelo Brasil.

Era que, se dispunha quasi que do monopolio da producção, deixava desgraçadamente que o extrangeiro ficasse com o monopolio do commercio, ditando-lhe o preço como entendia e queria, de um lado, porque o produtor precisava vender, fosse como fosse, de outro porque o comprador apoiado no stock existente e no excesso de producção em relação ás necessidades do consumo, aparentava, no meio da maior gravidade, não precisar do genero, não precisar compral-o.

Diante de tal ordem de factos, como contestar que a especulação, sob a fórma de monopolio e a nenhuma defesa da parte do Brasil eram factores de grande vigor na depreciação do café?

Como negar isto para acceitar quasi que como uma causa unica a super-producção?

Quando mesmo se acceitasse a opinião dos que entendiam que o baixo preço se devia á super-producção, mesmo assim era necessario, diante da grande safra corrente, a defesa regular das entradas, para dar ordem á offerta, de modo a evitar os máos effeitos da especulação. Esta fatalmente se operaria no sentido de uma baixa maior, tanto mais quando se sabia que ás grandes safras succediam annos de falha ou pelo menos de pequena colheita e que tudo de futuro se podia normalizar, reservando-se para o presente o que havia de mais para o dia seguinte, para os annos em que se tivesse de menos. Isto se chamava proceder com acerto e de accordo com os ensinamentos sadios da sciencia economia, regular as condições da offerta, pondo-as de harmonia com a procura para governar a lei que regia os preços.

De um lado estavam produtores inermes e desorganizados, de outro monopolisadores organizados, apparelhados do modo mais efficiente e poderoso.

Dahi a gravidade da crise assoberbadora do Brasil oriunda da habilidade extraordinaria dos que exploravam e esmagavam a producção nacional.

Ninguem se illudisse: Nos paizes de moeda conversivel tambem occorriam crises de ordem da que se dava com o café. Em certos periodos avultavam-se para este ou aquelle genero os preços, a ponto de ás vezes não remunerarem mais o trabalho. Mas estas crises encontravam solução no curso

normal e regular das leis naturaes. Quando affetavam aos cereaes, trigo, chá, productos agricolas emfim, de culturas annuaes, os prejuizos não assombravam e corrigiam-se facilmente de anno para outro.

Para o Brasil, porém, a crise do café mostrava-se especialissima.

O cafesal não era como o trigal, uma especie de capital circulante e sim um capital fixo como o da pomicultura soe a ser.

O cafesal era como a terra, como a machina, como a propria installação rural capital fixo, capital por conseguinte cuja depreciação affectava o amago da produção, os mais vitaes centros do organismo produtor.

E quando isto se dava, em paizes como o Brasil, de moeda inconversivel, depreciada, com o credito interno aniquilado, ninguem seria capaz de avaliar a extensão dos males dahi decorrentes.

Para se avaliarem as vantagens, que possuiam os paizes de moeda boa, bastava lembrar que, espontanea e naturalmente, não tinha o Brasil meios de corrigir o inconveniente das entradas do café exabrupto, em periodo certo do anno — sobre o cambio, emquanto nos Estados Unidos, onde o mesmo se dava com o trigo, tudo se achava regulado, sem receio de altas e baixas cambiaes, que tão grandes prejuizos acarretam sempre.

Na grande republica setemptrional, tanto quanto no Brasil, com as safras do café abundavam em certos periodos as letras de cambio representativas do valor do trigo exportado. Em consequencia disto a balança cambial era favoravel aos Estados Unidos, para deixar de sel-o em outras occasiões em que escasseavam taes letras, como porém a moeda ouro era a dos Estados Unidos e os institutos de credito americanos contavam com a assistencia financeira dos demais institutos de creditos de outros grandes paizes, os banqueiros americanos suppriam pelos saques a descoberto as faltas de periodo de retração de letras, certos de os pagar no periodo da abundancia. E assim se evitavam as grandes oscillações, quer no sentido da alta, em certo periodo, quer da baixa em outro, evitando-se ainda a grande corrente de ida e volta do ouro.

No Brasil, infelizmente, não se podia usar deste recurso, porque o papel moeda isolava o paiz deixando-o abandonado. E era por este motivo ainda que a especulação, feita sobre os mercados, nas operações de compra e venda, e que em outros paizes vinha muitas vezes a ser um bem, e quasi sempre processo acceitavel de commercio, no Brasil degenerara como de-

generava, para o café em monopolio, a suprimir o funccionamento das leis economicas reguladoras dos preços tudo asfixiando e arruinando.

Não procedia o simile tentado por Miguel Calmon apontando o caso do trigo francez porque a França era paiz de moeda conversivel.

Ante a avultada safra que vinha chegando dando-se combate á especulação para regular as condições da offerta e normalizar os preços afrontando-se os vicios do mercado, era preciso não abandonar as causas naturaes que agiam no sentido da desvalorisação. Tornava-se indispensavel não augmentar a producção e por uma seria propaganda augmentar o consumo, era capital instituirem-se *warrants,* assim como em Santos e no Rio de Janeiro os leilões publicos. Sem isto nada de solido se conseguiria, e o Brasil recahiria em uma situação peor do que aquella em que se achava. Tornava-se necessario finalmente, resolver o problema da circulação, fixando-se o valor da moeda.

O que se ia agora fazer era transitorio remedio que aliviava mas não curava, não arrancando o mal.

Só no conjuncto das providencias apontadas se encontrava a medicação segura para debelar a enfermidade, evitando que reapparecesse com caracteres mais graves.

Convinha medir bem as forças de resistencia, afim de se calcularem os recursos de que o paiz precisava dispor. Era indispensavel não proceder com leviandade. Tudo devia ser effectuado com os algarismos em mão calculando, pesando, medindo. Lembrou Serzedello que, desde 1900, insistira pela organisação da defesa como meio de combater a especulação, e desde 1903 pela adopção do *warrant* e a organisação do credito agricola. Continuava a afirmar que ahi estava a salvação do futuro cafeeiro.

Continuando a debater, vivamente aplaudido, declarou Serzedello Corrêa desejar contestar certos pontos de vista de Barbosa Lima. Alguns a seu ver excellentes como este de se abolir a taxação interestadual. Outros completamente erroneos como a negação do arrendamento das estradas de ferro nacionaes e do apoio, acaso dado a navegação caboteira.

E terminando expunha o seu verdadeiro enthusiasmo pelo Convenio de Taubaté.

Valorisar, levantar os recursos da lavoura relativamente a tão importante produto, constituindo trez quintos da moeda internacional era enriquecer augmentar o patrimonio brasileiro, desenvolver a riqueza nacional, estabelecer a superiori-

dade sempre crescente na balança de exportação sobre a importação, de modo a assegurar saldos reaes, que se inflitrassem, pelos mil processos e canaes da circulação, incrementando o commercio, desenvolvendo fontes de producção, criando outras novas, preparando, emfim, o regimem da moeda sadia, que não isolasse mais o Brasil e impedisse a sua posição de colonia, fatal destino de todos os paizes de moeda avariada pelo papel inconversivel, e depreciado, permittindo a sua exploração pelos povos mais bem aparelhados.

A valorisação do café era, no seu ver, o mais importante problema legado á geração de governantes que naquelle anno de 1906 dirigia o Brasil.

Ao parlamentar paraense seguiu-se o deputado pelo Rio Grande do Sul, Wenceslau Escobar, infenso ao convenio acerca de cujo exito declarou a convicção de que não daria o resultado almejado. Isto é, não valorisaria o café, nem lhe regularisaria o commercio, tão pouco lhe augmentando o consumo.

A idéa capital do convenio dos trez poderosos Estados era não se permittir a venda, nos mercados nacionaes, da sacca de 60 kilos, typo 7, americano, por menos de 32$000 a 36$000, isto no primeiro anno.

Tinha como certo o orador que a alta determinada pelo convenio seria a causa de notavel estimulo para as falsificações e os succedaneos. O consumo do verdadeiro café não se alargaria.

Muito mais pratico seria que se suprimisse o imposto prohibitivo sobre a aniagem que só servia para enriquecer alguns magnatas felizardos. E tambem que se procedesse ao abaixamento dos fretes ferroviarios e á diminuição dos impostos de exportação estaduaes, de nove para sete por cento, por exemplo.

A contribuição de trez francos por sacca, idéada pelos convencionaes de Taubaté, para o pagamento do emprestimo de 15 milhões de libras esterlinas, para o qual os trez Estados pleiteavam o endosso da União, podia redundar em onus para ainda augmentar o custo da produção e portanto, tornar menos remuneradora a lavoura do café. Se fosse garantido o exito da valorisação pelo processo do convenio, a lavoura suportaria insensivelmente tal onus; mas se o processo desse resultado negativo, ficaria ella onerada com mais este peso pelo tempo necessario ao pagamento do avultado emprestimo.

Teriam assim os trez grandes Estados, com o intuito immediato de se beneficiarem, melhorando a lavoura, concorrido para ainda mais agravar a situação desta.

Se fracassasse o convenio teria a União que accudir com o seu endosso ora isto implicava em impor onus muito grande ao Brasil não cafeeiro o que era injusto.

A Camara devia reflectir no voto que ia dar. E tal cabia sobretudo aos representantes dos trez Estados, porque não compensava o preço desta experiencia de resultados duvidosos, incertos, o acontecimento do novo onus nacional de mais de 15 milhões de libras.

Havia além de tudo o mau exemplo dos precedentes. O Rio Grande do Sul poderia por exemplo, reclamar uma valorização para os cereaes.

Repetiu o deputado riograndense os argumentos já invocados contra os intermediarios extrangeiros, os unicos que no commercio de café nunca perdiam. Suprimil-os era impossivel pois quanto mais se alargava um negocio mais vasto era o campo da especulação. Mas este processo de valorizar o café sequestrando alguns milhões de saccas do mercado exportador não traria por outro lado, consequencias de resultados negativo?

Os Estados Unidos que importavam mais de 50 % da exportação brasileira, onde nenhum direito de entrada pagava o café, assistiriam de braços cruzados o encarecimento de uma mercadoria de tão grande consumo?

Não era pois, de surprehender que esta grande nação, onde á educação mercantil largamente favoreciam os mais aperfeiçoados aparelhos commerciaes, recorresse a represalias nas tarifas aduaneiras e outras medidas aconselhadas pelas conveniencias de um povo essencialmente pratico. Se tal acontecesse, mais desastrosas seriam as consequencias do Convenio de Taubaté. Não se deixasse o Brasil embaçar com condescendencias internacionaes. Em materia de commercio o que todos queriam era exclusivamente ganhar, e para se chegar a este resultado, quasi todos os meios eram considerados bons.

Estava Wenceslau Escobar certo de que apezar de tudo ainda o café renumerava, não em relação aos preços nascidos das loucuras do Ensilhamento, época de ephemera riqueza, ephemera e illusoria, de luxo e jogatina. A propaganda eis o grande agente da valorisação, o cooperativismo outro.

Terminando disse o deputado pelo Rio Grande do Sul que não tinha o intuito de obstar, nem o poderia fazel-o, a marcha triumphal do Convenio, marchando por entre hosannas dos crentes que já anteviam uma era nova de prosperidade com a adopção do projecto. Seu desejo era simplesmente dar as razões por que votaria contra o Convenio. Sabia, quanto sua voz constituia um brado no deserto, mas era o brado de uma consci-

encia que não queria concorrer para mais agravar a situação da lavoura e sobretudo, concorrer para augmentar o debito nacional com mais 15 milhões de libras.

Com a retirada de Wenceslau Escobar da tribuna a ella subiu David Campista cujo discurso, estudado, cuidadosamente, e documentado do modo mais completo, foi a defesa vehemente do projecto valorisador do café.



CAPITULO LXVIII

A memoravel sessão de 21 de julho de 1906 — O grande discurso de David Campista defendendo o Convenio — Notavel peça oratoria — Longa e pormenorisada exposição de motivos — Explicação do mechanismo do commercio do café — As barreiras alfandegarias — Alheiamento do consumidor ás flutuações do preço

A longa e brilhantissima oração de David Campista, *leader* do movimento em prol da aprovação do Convenio é verdadeira exposição justificadora dos motivos que haviam inspirado o accordo de fevereiro de 1906.

Longa e longamente, argumentou com os adversarios do convenio, cujas objecções procurava destruir. Cumulou a sua oração de dados, os mais variados e abundantes, expoz com a clareza do alto espirito que era o seu, o conjuncto de idéas e circumstancias de que decorrera, como coroamento de longa série de factos, o ajuste de Taubaté.

Assim o seu famoso discurso verdadeira demonstração da alta capacidade que o inspirava é documento da mais elevada relevancia na serie dos nossos fastos cafeeiros.

Começou Campista por reiterar ao Parlamento que o que delle solicitavam os Estados contractantes era simplesmente a formalidade legal da aprovação do Convenio, nada exigindo da União como sacrificio, nem como acção directa ou auxilio de qualquer ordem.

Bom ou mau o organismo ideado ficava-lhes exclusivamente a cargo o exito da operação. Queria agora manifestar-se, embora em breve resumo, acerca do mecanismo da operação. Aproveitava dados estatisticos que pudera colher e opiniões autorisadas dos que melhor conheciam a produção e o commercio do café.

Pesando as objecções oppostas a esta parte do Convenio de Taubaté tivera occasião de discutir o assumpto com os entendidos, como por exemplo os delegados do Estado de São



Paulo, commerciantes e produtores, e com o Dr. Augusto Ferreira Ramos, incontestavelmente um dos especialistas brasileiros mais competentes e esclarecidos nesta materia, tendo-a estudado longamente nos mercados extrangeiros de consumo e producção por incumbencia do Governo de S. Paulo.

Desta discussão resultara uma apreciação mais clara dos elementos da operação e da probabilidade do feliz exito do Convenio. A intenção dos governos contractantes e os meios de acção com que contavam lucravam em ser expostos por meio de forma synthetica e tão precisa quanto possivel.

Ia pois submettel-a á attenção da Camara, para que ficasse nos *Annaes* a exposição a que se referia.

Pretendiam os Estados cafeeiros contrahir um emprestimo externo e com o dinheiro resultante, intervir nos mercados, com o fito de comprar o café, até que se elevassem os preços e pudessem os produtores vender todo o genero pela quantia minima de 32$ por sacca, livre de impostos, paga nas praças do Rio e Santos.

O referido preço minimo entendia-se para o typo 7 sendo elevado proporcionalmente para os typos superiores.

Seria o emprestimo levantado a *longo prazo e amortizavel em parte, ou no todo, á vontade dos devedores, a partir do sexto anno.*

O café comprado seria retido indefinidamente, isto é, só poderia ser vendido sem prejuizo do minimo garantido aos produtores.

O preço de 32$ por sacca poderia ser elevado a 36$ no primeiro anno e a 40$ nos annos seguintes.

Para garantir o serviço da divida e cobrir quaesquer despezas exigidas para o exito das operações, criar-se-ia uma sobretaxa de 3 francos por sacca, sobre todo o café exportado, sobretaxa podendo *ser diminuida ou augmentada*, conforme fosse conveniente.

O que elle pretendia demonstrar aos seus pares sobre a operação era-lhe a viabilidade, segurança, conveniencia e necessidade.

Não havia no Universo genero algum de que se pudesse afirmar de primeira necessidade. O brasileiro quasi vivia alheio ao consumo do trigo no emtanto essencial ao francez e ao italiano. Enormes frações da Humanidade desconheciam o uso do café no emtanto imperiosamente reclamado por outras e importantissimas.

A historia do consumo do café, no mundo, era o que patenteiava com desvanecida confiança. Verificava o observa-

dor brasileiro o augmento gradual e incessante do consumo do grão brasileiro a despeito das mais bruscas e consideraveis fluctuações de preços por que passara e passava o grande producto nacional.

Em 1860 consumiam-se cinco milhões de saccas, 10 milhões em 1885, 15 milhões em 1900.

Apezar do alargamento do consumo do chá, sobretudo nas agremiações britannicas, insignificante o recuo do consumo do café, tal a resistencia do habito, quando apoiado em virtudes solidas, como as que indiscutivelmente possuia o produto brasileiro.

Do expôsto se concluia que, retirando-se do mercado uma quantidade conveniente do produto, agora superabundante, os preços se elevariam com real proveito para os produtores. Era uma consequencia, pura e simples, da lei da offerta e da procura.

De quanto era imperiosa a attracção pelo café demonstravam-no os annaes das crises anteriores do genero.

Quando se esgotara o café, nos mercados, em 1887, os preços que, em annos anteriores, haviam variado entre 40 e 50 francos, tinham-se alçado immediatamente a 100 francos e assim se mantido mais ou menos, durante dez annos, porque durante estes dez annos os fornecimentos haviam mantido o nivel do consumo.

E nem por isso deixara este de augmentar.

Nem poderia deixar de ser assim visto como praticamente para o consumidor era insignificante o allivio ou que sobrecarga lhe trazia uma majoração mesmo de 50 francos por 50 kilos, ou um franco por kilo, num genero de que elle não prescindia.

As grandes classes consumidoras não tomavam mais de duas ou trez chicaras por dia, em media; e como um kilo de café produz mais de 100 chicaras de café, era claro que, no final das contas, o encarecimento resultante dessa elevação, de preços representada por 50 francos em 50 kilos, não ia além, diariamente de 1 a 2 centimos por pessoa ou menos de 1 franco por mez.

Ora, agora, a alta resultante da valorisação que se pretendia levar a effeito, não ia além da terça parte do preço figurado, o que queria dizer que se cifraria á agravação das finanças do clientes do Brasil na somma exigua de 30 centimos mensaes, ou em moeda brasileira ao cambio de 15, tão sómente 200 réis em 30 dias.

Nada mais frisante do que a contraprova de um raciocinio elementar.

O augmento de 15 a 20 francos por sacca que se pretendia conseguir ou fossem 200 réis por kilo de café, iria pesar sobre o consumidor allemão (3 kilos por anno) á razão de 50 réis por mez sobre o belga, o dinamarquez, o americano e o sueco, na proporção de 80 a 90 réis por mez e sobre o hollandez com a quota de 120 réis em 30 dias! E estes todos eram os mais fortes consumidores do mundo.

Mostravam-se pois, inteiramente infundados os receios, tão emphatica e abundantemente, allegados pelos adversarios da valorisação, esquecidos de que este augmento de 200 réis por kilo, tão completamente despercebido pelos povos todos, representava, para o Brasil, a salvação e a fortuna.

Cumpria não esquecer, aliás, que no conceito unanime dos entendidos, os preços subiriam dentro de poucos annos e que se inconvenientes offerecesse a alta, com elles teria o Brasil de arcar muito breve.

Assim o estabelecimento do preço minimo de 32$ por sacca não modificaria, de modo apreciavel, as condições e a marcha do consumo mundial do café.

A acquisição e retenção, fóra do mercado, de uma quantidade sufficiente de café, conseguiria elevar convenientemente os preços do produto.

Logo era perfeitamente viavel a operação projectada.

Segura se tornaria desde que a colimada elevação e a sustentação dos preços se fizesse vantajosamente e sem risco para os capitaes nella invertidos.

Para que se levantassem os preços era necessario, e bastante, que fosse sufficientemente elevada a quantidade de café adquirida e que, portanto, se dispuzesse tambem do dinheiro sufficiente á acquisição.

Para reter o café comprado, cumpria não ser por demais exiguo o prazo do emprestimo contrahido.

Questão de mais alta relevancia vinha a ser a fixação do *quantum* do café a comprar-se capaz de fazer a procura preponderar sobre a offerta.

A resposta a esse quesito envolvia o exame da situação mundial do café em toda a sua complexidade e latitude, fosse no tocante á producção, fosse quanto ao consumo, ou quanto aos preços, não somente no passado e no presente, como no terreno de fundadas e positivas previsões, nos dez annos vindouros.

De inicio occorria curiosa anomalia:

Infiltrando-se, por assim dizer, nos habitos de todos os povos civilisados, embora com desigual intensidade, o café

apresentava-se havia muito tempo, ao alcance do consumidor, em condições de preços sensivelmente invariaveis a despeito das fluctuações consideraveis dos preços de origem, nos mercados produtores.

E' que as despezas que sobrecarregavam o produto, desde o dia em que era pago ao commissario do Rio ou de Santos, até a hora em que o consumidor o bebia, no interior da Europa ou dos Estados Unidos, sommavam uma quantia muito mais avultada do que o preço original do commissario.

Assim, por exemplo, em relação á Allemanha onde relativamente modicos se mostravam os impostos de entrada, o café do Brasil, não havia 10 annos, vendido ao exportador, em Santos, por 60 ou 70 centimos por kilo, não conseguia penetrar no Reich sem haver feito, só em despezas de acondicionamento, transporte e impostos, despezas de um franco pelo menos, isto é mais de 160 % do primitivo custo!

Havia porém uma serie de gravames consideraveis. Fretes e armazenagem, reensaque, separação de lotes improprios ao consumo.

Vinha depois a catação do grão crú, a torração seguida, não raro, de nova catação tudo a dedo.

Seguia-se a collocação ou venda do produto nas casas do interior, operação dispendiosa pelas exigencias do consumidor e concorrencia de casas commerciantes.

A propaganda cada vez mais exigente, era outra e notavel verba de encarecimento, exigindo a actividade de numerosos viajantes commerciaes, collocadores do genero.

Eram as despezas maiores ás quaes se vinham juntar as vendas a retalho em casas, bazares, onde tudo se vendia, porque, com o consumo reduzido do café, não poderia o genero, só por si, sustentar uma casa qualquer. Os alugueis das casas, os vencimentos dos empregados, o acondicionamento do produto, os impostos, os juros do capital empatado, etc. vinham a ser outras tantas verbas que de tal modo encareciam o artigo que, mesmo vendido a quatro francos o kilo, deixava insignificante lucro.

Ora taes despezas não era possivel reduzil-as apreciavelmente mesmo que aparelhadas de capitaes se dispuzessem as casas brasileiras a negociar directamente com os consumidores.

Os fantasiosos e petulantes, no emtanto, reduziam o caso a uma equação a mais simplista.

O café custava um franco por kilo, no Havre, pagava 1,30 de direitos perdia 20 centimos na torração e era vendido

a 4 francos em Pariz, logo, dava um lucro de francos 1,50 por kilo.

E fallava-se no esbulho do produtor e no dever que assistia ao Brasil de conquistar mercados!

Dir-se-ia que não passavam de imbecis os negociantes em grosso das grandes praças! Podendo ganhar no varejo pelo menos um franco por kilo deixavam aos brasileiros, a exploração de tão gordo negocio, emquanto se contentavam com lucros de um centimo por kilo, quando de longe em longe não ficavam esmagados por avultados prejuizos.

Se, quando vendiam o café a quatro francos no varejo, baixava ou subia o producto de 200 réis ou 30 centimos por kilo, nos mercados de origem, era evidente que, para serem logicos os negociantes, teriam de baixar ou de levantar de 30 centimos, apenas, o preço do produto, a saber 7 ou 8 % sobre o preço então em vigor.

E no emtanto bastava uma alta ou baixa de 200 réis por kilo nas praças brasileiras para que ella assumisse o valor de cincoenta por cento do genero. Era o que iria acontecer se o café passasse a ser vendido a oito mil réis por arroba.

Contentavam-se os censores em fazer a conta de proporção querendo que no varejo, no extrangeiro, não se vendesse o café, senão por dois francos (com abatimento de 50 %) ao menos por trez, no caso de baixar no Brasil o produto de 6$ a 4$ por 10 kilos.

Occorria então uma consuetude commercial altamente prejudicial aos interesses brasileiros pois entravava o alargamento do consumo.

Não sendo o café susceptivel de variação apreciavel, nos preços de varejo, a consequencia natural fôra fixar-se este preço em nivel correspondente a um alto preço do produto, em grosso (talvez 80 ou 90 francos por 50 kilos, no Havre) tanto na Europa como nos Estados Unidos.

Neste ponto mostravam-se as opiniões concordes. Isto significava que os preços de consumo não se modificavam em geral, para qualquer cotação não superior a 75 francos (Havre) e que, portanto, emquanto no Brasil não baixasse tal cotação, o consumo não modificaria á marcha habitual.

Resultava de taes factos que só lentamente se realisava o aumento ou diminuição do consumo do café, sendo pueril contar, como remedio a uma crise, com a absorpção anormal do produto, ou receiar que elle moderasse a marcha expansiva que desde muito tempo o assinalava por entre todas as classes dos povos da Europa e do Novo Mundo quanto a alterações

de 30 ou 40 centimos por kilo e não a differença de 1 ou 2 francos nos mercados produtores.

Era o que as estatisticas denunciavam, bastando citar o caso dos Estados Unidos como prova cabal de quão lentamente crescia o consumo.

Apezar da entrada livre do café nesse paiz, tão rico e tão inclinado ao uso do café, o consumo não lograra augmentar de um kilo por pessoa no longo periodo de 20 annos.

O exame das importações, em dois ou trez annos, era sufficiente para ministrar base sufficiente de calculo commercial. Era este o mecanismo do suprimento exterior.

As casas commerciantes do interior, no extrangeiro, abasteciam-se ás vezes abundantemente quando receiosas da alta do produto.

O consumo aparente era então avultado e podia illudir aos inexperientes.

No periodo de super-producção de 1881 a 1886, haviam baixado os preços, e como se atribuisse curta duração á baixa, as casas tinham realisados grandes suprimentos.

Ao sobrevir a alta de 1886 a 1887, aquellas mesmas casas tinham moderado naturalmente as compras.

Cahiram então as entregas e parecia que o consumo baixando, retomara o volume anterior á baixa. A verdade era porém outra. O consumo continuara a augmentar como anteriormente, mas á custa do genero comprado durante a baixa, isto é, das fortes entregas dos annos anteriores, entregas erradamente e confundidas com o consumo.

Esse facto reproduzira-se nos primeiros annos immediatos ao periodo de altos preços de 1887 a 1896.

Baixando os preços, as casas do interior abasteceram-se abundantemente e houvera muita gente a proclamar grande augmento no consumo, como se tal coisa se pudesse dar da noite para o dia, principalmente sem diminuição de preços no varejo.

Sempre receiosos da alta, os referidos suprimentos continuaram em augmento, com ligeiras intermitencias, de 1898 a 1899, 1902 a 1903 em que, nos dois ultimos annos attingiram a 15 e 16 milhões de saccas, fornecidas principalmente pela colheita immensa de 1901 a 1902.

Valendo-se das mais autorisadas informações apresentou Campista á Camara um quadro representando as entregas de café a praça do Havre de 1885-1886 a 1905-1906, acompanhados das respectivas cotações extremas e medias.

Annos	Entregas em milheiros de saccas	Cotações extremas no Havre, em francos	Cotações medias
1885-1886. . .	10.930	45 a 50	47
1886-1887. . .	10.340	52 a 123	77
1887-1888. . .	8.580	67 a 113	89
1888-1889. . .	9.850	74 a 109	96
1889-1890. . .	9.625	82 a 113	102
1890-1891. . .	9.815	97 a 132	106
1891-1892. . .	10.855	79 a 102	88
1892-1893. . .	11.100	82 a 107	95
1893-1894. . .	10.400	95 a 106	100
1894-1895. . .	10.870	98 a 100	94
1895-1896. . .	10.965	71 a 96	87
1896-1897. . .	12.430	43 a 70	58
1897-1898. . .	14.580	33 a 48	39
1898-1899. . .	12.995	33 a 40	36
1899-1900. . .	14.250	31 a 48	39
1900-1901. . .	13.965	35 a 56	42 ½
1901-1902. . .	15.320	33 a 49	42
1902-1903. . .	16.095	30 a 39	34
1903-1904. . .	15.590	29 ½ a 50	38 ½
1904-1905. . .	15.505	40 a 50	45

Observava o parlamentar:

Em virtude, mesmo da grande colheita, os preços no Havre baixaram a um minimo nunca visto e assim permaneceram durante trez annos. Se, pois, os 16 milhões entregues em 1902-1903 representassem o consumo, era evidente que esse consumo teria augmentado dahi em diante ou pelo menos se manteria.

Entretanto, o contrario acontecera nos dois annos seguintes, baixando a 15 ½ milhões.

Outras considerações teria podido aduzir da inspecção destes algarismos e muito instructivos para o exame do consumo em França e regiões abastecidas pelo entreposto do Havre de Grace.

Assim, em 1885-1886, para uma entrega de 10.390.000 saccas as cotações medias haviam sido 47 francos. Dez annos mais tarde em face de uma entrega quasi igual ou por assim dizer igual, 10.400.000 em 1893-1894 os preços medios ti-

nham sido o dobro dos primeiros. As grandes safras seguintes, cada vez mais volumosas, é que haviam provocado a baixa dia a dia mais accentuada.

12.430.000	a	58	fr.	em	1896-1897
14.250.000	a	39	fr.	em	1899-1900
16.095.000	a	34	fr.	em	1902-1903

Ahi estava um argumento forte contra os que tanto inquinavam as manobras da especulação, procurando dissimular os effeitos da super-producção.

Como as duas ultimas entregas annuaes houvessem declinado para 15.590.000 a 15.505.000 já os preços haviam subido de 34 para 38,5 e 45 francos.

O meio unico, por isto, de se avaliar o volume do consumo em dado momento era tomar certo numero dos ultimos annos, calcular a media das entregas nesse periodo, attribuir essa media ao anno do meio do mesmo periodo e juntar a essa entrega media, dahi em diante, em cada anno, uma porcentagem de augmento em relação ao do anno anterior. Esta porcentagem de accordo com a marcha do consumo, em varios decenios, variava entre 1,81 e 3,08 % conforme mostrava o quadro.

Attendendo ás avultadas existencias no ultimo decenio, ao natural esforço dos possuidores em collocar o produto, seria muito razoavel tomar-se a porcentagem de 2 ½ a 3 % para augmento annual do consumo.

Expunha Campista depois o que era razoavel admittir-se como consumo aproximado, provavel, do café, em 1906.

A media das entregas realizadas no periodo de 1896-1897 a 1905-1906, media igual a 14.500.000 saccas, á qual se atribuia ser o consumo real do anno de 1900-1901, meio do periodo, se juntasse annualmente um augmento de cerca de 2 ½ a 3 % ou fossem 400.000 saccas, em media, por anno. O resultado em 1905-1906 seria o consumo real deste ultimo anno. Chegar-se-ia ao seguinte:

1900-1901	14.500.000
1901-1902	14.900.000
1902-1903	15.300.000
1903-1904	15.700.000
1904-1905	16.100.000
1905-1906	16.500.000

O consumo mundial provavel de 1905-1906 deveria ter sido, portanto, de 16 ½ milhões de saccas.

Era com effeito, esta opinião dominante entre os estatistas.

Para não ser por demais optimista convinha admittir-se que o consumo de 1905-1906 não houvesse passado de 16 milhões de saccas e que de ora em diante não crescesse além de 300.000 saccas annuaes, correspondente a menos de quatro por cento, tendo sido de 3,81 % o minimo dos ultimos annos.

Isso queria dizer que, para preços inferiores a 75 francos (Havre) o consumo de café nos proximos seis annos seria no *minimo* o seguinte, em saccas:

1905-1906 (findo em 30 de junho de 1906) .	16.000.000
1906-1907	16.300.000
1907-1908	16.600.000
1908-1909	16.900.000
1909-1910	17.200.000
1910-1911	17.500.000
1911-1912	17.800.000

Esses resultados minimos se realizariam, quer interviesse o Brasil quer não, comtanto que as cotações não se elevassem além de 75 frs. (por 50 kilos, Havre).

CAPITULO LXIX

Ainda a oração de David Campista — Os preços e a lei da oferta e da procura — Os stocks mundiaes — Estudo do mechanismo financeiro do Convenio

Os preços do café não podiam deixar de se reger pela grande lei da procura e da offerta mas convinha attender a uma circumstancia de valor capital, declarava David Campista a pedir toda a attenção de seus pares para o facto que ia assignalar.

Generos deterioraveis não se armazenavam impunemente; não se prestando portanto, a constituir grandes stocks em caso algum.

Artigos produzidos em toda a parte e a qualquer tempo, tão pouco eram acolhidos como reservas para suprimentos futuros.

Mercadorias não acceitas como caução para o levantamento de capitaes, mercadorias commercialmente não mobilizaveis, não encontravam do mesmo modo preferencias nos meios capitalistas não logrando constituir stocks.

Mas assim não se dava com o café.

Produto nobre, por excellencia, não encontravam nenhum outro que se lhe comprarasse em qualidades intrinsecas e adquiridas, capazes de atrahir e justificar toda a sorte de preferencias dos capitalistas e industriaes, para base de negocios a longo prazo, assim como para reservas destinadas a remoto consumo.

Artigo privilegiado sob todos os sentidos, sua producção era e seria o monopolio de poucos paizes, e, por assim dizer de um só o Brasil.

Tal producção não poderia criar surprezas de um dia para outro porque provinha de arvores que só em longos annos se criavam e produziam.



Desenvolvia-se em paizes afastados, todos, dos grandes centros de absorpção que, já por esse lado, se viam coagidos a terem a mão reservas avultadas e seguras.

Produto por longos annos inalteravel, se é que não augmentava de virtudes, o café, por isto mesmo, prestava-se maravilhosamente a ser armazenado e offerecido em penhor a grandes e pequenos capitalistas, predicado encarecido por haver logrado o produto avassalar, graça a inderrocavel reputação. os centros financeiros do mundo civilisado, que nelle enxergavam genuino representante do ouro, porque realmente ouro valia.

Por estas razões todas, existiam em toda a parte, nos paizes consumidores, partidas de café mais ou menos avultadas, não susceptiveis de consideravel diminuição sem causar prejuizos ou provocar transtornos e aprehensões.

Eram stocks perennes, que se renovavam cuidadosamente, desafiando quaesquer preços ou embaraços.

Em virtude do proprio mecanismo commercial, era o café submettido a varias operações e percorria certo numero de inmediarios, em cujas mãos, se accumulara e por algum tempo se conservava. Constituia reservas que influiam nas existencias finaes.

Acontecia ainda que se prestava o produto a adquirir innumeros aspectos, variando no sabor ou no colorido, gerando e firmando preferencias em toda a parte, fundadas umas, caprichosas e injustificaveis outras, todas porém reaes e exigentes.

Produzia o Brasil nada menos de dez typos de café.

Os consumidores os combinavam nas mais variadas proporções, formando dezenas e dezenas adequadas, cada, uma, a uma zona differente. Isto se verificava principalmente na Allemanha.

Para dispor de todo este arsenal cada commerciante via-se obrigado a adquirir partidas muito superiores ao volume de suas transacções dellas separando os typos de que pudesse aproveitar. Era este outro motivo para o avultamento inevitavel dos stocks.

Seguia-se depois a concorrencia entre os commerciantes, que só se occupavam de comprar, beneficiar e vender café, á frente de casas cuja reputação custava toda a sorte de sacrificios. Para taes estabelecimentos, a redução dos respectivos stocks importaria em ameaça da perda da clientella por lhe não satisfazerem a tempo as encommendas em dado momento.

A mesma situação isto é, a grande redução dos respectivos depositos collocaria estas casas á mercê dos fornecedores. Era esta tambem uma das causas dos grandes stocks nos grandes portos da Europa e Estados Unidos.

Fossem attendidas todas estas circumstancias e facilmente se comprehenderia quanto devia ser verdadeiro o receio de que a elevação dos preços de café, 25 a 300 francos pudesse provocar a redução consideravel nos stocks visiveis.

Outras razões existiam ainda, contra o fundamento de semelhantes receios.

Dos cafés existentes nos portos extrangeiros, parte não satisfazia as preferencias dos consumidores, os quaes, só os receberiam no caso de encarecimento deveras extraordinario do produto nos typos preferidos.

Existiam talvez dois ou trez milhões de saccas em taes condições em todo o mundo.

Do café restante, grande parte carecia compor-se com sortes novas de cada colheita, antes de acceitas favoravelmente pelos consumidores.

Isso representava nova porção, por assim dizer immobilizada, que continuaria a avolumar as existencias.

Acontecia ainda que, levando-se em conta as difficuldades e accidentes nos transportes, era licito afirmar-se que as praças consumidoras se achavam praticamente a dois mezes de distancia dos portos brasileiros, o que as obrigaria a conservar em deposito nada menos de trez milhões de saccas de bom café pois o consumo mundial absorvia mensalmente 1.400.000 saccas.

Fossem deduzidas as existencias em mãos dos especuladores confiantes sempre na alta, e ter-se-ia outro contingente importante a invocar-se contra a alludida redução dos stocks.

Acontecia ainda que, em virtude de causas varias, de facil comprehensão, as existencias visiveis do café achavam-se distribuidas de modo muito desigual pelas differentes praças e que, por isto, em caso de resistencia, de prompto se esgotariam as reservas de certos paizes, sem que praticamente lhes pudessem valer as reservas accumuladas anormalmente em outros.

O exame dos stocks europeus e norte americanos do ultimo quinquiennio avaliados em toneladas metricas demonstravam a these que acabava de ser emittida.

QUADRO EM TONELADAS METRICAS

Stocks em 30 de junho:

	1901-1902	1902-1903	1903-1904	1904-1905	1905-1906
E. Unidos .	70.000	143.000	144.000	178.000	243.000
Europa. . .	243.000	380.000	433.000	453.000	342.000
Totaes. . .	313.000	523.000	577.000	631.000	585.000

Porcentagem americana:

29 %	27 %	25 %	39 %	41 %

Em cinco annos os stocks americanos haviam preponderado notavelmente passando de 29 a 41 por cento.

Essas fluctuações representavam manifesta impossibilidade da resistencia prolongada e efficaz do mercado mundial no sentido de se poder abster de compras em mercados brasileiros.

Ora era sabido que o stock americano fôra geralmente comprado caro e encarecera largamente por ser a armazenagem muito mais dispendiosa nos Estados Unidos do que na Europa.

Era café que só podia ser vendido caro e não faria concorrencia ao brasileiro tornando-se até um auxliiar no sentido da alta.

Assim se evidenciava que a não se tratar de preços superiores a oitenta francos, ou mais, não era possivel admittirem-se existencias mundiaes reduzidas que os conhecedores avaliavam em um minimo de oito milhões em julho de qualquer anno.

O café que, a accentuar-se a super-producção, não encontrara compradores em virtude da anormal e inexperada quantidade, fôra sendo, pouco a pouco, adquirido á custa do alargamento incessante de seu commercio e consumo.

Não lograra ser ainda consumido mas atrahira capitaes, envolvendo interesses cada vez mais avultados e conseguindo augmentar o numero de seus defensores.

A capacidade de absorpção das safras augmentava sempre. Jamais excedera onze milhões de saccas até 1896; em 1903 andava por 16 milhões. A esta capacidade de absorpção se contrapuzera como era natural a baixa dos preços medios, de 58 francos em 1896 a 33 em 1901.

Dahi em diante os stocks começaram a cahir a 12 ¼ milhões de saccas em 1903-1904 a 11 ¼ em 1904-1905, e logo se resentiram os preços que subiram até 50 francos em 1904 a 1905 indicando que criara raizes e affeições o stock maximo de 1902-1903.

Houvesse proseguido a redução até 8 ½ e 8 milhões e por certo teriam subido as cotações a 65 ou 75 francos.

Ahi viesse porém, grande colheita e voltaria o Brasil a 11 ½ milhões de saccas e aos preços ruinosos que as acompanhariam.

Fossem arredados portanto, dos mercados do mundo 4 milhões de saccas de modo a reduzir os suprimentos de 7 ½ ou 8 milhões e taes difficuldades haveria em distribuir pelo mundo inteiro esta reduzida quantidade, que de toda a parte seria disputada a peso de ouro, para que se não contrariassem os consumidores, os quaes, por certo, continuariam, como sempre acontecera, despercebidos dessas fluctuações. Praticamente, não os affectaria, mas ao Brasil trariam uma alternativa ou o arruinavam ou o enriqueciam.

A historia do café dos vinte annos anteriores, apresentava frisante confronto com o que agora se passava. Assim de modo expressivo e concludente, era possivel avaliar-se com aproximação, o stock minimo dos mercados mundiaes, para preços relativamente elevados.

Caso frisante o do anno de 1886-1887 em que, com a diminuição definitiva de stock avultado avolumando-se em annos successivos, liquidara-se de repente uma das mais graves crises cafeeiras de que padecera o Brasil.

Quando menos se esperava viera uma maré de riqueza compensar os fazendeiros dos annos de agonia que acabavam de atravessar.

O consumo orçava então por oito a nove milhões de saccas, com entregas medias de 10 milhões aproximadamente.

As existencias, cerca de 4 milhões, ou quasi iguaes á metade do consumo, começaram a baixar em virtude da colheita defficiente no Brasil, e de tal modo se manifestara o desequilibrio commercial, que os preços, variando entre 40 a 50 francos, subiram bruscamente a 123 francos.

Iniciava-se o periodo da alta que durara dez annos enchendo o paiz de prosperidade.

Viera este periodo de *vaccas gordas* trazer inevitavel alargamento das lavouras facilitada pelo derrame do papel-moeda do Ensilhamento.

O consumo, em 1906 excedia de 16 milhões de saccas, isto é, ia além do duplo dos oito milhões de 1886-1887.

Baixasse o stock ao volume deste anno e de prompto se elevariam os preços.

Declarava-se David Campista convicto de que desde que as compras dos governos colligados conseguissem reduzir o stock mundial a oito milhões de saccas estava garantido o brilhante exito da valorisação. Ahi residia todo o seu segredo.

O anno commercial fechara a 30 de junho de 1906, com um supprimento visivel de 9.600.000 saccas, isto é, com um excesso de 1.600.000 saccas sobre as necessidades commerciaes de todo o mundo.

Estas existencias iam ser lentamente accrescidas de mais dois milhões da colheita que ora começava, colheita superior ao consumo nos mesmos dois milhões.

O que cumpria, portanto, era adquirir, desde logo, 1 ½ milhões e ir comprando, pouco a pouco, mais dois, afim de se manter o stock de oito.

Seria provavel que nem tanto fosse necessario. Devia o Brasil comtudo aparelhar-se para comprar e reter cinco milhões de saccas. Mostrar-se-iam ou não sufficientes os milhões esterlinos pedidos emprestados para tal operação?

O emprestimo de 15 milhões esterlinos poderia produzir 14 ¼ milhões exigindo como serviço, aproximadamente: 5 % nos primeiros 5 annos ou £ 750.000; 6 % depois de 6 annos ou £ 900.000 ou em francos 18.750.000 nos primeiros 5 annos e 22.500.000 dahi em diante.

A colheita do Rio e Santos estava avaliada em 1906 em, 13 ½ milhões de saccas. Admittindo que se retivessem 4 milhões devia-se contar com uma exportação de 9 ½ milhões que, pela sobretaxa produziriam 28 ½ milhões de francos.

Nos quatro annos seguintes, para colheitas medias de 11 ½ milhões o produto da sobretaxa seria de 34 1/3 milhões que reunidos ao 1 ½ milhões resultantes da exportação de 500.000 saccás do café retido no anno anterior, produziriam um total de 36 milhões de francos em media annual, dahi em diante.

Satisfeito o serviço do emprestimo, no primeiro anno, devia-se contar com um saldo de 10 milhões de francos, em numeros redondos. Nos quatro annos seguintes este saldo seria de 17 milhões de francos aproximadamente.

Na Europa, nos principaes entrepostos do continente, o custo da armazenagem não excedia de um franco por sacca. No Brasil, seria facil ao Governo obter-lhe a redução. Podia-

se admittir que fosse a mesma despeza 4 milhões de francos para armazenar igual numero de saccas. Todas as demais despezas andariam por outros 4 milhões, assim pois, como base, ter-se-ia um dispendio total, annual, de 8 milhões de francos. Em taes condições, a renda da sobretaxa deixaria um saldo final de 2 milhões de francos no primeiro anno e de 8 nos quatro seguintes. Esse saldo se destinava á expansão do consumo, ao aperfeiçoamento do produto.

O typo medio brasileiro era o 6 ou muito pouco superior.

Quando o typo 7 valesse 32$000 por sacca o typo medio valeria pouco mais de 34$000; talvez 34$500. Cumpria lembrar que, no commercio, eram variaveis as differenças e que os typos finissimos jamais procurariam vender-se ao Governo por encontrarem melhor preço alhures.

34$500 ao cambio de 15 d. eram cerca de 54 francos.

Por tal preço, se comprariam com os 14 ½ milhões esterlinos, ou 356.000.000 de francos nada menos de 6 ½ milhões de saccas.

Seria impossivel reter semelhante porção de café sem provocar uma alta superior a 100 francos, o que corresponderia a uma insensatez nas condições actuaes.

O supprimento visivel reduzir-se-ia a menos de 6 milhões de saccas isto é, á terça parte do consumo, produzindo enormes perturbações nos mercados, com prejuizo da industria do paiz.

A 34$500 por sacca no Brasil as despezas para a collocação no Havre a disposição do consumidor seriam as seguintes:

Custo da sacca	34$500
Imposto de exportação e despezas diversas	6$100

Estes 40$600 equivaliam ao cambio de 15 d. a fr. 63.500. Havia ainda a contar com nove francos de sobretaxas e despezas dos portos brasileiros ao Havre o que faria com que o preço da sacca no Havre attingisse 72.50 francos ou por sacca de typo sete e por cincoenta kilos, base das negociações francezas frs. 60.40.

O café estivera cotado a 50 francos havia muito poucos mezes ainda, era pois infundado allegar-se que os preços do convenio desorganisariam o commercio e perturbariam o consumo.

Os preços do café nivelavam-se, sempre, em todos os grandes mercados, salvo differenças minimas, obedeciam á *paridade*.

No caso de resistencia por parte do extrangeiro, resistencia concretizada na abstenção de compras no Brasil e venda

a preço inferior no extrangeiro, esta inferioridade de preços seria evidentemente muito pequena e ninguem desejaria ser prejudicado sem necessidade. Pois que se admitisse a hypothese de baixa da cotação a 70 francos por sacca.

Offerecia-se ahi uma opportunidade para que os estados do convenio levantassem dinheiro warrantando o seu café.

Era a aplicação preferida sobre todas pelos bancos e capitalistas de todas as categorias. Mediante ajuste, adiantavam dinheiro a 4 e 5 % e até por 12 ou mesmo 18 mezes, prazo aliás sempre renovavel.

Tal adiantamento era feito á base de 75 a 85 % do valor do genero depositado.

Era sabido aliás, ser sempre facil obter-se 75 ou 80 % de adiantamento nos portos brasileiros, sobre o café embarcado para o extrangeiro.

Os gastos annuaes de quatro francos por sacca offereciam sempre margem para as operações de warrants no Havre. Em Antuerpia fazia-se até por menos.

Se pois, quizessem os Estados soccorrer-se do warrant, poderiam, sobre cada trez milhões de saccas, levantar dinheiro para comprar mais dois milhões de saccas, assim se mobilisariam 75 % ou 162 milhões. Deduzidas as despezas da remessa do café do Brasil para a Europa, cerca de 18 francos, incluindo-se o imposto de 9 % e a sobretaxa, restariam 108 milhões equivalentes a 69.000:000$000 quantia sufficiente para a acquisição de mais de dois milhões de saccas no Brasil.

As despezas da operação do caucionamento e warrantagem dos 3 milhões variariam entre 10 a 15 milhões de francos durante o anno.

Seria facil cobril-as ou com um adiantamento qualquer de immediata obtenção, ou por meio da elevação, já prevista da sobretaxa, a 4 francos por sacca, por exemplo. Isso correria por conta do consumidor que, aliás não perceberia tal agravação. Era sabido que não exercia influencia apreciavel a alta de 5 francos por sacca a saber a elevação de 62 francos da cotação em vez de 57, resultantes do convenio. Quanto mais a de 1 franco. O convenio admittia ainda elevar-se a 36$000 em vez de 32$000 o preço da sacca, importando esta alteração em accrescimo de 6 ou 7 francos por 50 kilos, por assim dizer insensivel.

Se se propuzessem os Estados a soccorrer-se do warrant para manter as cotações do café, não cometteriam por certo, a imbecilidade de esperar a queda das cotações, para só depois acudirem com o caucionamento do produto a preço baixo.

CAPITULO LXX

Final do discurso de Campista — A warrantagen — Exame da situação e estatistica do café nas ultimas vinte safras — Historico das crises — Lições delas defluentes

A operação da warrantagem podia com absoluta facilidade, ser tambem effectuada no Brasil com capitaes extrangeiros.

Verdade era que com um emprestimo de 15 milhões esterlinos tornava-se possivel comprar immediatamente 6 ½ milhões de saccas, e, com o auxilio destas, mais 3 ¼ milhões, isto é, quasi 10 milhões de saccas, dentro dos preços do convenio.

Sendo sufficiente a acquisição de quatro ou cinco tornava-se evidente que não seriam precisos mais de oito milhões esterlinos para se realizar a valorisação do café, tal qual a planejara o Convenio de Taubaté.

E ninguem se esquecesse que o café adquirido com a primeira caução poderia ser tambem caucionado, fornecendo deste modo recursos para maior acquisição do produto.

Em suma a valorização era perfeitamente realizavel, e a coberto de quaesquer riscos, mediante o emprego da quantia não muito avultada de seis milhões esterlinos.

Havia pois larga margem de dinheiro sobre o quantum obtido pelo emprestimo. Afirmava Campista, em sua vehemente defesa, que admittia como irrefragavelmente demonstrado, serem necessarias oito milhões de saccas, em todo o mundo, apenas, para se attender ás exigencias commerciaes. Lembrou que sendo de 18 milhões a colheita mundial haveria muito maior porção de café a se offerecer aos consumidores.

Era a allegação insubsistente. A offerta do produto, assim como o seu consumo frequentavam os mercados parallelamente durante 12 mezes, dia a dia, absorvia o que offerecia a outra e á medida que appareciam os supprimentos.



Sendo de 16 ½ milhões de saccas o consumo e de 9 ½ milhões, só as exigencias, quem pretenderia demonstrar que dentro em breve não haveria mais café em mercado algum?

Allegava-se ainda que, passando a pezar sobre o produtor a sobretaxa, desde o dia em que, esgotados o recursos disponiveis, não mais pudessem os Estados sustentar as cotações, os agricultores deveriam ficar isentos do onus dos trez francos, por causa dos prejuizos soffridos em virtude da intervenção.

Tudo isto era infundado.

A valorisação realizavel e infallivel, repetia-o o illustre defensor da medida.

Terminando o seu verdadeiro libello economico financeiro declarava Campista comprometter-se a provar que embora com capitaes insufficientes seria a intervenção vantajosa e conveniente e portanto necessaria.

Admittia a preliminar de que intervindo no mercado com quatro ou cinco milhões esterlinos, e retirados trez milhões de saccas sómente, não lograriam os Estados attingir e sustentar o preço de 32$000 por sacca.

Era intuitivo que as cotações não permaneceriam as mesmas quando nos mercados eram offerecidas mais trez, ou menos trez milhões de saccas. A differença seria consideravel e não inferior a cinco, a 10 francos pelo menos, por sacca, nos preços offerecidos ao produtor.

E em troca de que sacrificio?

Os juros de 5 % sobre cinco milhões esterlinos attingiriam 6 ½ milhões de francos, isto é, apenas cincoenta centimos por sacca exportada.

Diariamente suportavam os mercados brasileiros differenças maiores, differenças que durante o anno se elevavam quasi sempre a 20 e mais francos. Que sacrificio seria este? Porque lhes não collocar em confronto, os elevados proventos?

Tambem os 15 milhões esterlinos apenas requeriam 18 ¾ milhões de juros, isto é, menos de 1 ½ franco por sacca exportada. Se a sobretaxa havia sido elevada a trez francos é que se visava principalmente attender á propaganda.

E fallava-se destes trez francos como capazes de arruinarem a lavoura! De que então dever-se-ia accusar o governo brasileiro?

Havia mezes já que desamparado de letras, o mercado cambial obstinava-se na baixa. Pois bem, era em tal situação que se não pejavam os governantes de abrir, para uma extranha aventura, as arcas do Thesouro. Para sustentar o cambio? Seria pouco, para eleval-o para guindal-o á força de 15 a 17.

E só com esta manobra, tão patriotica, cahiam os preços, arrancando-se aos miseros produtores 3$ a 4$ por sacca, a saber cinco francos de pancada!

Confessavam os maiores adversarios da valorisação que dentro de poucos annos estaria realizado o equilibrio commercial.

Assim escrevera o competente Joaquim Franco de Lacerda e assim o proclamara a mensagem presidencial.

O equilibrio commercial só poderia occorrer quando absorvido todo o excesso, ora existente, do produto, e, portanto, tambem os trez milhões de saccas comprados pelos cinco milhões esterlinos.

Se o equilibrio se fizesse dentro em poucos annos — o que era aliás incontestavel — forçoso seria que de prompto fossem procuradas pelo consumo os 3 milhões de saccas, á razão talvez de 1 milhão por anno.

Que se desse de barato a hypothese que no primeiro não produzisse todo o effeito a compra do produto, e até mesmo que não produzisse effeito algum, circumstancia aliás inacceitavel por absurda.

Mas já do segundo anno em diante o effeito se manifestaria. A intervenção teria logrado antecipar de trez annos a alta do café, elevando-o de 12 ou 15 francos. Sabia a Camara em quanto importava tal resultado? Nada menos do que se dissipar uma crise que destruia o paiz e conquistar, para o Brasil, a bagatela de 180 milhões de francos annuaes!

Eis demonstrada a conveniencia e a necessidade da intervenção official immediata, para se valorizar o café.

Fosse qual fosse a importancia do emprestimo contrahido, poderia elle ser resgatado, logo que se regularisasse e consolidasse a situação do genero passados cinco annos.

Tornou-se excusado, portanto, andaram os opposicionistas acenando com o espantalho dos 33 annos de sobretaxa! proclamava o illustre defensor do plano valorisador.

Outro processo de se fazer opposição systematica á medida salutar e salvadora que a aplicação do convenio traria: os irreductiveis, homens aliás de duvidosa boa fé, recusavam-se a calcular os lucros que no Brasil poderia proporcionar a Valorisação.

Nenhum risco poderiam correr os capitaes empenhados no levantamento das cotações do café e resultantes do emprestimo. Seriam aplicados exclusivamente á compra de café, bastando a sobretaxa para cobrir todas as despezas exigidas pelas operações.

Os prejuizos só poderiam provir, portanto, de se vender abaixo do custo o café porventura adquirido.

Esse caso correria a hypothese, unica aliás, de parallelamente ao consumo, ir crescendo a producção, hypothese irrealizavel em face dos dados estatisticos.

Por estas era facil verificar-se que, nos ultimos vinte annos, a producção extrangeira se conservara estacionaria, a despeito mesmo dos dez annos (1887-1896) de formidavel alta das cotações.

Os unicos paizes produtores que pareciam revelar alguma vitalidade, vinham a ser os da America Hespanhola, fronteiros ás Antilhas.

O Dr. Augusto Ferreira Ramos, visitara os recentemente e sobre elles informara, invariavelmente, que occupantes de regiões montanhosissimas, de difficil accesso, desprovidos de meios faceis de transporte, não frequentados pelo braço extrangeiro, nem a isto se prestando, exigindo numerosissimo pessoal para as colheitas, pela desigualdade no amadurecimento dos frutos, desamparados de outros recursos e da conveniente e indispensavel solicitude administrativa, vivendo emfim em situação precaria, por assim dizer immelhoravel, as culturas cafeeiras não podiam contar com o futuro, em caso algum. Seriam o que haviam chegado a ser, e isto mesmo á custa de esforços inauditos da população e porque não encontrava esta nas asperas encostas de suas serranias outro genero de trabalho que se lhes afeiçoasse.

A producção extrangeira, em seu conjuncto, tendia, pois, antes a diminuir do que augmentar, cumprindo accentuar que no Oriente estava desaparecendo, acossada pelas pragas e dando lugar a outras culturas.

Restava pois o Brasil. Ahi, porém acontecia que um dos grandes Estados cafeeiros, o do Rio de Janeiro, achava-se em declinio, emquanto outro, o de Minas Geraes, só muito lentamente poderia augmentar em proporção que mal compensava o depauperamento do seu vizinho.

Restava S. Paulo, unica região do mundo onde a cultura do café, lograra expansão relativamente rapida e sem exemplo na historia cafeeira.

Ahi porém interviera a lei com o fim de por cobro á super-producção, oriunda aliás do proprio augmento cafeeiro, paulista.

Havia quasi quatro annos já não se permittiam novas culturas em São Paulo, de modo que não mais era possivel augmento algum na producção media do Estado.

Acontecia ainda que o cafeeiro em S. Paulo entrava do 6.º ao 8.º anno de idade em diante (conforme as zonas) em plena producção. Não era portanto possivel contar-se praticamente com a entrada no mercado, de qualquer novo contingente de café paulista, antes de decorridos oito a dez annos.

A synthese destas circumstancias, formulava-se na conclusão seguinte:

Tornara-se materialmente impossivel contar-se, praticamente, com a entrada no mercado, de qualquer novo contingente o café paulista, antes de oito a dez annos contados a partir do milesimo do Convenio.

A producção mundial media podia ser calculada pela media dos ultimos quatro ou cinco annos e deduzia-se facilmente de um quadro onde se achavam consignados os contingentes de todo o mundo.

Nas trez decadas de 1850 a 1880 e no quinquiennio seguinte accusavam as estatisticas as seguintes safras de producção media:

Annos	Brasil	Outros paizes	Totaes	Consumo	Preços medios em fr.
1850-1860 . . .	2.550.000	2.345.000	4.825.000	4.823.000	52
1860-1870 . . .	2.930.000	3.040.000	5.970.000	5.950.000	74
1870-1880 . . .	3.785.000	3.925.000	7.710.000	7.650.000	93
1880-1885 . . .	5.940.000	4.605.000	10.605.000	10.160.000	58

Das trez primeiras decadas não se sabia ao certo quaes teriam sido os stocks em principios de safra. Mas no lustre de 1880-1885 o stock de 30 de junho fôra avaliado em ..... 5.265.000 saccas.

De 1885 em diante fôra esta a posição estatistica do café safra por safra:

ANNOS	Brasil	Outros paizes	TOTAL	Consumo	Stock em 30 de jun.	Preços medios em francos
1885-1886	5.770.000	3.900.000	9.670.000	10.930.000	4.005.000	47
1886-1887	6.320.000	4.145.000	10.465.000	10.340.000	4.130.000	77
1887-1888	3.165.000	3.760.000	9.925.000	8.580.000	2.475.000	89
1888-1889	6.925.000	4.090.000	11.015.000	9.850.000	3.640.000	96
1889-1890	4.405.000	4.015.000	8.420.000	9.625.000	2.435.000	102
1890-1891	5.525.000	3.760.000	9.285.000	9.815.000	1.905.000	108
1891-1892	7.695.000	4.245.000	11.940.000	10.855.000	2.990.000	88
1892-1893	6.535.000	4.740.000	11.275.000	11.100.000	3.165.000	95
1893-1894	5.040.000	4.360.000	9.400.000	10.400.000	2.165.000	100
1894-1895	7.235.000	4.530.000	11.765.000	10.870.000	3.060.000	94
1895-1896	6.005.000	4.390.000	10.395.000	10.965.000	2.490.000	87
1896-1897	9.315.000	4.600.000	13.915.000	12.430.000	3.975.000	58
1897-1898	11.210.000	4.840.000	16.050.000	14.580.000	5.445.000	39
1898-1899	9.320.000	4.405.000	13.725.000	12.995.000	6.175.000	36
1899-1900	9.425.000	4.380.000	13.805.000	14.250.000	5.730.000	39
1900-1901	11.285.000	3.785.000	15.070.000	13.965.000	6.835.000	42 ½
1901-1902	16.145.000	3.645.000	19.790.000	15.320.000	11.305.000	33
1902-1903	12.945.000	3.720.000	16.665.000	16.095.000	11.875.000	34
1903-1904	11.100.000	4.890.000	15.990.000	15.590.000	12.275.000	38 ½
1904-1905	10.520.000	3.925.000	14.445.000	15.505.000	11.215.000	45
1905-1906	10.600.000	3.700.000	14.300.000	16.500.000	9.625.000	45



Analysando este quadro dizia Campista que no quinquiennio de 1901-1902 a 1905-1906 a media brasileira fôra de 12.250.000 saccas e de 11.220.000 no quatriennio ultimo. Em ambos os casos fora a media extrangeira de 4 milhões de saccas. A media das medias globaes nos dois periodos reunidos elevava-se a 15 milhões e 750 mil saccas.

E essa producção de 15 ¾ milhões de saccas em todo o mundo que, quando muito se devia computar dahi em diante, em um periodo de 4 a 6 annos ou mesmo dez estava sujeita a diminuir e nunca a augmentar.

Conhecidos os trez factores capazes de influir na evolução da situação cafeeira a partir daquelle momento, o supprimento visivel o consumo e a marcha do seu augmento e a producção, era facil prever e determinar a época do equilibrio commercial da mesma situação calculada para o seu limite mais remoto e sujeita portanto, a precipitar-se sob a influencia de imprevistas seccas, geadas, pragas, etc., aliás pouco provaveis.

O supprimento de 30 de junho de 1906 era de 9.625.000 saccas. Em 1906-1907 admittia-se o augmento annual, de 450.000 saccas, o consumo extrangeiro como de 16.500.000 saccas sendo a producção media annual não passivel de augmento 5.750.000.

Estes dados haviam sido rigorosamente deduzidos. No calculo que se seguiria, entretanto, elle orador adoptara outros, no sentido pessimista, afim de operar com absoluta segurança.

Era assim que, para a producção admittiria 16 milhões de saccas, em vez de 15 ¾ para o supprimento visivel 10 milhões de saccas, em lugar dos 9.600.000. Para o consumo deixaria de lado os 16 ½ milhões e o augmento annual de 450.000 para adoptar apenas o volume de 16 milhões com um augmento annual de sómente 300.000 saccas.

Assim tinha o orador a certeza de que inevitavel deducção o autorisava a ter como infallivel a queda do stock mundial de 10 milhões de saccas, a 30 de junho de 1896, para cinco e meio milhões a 30 de junho de 1912. E assim indicava as etapas desta comprehensão fatal.

1906 — 1907

Supprimento visivel	10.000.000
Producção mundial media	16.000.000
Total disponivel	26.000.000
Consumo annual	16.000.000
Saldo	10.000.000

1907 — 1908

Saldo anterior		10.000.000
Producção mundial media		16.000.000
Total disponivel		26.000.000
Consumo anterior	16.000.000	
Augmento annual do consumo . .	300.000	16.300.000
Saldo		9.700.000

1908 — 1909

Saldo anterior		9.700.000
Producção mundial media		16.000.000
Total disponivel		25.700.000
Consumo anterior	16.300.000	
Augmento annual do consumo . .	300.000	16.600.000
Saldo		9.100.000

1909 — 1910

Saldo anterior		9.100.000
Producção annual media		16.000.000
Total disponivel		25.100.000
Consumo anterior	16.600.000	
Augmento annual do consumo . .	300.000	16.900.000
Saldo		8.200.000

1910 — 1911

Saldo anterior		8.200.000
Producção mundial media		16.000.000
Total disponivel		24.200.000
Consumo anterior	16.900.000	
Augmento annual do consumo . .	300.000	17.200.000
Saldo		7.000.000

1911 — 1912

Saldo anterior		7.000.000
Producção mundial media		16.000.000
Total disponivel		23.000.000
Consumo anterior	17.200.000	
Augmento annual do consumo . .	300.000	17.500.000
Saldo		5.500.000

Era patente, do exposto que no anno de 1910 a 1911, ao mais tardar, estaria restabelecido o equilibrio commercial, resultante de se acharem reduzidas as existencias mundiaes, a menos de 8.000.000 em face de um consumo superior a 17.000.000. Para os que não confiassem ainda nesta situação pouco custaria esperar o anno seguinte, onde as referidas existencias teriam cahido a 5.000.000 de saccas.

Dogmatisava o vehemente defensor do Convenio que fosse como fosse, em 1910 ou 1912, não haveria mais café algum em poder dos Estados, que o teriam vendido com lucro. O dinheiro empenhado na valorisação voltaria aos cofres, intacto, augmentado. Seria resgatado, integralmente, o emprestimo, e abolida a sobretaxa.

Assim o Brasil conquistaria ao extrangeiro nesse dia, nos cinco ou seis annos decorridos, como acrescimo ao valor de sua exportação cafeeira, mais de um bilhão de francos.

Appellava o orador para o prestigio de uma autoridade em materia cafeeira a do proprio chefe do Estado.

Já o dissera o competente Joaquim Franco de Lacerda, escrevendo havia pouco, em maio de 1906.

"A crise do preço do café será resolvida dentro de poucos annos, considerando-se que o consumo augmenta progressivamente e a producção tende a ficar estacionaria pela cessação de novas plantações e o decrescimo da producção, segundo a idade das lavouras. Estes dois factores determinarão o equilibrio da producção e do consumo, dentro de poucos annos, e então virão preços mais compensadores.

E a mais graduada palavra official publicava a seguinte na mensagem presidencial, de 3 de maio de 1906.

"A crise do café, segundo opiniões muito autorizadas, está em declinio; os depositos tendem a diminuir, o consumo a augmentar, o que estabelecerá em pouco tempo equilibrio estavel da offerta e da procura nos mercados."

Não existiam riscos, portanto, na valorisação do café.

Aos que tanto se comprazian ainda assim, em combatel-a, fantasiando desfechos impossiveis, cumpria reflectir sobre os prejuizos colossaes que acarretaria ao paiz a recusa de uma intervenção immediata e energica.

Não bastava "o emprestimo custa-nos tanto" era necessario fazer a conta do que custaria ao Brasil deixar de lado o emprestimo.

Urgia acabar de vez com este systema de se não apurarem responsabilidades decorrentes de actos negativos.

Aos apologistas e cultores da inercia cabia prestarem contas á Nação por nada haverem feito, por nada quererem fazer.

Assim reduzindo a um quadro complementar daquelle que já apresentara, era possivel synthetisar os prognosticos do illustre parlamentar:

Annos	Producção	Consumo	Stocks
1906-1907 . . .	16.000.000	16.000.000	10.000.000
1907-1908 . . .	16.000.000	16.300.000	9.700.000
1908-1909 . . .	16.000.000	16.600.000	9.100.000
1909-1910 . . .	16.000.000	16.900.000	8.200.000
1910-1911 . . .	16.000.000	17.200.000	7.000.000
1911-1912 . . .	16.000.000	17.500.000	5.500.000

Era sob a influencia deste panorama arithmetico que David Campista terminava o seu discurso cathegorico, em que não deixava margem para os aleatorios no conjunto das operações immensas de um commercio do vulto do de café pelo Universo.

Corria a hora avançadissima quando se encerrou a memoravel sessão de 21 de julho de 1906 ficando adiada a votação do projecto para a immediata.

CAPITULO LXXI

Proseguimento dos debates parlamentares — Discurso de Barros Franco em favor do Convenio — Contestação de Malaquias Gonçalves e Miguel Calmon — Tentativa repelida, obstrucionista, de Barbosa Lima — Approvação do Convenio — Redacção final do projecto n.º 59 de 1906

Na de 23 de julho antes de se passar á votação do projecto relativo ao Convenio pediu Barros Franco Junior a palavra para fazer notar á Camara que de primeiro a 21 de julho haviam sido vendidas nos portos do Rio e de Santos 323 mil saccas de café. Calculada a differença entre o preço pelo qual fôra cedido ao extrangeiro e aquelle que realmente devia ser atribuido ao café, de accordo com o Convenio 8$000 por sacca, isto é, 2$000 por arroba, notava-se que o retardamento á aprovação do Convenio nos ultimos 21 dias occasionara á lavoura um prejuizo de 2.684:000$000.

E como o deputado pernambucano Malaquias Gonçalves houvesse observado que elle orador se baseava no seu optimismo puro e simplesmente para avançar semelhante asserção retrucou-lhe o representante fluminense allegando que quando a 25 de fevereiro de 1906 se haviam reunido os presidentes dos trez Estados e patrioticamente assignado, em Taubaté o Convenio, immediatamente se manifestara a alta nos mercados internos e externos.

Mais tarde, 23 dias depois, quando se soubera que o Presidente da Republica, por questões doutrinarias relativamente á parte do Convenio que solicitava do Congresso medidas tendentes á estabilidade cambial, não daria o seu assentimento, nem convocaria o Congresso para resolver o caso, como lhe fôra pedido, pelos signatarios do Convenio, uma baixa se accentuara, não só no mercado interno como no mundial.

Mais tarde ainda, quando o Senador Pinheiro Machado de passagem pela capital paulista, em conferencia com o presidente de S. Paulo, acceitara a providencia tomada no Con-

venio para a solução da crise cafeeira, e que poderosa agremiação partidaria, a adotaria desde esse dia nova alta se operara nos mercados.

Em seguida á declaração positiva do Presidente da Republica, na sua mensagem, de que a crise da lavoura cafeeira estava em declinio, não havendo necessidade de medidas extremas, mesmo porque na lei da receita se consignavam providencias neste sentido, baixara o café novamente. Agora, quando, havia uma semana, a Camara começara a occupar-se do assumpto aprovando o projecto sobre o Convenio em segunda discussão, o preço do café subira extraordinariamente, cerca de 1$000 por arroba.

Á vista do que acabava de expor perguntava ao representante pernambucano se a demora na aprovação do Convenio era ou não prejudicial á lavoura?

O que elle Barros Franco pretendia agora era apenas responder a algumas observações dos impugnadores do Convenio.

Assim quanto a Miguel Calmon. A lavoura do café, para os que a conheciam, por della viverem, como o orador, era importantissima. Fôra industria extrativa, no Extremo Oriente, na America Central e estava-o sendo no Brasil. Não queria isto dizer que a terra que durante largo periodo de annos supportara tal lavoura já estivesse condemnada. Não! Havia porém, um facto que merecia ser estudado; o despovoamento, quasi abandonado do vale do Parahyba, outrora tão florescente.

O mesmo phenomeno occorrera na America do Norte com a emigração no trabalho agricola das terras cansadas do litoral atlantico para o Oeste.

Ainda não chegara, felizmente, para o Brasil o momento de se operar tal movimento. Lavrador no Estado do Rio, podia attestar que a media da produção em algumas propriedades agricolas dos municipios de Parahiba do Sul e Petropolis, entre outros, era superior a 40 arrobas por mil pés de café.

Em viagem feita ao oeste paulista verificara que a terra suportava lavouras em media, de 60 a 70 annos. E isto só se explicava pela interferencia do clima.

A terra roxa, quando aliada ao clima, tinha a produção maior mas em igualdade de circumstancias o clima prevalecia. Nos vales do Parahyba e do rio Doce e em toda parte, onde as emanações maritimas penetravam directamente pelo continente, a arvore soffria em sua vegetação, que não poderia ser completa durante o anno, ao passo que no planalto central, na vertente do Paraná, havia completa estagnação. Quando voltava

o tempo propicio, em agosto e setembro, a arvore floresc̄ia e recuperava o trabalho perdido durante o tempo da letargia.

Assignalava esta differença entre o oeste e o norte de S. Paulo o que motivava a mudança de grande parte de lavradores desta para aquella parte do Estado.

Achava Barros Franco que o Brasil não tinha nem podia ter receio de concurrencia em materia de producção de café com qualquer outra nação. Se isto se pudesse dar, meia duzia de annos antes, agora demonstradas a pujança e a vitalidade das terras brasileiras na produção, não haveria capitalista sensato que quizesse medir-se com a concurrencia brasileira.

Aos dados estatisticos do deputado bahiano opporia outros.

Durante os ultimos 50 annos emquanto o Brasil augmentara a producção de 2.730.000 saccas em 1860, para attingir em 1901 a 15 milhões e meio, os outros paizes que, em 1860, produziam trez milhões estavam produzindo ultimamente media inferior a quatro milhões.

Referindo-se a outro ponto do discurso do seu collega da Bahia, dizia que em parte do Estado do Rio de Janeiro, e em quasi todo o do Espirito Santo, a cultura do café era feita protegidamente, a saber sob sombra. E perguntava se a media da produção dos dois Estados podia equivaler á produção do oeste de S. Paulo.

Devia o Brasil dar graças ao Destino por ter recebido da natureza este dom extraordinario, porque se tratava de genero de enorme consumo a se dilatar diariamente.

E como Calmon quizesse assimilar os dois casos da borracha e do café objectou-lhe Barros Franco que tal paridade não se podia estabelecer.

Produzira o Brasil 50 por cento da borracha mundial e 75 por cento do café.

Não podia temer a concurrencia de outros paizes e assim perguntava onde estavam as lavouras de café tentadas em Madagascar; no Congo Francez e no Congo Belga?

Lavrador e representante do Rio de Janeiro, que apezar de tudo tinha a principal fonte de riqueza no café, dizia Barros Franco que seu Estado era, talvez, mais interessado na valorisação do que Minas Geraes e São Paulo.

Não descria do seu Estado, em cujo futuro confiava, mas era necessario que se lhe prestassem recursos. Não devia elle abandonar o café que ainda possuia e que o collocara outrora á frente das provincias do Imperio, sem que comtudo deslei-

xasse a industria a pecuaria, a pomicultura, os cereaes, principalmente o arroz.

A resposta ás duvidas e ao pessimismo de Barbosa Lima, oppunha o argumento da alta verificada nos mercados desde que se vira o triumpho rapido e proximo da causa valorisadora.

Referindo-se á observação de seu collega, de haver quem pleiteasse, com tanto afinco, açodamento e mesmo impertinencia a aprovação do Convenio quando havia lavradores que ainda conseguiam juros de 10 a 12 % dos capitaes empregados em suas propriedades agricolas, manifestou Barros Franco, o desejo de conhecer de perto esses collegas da lavoura. Queria ter o prazer de com elles aprender o modo de tirar proveito daquillo em que todo o mundo estava tendo prejuizo.

Analysou a situação da lavoura e poz em relevo a depreciação das propriedades agricolas, mesmo no oeste paulista, apezar da sua feracidade e condições das terras e clima.

Afirmou que não fallava aos lavradores, áquelles que cultivavam o café, mas aos que não conheciam a situação dessa cultura.

Quanto á leitura feita por Barbosa Lima, da entrevista em que se relatava a opinião do conselheiro Antonio Prado, declarava que o telegramma no qual se noticiava que a casa Prado & Chaves fizera publicar na Europa a noticia de que o projecto sobre a valorisação do café, não estava abandonado e seria votado dentro de poucos dias, mostrava o valor de tal argumentação.

O chefe da casa era o proprio Conselheiro Antonio Prado; e para ella o Convenio tinha toda a efficacia, pois não se comprehendia que uma casa intermediaria de um produto, como o café, divulgasse uma noticia inexacta, que não tivesse em vista, elevar, principalmente, e não deprimir, o preço do produto.

Assim estava convicto de que no lucido espirito do illustre paulista, se operara uma reacção.

Quanto ao endosso da União, para o contracto do emprestimo convencionado, emquanto não houvesse disposição legal, declarando que emprestimos contrahidos por municipalidades ou quaesquer governos estaduaes, sem audiencia do Governo Federal, deixariam de obrigar a responsabilidade nacional, o Governo Federal, era e seria o responsavel pratico e moral por taes compromissos.

O caso recente do Espirito Santo, o exemplificava. Era preferivel fazer negocio mesmo avultado, em condições propicias, com a responsabilidade nitida do Governo da União.

Evidenciavam-se as vantagens de um emprestimo nessas condições; onde encontrar melhor garantia? acaso a do emprestimo para a construcção das obras do porto, com os 2 ½ % em ouro, ou a do emprestimo de 15 milhões, com a taxa de trez francos sobre cada sacca?

As obras do porto apenas representavam a riqueza do movimento commercial da capital da Republica, a industria cafeeira dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes e São Paulo, não só o esforço da zona tributaria da Guanabara, como o esforço magno do riquissimo territorio paulista.

O emprestimo a fazer-se com a garantia dos trez francos sobre sacca, estava muito mais garantido do que o das obras do porto com os 2 % sobre a exportação e importação.

Combatendo ainda os argumentos de Barbosa Lima, fazia o deputado fluminense, notar que São Paulo dando a Sorocabana como garantia, levantara um emprestimo sob o typo liquido de 92. Acaso esta via ferrea garantia mais efficazmente qualquer emprestimo do que os trez francos por sacca?

Recordando Barbosa Lima, antigos fracassos de valorisadores redarguiu-lhe Barros Franco que outrora a producção media era de 5 a 6.000.000 de saccas e agora do dobro. O typo de 90 daria treze milhões e meio de libras. Calculando-se o cambio naquella época e o de agora daria o emprestimo 130 mil contos de réis, para manejar uma producção de 12 milhões de saccas.

O capital, de que lançara mão Francisco Belisario, para levantar o preço do café durante nove mezes, fora simples carta de credito assignada pelos Srs. Faria & Cunha e endossada por seis firmas cariocas a cuja frente estava a daquelle illustre brasileiro. A quantia era de 2.000 contos de réis, posteriormente elevada a 5.000 o que então correspondia a ..... 500.000 libras ao passo que o emprestimo tentado para manejar a safra de 12 milhões de saccas, era de 130 mil contos.

Que disparidade de meios portanto!

Outra circumstancia occorria; o Brasil produzia então 6 milhões de saccas e os outros paizes 4 milhões. Agora as posições estavam invertidas, porque a producção brasileira passara de 60 a 75 e 80 por cento.

Em 1906, a safra do Brasil, attingira a cerca de 14 milhões de saccas, não chegando os demais paizes a produzir trez milhões e meio.

Sentia haver um desconhecimento completo dos factos economicos e que a economia no Brasil estava longe de ser uma sciencia, sendo antes uma arte.

Não comprehendia como não poderia o Brasil levar avante a valorisação, quando produzia 75 % do café, e quando houvera quem fizesse o monopolio do petroleo produzido na Russia, na Italia e principalmente nos Estados Unidos; quando se sabia que de tudo havia *trusts*, principalmente do aço e ferro. O café, era genero cujo monopolio se impunha.

Foram estas as considerações finaes de Barros Franco. Lembrou ainda que os principaes propugnadores da grande empresa da valorisação do café eram os socialistas da Allemanha, Belgica e Hollanda.

A grande corrente emigratoria para os Estados Unidos, cada dia maior, produzindo o augmento do consumo desse genero, porque o café alli entrava livre de impostos, e era considerado uma bebida nacional, vinha a ser nova causa para o triumpho da operação.

Mereciam, pois da gratidão nacional os trez governadores que sobranceiramente se haviam reunido em Taubaté, para em nome da lavoura de café no Brasil, combinar um plano que não era somente a salvação da cultura cafeeira, como o começo da resolução de grande problema economico que já sobrelevava a todas as necessidades porque delle resultaria o augmento da riqueza publica e o engrandecimento brasileiro.

Ainda tentou Barbosa Lima derradeiro esforço obstrucionista pedindo que a Camara não votasse o parecer relativo ao Convenio sem ouvir as commissões de Constituição, Justiça e de Agricultura. Foi o seu requerimento rejeitado por grande maioria e assim se passou á votação da terceira e ultima discussão do projecto numero 59 de 1906.

Requereu Irineu Machado votação nominal. Adverso ao projecto queriam elle e os que como elle pensavam, de nenhum modo fazer a injuria de acreditar que estivessem inspirados por sentimento menos nobre de patriotismo do que os seus collegas, aquelles que sustentavam o Convenio. Mas como da aprovação deste pudessem advir, de futuro, responsabilidades para a União e reclamações futuramente desatendidas e para que não se dissesse que no Brasil havia regiões favorecidas e protegidas, quando outras viviam esquecidas, tudo isto concorrendo para a obra funesta do enfraquecimento dos vinculos nacionaes, era necessario que cada qual assumisse a responsabilidade do voto proprio definindo-a na aprovação ou rejeição do Convenio.

Acceito o requerimento do deputado carioca, passou-se a votação, nominal do projecto assim redigido:

Art. 1.º — E' aprovado o Convenio realisado em 26 de fevereiro do corrente anno, pelos presidentes dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Geraes, com as modificações constantes do accordo firmado pelos mesmos presidentes em 4 de julho do mesmo anno.

Exclue-se desta aprovação a clausula referente á caixa de emissão, ouro e conversão, cuja criação fica dependente da resolução do Congresso Nacional.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Deram o sim 107 deputados e o não 15, havendo portanto mais de oitenta abstenções, pois excedia de 200 o numero de deputados diplomados.

Dos trez grandes estados cafeeiros votaram a favor 13 representantes fluminenses, 19 mineiros e 17 paulistas para bancadas respectivamente de 17, 37 e 22 deputados.

A elles se juntaram trez espiritosantenses e 14 bahianos.

A bancada pernambucana votou massiçamente contra o projecto dez *não* contra um *sim,* apenas, o de José Bezerra. Dos bahianos, dissentiu um: Miguel Calmon, dos fluminenses outro, Paulino de Souza, do Districto Federal, um Irineu Machado. Votaram contra um deputado do Rio Grande do Sul, Pedro Moacyr e outro de Santa Catharina, Paula Ramos.

Pediu e obteve Galeão Carvalhal dispensa de intersticio para que se deliberasse immediatamente a respeito da confecção do projecto que assim se redigiu definitivamente sendo immediatamente enviado ao Senado.

Redacção final do projecto, n. 59 *de* 1906, *que aprova o Convenio de Taubaté, com as modificações constantes do accordo firmado em* 4 *de julho de* 1906.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º — E' aprovado o Convenio realizado em 26 de fevereiro do corrente anno, pelos presidentes dos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Geraes, com as modificações constantes do accordo firmado pelos mesmos presidentes em 4 de julho do mesmo anno.

Exclue-se desta aprovação a clausula referente á Caixa de emissão, ouro, e conversão cuja criação fica dependente de resolução do Congresso Nacional.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Commissões 23 de julho de 1906 — Castro Pinto — Gonçalo Souto — Salvador Pires — Themistocles de Almeida.

CAPITULO LXXII

Passagem do projecto da Camara ao Senado — Parecer da Commissão de Finanças — Voto divergente de Gomes de Castro — Approvação em segunda discussão — A terceira discussão do projecto n.º 59 — Acalorado debate — Opposição de Rosa e Silva contestado por Glycerio — Approvação do Convenio — Justificação do voto de Barata Ribeiro — Ultimos écos das discussões e deliberações parlamentares

A 28 de julho de 1906, cinco dias após a ultimação dos debates na Camara dos Deputados, com a votação do projecto, n. 59 de 1906, aprovando o Convenio de Taubaté, emitia a Commissão de Finanças do Senado Federal, parecer a proposito do transcendente assumpto.

Era o relator o senador parahybano Alvaro Machado e presidente da commissão, o representante do Maranhão, Gomes de Castro, os demais membros vinham a ser Francisco Glycerio, Ruy Barbosa e José Joaquim de Souza.

Explicava a exposição de motivos que a principal fonte de recursos do paiz, a lavoura de café, vinha desde algum tempo soffrendo os effeitos de uma crise originariamente determinada pelo desequilibrio entre a producção, e o consumo, entravado este tambem pela submissão absoluta aos preços dos mercados extrangeiros, onde funestamente, proliferavam falsificações e substituições de toda sorte, arredando da praça alguns milhões de saccas do café brasileiro, concorrendo tudo, necessariamente, para a desvalorisação do produto nacional por excellencia.

A neutralização de tão grande mal teria sem duvida fundamentos na protecção que fosse possivel, criar-se aos capitaes empregados nesse ramo de industria, e nos meios de acção efficaz, para o desenvolvimento do consumo de seus produtos no exterior. Augmentado esse, justamente reputado, o café, do Brasil, e collocado, em summa, nas praças extrangeiras,

poder-se-ia dizer, resolvida toda a questão atinente á valorisação.

Vinha a proposito lembrar a idéia já aventada da criação do monopolio da sua venda a varejo no exterior, sob a condição do fornecimento feito pelo Brasil, durante um prazo estabelecido e por preço fixo, segundo a qualidade do produto, para evitar o augmento do custo de venda e retalho, fazendo-se abstração dos direitos aduaneiros porventura cobrados.

Recordava a commissão o que ainda havia pouco escrevera um especialista, o Sr. Nusbaum, a proposito do monopolio do fumo em França, aventando a idéia de se entregar aos funccionarios da *Régie* o encargo da distribuição do café mediante pequena commissão.

Com este novo produto, os agentes duplicariam a sua porcentagem, ou receita annual e o Brasil teria ao seu serviço milhares de propagandistas fazendo gratuitamente a guerra aos substituitivos e á chicorea em prol do verdadeiro café, graças á sua substituição gradual, ás falsificações e á chicorea. E a valorisação operar-se-ia mediante o unico processo scientifico existente; o augmento do consumo.

Explicava a commissão, minudentemente, quanto, a seu ver, valia mil vezes mais reccorrer á propaganda bem feita de que pleitear reduções de direitos alfandegarios para o café brasileiro, como era o caso em relação á propria França.

Via-se portanto, por este ou qualquer outro meio habil de propaganda, quanto poderia augmentar proveitosamente o consumo do nosso café, trazendo como consequencia necessaria a sua valorisação, questão magna que envolvia o interesse geral da Nação e por isso mesmo não despercebida á solicitude dos poderes publicos.

Recordou a Commissão os termos da lei 1452 de 30 de dezembro de 1905, autorisando o Presidente da Republica a entrar em accordo com os governos dos Estados cafeeiros para:

Regular o commercio do café;

Promover-lhe a valorisação;

Organizar e manter um serviço regular e permanente de propaganda, com o fim de augmentar o seu consumo.

O Governo Federal poderia endossar as operações de credito, que, para esse fim, fizessem os governos dos Estados interessados, uma vez que se observassem determinadas condições.

Os Estados assegurariam á União uma garantia em ouro, sufficiente para o serviço de pagamento de juros e amortização do emprestimo.

Tal garantia teria caracter definitivo para todo o prazo do emprestimo e não dependeria de leis annuaes revogaveis de um anno para outro, pelos poderes legislativos estaduaes.

O produto da operação de credito só poderia ser aplicado a manter um preço minimo para o café de exportação, não podendo destinar-se o emprestimo de qualquer natureza ou adeantamento a lavradores, commissarios e exportadores ou a quem quer que fosse, nem desviado para qualquer outro fim.

A importancia do emprestimo, seria depositada no Thesouro Nacional ou nas Delegacias Fiscaes, sendo ella entregue, á medida das necessidades. Liquidadas as operações, seu produto liquido, se recolheria ao respectivo deposito.

Todos os lucros realizados nas operações de valorisação, se aplicariam á amortização do emprestimo.

Fora certamente sob a inspiração desta disposição legislativa, architectado o Convenio celebrado em 26 de fevereiro de 1906, no paço municipal de Taubaté, pelos presidentes de São Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro.

A elle se addicionara a referencia da criação pelo Congresso de uma caixa de emissões ouro e conversão para a fixação do valor da moeda.

Era claro que a circumstancia de exorbitar este expediente, das atribuições do Poder Executivo concorrera tambem para que fosse o alludido Convenio submettido á consideração do Poder Legislativo, quando se sua inspecção poderia estar isento, si, dentro da competencia constitucional do Presidente da Republica, ainda fosse corroborado pelas disposições da lei citada, porque então, em ultima analyse, seria considerado uma resultante da execução da mesma lei.

Ora, a modificação e aditamento introduzidos no Convenio, pelos presidentes dos referidos Estados, em Bello Horizonte, a 4 de julho de 1906, e trazidos ao conhecimento do Congresso Nacional por Mensagem do Presidente da Republica, haviam restringido as disposições do primitivo Convenio ás raias da competencia constitucional e autorização legislativa dadas ao Poder Executivo.

Mas, por isto, deveria ser suspensa a inspecção do Congresso, devolvendo elle o accordo modificado ao juizo definitivo do Poder Executivo?

Parecia á Commissão que não.

O artigo 48 da Constituição dava ao Poder Executivo a competencia privativa de aprovar os ajustes que os Estados celebrassem na conformidade do artigo 165, submettendo-os, quando cumprisse, á autoridade do Congresso.

O artigo 65 concedia aos Estados a faculdade de celebrarem entre si ajustes e convenções sem caracter politico, e chamava a attenção do citado artigo 48 insinuando a inspecção do executivo, certamente para que se verificasse a escrupulosa aplicação do preceito constitucional no que dizia respeito á natureza do ajuste inter-estadual celebrado.

Por sua vez, accentuava o artigo 48 que o Poder Executivo quando cumprisse submetteria o ajuste a autoridade do Congresso; portanto ainda mesmo que o primitivo Convenio não contivesse materia extranha á competencia do Presidente da Republica, ainda assim poderia este, no cumprimento do preceito constitucional, submettel-o ao conhecimento do Congresso entendendo opportuno e conveniente fazel-o já pela forma de que se revestira o ajuste, já pelas consequencias do mesmo, interna e externamente. E este era o caso atentas as modificações introduzidas no primitivo Convenio.

Parecia, portanto, acertado pronunciar-se tambem a respeito o Senado, como já fizera a Camara dos Deputados aprovando o Convenio de Taubaté, com as modificações constantes do novo accordo entre os presidentes dos trez Estados.

Sobre tal proposição, pronunciava-se agora a Commissão de Finanças do Senado.

Em synthese, a lei, de dezembro de 1905, autorizara o Poder Legislativo a valorisação do café, fundada na promoção do augmento do seu consumo e na conveniente defesa dos capitaes empregados na lavoura, facultando ao Governo Federal, o endosso das operações de credito realisadas para tal fim pelos Estados, satisfeitas umas tantas condições. Este, por consequencia, já era o voto do Congresso no assumpto.

Restricto o Convenio ao mesmo expediente, embora sob forma diversa, parecia não haver razão para que outro fosse o voto do Poder Legislativo.

Assim recommendava a Commissão de Finanças que o Senado aprovasse a proposição da Camara dos Deputados.

O presidente da commissão, Gomes de Castro, declarou então, subscrever vencido o parecer dos collegas.

Na sessão de 30 de julho entrou elle em segunda discussão.

Felicitou o general Pires Ferreira a seu collega Alfredo Ellis pelo exito de sua propaganda tenaz e antiga.

Votando-se o projecto da camara verificaram-se 35 sim e 4 não. (Gomes de Castro (Maranhão) Gonçalves Ferreira (Pernambuco) Virgilio Damasio (Bahia) e Barata Ribeiro (Districto Federal).

Havendo o senador Azeredo pedido e obtido dispensa de intersticio entrou o projecto em terceira discussão a 31 de julho.

Levantou Barata Ribeiro a preliminar sobre se seria ou não possivel emendar o projecto recordando o que se passara na Camara dos Deputados.

Observou Glycerio que tratando-se de um convenio entre Estados, cabia ao Congresso aproval-o ou desaproval-o. Modifical-o introduzindo emendas, seria intervir nos negocios peculiares aos Estados contractantes.

Outra questão tambem fora aventada, na outra Casa do Congresso: a de ter este, ou não, competencia para aprovar o Convenio de Taubaté.

Opinou o presidente do Senado que a questão parecia complexa. Por um lado, o projecto devia ser estudado, sujeito á discussão e emendas, por outro parecia que, tratando-se de convenio entre governadores de Estados, não era conveniente que o Senado mandasse que se fizesse isto ou aquillo, não convencionado pelos Estados.

O Senado aprovava ou rejeitava apenas. Era o que lhe parecia. Todavia, ia consultal-o porque não se julgava com autoridade para dirimir o caso da apresentação de emendas.

Depois de acalorada discussão, em que tomaram parte Gomes de Castro, Pinheiro Machado, Glycerio, Urbano Santos, Azeredo, Rosa e Silva e outros, se era ou não da competencia do Senado votar ou deixar de votar a proposição, vinda da Camara, debatendo-se vivamente o aspecto constitucional do caso, e a faculdade de receber o convenio ou não, emendas, decidiu a casa proseguir na marcha da discussão sem que se recebessem emendas.

Mostrou-se Rosa e Silva grandemente infenso á aprovação do Convenio. A seu ver era questão fora da alçada do Poder Legislativo.

Lembrou-lhe Glycerio que a responsabilidade da União continuava effectivamente presa ao projecto do Convenio.

E como Barata Ribeiro o aparteasse "por desgraça da União", continuou o senador paulista dizendo que sem entrar em indagações mais vasta, bastava alludir ao facto de que mesmo depois de introduzidas clausulas modificadoras do Convenio, por acto addicional, assignado pelos trez Estados inte-

ressados, mesmo depois disto, persistia a responsabilidade do endosso da União, para as operações de credito até o capital de 15 milhõe esterlinos, que porventura se fizessem.

O Congresso Nacional, na lei do orçamento, vigente, consignava a autorização para que a União prestasse o endosso áquellas operações de credito até o total de 15 milhões esterlinos, por ventura realisados.

Tal autorização era transitoria, persistia somente dentro do exercicio financeiro corrente.

Si dentro delle não fora a autorização usada, por quem de direito, extinguir-se-ia.

Mas que fazia ao projecto do Convenio?

Transformava uma disposição transitoria em permanente, de modo que as partes interessadas, si não se valessem dessa autorização, dentro do exercicio, poderiam fazel-o fora delle, continuando portanto, a reponsabilidade da União, si taes operações fossem feitas, com seu endosso. E continuava não mais por disposição transitoria, limitada ao exercicio, mas em virtude de lei ordinaria.

Si a responsabilidade da União continuava não por uma disposição transitoria, mas em virtude de lei permanente, estava ou não de pé? estava ou não delimitada a intervenção do Congresso?

Isto parecia claro como a luz meridiana. Rezava a segunda disposição das clausulas addicionaes do Convenio:

"Se as operações de credito para a execução do Convenio forem effectuadas pelos trez Estados *sem o endosso ou fiança da União...*"

De modo que por meio desta clausula podia ser ou não realizada a operação com o endosso ou a fiança da União. Mas claramente ainda dizia a disposição numero cinco:

"O governo do Estado de São Paulo, antes de ultimar as negociações relativas, ás operações de credito, de que trata o artigo submetterá as condições e clausulas que forem propostas ao conhecimento e aprovação do governo dos outros Estados contractantes e bem assim ao Governo Federal, em caso de endosso pela União, afim de ser determinada expressamente a responsabilidade de cada um delles.

Isto significava — Estados e União.

Haveria algo mais claro? Então o Poder Legislativo não devia intervir em assumpto em que, por lei ordinaria, se mantinha a responsabilidade da União, para as operações de credito até um total de 15 milhões esterlinos?

Que faltava pois para determinar a intervenção do Poder Legislativo?

A autorisação consignada em lei era uma permissão a se extinguir a 31 de dezembro.

Si os interessados della não lançassem mão no prazo, dentro do exercicio, caducaria. Mas aprovado o Convenio, surgiria autorização constante de lei ordinaria, sem prazo fixo de duração, podendo apenas ser revogada por outra lei. Nada mais claro.

Quanto á Caixa de Conversão não era ella clausula essencial do Convenio. O senador pernambucano estava equivocado. Não prestara a devida attenção ao Convenio de Taubaté.

Nesse Convenio, em que se instituiam disposições e clausulas reguladoras do commercio cafeeiro, declarava-se que se pediria ao Poder Legislativo a criação da Caixa de Conversão.

Esta clausula dependeria de lei do Congresso, especial para o caso.

A separação operada pela Camara era acto obrigado, porque jamais se poderia tratar da Caixa de Conversão, sinão em projecto especial que devia regular a materia de natureza relevante e de algum modo differente.

A Caixa de Conversão não era parte substancial, integrante do Convenio e sim clausula adjecta.

Por estas e outras razões, a intervenção do Congresso era perfeitamente cabivel, ou antes obrigatoria, estava de accordo com a disposição constitucional quando dizia que o Poder Executivo, chamado a aprovar actos e tratados dos Estados, submetteria os mesmos *quando cumprisse,* á aprovação do Congresso.

Respondendo ao senador paulista recordou-lhe Rosa e Silva as palavras cheias de autoridade de David Campista:

"Antes de tudo devo ponderar, que a medida solicitada pelos Estados contractantes, é simplesmente uma formalidade legal da aprovação do Convenio, nada exigindo da União, como sacrificio nem como acção directa, auxilio de qualquer ordem."

Por estas declarações do illustre relator da Camara dos Deputados, via-se que o projecto não visava, como o senador oppoente acabava de declarar, da tribuna, o endosso da União ao emprestimo.

A autorização para tal endosso se consignava na lei do orçamento, era autorização da qual poderia, ou não, usar o Presidente da Republica.

Na opinião do seu contraditor as autorizações não usadas caducariam no fim do exercicio ao passo que esta ex-vi do projecto, ficaria permanente.

Ora tratava-se de materia considerada urgente, como o havia entendido o Congresso. Si, por conseguinte, a autorização não fosse usada dentro do exercicio é que fora julgada inconveniente ou desnecessaria. Não cabia portanto o argumento invocado pelo senador por São Paulo para que o Congresso consignasse tal autorização por meio da lei permanente.

Havendo Gomes de Castro feito notar que a lei não prorogara tal autorisação. Quando não usada dentro do exercicio caducaria. Lembrou Rosa e Silva que tal lei não prorogava a autorisação.

Mas se viesse a ser necessario renovar-se a autorização, a occasião opportuna seria ao se discutir a propria lei do orçamento, onde a medida se achava consignada.

Declarara o Senador paulista que a Caixa de Conversão não era parte integrante do Convenio.

O Senado sabia exactamente o contrario, vira, com surpresa geral, que á valorização do café se ligava a questão da Caixa de Conversão. Viera ella como parte integrante do Convenio, e não fora ella não teria o Convenio sido submettido ao Congresso.

Aparteou Glycerio declarando que o caso dependia do criterio do Executivo e o seu collega de Pernambuco retrucando lhe afirmou peremptorio:

Evidentemente elle não seria submettido ao Congresso.

A Caixa de Conversão ficava sendo parte integrante do Convenio e de tal não se fizera misterio, allegando-se que a valorização não poderia ser feita sem a fixação cambial. Nem o governo teria submettido o Convenio ao Congresso, si porventura, não tivesse cogitado da Caixa de Conversão.

Agora, separado o caso da criação da Caixa de Conversão, qualquer que fosse a opinião do Congresso sobre o plano de valorização, nada mais tinha elle que deliberar a respeito, salvo si quizesse revogar a autorisação constante da lei do Orçamento.

A isto objectou Pinheiro Machado que a autorização poderia ser modificada como succedera.

Então redarguiu Rosa e Silva se tal decreto competia ao Congresso, tambem a este assistiria o direito de emendar o projecto.

Travou-se vivo debate entre Rosa e Silva e F. Glycerio. O primeiro a sustentar que a vinda do projecto do Legisla-

tivo proviera do caso da Caixa de Conversão, o segundo que não. Continuou o senador pernambucano a bater na tecla da inutilidade da intervenção do Legislativo no caso do Convenio ao qual era irredutivelmente infenso.

E a tal respeito explicavá, respondendo a Lopes Chaves, que lhe dizia já começar o ajuste a dar bons resultados, que sentia não acreditar na efficiencia do plano.

Aos que se assim se manifestavam procurava-se atribuir intuitos de prejudicar a lavoura e até a expansão de sentimentos de animosidade contra o Estado de São Paulo.

De sua parte, se considerava bom amigo do Estado de São Paulo, e mais ainda da lavoura brasileira. Não cria mesmo que houvesse brasileiro leal que procedesse de outra forma, amigo e muito amigo da lavoura do seu paiz. Pelos interesses desta se pronunciara desde o inicio da vida publica.

O que havia a respeito do plano de valorisação do café era apenas divergencia de opiniões, quanto ao modo de encarar e resolver a crise.

Por amigo da lavoura, opuzera-se no Congresso Constituinte á divisão tributaria, como fora feita, destinando aos Estados, como principal fonte de receita, os impostos de exportação.

Em paiz agricola, como o Brasil, a lavoura precisava ser amparada, protegida e não onerada.

Reservando aos Estados os impostos de exportação, como principal fonte de receita, claro era que os collocavam na dura alternativa de tributarem a lavoura, ou ficarem sem recursos sufficientes para as suas despezas.

Como amigo da lavoura combatera igualmente o arrendamento das estradas de ferro.

Paiz agricola, e novo, precisava o Brasil da facilidade e barateza do transporte. Ora o arrendamento constituia embaraço á redução das tarifas, o que muito auxiliaria a lavoura, maxime nos periodos de crise.

Ainda, por amigo da lavoura, sentia-se na necessidade de não concorrer para lhe alimentar fallazes esperanças, considerando salvador um plano de cuja eficacia descria.

O que a sciencia economica ensinava, e a pratica demonstrava, era que o caminho a seguir para a valorisação de qualquer produto, differia muito do que planejara o Convenio de Taubaté.

Aos agricultores, força real do progresso economico do paiz, e cuja prosperidade ninguem mais do que elle desejava, advertia se quizessem melhorar e vencer cogitassem principal-

mente da redução do custo da producção, das despesas de transporte, e das de venda. Incrementassem o consumo, organisassem o credito agricola, e tambem a luta commercial como devia ser feita, e o exemplo de outros paizes o indicava.

A valorisação artificial, porém, como se pretendia fazer, longe de melhorar, podia agravar-lhes a situação.

Terminando dizia estimar estar em erro. Si assim não era, que a tempo mudassem de rumo os auctores do Convenio de Taubaté, no proprio interesse dos agricultores.

Não a S. Paulo, não a Minas Geraes, não ao Rio de Janeiro, mas a todo o Brasil, interessava a prosperidade da agricultura, da qual dependiam principalmente o futuro e a grandeza da Patria.

Encerrada a discussão, passou-se a votação, sendo a proposta da Camara aprovada em votação nominal, por 31 votos contra seis.

Aos quatro senadores já mencionados juntaram-se Rosa e Silva e Belfort Vieira (do Maranhão).

Pediu Barata Ribeiro, a palavra para uma explicação pessoal que decorreu sobremodo vehemente.

Não queria que se pensasse e se dissesse que a sorte da lavoura cafeeira, não o interessava. O que o movia era a idéia de não salvar a lavoura a custo dos destroços da Nação.

Desde o século dezoito estavam assentadas as idéias a respeito do que fosse valor. Não era licito a uma assembléa do século vinte tratar, como o fizera, em concreto, de uma idéia abstracta e geral.

Fazia votos, solennes e cordiaes, para que o Convenio de Taubaté, realisasse o impossivel da economia politica, alargando o consumo pelo augmento dos preços de uma mercadoria que em parte alguma, era de primeira necessidade para quem quer que fosse. Fazia os mais sinceros votos para que os Estados contractantes alcançassem o que a Russia e a Europa inteira não haviam conseguido, quando tratavam o trigo — o pão, o alimento do rico e do pobre, o manjar indispensavel do desoccupado e do trabalhador, producção de grandes industrias e de pequenos rendeiros. Fazia sinceros votos para que o Convenio de Taubaté, realisasse o irrealisavel, diante do qual tivera a Italia de se deter pretendendo forçar mercados extrangeiros, com o augmento de impostos de exportação, de produtos de que era monopolisadora.

Como brasileiro, e representante da Nação, reservava-se o direito de, no Senado, ou em qualquer outro lugar, si vivo fosse, protestar, contra o systema adoptado pelo Congresso

Nacional Brasileiro de recusar emendas a um projecto de lei que adstringia a União a um contracto de Estados, ajuste que lhe comprometttia os creditos em beneficio de interesses exclusivos daquelles. Começava por protestar que o interesse do Brasil fosse o interesse do café, negando que o café representasse a riqueza exclusiva do paiz.

Nascera e vivera á surdina de que o Brasil era essencialmente agricola, e, ignorava qual o paiz que houvesse feito a sua grandeza sendo essencialmente agricola ou exclusivamente agricola.

Nos Estados Unidos realisaram-se enormes fortunas em plantações de milho, fortunas das quaes cada uma representava algarismo muito superior ao das dos mais abastados lavradores de café do Brasil, de S. Paulo em um quarto de século, laborioso e activo. Ainda no momento presente, nos Estados Unidos, muitos lavradores enriqueciam com a plantação e exportação de laranjas e accumulando fortunas tão grandes quanto mais de duas duzias das desses fazendeiros de café, que traziam o Brasil agrilhoado aos seus interesses. A meditar sobre taes factos, era levado a protestar contra o que se estava fazendo e se ia fazer.

Pretendia, pois reservar o seu direito de protestar, onde quer que fosse e pelos meios ao seu alcance, contra o tolhimento da liberdade numa assembléa, que lhe impedia, contra os termos expressos da Constituição, e das leis do paiz, de discutir e emendar um projecto de lei vindo da Camara dos Deputados!

E depois de discutir o caso da restricção ao alargamento de poderes, concediveis ao Chefe do Executivo, e de que no caso vertente o Senado abria mão declarou Barata Ribeiro, que ao seu ver, não estava o café desvalorisado. Notava, que o Convenio, cuja aprovação se ia decretar, sacrificava elementos que a lavoura considerava pontos de apoio e de resistencia, girando em torno do typo 7 americano, e desta arte favorecendo a exportação de cafés inferiores com que artificialmente a exploração commercial produzia aquelle typo. Ora, typo 7 era invenção dos bolsistas, dos exploradores da America do Norte. Era uma mistura de cafés inferiores, de modo que o Convenio de Taubaté, que apregoava a necessidade de impedir a exportação de cafés baixos, para poder elevar-se o preço dos cafés superiores, transigia em torno de um typo representativo dos peores cafés da terra brasileira.

Passando a usar de argumentos absolutamente inaceitaveis, dada a immensa disparidade das circumstancias, de ou-

trora e do momento, declarava Barata Ribeiro ser contrario ao Convenio de Taubaté porque tinha em seu poder contas de 1850, de café, vendido a 3$000 por arroba e no emtanto fazendo a fortuna publica e particular do paiz (sic).

Era contrario ao Convenio de Taubaté porque tinha em seu favor a historia demonstrando que, sempre que um paiz pretendera forçar os mercados extrangeiros, por intermedio dos impostos de exportação, só conseguira paralysar o seu commercio abrindo portas francas á especulação que innundara o mundo de produtos artificiaes congeneres daquelles que se pretendia favorecer.

Bastava para isto o exemplo da Italia, citado por modernos economistas e financeiros.

Este paiz, sem duvida alguma, monopolizador do enxofre, e do clorato de potassa, envolvera se desastradamente numa aventura deste genero.

Terminando com o arrebatamento, tanto de seu caracter, declarou Barata Ribeiro, solemnemente que o convenio era legitima ameaça á fortuna nacional e, mais do que isto, a marcha funebre da infeliz lavoura brasileira de café. Tinha certeza de que, dentro em muito pouco, se é que não falhassem os dados da sciencia economica, do proprio São Paulo, partiria o grito de angustia dos sacrificados por esta especulação commercial.

Ao seu voto dera toda a solemnidade exactamente para assegurar o direito de, si vivo fosse, senador ou não, poder pedir em nome da Nação a reparação da injustiça que ella acabava de soffrer não se permittindo que seus representantes que pelo menos difinissem a responsabilidade em contracto em que ella se achava altamente empenhada, tal como este que o Senado acabava de aprovar.

Os ultimos écos das discussões e deliberações parlamentares, sobre o Convenio de Taubaté, em 1906, soaram na Camara do Deputados a 18 de agosto desse anno, quando o deputado mineiro, Francisco Bernardino Rodrigues Silva, apresentou, justificando-o longamente, extenso projecto providenciando sobre o serviço de cambios, defesa da producção, regimen de emissões e de credito agricola. Como envolvesse essencialmente o cao de uma emissão de papel moeda, não teve tal projecto andamento.

Um acontecimento de ordem economica viria tornar muito frias as relações do Presidente da Republica com os chefes de algumas correntes politicas estaduaes, explicava o auctor do *retrospecto geral* sobre o Governo Rodrigues Alves, publi-

cada após 15 de novembro de 1906 após portanto a cessação de poderes do presidente de 1902-1906.

Os governadores de São Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro reunidos em Taubaté a 26 de fevereiro de 1906, haviam celebrado o convenio valorisador do café e fixador do valor da moeda nacional.

Pediram ao Presidente da Republica que o aprovasse, convocando-se extraordinariamente o Congresso para apresental-o na parte relativa á moeda.

Annunciava-se enorme a safra em S. Paulo. E os lavradores afirmavam que se a baixa persistisse a lavoura seria completamente sacrificada. Quando, nos annos subsequentes, viessem melhores preços, em consequencia de colheitas pequenas, não mais aproveitariam aos lavradores, exhaustos com os prejuizos imminentes. Pediam, pois providencias urgentes.

Numerosos alvitres haviam sido suggeridos para tal fim. O presidente da Republica aliás elle proprio fazendeiro no Estado de S. Paulo e conhecendo, melhor do que ninguem, a situação parecia não confiar bastante na efficacia dos processos lembrados. Auxiliara todavia, os lavradores no seu empenho, e o Congresso, na lei orçamentaria de 1906, concedera uma autorisação ao Governo Federal para entrar em accordo com os Estados cafeeiros no sentido de se realizar aquella aspiração.

Os governadores dos Estados, os membros do Congresso, os delegados da lavoura, todos interessado na sorte do café, haviam entendido que nessa autorisação o Governo da União e os dos Estados produtores encontrariam os elementos necessarios á valorisação pretendida daquelle produto. Ao se annunciar a reunião dos governadores em Taubaté, estavam todos convencidos de que iriam alli assentar os termos de um convenio nos limites da medida legislativa votada.

Assim pois, verdadeira surpresa o que se passou então.

Em vez de se restringirem os presidentes á questão do café, que era urgente enveredaram pela da moeda propondo á idéia da fixação do cambio á base de 12 d. por mil réis, para os negocios decorrentes da valorisação, á semelhança do que, com mais amplitude, se fizera na Republica Argentina. Dizia-se aliás que um dos governadores, hostil á idéia da valorisação do café, aventara a da moeda com o proposito de a inutilizar.

Estavam todos certos de que o Presidente da Republica auxiliaria os lavradores em tudo quanto pudesse interessar ao preço do produto, mas não cederia uma linha na questão da moeda, tendo idéas assentadas a tal respeito. Mostrava-se em opposição radical a este complemento do convenio de Taubaté.



Era, além disto, singular que trez governadores se reunissem para tratar de assumpto de tal relevancia, cuja solução affectava profundamente os interesses financeiros e o credito do paiz, sem ouvirem previamente o Presidente da Republica! commentava o auctor da resenha.

Acaso julgariam, que, enfraquecida a acção politica do chefe do Estado com o trabalho das candidaturas e tratando-se de accordo entre as trez maiores circumscripções da União, e, portanto, tendo os governadores a seu lado a grande força de sua representação no Congresso, não haveria mais que ceder á força dos acontecimentos.

As coisas não succederam comtudo como previam que se dessem.

O honrado paulista mostrou que não era homem para recuar do que estava convencido ser do seu dever.

Declarara habil e delicadamente aos trez governadores que não podia convocar extraordinariamente o Congresso, como suggeriam, por estar proximo o periodo constitucional de sua reunião ordinaria.

Tambem não podia aprovar o convenio, por elle se substanciar á questão da moeda, assumpto da exclusiva competencia do Congresso, a quem seria opportunamente proposto.

Assumira grande importancia a questão para não ser muito discutida e explorada. Nos Estados começava a apaixonar vivamente, e, no mundo politico, como era natural, os mais habeis procuraram tirar todo o partido de uma situação possivelmente fertil em difficuldades para o Governo. Duvidara-se todavia que o Presidente enfrentasse o embate, como se dizia e era crença que se limitaria a mandar ao Congresso o convenio, simplesmente, sem manifestar a sua opinião.

Tal previsão tambem falhara.

Em sua mensagem, apresentada ao Congresso, a 3 de maio do corrente anno, tratara Rodrigues Alves do assumpto com amplitude e franqueza, expondo as suas idéias e nitidamente, sem a menor hesitação.

Merecera geraes applausos o que se traduzira pela voz da imprensa carioca.

Não discrepara de sua posição de censor nos ultimos mezes de sua administração mau grado se certificasse de quanto se achavam estremecidas as relações do Executivo, com o Congresso, já pouco cordeaes em virtude da successão presidencial havendo o candidato do presidente, Bernardino de Campos sido afastado das cogitações politicas.

Recorda o auctor do retrospecto que o presidente demonstrou sempre uma attitude de altiva sobranceria sem revelar o mais leve resaibo de despeito, não havendo, apezar de tudo o que occorrera, intermitencias na administração do paiz.

Mostrou-se a Calogeras sempre grande aplaudidor das idéias e actos do Presidente Rodrigues Alves. Em sua *Politica Monetaria do Brasil* faz o seguinte commentario á actuação do quatriennio de 1902-1906.

A 31 de dezembro de 1906, quando Rodrigues Alves deixou o poder dispunha o Thesouro Nacional em Londres de £ 5.166. 887 de fundo de garantia além de um total de 875 contos de fundo de resgate de papel-moeda cujo total em circulação.

	Contos de réis
Fôra em 31 de dezembro de 1902 . .	675.536
Em igual data de 1903	674.978
Idem 1904	673.739
Idem 1905	669.492
Idem 1906	664.792

Procurara o Governo ao mesmo tempo amortizar, e mesmo, ás vezes, liquidar os velhos emprestimos como os de 1868 e 1897.

A divida publica não crescera em virtude de despezas improdutivas ou sumptuarias: a externa em 1902 de £ 42.423.817 passara, em 1906, a £ 69.821.057 mas este acrescimo correspondia ás obras do porto do Rio de Janeiro (£ 6.500.000) e ao valor do resgate das estradas de ferro (£ 16.619.320) etc.

A divida interna, esta a 31 de março de 1903 era de 564.362 contos para passar a ser de 552.476 a 31 de março de 1907, dos quaes 21.355 contos depositados no fundo especial de amortização dos emprestimos internos.

Todo este allivio de responsabilidade financeira se operara graças ao desenvolvimento progressivo do paiz tanto sob o ponto de vista de produção como do acrescimo de receitas do Thesouro e ainda da fiscalisação mantida severamente sobre a arrecadação e a despeza pelo ministerio da Fazenda.

Traça Calogeras sugestivo quadro do desenvolvimento economico do paiz no quinquiennio de 1902-1906.

Annos	Cambio medio (£)	Importações Contos	Exportações Contos	Saldos Contos
1902 . . .	11 31/32	471.144	735.940	264.826
1903 . . .	12 9/32	486.488	742.632	256.143
1904 . . .	12 7/32	512.587	776.367	263.779
1905 . . .	15 57/64	454.994	685.456	230.462
1906 . . .	16 3/64	499.286	799.670	300.383

As cifras da importação não divergiam muito em réis mas como o cambio subira consideravelmente representavam notavel melhoria da capacidade acquisitiva do paiz aproveitada para seu aparelhamento civilizador traduzido pelo augmento das obras publicas. As exportações tambem não apresentavam grandes desvios. Occorrerà entrementes a fase mais critica da crise cafeeira; cahiam as cotações sempre e sempre mas sem reflexo sensivel sobre o volume total da exportação.

Proseguiam as grandes obras portuarias do Rio de Janeiro e Manaus, as de Santos estavam quasi terminadas. E a rede ferroviaria tambem crescia ininterruptamente.

A 1.º de janeiro de 1902 era de 15.680 kilometros e quatro annos mais tarde de 17.242, com mais 3.043 em construção.

Recomeçavam os capitaes extrangeiros a procurar o Brasil. Assim, desde o principio do século, iniciava-se a enorme contribuição da *The São Paulo Light and Power* que de modo extraordinario se avantajaria no paiz pelo volume de obras representando uma inversão de sommas avultadissimas.

A construção da primeira de suas grandes usinas captadoras de energia hydraulica a de Parnahyba marcava o primeiro passo para o desenvolvimento de uma rede enorme sobretudo no Estado de S.. Paulo e na região fluminense onde centenas de milhares de contos de réis se aplicariam.

Os titulos da Divida Externa reganhavam o que nos annos anteriores tinham perdido.

Já em 1904 os de 5 % attingiam o par e o *funding* passava além do par chegando a 106 por cento ao passo que as apolices de 4 por cento se cotavam a 90 % e os papeis da *Rescision* subiam de 72 a 88 por cento.

Os orçamentos estudados mais severamente e aplicados sob a inspiração de um espirito de economia restricta permittiam a apresentação de novos saldos do Thesouro no mercado para os fins de obtenção de altas ficticias. A que se apresentava era a expressão real da mais prospera situação economica.

Os dados officiaes para o periodo de 1903 a 1906 acusavam:

Annos	Rec. ouro	Desp. ouro	Rec. papel	Desp. papel
1903	50.674	44.881	407.288	359.550
1904	55.371	54.405	424.930	400.713
1905	66.008	55.639	366.375	412.336
1906	99.978	65.309	347.881	385.029
Totaes . . .	263.033	220.236	1.546.676	1.557.628

Assim para o quatriennio houvera um saldo ouro de 46.797 contos de réis e um deficit papèl de 10.252 contos.

Saldara-se o periodo com grande superavit pois que desde primeiro de janeiro de 1906 estava o Governo autorisado a transformar em papel as sommas arrecadadas em ouro relativas á fração necessaria á liquidação do deficit papel.

Desde muito se evidenciara que a praça financeira mais forte do paiz, a do Rio de Janeiro, exigia um instituto central regulador capaz de lutar com a especulação sobre o ouro e servir de contrapeso ao monopolio do facto exercido sobre o mercado pelos bancos extrangeiros dada a circumstancia de que estes eram os detentores da quasi totalidade das letras de pagamento das mercadorias importadas e de seu retorno referente á exportação.

No momento da maior acuidade da crise do *funding* tal tentativa mostrava-se inoportuna. Foi a pàrtir de 1902 que os planos de reorganização do Banco da Republica começaram a surgir como complemento do plano geral do saneamento do meio circulante do paiz.

Analysou-os Calogeras com muita minudencia, e grande copia de documentos das melhores fontes. Mostra quanto os directores nomeados pelo Governo de 1900 haviam encontrado uma situação pessima com um activo ficticio de 650.868 contos de réis que realmente só valia 503.496. E isto em face de um passivo positivo de 503.496 contos. Assim restavam 19.566 contos como excedente de disponibilidades, restos mesquinhos dos milhões dos annos de especulação, e isto apezar das subvenções mais ou menos desviadas feitas pelo Thesouro em detrimento do paiz.

Declara Calogeras que um dos directores nomeado por Murtinho mostrara-se "moral e profissionalmente abaixo da missão que lhe fôra confiada". Sua administração aliás curta

fizera algum mal ao instituto. Fôra porém substituido por administradores idoneos restabelecedores dos bons methodos financeiros.

Já o activo de 31 de julho de 1905 acusava notavel melhoria de condições, mais de 39.000 contos em titulos de Divida Publica e dinheiro, para fazer face ao resgate dos ultimos 35.000 contos circulantes.



CAPITULO LXXIII

Critica de Calogeras ao Convenio de Taubaté — Explicação dos phenomenos da grande crise cafeeira

Criticou J. P. Calogeras, fortemente, as operações que terminaram pelo Convenio de Taubaté.

A seu ver haviam os lavradores pago caro senão carissimo, o optimismo delirante que os havia levado a tomar dinheiro emprestado para comprar terras cafeeiras muito acima de seu valor e gasto largas sommas no plantio de cafesaes. Em 1900 só a lavoura paulista devia perto de 50.000 contos emprestados sobre garantias hypothecarias.

A principio occorrera curioso phenomeno parecia o café escapar á baixa geral das cotações o que espantava os economistas da época.

A baixa cambial brasileira não se reflectira immediatamente sobre o salario pago em papel. O mil réis não perdera muito de sua capacidade acquisitiva interna. Ao mesmo tempo a depressão cambial proporcionara maior amplidão das transacções effectuadas em papel o que causaria aos produtores a illusão de uma situação prospera que o restabelecimento do rythmo entre os salarios e o ouro ia compromettter gravemente.

A tal proposito organisou Calogeras expressivos quadros.

De 1889 a 1894 as cotações se haviam mantido e até subido, em 1890, por haver falta de grão nos mercados mundiaes o que attestavam as cifras dos stocks visiveis.

No Rio de Janeiro:

Annos	Cotações maxima e minima Réis	Cotações maxima e minima Frs.	Cambio maximo e minimo
1889. . . .	6.130— 5.400	109,25—91	28—26 5/8
1890. . . .	8.200— 6.400	132,100	25 1/2—21 3/8
1891. . . .	10.600— 7.800	108,25—79	19 1/8—12 1/2
1892. . . .	12.600—10.000	102,50—81	14 1/8—10 1/4
1893. . . .	15.600—11.600	106,50—87,50	13 3/8—10 1/4
1894. . . .	18.000—11.100	104,25—86	12— 9 1/4

Neste hexenio haviam sido estas as safras e os stocks visiveis em milhões de saccas:

Annos	Brasil	Universo	Stocks
1888-1889.	6,7	10,6	3,9
1889-1890.	4,2	8,6	2,6
1890-1891.	5,3	9,3	1,8
1891-1892.	7,3	11,5	3,1
1892-1893.	6,2	11,20	3,3
1893-1894.	4,3	9,2	2,2

Acha Calogeras que a safra de 1894-1895 representava o equilbirio entre a offerta e a procura e que a persistencia de alta das cotações e dos preços no Brasil se deveu exclusivamente á baixa cambial. Foi o que permittiu o desenvolvimento das novas lavouras apezar da queda do valor ouro do café como demonstra o segundo quadro.

1895.	16.600—13.600	97—98	12 ¼
1896.	15.000—10.300	87—57,75	10 8/8
1897.	11.300— 7.700	65—33,50	8 ¾ 7 ⅛

Emquanto neste triennio as safras influenciadas pela *chegada* das novas lavouras se avantajavam sempre como reflexo de tal facto o mesmo se dava com os stocks.

1894-1895	6.600.000	11.700.000	3.100.000
1895-1896	5.500.000	10.400.000	2.500.000
1896-1897	8.600.000	13.600.000	4.200.000

A partir desta ultima safra o desequilibrio ia manifestar-se de modo angustioso, de anno para anno, no quinquiennio seguinte a ponto de, em 1902 tornar-se absolutamete insupportavel.

1898 . . .	10.100—6.600	40,25—33,25	8 9/16— 5,29/32
1899 . . .	8.650—5.850	41,75—30,75	8 3/16— 6,27/32
1900 . . .	9.250—6.030	56,50—36,75	12, 3/16— 7, 9/16
1901 . . .	5.800—4.300	56,50—33,25	12,25/64— 9,15/16
1902 . . .	5.447—4.085	45,50—33,25	12, 3/8—12, 1/16

Neste lustro, haviam sido as safras e os stocks os seguintes:

Safras	Do Brasil	Do Globo	Stocks
1897-1898	10.500.000	16.200.000	5.600.000
1898-1899	8.900.000	13.700.000	5.300.000
1899-1900	9.100.000	14.000.000	6.000.000
1900-1901	11.000.000	15.000.000	6.800.000
1901-1902	15.500.000	19.000.000	11.400.000

Se até 1901 já pesavam sobre os mercados stocks, muitissimo avolumados mais do dobro do que haviam sido em 1890 a enorme safra de 1901-1902 ainda os havia duplicado!

Dahi em diante no triennio seguinte debatera-se a industria cafeeira numa serie dos mais angustiosos dias. As cotações ouro, por cincoenta kilos, haviam subido um pouco mas sem a correlação conveniente dos preços papel sequer!

	Frs.		
1903 . .	9.000—5.700	45—30	12 11/16—11,5/8
1904 . .	11.000—7.700	50—38,50	13 21/32—11,29/32
1905 . .	9.500—2.200	50—75—41,25	18, 7/32—13,19/32

Avolumara-se espantosamente a torrente cafeeira despenhada sobretudo do altiplano paulista.

1902-1903	13.100.000	17.600.000	12.000.000
1904-1905	11.100.000	15.800.000	12.300.000
1904-1905	10.800.000	14.400.000	12.300.000

A lei paulista restrictiva das plantações novas, votada para 1902-1907 fora efficaz. Pouco se avolumara o cafesal mas em compensação passaram as lavouras a ser mais bem tratadas e a cultura de extensiva a intensiva.

Com a brusca elevação dos stocks mundiaes em 1901 como que despertara a opinião publica brasileira e os planos valorisadores começaram a surgir numerosos.

O commercio cafeeiro alimentava uma série de industrias delle decorrentes muito importantes e em progressivo augmento: transporte, saccaria, machinario agricola, intermediarios. Já se haviam realizado algumas grandes fortunas até nesse ramo de actividade.

Acerbamente censura Calogeras a orientação da politica paulista no tocante a não querer abrir mão dos lucros adquiridos com o antigo estado de coisas e pretendendo forçar o

paiz a acceitar encargos que não existiriam sem a orientação politica e economica adoptado pelo Estado.

Entende que era injustificavel solicitar de outrem sacrificios quando os lucros excessivos, provenientes da organização defeituosa de actividade correspondente oneravam de 30 a 40 por cento o preço de custo do café nos mercados consumidores.

Assim verbera fortemente as operações valorisadoras partidas do Estado de S. Paulo.

A seu ver, o Governo Federal, depois de haver demonstrado agir bem inspiradamente resistindo, quanto possivel, á perigosa aventura do *corner* cafeeiro fraqueara. O presidente Rodrigues Alves não soubera demonstrar bastante frimesa para oppor um dique ás pretenções dos intervencionistas.

"Ao envez de manter com intransigencia seu ponto de vista liberal deixando a solução do problema cafeeiro ao livre jugo dos factores economicos, entendeu dever ceder ante o que lhe parecia ser verdadeira manifestação nacional quando não era senão o fructo de campanha sabiamente organisada por um unico estado em detrimento de todo o Brasil."

Tão duras palavras partidas do eminente estadista nós as atribuimos á falta de recuo dos annos no momento em que elle as traçou um quatriennio apenas após a realização das operações decorrentes do Convenio de Taubaté. Pensamos que um julgamento tão severo quanto o do auctor illustre de *La politique monetaire du Bresil* só poderia ser emittido passados pelo menos dez annos do inicio das operações valorisadoras.

Escrevendo em maio de 1910 afirmava Calogeras:

"O fracasso do plano valorisador foi pois completo, verificando-se as previsões de todos os economistas honestos que o haviam estudado e combatido. O resultado final das operações foi o gravame da cotação com a variação falseada pela existencia dos stocks, mas não no sentido da alta, a liquidação ruinosa das operações para o Estado de S. Paulo, recahindo as sobrecargas fiscaes sobre os productores." Acerrimo inimigo do aparelhamento da Caixa de Conversão concluiu Calogeras desferindo esta *flecha do Partha*.

"Legava ao Brasil, por mal de pecados, a Caixa de Conversão." Era muito cedo ainda para a enunciação de tão cathegoricos conceitos.

Não fora a intervenção sabe Deus a que grau de perturbação economica teriam cahido o Estado de S. Paulo e o Brasil. Não só as finanças do Estado teriam soffrido enorme desorganização como as da Nação.

Qual o genero precioso de troca internacional de que o Brasil poderia lançar mão para sustentar a sua balança neste momento de collapso?

De 1904 a 1906 haviam sido estas as proporções da exportação dos oito principaes produtos brasileiros:

	1904	1905	1906
Café	50,6	48,0	52,0
Borracha	28,4	32,3	26,5
Algodão	2,1	2,6	3,1
Fumo	2,1	1,8	1,8
Assucar	0,2	0,9	1,1
Cacau	2,8	2,6	2,3
Matte	2,5	2,8	3,5
Couros e pele . .	6,1	4,2	4,7

A borracha já estava em declinio, já não se vendia pelos preços maravilhosos de 1898 e 1899 em que a tonelada attingira 8:450$000 e 9:567$000. Viera para 6:939$000 em 1904, 6:390$000 em 1905 e 6:015$000 em 1906.

Nos dois annos immediatos ainda se accentuaria a sua depressão 5:961$000 em 1907 e 4:930$000 em 1908.

Como se aguentaria o orçamento federal em face de terrivel colapso cafeeiro inevitavel sem a intervenção valorisadora?

Que terrivel reflexo teria elle sobre a importação?

Onde iria o Brasil encontrar suprimento de dinheiro para esta quando vendesse as safras cafeeiras pela metade do que ellas haviam produzido em 1904-1906?

E depois haveria sempre o perigo de convulsão social em face da desorganisação completa de trabalho cafeeiro quando enorme massa de extrangeiros nelle se occupava.

Trinta annos após o Convenio de Taubaté escrevia Roberto Simonsen em seus excellentes *Aspetos economicos do café*.

"O balanço financeiro da valorisação computado no seu credito a taxa de cinco francos, criada para os serviços de juros de emprestimo, apresentou saldo activo.

O balanço economico de valorisação tambem apresentou saldos positivos a favor de S. Paulo, pois é incontestavel que esta operação evitou grandes baixas nos preços o que iria

desorganisar não só as finanças do Estado de S. Paulo como as do proprio paiz.

Não se pode negar tão pouco que foram os mercados consumidores que pagaram pela melhoria dos preços de venda, parte do custo desta operação."

Não quer isto dizer de todo que a operação não haja sido arriscada, e muito arriscada, como são todas as de sua natureza os *corners* que representam sempre perfeita cartada.

A situação criada pela super-producção, filha da inflação, era de tal ordem porém, em 1906, que como em desespero de causa o movimento de São Paulo arriscou-se a esta aventura. Mas não sem certas e injustificadas esperanças de exito.

Observa ainda Roberto Simonsen: "A experiencia demonstrou que o armazenamento de grandes stocks de café no Exterior além de ser arriscado, constitue factor deprimente para os mercados que sempre se acham sob a ameaça de concorrencia inesperada de taes depositos."

CAPITULO LXXIV

Historico das operações da valorisação pelos irmãos Augusto e Francisco Ferreira Ramos

Nas operações que deram em resultado o Convenio de Taubaté tomaram a mais saliente parte os dois irmãos Augusto e Francisco Ferreira Ramos, sobretudo o primeiro. Tal a sua actuação que os presidentes dos trez estados accordantes o convidaram a compartir dos debates de sua reunião e de seus secretarios da Fazenda. Assim pois é um dos signatarios do Convenio Augusto Ramos quem historia a valorisação nos seguintes termos:

A primeira intervenção do governo na lavoura cafeeira, começou em 1901 e estendeu-se por cerca de 9 annos. Obedeceu a trez sortes de medidas: preparatorias, de defesa propriamente ditas e complementares ou de liquidação.

Em 1901 já havia entrado em plena crise a lavoura de café em todo o Brasil, principalmente no Estado de São Paulo, onde o tratamento e a colheita se faziam por conta do fazendeiro proprietario, emquanto nos demais Estados produtores, a producção se fazia por meiação, isto é, o fazendeiro remunerava o seu pessoal de trabalho com metade de todo o café colhido, e só depois de colhido, sem obrigação de lhe pagar qualquer quantia em dinheiro.

Ahi, nesses Estados, com a grande baixa de preços, o trabalhador, meieiro, sofria tambem as maiores privações, mas nenhum direito tinha de reclamar qualquer paga antecipada; sendo comtudo, voluntariamente auxiliado pelo fazendeiro dentro dos parcos recursos por este conseguidos em momento em que quasi nada lhe promettia a venda da metade do café que lhe ia tocar na partilha final da colheita.

Já ahi havia um motivo para que em S. Paulo o problema cafeeiro se revestisse de um aspecto mais grave do que nos demais Estados produtores."

Outro motivo existia ainda para accentuar esta disparidade de situação accentuou Augusto Ramos: em São Paulo a população que nas fazendas trabalhava, era quasi toda extrangeira (em maioria italiana) e como tal desconfiada e exigente, até a ameaça, sempre disposta a abandonar a fazenda, pouco se incommodando com a perda das colheitas.

Em Minas Geraes, Rio de Janeiro, Espirito Santo e Bahia pelo contrario, todo o pessoal era nacional e embora passando privações, só pensava em permanecer onde se achava, a apurar as colheitas cuja metade, lhe pertencia.

Occorriam frequentemente em São Paulo, naquelle tempo, os desacatos soffridos pelos fazendeiros por parte dos seus trabalhadores — a quem se dava, então, como ainda hoje, a denominação de colonos, habitantes de grupos de casas localisadas em pontos diversos de fazenda, na vizinhança do cafezal, grupos a que se chamava Colonias.

Reclamando a paga do que lhes devia o fazendeiro, os colonos não permittiam, ás vezes, que da fazenda retirassse elle a propria familia, retida como refem para lhe garantir o que exigiam.

Diante de tão negro scenario agravado pelo augmento incessante das colheitas que, no Brasil, subiam a 9 milhões em 1901, e dos stocks que no mundo ascendiam de 6 a 11 milhões no mesmo periodo com tendencias ainda a augmentar; perante tão desanimador scenario e por solicitação da lavoura, desesperada, fora o problema cafeeiro, em São Paulo, directamente entregue ás mãos do Governo que aliás vinha acompanhando com anciosa solicitude, o desdobramento dos acontecimentos.

Plantara S. Paulo, em 5 annos, muito maior numero de cafeeiros do que comportava o mundo consumidor e não era possivel nem conveniente destruir o que em excesso se plantara.

Cuidou-se então, de impedir que continuasse a crescer o numero de cafeeiros, dando-se assim decisivo golpe na superprodução, afinal de contas, causa mater da queda dos preços e de todos os males dahi decorrentes.

Era, evidentemente, golpe de effeitos remotos, mas justificado porque, sem prejudicar o presente, vinha garantir, para o futuro, o equilibrio entre a producção e o consumo, visto como este crescia sempre e necessariamente se haveria de equilibrar um dia, com aquella temporariamente estancada.

Só uma lei poderia conseguir a limitação das plantações cafeeiras, porque para alcançar tal objectivo nada podia fazer a vontade dos fazendeiros. Tal não lhes permittiam os colonos,

a quem viviam virtualmente escravisados como devedores impontuaes. Porque se opporiam os colonos á limitação cultural do café? era pergunta que a todos se impunha naturalmente.

Porque era somente emquanto novos, que os cafeeiros, permittiam entre suas carreiras o cultivo lucrativo de cereaes de cuja venda tiravam os colonos avultada remuneração accessoria. Depois de adultos os cafeeiros, volumosos, e quasi a roçarem uns nos outros, abafavam os cereaes plantados, impedindo-os de produzir.

Era por isto que os mesmos colonos exerciam grande pressão sobre os fazendeiros para que alargassem as plantações de café, ameaçando abandonar-lhe as fazendas.

A esta situação veio pôr cobro a lei chamada *de limitação cultural* verdadeira ducha sobre a agitação dos colonos, desanimados, desde então, de obterem cafezaes novos. Foi a ordem e a esperança que voltavam ás fazendas.

Quatro annos decorreram no regime dessa lei, que fora prorrogada impedindo sempre qualquer augmento, dos cafezaes paulistas, aliás, os unicos possuidores de elementos de expansão apreciavel.

Passados quatro annos de vigencia da lei limitadora e sentindo-se em virtude della garantido o governo contra futuros e imprevistos reforços na producção, tratara de estudar um meio que de prompto provocasse o alteamento dos preços. Persistiam as difficuldades dos fazendeiros, os quaes de anno para anno mais se individavam e mais afflictivamente se mantinham nas fazendas.

Estudou-se então um plano de se retirar do mercado, temporariamente o que nelle se continha em demasia para que, em obediencia a lei economica da offerta e da procura, subissem as cotações e em sua vigencia se vendessem integralmente as colheitas dahi em diante remettidas ao mercado.

A execução do plano ficara dependendo somente da obtenção no extrangeiro, por meio de emprestimo, dos recursos em dinheiro, necessarios á compra, de todo o café existente nos mercados em excesso provocando os baixos preços.

Deliberada a execução deste plano, entendera o governo de S. Paulo enviar o proprio narrador como emissario especial em visita aos paizes cafeeiros da America espanhola, unica região onde poderia talvez haver elementos para alargamento da produção do café sob o influxo do levantamento das cotações planejadas por S. Paulo.



Nesta visita ficara patente a fraqueza dos produtores daquelles paizes, dahi resultando, para o Brasil, o firme proposito de realizar o projecto de defesa.

Afastado, porém, tal perigo, outro surgira de grande relevancia.

Verificara-se então, em relação ao consumo, o receio de que, sob a influencia do emprestimo externo em perspectiva, e tambem do producto do café vendido a melhores preços, o cambio se elevasse e viesse anullar em moeda nacional, portanto, a melhoria do levantamento das cotações em ouro que se ia promover. Agravar-se-iam em vez de se suavizar as agruras da situação.

O remedio contra o novo perigo só podia ser um: a estabelisação previa do cambio.

Fora com o intuito de resolver estes dois problemas accessorios mas de suma importancia, que se celebrara o Convenio de Taubaté.

Mezes depois, levantava-se um emprestimo de 15 milhões esterlinos, garantido por uma sobretaxa de exportação de 3 e, mais tarde, de cinco francos. Ao mesmo tempo criava-se uma Caixa de Conversão, estabilizando-se o cambio na taxa de 15 *pence* por mil réis.

Com a quantia levantada no extrangeiro e com as que se obtivera com a *warrantagem* do mesmo café comprado, conseguira-se retirar do mercado mais de 8 milhões de saccas de café, aliviando-se desta vez a situação.

As cotações, embora lentamente, se foram alteando e assim garantiram ao café de todas as colheitas que se seguiram preços razoavelmente remuneradores com os quaes se conseguiu restabelecer a ordem e a prosperidade nas fazendas brasileiras e resgatou-se suavemente o emprestimo contrahido.

Calcula-se em mais de quatro milhões de contos de réis a quantia que se conseguiu economizar para o Brasil, com essa intervenção dos Estados cafeeiros na crise cafeeira, afirma cathegorico Augusto F. Ramos.

O café retirado do mercado, foi vendido paulatinamente, em um espaço de tempo de cerca de nove annos, sendo nesse periodo absorvido suavemente pelo consumo, até se estabelecer uma situação de plena normalidade nos dominios da produção e do commercio, retirando-se o governo definitivamente do mercado.

Assim como o seu irmão Augusto, tomou o Dr. Francisco Ferreira Ramos, professor na Escola Polytechnica de S. Paulo, activa parte nas negociações de onde surgiu o Con-

venio de Taubaté. Explicou longa e claramente ás operações valorisadoras numa obra impressa em Antuerpia, e em 1907, *La valorisation du café au Brésil,* publicação official do Estado de S. Paulo.

Depois de relatar as diversas fases da alta e da baixa das cotações, referiu-se ao facto de que apezar do enorme accrescimo da producção a extra brasileira não crescera, o que só se dera com o Brasil. Fez notar tambem que na sua marcha em procura de terra virgem cada mais se afastavam os productores dos portos o que encarecia sobremaneira os fretes ferroviarios.

Expressivamente dissera Luiz Pereira Barreto que o café, planta selvatica, temia a vizinhança dos grandes centros civilisados procurando as vizinhanças das grandes florestas.

Emquanto os preços da arroba haviam compensado os da produção do genero ninguem no Brasil se lembrara de pensar em intervenção official para soccorrer os fazendeiros.

Mas estes não podiam continuar na afflictiva situação em que se viam ameaçados de terem as fazendas desertas de colonos.

Dahi a intervenção do governo paulista prohibindo novas lavouras pelo espaço de cinco annos. Esta lei trouxera a melhoria do beneficiamento do produto e o encaminhamento dos esforços agricolas para outras culturas.

Mas, em 1906, tornara-se a situação angustiosissima ante a cada vez mais copiosa torrente do café, sobretudo paulista.

Não se tratava de uma cultura anua como o trigo, o fumo ou o algodão e sim de uma fruticultura.

A seguir explicou em que consistiam os dispositivos do Convenio de Taubaté. A questão da valorisação do café não se resolvera levianamente. Não interessava apenas o lavrador brasileiro, e sim tambem aos consumidores.

Se a lavoura brasileira periclitasse, dentro em breve a procura se tornaria enormemente superior á offerta e o preço da arroba subiria immenso.

A enorme safra de 1906-1907 trouxera angustioso desequilibrio aos mercados mas talvez menos do que a de 1900 a 1901.

Acreditava o nosso auctor, firmemente, que tal desequilibrio passaria logo com as colheitas pequenas seguintes, provindas dos cafesaes esgotados.

E com effeito, fazendas houve que como as que vimos em Limeira, tiveram sua colheita reduzida de mais de oitenta por

cento, como por exemplo se deu com o Tabajara do Dr. Antonio de Souza Queiroz.

Foi colossal a *quebra* da colheita em todo o Estado de S. Paulo.

Em 1911 affirmava Ferreira Ramos, os stocks estariam reduzidos a ponto de permittirem notavel alta de preços.

Os depositos teriam baixado a 4 ou 5 milhões e o consumo universal subido a 17 milhões.

A valorisação não era de todo um *trust* como os seus inimigos afiançavam maldosamente, o que visava era o nivelamento dos preços.

Justificando a attitude do Brasil explicou F. Ramos que se impuzera ao Brasil a retirada dos mercados de uma parte do excedente da safra afim de o reportar, gradualmente, para os annos seguintes.

O cafesal brasileiro não crescera nos ultimos annos senão insignificantemente. E não cresceria de todo ante o perigo da applicação da lei que prohibia seu desenvolvimento. Os cafesaes existiam, envelhecidos alguns delles muito pois já eram idosos. Não havia perigo de nova safra como a de 1906-1907 pois o que a Valorisação fizera era imitar o exemplo biblico de José, ministro do Pharaó, armazenando o excesso de um anno *de vaccas gordas* para o distribuir por quatro outros de *vaccas magras*..

Se tudo corresse normalmente a alta do café em 1911 seria fatal. Occorresse porém um phenomeno meteorologico qualquer, uma geada grande, a occorrencia persistente de ventos frios, chuvaradas durante as floradas, decorreria dahi enorme redução da colheita soffreria ella quebra que se fosse muito consideravel poderia de repente trazer um desenvolvimento enorme de preços.

Os criticos da valorisação, quasi sempre apaixonados, não prestavam attenção a certas circumstancias das mais importantes.

O Brasil fornecendo trez quartas partes da produção cafeeira mundial era o grande regulador do mercado universal. Se seus competidores quizessem augmentar notavelmente os seus cafesaes teriam que gastar immenso, a principio, e depois esperar pelo menos seis annos para que as novas lavouras chegassem á plena producção.

Ora, nestas condições, era tudo quanto havia de mais rasoavel poder contar-se com assaz largo periodo em que o Brasil fosse o regulador absoluto da offerta mundial.

Infelizmente não melhorara a situação paulista, nem a financeira nem a economica, tornando-se tanto mais sensiveis os effeitos da crise, quanto mais prolongada ella vinha sendo, exprimia Jorge Tibiriçá ao Congresso de S. Paulo, em sua mensagem presidencial, de 15 de julho de 1906.

No Convenio de Taubaté, que já merecera a aprovação do Poder Legislativo paulista, pela lei n. 990, de 4 de junho ultimo, se consagravam as medidas julgadas urgentes e necessarias, não só para a solução da crise nos Estados interessados, como para assegurar a riqueza e o credito da Nação.

A execução do plano adoptado dependia ainda da deliberação dos poderes publicos federaes, e o seu funccionamento definitivo e normal prendia-se á solicitude e imprescindivel refórma do regimem monetario, nacional de que resultasse a estabilidade no valor da nossa moeda.

Collocada como estava a questão, era de esperar que tivesse solução completa e prompta, para o bem geral do Paiz.

Emquanto isto, deveria o Estado de S. Paulo, agir providenciando e acautelando, tanto quanto, pudessem permittir os proprios elementos e atribuições, de modo que pelo menos em grande parte se beneficiasse a grande colheita paulista em andamento, como tanto se impunha.



CAPITULO LXXV

As normas reguladoras do commercio do café em principios do século XX — O mechanismo commercial — Os processos obsoletos do commercio cafeeiro — O uso do furador e seus inconvenientes — O rateio — O centro de commercio do Rio de Janeiro — Os typos de café — Multiplicação de intermediarios — Dureza dos exportadores — Pittoresco depoimento

Sobre as normas reguladoras do Commercio do café, em principios do seculo XX, escreveu Sylvio Ferreira Rangel interessante e valioso commentario em sua monographia do café.

Desde que começara a avolumar-se a producção, no Brasil, o commercio de tão importante produto agricola fora objecto de criticas, por vezes bem acrimoniosas e diariamente crescentes.

Com effeito, nada se mostrava mais contrario aos interesses do produtor, do que a inflexivel engrenagem, organisada no commercio de café, em que grande serie de intermediarios, percebia lucros certos e garantidos, emquanto ao productor, cabia a parte precaria e aleatoria do negocio, sem que entretanto dos menores lucros ou até das perdas sofridas, por estes, nas oscillações dos preços, auferisse o consumidor proventos correspondentes.

Realmente singular a situação da lavoura no Brasil!

Emquanto as industrias manufactureiras, já pela natureza, já pelo credito podiam, por assim dizer, regular os preços de venda e armar-se da necessaria defesa para esperar a procura, emquanto por toda parte, na grande maioria dos povos civilisados, a instituição de mercados e feiras locaes, frequentemente auxiliados por bancos regionaes ou cooperativas de credito, permittia ao produtor agricola regular suas offertas, e fazer directamente a permuta de seus produtos, o agricultor brasileiro, salvo limitadas excepções, no norte do paiz, em algumas localidades, e no sul, nas colonias de origem extran-

geira, onde se realisavam pequenas feiras e existiam alguns mercados locaes, ao agricultor brasileiro, nenhuma intervenção cabia em via de regra, na venda dos productos de exportação feita á sua revelia, e sem a menor preoccupação do seu interesse.

Os grandes mercados de exportação e importação do Brasil, eram suas praças do littoral. Tudo quanto importava o agricultor, lhe era remettido por sua conta e risco, fossem quaes fossem os prejuizos que dahi adviessem. Faltavam-lhe os meios para tornar effectiva a responsabilidade das empresas de tranporte por taes prejuizos, quando porventura os tivessem por ellas causados.

O mecanismo do commercio de café, em principios do seculo XX, era precisamente o mesmo empregado no seu inicio, as velhas praticas herdadas dos tempos coloniaes. Nada se progredira neste particular, em relação ao que se fazia, um quarto de seculo atraz, em pleno regimem da escravidão, quando as difficuldades das communicações entre a região cafeeira e o littoral, pela escassez de vias regulares, de transportes, obstavam naturalmente o progresso. Se alguma differença era licito notar-se, entre a situação actual e a de 1880, estava em que muito mais fortemente do que naquella época, os agricultores, se viam jungidos e escravisados por infrene especulação dos intermediarios.

Era este o mecanismo commercial. O café sahia das fazendas para as estações ferroviarias ou fluviaes mais proximas, em saccas de 60 kilogrammas, excluido o peso do proprio sacco, variavel, conforme o seu tecido, grosso ou fino.

O transporte da fazenda, á estação, era feito, em geral, em carroças ou carros de boi. Em algumas localidades, á falta de caminhos de rodagem, operava-se em tropas de cargueiros, conduzindo cada animal, commumente muar, dois saccos. Fora este o systema de transporte primitivamente usado em todo o paiz. Fazendas havia, porém, desde muito servidas por pequenas vias-ferreas particulares, não só para as communicações com as estações ferroviarias proximas, como tambem para as de suas lavouras etc.

Chegado á estação de embarque, era o café pesado e dentro de um periodo muitas vezes excedentes de 8 dias, e embarcado para o Rio de Janeiro, ou Santos, mercados, da quasi totalidade das safras.

Se o transporte era fluvial, ou maritimo, o café depositado nos armazens das respectivas emprezas, no Rio ou na Companhia das Docas, em Santos, via-se sujeito a pesada ar-

mazenagem por dia de demora, quando não retirado dentro de curto praso, si transitasse por estradas de ferro, devia ser retirado, dentro de 48 horas, dos respectivos armazens, pagando a armazenagem de 200 réis por sacca, e por dia, que excedesse deste prazo.

Já então duas despesas oneravam o café, o transporte da fazenda á estação, cuja media, na melhor hypothese, não era inferior a 200 réis por sacca e da estação a Santos, ou Rio de Janeiro, calculado, tambem em media, em 5$000 para o primeiro de 4$000 para o segundo, calculo aliás modesto porque, comquanto em S. Paulo, o frete maximo fosse de 6$000, os municipios de maior producção, vinham a ser os mais afastados e, portanto, sujeitos a tal maximo. Na zona fluminense, comprehendendo Minas e Espiritos Santo, as pequenas estradas de ferro muito sobrecarregavam a totalidade dos mesmos fretes.

Para sahir dos armazens das emprezas de transporte, deviam ser previamente pagos os impostos estaduaes, calculados de accordo com as respectivas pautas officiaes, sobre as cotações dos mercados.

Eram taes impostos, de 9 % em São Paulo, onde tambem as municipalidades taxavam de 30 a 40 réis a arroba, de 8 ½ % no Rio de Janeiro, 8 ½ % em Minas e Espirito Santo. Cumpria notar que, sendo estes impostos calculados sobre as cotações dos mercados, e nestas já se achando incluido o valor do mesmos impostos, pagava o agricultor, realmente, taxa maior, imposto sobre o imposto, o frete e outras despezas e transito nellas computadas.

Dos armazens das emprezas de transporte, collocados, aliás nos pontos do littoral, por onde devia ser feito mais tarde o embarque, para a exportação, era o café transportado para os armazens dos commissarios, situados nas ruas interiores das respectivas cidades e distantes 3 a 4 kilometros daquelles pontos.

No Rio de Janeiro, feito antigamente em sua maioria, em vehiculos da Companhia de Carris Urbanos, passara a ser explorado por companhias especiaes de transporte, fazendo o serviço com caminhões, cobrando por sacca 200 réis em Santos e 300 réis no Rio de Janeiro.

Ao entrar na porta do armazem do commissario, transportado á cabeça, por trabalhadores especialmente contractados para este fim, era o café submettido ao *furador,* instrumento oblongo, oco, munido de ponta de aço, que penetrando

na sacca deixava sahir pelo vasado interior certa porção de grãos.

Um empregado, postado á porta e munido do referido furador, ia pungindo cada sacco que passava, e retirando as amostras respectivas, depositadas logo depois em pequenos monticulos em uma mesa a seu lado, de sorte que, ao terminar a operação, teria tantas amostras quantas os saccos entrados.

A quantidade de café, retirado de cada sacca, era o que podia o operador receber nas duas mãos, em uma das quaes conservava o furador.

Tal processo, em que os furadores timbravam em mostrar a sua pericia, exigia sobretudo a rapidez da execução, não fazendo o carregador, que mal se detivera á porta do armazem alli ter demora.

Tinha o grande inconveniente de deixar derramar pelo chão grande porção do precioso fruto, de modo que, terminada a operação, havia quasi tanto café, sobre a mesa de amostras, como espalhado á entrada do armazem.

Além disto, os saccos se inutilizavam rapidamente com os furos, feitos e a operação posterior de lhes cortarem a costura da bocca para a viragem, o que acarretava prejuizos ao agricultor seu proprietario.

Terminada a entrada da partida de cada fazendeiro, o empregado procedia immediatamente á formação das amostras em duas series, uma, a *original* e outra a *copia,* conservada no archivo da casa commissaria até a liquidação da venda.

Todos os pequenos montes sobre a mesa, de aspecto sensivelmente igual, eram reunidos em um só, de onde se tiravam as duas amostras iguaes, original e copia, inscrevendo-se nos respectivos envolucros um signal indicativo da procedencia e o numero de saccos da partida.

O café, recolhido ao armazem passava em seguida pela operação da *viragem.* Consistia ella em mudal-o dos saccos do fazendeiro para outros do commissario. Por tal trabalho, cobrava este, de 140 réis, a 200 réis, por sacca, incluindo alguns na respectiva verba, a *pesagem.*

Se os saccos não pertenciam ao fazendeiro, e sim ao commissario, em lugar da viragem, cobrava este o aluguel de 500 a 600 réis por unidade.

Preparadas as amostras, de cada partida, eram ellas reunidas ás de outras para formarem os lotes a serem vendidos, ou *enforcados,* na linguagem expressiva de alguns.

Pela manhã, os ensaccadores exportadores, percorriam as casas commissarias em busca de negocios; cada qual levado

por sua vez ao escriptorio das vendas, onde lhe apresentavam as amostras dos lotes, compostos, de diversas sortes de cafés, pertencentes a diversos comitentes.

O commissario abria o preço, sendo a unidade, para o caso, o tostão. O comprador naturalmente regateava, discutia, e, afinal, fazia a sua offerta, si não lhe convinha acceitar o preço.

Se este recusava a offerta, e o comprador, ao sahir a declarava firme, estava entendido que o commissario não venderia a outrem o lote, a menos de offerta maior. Se se resolvesse a vendel-o pelo preço offerecido, por aquelle, seria elle o preferido.

O Centro de Café, fora organisado por magnatas do commercio. Nelles se faziam as vendas, os commissarios, porém, não pareciam muito inclinados a acceitar a instituição, onde a inevitavel publicidade prejudicava alguns negocios.

Do mesmo modo, para grande numero de Commissarios, e ensaccadores, mostrava-se diminuida a rigidez de certos principios, antigamente observados, com o maximo escrupulo, pela classe. Assim commissarios e ensaccadores não tinham uns para com os outros, a confiança de outrora, allegando haver muita gente *roedora de corda* nos contractos. Não se podia considerar realizado um negocio, como antes, pela simples declaração de se tornar firme a offerta.

Vendida a partida, era conduzida para os armazens do ensaccador, que pagava, pelo transporte, em carroças, $200 por sacca.

A venda ao ensaccador, fazia-se á vista. Liquidada, tratava o commissario de realizar o *rateio,* isto é, calcular pelo preço global da venda do lote, o preço que devia dar cada amostra, de accordo com as respectivas qualidades, ou typos, e a importancia dos clientes a que pertencia. O *rateio,* era das operações que mais preoccupavam e atormentavam o fazendeiro.

Tarefa difficil, se não impossivel, demonstrar ao agricultor, naturalmente desconfiado, que um processo baseado em classificação inteiramente arbitraria e partindo á revelia de umas das partes, interessadas, por individuos que, como toda a gente, estavam sujeitos a influencias subjectivas, deviam merecer-lhe a confiança, quando factos, occorridos, todos os dias, estavam a lhe provar o contrario.

Verdade era que, as syndicancias de uns e as indiscreções de outros, tornavam conhecidos todos que um habil manipulador de *rateios* deixava para a casa, pelo menos 800 réis por

sacca, sendo que, "em regra confessava um ex-commissario, a operação dava até 5 a 6 % conforme a *consciencia* do commissario."

Nos armazens do ensaccador, soffria o café nova manipulação a chamada preparação das *ligas*. Consistia em misturar os diversos lotes, os typos e os inferiores e escolhas, de modo a formar as qualidades procuradas pelos exportadores, actualmente, as de typo 7, 8 etc. de Nova York.

Feitas as amostras respectivas dos novos lotes, eram ellas offerecidas aos compradores.

As compras eram feitas ao ensaccador, a prazo de 20 dias, e nellas intervinha o corretor, que percebia 100 réis de corretagem, 50 réis do comprador e 50 do vendedor.

Antigamente, havia duas series de typos, fundados ambos na maior ou menor quantidade de grãos pretos e impuresas contidas no café: os europeus e os de Nova York.

Os primeiros se denominavam *good average, first average, fair average,* compostos das qualidades, *fine superior, first good, ordinary, first regular, second ordinary, second good* etc. os de Nova York, eram organisados segundo a ordem natural dos numeros, a partir de 1 (correspondendo ao melhor typo) até 10 e 11 para as escolhas. Os typos europeus, desappareceram com a influencia exercida pelos americanos, vigorando victoriosamente os de Nova York.

Vendido o café ao exportador, este o retirava já prompto para o embarque, em saccos finos, que o ensaccador cobrava á razão de 1$500.

Na occasião da retirada da partida, fazia-se a verificação com as respectivas amostras sendo ella em seguida, transportada as Docas Nacionaes do Rio de Janeiro, pagando até alli o carreto, á razão de 100 réis por saccas e mais 100 de imposto pelo transito, dos armazens das mesmas Docas, ao embarque.

E assim, desembarcado do interior, em armazens situados no littoral, quer no Rio de Janeiro, quer em Santos, o café, depois de transitar, diversas vezes, pelas ruas do interior destas cidades, a pagar carretos e a soffrer manipulações, geralmente e só para lhe peorar a qualidade, voltava novamente aos mesmos pontos afim de ser exportado.

Esta observação, era, por certo, bem ponderosa para os que sabiam apreciar quanto valem para qualquer industria as despezas inuteis e a má selecção dos produtos.

Nos primeiros annos da producção de café no Brasil, as casas commissarias eram naturalmente em pequeno numero.

A carencia de faceis communicações, entre as praças do littoral e as regiões produtoras, creara-lhes uma situação especial, em virtude da qual, vieram ellas a exercer de facto a funcção de banqueiros da lavoura. Isto até 1864 aproximadamente.

A principio, o fornecimento de capitaes a fazendeiros, se ia fazendo sem difficuldades, mas as dividas foram crescendo, a impontualidade augmentando e os commissarios banqueiros tiveram de recorrer a meios garantidores de seus capitaes.

Começaram a exigir hypothecas das propriedades, a restringir o credito e em poucos annos, grande numero de propriedades, lhes estavam hypothecadas.

A situação se agravara, já pelas crises naturaes dos preços, já pela escassez de braços, e já, finalmente, pelo movimento terminado com o 13 de maio.

Aos reclamos da agricultura, os commissarios interessados, juntavam os proprios aos poderes publicos. Estes não viam outro meio para debellar as crises, senão os emprestimos á lavoura, por meio de favores especiaes e fornecimentos pelo Thesouro de grandes sommas e os dos bancos encarregados das respectivas operações.

De taes processos, sempre illusorios, e por vezes repetidos, resultara, apenas, o facto dos commissarios passarem aos bancos as hypothecas, sem melhorar a situação do agricultor, que continuava a dever, sempre sob a ameaça da execução.

Como era facil comprehender-se, exercia a politica grande influencia em taes emprestimos, muitas vezes feitos a individuos que delles se utilisavam para negocios completamente extranhos ás lavouras.

Demais, para que serviria o dinheiro, quando faltavam os trabalhadores e os agricultores, sem a necessaria instrucção agricola, affeitos ao trabalho do escravo, não poderiam tirar partido de suas terras, depauperadas, despovoadas em grande extensões das antigas florestas?

Em São Paulo, houvera, por certo, melhor orientação dos respectivos governos, que solicitamente haviam procurado sempre fomentar a manter a immigração. Dahi a posição vantajosa occupada na federação brasileira pelo Estado.

Emquanto as coisas assim se passavam, os commissarios, despreoccupados do reaes interesses da lavoura cafeeira, que eram os proprios, em lugar de promoverem, como fazia o commercio esclarecido e progressista, pela propaganda, nos centros consumidores, a dilatação do respectivo consumo, e procurarem dentro do paiz, supprimir as despezas e os onus inu-

teis, pesando sobre o produto e sacrificando os lucros possiveis ao produtor, os commissarios não cogitaram jamais daquella, deixando que estes se multiplicassem.

A importancia crescente da producção do café no Brasil, despertava a attenção dos especuladores, que, importadores do genero nos paizes extrangeiros, comprehenderam claramente as vantagens que lhes adviriam, estabelecendo-se nos mercados brasileiros para regularem como melhor lhes conviesse o curso das operações.

Os commissarios viriam nisto mais uma facilidade, o comprador, ficava-lhes á porta. Mas estes advenas, á medida que iam dominando o mercado, augmentavam as imposições, a pôr de parte os antigos typos de café, na preparação dos quaes os agricultores punham todo o carinho, exigindo os typos de Nova York, tendo por base o 7 com o qual mais avolumavam os lucros.

Tornava-se, pois, preciso misturar os bons cafés ás escolhas, para se formarem os mencionados typos. Para os commissarios, era isto tarefa enfadonha, assim acceitaram os ensaccadores, nova roda na engrenagem do commercio, cuja lubrificação não podia sahir senão da bolsa do produtor.

A lavoura cafeeira lutando, dia a dia, com maiores difficuldades, e os commissarios não podendo mais auxilial-a, buscara novos recursos.

O fornecedor de generos de primeira necessidade á falta do suppridor de dinheiro, tornava-se tambem o seu commissario.

Dahi a multiplicação de tal classe de agentes. O negociante de fazendas, molhados, ferragens, objectos de armarinho, etc. todos emfim que forneciam alguma coisa, à credito, aos agricultores, eram mais ou menos, tambem commissarios de café.

Desse facto, resultavam duas consequencias: a menor probabilidade de escrupulos e seriedade e a maior facilidade para o exportador em promover a baixa dos preços do genero, pelo grande numero de concorrentes a offerecel-o, muito dos quaes sem a idoneidade necessaria para defender interesses que não eram os seus.

Alimentados nesta atmosphera propicia, os exportadores, conseguiram accumular grandes fortunas, constituindo-se os arbitros supremos dos mercados. Insaciaveis de lucros, promoviam a baixa do genero, nos mercados do littoral, indo compral-o directamente ao produtor, quando lhes convinha. Os

typos americanos, impostos aos mercados nacionaes elles os modificavam a seu bel prazer.

Não havia muito, a differença entre cada um desses typos, era paga ao preço de 400 a 600 réis, sobre o valor do immediatamente inferior. Estas differenças se haviam reduzido a 100 e 200 réis para tirar ao produtor todo o estimulo da melhora de seus produtos, por isso que o typo 7, de mau aspecto, prestava-se melhor á especulação. No rebeneficiamento em machinas aperfeiçoadas, no Exterior, dava pequena quantidade de escoria e grande margem de lucros.

Os proprios ensaccadores, passavam muitas vezes a ser as victimas de taes manobras. Quando em consequencia de oscillações do mercado, não podiam ou não queriam ceder-lhes o produto pelos preços por elles offerecidos, iam compral-o directamente aos commissarios e, assim suppridos, reduziam os ensaccadores á submissão.

Comquanto onerado em quasi todos os paizes consumidores, excepção feita dos Estados Unidos, Belgica e Hollanda, por impostos de importação, mais ou menos pesados, como fossem 135 francos por 100 kilogrammas em França, 130 na Italia, 105 na Hespanha, 100 na Austria, e em Portugal 95 na Russia na Suecia e 3,50 na Suissa, podia o café brasileiro ser posto á disposição dos consumidores, nestes paizes, por preços muito inferiores aos que actualmente pagavam auferindo, entretanto, os produtores lucros bem superiores aos então percebidos.

Nenhuma propaganda havia mais efficaz para o desenvolvimento do consumo de um produto qualquer do que a decorrente da redução do respectivo preço.

Não era tanto a má educação de paladar ou o prazer de ingerir a infusão da chicoria e de outros productos similares que levava o consumidor a procurar taes produtos. A impossibilidade, pecuniaria de obter o bom café, por preços compativeis com a sua bolsa, é que o obrigava a procurar substancias mais baratas para, de mistura com aquelle, diminuir-lhe a respectiva despesa.

A propaganda do uso do café, precisava, pois, ser realizada de par com o barateamento do custo deste produto. E era a este util e indispensavel tentamen que se oppunham as difficuldades entre as quaes, em primeiro plano, as velhas praticas commerciaes, favorecendo ineptamente a especulação audaciosa.

Quando, porém, a lavoura cafeeira, estivesse por um lado, supprida convenientemente dos braços necessarios á sua

marcha regular, e aparelhada com institutos onde pudesse adquirir os ensinamentos technicos e praticos, indispensaveis á sua transformação economica, para libertar-se dos entraves que podiam perfeitamente ser reduzidos ou supprimidos, em favor do custo de producção do café, e, por outro lado, quando, congregada pelo sentimento de completa solidariedade de interesses, tão legitimos quanto respeitaveis, soubesse esta mesma lavoura conter á distancia, nos mercados nacionaes, esse implacavel inimigo, que a estava anniquilando, a especulação dos bolsistas do café, voltaria o Brasil a ter na producção um dos maiores e mais seguros elementos de sua grandeza e prosperidade economica.

Favorecido, excepcionalmente, por adequado clima, e dispondo de vastissimas zonas apropriadas ao cultivo da rubiacea, cujo fruto estava universalmente acceito como genero de primeira necessidade, para a economia, conquistaria o Brasil definitivamente, a supremacia deste grande commercio.

Escrevendo na edição d'*O Jornal*, commemorativa do segundo centenario do café dizia o Dr. Adhemar de Faria, que já em 1897 a rede da Leopoldina, construido o ramal de Porto das Caixas, descarregava o café mineiro e fluminense em Mauá e Nictheroy, de onde por mar, attingia o Trapiche do Vapor, na Saude, onde o armazenavam. O inicio da construcção do Caes do Porto obrigara a Companhia Ingleza a transferencia dos depositos para o *Trapiche Reis* na Prainha. Viera depois o prolongamento das linhas ás estações de cargas Maritima da Central, Alfredo Maia da antiga Melhoramentos e Praia Formosa da Leopoldina e a conclusão das obras do Porto do Rio de Janeiro por cujas linhas ferreas, grande parte dos cafés em vagons directos, attingiam os armazens de destino, dos commerciantes em maior escala.

O tropeiro e o vagon directo eram as extremidades na escala evolutiva do transporte nacional com dispensa da baldeação urbana. Isto porém, quando aos chamados cafés de estrada, porque os lotes, as passagens para a preparação os typos de exportação se transportavam em carroças. A carga de um caminhão de café pelos trabalhadores da tropa tinha o seu que de pittoresco, observa o nosso auctor a nos contar interessante pormenores. Punha-se de pé o cocheiro, no caixão do carro, para dirigir e corrigir a arrumação e ia indicando a cada trabalhador em voz alta, o lugar da queda do sacco: *Atraz, fora, Meio da roda, A seguir, á frente, fora, no buraco.* A' segunda fiada mandava *atraz do seu lado, meio da roda, frente do seu lado, tapa o buraco.*

E ia assim de fiada em fiada até completar a lotação da carga. As carroças carregadas partiam com talões numerados tendo de chegar ao armazem de descarga na ordem da partida. Era falta das mais graves no serviço chegar o cocheiro fora de sua vez. A experiencia demonstrava que o fundamento das suspeitas contra os que abandonavam a *linha* e enveredavam pelos beccos e vielas onde, em regra, a descarga do empilhamento do café era feito pelos trabalhadores em magotes, como os antigos escravos.

Já depois da abolição, talvez pelo habito, continuavam agrupados para o serviço e até hoje assim se mantem. As tropas eram grupos de individuos arregimentados e reunidos para o labor sob as ordens de um capitão que contractava em seu nome, recebia o salario, fazia os pagamentos e fiscalizava o serviço. Era notavel a solidariedade existente entre os componentes de uma *tropa* e das *tropas* entre si.

O commercio de café, no Rio, começou realmente, em 1835, escreveram em interessante artigo os Srs. Pereira e Neves no *O Café*. Foi o primeiro conde de Estrela (Joaquim Manoel Monteiro, grande commerciante portuguez) o fundador da primeira casa de café. Parece-nos que nesta afirmativa ha real exageração pois bem sabemos que o illustre Horacio Say, nos annos de D. Pedro I tinha grande casa commissaria no Rio.

"Era o genero em geral transportado ao passo tardo das juntas de bois em carroças de grandes distancias até as estações da Estrada de Ferro. Acondicionavam-no em armazens de construcção antiga, de muros reforçados, enormes, e barras e vigotas de madeira de lei, quasi indestructiveis. O commissario era o banqueiro do fazendeiro, emprestava dinheiro ao lavrador, a longo prazo e, tambem, tinha dinheiro de todos os bancos de modo que quando se vencia a letra de um sacava de outro e pagava aquelle, e assim successivamente.

Como ainda não houvesse telegrapho os exportadores só sabiam, mais ou menos, da alta ou da baixa do produto, á entrada e sahida dos vapores, assim como tomavam conhecimento das demais noticias dos mercados consumidores, de que guardavam zelosamente o segredo.

Dahi a facilidade com que, em breve prazo, realizavam consideraveis fortunas. Para o negociante nacional, inteiramente *a quo* do movimento dos mercados sobrava unicamente o recurso de ir pescar novidades no centro de reunião dos commerciantes do café, num predio baixo, terreo, especie de antigo armazem sito á rua Municipal, esquina da dos Benedi-

tinos. Era encarregado do tal armazem um Sr. Braga, que divulgava as informações e boatos correntes. Como depois no Centro do Commercio de Café o local era animado e emquanto não vinham as noticias commentavam-se os factos correntes e as probabilidades do mercado. Quando se annunciava alta todos corriam. Como porém só em maio começava o movimento das entradas, as altas, posto que pequenas eram mais duradouras.

Severissimo o regime das casas commerciaes. O empregado era trazido *de canto chorado,* o trabalho pesado e continuo.

Folgas, poucas, o espantalho, porém do empregado naquelles tempos era o plantão de ominosa memoria. Todos os caixeiros das casas de café viam-se obrigados a estacionar, por turmas, das sete horas ás 22 ou 22 ½ horas no armazem, sem arredar pé, a espera da freguezia para attendel-a no que fosse mister. Não podiam ler, nem sequer conversar — só se lhes permittia ficar sentado numa cadeira a esperar.

A esse tempo não passava o commercio da primitiva troca de mercadoria por outra ou de mercadoria por dinheiro.

Vigoravam methodos commerciaes extremamente simples, não se conhecendo siquer as operações da moderna escripturação commercial.

A funcção do caixeiro era muito mais complicada. Reunia em si as mirificas virtudes do guarda de armazem, guarda-livros, correspondente, etc. Para a escripturação commercial de uma casa de café: só existia um livro, aliás, feito pelo proprio empregado.

Consistia num pedaço de papel branco de amostra, cozido a barbante na lombada. Nelle a lapis se lançava a escripturação commercial.

Nesta só existia um titulo, *Levou e trousse* pronunciada esta ultima palavra *Trouche.*

Assim, quando se vendia uma partida de café a determinada pessoa o empregado, tomando o livro que sempre estava pendurado na balança, nelle escripturava, *fulano levou tantos saccos e trouche tanto em dinheiro.*

O café, por aquelles tempos, não era bem conhecido e nem classificado.

Apenas se differenciavam as qualidades e mais ou menos até 1885 eram assim denominadas: fino, superior, 1.ª bôa, 1.ª regular, 1.ª ordinaria, 2.ª regular, 2.ª ordinaria, e a escolha, qualidades que respectivamente passaram a corresponder

aos typos de 1 a 8, sendo que a escolha corresponderia aos typos 9 e 10.

Digna de nota a equidade do criterio e as qualidades do observador do negociante daquelles tempos. Separava as qualidades de café pelo numero de defeitos, descripção de côr, cheiro, torração etc. e estabeleceu typos correspondendo, perfeitamente, ás denominações antigas.

A particularidade maxima do antigo commercio de café no Brasil vinha a ser a auctoridade.

Tratando-se de commercio por assim dizer violento e o que mais se exercita a credito, vivia extreme de deshonestidade.

O intuito juridico das fallencias no tocante a elle, poderia desapparecer.

Os raros casos de fracasso occorridos constituiam excepção honrosissima, verdadeiros accidentes na vida do commerciante.

A casa do commissario era o hotel do fazendeiro, nas estadias na Corte, como se dizia então. Tambem, o commissario era quem velava pela educação do filho do lavrador a quem hospedava durante todo o periodo dos estudos, de seis annos. Dahi se formarem entre ambos amizades fortes que sobrepujavam os interesses. A simples cortezia das relações mercantis se transformava em solido laço de estima e consideração reciprocas.

Ia o caixeiro receber á estação os freguezes e leval-os á casa do patrão.

"Ainda me lembro como se hoje fosse" refere um dos articulistas o Sr. Neves, do tempo em que meu patrão me mandava esperar o visconde de Barra Mansa, João Gomes Leite de Carvalho, grande fazendeiro de café em Barra Mansa. Era um velho patriarcal, sempre com uma boina de seda á cabeça e cheio de prevenções exquisitas. Assim nunca tocava em dinheiro, pois tinha receio dos microbios. Chegava acompanhado de uma série enorme de agregados, mucamas e cargas, jacás de gallinhas, fardos e engradados de doces e queijos, encommendas, bichos de estimação, etc., e tudo ia para a casa do commissario, levado pelo caixeiro.

Se a severidade era implacavel e o serviço exigente e tedioso, havia entre empregadores e empregados um laço forte de mutua consideração e apreço derivado da convivencia constante e aproximação. Por isto o caixeiro de hoje, infallivelmente, passava a ser o commerciante de amanhã. Aquelle que se sujeitava, de boa mente, a passar por todas as privações do regimem chegava infallivelmente a socio da casa.

Em 1901 fundou-se o Centro de Café do Rio de Janeiro, constituido por iniciativa de grandes commissarios como o Conde de Avelar, Gustavo de Araujo Maia e Conselheiro Antonio da Silva Maia.

O fundo patrimonial formado pelas contribuições dos promeiros associados foi aplicado á construção da séde da nova agremiação.

Inspiradamente andou o Centro encetando, desde logo, trabalhos de estatistica sobre o café, gradativamente aperfeiçoados, desenvolvidos e cada vez mais prestigiados. Valiam como se fossem officiaes.

Com o tempo publicaria um *Boletim Diario* de divulgação sobre o mercado da vespera completo em seus informes e de feitura caprichosa e agradavel.

Assim tambem um *Boletim Mensal,* distribuido com regularidade, onde se compendiavam quadros estatisticos sobre: Entradas geraes no Rio e Santos. Embarques geraes no Rio e sahida em Santos, entregas reaes totaes do mundo, exportação do Rio por exportadores e destinos, stocks no Rio e em Santos, supprimento visivel no mundo, posição estatistica do café no mundo, cotação do disponivel a cambio no Rio, cotações do café a termo na Bolsa do Rio, cotações do café a termo na Bolsa de Santos, cotações do café a termo na Bolsa de Nova York.

Além desses quadros outro apparecia em cada numero do Boletim com as entradas e embarques de café no Rio de Janeiro, no ultimo periodo de seis annos, quadro de muita utilidade para a comparação do movimento do mercado no curso das safras.

Esses dados estatisticos seriam, sem duvida sufficientes para tornar o *Boletim* um orgão de muito interesse para todos quantos se occupavam de negocios de café.

Mais util ainda se tornava, no emtanto pela divulgação de leis decretos, noticias, artigos, informações diversas, etc.

Notou um articulista em 1927 que frequentemente a propaganda official do café do Brasil no extrangeiro menos concorreu para o augmento de seu consumo do que o esforço patriotico de alguns particulares. Mesmo estes, aliás, nem sempre viram as suas tentativas coroadas de exito desejavel. Assim occorreu o fracasso dos em seu tempo afamados *Cafés Carvalho* de Pariz. Installados com a maior pompa no centro da capital franceza não conseguiram resistir á luta intensa que lhes moveram os competidores.



O *Café Paulista* alli tambem installado pelo Conde Manoel Ernesto da Conceição tivera de sustentar terrivel luta com os concorrentes das grandes emprezas como Potain e Planteur de Caipha, Cohen e outros.

Na Hespanha, em Vigo, a firma Fernandez & Prado que com sua *Torrefacion Campinas — São Paulo* chegara por um momento a dominar todo o commercio do café no norte da peninsula iberica, graças a efficiente propaganda, acabara dando lugar a desagradavel incidente commercial entre a Hespanha e o Brasil, de que resultara ser lançado sobre o café brasileiro pesada taxa.

A Argentina era paiz de pequeno consumo cafeeiro. Em 1903 o Sr. Octaviano Alves Lima antigo fazendeiro paulista lançara em Buenos Aires, os Cafés Paulistas com exito.

Dotado de vontade superior e capacidade de trabalho invejavel, concorrera largamente para o augmento do consumo, educando ao mesmo tempo o paladar do consumidor ao uso do bom café, serviço da maior importancia para o exito da propaganda. Tivera o Sr. Alves Lima o mais dedicado apoio de sua esposa e filhos, sendo aliás bem amparado pelos ministros Assis Brasil e o consul P. Sodré.

O *Café Paulista* fundado como todas as emprezas de grande vulto, *on business principles* iniciara-se do modo mais modesto possivel e desenvolvera-se larga e rapidamente constituindo mais tarde a *Sociedade Anonima Café Paulista.*



CAPITULO LXXVI

A situação cafeeira em Minas Geraes nos primeiros annos da Republica — Grande surto cafeeiro — Escassez de braços — Os prodromos e desenvolvimento da grande crise cafeeira — As difficuldades financeiras do Estado — Dados das mensagens presidenciaes — Minas e o Convenio de Taubaté — A questão dos impostos interestadoaes

No relatorio que ao Dr. José Cesario de Faria Alvim, primeiro presidente constitucional de Minas Geraes, apresentou o Dr. Augusto de Lima, ex-governador, a 18 de junho de 1891 se consigna que nos dois ultimos exercicios imperiaes e no primeiro republicano haviam sido estas as cifras orçamentarias:

	1888	1889	1890
Receita arrec.	4.079:378$	3.736:655$	5.222:973$
Despeza ordinaria . .	3.736:655$	4.316:474$	4.714:399$

Assim era sumamente folgada a situação do Thesouro mineiro, com perto de 3.700 contos de réis em caixa.

Louvara o Dr. Augusto de Lima os esforços das passadas legislaturas em procurar implantar *no solo mineiro o ensino racional da agricultura.* E exaltava os ingentes esforços do Dr. Domingos Martins Guerra, muito baldo de recursos aliás, a testa da escola agricola fundada no municipio de Itabira na fazenda Palestina.

Tratava o governo de fundar um instituto de apparelhamento scientifico moderno em Juiz de Fóra.

A proposito do café só refere a mensagem que o Estado concedera favores a trez emprezas que se propunha a crear engenhos centraes em Mar de Hespanha, Rio Prêto e Rio Novo.

A producção cafeeira no triennio apresentara sensivel augmento segundo os dados dos annexos da mensagem.

Após a abortiva safra de 1888 (5.047.671 arrobas) viera a natural depressão registrada em 1889 um pouco menos (4.629.699 arrobas). A carga de 1890 com os cafesaes ainda sentidos baixara a 3.883.545 arrobas.

Mas com a chegada das novas lavouras esta producção subira notavelmente em 1891 (6.329.066). E' que se estava na maior enchente dos preços altos que determinava o progresso das plantações novas em larga escala.

Dirigindo-se ao Congresso Mineiro em 1892 apontava o vice-presidente, em exercicio da Presidencia, Dr. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira as difficuldades que assoberbavam a agricultura do Estado.

As condições precarias da existencia economica mineira compromettida pela desorganisação do trabalho, consequencia necessaria da lei humanitaria de 13 de maio e o despovoamento do vasto territorio do Estado não era bastante conhecel-as, tornava-se essencial remedial-as. E tanto mais quanto desapparecidos elementos antigos e certos, que a mantinham e avigoravam, só a decadencia viria a substituir a prosperidade de outrora, se perdurasse a falta verificada do succedaneo com que se mantinha ainda recentemente o esforço dos mais ousados ou se tentava o desanimo dos mais timidos.

Só havia um remedio: appellar para a immigração de europeus, como fizera e fazia S. Paulo. A attracção desenvolvida pelas lavouras do café perturbava extraordinaraimente a producção cerealifera, lembrava com verdadeiro senso da realidade, o Dr. Gama Cerqueira.

Era evidente a desproporção entre o salario e a producção das culturas, mesmo das mais prosperas e remuneradoras. De muito estariam as zonas cafeeiras abandonadas do braço que ainda as cultivava pela redução forçada do salario, se a baixa extraordinaria do cambio não mantivesse esta situação anormal, que nos mercados do café conservava os preços em alta excessiva e insustentavel.

Ainda assim os trabalhos realisados ao abrigo desta apparente prosperidade agricola limitavam-se ao aproveitamento das colheitas, sem impedir o abandono das culturas mais antigas pelas de data recente, cuja producção era mais constante e vigorosa.

Assim, juntando-se ao abandono alludido a cessação dos trabalhos ordinarios com que de costume o lavrador garantia a constancia de sua producção, effectuando annual ou biennalmente novas plantações, era evidente o decrescimento da ri-

queza agricola, base incontestada de toda a prosperidade do Estado.

Chegara-se em Minas ao facto virgem de se importar arroz do Extremo Oriente! As finanças estaduaes estavam prosperas porém havendo-se em 1891 arrecadado 6.524:739$ quando fora orçada a receita em 4.527:160$000. Neste computo entrava o café com 1.721:288$000 dizia o relatorio do secretario das finanças, Dr. Justino Ferreira Carneiro, cifra em grande desaccordo com os dados do quadro do Dr. Aristoteles Alvim 3.482:252$000.

Em 1890 a receita arrecadada fôra de 5.451:086$000 dos quaes 1.691:442$ correspondentes ao imposto sobre o café cifra um pouco superior á do Dr. Alvim (1.635:749$000).

No anno de 1893, a 21 de abril, era Affonso Penna quem se dirigia ao Congresso Mineiro. Ao seu ver a situação financeira do Estado mostrava-se animadora, devido sobretudo á expansão das lavouras cafeeiras.

Era bastante auspicioso e lisongeiro este resultado; pois ao dizer dos economistas o maior rendimento em impostos dos que se comprehendiam nas rubricas do orçamento, significava expansão da riqueza publica, representada pela producção e circulação dos produtos.

Não se devia entretanto, perder de vista que a principal fonte de renda do Estado provinha do imposto de exportação, em sua maxima porcentagem representado pelo café.

Qualquer perturbação no desenvolvimento dessa importante fonte de renda, quer pela diminuição da producção, quer pelas cotações dos mercados consumidores, podia gerar decepções nos calculos orçamentarios.

Era certo que o plano do café estendia-se a zonas mineiras onde antes não se cultivava a rubiacea do que era testimunho vivo a estatistica das estradas de ferro.

Graças aos preços elevados dos ultimos annos o cultivo do café tivera notavel desenvolvimento, e dentro de poucos annos as novas lavouras compensariam, amplamente, aquellas que haviam declinado pela acção do tempo.

Tratava o presidente da eterna e irritante questão das guias expondo as providencias tomadas em defesa dos direitos de Minas.

As guias de café, passadas pelas repartições mineiras eram muitas vezes recusadas pela mesa de renda fluminense, obrigando os produtores a pagar, de novo, o imposto de 4 %, ou a gastar tempo e trabalho para justificar que o produto provinha realmente de Minas.

Por esta forma exercia o Estado do Rio de Janeiro supremacia indebita sobre serviços de outro Estado, recusando fé a seus documentos, com flagrante violação do artigo 66 da Constituição Federal e, o que é mais dentro do Districto Federal!

Era antiga como todos sabiam a questão entre as provincias de Minas e do Rio de Janeiro, sobre a cobrança do imposto de café.

Apezar das reclamações constantes dos presidentes de Minas, perdurava havia mais de 30 annos o vexame aos produtos mineiros.

Encarregada a alfandega federal de arrecadar os impostos da exportação mineira ficara o seu pessoal incumbido de fiscalizar a entrada no café de Minas na praça do Rio de Janeiro e seu despacho para o extrangeiro, conferindo as guias que o acompanhavam e verificando-lhe a procedencia, conforme se estipulara em convenio recentemente celebrado.

Por esta forma cessaria a ingerencia da mesa de rendas do Estado do Rio de Janeiro, que nenhuma razão de suspeita poderia ter contra a imparcialidade dos empregados federaes encarregados do serviço.

Não os poderia acoimar de parciaes a favor dos interesses mineiros.

Em virtude do convenio as rendas mineiras de 7 % de exportação tambem seriam arrecadadas pelas alfandegas de Santos, Bahia e Espirito Santo.

Segundo communicação do inspector da alfandega da Victoria, fora despachada não pequena quantidade de café mineiro, em 1892 sem pagamento dos 7 % de exportação.

Pelas ordens, já expedidas, pelo Ministerio da Fazenda este desvio de rendas mineiras cessaria completamente.

O Thesouro do Estado via-se tambem prejudicado pela exportação de café, por cabotagem, da Capital Federal para diversas partes da Republica, pois, sobre as guias mineiras não se cobrava a taxa de 7 %, quando por outra fórma procedia o Estado do Rio de Janeiro.

Por este motivo a quasi totalidade do café exportado por cabotagem era coberta por guias mineiras.

Dirigindo-se a Presidencia ao ministro da Fazenda deste obtivera que expedisse ordens á alfandega para cobrar os 7 %, a favor do erario mineiro, quando o café fosse acompanhado de guias mineiras.

Exactamente um anno mais tarde, a 21 de abril de 1894, portanto, voltava o Presidente Penna á presença do Congresso

Estadual assignalando o desenvolvimento da lavoura cafeeira e o progresso geral do Estado cujas condições economicas se manifestavam muito prosperas.

A arrecadação de 1893 subira a 13.678:132$000.

Na mesma data de abril de 1895 o novo presidente Chrispim Jacques Bias Fortes expunha ao Congresso que o alto preço do café como que fizera desapparecer a producção cerealifera.

A lavoura, como que vendo no alto preço do café a realização de seus desejos e esperanças, dedicava-se quasi exclusivamente a este genero de cultura, sem se occupar da de mantimentos, nem mesmo como accessorio. Dahi resultava, em parte, o exagerado preço dos generos alimenticios em quasi todos os municipios, porque, se era certo que nem todos se entregavam ao plantio do café, dedicando-se á cultura de cereaes, não era menos certo que havia todos os annos verdadeiro exodo de trabalhadores, em busca de salarios mais remuneradores, na zona cafeeira, abandonando aquellas onde se cultivavam de preferencia os cereaes, e onde agora se verificava consideravel carencia de braços.

O remedio que parecia mais prompto e efficaz a este mal era a introdução dos systemas de cultura intensiva por parte dos agricultores. Só esta, e não a extensiva, que, em regra geral, exigia grande numero de braços, poderia ir determinando o augmento de produção de generos alimenticios, até que a introdução de immigrantes, em numero sufficiente, tornasse a cultura extensiva, sem o desequilibrio que se ia dando na produção.

Em Minas só havia grande e pequena lavoura, limitando-se aquella ao plantio do café e da canna de assucar, e esta ao de cereaes.

A esta cultura dedicavam-se em geral os lavradores de menores recursos de modo que a produção era muito pequena, e mais que insufficiente para as necessidades da população, que se via obrigada a recorrer aos mercados extrangeiros para obter os principaes generos de consumo.

A importação destes generos, attenta a uberdade do solo mineiro, só se explicava pelo abandono por parte dos lavradores da cultura dos cereaes, fascinados como se achavam pela alta a que attingira o preço do café.

A arrecadação de 1893 atingira 14.874:379$000 havendo um superavit de 5.239:219$000. A proposito das rendas estaduaes dizia o presidente que os *superavit* orçamentarios provinham quasi todos da majoração do imposto de exportação do café *ad valorem*.

Eram muito limitadas as fontes de receita do Estado havendo serias difficuldades para a creação de novas. Assim a prosperidade financeira de Minas repousava sobre uma unica base sujeita a oscillações subordinadas a causas varias e complexas. Poderia falhar esta contribuição e trazer isto a maior perturbação ás finanças estaduaes.

Resolvera o governo Mineiro arrecadar, de uma vez só, no Rio de Janeiro 11 por cento da taxa de exportação em vez de o fazer em duas prestações, á fronteira de Minas (4 por cento) e o resto no porto de embarque.

Para a solução do importante assumpto da cobrança das taxas de exportação ia o Governo de Minas dirigir-se aos de S. Paulo, Rio de Janeiro e Espirito Santo.

A 15 de junho de 1896 assignalava o presidente Bias Fortes ao Congresso Estadual, quanto era seria a crise do braço em Minas.

Incrementava-se, porém, o serviço immigratorio.

Superadas as difficuldades proprias da iniciação de um serviço que podia dizer-se novo no Estado, estava-se fazendo a introducção de immigrantes com muita regularidade, e em condições que asseguravam a boa escolha do immigrante e sua fixação em territorio mineiro.

Felizmente a experiencia ia demonstrando que eram vãos os receios dos que acreditavam na impossibilidade de se conservarem em Minas Geraes os trabalhadores extrangeiros ahi introduzidos.

As condições de bem estar offerecidas aos immigrantes recem-chegados, a salubridade do clima, as vantagens que remuneravam o trabalho agricola, a presteza com que eram attendidas as queixas dos colonos, muito contribuiam para assegurar a permanencia destes e a attracção de maior numero de trabalhadores extrangeiros.

O numero dos immigrantes introduzidos no Estado durante o anno de 1895 elevara-se a 6.631.

Destes, 6.373 por conta do Estado. Formavam os italianos a grande maioria deste total.

A receita arrecadada em 1894, cujo balanço se encerrara acusava um total de 10.109:460$000.

Positiva a prosperidade do Estado e esta se devia ao café. Ninguem contestava que a principal fonte de renda publica e mesmo da riqueza particular continuava a ser a exportação dos generos de produção do Estado, representada na sua maxima parte pelo café.

Não obstante o notavel desenvolvimento desta cultura, o

que se revelava no augmento da producção desse genero, era esta fonte de renda sujeita a tantas causas que podiam influir em seu resultado economico, que o maior comedimento deveria presidir os calculos orçamentarios, a mais rigorosa economia ser empregada na execução dos serviços publicos, para que não viessem a se tornar insufficientes os recursos proprios com os quaes pudesse o governo completar os grandes cometti-mentos encetados, poderosos factores da prosperidade e grandeza do Estado.

Attendendo ao convite dos Presidentes sobre os meios a empregar para o alargamento das zonas consumidoras do café, cuja produção tendia a augmentar em proporção superior ao consumo, fizera-se o governo mineiro representar pelo Conselheiro Affonso Penna na reunião realizada em Petrópolis, em que haviam ficado assentadas as bases do convenio, a serem apresentadas opportunamente á apreqiação do Legislativo.

Outro porém era o tom do presidente mineiro em sua mensagem de 15 de junho de 1897.

Não podia e nem devia deixar de chamar a attenção do Congresso para a tormentosa crise que de presente apavorava a lavoura mineira, incutindo-lhe aprehensões as mais graves e receios tanto mais justificados quanto, com natural espanto, eram todos testemunhas do anomalo phenomeno economico da baixa do cambio parallelamente com a desvalorisação do preço do café, o genero que contribuia com trez quintas partes das rendas do Estado!

Na sessão legislativa de 1896, transitara no Senado, um projecto de lei garantindo juros ás letras hypothecarias que, de conformidade com a legislação vigente, fossem emittidas por algum banco no Estado, ou que nelle se estabelecesse, para auxiliar a lavoura e demais industrias, projecto que não pudera chegar a termo, devido á escassez do tempo da sessão legislativa ordinaria.

Este projecto resguardava todos os interesses do Estado, dizia o Presidente, parecia-lhe porém que uma vez convertido em lei, não dispensaria outro que tivesse por fim, especialmente, proteger do mesmo modo os direitos do estabelecimento já criado ou que tivesse de o ser, para o effeito das respectivas operações, facilitando-lhe as convenientes garantias quando por parte do devedor hypothecario acontecesse não serem fielmente cumpridas as estipulações do contracto.

A propriedade territorial em Estado como o de Minas, vasta como era talvez super-abundante mesmo em evidente desproporção com o capital, difficil e insufficiente, justificava

a decretação de semelhante medida de proteção dos direitos do estabelecimento bancario, que tivesse de executar o pensamento da lei em discussão.

Queria o Governo incentivar e muito a corrente immigratoria. Haviam, em 1896, entrado em Minas 22.496 europeus, dos quaes 18.000 italianos, quasi 85 por cento, 3.002 hespanhoes e apenas 448 portuguezes.

Em 1895 e 1896 o total de immigrantes fôra de 34.816.

A renda arrecadada em 1895, exercicio definitivamente liquidado, chegara a 20.456 contos de réis apresentando um superavit de 6.688 contos.

A ultima mensagem do quatriennio de Bias Fortes, a de 15 de junho de 1898 conta que em 1897 haviam entrado em Minas 17.558 immigrantes destinados á lavoura attingindo a 61.259 o total dos introduzidos pelo governo cujo prazo se ia findar. A liquidação do exercicio de 1896 demonstrara que a arrecadação attingira 19.505:379$000 quando fôra orçada em 16.058:760$000.

Não se dirimira favoravelmente a irritante questão das guias. Novo accordo provisorio se assignara entre os governo fluminense e mineiro.

A tal proposito dizia Bias Fortes que o commercio de guias, fôra por todos condemnado, por se ter tornado gravame de mais para toda a lavoura, pela inevitavel especulação a que se prestava diminuição de despesas com escusados transportes do café no mercado do Rio, dos pontos de desembarque para os armazens dos commissarios, despesas accumuladas aos gastos já excessivos que tanto pesavam sobre o agricultor Além disto o pagamento do imposto pelo exportador alliviando o produto de semelhante onus a que o submettiam as condições especiaes do commercio de café, em que o primeiro impunha a lei ao segundo, taxando-lhe para o produto preços que nem sempre cobriam os gastos de producção, e assim libertando-se de onus, que em todos os mercados do mundo a outro não competia, haviam sido as principaes vantagens que tinham guiado o Governo á celebração do accordo em questão e do qual confiava que os melhores resultados adviriam.

E' extranho que Bias Fortes não haja feito especial menção da crise do café que no emtanto attingira uma fase das mais angustiosas.

A Bias Fortes succedeu o Dr. Francisco Silviano da Almeida Brandão, eleito para o periodo de 1898-1902.

A 15 de junho de 1899 exprimia ao Congresso que continuavam as difficuldades com o Governo fluminense a pro-

posito da cobrança dos impostos do café apezar do convenio de 4 de setembro de 1897.

Propuzera Minas novo *modus vivendi* cujos termos estavam sendo estudados.

Referindo-se ás aperturas dos cafeicultores dizia o Presidente que a lavoura do Estado, cujas angustiosas condições eram bem conhecidas, não podia deixar de despertar o mais vivo interesse por parte dos poderes publicos como principal fonte de riqueza publica nacional e particular. O governo, no grande empenho em que se achava de a favorecer e de remover, tanto quanto possivel, as causas dos males que a afligiam tomara algumas providencias e lançara mão de algumas medidas de incontestavel alcance, as quaes, seguidas de outras, como deviam sel-o, acarretariam grandes beneficios á industria fundamental do Estado.

Considerando que as tarifas elevadas, quasi prohibitivas, em vigor na Estrada de Ferro Central do Brasil e nas que gosavam de favores do Estado, constituiam grande mal, tornando impossivel a exportação de certos produtos da lavoura e de outras industrias, impedindo assim o desenvolvimento da producção, dirigira-se o governo do Estado ao Federal fazendo-lhe sentir a conveniencia, sinão a necessidade, da redução das tarifas da Estrada de Ferro Central, medida que, longe de diminuir, veria trazer augmento ao trafego da Estrada.

O Governo Federal promptamente attendera á reclamação do governo mineiro, reduzindo consideravelmente a importancia dos fretes de cereaes na Central, com o que prestara grande serviço ao Estado especialmente á classe dos agricultores.

Por seu lado o governo mineiro reduzira as tarifas da E. de Ferro Sapucahy e revogara as tarifas moveis da Leopoldina Railway.

O desenvolvimento das lavouras cafeeiras, sobretudo no Sul de Minas, era enorme. Bastava lembrar que os cafés mineiros exportados por Santos haviam sido, em 1894, 7.531.904 kilogr. para passarem em 1898 a 19.214.918 kg.

Para aquella zona affluia grande immigração européa.

Não era nem podia ser prospero o estado das finanças estaduaes. Pela primeira vez desde varios annos a receita arrecadada ficara aquem da orçada.

Em 1898 havia sido apurado um total de 18.274:820$000 quantia inferior á orçada em 1.305:513$000.

A' escassez nas remessas e á maior baixa no preço do café que desde o começo do anno, apresentava média inferior

á de 1897, devia ser atribuida a differença de mais de trez mil contos notada na receita do governo em 1893, comparada a do anno anterior.

Impunha-se a mais severa economia. Aventava a mensagem a criação do imposto territorial para se alliviar a lavoura sobretudo a cafeeira.

A tributação por superficie não deveria porém estender-se além de sessenta kilometros das estradas de ferro, distancia rasoavel, onde chegava a influencia directa da rapidez dos transportes. Até ahi, visto como seria preciso fixar um limite, o Estado fizera sacrificios para collocar o mercado ao alcance do produtor, valorizara-lhe a propriedade portanto, aproximara-o do progresso dera-lhe instrumentos de garantias para suas liberdades, facilitara-lhe o goso das communicações postaes e telegraphicas, tornara-lhe mais accessiveis a justiça, a policia, o ensino, concedendo-lhe em summa todas as vantagens das sociedades civilizadas.

Nada, pois, mais justo que o proprietario do solo remunerar estes serviços, e contribuir para os manter e aperfeiçoar cada vez mais.

De sessenta kilometros em diante, as propriedades, ordinariamente de grandeza excepcional, começavam a lutar improficuamente com todos os obstaculos inherentes ao isolamento, em que se achavam do mercado e da administração publica.

Nestas condições a taxação por superficie não lhes era aplicavel, mas, como em todo o caso aquelles proprietarios usufruiam, embora em menor escala, os beneficios do Estado, justo era pois, que auxiliassem tambem na medida do possivel, a acção protetora do Governo.

Quanto á redução do imposto de exportação, dependia elle do conhecimento da estatistica territorial e da renda provavel do imposto territorial, conforme o systema de taxação adoptado.

A receita de um determinaria a diminuição do outro, em quantidade equivalente.

A decretação do imposto territorial seria grande serviço prestado pelo Congresso ao Estado. Com a transformação do defeituosissimo regimem tributario contava o Governo, com elemento poderoso, para a reorganização financeira do Estado.

De accordo com a autorisação do Congresso, haviam sido, pelo governo expedidas providencias, afim de se proceder ao levantamento da estatistica territorial do Estado, serviço que vinha sendo executado com a possivel regularidade, e grande acceitação por parte da opinião esclarecida dos mineiros.

A 15 de junho de 1900 o presidente Brandão declarava ao Congresso que obtivera da Companhia Leopoldina grande redução de fretes.

Especialmente sobre a lavoura do café, cujo desfallecimento exigia a solicitude do governo, pesavam fretes elevadissimos, agravando a situação precaria dos produtores, ao passo que outras tarifas eram excessivamente baixas, comparando-se as bases vigentes ás das demais estradas de ferro do paiz.

Houvera a principio difficuldade na aplicação das novas tabellas mas rapidamente tudo se sanara com real vantagem para os produtores. E a redução tarifaria permittira a remessa ao mercado carioca da grande massa de produtos até então estacionados pela carestia dos fretes.

Apezar da diminuição do imposto de exportação de onze para nove por cento, *ad valorem,* a alta dos preços permittira que os cofres do Estado resarcissem a diminuição que tambem redundaria em beneficio do produtor.

Apezar disto a receita estadual orçada em 20.905 contos produzira 18.506 apenas.

Em 1901 encetava Silviano Brandão a sua mensagem frisando os progressos que em doze annos realisara Minas Geraes sob o regimen republicano. Assim quasi triplicara a extensão ferroviaria.

A Leopoldina que em 1889 transportara 42 milhões de kgs. de café em 1900 carregara 60 milhões. A Oeste de Minas esta mostrava em suas estatisticas o progresso enorme de sua zona cafeeira. De 142.433 kgs. em 1889 passara a 8.414.957 em 1900!

A lavoura, sobretudo a cafeeira continuava porém a debater-se em seria crise.

Estudara-se com todo o cuidado uma tarifa movel para o café calculada por tonelada.

Distancias Kms.	Antiga tarifa Por tonelada	Nova tarifa	Differença
20	12$000	9$000	25 %
50	30$000	22$000	25 %
100	56$000	45$000	19,6 %
200	82$000	75$000	8,5 %
300	102$000	100$000	1,6 %
400	122$000	120$000	1,6 %

As reducções variavam, pois, entre 2 a 25 %, conforme as distancias.

Tambem se haviam tomado providencias em relação ao frete maritimo que tão importante era para a zona da Bahia e Minas.

As finanças estaduaes é que continuavam em muito má situação.

Da receita orçada para 1900, 20.234 contos só haviam sido arrecadados 14.069.

Decrescera a exportação cafeeira despachada para o Rio de Janeiro, Santos, Victoria e Bahia tendo sido em:

	Kgm.
1896	104.611.547
1897	147.462.296
1898	127.578.272
1899	138.775.925
1900	99.525.353

Impunha-se aos governantes de Minas Geraes a mais severa economia sob pena do Estado vir a ficar na mais embaraçosa situação.

Em 1902 foi a mensagem presidencial apresentada ao Congresso Mineiro pelo vice-presidente em exercicio, o notavel mineralogista Dr. Joaquim Candido da Costa Sena.

Verberava o eminente professor da Escola de Minas de Ouro Preto o atrazo da agricultura mineira.

Até então bem pouco se fizera a favor desta industria. O instituto agricola, bem como os campos praticos, haviam sido supprimidos pela força das circumstancias, ficando apenas, embora tambem privado de qualquer subvenção, o de Cachoeira do Campo, aliás apontado como modelar pelos entendidos e competentes.

O uso de instrumentos aratorios ainda era infelizmente pouco conhecido continuando o barbaro systema de lançar-se fogo a preciosas mattas, para o plantio de cereaes. Urgia melhorar as condições da agricultura, não só por ella, como tambem por causa da industria metalurgica.

Se era certo que os minerios de ferro de qualidade excellente, formavam em Minas verdadeiras montanhas, já faltava, porém o combustivel redutor em muitos pontos, por terem sido destruidas as mattas vizinhas.

Em 1900 e 1901 fora insignificante o movimento immigratorio. No primeiro anno tinha entrado em Minas 136 advenas e 187 em 1901.

Havia grande escassez de braços.

A situação financeira, mau grado os grandes cortes na despeza, continuava má.

Em 1900 a receita, orçada em 19.834 contos, produzira apenas 14.324, em 1901 orçada em 20.481 contos produzira 16.174.

Todo este desequilibrio provinha da crise cafeeira, tanto mais quanto baixara a producção mineira.

Angustiosas as condições do Estado ao se iniciar o quatriennio Silviano Brandão.

Serviços organizados em dias de excepcional prosperidade, resultante do elevado preço do principal genero de exportação, o café, tinham-se tornado por seu despendioso custeio, embora importantes e uteis, incompativeis com o estado financeiro.

A lavoura do café, fonte principal da riqueza publica, passando por uma crise, que a todos ia inspirando serios e fundados receios, trazia, como consequencia natural, a desconfiança e o retrahimento dos capitaes.

Mais que nunca se sentia o inconveniente de um systema em que mais pagava quem justamente mais trabalhava e produzia.

A todos se impunha a necessidade da criação de um imposto mais equitativo, que melhor distribuisse a pressão tributaria pela vasta extensão do territorio do Estado.

Dahi o lançamento do imposto territorial e a necessidade de economias severissimas de onde resultaria a melhoria sensivel das condições do erario mineiro.

As dividas fluctuantes, interna e externa, haviam, por completo desapparecido.

O pagamento das despezas ordinarias achava-se em dia os juros da divida consolidada pontualmente pagos, o alteamento do credito do Estado se manifestava pela alta e procura de seus titulos.

O imposto territorial ia sendo regularmente percebido e, com as industrias que se desenvolviam criavam-se fontes de receitas, libertando o Estado do systema de surpresas e acasos.

Em 1903, o novo presidente Dr. Francisco Antonio de Salles, dirigindo-se, pela primeira vez, ao Congresso Mineiro elogiava sobremaneira os trabalhos e resultados do Congresso Agricola Estadual, reunido em Juiz de Fóra, a 13 de maio

desse anno. Os congressistas tão alto haviam collocado as discussões dos assumptos economicos, unicos a preoccupar sua attenção, tanta competencia tinham revelado suas commissões em luminosos pareceres, sobre as multiplas questões sujeitas ao seu exame, tanto criterio, bom senso, espirito pratico e utilitario tinham demonstrado nas deliberações tomadas, que as soluções adoptadas em 119 conclusões constituiam verdadeiro systema harmonioso de medidas tendentes a um remodelamento economico, attingido desde que fossem postas em pratica sem vacillações e intermittencias.

A corrente immigratoria é que se mostrava nulla por assim dizer.

Recebera o Estado em 1902 apenas 52 advenas!

A situação economica melhorava notavelmente pela exportação dos generos alimenticios, materias primas e objectos manufaturados.

Haviam sido estes os valores relativos ao café em:

	Kg.	Valendo
1890	58.263.168	40.900:757$000
1900	104.196.170	86.054:514$000
1901	188.698.465	98.542:531$000
1902	178.121.955	83.361:074$000

Continuava o café a ser portanto o grande produto mineiro como se via do quadro.

Em 1900 — café 86.054:514$00 para um total de Rs. 121.723:834$000 em 1901 — café 8.524:531$000 para o total de 134.609:835$000, em 1902 — café 83.361:074$000 para o total de 124.207:570$000, assim representara sempre mais de dois terços da exportação estadual.

Dizia o presidente Salles que entre os problemas da situação nenhum preoccupava mais instantemente o seu governo quanto o do café que representava, antes de tudo, enorme somma de capital immobilisado, além de constituir a cultura cafeeira a mais consideravel fonte de riqueza publica e particular e mais da metade dos recursos formadores da receita do Estado.

Merecia tal crise toda a attenção dos poderes publicos, reclamando a convergencia de todos os esforços no sentido de lhe attenuarem os effeitos, sinão dar-lhes solução definitiva, dependente de multiplicidade tão complexa de factores e circumstancias, que só o tempo poderia offerecel-a.

O Congresso Agricola, não obstante ter estudado, por intermedio de commissão competente este assumpto, que lhe merecera, como era natural, especial cuidado, não indicara providencia alguma que dependesse da acção dos poderes publicos com relação a tão delicada questão. Não obstante, pelo que o Governo pudera observar, quer das discussões quer das opiniões externadas pelos mais interessados em tão grave assumpto, existia uniformidade de vistas em relação a certas medidas, que segundo parecia, exerceriam benefico influxo no commercio cafeeiro.

A circumstancia de pretenderem uns ampliar esta medida e outros a restringir, tanto quanto possivel, determinara o desaccordo final, dando em resultado nada se aconselhar fóra da iniciativa individual...

Entretanto, ninguem poderia manter-se indifferente á sorte de interesses tão respeitaveis ligados á cultura e ao commercio de café. Convinha auxiliar a iniciativa individual com as providencias que os competentes e a propria opinião dos interessados reputavam proveitosas e efficazes afim de preparar, pelo menos, melhor posição para o produto nos mercados consumidores.

O Estado de S. Paulo, fornecedor de metade da producção mundial, já adoptara medidas reclamadas pelos proprios produtores, e cuja aplicação dependia, em grande parte, de sua acceitação pelos outros Estados, para que produzissem os resultados esperados.

As aconselhaveis no meio mineiro o presidente as submetteria á apreciação dos legisladores. Referiam-se á prohibição, por meio de taxação elevada, dos typos baixos, comprehendendo desde a escolha até o typo 9 do mercado do Rio de Janeiro.

Era intuitiva a influencia benefica exercida na valorisação de um producto pelo cuidado e aperfeiçoamento do preparo.

E não era outra coisa que se tinha em vista com esta providencia tão anteriormente aconselhada.

A limitação das lavouras ás existentes era medida que se resolveria pela propria crise, não dependendo de acto legislativo, aliás, improficuo, além de violento.

Outras medidas de proteção, como a redução de frétes ferroviarios, criação de bolsas para maior publicidade das transacções, estabelecimento de grandes armazens e depositos para evitar despezas inuteis de transporte, estavam sendo promovidas. Outras iam depender, especialmente, do emprehendimento fecundo iniciado pelo Governo Federal, dos melhora-

mentos do porto do Rio de Janeiro. Representava isto allivio de consideravel onus que pesava sobre todos os produtos de exportação.

Recommendava o Dr. Salles ao Congresso que attendesse aos conselhos do Congresso Agricola.

A situação financeira continuava má. A crise cafeeira fortissima fizera com que o imposto sobre o café orçado em 14.500 contos apenas rendesse 10.994. Da receita orçada em 20.611 contos apenas se haviam arrecadado 16.672:565$097.

E no emtanto a despeza orçada em 20.580 contos ascendera a 25.473!

Na mensagem de 1904 o presidente Salles expunha ao Congresso as impressões de sua viagem pela antiga Matta de Minas.

Esta região, que o trabalho perseverante dos mineiros, aproveitando a fertilidade do solo, transformara no mais consideravel centro de cultura do café, sentia o influxo da desvalorisação do produto, após grande expansão em todos os ramos da actividade social, alimentada, no periodo aureo da cultura, pelos preços remuneradores de outrora.

Neste momento, em que, por um lado o esgotamento do solo nas mais antigas lavouras determinava seu definhamento, e, por outro o preço pouco remunerador do café não fornecia ao lavrador recursos bastantes para manter as lavouras em condições favoraveis de boa frutificação, era natural o decrescimento da producção, e, portanto, certo desequilibrio na ordem economica da zona. Felizmente, observava-se a tendencia pronunciada da iniciativa particular dos agricultores para varios ramos da industria agricola além da cafeeira.

Mantidas as grandes culturas de café, em plena producção, e representando enorme capital immobilizado, fruto de trabalho e esforço anteriores, a reclamarem solicita attenção, quer dos particulares, quer dos poderes publicos, o problema do aproveitamento das terras, aparentemente exgotadas e situadas á margem das estradas de ferro, impunha, como necessidade de ordem geral, afim de fazel-as produzir um parcelamento por pequenos proprietarios que seriam seus proprios cultivadores.

Apreciando a situação economica, declarava o Dr. Salles que via confirmado o juizo, emittido em sua primeira mensagem, sobre o desequilibrio notado na ordem economica e cuja gravidade não se podia dissimular. Consistia no desenvolvimento da actividade produtora, quanto ao augmento da massa dos produtos da industria agricola, pastoral e manufatureira, sem correspondente proporcional ao valor da producção, sem

accrescimo correlativo da riqueza geral, no que dizia respeito á produção do café principalmente.

Esse phenomeno, que cada vez mais accentuado originava-se da baixa dos preços, em consequencia da grande e excessiva produção de café e em relação aos demais generos, devido á concorrencia, principalmente, dos productos extrangeiros, similares aos nacionaes encontrara o Brasil desprovido dos meios de defesa efficaz numa luta em que a capacidade produtora dos paizes exportadores tinham conseguido o maximo de intensidade e energia, em consequencia da organização do trabalho e facilidade do capital, a contrastar com as condições nacionaes inteiramente diversas — trabalho desorganizado, ausencia de capital e falta de credito.

A produção do café attingira, em 1903, ks. 187.278.404 no valor de 77.692:290$000.

A exportação total mineira fôra de 142.069:912$000. Já não representava mais o café os dois terços de outrora.

Era sugestiva a lição dos numeros mostrando a depressão cafeeira.

Em 1902, 178.121.055 kg. representavam 83.361 contos, em 1902 os 187.278.404 apenas 77.692:290$000!

Em setembro de 1904 chegara ao auge o desanimo da lavoura vendo a arroba do typo 7 a cinco mil réis. Felizmente reagia o mercado contra a baixa...

A tal proposito dizia o presidente mineiro que de quantas medidas se preconizavam então para a solução da crise cafeeira a que se lhe afigurava efficaz pelos effeitos immediatos que produziria era sem duvida, a eliminação do imposto de exportação que favorecia directamente o produtor.

Tudo mais dependia da iniciativa particular, auxiliada indirectamente pelos poderes publicos na esphera limitada de suas funcções constitucionaes.

A limitação de novas culturas por meio de taxas elevadas, recahindo nas plantações de café que se fizessem para o futuro, era alvitre aconselhado pela alta conveniencia de impedir a continuação da crise oriunda da super-produção.

Mas devia ella abranger sómente os factores directos do excesso da producção e não attingir áquelles que, para este resultado, não haviam concorrido immediatamente.

O Estado de Minas, que tinha esta cultura quasi estacionaria havia alguns annos, não contribuira para avolumar a produção, obstando que lhe attingissem os effeitos da baixa do produto, para que ninguem cogitasse de ampliar lavouras.

Aliás, era indispensavel que estas se refizessem das perdas occasionadas pela acção do tempo e deficiencia do trato que a crise provocara.

O preço do café já voltara a ser remunerador. Assim não deviam perder de vista os productores que nenhuma medida concorrera tanto para valorizar o producto como o cuidado e a perfeição do beneficiamento que só dependia da acção individual.

Da renda estadual orçada para 1903 em 17.286 contos apenas se haviam apurado 16.077.

Voltara o café á antiga posição de fornecedor de dois terços do total da receita. As duas safras de 1902 e 1903 haviam divergido de 150.000 kilos no seu total, e no emtanto a ultima valia menos 7.000 contos que a primeira.

Era o que levara o presidente, em sua mensagem de 4 de dezembro de 1904, a reclamar do Congresso avultados cortes orçamentarios.

Na mensagem de 15 de junho de 1905 frisava o Dr. Francisco A. de Salles que o serviço immigratorio devia, e quanto antes, ser reencetado, sahindo de sua já antiga paralisação.

Em 1904 apenas haviam entrado em Minas 46 immigrantes extrangeiros!

A produção mineira augmentara consideravelmente donde resultara notavel melhoria da ordem economica. A essa melhoria trouxera o avantajamento do numero das unidades dos generos exportados.

O café melhorara sensivelmente de preços de modo que apezar da safra pequena, o valor desta crescera. Attingira 187.278.404 kilos equivalentes a 77.692:290$000 no anno de 1903. Em 1904 reduzira-se a 129.594.890 kilos mas valendo mais (77.756:934$000).

Apezar do augmento da exportação mineira era o café o seu grande factor preponderante como se notava do confronto:

Annos	Exportação total	Café
1903 . .	142.048:000$000	77.692:290$000
1904 . .	149.189:000$000	77.356:939$000

Assim dos impostos, que oneravam o produtor, e a redução das tarifas para a diminuição do custo do transporte e de que se lançara mão eram os meios mais directos de que dispunham os poderes publicos para proteger a agricultura e a industria.

A 15 de junho de 1906 a mensagem do presidente Salles assignalava que se restabelecera a normalidade das finanças mineiras. Tratando da magna questão da valorisação do café e do Convenio de Taubaté lembrava que o Congresso Mineiro o autorisara pela lei 400 de 13 de setembro de 1900, a entrar em accordo com o Governo Federal e o dos Estados interessados na cultura do café, para adopção de medidas visando elevar o valor do produto, regularisar-lhe a exportação e normalisar-lhe o commercio.

Podia para tal fim ser elevada a taxa de exportação a mais 4 ½ %, desde que ella não onerasse o produtor. Usara o presidente dessa faculdade collaborando no Convenio, que seria submettido á aprovação do Legislativo na parte em que fixava em trez francos a sobre-taxa por sacca de café exportada de cada um dos estados, pois que ella excederia aos 4 ½ % fixados naquella lei, desde que o preço minimo do produto fosse inferior a 67 francos por sacca o que provavelmente aconteceria no inicio das operações em que esse minimo seria de 35 francos.

Estava o convenio á espera da solução do Congresso Mineiro.

Explicando a attitude do Governo de Minas e a propria negociação de Taubaté lembrava o Presidente Salles que os Governos dos Estados não podiam adoptar sinão o plano consignado no Convenio, pois já estava elle consagrado em lei federal, a do orçamento da União, para 1906. Autorisava esta o Governo Federal a entrar em accordo com os dos Estados cafeeiros para regular o commercio do café e promover a valorização do genero.

Este plano adoptado no convenio não fora novidade. Era o resultado de ponderado estudo, reflectido exame de competentes, acceito já pelos poderes publicos federaes, largamente discutido no parlamento nacional e depois sancionado pelo Presidente da Republica. Este aliás, se interessava vivamente pela sua aprovação.

Tão seguros se achavam os poderes publicos federaes do acerto do plano que a lei, adoptando-o, entrava em minucias e particularidades, de modo a não poder soffrer modificações na execução.

Assim a lei n. 1.452 de 20 de dezembro de 1905, autorisara o Governo Federal a endossar as operações de credito que, fizessem os governos dos Estados interessados, uma vez que se observassem certas condições.

Entre outras a que determinava que o produto da operação de credito só poderia ser aplicado afim de manter um preço minimo para o café de exportação, não podendo ser destinado a emprestimo de qualquer natureza ou adeantamento a lavradores, commissarios e exportadores ou a quem quer que fosse nem desviado pelos Estados para qualquer outro fim.

Nos termos da lei estavam prohibidos os processos indirectos de valorisação por meio de resistencia dos produtores, auxiliados com o credito publico ou recursos fornecidos pelo Estado.

Só cogitava ela da valorisação por meio da fixação de um preço minimo estabelecido.

Os signatarios do convenio nada mais haviam portanto feito do que promover a execução de uma lei da Republica, convencidos, aliás de que consultavam elevado interesse publico, attendendo a uma necessidade imperiosa de salvar de aguda crise a maior fonte da riqueza do Brasil e pelo unico meio que se lhes afigurava efficaz.

Assentado este plano valorizador, por meio da garantia de um preço minimo offerecido pelos trez Estados, surgira a necessidade de se cogitar dos recursos financeiros indispensaveis. Na impossibilidade de encontrar elementos no paiz para a effectividade do plano, combinara-se realizar uma operação em ouro. Ora isto determinaria notavel elevação do cambio, que anullaria, por sua vez, os effeitos da valorisação do café. Esta, assim, iria custar grandes sacrificios ao Estados, e em pura perda, e talvez mesmo agravando, ainda mais, a situação dos productores pela baixa do preço a um nivel inferior ao que vigorava.

Estas considerações, afirmou o Dr. Salles, tivera a opportunidade de as expender ao Presidente de São Paulo, a 2 de fevereiro, de 1906, lembrando a necessidade de providencias que impedissem os effeitos previstos cambiaes resultantes da operação de credito em ouro.

Eis como surgira a idéia adoptada de se solicitar dos poderes publicos federaes a criação de uma caixa de conversão como medida distincta, porém indispensavel para assegurar o exito do plano de valorisação.

Constituida a caixa de emissão e conversão, o produto em especie da operação, realizada, seria nella aplicado como lastro de emissão, correspondente a uma taxa de cambio sobre o café, com o intuito de manter o preço minimo assegurado pelo Convenio.

Esta medida, que encontrava certa resistencia e forte hostilidade por parte dos propulsores da alta cambial não alteraria o padrão monetario nacional. Cada vez mais se arraigava no espirito do presidente a convicção da conveniencia, da necessidade e da urgencia desta medida, que seria benefica a todo o paiz e a todas as fontes de produção nacional.

Da acção dos poderes publicos federaes devia-se esperar, com muita confiança, a adopção de tão salutar providencia salvadora da situação da produção nacional, sob pena de invadir ás classes produtoras do paiz o desalento, consequencia do abandono de seus legitimos interesses pelos poderes publicos quando elles, tinham mãos os meios de os salvar da situação de ruina em que se iam precipitando.

Terminava o presidente a sua exposição de motivos de modo vehemente.

Era dever imperioso de patriotismo empregar todo o esforço, empenhar o maximo de energia na adopção do plano formulado ou acaso de outro, reputado mais efficaz para a valorização do café.

Não era razoavel, não era licito, nem politico, manterem-se os poderes publicos, indifferentes, em face das classes produtoras inativos diante da afflictiva situação dos elementos de ordem, progresso e riqueza do paiz e até de segurança da Republica.

A inercia era injustificavel no actual momento da vida da Nação, a menos que os responsaveis pela direcção dos negocios publicos quizessem convencer á lavoura de que nada deveria esperar do Governo da Republica em prol de seus interesses, mesmo quando estes não colidissem com os do Estado e pelo contrario se harmonizassem inteiramente com os delle.

Não havia intransigencia por parte dos que propugnavam pelo plano do convenio.

Acceitavam qualquer outro que colimasse o mesmo fim, desde que se apresentasse, com certa segurança de exito, e sem delongas, na aplicação das medidas sugeridas. Aquillo com que não se conformavam era o *non curat* — porque a situação da lavoura e da industria do paiz reclamava a intervenção do Estado, ainda que com sacrificio.

A situação do erario mineiro continuava indecisa. — A receita de 1904 orçada em 16.819 contos attingira a 17.258 liquidadas as contas do exercicio. Mas já em 1905 notara-se depressão na arrecadação, donde um deficit assaz consideravel.

A' receita orçada em 16.278 correspondera uma arrecadação que embora não liquidado o exercicio ainda, só chegara a 13.687 contos.

Notava-se sensivel diminuição nas porcentagens do café e menor producção dos demais generos.

Em 1898 firmou Minas Geraes mais um accordo com o Estado do Rio de Janeiro relativamente á percepção do imposto sobre o café exportado.

Para o serviço de cobrança dos 11 % os governos dos dois Estados, criaram Postos Fiscaes, quer nas estações terminaes nas Estradas de Ferro do Districto Federal e na cidade de Nictheroy, bem como em outros pontos onde julgassem conveniente, inclusive em trapiches maritimos.

O café chegado ao Posto poderia ser retirado logo que se pagasse o devido imposto podendo, entretanto, ficar alli depositado, sem limitação de prazo, contanto que o imposto fosse pago dentro do limite maximo de noventa dias e pelo valor constante da pauta do dia da chegada.

Os diversos postos fiscaes poriam todo o rigor na escripturação de modo que a qualquer momento fosse conhecida, com toda a exactidão a quantidade de café do seu Estado, existente no mercado.

Os exportadores se obrigariam a dar além dos esclarecimentos relativos a marcas, peso e outros determinados nos regulamentos, o nome do navio em que tivesse de ser embarcado o café, o ponto de embarque e o porto a que o lote se destinava.

Os governos dos dois Estados reservaram o direito de, cada um de per si, conceder os privilegios de postos fiscaes armazens, a particulares idoneos para os administrar por propria conta.

Os governos dos dois Estados resolveram prestar todo o apoio aos proprietarios de estabelecimentos com regalia de postos fiscaes para alcançarem do governo federal o direito de emissão de conhecimentos e de titulos de warrantagem com relação ao café depositado nos seus estabelecimentos, identicos aos titulos de importação. Seriam os agentes fiscaes os competentes para attestarem em taes titulos a importancia do imposto que sobre elles teriam de recahir.

CAPITULO LXXVII

A influencia do café nas finanças fluminenses de 1889 em deante — O estudo de Viçoso Jardim — A grande crise de preços — A presidencia de Quintino Bocayuva — Exacerbação da crise — A presidencia Nilo Peçanha

Em 1888 escreve Viçoso Jardim no seu estudo: *A influencia do café nas finanças fluminenses,* a producção cafeeira fora de 109.477.910 k. e o preço medio por kilo de 483 réis. Em 1890 de 78.643.017 k. sob o preço medio de 753 réis, em 1892 de 88.600.599 k. ao preço medio de 903 réis.

A situação financeira e a economica do Estado do Rio de Janeiro tendera a apoiar-se, cada vez mais, na renda do café de onde lhe haviam vindo os mais solidos recursos na época imperial. A crise que devia explodir em 1900, começou a gerar-se na falsa prosperidade do Ensilhamento, manifesta não só nas especulações de bolsa como nas agrarias.

Em 1893 a receita desceu a 12.602:714$000 contribuindo o café exportado a 58.638.800 kg. com 8.026:504$000 e o imposto de transmissão de propriedade com 1.940:297$000 ou um total de 9.966 contos. Para as demais fontes de receita restaram 2.636, apenas, 22 % da receita total.

Em 1895 voltou a receita a 15.332:382$000, sendo Rs. 12.218:449$300 de café, 1.709 de transmissão de propriedade e 1.450 contos de outras rendas, 9 % apenas.

Em 1897 ainda a mesma situação mas já denunciadora da crise proxima, duas fontes de rendas — café 10.534 contos, transmissão 1.878 contos e outras rendas 1.711 contos.

Melhor se acompanhará a evolução da crise financeira de 1900 nos algarismos que se seguem:



Imposto do café

	4,7 e 11 % Contos	Receita do Estado Contos
1890. . . .	2.531	4.288
1891. . . .	6.611	9.990
1892. . . .	9.705	14.559
	18.847	28.837
1893. . . .	8.026	11.331
1894. . . .	11.846	14.879
1895. . . .	12.218	15.343
	32.080	41.553
1896. . . .	9.741	13.035
1897. . . .	10.354	13.044
1898. . . .	7.355	10.465
	27.450	37.444
1899. . . .	6.375	9.705
1900. . . .	4.838	7.969
1901. . . .	4.896	9.224
	16.005	26.998
1902. . . .	3.506	6.728
1903. . . .	3.518	6.798
1904. . . .	2.959	8.231
	9.973	21.757

Em 1900 a crise financeira inutilisou a presidencia de Quintino Bocayuva. Corajosamente analysou elle a situação, argutamente apreciando os factores determinantes da fallencia. Apontou medidas acertadas para debelal-os deixando ao successor precioso repositorio de documentos. Graças a estes pode Nilo Peçanha assentar o seu inflexivel programma de restauração financeira, do Estado fluminense reduzindo rapida e vigorosamente as despezas, e realizando um programma

lucido de protecionismo agricola e industrial por meio de impostos de importação e redução das tarifas.

"Sem dinheiro não ha administração possivel" dizia Quintino, lamentando a esterilidade do seu periodo presidencial.

A grande crise fluminense originou-se de dois factores, aviltamento do preço do café consequente á elevação do cambio realizado por Murtinho e a produção dos cafezaes paulistas, que a immigração italiana, auxiliada pelo desenvolvimento das linhas ferreas, abrira nas terras ferazes de São Paulo deslocando deste modo o predominio commercial do Rio de Janeiro para S. Paulo e Santos. Esqueceu-se o memorialista do terceiro factor: a diminuição notavel da produção fluminense pelo esgotamento das lavouras erosadas.

O café era o esteio do Thesouro do Estado, que não estava aparelhado para de repente valer-se de outros recursos.

O café dava para tudo, diziam os lavradores e repetiam os politicos. Ninguem se lembrava de que Campos Salles seguia a politica severa de restabelecimento do valor da moeda brasileira, ninguem cuidava de ver as estatisticas da producção paulista em vestiginoso progresso.

Desceram os preços, o individualismo economico de Murtinho, de perto seguido por Leopoldo de Bulhões, não autorisou remissão na politica cambial em proveito dos cafezistas, os recursos bancarios não permittiram o financiamento do *trust* sugerido por Quintino e afinal realizado mais tarde como meio de combater a especulação asfixiante e a falta de uma organisação economica — credito real e pessoal — que asseguram o monopolio dos intermediarios americanos. Na impossibilidade de obter o *trust* pelo cooperativismo apellaram para uma intervenção dos Poderes Publicos, sem resultado porém.

A crise apanhou como sempre, a lavoura individada: em breve as plantações do Estado, que já vinha soffrendo as consequencias da suppressão do braço escravo, apresentaram o aspecto lugubre de cemiterio, semeado de esqueletos de fazendas cujas casas arruinadas davam a impressão de montes de ossadas, na imagem de Nilo Peçanha.

Em 1903 a crise attingira o auge assignalava-o Nilo Peçanha, então presidente.

Chegava-se ao ultimo extremo da situação desesperadora. Os capitaes desappareciam e o braço emigrava, o lavrador desnorteado fazia louvaveis esforços para explorar novas culturas e não encontrava mercados. O governo agonizava, as emprezas de transportes soffriam a redução progressiva do

trafego e erradamente procuravam a compensação nas tarifas altas, que por sua vez tiravam as ultimas esperanças de remuneração de trabalho as propriedades perdiam diariamente uma parcella do seu valor, e finalmente como reflexo de todos esses phenomenos de decadencia precoce, o *deficit* orçamentario acusando a insufficiencia da receita para acudir ás despezas publicas, lançava o Estado na voragem dos emprestimos infecundos.

Depois de um anno de politica de parcimonia e animação economica, proclamava Nilo Peçanha o restabelecimento da ordem financeira do Estado: — Restaurara-lhe o credito e equilibrava-lhe o orçamento.

E no emtanto reduzira o imposto sobre o café de 11 para 8 ½ % e para reforço das fontes de receita — dera execução á lei do imposto territorial obtendo a transferencia para o Estado do imposto de Industria e Profissões. Desse imposto haurira recursos para fazer face ás quedas de porcentagem cafeeira que passou a constituir, 36 % da receita total — Rs. 8.231:356$000, o que já revelava muito melhor equilibrio orçamentario.

Em 1905 a renda do Estado alcançava réis 9.542:100$400, contribuindo o imposto do café com 2.331 contos (23,5 %) o de industria e profissões com 1.365 contos e o territorial com 484 contos — os demais impostos davam 5.466 contos (55,8 %).

Em 1905 adheria Nilo Peçanha a politica orientada por S. Paulo no sentido de se levar a cabo a valorisação. E com Tibiriçá e Francisco Salles assignava o famoso pacto de Taubaté em fevereiro de 1906 como parece escusado lembrar.



CAPITULO LXXVIII

O grande surto cafeeiro espirito santense nos primeiros annos da Republica — Mensagens de Muniz Freire — Prenuncios de crise — A questão da escassez do braço — A grande crise cafeeira

Nos annos imperiaes o surto cafeeiro espiritosantense avantajara-se sempre, como tivemos o ensejo de provar. De 1889 em diante tornou-se muito mais poderoso.

Em sua mensagem ao Congresso do Estado em 1894 dizia o presidente Dr. José de Mello Carvalho Muniz Freire, a assignalar esta circumstancia, que continuavam a acusar notavel desenvolvimento as forças produtivas do Estado, e com ellas as rendas publicas. A grande alta de preços, nos ultimos dois annos, influira efficazmente para que o café continuasse a ser a cultura quasi exclusiva, concorrendo dest'arte para a grande carestia dos outros generos de primeira necessidade, pelo abandono em que iam sendo deixadas as lavouras de cereaes, o que indubitavelmente era um mal para o Estado e vexame consideravel para todas as classes.

A exportação de café em 1893 fora de 21.769.169 kilos, a maior que se fizera até então. Esta cifra parecia dever ser muito excedida em 1894.

Até 1892 a maior exportação fora a de 1891. Attingira 18.762.578 kilos.

Não era porém o confronto desses algarismos o unico simptoma animador. O que infundia as maiores esperanças vinha a ser o facto notorio das novas plantações que nos ultimos annos se haviam aberto em quasi todas as zonas cafeeiras. Delles se devia esperar que dentro em pouco a producção se duplicasse. Outro phenomeno auspicioso tambem: a enorme procura de terras devolutas estaduaes para a fundação de novos estabelecimentos agricolas. Tal o numero de requerimentos e processos de medição que muitas vezes a administração ficava assoberbada por este serviço.



Como houvesse muita má fé nesta ancia da obtenção de titulos territoriaes recommendava o presidente do Congresso medidas coercivas de taes abusos que se tornavam indispensaveis.

O exercicio financeiro excedera á espectativa. A receita orçada em 2.434 contos produzira 3.231. Receiava o presidente que se houvesse uma baixa de café, que era o sustentaculo das finanças estaduaes occorresse forte desequilibrio orçamentario.

No anno seguinte, abrindo novamente as sessões do Congresso, a 17 de setembro de 1895, accentuava Muniz Freire a prosperidade financeira do Estado. A receita orçada para 1894 fôra de 2.951 contos e a arrecadada attingira 4.489. A taxa da exportação cafeeira produzira 3.414, mais de oitenta por cento do total.

Observava o presidente que o genero quasi unico do imposto de exportação fôra ainda o café, cuja cultura afastara infelizmente todas as outras.

A quantidade sahida em 1894 fôra 23.217.161 kilos, a mais consideravel até então. O seu valor official andara por 28.562:625$116, cifra bem respeitavel se se attendesse á pequena população do Estado.

A colheita futura anunciava-se mais forte, apezar de prejudicada por longa secca e depois por pesadas chuvas tardias. Existia porém enorme quantidade de lavouras novas começando a frutificar.

Havia muita falta de braços e era de desejar-se a intensificação da corrente immigratoria italiana a que contrariava o governo da Italia muito sugestionado por um consul o Cav. Nagar hostil a que os seus compatriotas se encaminhassem para o Espirito Santo.

Verdade é que estas levas de immigrantes haviam sido muito infelizes quanto a sua primeira installação. Muitos colonos tinham sido victimados pelo impaludismo e a febre amarella.

Para mostrar quanto a exportação cafeeira crescera no Espirito Santo bastava considerar as cifras das taxas da exportação, lembrava Muniz Freire em seu relatorio ao passar a presidencia ao Dr. Graciano dos Santos Neves, a 23 de maio de 1896.

	Contos
1892.	1.789
1893.	2.586
1894.	3.414
1895.	3.764

O optimismo de Muniz Freire era então notavel. O Espirito Santo, com 250 mil habitantes apenas tinha uma renda equivalente a um decimo da de S. Paulo apezar dos dois milhões de habitantes desta circumscripção. Minas cuja população era o decupulo da sua, apenas arrecadava trez vezes a cifra da receita do Espirito Santo.

A situação do Estado dentro em breve se avantajaria notavelmente graças ao crescimento annual da exportação do café. O que faltava ao Estado eram vias ferreaes e estas se construiriam dentro em breve.

Poucos dias antes, a 20 de abril outro comtudo fôra o tom do mesmo presidente ao se dirigir ao Congresso Estadual. Relatava-lhe que a 15 de janeiro daquelle anno de 1896, achando-se na cidade de S. Paulo, e após diversas conferencias com o presidente do Estado com elle subscrevera uma carta, dirigida aos presidentes de Minas Geraes, Rio de Janeiro e Bahia, convidando-os a uma conferencia destinada a assentamento da base de uma acção conjuncta dos cinco Estados principaes productores de café, para um trabalho methodico e demorado de propaganda, com o fim de conquistarem na Europa novos mercados de consumo, iniciativa da maior opportunidade.

O desenvolvimento da cultura de café tão grande fôra nos ultimos annos, devido aos altos preços, que não seria surpresa si, dentro de um quinquiennio mais, a sua produção actual duplicasse. Pelo que se poderia inferir o Espirito Santo, embora pouco pudesse elle influir na balança geral, soffreria entretanto mais do que qualquer outro si a sua unica fonte de riqueza viesse a ser affectada.

A mesma soffreguidão com que toda a lavoura espiritosantense se atirava á exploração e augmento dos cafesaes, notava-se principalmente nos Estados de S. Paulo, Minas e Bahia. A par das extensas plantações novas que tanto no territorio espiritosantense como nos daquelles Estados, se haviam aberto, as lavouras antigas do Rio de Janeiro e S. Paulo forcejavam para reerguer-se pela cultura intensiva, introduzindo processos scientificos no tratamento dos velhos cafesaes e dos terrenos favoraveis.

Era evidente que todo este ardor de produtividade se achava ligado ao interesse desperto pela alta paga que o produto encontrava mas a ninguem passava desapercebido que tal paga era o resultado da depreciação da moeda brasileira, não correspondendo, aliás, a preços vantajosos em cotejo com a enorme depressão cambial.

Ora, todos deviam esperar que, sob a direção de governos economicos e criteriosos, o Brasil pudesse ver, em breve, melhorada a sua situação, e portanto valorisado paulatinamente o seu meio circulante.

Traria isto, como consequencia natural, a baixa gradativa dos preços, e nenhum genero soffreria mais bruscas alternativas do que o café, sobre o qual actuavam, além do commercio legitimo, muitas especulações cambiaes no Brasil e bolsistas na Europa.

Si as esta causa de baixa viesse ajuntar-se um accrescimo consideravel de produção, desacompanhado de augmento proporcional no consumo era de receiar que se operasse, na principal lavoura do paiz, um desanimo maior do que as esperanças que no momento a cercavam e uma crise determinada por tão poderosas causas, podia ser de effeitos mais desastrosos que todas as vicissitudes passada da lavoura.

A pequena propriedade, alimentada pelo esforço individual do produtor, poderia debater-se contra as correntes, exgotando todo o seu vigor, mas a outra que agora se apoiava, geralmente no Sul, sobre o braço do cultivador extrangeiro, corria o risco de ficar em abandono desde o momento em que o preço do produto não pudesse sustentar as exigencias do salario, que seria provavelmente a ultima coisa a se modificar.

O consumo do café até o momento presente não deixava margem alguma a tal alargamento da produção. E se si attendesse á concorrencia offerecida por outros povos, e á que a colonisação européa tendia a fazer cada vez mais provida das suas possessões, poder-se-ia ter uma idéia do que viria a ser a situação brasileira quando o Brasil por si só fornecesse produção superior á procura universal.

Inspirados na maxima de que a maior virtude dos governos é prever de longe os males, para o tempo os prevenir haviam os presidentes dos cinco Estados, por seus delegados firmado a 3 de março de 1896 em Petropolis, o Convenio que o presidente do Espirito Santo submettia á apreciação do Congresso Estadual.

A 22 de setembro de 1896 o novo presidente Dr. Graciano dos Santos Neves assignalava ao Congresso que a baixa do café reflectia-se nas finanças estaduaes. Já produzira desequilibrio orçamentario.

Não lhe era possivel calcular, á vista do pessimo estado em que se achava o mercado cafeeiro, em cujo imposto de exportação assentava exclusivamente, em ultima analyse, toda

a receita do Estado a que cifra attingiria arrecadação total do exercicio corrente.

Parecia infelizmente provavel que não seriam satisfeitas as previsões contidas na lei orçamentaria.

Diminuia o valor da exportação cafeeira mas ella crescia em volume, fôra superior á do anno transacto em 1.413.663 kilos.

A 15 de setembro de 1897 annunciava ao Congresso o vice-presidente em exercicio, Dr. Constante Gomes Sodré, que não era boa a situação financeira.

Cessara por completo a immigração italiana á vista das representações do Consul Nagar.

No governo Muniz Freire haviam entrado no Espirito Santo 13.244 immigrantes extrangeiros sendo de 40.000 o numero de advenas que habitavam o territorio espiritosantense. A grande maioria destes immigrantes era italiana.

Passando o governo ao Dr. Sodré dizia-lhe o Dr. Santos Neves que a receita baixara sempre, de 1895 em diante. Fôra neste anno de 4.665 contos, em 1896 de 3.860. Para 1897 esperava-se no maximo 3.700. Subira sempre a exportação cafeeira. Viera a ser em:

	Kilos
1891. . . .	18.547.837
1892. . . .	16.665.691
1893. . . .	21.763.169
1894. . . .	23.217.161
1895. . . .	24.630.683
1896. . . .	25.153.751

Em 1897 calculava-se que attingiria 28 milhões de kilos.

O preço do café baixara enormemente. A pauta movel que no principio do exercicio fôra em media 980 réis cahira a 650 quasi de 35 por cento!

A situação do Thesouro Estadual mostrava-se afflictiva por causa do pagamento de juros da divida externa, enormemente avolumados pelo desnivelamento cambial da época.

Em 1898, dizia o Presidente Dr. José Marcellino P. de Vasconcellos na sua mensagem, a 7 de setembro que a situação financeira do Estado se desafogara um pouco com as economias realizadas. Orçada a receita para 1897 em 4.470 contos rendera 4.224. Os juros da divida externa é que immenso pesavam sobre o Espirito Santo.

Nada dizia da situação cafeeira.

No anno seguinte, a 13 de setembro de 1899, o mesmo Dr. Vasconcellos accentuava a baixa da arrecadação estadual. Avaliada a receita para 1898 em 4.091 contos rendera 4.002. E houvera um deficit de 274 contos.

A baixa dos preços de café determinava o decrescimo da exportação. A lavoura vivia opprimida e o estado precisava, á semelhança de Minas e Rio de Janeiro diminuir o imposto de sahida. Sugeria o presidente a criação do imposto territorial.

Em 1900 era Muniz Freire novamente presidente e assignalava ao Congresso a serie de annos de privações serias que se haviam abatido sobre a economia espiritosantense.

Iniciara-se o seu segundo periodo constitucional em luta com a dupla adversidade de uma ordem de causas tendentes a forçar o crescimento das despezas publicas, e outras de influencias irresistiveis para o decrescimo da receita. Formava entre aquellas, ou antes resumia-as todas, a enorme desvalorisação da moeda nacional, que fora arrastando, na precipitação com que se operava, o fruto de todas as cautelas, tornando impraticavel qualquer previsão normal. Constituira o eixo das ultimas a concomitante depreciação, do genero primacial do Estado, tambem desmesurada e sem corretivos, o café principal elemento da organisação financeira nacional, o contraforte das finanças federaes, representava o alicerce da economia estadual.

Em relação ás primeiras a situação espiritosantense não podia ser senão de méra resignação passiva, ante as providencias (que infelizmente não haviam logo sido tomadas com o rigor que se tornava necessario) destinadas a por os produtores quanto possivel em guarda contra os effeitos mais intensos da afflictiva situação da lavoura nacional.

Em relação ás outras, porém, deparava-se-lhes uma compensação salutar no admiravel augmento da producção, exactamente nos dois annos em que mais aguda fora a crise. Com effeito a exportação que em 1897 attingira pela primeira vez a kilos 25.291.568, chegara em 1897 ao seu maximo com 34.721.131 kilos, em 1898 mantivera-se ainda em 33.398.665 kilos.

Se era exacto que com a orientação federal da presidencia Campos Salles as condições geraes do Brasil haviam melhorado, o Espirito Santo fôra muito maltratado no biennio ultimo pelos rigores meteorologicos que haviam fundamente ferido a sua producção.

As estações, geralmente tão propicias, haviam sofrido durante dois annos consecutivos tão profunda alteração que,

em todo este periodo, as chuvas ao principio escassas, tinham depois falhado inteiramente por espaço de mais de um anno, acarretando desfalque muito consideravel na safra de 1898 a 1899, e maior ainda na de 1899 a 1900.

Esta ultima se teria tornado absolutamente nulla se não houvessem sido as abundantes aguas precipitadas a partir de fins de 1899, mas ainda assim, em municipios inteiros, e dos mais importantes, quasi não houvera colheita.

Para dar exacta idéia do prejuizo bastava lembrar que a exportação de 1899 apenas chegara a 24.396.472 kilos apresentando em relação a 1898 differença para menos de kilos 6.022.193.

Não podia deixar de ser desastroso, para a vida financeira do Estado, o effeito de tão poderosa causa, sobrepondo-se a outras que, como era intuitivo, já por si mesmas se mostravam demasiado sufficientes para assoberbar a administração publica.

Ante a baixa cafeeira reanimara-se a velha cultura assucareira da antiga provincia.

No anno seguinte, a 28 de setembro de 1901, recordava Muniz Freire a mensagem que em 1896, a 22 de abril, enviara ao Congresso Estadual, e atravez deste aos produtores aconselhando-os a que não alargassem as lavouras.

E a tal proposito havendo-se verificado os seus prognosticos sombrios expendia que não era pois ao governo espiritosantense, (o qual isoladamente nada então, e menos agora poderia tentar), que jamais, e com razão, se devesse acusar de se não haver apercebido a tempo do perigo, e cogitado da necessidade de o conjurar.

Acusava os interessados no producto de que não faziam propaganda tenaz, intelligente e seria.

E a tal proposito commentava:

"A propria soffreguidão com que hoje são sugerido esses diversos alvitres, regorgitando das columnas dos jornaes, e disputando entre si a preferencia para sua efficiencia, é uma confissão de que se errou, deixando ao abandono a iniciativa projectada, e entregando-se aos azares a questão mais fundamental da vida economica e financeira do paiz.

E verdade era: o Brasil caminhara desprevenido e indifferente para o momento afflictivo em que viera a cahir, vendo os preços declinar até chegar a um limite de baixa, além do qual só pequena parte da exportação poderia effectuar-se, sem prejuizo certo. No meio deste descalabro, suscitador do ensaio geral, da ruina do produtor e da fazenda publica, conti-

nuava o paiz desprovido de todos os meios de defesa, appellando para o imprevisto, e esperando os resultados da selecção fatal que se operaria, á custa do afundamento de vastissimo patrimonio do trabalho e da riqueza nacionaes.

Opinava Muniz Freire pela destruição de parte das colheitas, em porcentagem maior ou menor.

Mas ao Espirito Santo com os pequenos recursos, de que dispunha pequeno papel caberia na escolha dos remedios enfrentadores da crise.

Não poderia o Estado, pequeno, e exausto como se achava, pretender tomar nenhuma iniciativa no sentido de forçar uma deliberação efficaz sobre taes assumptos, por mais que a sua sorte ahi se achasse envolvida. Sua posição não podia ser senão a da passividade resignada.

A solução só adviria de um impulso energico de toda a lavoura para o qual grandes e pequenos produtores deveriam concorrer, todos á medida de suas forças, num movimento de defesa commum, sob a direção e com auxilio dos governos Estaduaes e Federal, para o fim de promover, agora em condições muito mais desfavoraveis e portanto mais complicadas e onerosas, os meios de defesa que uma propaganda fora da pressão immediata do perigo, teria desdobrado com lentidão, calma, mais segurança, sacrificios menores, esperança melhores de exito, e ao abrigo de todas as impaciencias.

A' União caberia, forçosamente, o maior quinhão nos onus que tal empreza comportava pois era mais interessado do que ella na solução da crise. A peor talvez das desgraças presentes era que a mais vasta porção, do paiz que produzia sentia seus interesses e sua propria sorte ameaçados, cada vez que se manifestava o mais leve symptoma de melhora nas cotações cambiaes, como se o accrescimo do poder acquisitivo da moeda brasileira fosse motivo para apprehensões e desfallecimentos.

Infelizmente porém o era e nesta opposição de interesses, apparentemente absurda, mas rigorosamente exacta, assentava o principal estorvo que vinha encontrando a vigorosa politica financeira do Governo actual. As cotações do café tanto tinham descido que só á custa da depreciação da moeda a exportação do genero ainda era possivel, o preço dos transportes e o custo da produção não se poderiam bonificar, senão a espaços largos, com qualquer augmento no valor do meio circulante, e portanto esse augmento, fosse elle qual fosse só affectava o produtor para diminuir-lhe os recebimentos, deixando-lhe intactas as despezas.

Ninguem esperasse que a alta cambial trouxesse elevação de preços. Os stocks da super-producção eram enormes.

Os cafesaes espiritosantenses estavam além de tudo muito mal tratados pela inversão das estações. Dahi o enfraquecimento de sua producção.

Num quadro sugestivo dava Muniz Freire as cifras dos tempos prosperos e as da crise.

Annos	Exportação	Valor official	Direitos pagos
1892	16.673.362	15.271:510$700	1.679:866$177
1893	21.763.169	27.418.367$284	2.865:638$579
1894	23.217.161	28.562:625$116	3.419:084$930
1895	24.641.717	31.527:477$189	3.750:125$495
1896	25.201.658	24.842:217$813	2.968:410$495
1897	34.791.488	28.574:962$985	3.413:048$004
1898	33.449.901	24.858:370$644	2.965:016$155
1899	27.379.764	19.468:573$266	2.336:228$792
1900	23.649.222	17.398:730$020	2.336:228$792

A' ultima safra prejudicara, e muito, a secca anormal. Convinha não continuar o Estado a viver quasi exclusivamente da lavoura cafeeira como até então, quando os demais produtos nada pagavam.

Comprehendia-se que tal acontecesse ao tempo em que o café proporcionava copiosa margem de lucros, quando todas as demais culturas estavam longe de com ella emparelhar.

Havia, além de razão tão forte para essa preferencia, uma excusa decisiva, era que não se tributava, como ainda continuava a não se tributar o café, mas sim a exportação, a cujos direitos todos os demais produtos estavam igualmente sujeitos. A verdade era porém que os outros não se exportavam, por inteiramente absorvidos pelo consumo interno. Nestas condições escapavam todos á acção fiscal, criando a seu beneficio uma desigualdade, a que já a lei procurava prover.

A 2 de outubro de 1902 dizia Muniz Freire que com o restabelecimento da regularidade das estações observava-se novamente o rythmo antigo da producção cafeeira. A safra de 1901-1902 abeirara-se de 700.000 saccas a mais avultada que jamais tivera o Espirito Santo havendo sido exportado, em 1901, um total de 31.719.447 kilos.

No anno immediato, a 22 de setembro de 1903 iniciava Muniz Freire o seu relatorio apresentando sombrios prognosticos em materia cafeeira.



Os Estados brasileiros que tinham a fortuna publica fundada em valor que de anno a anno mais se deprimia, e para o qual nenhuma salvação parecia proxima qual o do café, continuavam a debater-se nas suas assoberbantes provações, que se a todos não traziam igualmente comprometidos, a nenhum deixava tranquillo sobre o futuro.

O Espirito Santo deveria, mais que qualquer outro resentir-se do abalo. Sendo o menor de todos elles e o menos populoso, e o mais pobre de recursos, a adversidade o apanhara no momento preciso em que começava a confiar no futuro, redobrando o vigor de suas energias transformadoras no roteio da terra, desprovido portanto de todos os apparelhos de credito que os outros já possuiam, embora mais ou menos incompletos. Estava privado, para a defesa, de todos estes pontos de resistencia que o numero e a riqueza, isto é, a solidariedade social em campo dilatado, e o capital empenhado em protegel-a, por instincto da propria conservação, proporcionam aos nucleos humanos mais vastos e mais bem apparelhados.

A situação espiritosantense mesmo por ser a que offerecia caracter menos complicado, era a que inspirava maiores cuidados.

Resumia-se na luta do trabalho, que não tendo grandes interesses consolidados a defender, só podia entretanto produzir á custa de longas fadigas, devido ao estado rudimentar dos seus processos. Só conseguia além de tudo effectuar a troca dos produtos ao cabo de penosas jornadas, pela deficiencia dos meios de transporte.

Infelizmente, até então, da larga polemica, que havia annos, absorvia tantos espiritos esclarecidos, ainda não se colhera o menor resultado pratico. Nem ao menos se estabelecera a convergencia das opiniões para determinado objectivo, de modo a entrar o Brasil resolutamente no exame das soluções positivas que lhe convinha adoptar.

Parecia que já ninguem sinceramente punha em duvida fosse a origem primordial da crise o excesso das offertas brasileiras e o volume dos stocks extrangeiros, que collocavam a lavoura do Brasil em posição melindrosa perante os mercados importadores.

Alludia o presidente espiritosantense á anarchia dos espiritos reinante entre os que debatiam o problema cafeeiro.

Era vantagem para o Estado, não havia duvida, a sua pequena lavoura, resistia mais que a outra, porque não tinha dependencias, e bastava-se a si propria. As crises como a vigente poderiam matar-lhe os estimulos, cercear-lhe a vida de

sacrificios e penas, mas emquanto o trabalho garantisse o pão quotidiano, ella poderia renunciar, por longo tempo, a outras ambições, e não desamparava o campo regado pelo seu suor.

Os preços correntes do café já nem essa garantia elementar offereciam ao pequeno proprietario, o qual não podia senão produzir os typos sobre os quaes mais se exercia a depreciação, não dispondo aliás das facilidades que a rapidez e a barateza dos transportes em outros Estados asseguravam.

O limite da desvalorisação que nestes podia o artigo supportar era muito mais amplo, porque se empregava sobre typos superiores, produzidos com o mesmo esforço, exportados com facilidades extraordinariamente maiores, e seguros de melhores cotações, por isto quando os preços obtidos já não cobriam em todas as zonas do Estado as despezas do produtor, não eram os clamores em via de regra os do trabalho, á mingua de paga, mas do capital que se affligia pela parte de lucros a que se via forçado a renunciar.

Eis porque reputava a situação espiritosantense extremamente delicada.

As cifras de exportação ainda não reflectiam porém a extensão do perigo. Haviam sahido 643.723 saccas ou .... 38.623.379 kilos em 1902.

Mas ninguem se embalasse com estas apparencias.

O desanimo dos agricultores, a decadencia das lavouras em certas zonas, e o abandono das que se achavam mal situadas ou mal estabelecidas para supportarem o embate eram factos notorios que com profunda lastima se deviam registrar. E se elles não tinham influido ainda para acusar a diminuição do poder productivo estadual era que tal sua expansão que os seus desfallecimentos parciaes haviam sido compensados na apuração final dos resultados.

Seriam sobretudo para dar a idéia da cifra a que teria chegado a exportação, se tamanhas contrariedades não lhe tivessem vindo estorvar o desenvolvimento.

A receita de 1902, orçada em 3.020 contos, apenas produzira 2.801.

A 7 de setembro de 1904 o novo presidente Coronel Henrique da Silva Coutinho, em sua mensagem ao Congresso, apontava a situação penosissima da industria cafeeira a dizer que a lavoura espiritosantense estava distribuida por duas classes.

Sobre a primeira a dos fazendeiros, pesavam os compromissos inherentes a todos os homens de brio que não podiam

ver o resultado de seus esforços durante toda a existencia, o futuro da familia e a honra do nome reduzidos a nada e por isto se esforçavam por manter suas fazendas, lutando como heroes contra a falta de braços e a não menos sensivel falta de capitaes reclamados pelas necessidades urgentes da vida agricola.

A baixa do café, reduzido a preços vis, o receio de que esse preço ainda descesse tanto que impossibilitasse as colheitas, não eram apezar da gravidade, de alcance tão acabrunhador como o facto de se ver o fazendeiro privado de braços para colher o fruto pendente, vendo perder-se o unico meio de manter a propria familia e o credito pessoal.

Retirado da sociedade, coagido a não usufruir os gosos optimos da vida trabalhando sem descanço, empregando constantemente capitaes e mais capitaes para manter sua situação em bom pé, o pobre fazendeiro não tinha além de alguma independencia de que gosava nada que lhe suavisasse a existencia.

Era dever dos Governos olhar para a sorte dessa digna classe dando-lhe, quanto possivel a fé de que tinha a maior necessidade.

Em geral satisfaziam-se com a certeza de que lhe seriam concedidos estradas regulares para a exportação dos produtos e braços para o trabalho.

Era porém difficil problema resolver o supprimento e braços e a construção de estradas, porque os capitaes não abundavam, ou melhor, escasseavam, por motivos sobejamente demonstrados.

A pequena lavoura esta vivia prospera. A tal proposito expendia o Coronel Coutinho que a segunda classe dos lavradores do Estado constituia a pequena lavoura. Tão prospera e tão atrahente constituia um ensinamento para os demais Estados da Federação, que não cuidavam de povoar o seu territorio por meio da immigração.

O povoamento do solo uberrimo espiritosantense preoccupava, sobremodo, o governo estadual. No dia em que o Estado pudesse radicar cincoenta mil familias de lavradores extrangeiros, seria a vespera daquelle em que se arrecadariam receitas, nas peores circumstancias, de 10 a 12 mil contos annuaes.

Ninguem podia contestar que á immigração nacional e extrangeira devia o Espirito Santo a prosperidade. Este facto só não era reconhecido por aquelles que timbravam em negar a verdade e promover o descredito publico.

Advogava o presidente a diminuição da taxa de exportação sobre o café e a introducção do imposto territorial embora em Minas e no Rio de Janeiro houvesse esta medida trazido grandes perturbações.

Assim para começar fosse elle applicado sómente á zona cafeeira. A 11 de setembro de 1905, em nova mensagem, assignalava o Coronel Coutinho a baixa do café que *attingira preços infimos*.

A situação financeira do Estado continuava embaraçosa por causa dos empréstimos externos.

No anno seguinte 1906 a mensagem presidencial sahiu a 9 de outubro e é extranho que nella o presidente Coronel Coutinho nada absolutamente dissesse sobre a questão cafeeira quando no emtanto já se assignara o Convenio de Taubaté. Nem consagra uma só linha a assumptos cafeeiros.

Apenas refere que as arrecadações da receita estadual haviam sido em:

1902.	2.801:585$000
1903.	3.083:061$000
1904.	2.856:078$000
1905.	2.480:906$000

Augurava-se deficit assaz consideravel para 1906. E como commentario escrevia o presidente corifeu ardente do immigracionismo:

"Os factores de todo este desequilibrio financeiro, da paralisação da nossa vida commercial em que permanecemos, não é, já o disse e repito, o baixo preço do café, não foram as chuvas que estragaram em parte a safra deste anno, mas sim o não se ter cuidado, ha longos annos, da introducção de immigrantes, absorvidos os Governos no pagamento de enorme divida a onerosos emprestimos que só produziram fontes de despeza e nenhuma de receita."

CAPITULO LXXIX

O periodo cafeeiro bahiano e cearense de 1889-1906 — Estagnação da producção bahiana — Decrescimo accentuado da cearense

Os documentos regionaes bahianos sobre a producção cafeeira do Estado vem a ser muito escassos no periodo de 1889 a 1906.

Muito mais do que no lapso anterior imperial.

Pelo menos do que existe impresso de origem official.

A *Falla* do 1.º vice-presidente da provincia, em exercicio da Presidencia, Desembargador Aurelio Ferreira Espinheira, dirigida á Assembléa Legislativa Provincial a 3 de abril de 1889 quasi nada se refere á agricultura. Declara apenas que o seu estado era desanimador não tanto por effeito da Abolição como por causa da terrivel secca que desde 1888 vinha flagelando o nordeste do Imperio. A cultura assucareira, esta soffrera immenso não só porque se fazia com o braço escravo porque vira os cannaviaes torrados pela secca. A do fumo tambem tivera immensos prejuizos, embora movimentada, desde muito, quasi exclusivamente pelo braço livre. Em menor escala, haviam sido os prejuizos dos cultivadores de café e de cacau.

A receita em 1889 fôra de 3.213 contos e despezas calculada em 3.345. Devia a Provincia 9.311 contos dos quaes 1.300 de divida fluctuante. Mais de 4.500 contos correspondiam aos gastos com estradas de ferro.

Não conseguimos descobrir os relatorios da presidencia da Bahia relativos aos annos de 1890 a 1891 nem em S. Paulo nem no Rio de Janeiro. No de 1892, do chefe de divisão Joaquim Leal Ferreira, vice-governador, havia um balanço do Thesouro relativo ao exercicio de 1890 dados para se calcular aproximadamente a producção bahiana deste anno.

Lançando mão dos dados de arrecadação de imposto sobre o café chegamos ao resultado de que o total da producção bahiana orçou por 4.024:304$000 em 1889 e 5.998:314$000



em 1890. Dividindo-se este total por 30.888 e 37.168 valores medios em réis da sacca em 1889 e 1890 segundo o *Commercio Exterior do Brasil* chegamos á conclusão de que a Bahia produziu 130.287 e 16.381 saccas em 1889 e 1890.

Na mensagem de 7 de abril de 1893 o Governador Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima, dizia que havia uma carencia immensa de braços para a lavoura pedindo providencias de ordem policial para que se compelissem os vagabundos que pejavam as ruas das cidades ao trabalho rural. Valendo nos das cifras da receita dos 7 por cento cobrados sobre o café avaliamos a producção bahiana em 8.874:142$000 o que equivale a uma exportação de 142.919 saccas a 62.096 réis medios.

A 7 de abril de 1894 na sua segunda mensagem dizia o Dr. Rodrigues Lima que a producção bahiana augmentava notavelmente, particularmente a do café, cujo total em 1893 attingira mais de oitocentas mil saccas (sic) a saber o quadruplo dos annos anteriores.

Não é possivel que tal se tenha dado, houve ahi um lapso de memoria: saccas por arrobas.

Na mensagem do Conselheiro Luiz Vianna a 7 de abril de 1897 se refere que a producção do café em 1895 fôra de 26.236.870 kgms. ou sejam 437.281 saccas.

No volume especial de *O Café* ha um estudo interessante do Sr. M. Messias de Lacerda *O café na Bahia* que infelizmente se refere a um periodo curto. A elle nos reportemos valendo-nos dos dados do autorisado antigo director do Serviço de Estatistica da Bahia.

Na fase de 1897 a 1907 que elle qualifica de estacionaria em relação dos dois decennios seguintes denominados retrocessivo e evolutivo fôra esta a exportação bahiana:

Annos	Saccas	Valor	£
1897.	297.266	12.790	409.692
1898.	397.882	15.322	460.879
1899.	225.504	8.322	276.493
1900.	186.658	10.012	385.897
1901.	246.293	7.202	338.131
1902.	163.979	4.328	213.895
1903.	307.290	7.881	390.850
1904.	151.401	5.652	266.460
1905.	183.374	5.600	360.275
1906.	221.452	6.398	525.766
1907.	204.238	5.464	342.811

A crise de preços reflectiu, nem podia deixar de o fazer sobre a produção bahiana. Mas Messias de Lacerda attribue as depressões notaveis da exportação de 1902, 1904 e 1905 a circumstancias de ordem natural ou meteorologica ou ao augmento das remessas de café bahiano para as diversas regiões do Brasil.

As porcentagens de café bahiano no total do café brasileiro exportado foram nestes diversos exercicios muito pequenas.

Em 1897 menos de 4 por cento
Em 1898 menos de 5 por cento
Em 1899 menos de 3 por cento
Em 1900 para mais de 2 por cento
Em 1901 para mais de 2 ½ por cento
Em 1902 menos de 1 ½ por cento
Em 1903 pouco mais de 2 por cento
Em 1904 pouco mais de 1 ½ por cento
Em 1905 pouco mais de 1 ½ por cento
Em 1906 pouco mais de 1 por cento.

Segundo o Barão de Studart, o illustre historiador cearense em suas *Ligeiras notas sobre o café no Estado do Ceará* foi a producção do Estado declinando de 1887 a 1889 para ter uma aura de progresso até 1895, desta época em diante a descensão foi rapida e violenta.

Ao seu trabalho acompanha um quadro da exportação do café cearense pelo porto de Fortaleza, o que significa a quasi totalidade da produção do Estado.

Annos	Saccas	Valor
1889	2.748	82:648$000
1890	6.776	—
1891	43.328	1.499:026$000
1892	13.603	652:537$000
1893	27.993	1.925:804$000
1894	18.086	1.358:472$000
1895	35.109	2.600:756$000
1896	14.244	987:543$000
1897	4.901	309:787$000
1898	—	—
1903	192	19:926$000
1904	47	3:020$000
1905	43	2:354$000
1906	212	7:896$000

As cifras citadas por Sylvio Rangel para a exportação cearense divergem, mas muito pouco das de Studart.

1902 — 72; 1903 — 190; 1904 — 48; 1905 — 43; 1906 — 214.

Como vemos anullou-se praticamente a exportação cearense de 1906 até os dias de hoje.



SEGUNDA PARTE

ESTATISTICA DA PRODUCÇÃO E EXPORTAÇÃO DO CAFÉ NO BRASIL (1889-1906)




DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO LXXX

Quadro da producção e exportação do café no periodo de 1889 a 1906 — Porcentagem do café no computo de exportação brasileira confronto dos coefficientes dos oitos principaes productos brasileiros — Confronto de preços annuaes, maximas, minimas e medias do café — Volume da exportação, taxas cambiaes annuaes, maximas, minimas e medias — Divergencias entre as fontes informativas — Valor da safra em ouro — Estatistica de producção brasileira e universal, de consumo mundial, de formação dos stocks e de consumo per capita nos diversos paizes

No periodo que nos interessa e estamos historiando, foram estas as porcentagens relativas ao café no computo total da exportação brasileira:

1889	66,5
1890	67,5
1891	64,7
1892	71,4
1893	67,8
1894	68,5
1895	68,7
1896	69,4
1897	63,8
1898	55,3
1899	56,6
1900	59,9
1901	59,0
1902	55,8
1903	51,7
1904	50,6
1905	48,0
1906	52,0

As porcentagens relativas aos diversos decennios vinham a ser desde os annos da Independencia, revelando a ascenção do café, rapida, rapidissima:

1821-1830 . . .	18,4
1831-1840 . . .	43,8
1841-1850 . . .	41,4
1850-1860 . . .	48,8
1861-1870 . . .	45,5
1871-1880 . . .	56,6
1881-1890 . . .	61,6
1891-1900 . . .	64,5
1901-1910 . . .	51,3

Assim se verificara na ultima decada assaz sensivel depressão.

Assim ella se accentuara progressivamente atravez dos annos de vida autonoma do Brasil, consignando a decadencia da exportação assucareira outrora capital na era colonial, a ponto de vir a ser o principal sustentaculo da "opulencia do Brasil por suas drogas e minas" no dizer do bom, probo e singelo Antonil. Ainda em 1828, quasi attingira a metade da exportação total brasileira (48 %).

Os diversos decennios haviam-lhe acompanhado a descenção exportadora.

1821-1830 . . .	30,1
1831-1840 . . .	24,0
1841-1850 . . .	26,7
1851-1860 . . .	21,2
1861-1870 . . .	12,3
1871-1880 . . .	11,8
1881-1890 . . .	9,9
1891-1900 . . .	6,0
1901-1910 . . .	1,2!

A custa deste decrescimo haviam subido os coefficientes dos demais grandes produtos. Em nenhum dos demais produtos se verificaram tão grandes differenças, de longe que fosse, a não ser em relação á borracha, que aliás em principios de nossa vida autonoma não tinha a importancia que viria a adquirir, com o desenvolvimento de industrias sobretudo depois da descoberta, ou antes da invenção de Goodyear, relativa á vulcanisação da goma da hevea.

São estes os confrontos dos coefficientes dos oito principaes produtos por decennios.

Annos	Café	Borracha	Assucar	Cacau	Algodão	Couros e pelles	Fumo	Matte
1821-1830. .	18,4	0,1	30,1	0,5	20,6	13,6	2,5	—
1831-1840. . .	43,8	0,3	24,0	0,6	10,8	7,9	1,9	0,5
1841-1850. . .	41,4	0,4	26,7	1,0	7,5	8,5	1,8	0,9
1851-1860. . .	48,8	2,3	21,2	1,0	6,2	7,2	2,6	1,6
1861-1870. . .	45,5	3,1	12,3	0,9	18,3	6,0	3,0	1,2
1871-1880. . .	56,6	5,5	11,8	1,2	9,5	5,6	3,4	1,5
1881-1890 . .	61,5	8,0	9,9	1,6	4,2	3,2	2,7	1,2
1891-1900. . .	64,5	15,0	6,0	1,5	2,7	2,4	2,2	1,3
1900-1910. . .	51,3	28,2	1,2	2,8	2,1	4,3	2,4	2,9

E' interessante o cotejo das porcentagens relativas aos principaes produtos da exportação brasileira entre 1889 e 1906, como se verifica da tabella seguinte:

Annos	Café	Borracha	Algodão	Assucar	Cacau	Couros e pelles	Fumo	Matte
1889. . .	66,5	9,8	2,7	6,5	1,3	4,1	2,5	1,6
1890. . .	67,7	9,7	2,4	6,2	0,9	3,6	2,0	1,5
1891. . .	64,7	9,9	4,0	9,9	1,3	2,8	1,4	1,0
1892. . .	71,4	9,8	1,8	7,8	0,9	2,1	0,9	0,7
1893. . .	67,8	10,6	6,0	6,1	1,5	1,5	1,9	0,5
1894. . .	68,5	11,7	4,0	6,7	1,1	1,6	0,9	1,3
1895. . .	58,7	15,5	1,5	5,6	1,0	1,6	1,2	1,3
1896. . .	69,4	13,3	1,3	5,9	0,9	2,2	1,2	1,3
1897. . .	63,8	16,3	2,3	4,8	1,4	2,4	3,5	1,8
1898. . .	55,3	21,3	1,2	5,8	2,2	2,8	4,5	1,8
1899. . .	56,6	24,0	0,6	2,5	2,3	4,3	2,7	1,8
1900. . .	56,9	19,6	3,5	4,3	2,2	3,1	4,0	2,0
1901. . .	59,0	21,2	1,1	3,8	2,1	2,6	4,1	2,4
1902. . .	55,8	20,0	3,3	2,6	2,8	4,2	3,3	3,0
1903. . .	51,7	26,4	3,6	0,5	2,8	4,9	2,6	1,8
1904. . .	50,6	28,4	2,1	0,2	2,8	6,1	2,1	2,5
1905. . .	48,0	32,3	2,6	0,9	2,3	4,2	1,8	2,8
1906. . .	52,0	26,5	3,1	1,1	2,6	4,7	1,8	3,5

No periodo de 1889 a 1906, nota-se a ascensão da porcentagem cafeeira que attinge o apice em 1892, em que quasi chega a trez quartos do valor total da exportação nacional. Declina depois a principio lentamente e depois de modo bastante mais accentuado até chegar a menos de cincoenta por cento já consignada em 1837. Neste periodo accentua-se e muito a ascensão da borracha, que triplica entre 1889 e 1905 e o declinio extraordinario do assucar que de 1891 a 1906, cahe immenso, chegando, em certos annos, a uma porcentagem infima, como em 1903 e sobretudo em 1904.

Como se verifica da inspecção das diversas columnas, as porcentagens do algodão, do cacau, dos couros e pelles, e do fumo, todas ellas baixas mantiveram-se dentro de limites pouco afastados, accentuando um certo avantajamento entre as do matte.

No periodo de 1889 a 1906, os dois grandes esteios da exportação do Brasil, os dois grandes factores da riqueza do paiz e do seu intercambio, commercial, são o café e a borracha, cuja conjungação oscilla em torno das trez quartas partes das remessas do paiz, como se deprehende da tabella abaixo:

Annos	Café e borracha
1889.	73,3
1890.	77,4
1891.	74,6
1892.	81,2
1893.	78,4
1894.	80,2
1895.	84,2
1896.	82,7
1897.	80,1
1898.	76,6
1899.	80,6
1900.	76,5
1901.	80,2
1902.	75,8
1903.	78,1
1904.	79,0
1905.	80,3
1906.	78,5

O declinio da porcentagem cafeeira é compensado pelo augmento dos coefficientes da goma elastica. Assim neste lapso

de dezoito exercicios, vemos por oito vezes, o consorcio dos dois produtos attingir a quatro quintos da producção nacional, por oito vezes manter-se acima de trez quartos deste total e apenas duas vezes ficar um pouco abaixo de setenta e cinco por cento. A borracha, ainda por algum tempo manteria a sua porcentagem alta para attingir o maximo notavel de 1910 (39,1) a que se seguiria rapidissimo declinio e terrivel precipitação, reduzindo os seus coefficientes a menos do que eram por volta de 1845!

Interessante é verificar-se que o consorcio dos oito principaes produtos brasileiros, no periodo de 1889 a 1906, alcançou sempre mais de nove decimos da exportação total do paiz, attingindo por vezes a dezenove vigesimos, como se verifica da seguinte tabella:

1889.	94,0
1890.	94,1
1891.	95,0
1892.	95,4
1893.	95,9
1894.	95,8
1895.	96,4
1896.	95,6
1897.	96,3
1898.	94,9
1899.	94,8
1900.	95,6
1901.	96,3
1902.	95,0
1903.	94,3
1904.	94,8
1905.	94,9
1906.	95,3

Como vemos a oscillação se verifica dentro de reduzidos limites entre 94 e 96,3. Esta predominancia vinha aliás desde os annos da Independencia, como se deprehende deste confronto relativo ás diversas decadas:

1821-1830. . . .	85,8
1831-1840. . . .	89,8
1841-1850. . . .	88,2
1851-1860. . . .	90,9

1861-1870. . . .	90,3
1871-1880. . . .	95,1
1881-1890. . . .	92,3
1891-1900. . . .	95,6
1901-1910. . . .	95,2

Examinemos agora um quadro relativo aos preços maximos, minimos e medios do café durante quasi um século de 1808 a 1906:

ANNOS	Preço medio annual do café (por 10 ks.)	Preço minimo annual do café (por 10 ks.)	Preço maximo annual do café (por 10 ks.)	Saccas de café exportadas do Brasil
1808 . . .	1$800	—	—	—
1809. . . .	2$420	1$800	3$040	—
1810 . . .	2$920	2$480	3$360	—
1811 . . .	2$110	2$100	2$720	—
1812 . . .	1$110	1$120	1$300	—
1813 . . .	1$675	1$100	2$250	—
1814 . . .	1$800	—	—	—
1815 . . .	2$540	2$480	2$600	—
1816 . . .	2$500	2$400	2$600	—
1817 . . .	3$240	2$880	3$600	63.986
1818 . . .	5$000	4$000	6$000	74.247
1819 . . .	4$900	4$000	5$800	73.314
1820 . . .	5$400	4$700	6$100	97.500
1821 . . .	6$021	4$850	7$200	105.386
1822 . . .	5$200	4$900	5$500	152.048
1823 . . .	4$475	3$600	5$350	185.000
1824 . . .	3$425	2$850	4$000	224.000
1825 . . .	3$350	2$000	4$000	183.136
1826 . . .	2$624	—	—	260.000
1827 . . .	3$000	—	—	350.000
1828 . . .	2$760	—	—	369.147
1829 . . .	3$650	—	—	375.107
1830 . . .	3$550	—	—	391.785
1831 . . .	4$135	—	—	448.249
1832 . . .	4$254	—	—	585.915
1833 . . .	3$895	—	—	687.136
1834 . . .	3$655	—	—	686.462

ANNOS	Preço medio annual do café (por 10 ks.)	Preço minimo annual do café (por 10 ks.)	Preço maximo annual do café (por 10 ks.)	Saccas de café exportadas do Brasil
1835 . . .	3$560	—	—	792.572
1836 . . .	3$635	—	—	859.706
1837 . . .	3$757	—	—	743.185
1838 . . .	3$800	—	—	938.563
1839 . . .	3$290	—	—	1.088.680
1840 . . .	3$340	2$900	4$000	1.307.921
1841 . . .	3$450	2$800	4$100	1.258.802
1842 . . .	3$020	1$800	3$800	1.410.984
1843 . . .	2$840	2$100	3$500	1.426.926
1844 . . .	2$800	2$100	3$300	1.509.817
1845 . . .	2$780	2$200	3$300	1.458.767
1846 . . .	3$360	2$200	5$000	1.849.833
1847 . . .	2$920	2$300	3$700	2.009.343
1848 . . .	2$660	1$600	3$700	2.093.366
1849 . . .	3$435	1$900	5$400	1.786.743
1850 . . .	4$400	3$200	6$200	1.644.648
1851 . . .	3$504	2$975	3$920	2.498.995
1852 . . .	3$642	3$500	4$000	2.339.839
1853 . . .	3$916	3$500	4$800	2.005.441
1854 . . .	4$100	4$100	4$100	2.434.084
1855 . . .	4$257	3$670	4$800	2.858.107
1856 . . .	4$528	3$700	4$950	2.570.016
1857 . . .	4$460	3$300	6$000	2.570.480
1858 . . .	4$348	3$620	4$820	2.230.759
1859 . . .	4$798	3$800	5$900	2.485.384
1860 . . .	6$028	4$700	7$550	2.825.157
1861 . . .	6$214	4$700	8$050	2.533.534
1862 . . .	7$118	5$500	9$300	2.819.656
1863 . . .	7$862	6$300	8$800	1.652.259
1864 . . .	6$895	5$700	8$000	1.811.929
1865 . . .	7$019	6$400	8$400	3.197.464
1866 . . .	5$787	4$600	7$850	2.368.635
1867 . . .	7$483	4$700	8$600	3.255.980
1868 . . .	6$515	3$800	10$200	2.772.929
1869 . . .	7$145	4$100	11$200	3.139.789
1870 . . .	6$480	4$000	10$000	2.704.742
1871 . . .	6$953	4$100	9$800	2.884.626

ANNOS	Preço medio annual do café (por 10 ks.)	Preço minimo annual do café (por 10 ks.)	Preço maximo annual do café (por 10 ks.)	Saccas de café exportadas do Brasil
1872 . . .	8$327	5$800	11$000	2.460.351
1873 . . .	9$191	7$600	11$200	2.433.709
1874 . . .	7$257	5$600	8$640	2.673.281
1875 . . .	5$597	4$995	6$132	3.152.296
1876 . . .	5$293	4$840	5$670	2.765.992
1877 . . .	6$290	3$810	8$560	2.846.555
1878 . . .	5$244	2$380	8$030	3.031.199
1879 . . .	5$374	2$580	8$510	3.505.183
1880 . . .	5$087	3$130	7$890	3.463.054
1881 . . .	4$123	2$050	6$600	4.377.418
1882 . . .	3$303	1$020	5$990	4.200.590
1883 . . .	4$160	1$500	6$530	3.654.511
1884 . . .	4$505	2$990	6$530	3.897.113
1885 . . .	4$156	2$920	6$120	4.206.911
1886 . . .	4$628	2$790	6$250	3.580.965
1887 . . .	7$321	3$880	10$980	2.241.750
1888 . . .	4$994	3$210	6$950	3.444.311
1889 . . .	5$140	4$290	5$990	5.585.534
1890 . . .	6$195	4$900	7$490	5.108.862
1891 . . .	8$815	6$400	11$230	5.372.788
1892 . . .	10$349	8$443	12$256	7.109.277
1893 . . .	14$206	11$230	17$730	5.306.749
1894 . . .	14$916	7$490	20$086	5.582.536
1895 . . .	13$475	8$170	20$407	6.720.296
1896 . . .	12$959	9$192	20$427	6.743.550
1897 . . .	9$259	7$353	11$066	9.462.540
1898 . . .	5$375	6$128	10$622	9.266.946
1899 . . .	8$034	6$128	9$941	9.770.827
1900 . . .	8$817	6$672	10$962	9.155.464
1901 . . .	5$617	4$220	7$017	15.010.411
1902 . . .	4$902	4$085	5$719	13.461.683
1903 . . .	5$004	3$881	6$428	13.196.111
1904 . . .	6$365	5$242	7$489	10.292.004
1905 . . .	7$145	6$200	9$400	11.124.451
1906 . . .	4$865	4$221	6$400	13.966.000

Examinemos agora as variações cambiaes do mesmo periodo:

ANNOS	Cotação media annual do cambio sobre Londres a 90 d/v	Taxa cambial minima annual sobre Londres a 90 d/v	Taxa cambial maxima sobre Londres a 90 d/v
1808	70 d.	—	—
1809	72	70 d.	74
1810	73 ¼	72	74 ½
1811	71 ½	70 ½	72 ½
1812	74	72	76
1813	77 ¾	75 ½	80
1814	85 ½	76	96
1815	73 ¾	71 ½	77
1816	88 ¼	56 ½	60
1817	54 ½	57	72
1818	71 9/16	69	74
1819	66	59	73
1820	57	54	60
1821	51 ½	48 ½	54 ½
1822	49	47	51 ½
1823	48 ¾	48	53 ½
1824	48 ¼	47	49 ½
1825	51 ⅞	47	57
1826	48 ⅛	41	54
1827	35 ¼	31	40
1828	31 1/16	28 ½	34
1829	24 ⅝	22	28
1830	22 13/16	21 ½	24
1831	25	21 ½	30
1832	35 ⅛	28 ¾	44 ½
1833	37 ⅜	32 ¼	41 ½
1834	38 ¼	36 ¾	40 ½
1835	39 ¼	37	41 ½
1836	38 7/16	36 ½	40
1837	29 9/16	26	34 ½
1838	28 1/16	27 ¼	29 ¾
1839	31 5/8	29 ¼	34 ½
1840	31	30	32 ½
1841	30 5/16	29	31 ½

ANNOS	Cotação media annual do cambio sobre Londres a 90 d/v	Taxa cambial minima annual sobre Londres a 90 d/v	Taxa cambial maxima sobre Londres a 90 d/v
1842	26 13/16	25	28 ¾
1843	25 13/16	24 ¾	27
1844	25 3/16	24 ¾	25 ¾
1845	25 7/16	24 ½	26 ¾
1846	26 15/16	25 ½	28 ¼
1847	28	27	29
1848	25	21 ½	28
1849	25 ⅞	24 ¼	28
1850	28 ¾	26 ¾	31
1851	29 ⅛	27 ⅜	31
1852	29 7/16	26 ½	28 ½
1853	28 ½	27 ½	29 ½
1854	27 ⅝	26 ½	28 ¾
1855	27 9/16	27	28 ¼
1856	27 9/16	27 ⅞	28 ¼
1857	26 ⅝	23 ½	28
1858	25 9/16	22 ¾	27
1859	25 1/16	23 1/16	26 ⅞
1860	25 ¾	24 ½	26 ⅜
1861	25 9/16	24 ¼	26 ¾
1862	26 5/16	24 ¾	27 ¾
1863	27 ¼	26 ⅝	27 ⅞
1864	26 ¾	25 ¾	27 ¾
1865	25	22 ½	27 ¼
1866	24 ¼	22	26
1867	22 7/16	19 ¾	24 ⅜
1868	17	14	18 ⅞
1869	18 13/16	18	19 ⅝
1870	22 1/16	19 ⅝	24 ¼
1871	24 1/32	22	25 2/8
1872	25	23	26 ¼
1873	26 3/32	25	27
1874	25 25/32	24 ¾	26 ¾
1875	27 7/32	26 ⅛	28 ⅜
1876	25 11/32	23 ⅜	27 ⅛
1877	24 9/16	23	25 ⅝
1878	22 15/16	21	24 ⅝

ANNOS	Cotação media annual do cambio sobre Londres a 90 d/v	Taxa cambial minima annual sobre Londres a 90 d/v	Taxa cambial maxima sobre Londres a 90 d/v
1879	21 3/8	19 1/8	24 3/4
1880	22 3/32	19 7/8	24
1881	21 21/32	20 1/2	23 1/4
1882	21 5/32	20 1/8	22
1883	21 1/16	21	22 1/4
1884	20 11/16	19 1/6	22 1/7
1885	18 19/32	17 5/8	19 5/8
1886	18 19/32	17 5/8	19 5/8
1886	18 11/16	17 1/2	22 13/16
1887	22 7/16	21 1/16	23 13/16
1888	25 1/4	22 1/2	27 9/16
1889	22 7/16	24 1/4	27 3/4
1890	22 9/16	20 1/2	26
1891	14 20/32	11 1/2	20 3/4
1892	12 1/32	10	16
1893	11 19/32	10 1/8	13 15/16
1894	10 3/32	9 11/32	12 1/2
1895	9 15/16	9 11	11 13/32
1896	9 1/16	8	10 5/16
1897	7 23/32	6 7/8	8 31/32
1898	7 3/16	6 5/8	8 27/32
1899	7 7/16	6 11/16	8 7/32
1900	9 1/2	7 14/16	14 1/16
1901	11 3/8	9 23/32	13 13/32
1902	11 31/32	11 7/32	12 9/16
1903	12	11 5/8	12 5/8
1904	12 3/32	11 57/64	13 35/64
1905	15 57/64	13 19/32	18 1/16

Este quadro de J. Claudio da Silva, abrange a exportação fluminense, ou antes, a exportação pela Guanabara, durante uma serie de annos.

Os dados do *Commercio Exterior do Brasil*, divergem dos que nelle se inserem, não poucas vezes.

Assim vejamos quanto á exportação:

Annos	J. Claudio da Silva	Com. Exterior
1889	5.585.534	5.586.000
1890	5.108.862	5.109.000
1891	5.372.788	5.373.000
1892	7.109.277	7.109.000
1893	5.306.749	5.307.000
1894	5.582.536	5.582.000
1895	6.720.296	6.720.000
1896	6.743.551	6.744.000
1897	9.462.540	9.463.000
1898	9.266.946	9.267.000
1899	9.770.827	9.771.000
1900	9.155.464	9.155.000
1901	15.010.414	14.760.000
1902	13.461.683	13.157.000
1903	13.196.111	12.927.000
1904	10.292.004	10.025.000
1905	11.124.451	10.821.000
1906	—	13.966.000

Do cotejo destas duas columnas verificamos que as grandes divergencias, occorrem no quinquiennio de 1901 a 1905. Para um total de 63.014.863 saccas admittidas, pelo presidente da Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos do Rio de Janeiro oppõe-se outro de 61.170.000 admittidos pela autoridade official da Directoria de Estatistica Economica e Financeira do Thesouro Nacional, após acurada revisão de numeros. Assim no dizer desta ultima, houvera a menos uma exportação de 1.844.863 saccas de café, o que representa positivamente, um grande volume a ser descontado no computo da balança commercial.

Quanto ás medidas de preço annual, notamos desencontros embora pequenas igualmente. Mas tambem por vezes consideraveis senão mesmo grandes.

Annos	J. Claudio da Silva	Com. Exterior do Brasil
1889	5$140	5$146
1890	6$195	6$194
1891	8$815	8$813



1893	14$206	14$205
1892	10$349	10$349
1894	14$916	14$917
1895	13$475	13$475
1896	12$959	12$958
1897	9$259	9$258
1898	8$375	8$375
1899	8$034	8$035
1900	8$817	8$817
1901	5$617	5$754
1902	4$902	5$190
1903	5$004	4$954
1904	6$365	6$510
1905	7$145	5$000
1906	—	4$993

Como vemos ha em geral coincidencia de dados, notando-se porém que de 1901 em diante occorrem algumas divergencias das quaes uma sobremodo sensivel, como seja a que se refere ao anno de 1905.

As tabellas do Commercio Exterior do Brasil, assim avaliam os valores das safras de café do Brasil de 1889 a 1906, em milheiros de contos de réis e milheiros de libras esterlinas.

Annos	Contos de réis	£ 1.000 ouro
1889	172.258	18.983
1800	189.894	17.850
1891	284.167	17.561
1892	441.443	22.028
1893	452.326	21.712
1894	499.615	20.884
1895	543.336	22.385
1896	524.338	19.663
1897	525.682	16.506
1898	465.664	13.830
1899	470.993	14.459
1900	484.342	18.889
1901	509.598	23.978
1902	409.841	20.327
1903	384.298	19.076
1904	391.587	19.958
1905	324.681	21.421
1906	418.400	27.616

O confronto entre as duas columnas é dos mais sugestivos, revelando o profundo desequilibrio cambial occorrido neste periodo.

Assim entre 1889 e 1898, ao passo que, como em 1897, o valor da safra em réis chegara a 305 % decrescera o de sua valia em milheiros de libras, esterlinas a noventa por cento do que fora em 1889.

E no emtanto a massa de café crescera do modo mais notavel passando de 5.886.000 saccas em 1889 a 9.463.000 em 1896, o que correspondia a um accrescimo de quasi setenta por cento.

Assim, em relação ao equivalente ouro, chegara-se a seguinte e infeliz anomalia ao passo que a producção passara de cem a cento e setenta por cento, seu valor baixara de cem a noventa por cento.

Haviam sido estes os preços por sacca em mil réis e esterlinos:

Annos	Valor em réis	Valor em £ ouro
1889.	30$888	3,39
1890.	37$168	3,49
1891.	52$888	3,26
1892.	62$096	3,09
1893.	85$232	4,09
1894.	89$505	3,74
1895.	80$554	3,33
1896.	77$749	2,91
1897.	55$551	1,74
1898.	50$250	1,49
1899.	48$203	1,48
1900.	52$095	2,06
1901.	34$256	1,62
1902.	31$150	1,54
1903.	29$728	1,47
1904.	39$061	1,99
1905.	30$005	1,98
1906.	29$959	1,97

A ascensão verificada entre 1889 e 1894 que attingira ao apice neste ultimo anno, seguira-se numa depressão violenta cujo termino se verificara em 1903, com um pequeno hiato de 1899 a 1900. Entre 1903 e 1906, houvera movimento accen-

tuado para a alta a que succedera immediatamente outro para a baixa, voltando os preços em 1906, ao que haviam sido trez annos antes.

São afamadas as estatisticas divulgadas pela casa M. E. Laneuville do Havre.

Os quadros que E. Lalière organisou de accordo com os dados por ella fornecidos são de sumo interesse para o estudo da crise cafeeira de fins do século XIX.

PRODUÇÃO

ANNOS	Rio	Santos	Bahia e Victoria	Brasil	Outros paizes	Totaes
1880-81 a 1889-1890. . . .	3.605	1.868	155	5.628	4.324	9.952
1890-91 a 1894-1895. . . .	2.879	3.098	429	6.406	4.327	10.733
1895-96 a 1899-1900. . . .	3.347	5.127	581	9.055	4.523	13.578
1900- 1 a 1904-1905. . . .	3.760	8.061	579	12.400	3.933	16.393

Ou mais especificadamente no decennio da grande crise que determinou as operações da valorisação.

ANNOS	Rio	Santos	Bahia e Victoria	Brasol	Outros paizes	Totaes
1895-1896. . .	2.400	3.090	515	6.005	4.390	10.395
1896-1897. . .	3.580	5.100	635	9.315	4.600	13.915
1897-1898. . .	4.300	6.160	750	11.210	4.840	16.050
1898-1899. . .	3.190	5.580	550	9.320	4.405	13.725
1899-1900. . .	3.265	5.705	455	9.425	4.380	13.805
1900-1901. . .	2.930	7.970	385	11.285	3.785	15.070
1901-1902. . .	5.330	10.165	650	16.145	3.645	19.790
1902-1903. . .	3.975	8.350	620	12.945	3.720	16.665
1903-1904. . .	4.020	6.395	686	11.101	4.891	15.992
1904-1905. . .	2.542	7.426	555	10.523	3.923	14.446
1905-1906. . .	3.244	6.983	617	10.844	3.948	14.792
1906-1907. . .	4.234	15.392	564	20.190	3.596	23.786

Segundo estes mesmos auctores foram estas as cifras da producção e do consumo, e as do aprovisionamento visivel do mundo a 30 de junho:

Prazos	PROCEDENCIAS			STOCKS		
	Brasil	Outros paizes	Totaes	Brasil	Outros paizes	Totaes
1895-90 a 1899-1900. . . .	8.699	4.345	13.044	3.593	2.136	5.729
1900-01 a 1904-1905. . . .	11.372	3.293	15.295	8.731	2.485	11.216

O movimento por safra foi o seguinte:

CONSUMO MUNDIAL

Safras	Cafés do Brasil	De outros paizes	Totaes
1895-1896 . . .	6.546	4.420	10.900
1896-1897 . . .	7.997	4.430	12.427
1897-1898 . . .	10.099	4.483	14.582
1898-1899 . . .	8.935	4.059	12.994
1899-1900 . . .	9.917	4.335	14.252
1900-1901 . . .	10.134	3.831	13.905
1901-1902 . . .	11.512	3.817	15.319
1902-1903 . . .	12.055	3.442	16.897
1903-1904 . . .	11.194	4.394	15.568
1904-1905 . . .	11.376	4.131	15.507
1905-1906 . . .	12.085	4.221	16.306
1906-1907 . . .	12.927	4.181	17.108

Era este pois o confronto, por safras, entre a producção e o consumo mundiaes tomando-se como positiva a differença do consumo sobre a producção.

Safra	Producção	Consumo	Saldos
1895-1896 . . .	10.395	10.966	+ 571
1896-1897 . . .	13.915	12.427	— 1.488
1897-1898 . . .	16.050	14.582	— 2.468
1898-1899 . . .	13.725	12.994	— 731

1899-1900 . . .	13.805	14.252	+ 447
1900-1901 . . .	15.070	13.965	— 1.105
1901-1902 . . .	19.790	15.319	— 4.471
1902-1903 . . .	16.665	16.097	— 568
1903-1904 . . .	15.992	15.588	— 404
1904-1905 . . .	14.446	15.507	+ 61
1905-1906 . . .	14.792	16.306	+ 1.514
1906-1907 . . .	23.786	17.108	— 6.678
Total dos saldos positivos.		2.593.000 saccas	
Total dos saldos negativos.		17.320.000 saccas	
Super-producção		15.320.000 saccas	

Quanto á formação dos stocks do aprovisionamento mundial obedecera ella á seguinte progressão sempre avaliada em milhares de saccas:

	Réis
1895-1896 . . .	2.489
1896-1897 . . .	3.977
1897-1898 . . .	5.445
1898-1899 . . .	6.176
1899-1900 . . .	5.729
1900-1901 . . .	6.834
1901-1902 . . .	11.305
1902-1903 . . .	11.873
1903-1904 . . .	12.277
1904-1905 . . .	11.216
1905-1906 . . .	9.702
1906-1907 . . .	16.380

Segundo ainda Laneuville foram estas as medias do "good-average" do cambio medio brasileiro e dos preços na Havre.

			Fr.
1895-1896	14.200	9 ¾	87
1896-1897	10.700	8 ½	58
1897-1898	8.550	7	39
1898-1899	7.300	7 ⅝	36
1899-1900	7.800	8	39
1900-1901	5.850	11	42 ½
1901-1902	4.650	11 ¾	38
1902-1903	4.200	12	34

1903-1904	4.900	12 ⅛	38,5
1904-1905	5.150	13 ¾	45
1905-1906	4.250	16 ½	47
1906-1907	não cotado	15 ¾	41,5

Quanto ás oscillações do "good-average" no Brasil e no Havre das cotações haviam ellas sido:

1895-1896	11$000	15$800	71 — 96
1896-1897	9$000	13$400	43 — 10
1897-1898	7$200	10$200	33 — 48
1898-1899	6$400	8$500	33 — 40
1899-1900	5$700	9$600	31 — 48
1900-1901	4$000	7$800	35 — 50
1901-1902	3$900	5$800	33 — 49
1902-1903	3$600	5$100	30 — 39
1903-1904	3$600	6$700	29,5 — 49,75
1904-1905	3$900	6$000	40,25 — 50,5
1905-1906	4$000	4$700	43,5 . — 49,25
1906-1907	não cotado		34,75 — 49,50

Quanto ao consumo, assim o avaliou a casa Laneuville em milheiros de saccas.

Periodos	Europa Mediterraneo	E. Unidos	Cabo, R. Argentina. Consumo interno no Brasil	Totaes
1881-1885. . .	6.050	3.505	205	9.760
1885-1890. . .	5.855	3.580	175	9.610
1886-1895. . .	6.235	4.320	280	10.835
1896-1900. . .	7.380	5.510	360	13.250
1901.	8.370	6.730	380	15.480
1902.	8.325	6.460	420	15.205
1903.	9.075	7.040	410	16.525
1904.	8.575	6.890	485	15.950
1905.	8.850	6.425	730	16.015
1906.	9.370	7.040	435	16.845

Sumamente interessante é o confronto das quantidades de consumo pelos diversos paizes:

	1881-85	1886-90	1891-95	1896-00
Allemanha	1.795	1.840	1.980	2.355
França	1.065	1.065	1.130	1.265
Hungria	565	555	585	665
Hollanda	450	450	500	580
Belgica	430	380	405	480
Suecia	250	250	275	430
Russia	175	140	145	230
Italia	240	215	205	215
Grã Bretanha	230	215	200	205
Noruega	130	125	140	180
Dinamarca	110	85	100	135
Suissa	150	130	135	160
Hespanha	65	60	80	85
Portugal	40	40	35	40
Grecia e paizes Balkanicos	70	70	75	85
Turquia	200	145	150	161
Argelia	55	65	65	75
Egypto e Africa do Norte	30	25	30	35

Assim houvera notavel augmento sobretudo na Allemanha, Suecia, Hollanda. Se em alguns paizes o consumo se mantivera estacionario o decrescimo em outros fôra pouco sensivel mesmo entre nações pouco habituadas ao café.

Extraordinaria majoração se verificava nos Estados Unidos:

1881-1885 . . .	3.505
1886-1890 . . .	3.580
1891-1895 . . .	4.320
18961900 . . .	5.510

Assim tambem na rubrica Cabo da Boa Esperança, Argentina, consumo interno do Brasil.

1881-1885 . . .	205
1886-1890 . . .	175
1891-1895 . . .	280
1896-1900 . . .	360

A partir de 1901 as cifras eram:

	1901	1902	1903	1904	1905	1906
Allemanha	2.750	2.740	2.920	2.895	2.885	2.960
França	1.350	1.375	1.785	1.220	1.455	1.550
Austria-Hungria . . .	715	700	740	780	755	835
Hollanda	625	625	650	600	650	650
Belgica	545	550	490	575	550	580
Suissa	510	435	480	475	500	585
Russia	250	260	240	265	285	285
Italia	255	260	270	275	300	325
Grã Bretanha	265	235	220	210	210	215
Noruega	190	205	210	220	220	190
Dinamarca	205	215	260	240	260	270
Suissa	145	135	170	155	145	175
Hespanha	125	120	125	140	180	215
Portugal	45	45	50	50	50	50
Grecia e paizes Balkanicos	90	95	100	95	100	90
Turquia	170	180	195	190	190	195
Argelia	90	100	115	85	100	120
Egypto e Africa do Norte	45	50	55	55	60	61

Nos Estados Unidos continuava alto o nivel do consumo:

1901	6.730
1902	6.460
1903	7.040
1904	6.890
1905	6.425
1906	7.040

Assim tambem quanto ao Cabo da Boa Esperança, R. Argentina e os portos brasileiros, apezar da depressão notada em 1906:

1901	380
1902	420
1903	410
1904	485
1905	730
1906	435

Quanto ao consumo *per capita* era assim avaliado:

	Kilos por habitante
Hollanda	7.500
Dinamarca	6
Suecia	5.750
Noruega	5.050
Belgica	4.900
Estados Unidos	4.750
Suissa	3.400
Allemanha	3.050
França	2.600
Argelia	1.450
Austria-Hungria	1.150

Abaixo de um kilo por habitante figuravam:

	Grs.
Turquia	950
Italia	600
Hespanha	600
Portugal	600
Grecia	400
Grã Bretanha	300
Egypto e Norte da Africa . .	200
Russia	150

A Grã Bretanha e a Russia eram os grandes paizes do chá, o Egypto e a Africa Septentrional é que se haviam deshabituado do café a que desde o século XVI estavam acostumados.

Quanto ás taxas alfandegarias de entrada eram ellas em francos por cem kilos, e na ordem crescente:

Estados Unidos — Nullas
Hollanda — Nullas
Belgica — Nullas
Suissa — 2 francos
Suecia — 16,75 francos
Dinamarca — 23,50 francos
Grã Bretanha — 35,00 francos
Noruega — 41,50 francos

Allemanha — 49,50 francos
Grecia — Variavel de 25 a 78 francos
Austria-Hungria — 92,50 francos
Russia — 95,50 francos
Portugal — 100 francos
Italia — 130 francos
França — 136 francos
Hespanha — 140 francos.

Fallando do augmento do consumo diz Lalière que de 1901 a 1907 o accrescimo medio verificado fôra de um e meio por cento.

Só o consumo medio annual de 1896 fôra de 13.250.000 saccas passara de 1903 a 1907 a 15.456.000. Assim entre 1900 e 1907 se verificara uma majoração annual de 458.000 saccas.

CAPITULO LXXXI

Exportação de café por Santos e o Rio de Janeiro — A exportação fluminense, mineira — Safras — Consumos mundiaes annuaes

O minucioso e consciencioso quadro estatistico das entradas e vendas de café na praça de Santos publicação annual dos grandes commissarios Telles, Quirino e Nogueira continuada por seus successores, Lima, Nogueira & C. traz excellentes informações sobre o movimento do commercio cafeeiro na grande praça paulista.

Deste quadro tomemos os dados relativos ao periodo de 1889 a 1906. Refere-se aos annos commerciaes e não aos civis.

Exercicios	Entradas em Santos Saccas	Preço por k. Rs.	Valor em Rs.
1889-1890. . . .	1.870.202	588	65.980:760$560
1890-1891. . . .	2.952.322	785	139.054:366$200
1891-1892. . . .	3.686.084	1.004	222.049:700$160
1892-1893. . . .	3.255.930	1.184	231.301:267$200
1893-1894. . . .	1.686.389	1.477	149.447:793$180
1894-1895. . . .	4.007.380	1.389	333.975:049$200
1895-1896. . . .	3.093.528	1.426	264.682:255$680
1896-1897. . . .	5.104.486	1.098	336.283:537$680
1897-1898. . . .	6.152.594	911	336.300:788$040
1898-1899. . . .	5.569.650	788	263.333:052$000
1899-1900. . . .	5.711.732	760	260.454:979$200
1900-1901. . . .	7.973.148	616	294.687:550$080
1901-1902. . . .	10.165.044	524	319.588:983$360
1902-1903. . . .	8.349.783	452	231.455:984$760
1903-1904. . . .	6.397.441	520	199.600:159$200
1904-1905. . . .	7.422.758	581	258.757:343$880
1905-1906. . . .	6.982.885	449	188.118:921$900
1906-1907. . . .	15.392.170	421	388.764:257$340



Os embarques em Santos durante este periodo haviam sido os seguintes assim como es existencias a 30 de junho de cada anno:

Exercicios	Embarques	Existencias	Stocks mundiaes
1889-1890	2.041.503	50.000	2.417.000
1890-1891	3.048.327	56.000	1.880.800
1891-1892	3.686.084	187.000	2.966.330
1892-1893	3.412.882	112.000	3.091.880
1893-1894	1.762.679	40.000	2.146.160
1894-1895	3.904.080	145.000	3.049.660
1895-1896	3.135.196	115.800	2.505.330
1896-1897	4.960.062	217.900	3.962.500
1897-1898	6.053.521	287.700	5.412.000
1898-1899	5.535.361	266.220	6.147.830
1899-1900	5.742.372	279.230	5.725.830
1900-1901	7.821.541	386.640	6.781.160
1901-1902	9.731.921	832.030	11.219.160
1902-1903	7.542.481	640.760	11.795.000
1903-1904	6.537.226	554.811	12.241.660
1904-1905	7.174.557	814.565	11.153.630
1905-1906	7.280.162	505.681	9.625.000
1906-1907	7.174.557	814.565	11.153.630
1906-1907	13.874.113	1.943.058	16.399.954

As relações entre entradas e embarques eram as seguintes:

1889-1890	100	para	109
1890-1891	100	"	103
1891-1892	100	"	113
1892-1893	100	"	104
1893-1894	100	"	105
1894-1895	100	"	97
1895-1896	100	"	101
1896-1897	100	"	97
1897-1898	100	"	98
1898-1899	100	"	99
1899-1900	100	"	100,5
1900-1901	100	"	98
1901-1902	100	"	95
1902-1903	100	"	90

1903-1904	100	"	102
1904-1905	100	"	96
1905-1906	100	"	104
1906-1907	100	"	190

De accordo com a tabella de Lima, Nogueira & C. o consumo mundial attingiu as seguintes medias em trez decenios:

	De saccas
1880-1881 a 1889-1890.	10.012.000
1890-1891 a 1899-1910.	11.826.000
1900-1901 a 1909-1910.	16.344.000

Quanto aos extremos de preço relativo a New York termo Rio typo 7 por libra e no Havre em francos por 50 kgs. haviam elles sido os seguintes assim como os cambios sobre Londres, Pariz e Hamburgo:

Exercicios	New York (typo 7)	Havre (50 kgs.)
1889-1890	13.00 — 18.30	82 — 113
1890-1891	13.10 — 18.50	97 — 132
1891-1892	10.35 — 17.25	79 — 102
1892-1893	11.75 — 17.70	82 — 107
1893-1894	12.80 — 17.75	95 — 106
1894-1895	10.45 — 15.75	86 — 100
1895-1896	9.65 — 15.60	71 — 96
1896-1897	6.65 — 11.85	34 — 70
1897-1898	4.60 — 7.80	33 — 48
1898-1899	4.55 — 6.60	33 — 40
1899-1900	4.10 — 8.05	31 — 48
1900-1901	5.00 — 9.20	35 — 56 ½
1901-1902	4.65 — 8.00	33 — 49
1902-1903	3.55 — 6.10	30 ¼ — 38 ½
1903-1904	3.55 — 9.40	29 ¾ — 50 ¼
1904-1905	5.80 — 8.80	40 ¼ — 50 ½
1905-1906	5.90 — 8.10	43 ½ — 49 ¼
1906-1907	5.05 — 7.90	34 ¾ — 49 ½

Exercicios	Cambio sobre Londres	Cambio sobre Pariz	Cambio sobre Hamburgo
1889-90. .	20 1/4 — 27 11/16	344 — 471	424 — 581
1890-91. .	16 — 24 1/2	389 — 596	480 — 736
1891-92. .	10 3/8 — 17 5/8	541 — 919	668 — 1.135
1892-93. .	10 — 15 1/2	615 — 953	759 — 1.777
1893-94. .	9 — 12 5/16	775 — 1.059	956 — 1.308
1894-95. .	9 — 12	794 — 1.059	971 — 1.308
1895-96. .	8 7/16 — 11 3/8	838 — 1.130	1.034 — 1.395
1896-97. .	7 1/2 — 9 7/8	965 — 1.271	1.192 — 1.570
1897-98. .	5 21/32 — 7 25/32	1.225 — 1.686	1.513 — 2.082
1898-99. .	6 11/16 — 8 3/4	1.089 — 1.425	1.345 — 1.760
1899-00. .	6 29/32 — 11 1/8	858 — 1.380	1.058 — 1.705
1900-01. .	9 3/8 — 14 7/16	660 — 1.017	815 — 1.256
1901-02. .	9 1/2 — 12 11/16	751 — 1.003	928 — 1.239
1902-03. .	11 19/32 — 12 5/8	755 — 822	932 — 1.015
1903-04. .	11 3/4 — 12 1/2	762 — 811	942 — 1.002
1904-05. .	12 1/6 — 16 11/32	583 — 790	720 — 975
1905-06. .	13 19/32 — 17 19/32	542 — 701	669 — 866
1906-07. .	14 5/8 — 15 3/8	620 — 652	765 — 805

Pelo confronto das columnas das entradas e dos embarques verifica-se que nos cinco primeiros exercicios a exportação foi sempre maior do que a chegada a Santos. Assim a 30 de junho de 1894 havia apenas 40.000 saccas de disponivel. No segundo quinquiennio avolumaram-se as existencias, mas não muito apenas razoavelmente em relação ao total das entradas. E realmente a safra de 1898-1899, num total de ...... 5.569.650 saccas deixava a 30 de junho de 1899 apenas 266.220 saccas ou 4,7 da colheita remettida.

Dahi em diante é que as existencias subiram formidavelmente dando um saldo brusco entre 30 de junho de 1901 e 30 de junho de 1902 em que cresceu de 215 por cento. Já em relação á safra de 1904 1905 o stock santista representava 11,3. O auge do desequilibrio occorreria porém a 30 de junho de 1907 em que as existencias em Santos chegariam a representar mais de quatorze por cento da safra corrente e em que este stock passaria a ser 238 por cento do que era em 1905 e 1.340 por cento do que fôra em 1895!

Em todo o caso até 1.º de julho de 1897 os stocks não haviam sensivelmente pesado sobre os mercados. Pode-se mesmo dizer que até 30 de junho de 1901 estivera a praça santista pouco entorpecida pelo avolumamento das existencias.

Exportação de café pelo porto do Rio de Janeiro, segundo os Retrospectos Commerciaes do *Jornal do Commercio* de 1889 a 1906 (saccas de 60 ks.):

1889	2.810.325
1890	2.733.600
1891	3.215.800
1892	3.393.561
1893	2.438.905
1894	2.671.958
1895	2.763.727
1896	2.784.958
1897	4.066.734
1898	3.441.253
1899	3.504.708
1900	2.658.990
1901	4.310.357
1902	3.905.150
1903	4.005.933
1904	2.902.472
1905	2.891.637
1906	3.267.271

Assim em dezoito annos civis sahiram das aguas da Guanabara para os Estados Unidos e para a Europa 57.767.339 saccas ou seja em media por anno 3.209.296 saccas.

A analyse desta ultima cifra que corresponde ás remessas anuaes diversas leva-nos á consideração de que a zona tributaria do porto do Rio de Janeiro não augmentou a sua producção senão moderadamente. As 1.066.734 saccas de 1897

e as seguintes remessas de 1898 a 1899 até 1903 procedem do alargamento das lavouras realizado nos tempos aureos das altas cotações da arroba.

Mas assim mesmo a majoração não representa coefficiente exagerado. Convem recordar, comtudo que as condições da zona fluminense e mineira não eram de longe favoraveis á enorme expansão como a que na região paulista occorreu.

Valendo-nos de um quadro organizado pelo corretor Fernando L. P. Nunes examinemos a marcha da exportação em Santos-Rio, mensalmente, de 1894 a 1906.



COLHEITAS

MEZES	1894 — 95		1895 — 96		1896 — 97	
	Rio Saccas	Santos Saccas	Rio Saccas	Santos Saccas	Rio Saccas	Santos Saccas
Julho	256.832	219.000	159.740	240.622	335.462	473.991
Agosto	361.409	475.000	347.289	469.000	347.283	641.296
Setembro	276.891	593.000	266.680	412.185	409.431	712.891
Outubro	258.956	613.000	287.097	497.000	332.811	664.898
Novembro	132.944	420.290	249.327	386.000	379.430	659.117
Dezembro	142.349	440.000	280.153	329.947	333.688	450.131
Janeiro	190.465	329.000	199.342	190.541	258.620	303.631
Fevereiro	139.920	199.768	89.062	100.180	200.779	269.213
Março	168.943	211.274	87.720	82.067	264.327	332.851
Abril	340.171	236.000	86.123	53.778	237.232	247.901
Maio	251.412	117.000	162.184	96.240	202.441	165.619
Junho	172.709	125.262	184.270	196.214	227.137	184.632
	2.693.001	3.978.594	2.398.987	3.053.804	3.578.641	5.106.121
Em transito . . .	—	—	16.704	—	154.489	—
Totaes	2.693.001	3.978.594	2.415.691	3.053.804	3.733.130	5.106.121

COLHEITAS

MEZES	1897 — 98		1898 — 99		1899 — 900	
	Rio Saccas	Santos Saccas	Rio Saccas	Santos Saccas	Rio Saccas	Santos Saccas
Julho	357.206	609.261	248.951	449.584	363.680	712.072
Agosto	643.514	1.032.870	390.897	836.628	444.697	1.130.977
Setembro	472.142	929.861	385.444	877.803	445.216	1.015.772
Outubro	459.115	818.436	329.358	716.588	327.948	758.520
Novembro.	429.557	572.253	198.992	429.015	348.415	555.247
Dezembro.	369.225	452.626	216.152	474.397	180.537	432.903
Janeiro	289.228	404.235	321.392	421.622	263.265	332.010
Fevereiro.	285.137	310.270	242.240	322.897	299.280	211.166
Março	347.101	378.023	283.803	322.259	267.886	149.164
Abril	236.219	263.467	151.496	218.051	123.617	116.023
Maio	211.320	208.476	185.113	181.658	98.784	77.513
Junho	143.874	172.789	218.244	319.103	112.340	214.615
	4.234.638	6.152.557	3.172.082	5.569.605	3.275.665	5.705.982
Em transito . . .	232.941	—	148.336	—	123.150	—
Totaes	4.467.579	6.152.557	3.330.418	5.569.605	3.398.815	5.705.982

COLHEITAS

MEZES	1900 — 901		1901 — 902		1902 — 903	
	Rio Saccas	Santos Saccas	Rio Saccas	Santos Saccas	Rio Saccas	Santos Saccas
Julho	182.742	592.626	584.303	847.879	357.353	387.831
Agosto	348.270	960.906	577.779	1.321.196	520.557	1.185.808
Setembro	359.825	1.157.140	716.223	1.518.077	512.407	1.203.397
Outubro	303.828	1.337.136	662.375	1.579.789	402.210	1.128.633
Novembro.	231.370	785.536	530.383	1.028.905	376.137	807.687
Dezembro	166.666	579.255	280.979	741.422	225.960	656.668
Janeiro	179.438	496.905	291.311	636.627	227.020	542.824
Fevereiro.	225.515	518.118	283.754	570.556	243.086	444.687
Março	256.890	600.875	290.239	450.904	290.246	504.358
Abril.	176.141	373.857	246.744	601.654	195.721	363.896
Maio	176.001	280.067	267.788	486.583	218.681	284.223
Junho	235.683	294.597	250.797	381.451	214.723	439.816
	2.846.369	7.977.018	4.982.675	10.165.043	3.811.191	8.349.828
Em transito. . . .	103.405	—	326.734	—	170.769	—
Totaes	2.950.794	7.977.018	5.309.409	10.165.043	3.981.960	8.349.828

COLHEITAS

MEZES	1903 — 904		1904 — 905		1905 — 906	
	Rio Saccas	Santos Saccas	Rio Saccas	Santos Saccas	Rio Saccas	Santos Saccas
Julho	494.488	923.312	178.790	809.167	239.411	668.475
Agosto.	565.583	1.148.012	357.573	1.401.837	405.930	1.127.172
Setembro	482.128	1.120.406	415.324	1.346.580	420.476	1.198.361
Outubro.	537.814	967.676	324.922	1.095.873	470.760	1.178.620
Novembro	360.463	611.594	240.316	706.573	256.826	872.650
Dezembro	323.247	424.301	213.332	588.112	267.244	508.180
Janeiro	238.440	231.304	196.439	374.509	117.676	280.527
Fevereiro.	292.477	194.924	157.563	268.645	81.479	227.130
Março	181.108	189.648	119.589	288.005	128.754	232.000
Abril	140.171	176.955	50.925	149.399	149.023	219.830
Maio	132.840	179.796	72.108	162.269	249.106	170.630
Junho	96.439	229.815	132.756	231.803	185.184	293.600
	3.845.198	6.398.033	2.459.617	7.422.772	3.116.869	6.977.175
Em transito . . .	163.121	—	87.746	—	124.560	—
Totaes	4.008.319	6.398.033	2.547.363	7.422.772	3.241.429	6.977.175

As cifras do quadro do corretor Fernando Nunes, que diz ter-se valido dos dados officiaes de toda a confiança, divergem dos de Lima Nogueira & C., tão prestigiados no Estado de S. Paulo.

Por vezes chegam estas divergencias a ser vultosas, muito vultosas, como se deprehende do confronto.

Safras	Lima, Nogueira & C.	F. Nunes
1894-1895	3.904.080	3.978.594
1895-1896	3.135.196	3.053.804
1896-1897	4.960.062	5.106.121
1897-1898	6.053.521	6.152.557
1898-1899	5.535.361	5.569.605
1899-1900	5.742.362	5.705.982
1900-1901	7.821.541	7.977.018
1901-1902	9.731.921	10.165.043
1902-1903	7.542.481	8.349.828
1903-1904	6.537.226	6.398.033
1904-1905	7.174.557	7.422.772
1905-1906	7.280.162	6.977.175
Totaes. . . .	75.418.470	76.856.532

Assim, segundo o corretor Nunes, avultou a exportação santista de quasi um milhão e meio de saccas sobre o computo de Lima, Nogueira.

Não sabemos avaliar a exactidão do quadro Nunes. Parece impossivel que houvesse occorrido differença tão grande, por vezes enormes, como as de 1902-1903 (807.347 saccas!) nem mesmo com as de 1904-1905 e 1905-1906 (248.215 e 302.987).

Apezar do terrivel golpe que lhe desfechou a lei de 13 de maio, a lavoura fluminense, já decadente pela usura de suas terras alcantiladas e erosadas, durante larga serie de annos, contribuiu com elevadas quotas para a exportação geral do Brasil. Tal força viva adquirida durante os largos decenios em que dominara, com enorme destaque a industria cafeeira do paiz.

Valendo uns dos dados consignados nas referencias estatisticas, publicação official do Departamento de Estatistica e publicidade do Estado do Rio de Janeiro.

Vejamos o que foi a exportação cafeeira fluminense do periodo que nos interessa o de 1889-1906.

Annos	Saccas	Preço por arroba	Preço por saccas	Valor total	Imposto *ad valoren*
1889. . . .	1.309.271	8$995	35$981	47.109:150$	4 %
1890. . . .	1.310.716	12$068	48$275	63.275:100$	4
1891. . . .	1.501.885	27$513	110$053	165.288:350$	4
1892. . . .	1.308.820	16$852	67$410	88.228:350$	11
1893. . . .	1.025.960	17$780	71$121	72.968:218$	11
1894. . . .	1.585.518	16$981	67$925	107.695:490$	11
1895 . . .	1.996.439	23$209	22$839	111.076:809$	11
1896. . . .	1.191.935	18$575	74$301	88.561:803$	11
1897. . . .	1.727.517	13$622	54$490	94.132:990$	11
1898. . . .	1.384.460	12$074	48$298	66.867:490$	11
1899. . . .	1.331.243	11$964	47$858	63.710:680$	10
1900. . . .	939.995	12$869	51$477	48.388:780$	10
1901. . . .	1.550.698	7$893	31$575	48.962:040$	10
1902. . . .	1.273.400	6$883	27$534	35.062:050$	10
1903. . . .	1.225.626	7$176	28$707	35.184:820$	10
1904. . . .	908.439	9$582	38$329	34.819:952$	8, 5
1905. . . .	896.618	7$319	29$277	26.250:600$	8, 5
1906. . . .	1.057.354	6$951	27$804	29.398:390$	8, 5

Por quinquiennio foram estas as cifras:

Annos	Saccas	Valendo
1890-1894	6.732.905	497.455:712$000
1895-1900	6.831.604	424.349:832$000
1900-1904	5.898.158	202.417:642$000
1905-1909	4.768.307	126.211:230$000

A simples inspecção destes numeros nos mostra a rudeza da crise por que passaram os agricultores fluminenses nos dois ultimos quinquiennios, sobretudo ao compararmos o primeiro destes periodos ao quarto.

Baixara a producção de trinta por cento e o rendimento liquido este de quasi setenta e cinco!

Os numeros indices, demonstrativos do volume, do valor official são os seguintes:

Annos	Saccas	(Valor official)
1889.	100	100
1890.	101	134
1891.	115	351
1892.	107	187

1893.	78	155
1894.	121	229
1895.	91	236
1896.	91	180
1897.	132	200
1898.	106	142
1899.	102	135
1900.	72	103
1901.	118	104
1902.	97	74
1903.	94	75
1904.	69	74
1905.	68	50
1906.	81	62

Desde os seus primeiros annos vivera a Provincia do Rio de Janeiro, da tributação de sua exportação cafeeira. Della haurira os recursos exiguos para a sua administração, em todo o periodo imperial. Muito pouco rendia o imposto arrecadado sobre outras fontes tributarias, comparativamente ao que produzia o café.

Nos primeiros annos do novo regimen continuou a producção cafeeira a ser grande alimentadora das receitas estaduaes, concorrendo com a mais avultada porcentagem para os orçamentos fluminenses, como se deprehende do quadro aqui junto.

Exercicios	Receitas estaduaes	Contribuição do café	Porcentagem
1889. . .	3.486:752$	1.884:366$	54,04
1890. . .	4.288:535$	2.531:004$	59,02
1891. . .	9.990:584$	6.611:534$	66,18
1892. . .	14.559:793$	9.705:141$	66,66
1893. . .	11.331:763$	8.026:504$	70,83
1894. . .	14.879:491$	11.846:504$	79,62
1895. . .	15.343:381$	12.218:449$	79,63
1896. . .	13.035:706$	9.741:805$	74,73
1897. . .	13.944:871$	10.354:629$	24,25
1898. . .	10.465:703$	7.355:424$	70,28
1899. . .	9.705:760$	6.371:068$	65,64
1900. . .	7.969:327$	4.838:878$	60,72
1901. . .	9.224:166$	4.896:204$	53,08
1902. . .	6.728:199$	3.506:205$	52,11

1903. . .	6.798:716$	3.518:482$	51,75
1904. . .	8.231:276$	2.959:696$	35,96
1905. . .	9.542:066$	2.231:301$	23,38
1906. . .	8.113:158$	2.498:873$	30,80

A crise cafeeira flagelou ao Estado do Rio de Janeiro mais do que a qualquer outro das grandes circumscripções cafeeiras. A economia da antiga provincia repousava quasi toda sobre o café.

De 1897 em diante, sob a presidencia Alberto Torres, accentuou-se a depressão economica de modo assustador. Quando a 31 de dezembro de 1900, assumiu Quintino Bocayuva, o governo do Estado a crise economica chegara ao auge. A esta situação agravava a crise politica. Trez annos mais tarde, encontrava o novo presidente Nilo Peçanha, verdadeira massa fallida a administrar, como aliás o proclamara Quintino Bocayuva.

Lançou mão de medidas das mais drasticas e conseguiu alliviar os impostos sobre o café, á vista da situação deploravel em que se achava a lavoura.

Recorreu a transferencia de impostos municipaes, para a arrecadação estadual, reduziu immenso o funccionalismo, supprimiu escolas, subvenções de asylos e hospitaes, criou impostos de importação, mas aliviou a tributação cafeeira.

Na interessante monographia de Sylvio Ferreira Rangel: *O café no Estado do Rio de Janeiro, sua origem, influencia na vida economica e social da terra fluminense,* ha uma tabella relativa á exportação de café fluminense de 1889 a 1926, em que os numeros correspondentes e computo das saccas exportadas, seu valor official, importação do imposto arrecadado pelo Estado, taxa media cambial e taxa de imposto estadual, quasi sempre coincide com os *Referencias Estatisticas* a publicação official de 1937, de que nos temos valido. O trabalho de Rangel data de 1927.

A columna da tabella destinada a documentar o valor medio da arroba de café nos diversos annos, é que traz uma serie de valores totalmente diversos dos das *Referencias.* E' que por inadvertencia ou por um phenomeno de distração para o nosso auctor, inscrevem-se preços de arroba, em vez de se referir a dez kilos. E assim mesmo estas cifras estão em grande discordancia.

Annos	Arr. Referencias estatisticas	Arr. Ferreira Rangel (corrigido)
1889. . . .	8$995	7$710
1890. . . .	12$068	9$292
1891. . . .	27$513	13$222
1892. . . .	16$852	15$523
1893. . . .	17$780	21$309
1894. . . .	16$981	22$369
1895. . . .	23$209	20$212
1896. . . .	18$575	19$453
1897. . . .	13$622	13$888
1898. . . .	12$074	12$557
1899. . . .	11$964	12$051
1900. . . .	12$869	13$225
1901. . . .	7$893	8$425
1902. . . .	6$883	7$353
1903. . . .	7$176	7$506
1904. . . .	9$582	9$517
1905. . . .	7$319	10$717
1906. . . .	6$951	7$284

Duma publicação official do Estado de Minas Geraes, impressa para se commemorar a passagem do segundo centenario da introdução cafeeira no Brasil: *Minas e o bicentenario do cafeeiro no Brasil,* occorre um quadro relativo á producção mineira de que transcrevemos um trecho relativo á exportação de café e seu valor official e importancia do imposto pago:

Annos	Arr. exportadas	Valor official	Imposto pago
1889.	4.629.699	38.195:016$	1.527:000$
1890.	3.883.545	40.893:728$	1.635:000$
1891.	6.327.066	87.056:310$	3.482:252$
1892.	6.480.363	101.968:616$	9.701:654$
1893.	5.253.068	90.028:947$	10.463:697$
1894.	5.969.956	118.938:247$	14.017:722$
1895.	6.734.866	143.351:627$	14.797:546$
1896.	7.207.054	135.737:668$	14.304:049$

1897.	10.261.917	137.757:556$	15.153:331$
1898.	8.776.550	105.035:935$	11.553:952$
1899.	9.015.971	119.489:042$	11.317:565$
1900.	6.946.411	87.957:803$	7.916:202$
1901.	12.547.713	97.642:324$	8.968:373$
1902.	11.974.737	83.361:075$	7.502:476$
1903.	12.485.229	77.692:290$	6.992:306$
1904.	8.639.659	80.345:831$	7.231:484$
1905.	8.023.748	58.238:248$	4.950:251$
1906.	11.585.930	68.336:286$	5.808:584$

Annos	Exportação geral	Imposto pago
1889	48.906:273$	2.030:184$
1890	60.005:981$	2.040:110$
1891	120.000:000$	4.027:135$
1892	143.000:000$	10.209:891$
1893	126.000:000$	10.739:576$
1894	168.000:000$	15.000:000$
1895	300.000:000$	17.317:823$
1896	133.519:899$	15.560:569$
1897	180.517:244$	16.740:923$
1898	153.300:499$	13.791:017$
1899	179.610:396$	14.429:025$
1900	191.386:925$	10.475:053$
1901	159.334:276$	11.366:907$
1902	144.586:209$	10.107:673$
1903	146.800:010$	9.772:059$
1904	149.190:261$	10.533:361$
1905	114.493:252$	7.587:440$
1906	129.279:118$	8.530:561$

Nesta mesma publicação *Minas e o bicentenario do cafeeiro no Brasil* ha outro quadro que encerra os preços do café em papel ouro, preços medios, vigentes em Minas Geraes:

Annos	Saccas	por @	Pence	
1889	1.157.424	7$710	203,8	26 7/16
1890	970.886	9$292	209,6	22 9/16
1891	1.582.266	3$222	197,0	14 29/32
1892	1.615.093	15$523	186,3	12 1/32
1893	1.313.267	21$309	246,9	11 19/32

1894	1.492.489	22$374	225,7	10 3/32
1895	1.672.716	20$212	200,7	9 15/16
1896	1.801.762	19$438	176,1	9 1/16
1897	12.565.729	13$888	107,8	7 23/32
1898	12.194.137	12$562	90,2	7 3/16
1899	2.256.492	12$051	89,5	7 7/16
1900	1.786.602	13$225	125,6	9 1/2
1901	3.136.928	8$525	96,9	11 3/8
1902	2.968.684	7$553	87,9	11 31/32
1903	3.121.307	7$506	90,1	12
1904	2.159.914	9$547	116,5	12 7/32
1905	2.005.927	10$717	170,3	15 57/64
1906	2.896.482	7$284	115,2	16 3/16

Por quinquiennio haviam sido estas as exportações cafeeiras de Minas Geraes:

Annos	Saccas	Valendo
1890-1894. . . .	6.779.002	438.885:908$
1895-1899. . . .	10.499:081	641.371:828$
1900-1904. . . .	3.123.483	427.013:323$

Assim nos trez lustros de 1890 a 1904 produzira Minas Geraes um total de 30.401.578 saccas no valor de Rs. .... 1.507.261:059$000.

As mesmas reflexões feitas a proposito dos demais estados cafeeiros do Brasil se aplicam a Minas. No terceiro quinquiennio quasi dobrara a producção cafeeira e no emtanto o valor desta grande massa ficara estacionaria.

Abstrahindo a exportação de S. Paulo, Minas Geraes, Rio de Janeiro, Espirito Santo e Bahia, a do resto do Brasil em principios do seculo XX era por assim dizer minima como demonstra o quadro seguinte, em que a exportação para o Exterior é avaliada em saccas.

Estados	1903	1904	1905	1906
Pernambuco	12.849	4.722	47.461	22.816
Santa Catharina	10.213	6.091	6.320	14.997
Paraná.	4.599	7.775	7.570	7.351
Ceará.	1.905	462	435	214
Goyaz	29	1	47	55
Totaes	29.595	19.051	61.833	44.933

A exportação brasileira abstrahindo-se do que se escoou por Santos, Rio de Janeiro, Victoria e Bahia veio a ser muito pequena como consta do quadro:

Portos	1902	1903	1904	1905	1906
Antonina. . . .	—	—	—	—	7
Belém	707	314	286	456	875
Cabedello. . . .	—	—	343	603	405
Corumbá. . . .	79	22	5	—	—
Florianopolis . .	18.157	11.814	14.349	11.268	14.368
Fortaleza. . . .	72	25	8	8	31
Itajahy.	455	764	65	81	274
Itaqui	—	—	—	1	—
Manáos	438	37	129	36	13
Paranguá . . .	49	—	—	—	1
Porto Alegre . .	64	3	28	3	2
Recife.	119	8.897	6.095	16.505	11.781
Rio Grande. . .	5	—	105	—	56
São Luiz. . . .	5	2	4	7	3
S. Francisco. .	2.060	941	83	252	342
Totaes. . .	22.210	22.814	21.520	39.220	28.158

Como a exportação total do Brasil pelos quatro grandes portos cafeeiros fôra em:

	Saccas
1902	13.157.383
1903	12.927.239
1904	10.024.536
1905	10.820.661
1906	13.965.801

Verifica-se que a exportação dos quinze portos menores representa porcentagens absolutamente insignificantes.

Haveriam de avultar com o decorrer dos annos a de Paranaguá, Recife, sobretudo a primeira.

Foram ellas em:

	Da exportação total
1902	0,16
1903	0,17
1904	0,21
1905	0,35
1906	0,20

No ultimo quinquiennio haviam sido estas para os grandes portos as cifras da exportação:

	1902	1903	1904	1905	1906
Santos . .	8.714.182	7.994.395	6.571.509	7.453.752	10.166.257
Rio de Jan.	3.883.500	4.111.805	2.856.761	2.273.188	3.193.557
Victoria. .	373.503	490.930	423.364	381.027	356.376
Bahia. . .	163.979	307.270	151.401	183.374	221.453

Valendo-se Lalière segundo afirma, das mais autorisadas estatisticas, dá o seguinte quadro das safras exportadas pelos annos commerciaes, de 1885-1886 a 1904-1905, avaliadas em milheiros de saccas de 60 kilogrammas.

Safras	Rio e Victoria	Santos	Bahia	Totaes
1885-1886	3.900	1.664	208	5.772
1886-1887	3.550	2.620	150	6.320
1887-1888	1.950	1.113	106	3.169
1888-1889	4.175	2.611	164	6.950
1889-1890	3.400	1.869	169	4.438
1890-1891	2.457	2.913	156	5.526
1891-1892	3.816	3.654	306	7.776
1892-1893	3.131	3.213	192	6.536
1893-1894	2.946	1.719	370	5.035
1894-1895	2.964	3.987	289	7.240
1895-1896	2.702	3.081	211	5.994
1896-1897	3.860	5.103	323	9.286
1897-1898	4.737	6.157	302	11.196
1898-1899	3.463	5.569	268	9.300
1899-1900	3.532	5.709	192	9.433
1900-1901	3.105	7.970	187	11.262
1901-1902	5.792	10.166	214	16.172
1902-1903	4.394	8.350	322	13.066
1903-1904	4.455	6.839	285	11.579
1904-1905	2.938	7.426	165	10.529

Esta cifra de Lalière está em desaccordo com as de outras procedencias mas em geral as divergencias são pequenas e por vezes muito pequenas, como por exemplo succede com as

que aponta o tão acatado quadro organisado para Santos pela grande casa commissaria Telles Quirino Nogueira.

Pensamos que se valeu sobretudo das estatisticas publicadas por David Campista a defender o Convenio de Taubaté.

Num quadro suplementar para sete safras 1902-1903 a 1908-1909 traz Lalière os seguintes dados:

Safras	Rio	Victoria	Santos	Bahia	Totaes
1902-1903 . .	3.974	420	8.350	322	13.066
1903-1904 . .	4.018	437	6.389	285	11.129
1904-1905 . .	2.547	391	7.426	165	10.529
1905-1906 . .	3.244	369	6.983	207	10.803

Valendo-nos destes dados confrontemos a producção brasileira e universal examinando as porcentagens brasileiras.

Safras	Brasil	Universo	Totaes	Porc. bras.
1885-1886	5.772	3.901	5.675	60.1
1886-1887	6.320	4.151	10.471	60,7
1887-1888	3.169	3.746	6.915	45,9
1888-1889	6.950	4.092	11.042	63,1
1889-1890	4.438	3.986	8.424	52,8
1890-1891	5.526	3.740	9.266	60,0
1891-1892	7.776	4.262	12.038	64,8
1892-1893	6.536	4.742	11.278	58,3
1893-1894	5.035	4.362	9.397	54,1
1894-1895	7.240	4.527	11.767	61,8
1895-1896	5.994	4.385	10.379	58,1
1896-1897	9.286	4.603	13.889	67,2
1897-1898	11.196	5.003	16.199	67,6
1898-1899	9.300	4.455	13.755	67,9
1899-1900	9.433	4.386	13.819	68,2
1900-1901	11.262	3.788	15.050	75,0
1901-1902	16.172	3.646	19.818	81,6
1902-1903	13.066	4.499	17.565	74,6
1903-1904	11.579	4.178	15.757	73,7
1904-1905	10.529	3.820	14.349	73,6
1905-1906	10.823	3.460	14.283	76,0

Examinando os numeros aqui inscriptos verificamos que de 1887-1888 em diante jamais deixou o Brasil de concorrer em mais de metade da producção cafeeira universal assim como de 1896-1897 a seguir, jamais deixou de produzir dois terços dessa producção, chegando mesmo com a safra de 1901-1902 a lançar mais que trez quintos do total. Nas quatro colheitas seguintes a porcentagem brasileira oscillou em torno de trez quartos, attingindo até na ultima a uma porcentagem superior a setenta e cinco.

Era esta preponderancia que levaria Siciliano a architectar o plano de sua valorisação, estribado nas vantagens da producção brasileira.

Entre a producção e o consumo mundial verifiquemos o confronto de accordo com os dados aproximados de Lalière, avaliados em milheiros de saccas.

ANNOS	Safra mundial	Consumo mundial
1885-1886. . . .	9.673	10.930
1886-1887. . . .	10.471	10.340
1887-1888. . . .	6.915	8.600
1888-1889. . . .	11.042	9.850
1889-1890. . . .	8.424	9.650
1890-1891. . . .	9.266	9.800
1891-1892. . . .	12.038	10.930
1892-1893. . . .	11.278	11.150
1893-1894. . . .	9.397	10.360
1894-1895. . . .	11.767	10.850
1895-1896. . . .	10.379	10.930
1896-1897. . . .	13.889	12.400
1897-1898. . . .	16.099	14.550
1898-1899. . . .	13.755	13.000
1899-1900. . . .	13.819	14.250
1900-1901. . . .	15.050	13.980
1901-1902. . . .	19.818	15.300
1902-1903. . . .	17.565	16.976
1903-1904. . . .	15.757	15.300
1904-1905. . . .	14.349	15.460
1905-1906. . . .	14.283	16.200

TERCEIRA PARTE

AGRONOMIA DO CAFÉ DOS PRIMEIROS ANNOS DA REPUBLICA A 1906




DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO

CAPITULO LXXXII

As terras de café do Brasil segundo Dafert — A importancia do teor em humus — O estercamento verde — Opiniões de F. Rangel — Observações de Laerne sobre a profundidade do solo aravel do Brasil — Os diversos solos cafeeiros paulistas — Os padrões de terra bôa — Observações de Uchôa Cavalcanti

As terras do café mais afamadas da India, Java, Costa Rica e Brasil, apresentavam profundidade extraordinaria dizia Dafert, em fim do seculo XIX. Em certos pontos de S. Paulo tinham 20 e mais metros.

Sua permeabilidade e aptidão para a agua tinham justamente a media exacta para não ficarem encharcadas, nem demasiado seccas. Faltando uma destas qualidades a cultura do café tornava-se impossivel.

Podia o solo ser arenoso, calcareo ou argiloso, branco, amarello vermelho ou cor de chocolate, se o sub solo não deixasse a raiz mestra do cafeeiro penetrar nas camadas inferiores o cafezal achar-se-ia dentro em breve sujeito a indefectivel decadencia. Em muitos casos, em que a camada superior se constituia de terra naturalmente boa, como se podia observar, tanto no Brasil como na India meridional, verificava-se uma mudança de aspecto das lavouras logo que as plantas rapidamente crescidas attingiam a rocha.

Por outro lado — e isto merecia ser referido — a raiz mestra podia abrir passagem, sem muito grande esforço, atravez da rocha piçarrenta. Assim no municipio de Atibaia, havia plantações que pareciam achar-se em terra rochosa. Nella vegetavam posto que não prosperassem.

Nos solos excessivamente humidos, ou temporariamente alagados, alguns dias bastavam para que a arvore morresse logo e muito mais depressa do que em terra extremamente enxuta, onde uma vez pegada, suportava, seccas bastante rigorosas.

Não havia necessidade de explicar que a terra fertil convinha melhor do que a fraca aos cafeeiro.

O facto, frequentemente referido, delle ás vezes não prosperar muito, em terras de matta virgem, explicava-se pela circumstancia de, pelo methodo de se queimarem as mattas em todos os paizes tropicaes, acharem-se ellas em tal estado de impregnação graças as cinzas, que mais serviriam para o fabrico da potassa do que para a cultura.

O excesso de saes desapparecia por si mesmo após alguns aguaceiros. A terra neo-volcanica, devido á sua riqueza, e talvez tambem por causa da cor, era melhor do que a sedimentar, ainda que se houvesse observado que as mais celebres terras de café, com algumas excepções, aliás confirmadoras da regra, eram muito inferiores ás da Europa. Em numerosas amostras, as do Estado de S. Paulo analysadas, apresentavam-se quasi como areias estereis, como certas outras da Africa, conforme comprovara Wohltmann em suas analyses.

Como a raiz do café desce muito profundamente, outras normas cumpria adoptar para as terras já exploradas, e sua composição, que não prevaleceriam para as plantas cultivadas na Europa. A conclusão pratica era que, na cultura do café, mais se lucrava cultivando-se terra naturalmente fertil. Mas em geral, a pobreza da terra não constituia obstaculo á cultura.

Suas qualidades physicas eram em tal sentido muito mais importantes que as chimicas e só em casos excepcionaes com a escolha de adubos apropriados, ter-se-ia de tomar em devida conta a composição, como por exemplo em relação á terra vulcanica nova ou calcarea etc.

Era facto controverso se as relações de alimentação do cafeeiro dependiam de tal natureza. Talvez alguma coisa houvesse a corrigir em tempo não muito distante.

Na cultura extensiva as colheitas fornecidas pela arvore são o resultado da procura penosa dos escassos elementos alimenticios espalhados em uma camada de alguns metros de espessura ao passo que, na cultura intensiva, a planta não emprega toda a força no desenvolvimento de raiz, enorme relativamente ao tamanho; e sim, para a formação de uma arvore vigorosa de abundante frutificação.

Este forte desenvolvimento nas terras do Brasil podia ser considerado, sob tal ponto de vista, antes como o indicio de fome — coisa remediavel pela estrumação racional do que disposição natural. Convinha muito que se fizessem em outros paizes investigações a tal respeito. Era evidente certa analogia

com o facto de que as raizes capilares horizontaes que, servem principalmente para a absorção da agua, são tanto mais longas quanto mais secca a terra.

Caso observações futuras tornassem effectiva a possibilidade em questão a importancia pratica do emprego dos adubos naturaes e artificiaes seria muito mais transcendente, tornando apta á cultura do café grande serie de terras imprestaveis em virtude da pequena espessura da sua camada.

Cabia ao cafeeiro na cultura tropical, mais ou menos o papel da videira na Europa. Ambos davam ainda rendimento lucrativo em lugares onde outras plantas cultivadas não logravam remunerar os cultivadores.

A impossibilidade de se conhecer por meios simples se a composição de uma terra diferia da ordinaria, em qualquer sentido, ou se existia excepção local exigia a sua analyse. Seria, porém, indispensavel operar sempre do mesmo modo. Se um lavrador a mandasse ao Instituto Agronomico do Estado de S. Paulo, receberia em troca alguns algarismos seccos, mas estes lhe permittiriam comparal-a com as demais terras do Estado, todas já experimentadas na cultura do café. Mas se ao envez de tal remetesse a sua amostra a Berlim por exemplo ficaria exactamente na mesma que antes de o fazer.

Para dar aos lavradores de outros paizes exemplo frisante e não os induzir a deduções falsas, convinha lembrar que centenas de terras analysadas por Dafert segundo o methodo de Grandeau e considerando-se os pontos indicados por Kilgard, demonstravam que em S. Paulo as terras ricas de café tinham mais de 0,1 % de azoto, acido phosphorico, cal e potassa; ao passo que as menos fecundas ficavam abaixo deste limite.

Se se encontrasse por exemplo, em uma terra, 4 % de cal a estrumação seria superflua ou, pelo menos, não teria tanta importancia quanto para outras com vestigios calcareos apenas.

Deste modo se ventilariam pontos valiosos á critica das questões de estrumação. Em alguns paizes eram outros os algarismos determinantes, e tambem deveriam ser procurados, posto que as preciosas investigações de Wohltmamm sobre as terras cafeeiras, da Africa oriental e occidental, de W. Averdams sobre as das ilhas de Sandwich e A. Rigaud sobre as de Madagascar, deixassem presumir que os algarismos limite, não são muito diferentes. Quanto mais simples as condições geologicas, mais facil o trabalho e mais certos os resultados.

Era da maior necessidade uma convenção entre os estabelecimentos scientificos relativamente a methodos uniformes,

porque só de tal modo se poderiam obter algarismos comparaveis entre si.

A importancia do theor, em humus, na terra, era, para a prosperidade do cafeeiro, verdade antiga, e em toda a parte conhecida.

Em chão novo de matta nova, limpo e estercado a tempo com cinzas, a planta ostentava logo vegetação luxuriante.

Plantando-se dez annos mais tarde, novamente, nos mesmos terrenos, entre as carreiras da lavoura mais velha, as folhas da replanta não apresentavam a côr escura; nem ela teria a força da geração criada em terra virgem.

A vegetação luxuriante não voltaria mesmo quando as arvores recebessem adubação mineral apropriada, mas quando a transplantação se effectuasse com o emprego abundante de esterco animal nas covas. Porque? Por se acharem as arvores em terra que ainda continha substancia organica, mas não o verdadeiro humus, mesmo porque forte dose de adubos mineraes não podia compensar tal differença.

Partindo dos bellos trabalhos de Kilgard e de uma série de investigações feitas em Campinas assim explicava Dafert estes phenomenos: Existiam diversas formas de substancias humosas, segundo a região em que se achava a terra: a arida e a humica, não sendo para recusar que uma se contrahisse na outra e isto na mesma terra, logo que mudassem as condições de formação, principalmente as relações de humidade e temperatura.

Parecia que este caso occorreria principalmente, quando o humus *humico* ficasse immediatamente exposto ás influencias climatericas se não pelo menos se formaria o humus *arido*.

A presença da terra humica era conveniente á planta, e as propriedades immediatamente perceptiveis favorecedoras da vegetação vinham a ser: augmento da faculdade de absorpção para a agua e substancias mineraes, fornecimento constante, mas lento, de certos principios alimenticios sob a forma assimilavel, desenvolvimento continuo de acido carbonico e talvez, tambem a aceleração da prosperidade de acido carbonico e talvez tambem a acceleração da prosperidade de micro-organismos uteis.

A existencia de outra forma de substancias humosas de forma *arida* não tinha tanta utilidade na constituição do organismo vegetal. Era indubitavel que uma terra contendo muito humus *arido* se encontrava grata á estrumação com materias organicas, contendo esta ou formando humus *humico*.

Disto resultava para a pratica a importante conclusão não de todo ociosa, de se auxiliar por meio de esterco animal ou adubos semelhantes a formação do humus *humico* nas numerosas plantações da região *arida*.

O cafeeiro arabe preferia ás regiões *humicas* as periodicas *aridas*.

Seria difficil favorecer a formação do humus *humico*, mas não a sua introdução.

O esterco animal, as cascas de café e os demais adubos organicos, reunidos sob o nome de *composto* estavam sujeitos, na maturação ás mesmas modificações que as substancias organicas no solo.

Em condições propicias de humidade e temperatura, se *humificava* o esterco animal para a formação do verdadeiro *humus humico*. No caso inverso elle humificava-se mas fornecia adubo claro, palhoso e ruim.

A estrumação verde só preencheria o seu papel onde as condições favorecessem a transformação da materia vegetal em humus humico. Dahi resultava a necessidade absoluta de se ligar maior importancia á producção do esterco de estrebaria, não sómente na cultura do café, senão tambem em todas as culturas, tropicaes, quando attingissem maior gráo de amplitude.

Que tal correcção das condições do solo era justa, podendo ser falsa, talvez, a explicação anterior, provavam-no os conhecimentos praticos dos lavradores do Brasil e da India e as experiencias exactas da estrumação.

Estava inteiramente ligada á questão do humus a da circulação do azoto e do seu papel na cultura tropical. Á formação de quantidades importantes, e, em comparação á zona temperada, indubitavelmente maiores, de combinações azotadas assimilaveis na atmosphera, bem como a accumulação local de salitre na terra oppunha-se a actividade de desprender-se o azoto dos organismos inferiores.

As substancias humosas pareciam ser, mais ou menos, a forma unica estavel do azoto.

Tratando dos solos cafeeiros afirma Ferreira Rangel que a rubiacea arabica não é muito exigente, quanto á natureza dos chãos.

Dentro dos limites climatericos conhecidos, e, observadas as condições, de permeabilidade do terreno, para as especies da *coffea arabica*, muito sensiveis, neste particular, á humidade em excesso, em todos os solos ella se desenvolve e prospera, com maior ou menor vigor.

Era todavia assignalada a sua predilecção por determinados terrenos, que, auxiliados pelo clima, muito concorrem para a exuberancia e productividade da planta: taes os terrenos humosos, provenientes de antigas florestas, tendo por base terras de origem vulcanica, como as afamadas terras roxas de S. Paulo.

Estudando a natureza do solo para esta cultura sustentava F. Semler que o terreno para ella ideal, é o das lavas decompostas misturadas com o humus das mattas. Para demonstrar os effeitos beneficos do elemento vulcanico, lembrava a erupção do Turialba, na America Central. Durante alguns mezes, vomitara o vulcão grande quantidade de cinza fina que passara por muitas das melhores fazendas da região e cujo effeito, no anno seguinte, contrariamente aos temores dos proprietarios locaes, se traduzira pela maior colheita jamais havida, até então, ficando dahi em diante, mais ferteis as terras attingidas pelo phenomeno.

No Brasil era grande a variedade dos solos em que prosperava o cafeeiro. Não se conheciam analyses das terras dos Estados do Norte, onde se cultivava, com exito a rubiacea.

Nas zonas do Rio de Janeiro e S. Paulo e principalmente nesta, depois da criação do Instituto Agronomico em Campinas, muitas analyses tinham provado *a posteriori* posteriora, o que, aliás revelara a *priori* o estudo da composição quimica do café, mostrando quão pouco exigente é a planta, no tocante aos fertilisantes.

Com effeito, segundo estudos de Dafert e Uchôa Cavalcanti, no Instituto Agronomico de S. Paulo, já em 1889, a colheita de 805 kilogrammas de café, provenientes de 1.000 arvores, occupando um hectare de terreno, subtrahia a este 29 kilogrammas de acido phosphorico, doze de oxydo de calcio, nove de oxido de magnesio e trinta e quatro de oxydo de postassio.

As analyses dos terrenos cafeeiros, fluminenses e paulistas demonstravam realmente, a sua pobresa, quanto a estes elementos, especialmente ao oxydo de calcio.

As de terras colhidas em trez cafesaes, no Estado do Rio de Janeiro, feitas na Casa da Moeda, em 1897, e de 22 amostras de terras de Minas, Rio de Janeiro e S. Paulo, por van Delden Laerne, e examinadas pelo Dr. Adolf Mayer director da escola de ensaios, annexa ao Instituto de Agricultura de Wageningen haviam dado como resultado poder um agronomo de renome observar:

"A composição das terras brasileiras não é muito rica, mesmo parcialmente pobre em materias nutritivas, quasi sempre pobres em humus. Ellas são todas acidas e sem carbonato de calcio."

Dir-se-ia, depois desta decisão da sciencia, que as terras do Brasil não são proprias para a cultura do café entretanto a experiencia tem provado o contrario."

De tal affirmação achara Laerne poder deduzir que para avaliar do exito de uma cultura qualquer, tornava-se preciso, sobretudo, consultar as circumstancias locaes de terreno e clima, e não perder de vista o seguinte: o que parecia quasi impossivel realizar nos paizes septentrionaes, podia muito bem ser obtido sob um clima tropical.

Já eram muitas as analyses de terras de cultura do Estado de S. Paulo, feitas no Instituto Agronomico de Campinas.

Taes analyses, como muitas outras, demonstravam que as terras da zona de S. Paulo, como as do Rio de Janeiro e Minas, são geralmente pobres em substancias fertilisantes, sobretudo, em cal, que nellas existe em quantidade muito insufficientes.

Este facto contrastando, aliás com a proverbial uberdade do solo brasileiro, confirmado, sem duvida, pela pratica, quando ás operações culturaes presidia o trabalho methodico e intelligente, seria paradoxal, se a favor de tal fertilidade não se levasse em conta, como se torna necessario, a extrema benignidade do clima e a grande profundidade do solo aravel.

Estudando o phenomeno, expendiam e com perfeita justeza Dafert e Uchoa Cavalcanti: "Examinando-se a espessura da camada do solo efficaz reconhece-se uma differença importante entre a agricultura brasileira e a européa. Emquanto na Europa torna-se preciso calcular tal espessura no maximo de 0,60, no Brasil attinge muitas vezes trez metros e em geral tem de 1m. a 2m., sendo ás vezes até cinco vezes maior no Brasil.

Não haviam sido bem accentuados não só este como outro ponto relativo á pequena exigencia do café, quanto a fetilisantes, para o julgamento da fertilidade apparente e verdadeira do solo. Na maioria dos casos a explicação era aferida pela riqueza proverbial da terra abençoada.

A distribuição mais ou menos regular das chuvas, especialmente na época da maior vegetação, e a elaboração dos frutos, entretinha a frescura do solo, mantendo a circulação dos principios nutritivos e conservando graças a uma activa capi-

laridade, na camada superficial, ou accessivel ás raizes das plantas cerealiferas, os liquidos alimenticios dos vegetaes. A tal circumstancia soubera dar destaque provecto agronomo. Gustavo d'Utra, que, referindo-se ás terras roxas afirmara:

"Em clima mais seco, seria um solo ingrato, arido improductivo: — essa terra roxa elevada, excessivamente permeavel, porosa e poenta, que, por isto mesmo a tantas culturas se presta e com razão tão apreciada é."

Referia-se van Delden Laerne com admiração á profundidade do solo aravel do Brasil:

"Celle-ci est au Brésil en genéral considérable á tel point qu'on rencontre fort peu de terres, dont la couche inférieure, ou pour mieux dire la roche pas encore totalement décomposée en terre nomée *piçarra,* rend la culture du café difficile ou impossible."

"En vérité le Brésil est sous ce rapport une *terra abençoada,* um pays extraordinairemont doté pour la culture du café."

"On reste fréquement ébahi de cette fertillité incomparable."

O que era porém evidente e resultava dos estudos theoricos e praticos até então realizados vinha a ser a grande carencia de cal nas terras das zonas fluminense e paulista e a consequente necessidade de serem providas deste importante corretivo e digestor por excellencia para que dellas se tirasse todo o partido das excepcionaes vantagens do clima e do solo.

A natureza, longe de privar o Brasil deste valioso elemento, puzera-o em abundancia, á disposição dos agricultores em fortes jazidas espalhadas nas zonas cafeeiras, sendo para notar a camada que acompanha o vale do Parahyba e que de Taubaté, Rezende, Barra Mansa, Barra do Pirahy, Vassouras, Desengano, Paty, etc., vai á Serraria e Cantagallo, onde forma grande bacia, estendendo-se pelos vales do Macuco e do Rio Negro.

Era de esperar que, dentro em pouco, os progressos da industria e as maiores facilidades para os transportes, permittissem á agricultura tirar todo o partido de tão poderoso agente da fertilidade do solo.

Na zona paulista lembrava Rangel, eram os diversos terrenos conhecidos por denominação particulares, formando uma classificação que nenhuma relação tem, aliás com a sua composição mecanica.

Taes denominações eram as seguintes: terra roxa, massapé, salmourão, catanduva, terra de areia, piçarra e pedregulho.

Esquecia-se o nosso auctor de diversos outros sobrenomes conhecidos como branca, sangue de tatú, sarandy, quiçassa, de burgalhau, etc.

A terra roxa era a terra reputada por excellencia para o café. A ella se attribuia (talvez com algum exaggero) a grande productividade do cafeeiro em S. Paulo. Argilosa, ferruginosa, de origem diabasica e cor vermelha escura, dahi lhe vinha a denominação. Della os primeiros cafesaes hauriam extraordinarias cargas.

A proporção da argila varia nestas terras, dando logar á sua subdivisão. Assim se conhecia a terra roxa apurada ou encaroçada, a mais argilosa a misturada, em que a areia entra em maior proporção que na outra.

A mais ligada e constituida por caroços ou grãos pela tendencia da argila a ligar-se; a segunda muito solta por effeito da maior massa de areia que contem.

Comquanto variassem as opiniões sobre as suas qualidades, pensava Dafert, sem querer, aliás, dar uma opinião definitiva, que a primeira era a preferida pelo cafeeiro.

E assim parecia ser. Para as culturas annuaes, coincidentes com as preciptações pluviaes, as terras extremamente soltas, permeaveis, e porosas, por certo, reuniam technicamente, em maior escala, as condições ideaes reclamadas por estas lavouras.

Mas nas culturas permanentes, como a do cafeeiro, a misturada, não tendo, como a apurada, a mesma faculdade hygrometrica de que carecem as pequenas raizes da planta, á superficie do solo, era-lhe menos util sempre que, no periodo da secca, esta se prolongasse além de certo limite.

O massapé originario da decomposição das rochas gneissico graniticas, com grande proporção de argila, variava de cor, do amarello ao vermelho e ás vezes ao roxo, conforme a maior ou menor quantidade de oxido de ferro. Quando preta, mostrava-se da melhor qualidade. Tal cor lhe provinha do humus.

O salmourão se constitue de terrenos em cuja massa entram de mistura, pedrinhas indicando a decomposição incompleta das rochas de que provem.

Tal terra servia bem para café mas não para cereaes.

Tudo isto observamos, dependente da maior ou menor quantidade de pedrinhas. Tal ás vezes que como todos sabem torna dispendiosissima a cultura cafeeira.

A cataduva, reputada de inferior qualidade, de cor escura e contendo restos de vegetaes é pouco argilosa e muito poeirenta.

A de areia, como indicava o nome, contendo grande quantidade deste elemento, mostrava-se por isto, impropria para o cafeeiro.

Não conhecia ainda Rangel o que se apurara do cultivo das terras brancas arenosas de Agudos cuja producção foi tão notavel.

A terra de piçarra continha muitos seixos e a de pedregulho chamava-se a que se encontrava de mistura com pedras.

Em terrenos desta natureza vegetava bem o cafeeiro, quando sua base constituia o massapé.

As terras roxas como todos sabem, relativa Ferreira Rangel, não se encontram em zonas continuas, mas constituindo manchas ou ilhas, mais ou menos extensas.

Sobre a sua distribuição já em 1878 escrevera Joaquim Murtinho:

"Duas as grandes zonas de terras araveis que observamos na provincia de S. Paulo; a do massapé e a da terra roxa.

"A primeira tem dois ramos; o primeiro parte de um ponto situado entre S. Roque e Sorocaba, atravessa a linha ituana, passa á direita de Itú, segue para Campinas, Mogi-Mirim, Casa Branca, Cajurú, Matto Grosso, Franca e Uberaba. E segundo informações recolhidas pelo Sr. João Tibyriçá Piratininga, atravessa o Triangulo Mineiro, para ir ter ás proximidades de Cuyabá; a segunda segue a linha de São Paulo-Rio de Janeiro.

A zona de terra roxa começando em Ipanema, segue por Piracicaba, Limeira, Araras, Pirassununga, Santa Rita, São Simão, Ribeirão Preto, Batataes, para se reunir á primeira zona.

O massapé constitue uma zona continua; a terra roxa, não se manifesta antes como ilhas, mais ou menos ligadas, como as que constituem a zona que acima descrevemos, ou como manchas isoladas como se observam no Jahú, Botucatú, S. Carlos do Pinhal, Araraquara, etc.

As rochas de que se originaram as terras roxas segundo a analyse citada por Murtinho, denunciavam a presença dos seguintes comprovantes principaes:

acido silicico em mais de metade . . . (52,3)
e oxido de ferro . . . . (11,4)
alumina, acido phosphorico e oxido de
manganez . . . . (13,0)
cal . . . . (3,8)
hydratos de potassio, sodio e magnesio. (3,9)

Não só a natureza das terras, sua orientação e clima da região constituiam os elementos de que se utilisava o agricultor para a escolha do terreno em que devia plantar o cafezal. A sua vestimenta, — quem o ignorava?, — era dos mais seguros meios de que se servia para orientar a escolha.

A experiencia desde muito mostrara para cada região que os cafesaes prosperavam melhor em terrenos onde vegetavam certas arvores ou arbustos, do que naquelles em que estes padrões não viviam expontaneamente.

Dahi a pratica de se preferir para as culturas, os terrenos em que taes arvores ou arbustos eram encontrados.

Estes vegetaes, variavam como era bem de ver, com a flora de cada zona.

Nas do Rio de Janeiro e São Paulo, eram com pequenas variantes os mesmos. O Dr. Adolpho Uchoa Cavalcanti, em 1890, publicava uma relação destes padrões com as respectivas designações botanicas, submettidas ao exame de acatado botanico como Loefgren.

Balsamo (*Copaifera langsdorfii,* Mart)
Pau D'Alho (*Yallesia yorazena,* Moq.)
Cedro Branco (*Cedrella fissilis,* Velloso)
Palmito Branco (*Martinana,* Sb.)
Ortiguinha (*Urera subpeltata* Mig.)
Jangada brava (*Heliocarpus americanus* L.)
Figueira branca (*Urostigma doliarium* Mig.)
Folha larga (*Salvertia convallariae ordora* St. Hil.)
Cambará (*Lantana brasiliensis* Link, A. Camara L. *nivea* Vent)
Embauba verde (*Cecropia adenopus* Mart)
Crisciuma (*Chusquea capitulifora Trin.*)

A esta resenha era conveniente acrescentar o *cebolão,* tão popular em certos districtos de S. Paulo.

Era a presença de padrões de grande valor, certamente, ao se tratar de abrir uma lavoura de café. Não se devia dahi concluir, entretanto, que tal criterio tivesse um valor absoluto,

pois, logares, havia em que não se encontravam aquelles padrões, e entretanto, muito apropriados ao cafeeiro. O inverso se dava muitas vezes.

A escolha das terras pelos padrões, não se podia, além disto, aplicar ao caso de campos desprovidos de mattos ou capoeira, onde, aliás a cultura intensiva, em época que não parecia estar longe, teria na maior aproximação dos mercados, e nos baixos preços dos fretes, poderosos estimulos para a exploração cafeeira.



CAPITULO LXXXIII

As zonas cafeeiras — Opiniões de Dafert e Rangel — Altitude — Influencia dos ventos e da humidade — As molestias criptogamicas e o clima — A disseminação das lavouras cafeeiras no Brasil

Embora o clima se subordinasse á situação geographica, e á altitude, não poderiam ser indicados certos graus de latitude e longitude como abrangendo a area em que vegetava o cafeeiro, comquanto não fossem os factores climatologicos os unicos e decisivos determinantes da prosperidade das lavouras, declarava Dafert em 1899.

No Brasil considerava-se o limite inferior de altitude 500 m. e o superior 800 m.

Na Abissinia, existiam plantações á altura de 2.500 m. acima do mar, como em Liben no Choa meridional.

O cafeeiro da Liberia suportava clima mais quente e mais humido pelo que podia ser cultivado nas baixadas.

Todas as outras variedades cultivadas comportavam-se como o café arabe, cuja qualidade climatologica mais saliente era crescer melhor na zona tropical, de clima mais propicio ao europeu.

O café das alturas passava, na Bolivia, e em alguns logares do Brasil, como essencialmente aromatico. Entretanto, os grãos e as colheitas mostravam-se menores. Em paizes mais humidos, como Ceilão e a India meridional, as arvores plantadas em alturas, além de certo limite, produziam excessiva folhagem.

O café arabe prosperava, em tudo e melhor, nos logares igualmente quentes, quando a temperatura oscillava entre 15 a 27° C. A falta de estação effectivamente mais fria (ou mais seca) trazia para a economia rural a desvantagem de produzir a arvore, como por exemplo na ilha Dominica, ao mesmo tempo, flores e frutos durante todo o anno.



A zona celebre de café brasileira a de Campinas, era exemplo em contrario.

Segundo observação de Dafert referentes a muitos annos, a media annual alli fôra de 19° C, a temperatura do mez mais frio 13° C, a do mez mais quente 24°03 C. A queda do termometro abaixo de 0° durante poucas horas, não destruia a arvore adulta, apenas lhe damnificando embora sensivelmente os brotos novos. Não era recomendavel plantar café nos logares de geadas frequentes. Corria-se o risco de se perder a plantação inteira, e a perda de um cafezal (quem de tal duvidava?) era muitissimo mais grave que a de um trigal.

O cafeeiro suportava o frio mas com ar parado sem soffrer estragos, de modo que não havia razão para se fixar o minimo da temperatura em 5° C como até então se admittira.

Grande calor, seco e passageiro, não prejudicava o desenvolvimento nas plantações em logar favoravel á cultura; mas a 35° C notava-se já o afrouxamento da arvore.

Phenomeno interessante: os effeitos causados pelo solo, na estação fria, em plantas novas, expostas bruscamente á luz e podendo occasionar a queda das folhas. Manifestava-se muitas vezes, na estação fria induzindo a crer-se na existencia de molestia grave.

A quantidade e distribuição das chuvas apresentava nos paizes cultivadores de café os maiores contrastes. No Natal registravam-se 820 e em Java occidental até 4.000 milimetros de chuva.

Emquanto, nesta ultima, um periodo de trez semanas sem chuva era coisa rara, occorriam na Arabia periodos de seca, de mais ou menos, nove mezes.

Importava muito que a chuva cessasse durante a colheita, assim como que a sua distribuição se fizesse justamente durante o periodo da floração. Chuva demorada ou excessivamente forte neste ultimo, como em S. Paulo em outubro, dezembro e fins de janeiro; e na India meridional em março, abril e maio, mostrava-se tão prejudicial como uma seca prolongada, antes e depois da floração.

Facto curioso a crença divulgada entre os indigenas, na India meridional, de que o cheiro das flores de café causa febre. Originava-se da circumstancia de coincidir o periodo da floração com o apparecimento das febres. No Brasil tal não se dava e ninguem attribuia á innocente flor tão maligno effeito.

Os paizes de chuva regular, no tempo da colheita, eram obrigados a trabalhar, por via humida, e a transformar analogamente as operações do preparo. As chuvas de pedra apare-

cendo, inesperadamente, em certas regiões, podiam destruir, em poucos segundos, a flor, a colheita inteira, sem que se conseguisse tomar qualquer providencia. Como a literatura indica e da America Central as não mencionavam era de presumir que felizmente pouca importancia tivessem em zonas mais frescas como em S. Paulo Madagascar etc.

De grande importancia, tambem, para a productividade de um cafezal o vento prolongado soprando em uma unica direção, principalmente o muito frio ou quente e secco e o de tempestade, aliás occidental. As arvores mais velhas perdiam, sob a influencia do primeiro, no correr do tempo e do lado açoitado, todas as folhas, ficando como vassouras, no dizer dos brasileiros.

A agitação continua da arvore rompia a casca no coleto da raiz, estrago que podia occasionar a depreciação da planta. Sabia-se em S. Paulo, por observações directas, que os suppostos estragos de muitas geadas eram antes causados pelos ventos, exactamente como se notara com diversas plantas tropicaes sob temperaturas relativamente baixas mas nunca inferiores a 0° C entre 0,1 e 12° C; o que constituia facto importante, porque ao passo que se podia proteger as plantas contra o vento, nada se conseguia contra a geada.

A importancia das tempestades não era a mesma em todos os paizes productores. Seus effeitos mostravam-se perigosos em Java, Ceilão, Sumatra; diziam mesmo que sua influencia arrastara a cultura do café em Bourbon á decadencia. No Brasil, paiz sem ciclones por assim dizer muito pouco soffriam os cafesaes com as tormentas. Seu principal avariador era o graniso.

As mattas do Brasil mostravam, em logares bem expostos aos ventos constantes, ou soprando de um lado só, a curvatura das plantas e folhagem do lado exposto, especialmente para as arvores finas e de alto fuste.

Era sabido aliás que os ventos salinos da costa, prejudicavam o cafeeiro como as demais plantas continentaes. Tinham importancia local, apenas, como demonstrava a existencia de verdadeiras lavouras nas ilhas de S. Sebastião e S. Helena.

Dizia-se, geralmente, que o clima humido, com mais de 80 % de humidade relativa, em media annual, predispõe o cafeeiro ás molestias criptogamicas. Declarava Dafert não poder dar provas de tal asserção, aliás contradita por auctor da competencia de Burck.

O café da Liberia, quanto á climatologia, diferia consideravelmente do arabe, assim tambem as diversas variedades

comportavam-se differentemente. Em geral o café vulgar do Brasil era muito mais resistente aos maus logares e defeitos clamatericos do que o Bourbon, menos sujeito ás geadas do que o de Maragogipe. O moka de Bourbon exigia plantas de sombra, ao passo que o Leroy, variedade da Serra — Leôa, as podia dispensar.

Muito sensivel aos ventos, tanto frios como quentes e seccos e, sobretudo quanto aos que sopram insistentemente, na mesma direção, assim como os de temporal, dahi sobrevem ao cafeeiro damnos, muito notaveis, por vezes, fazia notar F. Rangel.

Embora nas zonas cafeeiras do Brazil, os temporaes não apresentem a frequencia e a intensidade que os tornam tão temidos em outras paragens; os ventos, causam ás lavouras não pequenos prejuizos, determinando a queda das folhas das arvores adultas, especialmente do lado açoutado, e, nos arbustos novos, a ruptura da casca no collo da raiz.

Segundo Dafert, em São Paulo, já se reconhecera que á conta dos ventos devem ser levados muitos estragos, attribuidos outrora ás geadas.

Para se lhes obviar os effeitos, em muitos paizes, adoptara-se a plantação de linhas de arvores diversas, em logares convenientes das lavouras, de modo a impedir a chegada dos ventos dominantes directamente ao cafesal.

Esta boa pratica, não era em geral, observada no Brazil, e si lavouras havia em cujos carreadouros e carreiras externas se encontravam larangeiras, e outras arvores frutiferas, plantadas sobretudo graças á utilidade dos frutos a maioria, achava-se desprovida de qualquer proteção.

Muito vasta a zona em que no Brazil se cultivava o cafeeiro lembrava Ferreira Rangel em sua valiosa monographia d'*O Café* (1906).

Do Ceará até Santa Catharina, existia a cultura em quasi todos os Estados intermedios, limitada, em alguns, até então ao consumo local. Em diversos se desenvolvera e prosperara, mais ou menos regularmente, como na Parahyba e Pernambuco onde outr'ora fôra insignificante.

Muitos escassos eram até então os estudos sobre a zona de cultura e o clima em que, nos estados do norte, assim como no Paraná, e Santa Catharina, vegetava e prosperava o cafeeiro. Graças aos importantes trabalhos de van Delden Laerne e ao Instituto Agronomico de Campinas já não era pequeno o cabedal de conhecimentos, fornecido pela litteratura, para o estudo da região central cafeeira do Brazil.

No Ceará, o cultivo se fazia, com vantagem, nas serras de Baturité, Maranguape e Aratanha, assim como nos municipios do Crato, Jardim, Pacatuba, Viçosa e outros. E a exportação de café em 1891 no total de 2.599.751 kilogrammas, a que se devia juntar o consumo local, fazia crer que, se não fossem as perturbações do trabalho agricola, determinadas pelas seccas, agravadas pela crise dos preços baixos do producto, poderia o Ceará abastecer com vantagem os mercados septentrionaes do paiz.

Na Parahyba do Norte procurava-se desenvolver a cultura do cafeeiro, ante o desanimo da lavoura assucareira em municipios, como os de Bananeiras, Araruna, Alagôa Grande, Alagôa Nova, Guarabira, Campina Grande e Areia. Segundo o Dr. Pereira Pacheco professor de economia rural no Collegio Diocesano da Parahyba, a producção do Estado, apezar dos deficientes e atrasados processos de cultura, podia ser computada em quasi cem mil saccas, calculo, aliás fundado em elementos cujo valor não parecia bem demonstrado.

Escoava-se o café parahybano pelas fronteiras, para o Rio Grande do Norte e Pernambuco, registrando a exportação pelo porto de Cabedello no periodo decorrido, de julho de 1905 a maio de 1906, apenas 803 saccas.

Em Pernambuco, a cultura do café, posto que abrangendo grande zona, estava muito subdividida. Todavia já se encontravam algumas grandes lavouras com cerca de 200 mil pés como, por exemplo, nas fazendas *Bom Jesus* e *Bom Pastor,* no municipio de Canhotinho.

As culturas desenvolviam-se e prosperavam, apezar da deficiencia do trato, nos municipios de Bonito, Gravatá, Triumpho, Granhuns, Canhotinho, Quipupá, Bom Conselho e outros, quer no sertão, quer nas proximidades da costa.

Mostrava-se o cafeeiro em toda a região vigoroso e exuberante, attingindo a 4 metros de altura e, a julgar pelas informações dos cultivadores, produzia em media 400 grammas por pé ou fossem 26 arrobas por mil pés. Cultivavam-se alli o maragogipe, o creoulo e o bourbon, em pequena escala, presumindo-se existir no Estado cerca de 1.500.000 de pés.

A Bahia dispondo de vasta zona e bom clima interior para o cafeeiro vira no emtanto o decrescimo da exportação. De 10.005.050 kilogrammas, em 1901 baixara a quasi metade. Este facto não tinha certamente outras causas além da grande baixa do preço do producto e a crise de braços de que todo o paiz se recentia.

Van Delden Laerne dividira a região cafeeira dos Estados do Espirito Santo, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, em duas grandes zonas, bem caracterisada pelo clima. Em uma dellas predominava o clima maritimo e na outra o continental.

A primeira zona comprehendia os Estados do Espirito Santo, Rio de Janeiro e os territorios de Minas e S. Paulo pertencentes á bacia hydrographica do Parahyba e seus afluentes, na segunda se comprehendiam os terrenos, do grande planalto do oeste e sudoeste de S. Paulo e parte sudoeste de Minas, abrigados dos ventos marinhos pela Serra do Mar.

A zona do Rio de Janeiro subdividia-se em duas partes bem distinctas: a alta, comprehendida pela bacia do Parahyba e seus afluentes e a baixa, situada entre a Serra do Mar e o Oceano.

A cultura do cafeeiro, nesta zona se processava entre as altitudes de 200 a 550 metros. Nas terras mais altas a producção era muito irregular e tardia e nas mais baixas de qualidade notavelmente inferior. Todavia, em municipios como o de Cantagallo prosperavam bem cafesaes plantados a 120 e 150 metros acima do nivel do mar, emquanto os situados acima de 450 metros pouco produziam apezar do bello aspecto.

Na parte montanhosa destá zona o grao de maior ou menor insolação dos terrenos dava logar a uma subdivisão, terrenos soalheiros e noruegas. Os primeiros eram os que recebiam durante maior numero de horas por dia os raios directos do sol; situados nas vertentes voltadas para o Norte, Noroeste, Oeste e Sudoeste.

Os segundos tinham orientação contraria; em terras consideradas mais frias com a floração e a maturação dos frutos mais tardia.

Em S. Paulo as fronteiras da cultura do cafeeiro era estabelecida, em rigor, pelas geadas, que variavam um tanto de altitude obedecendo aliás a situação e abrigo das terras.

Os climas em que vivia o cafeeiro nas duas grandes zonas, do Rio de Janeiro e São Paulo, variavam entre os limites correspondentes ao das regiões temperadas e esta feliz circumstancia não podia escapar á perspicacia do europeu, que encontraria nestas regiões fartos veeiros desafiando a sua intelligente actividade.

CAPITULO LXXXIV

A escolha das sementes — A preferencia relativa a esta e aquella variedade do cafeeiro — A seleção de sementes, processo recente no Brasil — Condições de estabelecimento das sementeiras — O systema dos vasos e dos jacás — A chamada plantação de caroço — As replantas e os diversos processos pelos quaes se efectuavam

Em todos os paizes, ligava-se a maior attenção, á escolha das cerejas bem maduras, de cor vermelha, bem escura, para semente, nota Dafert. Preferiam-se no Brasil, por meio da selecção cuidadosa, os frutos maiores á meia altura das arvores mais vigorosas e na parte central dos galhos.

Eram postas a murchar, um pouco, ao sol, despolpadas á mão e semeadas com os respectivos pergaminhos. Na India, porém, não as punham a murchar mas secavam-se á sombra as sementes despolpadas.

Para Arnold, o litro de café arabe contem 962 frutos e Lock de Ceylão, fallava em 275-415 bagos com sementes capazes de germinar.

No Brasil, dizia Dafert o café creoulo contem de 453 a 770 a Bourbon de 419 a 637 e o Maragogipe de 240 a 280. Em Java segundo Berknout, continha de 200 a 250 e o de Botucatú de 400 a 770 cerejas entre maiores e menores. Para um kilogramma de sementes preparada, calculava-se em Java, para o café arabe 5.500 (berhout) mas no Brasil se admittia para o creoulo, 2.530 para o Bourbon 2.600, para o Maragogipe 1.210 e para o de Botucatú 3.125 grãos.

O poder germinativo enfraquece-se rapidamente. Casos havia entre tanto em que subsistia, quasi durante um anno. De sementes boas e frescas, as primeiras germinavam no Brasil em tempo quente e humido, no fim de trez e, na maior parte dos casos, passadas seis semanas, e apenas quanto a uma parte passados muitos mezes. Jamais conseguiu Dafert fazer germinar mais de 90 % das sementes que plantou.

A' escolha das sementes se ligava em toda a parte grande importancia, fosse qual fosse o producto, que se queria cultivar, observava Rangel em 1906.

No Brasil, no emtanto taes cuidados começavam apenas a ser observados e, no tocante ao café, a grande maioria das lavouras, existentes, provinham de sementes apanhadas a esmo na occasião das colheitas, sem outros cuidados que os necessarios a impedir a perda da faculdade germinativa.

Todavia, já alguns agricultores, aplicavam grande cuidado á seleção das sementes, escolhendo, nos cafesaes, os arbustos mais bellos e vigorosos para lh'as fornecerem. N'elles escolhiam os frutos maiores e bem maduros da parte media dos galhos, situados na região central da planta.

Colhidos ou eram postos por algum tempo a murchar, ao sol para, em seguida, serem despolpados, á mão e semeados com o pergaminho, ou seccos á sombra e conservados com a casca e espalhados, em logar arejado, até a occasião da plantação, antes da qual, alguns plantadores os immergiam nagua, por algumas horas, (vinte e quatro em geral) para lhes facilitar a ruptura da casca e a germinação.

Conforme a variedade da planta, o anno climaterico, o terreno, o vigor daquella e outras circumstancias diversas, variavam as dimensões dos frutos, cujo numero para perfazerem um litro, oscillava entre 400 a 770 para o café creoulo, o amarello e o Bourbon e entre 240 a 480 para o Maragogipe.

Outr'ora, no Brasil e alhures, plantava-se café frequentemente de estaca, processo de ha muito abandonado, refere Dafert. Se porventura, ainda prevalescesse, seria caso de se o prescrever.

Convinha preoccupar-se o lavrador, somente, com a escolha entre a sementeira nas plantações e a transplantação dos viveiros. Todas as experiencias de Dafert provaram ser da mais relevante importancia escolher o methodo de plantação mais perfeito, conforme o permittissem as circumstancias.

A sementeira dentro das plantações, era o processo mais modico. Fornecia, porém, não raro, plantas fracas e desiguaes. A vantagem das plantas produzidas por tal modo estava em sua grande resistencia ao sol. Se escapavam tanto melhor, porque se achavam desde o principio em seu logar definitivo e teriam de contentar-se com a terra relativamente fraca em que haviam sido plantadas.

A transplantação de cafeeiros, de um ou dois annos, de alfobre um pouco mais illuminado já era melhor e podia consi-

derar-se como o processo mais vulgarizado, sendo o mais adoptado no Brasil e nas Indias.

O viveiro se fazia em clareira de matta e de modo tal, que as plantas na primeira idade ficassem em densa sombra, processo principalmente preferido na India meridional, para tal fim, depois em meia claridade, e, por fim, em plena luz.

Era necessario escolher um logar no centro da fazenda, no qual, como nas Indias se faria uma cerca em volta do terreno, com leve inclinação, e regos para o exgoto de aguas, caso preciso.

Tornava-se sobretudo, indispensavel que houvesse agua na vizinhança, se bem que a inundação dos viveiros como nos arrozaes fosse ás vezes apreciada em Ceylão. Isto seria exagerado, pois na opinião dos entendidos, as terras endureciam facilmente com tal operação.

Limpo o solo e revolvido até 20-30 cms. longos canteiros, se formassem de 60 cms. de largura, nos quaes se semeiaria, á profundidade de 2 a 3 cms. em carreiras distanciadas de 15 a 25 cms.

A distancia entre as sementes devia ser, pelo menos, de 2 ½ cms. Seria, porém, melhor augmental-a um pouco mais. Ao cabo de alguns mezes, quando as plantinhas tivessem de 2 a 4 folhas, seriam transplantadas em viveiros, á distancia de 20 a 30 cms. em todos os sentidos, devendo-se encurtal-as antes de se lhes curvar o peão. Nas Indias, se faziam ainda coberturas de palha, e, excepcionalmente cobria-se a terra com folhas seccas, coisa desnecessaria no Brasil. Era mais prejudicial que vantajoso deixar em volta das plantinhas concavidades com agua. Morriam sempre que enterradas por occasião da transplantação, muito profunda, porque a casca apodrecia acima do collo da raiz.

Segundo Lock, em Ceylão e nas Indias, protegia-se o collo da raiz contra as larvas damninhas, que o atacavam. No Brasil, não existiam estas sendo pratica muito cara o envolvimento em tiras de papel de 7 ½ cms.

As sementeiras estabeleciam-se em geral, nas clareiras de capoeiras ou mattas, proximas do futuro cafesal, determinando esta escolha a necessidade da sombra e do humus de que careciam e que nestas se obtinha facilmente com pouco dispendio e trabalho, lembrava Rangel em sua monographia.

Era bom de ver-se, porém, que qualquer terreno, regularmente trabalhado e estrumado, e abrigado dos raios solares, podia servir para viveiro, observados comtudo os cuidados indispensaveis, quaes os da conservação da humanidade, pela

regularidade das regras, e o da limpesa pelas mondas opportunas.

Geralmente nos viveiros faziam-se canteiros, e, nestes, linhas de pequenas leiras, nas quaes, a 2 centimetros de profudidade, mais ou menos, e a 2 ou 3 de distancia, eram enterradas as sementes.

Feita a sementeira, em tempo quente e humido, a germinação não demorava. Começava no fim de duas semanas para terminar em quatro ou cinco. Faltando, porém, certo grao de calor e humidade, atrazava-se, não raro, por mezes, com prejuizo, em geral, na porcentagem das plantas vingadas.

O café, perde rapidamente a faculdade germinativa, o que explicava o insuccesso de culturas tentadas com sementes transportadas de pontos longinquos. Geralmente a semente nova germina na proporção de 75 a 90 %.

Alguns agricultores faziam as sementeiras em vasos ou cestos, processo, certamente excellente e util quando se tratava de pequenas culturas, ou de experiencias, mas pouco pratico, pelos dispendios acarretados no caso de grande lavoura.

Em pequenos vasos de barro cosido, de papelão, em cestas feitas de taquara ou bambú, ou no proprio colmo do bambú, serrado em pequenos cylindros, previamente cheios de boa terra vegetal, eram plantadas as sementes e ahi tratadas, como nos viveiros, até a completa germinação. Pouco a pouco convinha habitual-os aos raios solares, até que, attingido o desenvolvimento conveniente, em via de regra com quatro a seis folhas, fossem levadas á lavoura e ahi plantadas nas covas definitivas, quebrados ou fendidos previamente os vazos respectivos para não prejudicarem o desenvolvimento radicular.

No regimen da escravidão, tal processo era muito vulgar, mesmo na grande lavoura, os escravos, invalidados, para as fainas rudes dos cafesaes e outras, eram occupados em fazer as cestinhas para a plantação do café, e mais artefactos de tal natureza, que sahiam por assim dizer, de graça, aos respectivos senhores, compensados dest'arte dos onus que a subsistencia destes servos decrepitos lhes impunha.

Outro methodo ainda se empregava no Brasil, na plantação de viveiros. Consistia em fazer-se a sementeira na propria cova destinada ao futuro arbusto. Para isto empregava-se dois methodos. Pelo primeiro, abria-se a cova, pulverisava-se bem a terra, que alguns faziam extrumar, amontoando-a ligeiramente de modo a permittir o escoamento das aguas pluviaes. Na terra assim preparada, enterravam-se de 6 a 10 sementes cobrindo-se em seguida as covas com ramos, capim, etc. afim

de preservar a semente e a futura plantinha dos raios do sol, até que este não lhes causasse mais damno.

No segundo processo abria-se a cova, e em seguida, em uma das fazes internas desta, geralmente a voltada para o nascente, fazia-se uma escavação reentrante, na qual se distribuiam as sementes depois de preparada igualmente a terra no interior.

Este processo, denominado plantação de gaveta — dispensava em geral, a cobertura da cova, pois a orientação e posição da gaveta permittem á semente e á planta, emquanto fragil, conservarem-se resguardados da insolação.

Creadas as plantas por este processo, deixavam-se duas ou trez, das mais vigorosas, na cova, retiradas as outras para prehencherem os claros porventura existentes em outros logares.

Ao cafeeiro quando plantado por este processo, chamavam plantado de caroço. Alguns praticos, muito preconisavam este modo de proceder. Ao seu ver, o cafeeiro não passava pela crise de transplantação, antecipando de um anno a producção. E, adquiria assim maior vitalidade.

Sem pretender contrariar esta affirmativa, ponderava Rangel que taes processos estavam sujeitos a graves perigos, se acaso occorressem fortes calores e secca na época da germinação e no periodo antecedente. Resultava dahi, e não raro, a esterilisação das sementes ou a morte da plantinha, ao nascer, sem contar que, as vencedoras da temerosa crise, não o faziam, sem perda sensivel da robustez e vitalidade.

Quanto ao avançamento de um anno na producção do cafeeiro, a experiencia demonstrara que podia ser obtido, com a maior segurança, pelo emprego do estercamento, quer nos viveiros quer por occasião da transplantação.

No Brasil, o viveiro era a propria sementeira. Alli se conservavam as plantas até mais de dois annos, ás vezes até serem tiradas para a lavoura, á medida da necessidade das replantas.

Processo mais racional era, por certo, outro empregado, por emquanto, apenas nos campos de experiencia. Mudavam-se as plantas, ainda tenras, para viveiros á distancia geralmente de 0,m. 20 a 0,m. 30 entre si, em terreno cuidadosamente preparado, e onde se lhes dispensavam cuidados assiduos de que lhes provinha grande robustez e vitalidade, confirmadas pela plantação definitiva. Este processo, porém, caro, graças aos cuidados que reclamava, e ás despesas acarretadas, aconselha-

vel á cultura intensiva, não parecia de molde a prosperar na lavoura extensiva.

Havia, finalmente, certa classe de viveiros, que se poderiam chamar naturaes ou expontaneos, e gosando de má reputação, entre os especialistas. Eram os agrupamentos de mudas, de diversos tamanhos e idades, encontrados em capoeiras, formadas em cafesaes abandonados e onde continuavam a viver e a reproduzir-se alguns cafeeiros. As sementes, destes, cahindo sobre o solo, germinavam constituindo desta sorte, viveiros mais ou menos extensos. Delles muitos agricultores tiravam mudas. Tal pratica, outrora assaz seguida estava bem reduzida; mas não havia muito era bastante empregada ainda e cafesaes existiam em pleno vigor e productividade cuja origem vinha a ser as mudas de capoeira.

Este processo de cultura, não podia ser recommendado, sobretudo, para os que não sabiam fazer a seleção, sempre difficil, nesta especie de mudas. Não parecia comtudo de todo condemnavel, quando urgido pela necessidade, o lavrador, delle se utilisava, mediante caprichosa escolha das plantas, entre as mais robustas e novas. Tal selecção devia sempre ser feita por agricultor experimentado.

Ao ver de Persio Pacheco, era melhor que as covas para as replantas fossem mais largas do que profundas.

E isto porque, no cafeeiro, as raizes lateraes occupam muito mais logar, muito mais se desenvolvem do que a raiz central, o pião, principalmente nas terras massapé, em que abunda a decomposição do granito. Era portanto intuitivo (e a pratica o demonstrava) que se as lateraes não encontrassem, na cova, a largueza de que precisavam, se logo no começo do crescimento da replanta, fossem taes raizes esbarrar com as paredes endurecidas da cova, seriam detidas em seu desenvolvimento, facto que prejudicaria o cafeeiro replantado; a replanta resentir-se-ia dessa especie de asfixia subterranea, e o minimo que poderia acontecer, seria certo retardamento da evolução vegetativa.

Assim quando fosse notado que a replanta marcava passo que se mantinha estacionaria, embora perfeitamente pegada, só havia uma coisa a fazer, um e unico remedio contra esta parada; cavar-lhe ao redor, mas muito bem.

Si as replantas fallassem, si alguem perguntasse qual o seu maior inimigo, o que lhes causa peores e maiores males certo responderiam que não era talvez a geada, nem os insectos, o granizo, o vento, a humidade ou a secca, quando de mais...

Decerto, responderiam que o seu maior inimigo são as enxurradas.

O clima do Oeste paulista, ia se incontestavelmente modificando, de bom numero de annos para cá. Não eram mais raras, talvez mesmo fossem communs, as chuvas fortes e passageiras, chuvas de lavar e não calar, que desabavam formidaveis formando enxurradas por toda a parte.

Posto que significasse augmento de despesa, era certo que dava bons resultados o emprego de jacazinhos e cobertas de madeira como amparo das replantas contra os maus effeitos desse e de outros phenomenos meteoricos. Taes resguardos ou anteparos, deviam portanto ser mantidos sempre que fosse necessario.

Resultados muito satisfactorios havia Pacheco e Silva obtido com o simples cuidado de bem garantir as replantas contra as enxurradas. E assim não se descuidava de as proteger, do lado de cima das covas, com regos para o escoamento pluvial, abertos em semi-circulo, regos de esgoto por sua vez, retocados em todas as capinas. Por elles rolavam as enxurradas e assim já se não alagavam nem entulhavam as covas, já se não abetumava nem endurecia a terra que lhes formava o fundo — e assim sendo, já a replanta absorvia, alimentava-se e respirava, crescia, enfolhava e viçava. E como não costumasse propriamente adubal-as, porque nem sempre se podia obter adubos, por isso mesmo as rodeava de boa camada de sapê, ao plantal-as, para que alli, nas covas, a terra se mantivesse constantemente humida. Depois, de cada vez, que se fazia uma capina, tambem as rodeava de matto capinado, mas batido.



CAPITULO LXXXV

Transplantação de mudas — Processos preconisados por diversos agronomos — Profundeza das covas — Apparelhagem da transplantação — Estercamento dos alfóbres — Vantagens e desvantagens

Fallando da transplantação das mudas dos viveiros para o cafesal, diz F. Rangel que a principio o processo geral consistia em arrancar dos viveiros as plantinhas, com 0,20 a 0,40 de altura, e transportal-as em feixes ao cafesal, onde despontada a raiz mestra (peão) e as lateraes e cortada a haste a 0,15 ou 0,20 acima do colo da raiz eram enterradas, em posição obliqua, quasi deitada, em covas pouco profundas, abertas geralmente na occasião. Provinham estas mudas dos galhos lateraes, que constituiam o tronco do cafeeiro. O processo estava por assim dizer desueto e grande cuidado empregavam os agricultores na transplantação do arbusto.

Abriam-se covas de 0,40 a 0,50 de profundidade, com iguaes dimensões, na bocca, de secção geralmente quadrada, e nellas se collocavam as mudas, despontados previamente o peão, as pequenas raizes e a haste, quando necessario, tendo-se o maior cuidado, ao plantar, em não dobrar ou forçar a posição do peão, comprimindo-se a terra, em seguida, sobre as raizes, e dispondo as covas de modo a tornar facil o escoamento de todo o excesso de agua.

Os mais cuidadosos completavam o serviço, fazendo pequenas cobertas com paos, colmos e folhas de milho etc., para abrigarem as mudas até que estivessem completamente pegadas.

Muitos plantadores, substituiam este systema de abrigo, plantando nas covas, com alguma antecedencia, milho, mamona, ou mandioca, que crescendo rapidamente, ensombravam, com a folhagem, as mudas recem-plantadas. A vantagem, porém, de tal abrigo, não compensava, por certo, a concorrencia, que faziam ao cafeeiro plantas, exigentes como taes tutores.

Nenhum processo de transplantação parecia a Rangel mais vantajoso e seguro do que o das pequenas mudas trazidas com a terra do respectivo viveiro. Neste caso, preparadas as covas com as dimensões indicadas eram as mudas cuidadosamente tiradas do viveiro, com toda a terra que lhes envolvia as raizes, e transportadas em cestas ou taboleiros, convenientemente cobertas para que o sol e o calor não as molestassem.

Feita, como convinha, esta operação na época das chuvas, as covas e a terra revolvidas ficavam molhadas, não havia mais pois, do que abrir, com qualquer instrumento, ou mesmo com a mão, pequenas cavidades, onde fossem collocadas, e bem comprimidas, as mudas com a terra a ellas aderente, um pouco abaixo da superficie da bocca da cova, que, desta sorte recebia os detrictos fertilisantes, geralmente arrastados pelas aguas pluviaes.

Abria-se na cova pequeno rego para o escoamento de qualquer excesso de agua e, acto continuo, armava-se a coberta, de capim ou folhas verdes, bem espessa para que os raios do sol não pudessem alli penetrar nos primeiros dias, e para difficultar a evaporação da humidade, no caso de se succederem fortes calores e secca. Se o tempo corresse bom, em poucos dias estariam as plantinhas pegadas dispensando em breve os abrigos.

Quando o cafesal não era plantado em terra de matta, e sim em terreno de campo ou velhas lavouras, as covas previamente se estrumavam com esterco animal bem curtido, e, observados os mesmos cuidados acima prescritos, as mudas se desenvolviam e prosperavam com admiravel vigor.

As plantações de cafesaes eram feitas durante o periodo das chuvas, de novembro e fevereiro; fóra desta época, tornava-se difficil obter-se resultado satisfactorio pela escassez de aguas.

Em suas experiencias, Dafert reconhecera que o melhor mez para a plantação de mudas, em viveiros era o de julho, quando se obtinham plantas mais vigorosas. Infelizmente, nas lavouras não se podia adoptar tal pratica, precisamente neste tempo faltavam as aguas de que tanto careciam as plantas jovens para poderem medrar.

As trez condições precipuas para a futura producção do cafesal eram: grande profundidade, bastante largura entre as carreiras e estrumação cuidadosa ou enchimento das covas com terra da matta; porque, mais tarde, não se poderia remediar a qualquer desses pontos, observava Dafert em 1898.

No Brasil cavava-se a 0,50 e em outros paizes chegava-se até a 0,70. A largura variava de 0,25 a 0,50; preferindo-se a forma quadrada das covas á circular.

Parecia de evidente utilidade deixar-se a terra acamar antes da transplantação. No Brasil, porém, não era uso deixar as covas cobertas durante mezes inteiros.

Desconhecia-se igualmente alli os *regos javaneses*, em vez de covas, provavelmente por causa do grande espaçamento do plantio.

Quando alguem dispuzesse de mudas em cestos a operação da transplantação limitava-se simplesmente a enterral-as nos logares respectivos. Se já estivessem acostumados ao sol, tornava-se desnecessaria qualquer operação tendente a protegel-as até mesmo a irrigação. Todos os outros methodos de plantação demandava alguns preparativos contra a secca. Quando não se pudesse plantar, em tempo de chuva continua, era indispensavel a rega das plantinhas até pegarem completamente. Sem esta medida providencial teria o lavrador de arcar com o trabalho inevitavel das replantas.

Fossem utilisadas plantas de um a trez e quatro annos, segundo a perfeição do viveiro; factor decisivo se mostrava na preferencia o grau de desenvolvimento á idade. As plantinhas mais idosas e podadas, da grossura de um lapis, tendo já galhos lateraes, eram menos sensiveis ao calor e á secca. Encurtavam-se de leve, por meio de faca afiada, as raizes lateraes e o peão (raiz mestra) 0,20 abaixo da casca verde.

O mesmo se fazia com a haste a 0,25 mais ou menos acima do coleto da raiz. Esta crescia no primeiro anno, mais vagarosamente do que as outras, mas depois, as vencia. As desvantagens das plantas podadas estava em se quebrar facilmente o broto lateral superior no ponto em que se inseria no tronco principal e, naturalmente, na perda de tempo com a sua reproducção.

Muito mais difficil a plantação em leiras sendo sobretudo, incerta, mórmente em tempo desfavoravel, a propria transplantação encurtar as pequenas raizes capilares e cortar mesmo a ponta da pequena raiz mestra, até o ponto em que não houvesse mais signal de secca ou lesão, porque estas pontas morreriam no solo sendo substituidas por novas radiculas. Convinha que a raiz primaria e as secundarias mantivessem posição natural.

Deviam as plantas ser protegidas contra o calor intenso do sol nas primeiras semanas após a transplantação e cobertas com chapeus de palha de qualquer forma: o mesmo se faria

tambem com o café semeado. Neste caso, muitos lavradores preferiam um methodo que parecia muito pratico, e no emtanto nada recommendavel.

Semeiavam ao mesmo tempo, grãos de milho ou um pouco antes do café, alguns grãos de mamona. Estes davam logo plantas robustas sombreiando perfeitamente o pequeno cafeeiro, e como bem se comprehendia prejudicavam-no em sua nutrição, justamente na época do primeiro desenvolvimento.

A idéia de se transplantar o café como se fôra um legume, só caberia certamente na cabeça de algum negro preguiçoso das Indias Occidentaes.

O instrumento para transplantar, mais completo, era a mão do homem. Mesmo os machinismos, modernos e engenhosos, americanos que serviam para estercar não haviam, no Mexico, dado resultado satisfactorio.

Na India amarravam-se as plantas novas em tutores de 75 a 90 cms. de comprimento, no Brasil não se conhecia este meio de precaução, aliás desnecessario, visto como ahi não reinavam temporaes violentos.

Por occasião da transplantação observou Dafert que no Brasil na estação fria, as plantinhas prosperavam melhor sem chuva quando bem podadas, ao passo que aquellas que não o eram pegavam melhor na estação chuvosa e quente.

Em tal processo não era aconselhavel a estrumação do alfobre, porque as plantas se tornavam exigentes e soffriam facilmente depois, quando mudadas para a terra dos cafesaes.

A transmutação da terra da matta para a do cafesal causava-lhes manifesto desagrado. A vantagem deste methodo consistia na exequibilidade da escolha de boas mudas e na abreviação do tempo da pega. Mostrava-se mais oneroso do que o anterior.

O systema mais intensivo de plantação tinha por typo a cultura de jardim. Semear, antecipar a germinação e transplantar em viveiros, até que se obtivessem plantas resistentes ao sol, as quaes seriam, depois, transplantadas com a terra. Isso se fazia em terra cujo estado de alimentação correspondesse melhor á do cafesal.

O esterco animal e tambem os adubos mineraes, se as circumstancias o permittissem, serviriam para antecipar a vegetação.

O primeiro, principalmente, não se devia apenas empregar quando o viveiro mostrasse signaes de fadiga, como se opinava outr'ora em Ceylão mas tambem logo antes de se revolver a terra, e, por fim depois da desoccupação do viveiro.

Operando-se corretamente, ganhava-se, em tempo, anno e meio o que deixava ver que havia lucro pecuniario no processo.

Naturalmente exigia-se para o serviço o emprego de operarios intelligentes, boa administração, além da inspecção continua. A. Brunnes fazendeiro em Sumatra afirmava que o effeito da estrumação nos alfobres tão patente se mostrava que lograra obter em 6 mezes, plantas promptas para muda, com um ou dois galhos.

Não vira Dafert nem experimentara a sementeira em vasos feitos com excrementos bovinos. Aliás os vasos dessa especie tinham diametro de 0,09 na bocca; pequeno de mais para o fim. Além disto mostravam-se pouco duradouros para um periodo de alguns mezes.

Tendo o cafeeiro grande antipathia aos taes vasos, começou Dafert no Brasil, incitado por noticias da India, a criar as mudas durante algum tempo, antes da transplantação, em cestos de taquara (25 × 25 c.) para conservar a terra em roda das raizes. Era o processo caro, mas evitava quasi totalmente a replanta, de modo que bem se poderia introduzil-o na pratica, como em verdade já se experimentara. Quanto á parte technica, ainda era o mais perfeito quando havia a mão os elementos precisos. Em Ceylão haviam se experimentado cabaças em vez dos taes vasos.

Na plantação cerrada, explicava Dafert aproveitar-se mais promptamente *o adubo disponivel* no solo, porém de modo incompleto, ao passo que com carreiras bem distanciadas tornava-se o effeito mais radical e efficaz.

Os limites razoaveis de distancia das plantações do café arabico estavam no Brasil, entre 3 a 4 ½ metros.

Renques demasiadamente aproximados, de distanciamento inferiores a 3 ½ metros, e excessivamente afastados (distancia superior a 4 ½ metros) eram igualmente inconvenientes. Quanto aos numeros normaes, para outros paizes e variedades não se podia formar juizo seguro. Existiam em Madagascar e ás vezes tambem em outras regiões como por exemplo, em Sumatra, um methodo que conciliava os contrastes discutidos sobre a distancia entre renques.

Consistia no estabelecimento de plantação cerrada, que depois se transformava em outra de linhas largas, arrancando-se as plantas supra-numerarias.

Agravava a sorte de alguns cafezaes o modo de plantação, escrevia Moura Brasil em sua monographia de 1900.

Arrancava-se a muda na capoeira ou na matta, sem o menor cuidado e zelo, expondo-se a ao sol um, dois e mais dias. As radiculas seccavam completamente, a raiz mestra, no acto da plantação cortavam ou quebravam á mão, sendo a haste seccionada á altura de 20 a 25 centimetros das raizes, e neste estado lastimavel collocada deitada na cova.

No emtanto, a maior parte da plantação vingava, porque o café era planta de grande resistencia. Tratado com o carinho merecido remunerava, do modo mais amplo, os beneficios recebidos.

Era a plantação de caroço inquestionavelmente boa, e facil quando o lavrador dispondo de viveiro de dois a trez annos punha algum cuidado no modo de arrancar a planta, sem destruição das radiculas e chegando alguma terra, por meio de pequena pá apropriada, collocava as mudas nas covas, sem deixar seccar as radiculas, feitas ainda a transplantação em dias chuvosos e sombrios. Assim as plantas não perdiam as folhas, não haveria parada de vegetação ganhava o lavrador portanto, dois annos. No anno seguinte ao da plantação já frutificariam as mudas, algo pouco.

Era este o modo mais commumente adoptado. Delle o proprio auctor colhera optimos resultados, até em terras consideradas cansadas; claro que ahi auxiliada por meio de adubos, e outros cuidados.

Não sendo o cafeeiro planta exigente, dando sempre as melhores provas de grande resistencia, para obter menor gasto com a plantação, permittia Moura Brasil que fosse arrancado, sem terra, por meio de uma pá de jardineiro, para não despedaçar as radiculas. Neste caso, porém fazia mergulhar as raizes em uma papa constituida de:

	Kilos
Phosphato de calcio	5
Cinza	10
Cal	10
Agua	100

e argila *quantum satis* para adquirir consistencia, de modo a ficar aderente.

Esta papa, encerrando substancias nutrientes, tinha a vantagem de evitar o contacto do ar com as radiculas, conservando-as portanto. Constituida por substancias antisepticas destruia alguns germens, capazes de mais tarde damnificar a planta.

Feita a plantação em dias sombrios e chuvosos, podia-se ver vingadas 95 %, ou mesmo cem por cento das mudas collocando-se trez ou quatro em cada cova.

Nos terrenos em que as substancias nutrientes houvessem mais ou menos exgotado a camada humica, tornava-se de grande necessidade que as covas tivessem 66 centimetros em quadra e em profundidade, fossem estrumadas e protegidas as mudas contra o sol ardente durante o primeiro anno.

Assim se poderia contar com completo exito. Era de grande vantagem a escolha da especie de café a plantar-se, conforme o terreno, e principalmente, conforme a face soalheira ou noruega do terreno.

Tal vantagem tornava-se ainda mais saliente nos terrenos montanhosos do Rio de Janeiro e Minas, em que os cafezaes formados nos lados soalheiros do morro tinham mais curta duração, principalmente nos trechos siliciosos.

Tratando da época de plantação, mais propicia, aconselhava Dafert:

Podia-se proceder, em qualquer época do anno, á plantação observando-se porém certas precauções. Recommendava-se mas sómente para poupar despesas, transplantar, no principio ou antes do fim da estação chuvosa. No Brasil o mez que de facto parecia melhor prestar-se á confecção dos viveiros era o de julho por ser o mais frio. Produzia plantas mais vigorosas. Na India preferia-se o de outubro.

Quanto á distancia da plantação, expunha o illustre agronomo:

Antigamente plantava-se no Brasil muito cerrado, de 2 a 3 metros. Em 1900 porém o espaçamento era muito melhor admittindo-se distancias entre as linhas de 4 a 5 metros e por vezes distanciamentos ainda maiores.

Na India meridional eram estas distancias de 1,20 a 2m.40 e nas Indias Occidentaes e em Java de 3 a 3m.60.

O clima e a variedade tinham grande importancia mas nunca se justificavam differenças de mais de 4 metros.

Quanto mais distantes as carreiras, tanto mais prosperava até certo ponto, a lavoura nos annos ulteriores, e tanto mais facil o trabalho quanto mais velha ficasse ella.

Não se podia por em duvida que as carreiras bem espaçadas constituiam boa precaução contra as enfermidades devidas a criptogamos. Por outro lado, tambem era justo reconhecer as vantagens do antigo systema.

Para quantidades mais ou menos iguaes de café colhido, a area a cultivar vinha a ser muito menor. Logo que a plantação estava formada, ou fechava, não nasciam, quasi mais, hervas damninhas por falta de luz. O merito dos pretos da costa da Guiné era terem dado exemplo drastico para as consequencias desta poupança de trabalho.

Segundo uma nota de Henrique Kurtz, missionario em Accra, tinham os indigenas plantado a distancia de 0m.9 para supprimirem de todo a carpa. Poucos annos depois todas as arvores haviam morrido.

No Brasil abandonara-se o methodo antigo e geralmente usado de plantar muito junto, por acharem os lavradores mais conveniente carpir e colher mais do que o faziam pelo methodo contrario. Era inegavel a diminuição da producção de flores e frutos e por conseguinte tambem nas lavouras cerradas, sem fallar ainda na maior difficuldade das carpas e colheita.

Considerando a duração de uma lavoura e todo o café por ella fornecido nesse tempo, não se enganara quem calculasse que a quantidade de café produzido em determinada area era mais ou menos a mesma, independentemente do numero de arvores que abrangia.

Na India Meridional, explica Rangel depois da roçagem e antes da derrubada faziam-se covas de 0,60 de profundidade e 0,45 de diametro, nos logares, previamente alinhados onde deveria ser plantado o cafeeiro. Estas covas se enchiam com o humus da matta sendo cobertas com a terra inerte.

Graças a este processo evitavam os plantadores a acção do fogo sobre o humus enterrado, do que resultava para o futuro cafesal grande suplemento de substancias fertilisantes.

Preparado, finalmente o terreno, procedia-se ao alinhamento e á abertura das covas para a plantação. Este alinhamento se fazia com o auxilio de cordas, convenientemente subdivididas e marcadas, de accordo com as distancias que deviam conservar as plantas entre si. Tirada a primeira linha, geralmente da base á cumieira do morro, era mas outras traçadas paralellamente, marcando-se com pequenas estacas ou simples signaes feitos á enchada, os pontos correspondentes a cada cova. Os praticos prestavam toda a attenção ao alinhamento nos morros, afim de posteriormente se facilitar o serviço das capinas. Com effeito, o trabalhador manejando com mais desembaraço e maior proveito, a enxada de baixo para cima, do terreno, segundo a normal ás curvas de nivel do mesmo, e devendo cada um trabalhar em uma rua, entre duas linhas

de cafeeiros, os alinhamentos obliquos difficultavam bastante este serviço, tornando-o em consequencia mais caro.

Justiça se fizesse a S. Paulo, expendia Moura Brasil, onde a par da conformação muito mais vantajosa dos terrenos, as plantações, de café sobretudo, haviam sido feitas mais vantajosamente em linhas parallelas e cortadas perpendicularmente, com dezesseis e vinte palmos entre cada cafeeiro.

Erro comettido no Rio de Janeiro e Minas, fôra ter sido a plantação do café muito junta, a 10, 12 e 14 palmos no maximo (2,20, 2,54 e 3,08) com raras excepções. Até o café Maragogipe, cujo desenvolvimento era consideravel, na maior distancia de 14 palmos (3m.08) aos doze annos já cruzava os galhos, produzindo demasiada sombra e portanto frutificando pouco, além de adquirir conformação viciosa, defeito a que era obrigada a planta por falta de espaço lateral.

CAPITULO LXXXVI

A cultura extensiva cafeeira do Brasil — A derrubadas das matas — Os processos dos derrubadores — Corrente de opinião contra as derrubadas — As condições da lavoura cafeeira no Brasil em face da abundancia de terras novas na opinião de Dafert

Exactamente como nos primeiros tempos da introdução do cafeeiro no Brasil a lavoura continuava a ser feita extensivamente, salvo quanto a algumas excepções limitadas. Era de se esperar porém, para futuro não longinquo, nova orientação nos methodos de plantação da rubiacea, escrevia Ferreira Rangel.

Até os principios do seculo XX, porém, a regra fôra a luta, sem tregoas, entre o cafesal e a floresta. Para cada cafesal novo, penetravam desapiedados, o machado e o fogo na matta, por sobre as ruinas da qual surgia aquelle contrastando o seu viço e belleza com os despojos encarquilhados da floresta, symbolos sinistros da imprevidencia humana.

E assim, graças a este processo, inevitavel, sem duvida, a principio, mas agora nem sempre justificado, ia a lavoura cafeeira cumprindo triste fadario; levando a destruição e a morte a essas riquezas maravilhosas, orgulho das regiões tropicaes. Para traz, ficavam a pobreza e a desolação das velhas lavouras exaustas, onde os arbustos remanescentes mostravam nos troncos carcomidos nos ramos semi-nús, nas folhas amarellecidas, a miseria physiologica, a que o esgotado terreno não mais podia remediar.

Felizmente, os agricultores já reconheciam o erro em que laboravam. Os estudos experimentaes e a propaganda de uma agronomia nacional lhes faziam comprehender que estas terras abandonadas, por gastas e velhas, podiam tornar-se outra, e muitas vezes, vigorosas e novas. O cafeeiro não escapava ás leis physiologicas regendo os demais vegetaes. A' sua cultura, se applicava o velho proloquio, que embora demasiado radical,

exprimia grande verdade — não ha terras más e sim maus lavradores.

Escolhido o terreno para as futuras lavouras tratava-se de derribar a matta que o cobria.

Terminadas as chuvas, geralmente de abril em diante, dava-se começo a este serviço, em que eram muito habeis os caboclos descendentes dos autoctonos. No Estado do Rio de Janeiro eram geralmente mineiros os que faziam tal serviço. No de S. Paulo mineiros do Norte do Estado e bahianos do vale do S. Francisco.

O systema universal no Brasil, até os principios do seculo XX, de se derribar a matta para plantar o cafesal, já encontrava grandes contradictores, cujas opiniões firmadas em argumentos de grande valor, iam calando na opinião publica, dizia Ferreira Rangel em 1906.

Quando apropriados o clima, e o solo, (as experiencias demonstravam-no á evidencia) os terrenos esgotados pela cultura extensiva, podiam ser transformados, pela intensiva e alimentar, indefinidamente, talvez, frondosos e productivos cafesaes, tão remuneradores ou mais do que os que viviam somente a expensas do humus da matta, que as colheitas e outras coisas iam consumindo rapidamente, de anno para anno. Para isto, se fazia unicamente precisa uma modificação no regimen da exploração das propriedades agricolas, que para attenderem ás exigencias do novo processo careciam de fontes productoras de humus. Ora, estas ninguem o ignorava, eram os rebanhos de gado, que, sujeitos a um regimen de estabulação, compativel com os recursos e as vistas do agricultor, permittiam a este a exploração de rendosas industrias, deixando, em consequencia, de graça o esterco que, com a casca do café, e todos os detrictos organicos recolhidos na fazenda, constituiam o agente por excellencia da fertilidade das terras. Para auxiliar o estrume de curral e os compostos, quando não sufficientes para fornecer ao cafesal os fertilisantes de que elle precisava, podia se recorrer aos adubos chimicos, para completar as dosagens.

Por outro lado, se o distanciamento das lavouras dos mercados do littoral, de alguma sorte haviam facilitado as culturas, por dispensarem as terras de matta, o emprego de fertilisantes, gravavam, entretanto o producto pela elevação dos preços dos transportes, tornando necessariamente precarios os lucros da exploração, sempre que, occorriam crises ou baixas dos respectivos preços.

A volta ao plantio de cafesaes nas terras mais proximas do littoral, exhaustas pelas antigas lavouras, era a solução

natural para o aproveitamento desses terrenos accidentados do norte de S. Paulo e do Estado do Rio de Janeiro, em que a cultura mechanica dos cereaes era impossivel e onde uma justa harmonia entre a lavoura cafeeira e a industria pastoril poderia por certo, fazer voltar a antiga prosperidade, destas regiões decadentes.

Descreve Ferreira Rangel os processos dos derrubadores:

Emquanto os foiceiros iam desbravando o terreno, roçando cortando os pequenos arbustos, os cipós e toda a pequena vegetação, mais ou menos densa, que pudesse embaraçar o trabalho ulterior, seguiam os machadeiros atacando os troncos que as foices não haviam podido vencer, as arvores grandes seculares dominadoras da floresta. O corte se fazia em geral, a dois ou trez palmos acima do solo, e era espectaculo deveras impressionador ver tombar os gigantescos jequitibás, os admiraveis paus-ferro, vinhaticos, perobas, oleos vermelhos e outros, com indefinivel fragor, lembrando o arruido de ossadas a se chocar e cujos écos, vibrando de grota em grota, de canhada em canhada, pareciam levar a maldição da floresta contra o orgulho e a teimosia do homem.

Este serviço não era isento de grandes perigos. A altura do corte o lado em que se o deve fazer mais profundo, a direção mais conveniente, para a queda da arvore, a posição, emfim do operador eram pontos importantes, que, attendidos, facilitavam e apressavam o trabalho e, descurados não só o retardavam como frequentes vezes, davam logar a desastres pessoaes.

Derribadas as arvores, eram os seus galhos cortados e picados de modo a facilitar-lhes a secca e augmentar o material de facil combustão, para a queimada futura. Era o que se chamava fazer facho.

Assim preparada a derribada, esperava-se a secca até a approximação das chuvas, geralmente em agosto, quando se lhe deitava fogo, escolhendo-se para isto um dia de forte sol, para auxiliar a operação. Antes disto, porém, e para que o fogo não se communicasse as mattas ou aos campos contiguos, aceirava-se a derrubada, de 20 a 30 metros, conforme as circumstancias.

Grande, imponente o espectaculo da queimada que todos mais ou menos conheciam. O que, porém, muitos ignoravam é que as linguas de fogo, crepitantes, lambendo a superficie do solo, a este roubavam boa parte dos mais preciosos dos seus elementos organicos, antecipando de annos a sua pobresa.

Se a derribada estava bem secca era a obra do fogo completa e da antiga floresta ficavam restando apenas alguns troncos mais ou menos carbonisados. Se, porém a secca não fora completa, o que era mais commum, ficava sobre o terreno grande porção de madeiras, retiradas para as construções para a lenha, etc. As imprestaveis, mais finas, ou de má qualidade, eram reunidas em coivaras, para serem incineradas. Nos logares em que as difficuldades de transporte ou de vias de facil communicação não permittiam a exploração do commercio de madeiras, eram estas deixadas em abandono no terreno, que iam estrumando no decurso do tempo.

Na cultura extensiva dever-se-ia preferir sempre o terreno de matta, aconselhava Dafert.

Fornecia ao lavrador quantidade consideravel de elementos de fecundidade, accumulados no solo. Trabalhando-se intensivamente o campo, em certas circumstancias prestava tão bons serviços quanto o terreno de matta, porque o seu preparo impunha menos despezas. A terra de capoeira nova occupava o justo meio entre essas duas especies de terreno. Em toda a parte eram cultivadas, inicialmente as terras de matta. Só quando faltava é que se utilizavam as da capoeira nova e de campo. A região destas ultimas pertencia apenas 1 % das fazendas existentes no Brasil.

Nos lugares onde a cultura se fazia á sombra, cifrava-se o preparo em desbastar convenientemente a matta, além disto, usava-se o systema antiquado da queima para consumir o matto.

Derrubava-se este cortando-o arvore por arvore, como geralmente no Brasil, ou abatia-se a conforme as regras da silvicultura, como na India meridional queimando-se quando estava bastante secco.

As arvores colossaes, escapas ao machado e á foice e devoradas, mais tarde, pelo fogo, davam depois de carbonisadas, solemne attestado ás gerações provindouras da actividade destruidora do homem.

Quem houvesse visto uma matta virgem tropical ou mesmo da zona subtropical haveria de comprehender que todos os protestos contra o vandalico processo seriam baldados.

Era porém, irracional plantar, sob condições economicas um pouco favoraveis terreno assim preparado conservando ainda as arvores mortas.

O emprego do destocador de Benett ou de outros apparelhos similares exigia para cada toco, um sexto de dia (media de centenas de experiencias sobre arvores grandes e pequenas.

As plantações em terrenos expurgados de raizes e tocos offereciam a vantagem de poderem ser estabelecidos em carreiras regulares permittindo o emprego immediato das machinas.

Desta maneira amortisavam-se, em poucos annos, as principaes despesas com o estabelecimento do plantio, diminuindo consideravelmente as da conserva. Os gastos desciam a um terço e mais ainda).

Revolvendo-se a terra antes da queima, aproveitava-se grande parte do humus, mas isto só era admissivel quando se dispunha de modica mão de obra. Um processo da India meridional merecia, principalmente na cultura extensiva, vulgarisar-se: fazerem-se, antes da derrubada da matta, mas depois da roçada, covas de 0,60 de profundidade e 0,45 de largura, cheias de humus da matta, cobertas depois de terra para a este preservar da acção do fogo.

A vantagem deste methodo residia no preparo de chão muitissimo fertil e ao mesmo tempo de estercamento barato onde se poriam as plantas novas. A desvantagem consistia em se não poder fazer traçado de linhas bem regulares. Um homem cavava por dia mais de 40 a 50 covas e enchia 100.

Seria de grande valor, para o preparo futuro e a prosperidade da plantação, arar o terreno uma ou duas vezes a 0,15 de profundidade, antes do plantio; methodo adoptado, nos ultimos annos, nas fazendas mais adeantadas do Brasil.

CAPITULO LXXXVII

As carpas — Necessidade de sua reiteração — Processos brasileiros e processos indianos e javanezes — O trenching — Methodos preconisados por Persio Pacheco e Silva — Culturas intercaladas ás lavouras cafeeiras — A questão do sombreamento — Monocultura e policultura

Era tão maravilhoso quanto grato ao cafeeiro o trato cuidadoso e sempre igual, escreveu Dafert. Por isto convinha aconselhar a todos os cultivadores de café que não descurassem este ponto. Entretanto, deviam, ao mesmo tempo, ter em vista o perigo das chuvas, que facilmente arrastam a parte fina do solo frouxo de mais, sem se esquecer que o fabrico excessivamente profundo da terra acarreta para a superficie do solo a terra morta isenta de humus, prejudicando ao cafeeiro mais do que lhe fazendo bem.

No clima *secco* do Brasil, "devia-se carpir todo o cafezal 3 a 5 vezes por anno, até a ultima haste das mondas." O emprego das carpideiras, associado ao trabalho manual, era o meio mais efficaz para tal fim.

Nas plantações novas, convinha, passar, por entre os renques, nos dois sentidos, a carpideira simples de Sack de Leipzig, guarnecida especialmente para os paizes tropicaes, e adaptada a dois animaes. Nas plantações mais densas (em cafezaes plantados muito juntos ou em plantações velhas) "o Planet Jun. n. 5" que revolvia a terra a cerca de 0m. 15 de profundidade, podendo servir bem para esse fim, apesar de algum tanto fraco.

Nesta operação, o apparelho aproximava-se somente 0m.40 dos troncos das arvores novas e a 1 metro das mais velhas, isto é, mais ou menos metade do diametro da copa.

Um homem com dois animaes executaria facilmente o serviço correspondente a 1.000 arvores, restando somente limpar o espaço em volta de cada uma, o que se faria por meio de instrumentos manuaes como a enxada, porque a forma e



disposição da arvore e da raiz não permittiam o emprego das machinas.

A despesa correspondia a um dia de serviço para 300 arvores. A regra era como em todos os trabalhos ruraes congeneres; *carpir uma vez por anno sae mais caro do que cinco vezes!*

Fazer a carpa á mão era realizar trabalho de luxo, por exigir 4 a 5 vezes mais tempo. Tambem ella só era usada onde havia mão de obra barata, ou quando as plantas se achavam tão mal situadas que se tornava impossivel o emprego das machinas.

Essencialmente differentes, e poder-se-ia quasi dizer oppostas, as condições na India meridional. O clima humido favorecia a vegetação das mondas; a pequena distancia das plantas, excluia a utilisação das machinas para a limpeza das plantações. E dispunha-se no Hindostão de grande numero de trabalhadores vencendo jornal barato. Alli não era raro fazerem-se por anno 24 carpas regularmente.

Java e Sumatra adoptavam meio termo.

Emquanto o cafeeiro não attingia a idade productiva, não se ligava alli grande importancia á carpa.

Em todos os paizes cafeeiros, os cultivadores achavam-se de accordo sobre diversos pontos.

a) — A monda nunca devia chegar á maturidade das sementes.

b) — Não havia mondas peores do que aquellas que se multiplicavam pelos brotos das raizes.

c) — A carpa deveria ser feita sempre em tempo secco.

d) — Finalmente, em hypothese alguma, dever-se-iam cultivar forragens no cafesal; isto é, o lavrador se decidiria pela cultura do café ou pela producção do feno.

Não devia querer contar com ambos. Tendendo o solo, por uma causa qualquer, a formar crostas, ou sendo por natureza muito duro, tornava-se indispensavel lavrar o cafezal. Mas bastava que se passasse a charrua por entre os renques de dois em dois ou de trez em trez annos. Os sulcos deveriam correr sempre no sentido perpendicular ao talude natural do terreno.

Em Java, cavava-se á profundidade de 0m.30 — 0m.40 e quando possivel, duas vezes por anno. Os declives dos cafesaes

em forma de terraço, ou degraus, não deviam absolutamente ser revolvidos (Java, India, Ceylão); somente capinados, porque se tratava de consolidar a terra para prevenir o seu esboroamento. Mas este caso não era o do Brasil aliás.

Outros meios usados algumas vezes na India para o melhoramento do solo, e quasi totalmente desconhecidos no Brasil, vinham a ser os seguintes:

1.º — Afofamento do solo, sem o revirar, por meio de vara ou forcado, trabalho feito melhor, e mais depressa, por meio de carpideira com raspadeiras apropriadas, puxada por animaes.

2.º — Cobertura da terra por baixo das arvores, com uma camada de palha de 0m.15 a 0m.22 de espessura. Supprimia as más hervas, conservava a humidade e retinha a terra fina. Era o *trenching,* ou *waterholing,* processo caro, mas correspondente ao fim, praticado excepcionalmente em S. Paulo. Consistia no estabelecimento de fossos, mais ou menos profundos, de quatro em quatro arvores, para se recolher a terra fina transportada pelas chuvas.

Preconisava Persio Pacheco, um conjunto de medidas para dar vigor ao desenvolvimento da vegetação silvestre nascida em cafesaes de solo insufficientemente fertil, e tambem para a conserva onde o solo fosse melhor.

Estava convencido de que, com os proprios productos do solo *in loco,* seria possivel renovar naturalmente a camada de terra vegetal, renovação que absolutamente se não operaria desde que se lhe tirasse esse importante elemento de fertilidade — elemento que o systema de capinação geral no Brasil teimava em extinguir.

O que primeiro competia fazer, antes de dar ao solo os custosos adubos para os quaes não estava preparado, era ver si poderia readquirir as condições prejudicadas ou perdidas, de permeabilidade, arejamento, para facilitar ao café a absorpção das riquezas mineraes e humiferas contidas na terra.

Estabeleceu o agronomo paulista umas regras que a seu ver permittiam a realização de tal desideratum.

1.º — Não fixar nos contractos nem o tempo nem o numero de capinas; porque, assim poderiam ser feitas justamente em tempo opportuno, conforme a qualidade e o estado do solo, e conforme as condições meteorologicas do anno.

2.º — A segunda capina, a que coincidia com a época das grandes chuvas, devia ser feita pelo systema de *embolar;* porque a elle obedecendo era o trabalhador obrigado a dar enchadadas mais profundas. O que se seguia era que o matto capinado vinha aos monticulos com terra até a raiz, ficando coberto pela propria terra transportada, facto que desnivelava a superficie do solo, enchendo-a de pequenos altos e baixos, circumstancia que por sua vez, provocava a formação de verdadeiro anteparo ao total escoamento das aguas.

3.º — Fosse o cisco da ultima capina (varrição) encordoado transversalmente ao declive do terreno, para os mesmos effeitos já mencionados.

4.º — Nos pontos estereis e lavados do solo, em vez da raspagem costumeira, com a enchada, convinha que em todas as capinas fosse o chão cavado, picado, a canto de enchada, mas de enchada que poupasse, como preciosidade, as raras plantas por lá nascidas. Poupadas, dariam sementes, reproduzir-se-iam e, sujeitas portanto ás regras acima enunciadas, produziriam os effeitos indicados. Mais ainda; nesses logares podiam-se mesmo semear outras plantas como o tremoço, por exemplo, para o preparo do adubo verde, coisa já feita por alguns lavradores; removendo-se para alli o excesso de humus accumulado nas barrocas e baixadas dos cafesaes.

5.º — Fossem abertas valetas ou sulcos transversaes nas encostas ingremes e lavadas, pelo systema de socalcos e taludes, feitos de madeira, nos logares em que as aguas se accumulavam, para deter assim, pelo menos em parte, a terra vegetal, condemnada a ser arrastada. Eram os primeiros conselhos para o combate á erosão que mais tarde tanta importancia, e tão justo, assumiria aos olhos dos agronomos.

Referindo-se ás culturas intercaladas aos cafesaes, dizia Dafert que tendo de cultivar-se plantas alimenticias entre cafeeiros era preciso discernir com severidade, entre os primeiros annos, em que o café não podia ainda aproveitar toda a área disponivel e a luz que della dependia, e os ulteriores.

Com quanto no periodo da juventude as culturas intercaladas apropriadas dando sombra como o milho e o feijão pudessem ser de utilidade directa para o cafeeiro, diminuindo, em todo o caso, as despezas de conservação, as experiencias praticas haviam provado por toda a parte, a inconveniencia da cultura intercalada na idade adulta do cafeeiro. Se ella, não

obstante, se praticara em muitos logares isto se explicava por motivos de ordem economica que não se deixariam facilmente vencer por simples considerações theoricas.

Se o capital e as forças do trabalho eram tão escassos que a intitulada *cultura depauperante* chegasse a parecer racional, a cultura intercalada seria então inevitavel. O problema, porém, mudava de face com o emprego de adubos. Tratava-se simplesmente de decidir se era mais barato fazer culturas intercaladas e isto com o emprego de adubos como se praticava no Natal ou se havia vantagem em importar do exterior os grãos alimenticios. Naturalmente seria agir de modo racional, na cultura intercalar, a proposito da plantação se em linha de conta se levassem as vantagens do trabalho.

Em muitos logares como na India e Java havia nas plantações arvores fornecendo sombra constante ao café, as quaes, nas culturas melhoradas, eram propositalmente plantadas lembrava Dafert.

O cultivo do milho, feijão e outros vegetaes alimenticios entre os renques principalmente nos primeiros annos era tambem geral no Brasil e antigamente em Ceylão. Chegara em parte (Indias occidentaes) a tal extremo, que se ficava em duvida se ao café cabia o papel de cultura principal, ou secundaria.

A cultura á sombra justificava-se sómente onde o clima se mostrava demasiado secco ou quente demais (India meridional e parte de Madagascar) para a variedade cultivada. Nos outros logares ella occasionava desenvolvimento desvantajoso da folhagem á custa dos frutos retardando consideravelmente a maturidade.

As vantagens da culutra á sombra vinham a ser:

a) — As chuvas tropicaes não arrastavam a terra fina.
b) — As folhas cahidas formavam sempre novo humus.
c) — Numerosos passaros abrigavam-se nas copas das arvores destruindo muitos insectos damninhos.
d) — Nos periodos de grandes seccas o café quasi nada soffria.
e) — O trabalho á sombra era mais agradavel.
f) — Finalmente serviam as folhas cahidas de arvores adequadas de adubo azotado.

Em cultura primitiva podia-se accrescentar tambem esta razão de preferencias.

g) — A camada humifera da terra da matta era conservada e por conseguinte as despezas da cultura diminuiam.

Se o valor da lenha das arvores de sombra merecesse ser levado em conta, isto teria grande alcance pratico; mas neste particular indeciso se mostrou Dafert.

Como desvantagem da cultura allegava-se em toda a parte:

a) — Producção muito inferior, que não podia ser compensada pelo cansaço que as arvores de sombra alcançavam na maioridade.

b) — Desenvolvimento e propagação facil de molestias criptogamicas.

Para a cultura primitiva accrescia ainda que o terreno de matta não se lhe applicando o fogo, conservava-se inçado de insectos damninhos.

Para arvores de sombra eram aproveitadas, não raras vezes, para tal fim, as que restavam da vegetação primitiva. Poupava-se com isto grande parte das despezas de cultura. A principio o estabelecimento da plantação era mais barato. Mais tarde, porém a conservação ficava mais cara, por se excluir todo o trabalho por meio de machinas.

Só por meio de cultura especial e muito bem cuidada de arvores de sombra poder-se-iam acommodar a variedade, o numero e a distribuição ás circumstancias locaes e ás exigencias de uma administração racional.

Aliás as variedades preferidas e os pontos de vista de sua selecção em cada paiz, muitas vezes em tempos differentes, eram outras.

Attribuia-se antigamente maior importancia ao usufruto da cultura das arvores de sombra prevalecera depois o desejo do cultivo de plantas que assimilassem o azoto. Arvores de sombra já experimentadas eram entre outras numerosas — a jaqueira na India meridional e o dada de Java e Sumatra. Para a America central e do sul a figueira branca e a acacia asiatica: Albizzia Moluccana Miq. que ainda teria provavelmente, grande futuro. Em Madagascar empregava-se a Melia Azedarach L.

Facto curioso o cafeeiro, em Cayenna era arvore de alta fronde para dar sombra aos cacaoeiros!

Referindo-se a polycultura, que tanto estava na ordem do dia, como um dos paliativos á crise cafeeira, declarava Persio Pacheco em 1912 que:

Polycultores haviam sido os laboratorios fazendeiros dos velhos tempos patriarchaes. E mais ainda: — tambem artifices. Não só fabricavam as ferramentas agricolas, como até teciam o pano de seu vestuario. Senhores de latifundios, suas fazendas constituiam immensos e variados estaleiros de trabalho. Cultivavam toda a especie de cereaes, creando toda a casta de gado. Tinham em casa officinas de misteres mecanicos e tecelagens completas de algodão, de linho e lã graças as centenas e ás vezes aos milheiros de escravos e de indios, servos da gleba.

Os velhos usos e costumes brasileiros, se haviam, porém, modificado, com a marcha evolutiva do progresso, tendendo á especialisação.

De polycultores, que todos eram, em tempos de antanho, época em que em São Paulo até se cultivavam o trigo e o linho haviam, insensivelmente, passado á cultura exclusiva da canna. do algodão, do café, ficando a dos cereaes em plano muito inferior, como cultura subsidiaria, auxiliar.

Assim sendo, parecia pois um erro, quando o fazendeiro tão longe estava da primitiva phase agricola do Estado, aconselhal-o a atirar-se de novo á polycultura, que lhe consumiria grande parte da attenção e dos capitaes necessarios ao maior aperfeiçoamento da cultura em que se especialisara e da qual tinha justo e verdadeiro orgulho; seria retrogradar!

A melhor, a unica solução era: fazendeiro monocultor, Estado polycultor.

Urgia porém, que se modificasse a rotina para se attingir ao aperfeiçoamento da technica cultural do cafeeiro, tendo principalmente em vista a restauração e conservação do solo que, anno por anno, se ia esterilisando. Si o lavrador não conseguia que o colono augmentasse o angulo de inclinação da enchada, poderia no emtanto, com pequenas modificações, no manejo de semelhante utensilio, evitar as raspagens e demais inconvenientes — buscando no trabalho racional e methodico, o corretivo que se impunha a tão prejudicial pratica.

CAPITULO LXXXVIII

Os methodos de colheita no Brasil — Processos primitivos e rotineiros — O derriço — Conselhos dos agronomos — Os methodos preconisados por Moura Brasil

A colheita realiza-se de abril em diante, durante o periodo da secca, escrevia F. Rangel em 1899. As chuvas nesta occasião, tambem prejudicam bastante, provocando, em regra a queda dos frutos já seccos, nos terrenos mais inclinados ou escarpados, arrastados para as correntes, e, por conseguinte perdidos. Os do solo, ou cahidos depois, emquanto o chão se conserva humido, são facilmente enterrados pelos trabalhadores, e, finalmente, a secca dos frutos se torna muito irregular, nos terreiros, onde, qualquer descuido, pode determinar, grandes e irreparaveis avarias no valor do producto.

Era ainda muito primitivo o modo de se colher o café no Brasil isto quando de uma colheita descuidadosa dependiam em grande parte as qualidades baixas que tanto depreciavam o grão, escrevia Moura Brasil em 1900.

Muito difficil a substituição de uma pratica rotineira, embora muito prejudicial: Tornavavam-se precisas repetidas demonstrações para se impor a convicção ao agricultor e ao trabalhador rural.

Nos tempos dos serviços organisados, em que o trabalhador obedecia passivamente, muito facil seria qualquer tentativa neste sentido, se o agricultor habilitado quizesse imprimir feição diversa de accordo com principios scientificos e se a fertilidade excessiva do solo brasileiro não tivesse dispensado, até havia pouco, a intervenção criteriosa da sciencia.

Passado o 13 de maio o trabalhador, convicto da necessidade do seu concurso, certo da deficiencia do braço, recusava-se á execução de serviços fóra dos moldes criados pela sua educação acanhada. Assim criava sempre difficuldades, e o agricultor, que delle precisava, terminava cedendo, dando portanto ganho de causa á rotina até em casos inacceitaveis.



Da colheita e do terreiro dependia a boa ou má qualidade do café.

Eram dois factores da mais importante relevancia e entretanto muito descurados ante as exigencias do commercio pois ao mercado chegava maior quantidade de qualidades baixas, do que de bons typos o que contribuia para o descredito do celebre *grão de ouro*.

Ao tempo em que Moura Brasil escrevia estes conceitos consistia esta importante operação no seguinte:

O trabalhador derribava (*derriçar* era o verbo usual) todos os grãos indistinctamente, maduros e seccos, misturando-os com os que estavám no chão já estragados pela humidade do solo ou pelas chuvas. Tudo recolhia com a terra, pedras, etc. e procedendo então por meio da peneira á separação das materias extranhas.

Este processo, além da grande perda de tempo, tinha o grave inconveniente da mistura do café em cereja com os grãos já alterados em seus principios aromaticos e prejudicados na côr pela humidade. Não podendo ser separados completamente, impediam que os outros processos do tratamento e preparo pudessem dar-lhe qualidade superior.

Colhidos, porém, os grãos das arvores separados dos que estavam em terra e sobre um grande panno como já em São Paulo se ia fazendo, panno que preenchia o fim de muitas peneiras, evitavam-se aquelles graves damnos, permittindo obter qualidades finas, se as subsequentes operações nos terreiros obedecessem as exigencias requeridas, que muitos fazendeiros executavam com excessivo zelo.

Nos terreiros precisava o café de cuidados muito especiaes grande pratica e criterio do dirigente; a omissão de um preceito podia prejudicar notavelmente a qualidade, desmerecendo na côr ou prejudicando os principios aromaticos, que tanto influiam no paladar do amador.

Muitos agricultores, na crença de diminuirem o numero de dias necessarios á secca nos terreiros, deixavam o café amontoado dois ou trez dias em fermentação, ou nos tanques de lavagem por igual tempo sem se lembrar que esta pratica podia prejudicar o grão pela penetração do liquido impuro, capaz de damnificar as substancias aromaticas, e a cor, tão estimada no mercado.

Espalhado no terreiro, o despolpado e o côco, devia-se, no primeiro e segundo dia, promover o mais possivel o expurgo do grão e do terreiro *encordoando-o*, afim de que a secca se effectuasse com igualdade, exigencia da maior relevancia, sem

o que não poderia nunca o grão attingir a indispensavel homogeneidade. Nos dias subsequentes devia ser espalhado no terreiro já um pouco quente e com a maxima igualdade, precisando ser mexido com frequencia afim de que alguns grãos não ficassem atrazados em sua evaporação.

Do terceiro dia em diante devia ser reunido ainda bastante quente e bem coberto para conservação do calor durante a noite, para abrigal-o do sereno ou chuva, e para fixação da côr azulada, insistentemente exigida para o despolpado. Este nos ultimos dias de secca como era geralmente sabido se desprende com facilidade do endocarpo pelo atricto dos rodos nos terreiros, grave inconveniente para a conservação da côr do grão.

Só o habito e pericia do dirigente da importante operação poderiam evitar taes damnos, que muito contribuiam para depreciar a classificação. Graças á longa pratica e pericia poderia o dirigente reconhecer o momento exacto da terminação da secca, o que era de grande importancia, pois se esse ponto era excedido desvalorisava-se o grão na côr e no peso. Ficando aquem deste limite não teria nunca a coloração exigida, que tanto prendia a attenção dos compradores.

O trabalho barato e organizado do tempo da escravidão dispensara o fazendeiro da cogitação do emprego de machinas para a substituição do braço; muito tempo precioso se desperdiçara, em que a mecanica teria fartamente contribuido para o augmento da riqueza particular e publica.

Permaneciam em 1900 os attestados vivos do atrazo, o jacá para a condução do café, muitas vezes bem molhado, de uma tulha para os terreiros onde devia ser espalhado, e o celebrado rôdo de 40 a 45 centimetros de comprimento por 12 a 15 centimetros de altura, que servia para espalhar e reunir o grão, com enorme desperdicio de força e tempo do trabalhador.

O trabalho com o café nos terreiros, executado por estes meios obsoletos, exigia grande pessoal, diariamente; era portanto dispendioso demais, sem entretanto corresponder á grande quantidade de café a ser movimentado.

Estes factos obrigaram Moura Brasil a estudar com um pouco de attenção a importante questão do terreiro, uma das mais salientes no preparo do café.

Não acreditando entretanto ter resolvido o problema, pensava haver bastante melhorado as condições economicas de tempo e despesa.

Mandou construir em sua fazenda diversos apparelhos, cuja descripção e photographias apresentou em conferencias,

realisadas perante a Sociedade Nacional de Agricultura em 1897.

Constavam do seguinte:

Um rodo simples, com o qual o trabalhador executava muito maior somma de trabalho com pequeno emprego de força.

Um rodo mecanico de um metro e 50 de comprimento por 40 centimetros de largura, montado sobre rodas, para espalhar o café em camadas iguaes da espessura que se quizesse, pois para isto dispunha de um graduador. Este mesmo rôdo servia para reunir o café pois estava munido de uma vassoura.

Uma vassoura mecanica, montada sobre carrinho, e outra menor especial podendo varrer em linha recta.

Com estes apparelhos podia-se fazer muito trabalho, muito bom e muito barato, systema que todo o agricultor devia adotar e procurar por em pratica, sem omissão alguma, affirmava o eminente medico que foi um dos maiores paladinos da agronomia em nosso paiz.

CAPITULO LXXXIX

A poda, operação muito seria — Opiniões de Dafert — Impossibilidade de se a realisar mediante um mesmo padrão — Influencia das ideias de Sabonadière no Brasil — Opiniões de José Vergueiro e de Correia de Azevedo — A apparelhagem da poda — Controversia de Pacheco e Silva

A poda do cafeeiro é dos problemas mais difficeis a resolver por não se poderem aplicar regras geraes sem attender á variedade e ao clima affirma Dafert. Parecia como que reclamar tratamento especial para cada individuo. E' o seu fim: — 1.° facilitar a colheita; 2.° ventilar e illuminar o interior das arvores; 3.° escolher e conservar os bons ramos frutiferos; 4.° evitar, em certas zonas, os estragos dos ventos corrigindo as grandes differenças do desenvolvimento ascencional.

Os dois primeiros itens tinham relação intima com o distanciamento da plantação, o terceiro com a perfeição da cultura e o quarto apresentava importancia secundaria e dizia respeito ás circumstancias locaes e climatericas.

No Brasil, com o distanciamento de muitos metros entre as carreiras, a cultura do café pudera alcançar o valor actual, sem que se houvesse feito mais do que cortar, uma vez por anno, os galhos seccos (isto sem fallar da *restauração das arvores velhas*) supprimindo-se o tronco velho e provocando-se a emissão de um broto da raiz. Não se dava o mesmo na India, por exemplo onde a vegetação cerrada exigia imperiosamente e conseguira já a execução cuidadosa dos methodos de poda.

De igual importancia para todos os logares — principalmente com o concurso dos adubos vinha a ser a suppressão dos maus ramos frutiferos. E os lavradores brasileiros tinham muito a aprender ainda, neste particular, com os da India,



aliás embora estes tambem, não estivessem todos de accordo relativamente a muitas questões.

Tratando-se de operação cuja execução exigia, antes de tudo, pratica limitava-se Dafert a uma explicação de suas bases fundamentaes. Quem quizesse corretamente fazer a poda do cafeeiro procurasse instrucções onde melhor a soubessem praticar como na India Meridional ou adquirisse por si proprio os precisos conhecimentos. Mas não bastava; quem poderia aprender em livros a nadar ou a patinar?

Geralmente se podavam sómente as variedades do café arabico, porque o da Liberia pela sua configuração e em consequencia da circumstancia de carregar o anno todo, não admittia o emprego regular da faca e da thesoura.

A altura da arvore determinava-se cortando-se ou quebrando-se o broto principal, existindo extremos de 0,45, e excepcionalmente (em Ceylão) até de dois metros. Pela producção de brotos radicaes ou lateraes e cortando-os depois á altura conveniente podiam formar-se troncos duplos ou triplices, cujo valor cultural era duvidoso.

A ventilação se fazia pela extirpação de todos os brotos lateraes de segunda e terceira ordem, na extensão de 0m.15, em volta do tronco.

Podia-se regular a frutificação não só pela suppressão dos brotos lateraes, como pela eliminação alternativa dos oppostos.

Nenhum galho devia carregar-se de frutos mais de duas a trez vezes, se uma colheita houvesse sobrecarregado a arvore demais era recommendavel a pratica de se tirar, a tempo, parte dos frutos. Havia duvidas quanto á época apropriada, e o limite da poda. Provavelmente seria mais acertado podar logo após a colheita, mais ou menos intensivamente, conforme a maior ou menor renovação em cada localidade, e por conseguinte, segundo a força vegetativa.

Todo o processo exigia muito trabalho e tino, não se podendo executal-o graças a um padrão invariavel.

Tratando da poda e do decote, operações de grande importancia e utilidade para certas lavouras, dizia Ferreira Rangel, que tempo houvera em que ambos haviam sido talvez abusivamente aplicadas no Brasil e isto por influencia de um livro, a obra de Guilherme Sabonadière — *O plantador de Café em Ceylão* —.

Traduzido e publicado em 1875 por ordem do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, havia angariado subido prestigio. Nelle era esta operação justamente apreciada

pelos resultados praticos obtidos naquella grande ilha indica. Luiz Correia de Azevedo, em apendice a uma edição nova da Memoria sobre a fundação e custeio de uma fazenda, na Provincia do Rio de Janeiro, de autoria do Barão do Paty do Alferes, obra pratica e conceituosa, interessante e amena em sua autoridade, declarava achar a poda trabalho leve e divertido; sem apresentar difficuldades. Pequeno numero de pessoas podia pratical-o em um cafesal extenso.

A primeira poda praticada em cafesal já velho, levava de certo mais tempo demandando mais attenção, pois della dependia ficarem os arbustos em condições taes de crescimento que em um anno pudessem produzir frutos.

"A segunda e as subsequentes eram faceis, e os galhos onde houvera frutos colhidos, indicavam ao podador quaes os outros galhos transversaes a serem cortados.

José Vergueiro, o grande lavrador de Ibicaba, autoridade eminente em lavoura de café entendia que o cafeeiro desde a idade de quatro annos devia ser amanhado, podando-se-o a dar-lhe a forma que se quizesse e a mais util.

Tal opinião era a de muitos lavradores de outros paizes onde se cultivava o café e encontrava-se em muitas publicações vulgarisadas.

Era a poda pois uma possibilidade e uma urgencia ruraes; podia ser feita em qualquer plantio de café por maior que fosse, visto como a pratica o demonstrava, 4 ou 6 podadores, podando diariamente conseguiam cuidar, em um anno, do mais extenso cafesal."

Citava o Dr. Luiz Correia o caso da fazenda da Bemposta no municipio de Cantagallo, freguezia de Santa Rita do Rio Negro, onde cafeeiros podados havia mezes, mostravam enfolhadura resultante de novos brotos viçosos, folhas com o comprimento de 22 centimetros e 11 centimetros de largura, de bello verde escuro nervuras vigorosas e bem marcadas.

As arvores de onde provinham taes folhas, tinham 36 annos de idade! estavam cheias de troncos e galhos seccos, e havia dois annos que os fazendeiros nem mandavam recorrel-as na occasião da colheita.

Mezes depois da primeira poda, aquellas arvores senis, aquella floresta de galhos seccos, verdadeiros esqueletos de cafeeiros estavam transformados num cafesal que parecia ter cinco ou seis annos, de aspecto magnifico, com uma exuberancia de brotação espantosa. Despertava a attenção o brilho verde, a riqueza, e a forma desses arbustos rejuvenescidos.

Esta regeneração vegetal não devia ficar ahi, era preciso dar-lhe garantias solidas para os annos futuros, e provar aos vindouros que não havia terras velhas, nem cançadas, comtanto o homem pudesse restituir ao terreno o que delle tirava a saber, substancias capazes de entreter a vida e o desenvolvimento organico, alimentando a terra por meio de adubação apropriada.

Precisamente nesta observação final estava o segredo do exito da poda.

Quando o terreno dispunha de fertilisantes e o cafesal era tratado com a necessaria assiduidade, a poda constituia uma operação muito simples podendo ser feita pelo proprio apontador, da turma ou qualquer outro trabalhador. Consistia em desembaraçar o cafeeiro de um ou outro galho secco, geralmente quebrado pelo vento, ou pelo camarada na colheita. O cafeeiro é arbusto simetrico, desenvolvendo-se com muita regularidade quando o terreno e o clima lhe são apropriados e aquelle lhe fornece os elementos necessarios á vida normal.

A intervenção do homem, para, modificar-lhe o aspecto só se explicava pelo desejo de educal-o, para lhe dar forma caprichosa, que não se coadunava com a grande lavoura. Simples cuidados para amputar-lhe os galhos estragados ou seccos e os brotos, que, em torno das amputações feitas viessem porventura, prejudicar-lhe a forma normal, era quanto bastava e isto geralmente se fazia nas lavouras cuidadosamente tratadas.

Quando, porém, o cafesal, por effeito de má ou defficiente cultura, quanto ás capinas, ou por progerie, em consequencia do esgotamento do solo, apresentava uma floresta de galhos seccos, a poda passava a ser uma operação complexa e delicada, exigindo habilidade, muito cuidado da parte do operador e grande solicitude no tratamento ulterior da lavoura.

Se o mal provinha da deficiencia de capinas ou da falta destas em absoluto era o remedio facil; voltar-se ás capinas com regularidade, eliminarem-se os galhos e troncos seccos. Dentre em pouco tempo viria a nova vegetação. Se, porém, como no caso geral, a origem do mal se encontrava no empobrecimento da terra, toda e qualquer operação seria inutil, se não fosse attendida esta circumstancia.

A inobservancia de tal preceito causara serios prejuizos e não poucas desillusões; muitas lavouras tinham desapparecido em consequencia de podas mal feitas.

Comprehendia-se que o definhamento das arvores, se não determinado por alguma causa exterior, sel-o-ia forçosamente;

por sua pobreza physiologica, isto é, pela falta de alimentos. Pretender neste caso fazer da poda uma especie de panacea, graças a qual as plantas obteriam mysteriosamente os elementos de vida, negados pela terra, era ignorar por completo os mais elementares principios da physiologia vegetal.

Tratando o terreno porém, como convinha, isto é, extrumado previamente dependia o exito da poda dos cuidados subsequentes. Na base do tronco, em torno dos pontos em que se praticavam as amputações dos galhos surgiam inumeros rebentos.

O arbusto não era mais o individuo primitivo, que crescera desenvolvera-se harmonico, simetrico e bello, segundo a lei de sua hereditariedade; passava a um producto artificial, precisando ser educado dirigido pela mão do agricultor.

Os rebentos em excesso e os mal situados deviam ser eliminados, e quanto maior o vigor do arbusto, mais se multiplicariam, exigindo frequentes cuidados para evitar-se a formação dessas plantas, verdadeiros feixes de galhos, em cujo interior não penetravam a luz e o ar, arvores que nada produziam, e causavam á vista o mais desagradavel aspecto.

Alguns agricultores, nos cafesaes muito estragados, empregavam em logar da poda propriamente dita o decote, operaração pela qual era toda a arvore cortada um pouco acima do solo.

Vinha em seguida abundante brotação, em torno do tronco, exigindo como no caso anterior, todo o cuidado para a educação conveniente da arvore.

A operação da poda era pois bem delicada.

Não se podia para ella estabelecer regra geral, variava para cada individuo exigindo por este motivo muita pericia por parte do operador.

Infelizmente, era muito difficil encontrar bons podadores; os individuos que de tal se occupavam nas lavouras, brasileiras mostravam-se geralmente ignorantes e muito pouco escrupulosos.

Empregava-se em regra geral, para a poda, um serrote, de forma especial, vulgarmente conhecido por *serrote de café,* a machadinha e o facão, instrumentos a serem bem afiados aliás.

O serrote, muito preferido pelos maus podadores, parecia prejudicar bastante a arvore, já pelos abalos que lhe causava, já pelo grande calor que desenvolvia, prejudicando os tecidos da superficie da secção do corte.

A machadinha, o facão e um bom podão prestavam muito melhores serviços, quando manejados por habil operador.

Contrariando a affirmativa de Ferreira Rangel de que em 1875 se introduzira a poda no Brasil, devido á vulgarização do livro de Sabonadière, o *Fazendeiro de café em Ceylão*, lembrava Persio Pacheco e Silva o facto de Augustinho R. Cunha já em 1844 relatar que a poda se praticava no Rio de Janeiro pelo menos desde 1813.

Era natural que da provincia do Rio houvesse passado para o norte da de S. Paulo, seguindo a trajectoria do café. Fosse como fosse, facto era que datava de muito neste Estado e que o seu maior incremento se devera á introducção de colonos calabrezes nas fazendas paulistas, recommendados como habeis podadores, capazes de dar as mais bellas fórmas a uma pereira ou macieira. Tendo-lhes sido confiada a tarefa da refeição dos cafesaes, como desconhecessem completamente o cafeeiro e os seus segredos, fôra o resultado dos mais funestos, e, infelizmente, só percebido muito tarde, quando já não havia mais remedio para o caso. E fôra assim que, victimas da confiança bem caro haviam os lavradores paulistas pago a experiencia.

O systema que mais convinha ao Brasil não era o adotado em Ceylão ou em qualquer dos outros paizes menos proprios á tal cultura. Pierrot, antigo director de culturas nas colonias francezas, dividia em seu livro (*Cultura pratica e racional do cafeeiro*) a poda em duas operações distinctas: *a*) o decote do tronco (*étetage*), para limital-o ou detel-o em seu desenvolvimento ascensional, e *b*) a poda dos ramos frutiferos (taille des rameaux ou taille de production).

Para Sabonadière e Laborie em Ceylão, os troncos eram decotados a um metro mais ou menos de altura (primeira operação, a isto seguindo todos os cuidados para que se não dividissem em galhos. Eram os ramos frutiferos podados longe do tronco, á distancia de 20 a 30 centimetros, para servirem de galhos aos adventicios delles brotados e que eram os ramos que produziam que carregavam como se dizia no Brasil. Dahi por diante só estes, os adventicios deviam ser podados.

Com semelhante processo reduzia-se muito o cafeeiro em seu porte. Tal systema, parando o desenvolvimento vertical da planta, fazia com que concentrasse o fazendeiro todas as suas esperanças num volume escasso de trez pés de altura com seis de diametro.

Reduzida e artificial, tornava-se obrigatoria essa fórma do cafeeiro, e o era por ser a unica compativel com as condi-

ções pouco favoraveis da terra e do clima, a unica capaz de offerecer resistencia á sabida impetuosidade dos ventos das regiões sujeitas a ciclones. Ainda assim, para que taes cafeeiros attingissem a esse grau de desenvolvimento, precisavam ser atados a postes de proteção.

Como os agricultores cingalezes só podiam reformar os ramos frutiferos, exgotados pela subdivisão dos ramos primitivos que, transformados em galhos permanentes, constituiam a parte fixa da planta e nelles não se tocava o que se seguia é que taes agricultores se viam adstrictos a este genero de poda, de que só beneficiavam os ramos adventicios, como os unicos elementos de producção. "A perda de um galho frutifero era irremediavel; a natureza não fazia provisões para renovar um galho primario; portanto o logar por elle perdido ficava vago, perdendo-se o correspondente espaço para formar galhos frutiferos," escreviam os agronomos francezes.

No Brasil, e particularmente em S. Paulo, ninguem devia pensar em adoptar tal systema. Nelle occorria um conjunto de circumstancias excepcionaes, todas favoraveis. Crescia e prosperava o cafeeiro como se se achasse no proprio habitat. Era possivel dar-se-lhe qualquer fórma sem constrangel-o em apertados moldes. Podiam finalmente os cafeeiros do Brasil cuja unica parte fixa era o tronco, renovar os ramos productivos pela propria renovação dos galhos.

Assim o methodo cingalez era tão inconveniente quanto o calabrez.

Os cafeeiros das variedades cultivadas no Brasil eram certamente em seu estado natural e pela propria natureza, de caule simples, botão terminal indivisivel e ramificação lateral. Assim se apresentavam, mesmo em estado adulto, no interior das mattas, quando propagados pelos passaros, ou nascidos em viveiros, e, mui raramente, em cafesaes plantados de sementes.

Em geral, porém, não era assim que o cafeeiro se apresentava. Pagando o tributo ao meio, passava por modificações que se lhe prendiam á forma e á economia organica; noutros termos: modificações morphologicas e modificações physiologicas, ou pela destruição do gomo terminal, devido a um golpe de instrumento cortante, picadas de insectos ou mesmo graças aos effeitos da frutificação, o embaraço ou impedimento da circulação da seiva provocava o surto de borbulhas tanto no tronco como nos ramos lateraes. Das borbulhas ou gemas do tronco só surgiam galhos, e das dos ramos outros ramos. A esses galhos e ramos se dava o nome de adventicios, por não obedecerem a uma ordem natural. O que fazia com que os

ramos adventicios diferissem dos primitivos era o facto de poderem reproduzir-se, ao passo que os primitivos jamais se reproduziam no mesmo logar, só nascendo das axilas do tronco ou das dos galhos, acima, na expansão do caule que ia elevando o gomo terminal.

Era de maxima importancia a distincção entre a natureza do tronco e suas divisões galhos, e ramos, assim como a de suas funcções. Em outras arvores, e até em algumas de caule, tambem indivisivel e ramificação tambem lateral como certas variedades de pinheiros, desaparecido o gomo terminal, quem continuava o prolongamento do tronco tomando posição vertical, era o ultimo ramo lateral. Transformava-se este ramo em tronco, sem nada perder das condições morphologicas nem physiologicas. Com o cafeeiro, pelo contrario: quando, por causa da subdivisão, exagerada de um dos ramos lateraes, se transforma em galho a parte subdividida o que segue é a atrophia da parte superior da arvore. Isto porque semelhante galho não tinha a funcção propria de um galho natural, a ella não se adaptara, e excrescera em nodosidades no seu ponto de inserção no tronco.

Mas ainda havia outra differença de forma entre o cafeeiro e outras arvores de caule simples, como as coniferas: nestas, a fórma pyramidal lhes era propria, como seria do cafeeiro se os seus primeiros ramos, delgados e mais longos, pudessem fugir ás influencias do geotropismo. Devido á gravidade inclinavam-se para o solo, inclinação que, com a linha do tronco forma na parte superior, um angulo obtuso, dando assim ao cafeeiro a fórma colunar.

Quando, porém, no cafeeiro em degeneração, a parte inferior sobrepuja a superior, é em angulo mais ou menos recto que então se alongam os ramos daquella, facto que dá ao pé do café a forma caracteristica de sua degeneração, de aspecto pyramidal, e a que, por isso, se podia chamar pyramidismo.

Deixando de parte as expressão usadas galhos primarios, secundarios, terciarios, galhos frutiferos etc. por não obedecerem a classificação alguma chama. Persio Pacheco *galhos* as divisões que partidas do tronco o reproduzem participando de sua natureza e funcções.

Ramos, os prolongamentos lateraes exclusivamente foliaceos e frutiferos, bem como as suas subdivisões, com as mesmas funcções da parte de onde provem. Esses ramos eram primitivos ou axilares, e as subdivisões ramos adventicios.

Não convinha praticar o desastroso systema de poda dos calabrezes. Consistia em podar uma metade vertical da arvore, para, depois de refeita essa metade, fazer-se o mesmo á outra.

Mostra-se prejudicial, porque as novas hastes, formadas pelos rebentos provenientes do decote, jamais serão tão resistentes quanto o tronco primitivo; pois embora apresentasse o cafeeiro, depois de refeito, a mais bella apparencia, não resistia á primeira carga perdendo logo o ephemero vigor.

Accresce ainda que o golpe aberto pelo machado só chega á completa cicatrização nos cafeeiros novos; nos outros — nunca: de modo que com isso soffrem as proprias raizes.

E' por este motivo que, em não pequena proporção havia o definhamento dos pés podados na parte poupada pelo machado, parte que, não raro fica invalida, improdutiva por muitos annos.

De tudo isso se evidenciava a prejudicialidade de tal poda. Quanto á sua desnecessidade, bastaria considerar que os galhos da parte superior, que, ou supportavam os ramos exgotados ou já não os tinham, bastava considerar, que taes galhos é que precisavam ser renovados, para se comprehender immediatamente a desnecessidade da poda vertical. Com effeito, casos havia em que a simples poda dos ramos provocava logo nos galhos o surto de novos rebentos, de cujas axilas brotavam de novo outros ramos, como que porfiando em renovar a arvore.

Portanto, para se refazer um cafeeiro velho ou exgotado, é desnecessaria a poda baixa, a poda calabreza, tambem chamada decote, processo este que, além dos inconvenientes indicados, ainda tem o de retardar por mais tempo a producção.

Tudo isso estava de accordo com o que escrevera havia mais de 50 annos o antigo disciplo da Escola Polytechnica de Pariz, Agostinho Rodrigues da Cunha, em sua *A arte da cultura e preparação do café!*

O que, porém admirava era que, escriptos taes ensinamentos havia mais de 50 annos, ainda não fossem seguidos por todos.

Na poda conviria distinguir os galhos inuteis ou ladrões, que deviam ser eliminados, como ladrões de seiva, insufficientes por este motivo a outros galhos ou ramos, os galhos uteis, mas já exgotados, galhos que precisavam ser fortificados, renovados. A estes é que se devia aplicar o methodo selectivo.

Quanto aos inuteis, ladrões e *gomeleiras,* rebentos projectados da propria base do tronco, ou então (neste caso par-

ticular do cafeeiro) formados de mudas nascidas junto dos pés de café, e que nelles se incorporavam e por elles subiam de permeio á folhagem, até surgirem por cima das cópas, onde como que se empenhavam; quanto a esses parasitas em geral esguios e franzinos, nenhum inconveniente existia em que fossem degolados junto do tronco lesado.

Declarava-se Persio Pacheco convencido de que, postas em pratica essas duas ordens de medidas quanto á capina e á poda, o que podia ser feito até mesmo dentro da rotina, porque taes medidas não exigiam utensilios novos) dentro em breve outro seria o aspecto, e a producção dos cafezaes velhos ou envelhecidos.

Tratando de cafeeiros não normaes lembrou o agronomo paulista o facto do cafeeiro precisar de processos não identicos como se dava com as lavouras desnutridas onde occorria o *pyramidismo*.

CAPITULO XC

As carpas e a degenerecencia do cafesal — Necessidade do ensinamento agronomico — Exemplos norte americanos — Ideias de Dias Martins e L. Granato — Necessidade de fazendas modelo

Nos contractos com o trabalhador agricola, ainda se estipulavam como outrora, o mesmo numero de capinas — executadas de principio a fim em cada talhão, sem se levar em conta que o que a capina exigia era o ponto do desenvolvimento, do matto a ser carpido, ponto que, por insufficiente, se não exigia nessas épocas, em certos logares, endurecidos, impermeaveis, onde mal despontava a erva rachitica e por onde resvalava em raspagem a enchada do colono, á cata desta ou daquella enfezada, porém preciosa planta.

Pois então, além das capinas não se poderia por um dique ás aguas das chuvas? tratar a terra no sentido da renovação do humus, para que se reconstituisse a vegetabilidade depauperada? corrigir-lhe os defeitos do solo, cavando-o e adubando-o? Certamente sim, poder-se-ia perfeitamente fazer tudo isso com a velha e rudimentar enxada, á falta de modernos instrumentos. Não se justificava que se cruzassem os braços em semelhantes conjunturas.

E estudadas as causas da esterilidade, a principio parcial, que ameaçava estender-se e invadir todo o solo, dos cafezaes, convencer-se-ia o observador de que tal situação provinha da execução do serviço de capinas, serviço que ninguem cuidava de melhorar, nem tratar de adaptar ás proprias condições topographicas do solo cultivado.

Desigual a distribuição dos saes fertilisadores da terra, por isso mesmo varia, conforme os logares, donde mais e menos vigorosa a vegetação. Assim se admittisse num desses logares, certo trecho de talhão, ou até um talhão inteiro, onde á vegetação alli repontada, se aplicasse inopportuna capina,

antes que o ervaçal attingisse o desenvolvimento capaz de proteger a superficie do solo.

Que succederia então? todas as plantas se iriam a pouco e pouco extinguindo, por falta de reproducção, e com esse desapparecimento cessava o principal productor do humus. Chegava-se assim á conclusão de que, em grande parte, eram os proprios lavradores que concorriam para a decadencia do solo. Os proprios, depois iriam buscar fóra o que podiam obter no proprio logar, com os proprios productos do mesmo solo! Facto identico se verificava nas linguas de terra contiguas a mattas, e capueiras, zonas em que a sombra do arvoredo retardava a vegetação, dentro em pouco aniquilada, supprimida por esse funesto systema de capinas.

Assim os conhecimentos praticos não deviam ser desprezados. Assim tambem o pensava o Dr. Dias Martins, professor da Escola Agricola de Piracicaba, ao declarar, que em falta de conhecimento da vida agricola, tornava muito difficil, quasi impossivel, aos agricultores diplomados occupar o lugar de honra que lhes competia na agricultura nacional. Notava ainda que pretender fazer tabula raza dos conhecimentos adquiridos pela pratica fazendeira,, desprezal-os systematicamente, era criterio insensato, castigado pelo insuccesso.

Imital-os no que tivessem de apreciavel, aperfeiçoando-os constituia grande acerto, — pois descobrir na rotina somente o imprestavel, passava a ser intolerancia inintelligente... Quem melhor conhecia por exemplo a technica da cultura cafeeira do que o agricultor paulista, diligente e criterioso?

Si, objectava Pacheco e Silva, o agricultor diplomado, precisava do conhecimento da vida agricola, para nella poder occupar um logar de honra, muito mais precisavam os lavradores das suas luzes, do auxilio e orientação dos institutos officiaes. Sem esta coadjuvação, não poderiam caminhar sem tropeços nem realizar plenamente a transformação gradual dos velhos processos ainda seguidos. Sem o contacto directo, sem o mutuo auxilio de uns e outros, sem que o empyrismo fosse esclarecido, pela luz da sciencia, seria impossivel á lavoura chegar á meta desejada.

Era, porém, forçoso confessar que, por emquanto, tal luz só brilhava em esphera que, por muito elevada, quasi era daquelles a quem devia beneficiar inaccessivel a maioria.

Constituidos para guiar e auxiliar a lavoura, os estabelecimentos officiaes de pratica e ensino agricola deviam ser mais compativeis com a principal cultura do paiz, relativamente a ella mais especialisados, para que a sua acção fosse mais

directa, afim de que pudessem attender-lhe aos reclamos, emfim a sciencia agronomica.

Os estabelecimentos officiaes do Estado de S. Paulo, ainda não estavam apparelhados para, sob a direcção de inspectores agricolas, fornecer mestres de cultura aos lavradores, capazes de estabelecer nas proprias fazendas a demonstração pratica dos methodos aperfeiçoados. O mesmo se deveria dizer do resto do paiz. Nos Estados Unidos, as proprias estradas de ferro forneciam gratuitamente vagões especiaes, munidos de laboratorios, etc. a professores e inspectores agricolas, para as suas viagens de inspecção. E, como os Estados Unidos, muitos paizes deviam aos seus corpos de professores ambulantes, o grande desenvolvimento de sua agricultura.

Não havia muito criara o Departamento de Agricultura de Washington a secção da *Manutenção do Solo*.

Bastava considerar a disposição relativa ás demonstrações praticas e o preparo de terras nas fazendas, para se comprehender o enorme alcance de tal medida, e julgar do alto criterio que a ditara.

No Brasil, não havia ainda quem praticamente guiasse os agricultores nestes assumptos, e os instruisse, com o exemplo de que se devia podar as arvores e tratar a terra para que ella conservasse o humus. Faltava quem lhe ensinasse como precisava ser tratada para receber adubos. Complexa e perigosa, não era operação que se aprendesse com uma simples visita a institutos agricolas, quanto mais com a simples leitura de manuaes e boletins agronomicos!

Em interessante estudo sobre a *Incompatibilidade dos adubos*, mostrava o Dr. Lourenço Granato o perigo do estercamento chimico quando aplicado, por mãos inexperientes. — O lavrador, muitas vezes, obedecendo embora a formulas exactas, suggeridas nos bons tratados de agricultura, comettia erros dos mais graves, cuja consequencia, era desperdicio fatal de dinheiro recordava o abalisado agronomo.

Quando se misturavam dois adubos incompativeis, podia haver perda de azoto sob a forma gazoza. A mistura de cinza ou cal com sulfato de amoniaco, ou cal com estrume de curral, etc. produzia uma reacção libertadora do azoto destruindo portanto um dos principaes componentes das plantas.

Muitas vezes a mistura dos saes incompativeis não determinava prejuizo sensivel quando feita no acto de serem incorporados ao solo cultivado.

A formação de saes menos soluveis, e, portanto, menos assimilaveis, occorria sempre que se misturavam cal ou cinza

super-phosphatos, escorias com super-phosphatos, super-phosphatos com phosphatos naturaes. Em taes casos todo o acido phosphorico soluvel ou pelo menos, parte delle, podia reagir e formar compostos de todo insoluveis.

Advertia o provecto agronomo de tão prestigioso nome, quanto a estrumação por adubos chimicos modifica extraordinariamente os elementos nutritivos existentes no solo, podendo mesmo, algumas vezes, provocar o esgotamento do solo.

Esta aplicação, poderia parecer á primeira vista, erronea, porque correspondia a adição de elementos nutritivos ao solo. Mas esqueciam se alguns e ignoravam os leigos que muitas vezes, certos adubos provocavam reacção chimicas prejudicando o solo, em vez de o fertilisarem.

Empregando-os de modo exacto e correcto, dahi proviria resultado bom e seguro, porque, assim habilita-se o cafeeiro até então capital morto. a produzir frutos, natural desideratum de todos os fazendeiros.

Pelas observações proprias verificou Persio Pacheco e Silva que a absorpção dos elementos mineraes pelo cafeeiro, dependia de um minimum das substancias organicas do solo.

Tudo isto, porém pouca importancia tinha, si ao solo pobre de humus se desse adubação rica de substancias organicas, como fossem estrume de estrebaria, estrume verde, ou mesmo terra encerrando restos vegetaes, tornando assim o solo tão rico como dantes nos primeiros tempos da abertura das lavouras.

Reclamava o nosso auctor o concurso de profissionaes que aos lavradores transmittissem, com segurança e por meio de exemplos praticos, os ensinamentos scientificos relativos ao preparo da terra, das sementeiras e viveiros, base da restauração dos cafesaes velhos, como o systema vigente de viveiros, se é que mereciam tal nome uns pseudo-viveiros feitos a esmo ou mesmo formados junto aos pés de café. Era impossivel chegar ao resultado que se desejava por semelhante pratica.

Sem viveiros de sementes seleccionadas, em terras devidamente preparadas jamais se conseguiria reformar velhos cafesaes, cujas falhas podiam, com toda a certeza, ser calculadas em uma media de 20 % inclusive as replantas não vingadas, e as arvores invalidas e improductivas.

O Dr. Augusto Ramos terminara seu consciencioso e minudente relatorio sobre a cultura do café na America Hespanhola, por uma serie de sugestões.

As idéas nelle lembradas, comprehendiam em synthese as medidas das quaes se batia Pacheco e Silva.

Assim achava imprescindivel a adopção immediata de taes medidas, sobretudo se tivessem por corolario as que haviam sido postas em pratica pelo Departamento de Agricultura de Washington. Não haveria pois o prehenchimento de uma lacuna na organização agricola official da principal cultura nacional e sim a propria organização definitiva de tal cultura.

Eram estas as sugestões do Dr. Augusto Ramos:

Era o Brasil o vanguardeiro de todos os paizes productores, tanto no que concernia á quantidade do café produzido, como em relação á organização da industria e ao seu apparelhamento.

A industria cafeeira brasileira, sobretudo em São Paulo, constituia verdadeira maravilha, sem rival, em nenhuma industria agricola do Globo.

Estava-lhe faltando porém, sob o ponto de vista cultural, e technico, a organização e systematisação dos estudos aplicados ao plantio e tratamento da arvore e beneficiamento do producto.

Para a boa e prompta solução de tal problema, dever-se-iam criar, em varias zonas do Estado, algumas fazendas modelo, destinadas exclusivamente ao aperfeiçoamento da cafeicultura em todas as suas manifestações, onde e com segurança viessem colher proveitosas lições os lavradores do Estado, em vez de, na ancia de progredir que os caracterizava, andarem ás cegas, em dispendiosas tentativas, geradoras mais de justificado desanimo do que de resultados compensadores e dignos de generalisação.

Redundaria isto na criação official de verdadeira repartição votada exclusivamente á industria cafeeira.

Não haveria até o que mais se justificasse nos dominios administrativos, em um Estado como o de São Paulo, quando só ao café devia o adiantamento e opulencia.

Columna do Brasil, o café figurava como symbolo, nas armas da Republica. Tambem no Forum romano plantavam os filhos do antigo Lacio a vinha e a oliveira, emblema das duas colunas agricolas da cidade, para que semelhante idéia lhes presidisse constantemente aos trabalhos.

Movidos não só pela gratidão, sentimento que os proprios governos deviam cultivar, como até pelo proprio instincto de conservação, era preciso custasse o que custasse defender a riqueza nacional que era o café.

CAPITULO XCI

A degenerecencia dos cafesaes — Estudos de Persio Pacheco e Silva — A deformação dos cafeeiros — Periodos de evolução regressiva — Conselhos da pratica — O exame dos solos — A impermeabilidade do solo — Processos de poda especialisados

Fallando da decadencia dos cafesaes, lembrava Persio Pacheco e Silva em seu: *O café no Oeste de S. Paulo* as paisagens encantadoras, de cafesaes verdejantes, a cobrir immensa explanada do oeste paulista, a perspectiva que se animava na viva imaginação de Francisco Quirino dos Santos, a estender-se indefinidamente pelo vasto territorio do Estado de São Paulo, alcançando e transpondo novos, dilatados e grandiosos horizontes, como que dominando a terra inteira. Mas nem por isto era menos desolador o despertar da realidade de post crise.

A zona archi-opulenta que tinha por capital Campinas a *Princeza do Oeste,* já não mais era aquella Terra da Promissão tão querida das antigas gerações quando tocava ao apogeu da propria gloria.

Infante ainda, vira-a o nosso auctor florescente. Depois quantas e quantas outras cidades outros centros agricolas e industriaes, victimas das proprias condições da marcha do progresso não haviam, nos dias de plena prosperidade, ascendido ao zenith da carreira prospera para descer lentamente á planicie primitiva, cedendo em primazia de orgulho, por se ter exgotado em poucos lustros a materia alluvial que milhares de annos tinham accumulado em seu ambito?

Ahi começara a vez de dar o homem á terra as forças que della tirara sem repor. Era esta a rota seguida pelas civilisações balbucientes, em todos os tempos e latitudes. Já o germano do tempo de Tacito, tempo da agricultura de occupação temporaria, abandonava as terras mal se lhes extinguiam as cinzas das queimadas.



Extensiva, a imprevidente cultura brasileira, extenuadora do solo, dia a dia, consumava a sua obra nefasta, embora a zona primitiva do seu dominio de clima bem mais proprio ao cafeeiro e solo francamente ubertoso, ainda resistisse mantendo uma producção dos tempos aureos. Lutava de facto, resistindo á marcha avassaladora da decadencia, manifestando-se em arraiaes mais novos, nelles inoculando a autofagia de que era portadora.

Si ainda se viam cafesaes conservando o vigor primitivo, a desdobrar-se por collinas e encostas do massapé, onde outrora florescia a jangada brava e outros padrões de primeira ordem, ostentando o viço promissor de fartas colheitas — outros havia, no emtanto, que, cansados por mais de meio século de producção, destituidos da orla protectora da matta batidos a cada momento pelos ventos e, além do mais talados pelo machado, desfolhados pelas formigas, sugados pelas hervas parasitas, estendiam-se pelos vales mais altos. Velhos cafesaes das encostas, desmineralisadas pelas chuvas torrenciaes, erosoras, a dobrar espigões, a perder-se ao longe em carreiras indecisas, e falhas, chagados de clareiras, ou coroas de solo descalvado e manhinho onde a replanta não vingava, roida pela atrepsia da degeneração hereditaria.

E se, neste ou naquelle ponto, á beira de mattos imprestaveis, ou na visinhança de já cansadas tigueras, ainda conseguiam apresentar arremedo de ephemero viço — é que, a tanto haviam chegado por mais novos; embora já em suas formas se lhes denunciasse a precoce decrepitude. Delineava-se-lhes o facies anormal, defeituoso, asimetrico, arvores quasi nuas, deixando por entre os grandes, innumeros claros da folhagem, avistar o chão areento ou argiloso, pobre, resequido, aberto á direita ou á esquerda pelo sulco das enxurradas.

Das mais antigas plantações paulistas, tal o quadro exacto com os seus cafesaes em positiva progerie. Este mesmo caminho seguiriam todos os demais si da parte dos poderes publicos, não viesse algum plano de defesa contra semelhante estado de coisas. Se assim não fosse, dentro de mais alguns lustros, veriam os observadores manietados a completa decadencia e morte da velha e gloriosa lavoura paulista, do labor que guindara o Estado de São Paulo á primazia entre as demais circumscripções brasileiras.

Viria o deserto e a pobreza de innumeras villas, cidades e municipios, que, sem recursos nem elementos que os atirasse ao industrialismo, sem capacidade natural para novas e diversas culturas, resvalariam pela miseria. Contemplariam as gera-

ções vindouras no territorio dos antigos cafesaes verdejantes, a nua ossatura dos montes pedregosos, e a intermina aridez dos chapadões.

Si tal se desse não seria por certo, o primeiro exemplo, do genero na propria historia da cultura do café no Brasil. Alli estavam patentes os aspectos funebres daquelles milhares de kilometros quadrados de antigas mattas do Rio de Janeiro, de Minas Geraes, do Norte Paulista, despojados da vestimenta primitiva, pelos renques da rubiacea, e agora convertidos em morros pelados, invadidos pelo sapesal.

Não faltaria quem preconisasse como remedio a transição á cultura intensiva. Mas esta requeria novos capitaes, ampla somma de conhecimentos adequados, e nova organização da propriedade agricola.

Mas a phase critica de qualquer transição, vinha sempre prenhe de perigos — requerendo muito criterio e o maximo de prudencia.

Nestas condições, a situação da grande lavoura paulista, seria melindrosa. Como implantar de prompto, sem real temeridade, um systema de cultura inteiramente desconhecido nos meios agricolas? como fazel-o, com a industria cafeeira, empobrecida pela crise que assoberbava o Estado, circumscripta a limitadissimos orçamentos, e sem preparo profissional, presa a uma unica e grande escola — a da rotina?

Dado o nivel de instrucção da classe agricola, o simples exame das formulas recommendadas para a dosagem de adubos, confundia e intimidava. Da intimidação ao pavor era curta a distancia. Dos adubos aos capitaes exigidos pelas installações custiaes e a compra de verdadeiro arsenal de apparelhamento só havia um passo. Apresentava-se depois a possibilidade de malogro e esta hypothese enfraquecia as iniciativas, gerando a desconfiança.

Partidario decidido do renovamento da agricultura pelo emprego dos processos scientificos, entendia o nosso auctor que convinha aplicar o *festina lente,* procurando-se, sobretudo, antes de tudo, como medida immediata, aproveitar os ensinamentos, accumulados e accrescidos pela experiencia antiga da lavoura brasileira. Os conhecimentos, praticos, especialissimos, que adquiridos a respeito da cultura do café, eram positivamente os unicos que deviam servir de base, de ponto de partida, ao aperfeiçoamento cada vez maior, de semelhante cultura.

Occorria, porém, que, muitas vezes, os fazendeiros, demasiado influenciados pela leitura dos novos methodos agri-



colas, na Europa e nos Estados Unidos, como que se sentiam desfallecer ante o magno problema. A primeira impressão trazida por tal leitura, fazia-lhes crer que com a aplicação de taes methodos chegariam logo ao desejado apogeu do aperfeiçoamento e maior rendimento das fazendas, estado risonho do espirito que os tornava esquecidos do vasto patrimonio de experiencia angariado. Dahi a impressão mais positiva das difficuldades de taes aplicações, cujo resultado psychologico, era um periodo de indecisão, especie de espectativa, esteril, durando até que as modificações se introduzissem nesses proprios methodos, tornando-os mais faceis, mas economicamente aplicaveis ao solo e ás plantas indigenas.

O facto de se pensar que a cultura intensiva, que qualquer melhoramento na cultura do café, só dependiam de novas machinas ou instrumentos de exploração agraria, tinha o grande inconveniente de paralisar a evolução agricola, criando a convicção de que com o modesto cabedal de elementos reunidos, não podiam os fazendeiros do Brasil, lutar com vantagem nas fainas das lavouras. Esse facto influenciava o animo dos que ainda não podiam, nem poderiam, adquirir o apparelhamento mecanico, preconisado. Convencidos, desta incapacidade, como que se immobilisavam, dominados por um pessimismo dissolvente.

O maior descredito do antigo e modesto instrumento de lavoura, do velho systema de trabalho nacional, provinha mais da propria incuria e imprevidencia, em que os lavradores viviam, do que delle. Não se quizera comprehender que o modo de emprego de taes instrumentos, devia adaptar-se ás modificações do meio a que eram aplicados.

Não se tivera o cuidado de adequal-os ás condições fiscaes, topographicas, do solo modificado pela succesão das culturas e os effeitos dos phenomenos meteoricos, cuja manifestação cada vez mais vehemente, e desastrosa, se accentuara nos ultimos annos.

Em vez das antigas geadas, eis que, após longas seccas, vinham formidaveis tempestades de granizo — subitamente desencadeiadas, por toda a parte, abrindo, desfolhando e desconjuntando as arvores, e, peior ainda arrebatando-lhes do solo, com as torrentes de suas enxurradas, o humus providencial. Estas irregularidades, esta modificação meteorica, parecia até vir de mais longe. Lavradores octogenarios, affeitos, na longa existencia, a guardar de memoria os phenomenos das estações e os respectivos aspectos celestes, assim o affirmavam *una voce*.

O systema vigente de capinação, ainda era o mesmo do tempo dos cafesaes novos em terra rica, apesar do solo depauperado pela occorrencia, de successivas colheitas, lavado por toda a parte, todos os annos, por enxurradas, que não encontravam a minima barreira.

Um dos primeiros agronomos brasileiros que estudaram com afinco o methodo o caso da degenerescencia do cafeeiro em solos esgotados foi Persio Pacheco e Silva.

Já a Van Delden Laerne, em 1884, impressionara muito o aspecto dos cafesaes constituidos por arvores que tomavam a forma de uma pyramide, com a base para cima, ou de vassouras com o cabo para baixo, como pittorescamente referiu o auctor batavo.

Como todas as arvores, o cafeeiro tem forma caracteristica, personalidade morfologica, expressa por um conjunto de linhas, aspectos e curvas, relevos e tons, que o distinguem da forma de outras especies, lembrava o observador paulista.

As formas botanicas normaes, caracteristicas, são mantidas pela justa necessidade e o equilibrio da alimentação das plantas. A qualquer desvio, de tal equilibrio, a forma soffre e tambem se desvia de normalidade, quando não intervem a mão do homem isto é, quando a planta se acha exclusivamente entregue á Natureza.

O desvio natural da forma pode, pois, ser encarado como o principal symptoma de degeneração, pois as plantas progridem ou degeneram, como os animaes, conforme os meios em que vivem.

No cafeeiro, coisa aliás sabida, a degeneração se manifesta pela anormalidade da forma que se vae afunilando de baixo para cima, assumindo a pouco e pouco, apparencia pyramidal, pois todo o cafeeiro degenerado, se apyramida.

Ao conjunto dos factos que caracterisam tal degeneração, podia-se pois, dar-se o nome de pyramidismo, aventa Pacheco e Silva a crear, cremos, um neologismo.

Essa despersonalisação da rubiacea, já começava a attingir o proprio café creoulo, mais rustico, mais resistente, e por isto merecedor da attenção mais particular.

Quanto pudera o agronomo paulista observar e julgar, a degeneração do cafeeiro se prende principalmente a deficiencias alimentares.

A forma pyramidal, o maior estigma da degeneração surge infallivelmente todas as vezes que a terra é de má qua-

lidade, ou lhe faltam as necessarias condições de permeabilidade exigidas pelo café.

Nenhuma planta, nenhum vegetal, se alimenta sufficientemente em terra que não fôr boa e porosa. Tratava-se de especies proprias de terras boas, fortes, arejadas, e o café pertence a esta classe. Mas as terras boas e porosas se tornam más em muitos pontos dos cafezaes adultos que envelhecem ou já estão velhos, donde a degeneração.

E esta é fatal em todos os terrenos que, com o tempo seccaram, endureceram e perderam o humus, noutros termos, em todos os terrenos que perderam as condições de permeabilidade, sem as quaes a agua nelles não mais se infiltra, não mais lhe dissolvendo os saes nem mais formando a seiva de que é o vehiculo, principalmente si esse estado do solo já datasse do periodo de crescimento do cafeeiro.

Dahi se seguia e era evidente, — a principal a mais poderosa causa da degeneração, que devia ser forçosamente buscada na insufficiencia da alimentação offerecida á planta por um terreno, sinão realmente pelo menos, apparentemente, exgotado.

Mas esta causa era remota engendrando effeitos que, por sua vez, passavam a ser as causas mais proximas do phenomeno. Entre estas convinha investigar o que produzia o atrophiamento dos galhos e ramos superiores. E como o viço se interrompia, e declinava a vida ahi soffria e descambava ao passo que, na parte inferior da arvore, a marcha continuava normal ou exuberante até.

Investigando essa causa proxima, era tal a complexidade dos phenomenos que se deparavam que o agronomo se sentia realmente embaraçado.

Examinando a secção vertical do tronco de um cafeeiro normal, confrontou-a Persio Pacheco com as secções tambem verticaes, de cafeeiros anormaes. As trez secções apresentavam-se devidamente polidas e invernisadas, e nellas se viam as fibras lenhosas, alongando-se em listas, entrelaçando-se entre os nós, ou já com elles se confundindo.

Na secção do tronco, do cafeeiro normal, os peões dos ramos penetram fundo até á medula, encravando-se obliquamente no tronco, aos pares, tendo atravessado toda a parte lenhosa. Chegados á medula, ahi quasi se tocam. Destarte, encravados, tal posição lhes é excepcionalmente favoravel ao recebimento e encaminhamento da seiva para a folhagem dos ramos.

Nas secções polidas e envernizadas, pertencentes a cafeeiros anormaes, já a coisa divergia a ponto de ser difficil acreditar-se que se tivesse em mãos lenho de cafeeiros. Com effeito, já não eram nitidamente os peões dos ramos inferiores a se destacarem dentre as fibras, á maneira de cravos batidos até ao amago, como na secção do cafeeiro normal, cujos peões se aprofundavam e formavam nós, comprimindo vasos e meatos, estrangulando o canal medular, e como que estabelecendo solução de continuidade entre a parte inferior, encrustada pela hypertrophia, e a superior reduzida pela atrophia.

Mais ainda. Examinada a parte superior de uma das secções, desses tronços anormaes, no ponto de inserção de dois galhos, genuinos em que se tivesse dividido, verificar-se-ia que taes galhos não tinham peões penetrantes, — pois partiam da periferia, e não comprimiam fibras sem affectar o canal medular, deixando portanto franca passagem á circulação da seiva.

Deste exame se evidenciava que a seiva soffre desvio na parte inferior sendo depois interceptada em sua circulação. Como porém, se operavam os phenomenos physiologicos que imprimiam tamanha transformação aos orgãos principaes do cafeeiro, tolhendo-lhe o desenvolvimento normal, degenerando-o?

Remontando á causa primaria, via-se que, em regra geral, a degeneração occorria em terras que não podiam offerecer ao cafeeiro a seiva de que precisava para se alimentar e desenvolver. Assim sendo, que acontecera? Em sua ascenção fora a seiva distribuindo pelo tronco acima o quinhão correspondente a cada ramificação; o que tocara aos primeiros ramos, fora farto. Si ella fosse sufficiente, tambem fartos seriam os quinhões distribuidos aos ultimos e o equilibrio estaria mantido.

Como, porém, não fora sufficiente, haviam tido esses ultimos ramos que se contentar com o pouco que lhes coubera com prejuizo do desenvolvimento normal. Dahi o desequilibrio.

Com a seiva descendente, quasi que se daria a mesma coisa quando a ascendente tivesse sido insufficiente; como os primeiros ramos eram os mais favorecidos, os de mais bella folhagem, sua seiva tambem seria mais rica e abundante, deixando ao passar, maior somma de elementos nutrientes.

Depois de grandes cargas, colheitas tardias ou qualquer outro accidente, que lhes fizesse perder a parte terminal, alguns dos ramos inferiores, os primeiros a produzir começavam por sua vez a subdividir-se. Novos ramos lhes iam sahindo

da parte já exgotada, e como pertenciam á parte inferior, a mais favorecida, por isto mesmo se cobriam, desde logo, de densa e vistosa folhagem, alargando a base ou saia do cafeeiro, augmentando o campo de elaboração da seiva e a força que lhe accionava o fluxo e refluxo.

Explicando o desvio dizia Persio Pacheco que a seiva, elaborada, augmentada e enriquecida, voltava, de novo, pelos ramos subdivididos, canalisava-se pela parte que os enfeixava, e os dilatava com a pletora da super-alimentação. Em consequencia deste facto, o diametro de taes ramos augmentava a sua subdivisão, multiplicavam-se e convertiam-se em galhos, si não verdadeiros, pelo menos apparentes.

Como, porém, semelhantes arremedos de galho não tinham as funcções de galhos legitimos, dava-se a hypertrophia dos taes arremedos, que passavam a modificar-se nos pontos de incerção, em que as fibras eram comprimidas, difficultando assim a ascensão da seiva. Modificavam-se e perfilhavam até formarem uma roseta.

Mais nova, a parte propriamente superior do cafeeiro, produzindo recentemente ainda se mantinha porque pouco consumia — ao passo que a parte media, exigente de alimentação mais abundante, compensadora das forças despendidas, com as ultimas cargas, exgotada, despia-se de folhas, e depois dos ramos... E assim iam desapparecendo uns e outros, em cujo logar se formava a cintura.

Continuava o desvio em crescendo. As rosetas se avolumavam, desdobrando-se em ramaria que, sarmentosa, entrelaçava-se e emmaranhava-se, engrossando cada vez mais, excrescendo nos pontos de inserção, onde se alteiavam as exostoses operando como um dique opposto á marcha da seiva. As rosetas, verdadeiras ventosas ou sanguesugas, sorviam com maior avidez toda a seiva ao seu alcance, como si alli fosse o ponto terminal da viagem desta... E, emquanto isso se passava, mal attingidos pelo pouco do liquido vital, que ainda lograva passar, pelos meandros do tronco arrevesado, os ultimos ramos, contrastando com a exuberancia das rosetas, aguardavam a derradeira manifestação desta successiva complexidade de causas e effeitos.

Insufficiente, a principio e depois, desviada, passava a seiva a ser interceptada. Cada vez mais dilatados, os peões dos ramos, agora já se entrecrusavam, comprimiam-se, desviavam a seiva para as partes lateraes do cafeeiro, convertidas em copa.

Agonisavam morriam os ultimos ramos. Seccavam e tambem morria, depois delles, o systema gerador... na sua ultima expansão.

Então, já reduzido á terça parte de sua grandeza, degradado, sem mais poder regenerar-se pela renovação do gomo terminal, destruido, e isto porque as rosetas impediam a rebentação de novas vergonteas, agora limitado exclusivamente á expansão lateral, sarmentosa anomala — era assim que se mostrava nesta fase o cafeeiro.

Depauperado, deformado pela atrophia que, progredindo de nó em nó, como que o achatava no solo empedernido e limoso, e que em breve lhe desceria até ás raizes só poderia o cafeeiro sahir deste estado de miseria organica, dado que a terra não fosse de todo inferior, e restituido o humus que a tornava arejavel, permeavel, e que a mão do homem lhe viesse em soccorro, desvencilhando-o das rosetas, grilhões de morte, que lhe accorrentavam os ramos ao solo; porque, preso assim á terra, o caule já não podia subir no espaço, na trajectoria da ascensão natural.

E assim era ou devia ser, ao ver do agronomo paulista, a causa proxima da decadencia da parte superior dos cafeeiros, facto que se prendia ao retardamento geral da nutrição — dahi o pyramidismo.

Como, porém, semelhante forma degenerativa, se ia accusando no proprio café creoulo, mais rustico que os outros, e, portanto mais sobrio, era bem possivel que a defficiencia alimentar não fosse a causa unica da degeneração, facto ainda a estudar.

Conhecidas, pois estas causas, não seria difficil removel-as. A primeira, pelo amanho da terra, a segunda pela eliminação das partes anormaes do cafeeiro.

A primeira coisa a se fazer era impedir a esterilisação do solo.

Sempre que o pyramidismo se apresentasse aqui e alli, com certa frequencia e fiel a si mesmo, isto é, fiel ao desenvolvimento proprio de suas fases, a conclusão a tirar era que, faltavam ao cafeeiro apyramidado os elementos de nutrição.

Uma vez verificado o pyramidismo, impunha-se a inspecção, o exame do solo. Ficaria logo patente que a deformação da rubiacea provinha da impermeabilidade da terra.

Affirmava abalisado agronomo que quando o terreno estava provido de fertilisantes e o cafesal era tratado com a necessaria assiduidade, a poda passava a ser uma operação muito simples. Quando, porém, o cafesal, por effeito de má

ou deficiente cultura quanto ás capinas, ou prematura velhice. em consequencia do exgotamento do terreno, apresentava a floresta de galhos seccos, a poda passava a ser operação complexa e dedicada — exigindo habilidade e muito cuidado, por parte do operador, e grande solicitude no trabalho ulterior da lavoura... Si porém, a origem do mal residia no empobrecimento da terra, qualquer operação seria inutil si não fosse attendida esta circumstancia.

A inobservancia de tal preceito, causara serios prejuizos e não poucas desillusões; muitas lavouras haviam desapparecido em consequencia da poda mal feita e mal succedida.

Tudo isto era verdade. O auctor destes conceitos, muito pessimista, se mostrava, porém quanto ao resultado da poda em cafeeiros mal alimentados; mas tambem sem entrar em pormenores, tal qual se dava infelizmente com pessoas aliás competentes, que, tratando do mesmo assumpto, apenas se limitavam a considerações geraes, terminando com o estribilho, de que a operação é complexa e delicada, ou então que se deviam amputar os galhos inuteis. E mais não diziam.

Entretanto, exarava Persio Pacheco, era possivel, com certeza, chegar-se á reintegração da forma normal dos cafeeiros, e assim conserval-os emquanto durassem, desde porém que lhes aplicassem a poda e um systema de carpa adequado. Só não se o conseguiria si de todo faltassem ao solo as condições necessarias á nutrição.

A sua memoria reproduz um cafeeiro idoso, plantado em sapesal, não adubado, e mostrando pela forma pyramidal os primeiro symptomas de degeneração, combatidos pelas medidas por elle preconisadas, tendo chegado a recuperar a forma normal dezoito mezes, após o inicio do tratamento.

O mesmo resultado seria muito mais facilmente conseguido si, desde os primeiros annos, fossem postos em pratica os cuidados aconselhados pelo velho e prestigioso lavrador paulista o Commendador José Pereira de Campos Vergueiro.

Era a sua opinião que o cafeeiro, desde a idade de quatro annos devia ser amanhado, podendo-se dar-lhe a forma que se quizesse e a mais util.

Descreveu Pacheco e Silva, syntheticamente, as transformações por que passam os cafeeiros em sua involução ou evolução, regressiva; decorridas em trez periodos.

1.º periodo — Nas terras inferiores, ou, então, nos cafesaes velhos, de solo gasto e endurecido, a forma pyramidal, apresentada desde os primeiros annos, é devida ao maior de-

senvolvimento da planta na parte inferior, cujos ramos primitivos se ramificam abundantemente.

2.º periodo — Ou periodo da cintura. Nelle se opera certa falta de distribuição de seiva na parte superior da planta. Dahi a pouca resistencia dos ramos frutiferos, para arcarem com as suas cargas com a mesma galhardia com que o faziam em annos anteriores, quando a distribuição da seiva ainda era normal. Resultado: esfalfamento, secca e desapparecimento dos ramos dando assim margem á formação da cintura.

3.º — periodo — Neste ultimo, reduzido á terça parte do que haviam sido, os cafeeiros, perdem completamente a copa, ao passo que, pelo contrario, muito lhes cresce a parte inferior, a saia, que passa então a adquirir tal desenvolvimento, que até lhes chega a dar o aspecto de enormes moitas.

Taes as trez formas capitaes que constituem a involução do pyramidismo degenerescente, o que não quer dizer que não haja outras intermedias, como de esperar. Taes variantes, serão sempre influenciadas pelas mesmas causas.

Como medida geral, preventiva, podia ser posto em pratica contra os effeitos da causa secundaria, o que aconselhara J. Vergueiro, mas só para cafeeiros novos. Nos já modificados, os que iam apresentando as trez fases do pyramidismo, cada periodo requeria tratamento proprio.

No primeiro, os ramos primitivos inferiores, se ramificam abundantemente, tomando desenvolvimento tal, que chegam a parecer galhos a olhos poucos experimentados e desconhecedores de semelhante aberração. Havia mais apparentemente, motivo para esta illusão; a grossura apresentada por esses ramos, a lhes dar a mascara de galhos.

E então, desprevenidamente illudidos, faziam os fazendeiros o corte longe da inserção dos ramos no caule, poda inutil, contra indicada, porque a seiva continuaria a afluir aos cotos deixados e esses cotos se ramificariam de novo e com muito maior exuberancia. Era o caso de se dizer que tal poda os convertia em socas ou soqueiras — prestes a ampla rebentação.

O que dahi se seguia é que semelhante localisação da poda não corrigia o desvio da seiva. Tornava-se portanto contraproducente. O pyramidismo continuaria a seguir sua marcha triumphante, tendo o fazendeiro perdido o tempo e dinheiro.

Mas, quem destroe deve construir. Feita a critica do processo, percebe-se qual deva ser o seu util e legitimo substituto;

o logar da poda era certo ao caule, junto ao tronco, porque, então a subida da seiva não encontrará mais encrusilhada por onde tomar.

Assim, supprimida, a causa secundaria do aniquilamento começado na parte superior do cafeeiro, ver-se-ia dentro em breve, a pouco e pouco esta parte a se refazer. Mas não haveria outras partes, pelo tronco acima precisando do mesmo remedio?

Certamente; toda ramificação superior infrutifera, damninha por natureza, devia ser considerada prejudicial, e assim ser podada rente ao tronco.

Pois se tal processo devia ser applicado aos falsos, pseudo galhos inferiores, cujos ramos frutificam, nada mais logico, do que o fosse aos superiores, quando improdutivos, ou até hypertrophiados. Insistia o agronomo neste ponto, justamente por causa da illusão commum áquelles que, vendo estes falsos galhos, amplamente floridos, e depois frutificados e excrescidos em seus pontos de inserção nos galhos, matavam a parte nobre da arvore, e depois com o correr dos annos, definhavam enrosetavam-se e morriam.

No segundo periodo do pyramidismo, o *periodo de cintura*, a parte superior da planta, representada economicamente pelos ramos ou partes frutiferas, mingua progressivamente por dois motivos concomitantes: primeiro porque, taes ramos por serem os frutiferos despendem muito mais seiva com a frutificação; — segundo, porque despendendo essa seiva, em proporção maior do que a recebem, se vão devagarinho aniquilando, diminuindo de producção, atrophiando-se até que nelles cesse a vida. Estava criada a cintura.

Nesta segunda fase do pyramidismo a operação tornava-se mais complexa, não se limitando á simplicidade da que se aplicava á primeira. Assim como nesta tambem, se podavam os ramos que, por excesso de seiva assumiam apparentemente a mascara de galhos. Mas além desta, outra se impunha a dos proprios troncos e galhos quando despidos de ramos frutiferos, formando já cintura. Entretanto, taes galhos não deviam ser podados sem mais detido exame de copa.

Ao estado desta, seu aspecto de maior ou menor viço, é que cabia indicar os galhos podaveis e os a serem conservados. Fossem sacrificados os mais despidos, os mais pelados, cuja atrophia já ia longe; podados pela forma indicada para a eliminação dos galhos e ramos exgotados nos cafeeiros normaes.

A terceira fase, correspondia ao periodo da evolução morbida do cafeeiro, quando de todo perdida a copa, já se achava

reduzido a um terço da estatura, que se limitava agora á enorme saia que o circundava. Ahi se impunha a poda total, tambem chamada decote.

Que condições porém, se deveriam observar para se effectuar semelhante operação?

Ao vêr do abalisado e autorisado agronomo, e de accordo com os ensinamentos da propria experiencia, tal poda, jamais deveria ser feita a menos de metro acima do solo. Examinando o caule, ou os caules que formavam o cafeeiro, aplicava-se a poda ao seu ponto mais alto, de modo que do tronco se aproveitasse o mais possivel. Podada esta parte enferma convinha proceder-se, em seguida, á limpeza completa do tronco e dos galhos. Consistia esta operação em despil-os dos ramos inferiores anormaes, a serem separados bem junto do tronco, para que se não reproduzissem porque, si assim fosse, a seiva subiria então desimpedida, livremente, pelos novos rebentos, que iam formar a parte superior da arvore, rebentos a serem cuidadosamente seleccionados.

Outra coisa se devia ter igualmente presente ao espirito:

No cafeeiro, o que floresce e frutifica é o ramo. O ramo primitivo provem do tronco e dos galhos, das gemas brotadas nas axilas. Dele em pontos indeterminados, nascem irregularmente os adventicios; é pois preciso que estes ramos, não se multipliquem muito, nem sejam demasiados. Deve-se impedir pois que se subdividam por sua vez, porque deste excesso de ramificação se formam as rosetas nas extremidades e as exostoses nas bases, deslocando o curso da seiva e levando o aniquilamento á parte superior da planta.

Mas esta operação devia ser feita com tino e parcimonia; só aplicada á rebentação superflua, exagerada; porque si esta frondescencia parcial não fosse exagerada, esfalfante, seria até de vantagem poupal-a.

Estava subentendido que, principalmente na terceira e ultima fase do pyramidismo, impunha-se a limpesa dos cafeeiros com o maximo rigor.

Limpar uma arvore, era livral-a de todos os rebentos, ramos vergonteas, brotos, hastes, ladrões, renovos e rebentões, pedunculos e gomeleiras; noutros termos; libertal-a de toda a rebentação inutil. Do conjunto destes cuidados e medidas é que haveria de resurgir, resuscitar a futura forma normal, perdida, do cafeeiro, o que implicava por certo num processo de seleção.

CAPITULO XCII

O predominio cada vez crescente da machina na agricultura — Estudos de Dafert e Rivinius sobre a secagem do café — Condições de bôa secca geralmente adoptadas — Exame do custeio dos seccadores artificiaes — Computo entre o rendimento do terreiro e dos seccadores artificiaes — Motivos de preferencia do seccador sobre o terreiro — Os diversos typos de seccadores correntes no Brasil em fins do século XIX — As experiencias de Dafert e Rivinius — Consciencia com que se executaram estas operações

Em 1896 publicava Dafert em collaboração com o engenheiro L. Rivinius notavel memoria sobre a momentosa questão da sécca do café procurando estabelecer uma comparação entre a pratica natural dos terreiros e a que recorria a meios artificiaes.

Nesta memoria compendiou uma serie de problemas economicos e technicos descrevendo os principaes apparelhos seccadores de invenção brasileira e estrangeira, as experiencias proprias de seccagem de café etc. Foi emfim uma revisão completa do problema até aquella data, digna do maior apreço.

Nas suas observações preliminares, annotavam os dois collaboradores que um dos traços caracteristicos dos tempos modernos era a preoccupação geralmente crescente, de se substituir, na producção, a mão de obra pelo serviço da machina.

Sem entrar em largas considerações, sobre as origens e consequencias de tal tendencia, com resultado nem sempre lisongeiro, as idéias modernas concordavam em que o serviço feito pela machina, em todas as profissões, não dependentes do talento individual ou de qualidades artisticas, serviço comparado ao dos tempos antigos e com enorme dispendio pecuniario, era muito superior a este.

Até a mais conservadora das industrias, a Agricultura, fôra forçada a integrar-se no movimento moderno. O arado.



a vapor, o debulhador e outros haviam substituido os antigos apparelhos pesados de pequeno rendimento. A agricultura tropical, poder-se-ia chamar *Lavoura dos contrastes*. Nella permanecia a simbiose curiosa da idade media mais longinqua e dos tempos super-modernos. O enxadão velho trabalhava em boa harmonia ao lado das machinas de beneficiamento de café, munidas de todos os aperfeiçoamentos da industria.

Nas fazendas do Brasil viam-se, por vezes, pacificamente reunidos, um carro de boi como que prehistorico e semeadores americanos para o milho. Como explicar taes contradições?

Mas a technica não se achava sempre em condições de satisfazer as justas exigencias dos plantadores tropicaes. Havia problemas effectivamente ainda não resolvidos. E seria pelo menos curioso querer-se por este motivo censurar os lavradores! Diziam os autores saberem pela propria pratica que, por vezes, nenhum dos instrumentos aratorios ou das carpideiras se adaptava ás exigencias dos cafesaes brasileiros.

Era verdade que em parte podiam substituir a mão de obra; mas quem exigisse, da lavoura brasileira, o abandono completo do enxadão tinha a obrigação de lhe indicar um meio mechanico capaz ou de o substituir ou pelo menos de fornecer serviço mais perfeito.

Com a secca do café davam-se factos semelhantes.

Era verdadeira graça para os nossos fazendeiros a circumstancia de serem, como aliás os agricultores de todos os paizes, além de pouco credulos muito desconfiados.

Quem lesse nos jornaes os annuncios bombasticos dos fabricantes de seccadores que havia já 30 annos estavam apregoando serem os seus inventos "a ultima palavra em materia de secca de café" e depois tivesse occasião de apreciar os resultados obtidos nos apparelhos apregoados conviria que se tornava necessaria, senão indispensavel, muita precaução na materia, porque não existiam seres mais predispostos ao enthusiasmo do que inventores e fabricantes. O problema da sécca do café, afirmavam os dois collaboradores — ainda não estava resolvido e nem o seria por meio de reclames e experiencias publicas.

Estava por nascer a invenção que fornecesse um seccador perfeito. Fallando da seccagem, pela simples exposição ao sol, diziam Dafert e Rivinius:

O café de terreiro é considerado normal até o momento presente. Não quer isto dizer que qualquer café secco em terreiro seja de qualidade e valor identicos. Todos sabem quanto é variavel o preço alcançado no mercado, conforme a natureza

especial do producto de terreiro. Influem, segundo a opinião geralmente acceita, não só a variedade, o lugar da producção, estação e ainda as circumstancias da colheita, seccagem e beneficiamento etc. Como regra fixa entretanto, podia-se ter como certo, o que se deduzia das pesquizas dos dois collaboradores a saber: dum café de certa qualidade o secco regularmente, isto é, no terreiro, vinha a ser melhor.

Eram estas as condições até então conhecidas para uma boa secca de terreiro.

1.º) — O café não devia ser nem verde nem maduro demais, ao se proceder á sécca.

2.º) — Havia quem afirmasse ser melhor por no terreiro o café com superficie absolutamente secca, e havia outros — e com razão a preferir o café bem lavado e mesmo limpo. Praticamente só entrava em consideração o café molhado. Tornava-se conveniente, especialmente em terreiros permeaveis, enxugal-o antes de pol-o no terreiro o que não carecia de grandes explicações.

3.º) — Deveria o terreiro ser bom. Era porém, bastante difficil decidir qual a melhor forma a se lhe dar e qual o material mais apropriado á sua construcção. A cor escura sempre seria superior a qualquer outra mais clara. Em geral, seria preferivel terreiro que não sujasse, não communicasse ao café mau cheiro e fosse mau conductor de calor. Para decidir a questão se seria preferivel material impermeavel ou permeavel á humidade, não devia ser levada em conta a marcha rapida da secca exclusivamente e sim tambem outro ponto de vista mais geral. Com bom tempo um terreiro permeavel auxiliava a secca. Ao chover mais tempo levaria para ficar secco do que se fosse impermeavel. O ideal de terreiro provavelmente seria o mais impermeavel possivel com o café estendido sobre esteiras.

4.º) — As camadas de café não deviam ser demais espessas. Ainda mais importante era que a mesma carga fosse igualmente espessa, pois só assim seria possivel effectuar uma secca completamente igual.

5.º) — O ponto principal dum bom exito para a secca de terreiro, era que o tempo corresse bem. Ninguem ignorava que a chuva é o inimigo mais temivel duma boa secca, espe-

cialmente se o café a apanhasse em certo periodo, ou se ella se prolongasse por alguns dias, e o café abrigado precisasse permanecer accumulado etc. Calor demasiado para a secca em certo periodo era recommendavel que se evitasse.

6.º) — A sensibilidade do café á humidade e ao aquecimento excessivo etc. exigiam movimento senão continuo pelo menos muitas vezes repetido.

Qual o rendimento por meio dos apparelhos de secca artificial? o custo da secca incluia as seguintes parcellas:

1.º) — despezas com o pessoal;
2.º) — custeio da força motriz e do meio seccante, o calor;
3.º) — custeio do seccador e dependencias;
4.º) — juros do capital empregado na installação de secca;
5.º) — despezas de administração;
6.º) — amortização do capital de installação.

Era indispensavel computar-se a amortização, por se tratar de machina cuja duração em geral não excedia muito além de 20 annos, emquanto a durabilidade dos terreiros era muito maior, quando sempre se lhes fizessem os precisos concertos.

Fazendo o calculo das diversas parcellas da despeza total da secca por arroba chegaram Dafert e Rivinius ao seguinte resultado:

Despeza com o pessoal por arroba	$070
Lenha para a machina a vapor	$051
Lenha para producção do calor necessario á secca..	$070
Custeio da installação	$020
Interesses do capital empregado	$167
Administração	$050
Amortização	$084
Custo da secca de 1 arroba com trabalho de 5 mezes.	$512
Custo da secca de 1 arroba com trabalho de 4 mezes.	$640
Custo da secca de 1 arroba com trabalho de 3 mezes.	$854
Assim a seu ver custava aproximativamente a secca do café de terreiro por arroba	1$280

Executado num dos melhores seccadores correntes no Brasil diminuia a despeza por arroba, conforme a duração do trabalho de 854 a 512 réis.

Se o café secco no seccador fosse quando muito de qualidade identica ao do terreiro, já não havia mais duvida que o emprego da machina seria vantajoso. Mais evidente tornar-se-ia esta conclusão, quando se levassem em linha de conta as outras vantagens resultantes do trabalho com machinas na seccagem do café; a maior segurança do exito da operação absolutamente independente do tempo reinante e a possibilidade do aproveitamento de situações favoraveis do mercado, em consequencia do serviço rapido dos seccadores.

Como era grande a probabilidade de que, na vida pratica em geral a despeza com a secca no terreiro se tornaria mais cara do que indicava o calculo effectuado, e como de outro lado, não era impossivel que a mecanica com alguns esforços viesse a fornecer seccadores mais baratos, podia-se francamente acceitar que não era fantasia ou utopia tentar a resolução definitiva da substituição do trabalho primitivo actual pelo serviço aperfeiçoado das machinas. Só era e sempre seria condição indispensavel para tal substituição se fossem satisfeitas pela machina as exigencias seguintes:

a) — Precisava produzir café em nada inferior ao *bom* de terreiro;

b) — Seu emprego precisava diminuir a despeza da secca total.

Quanto á primeira exigencia *a*) a latitude era quasi nulla, pois o minimo defeito na qualidade podia eliminar todas as economias resultantes do emprego da machina, pela diminuição rapida inevitavel do preço do producto no mercado.

A diminuição da despeza seria possivel realizal-a em varios sentidos e, como as idéias geralmente exterminadas a respeito eram muito erradas, convinha discutir um pouco tal ponto.

Discute a memoria de Dafert e Rivinius o caso argumentando com as hypotheses do seccador a que chama caro Rs. (20:000$) e o denominado barato (10:000$) ambos seccando 200 arrobas em 24 horas.

O primeiro dava a arroba a 362 réis e o segundo a 438.

Se o seccador melhorasse o typo ainda deixava larga margem. Imaginavam Dafert e Rivinius um apparelho de grande efficiencia, que custasse cem contos de réis dando a arroba a 766 réis, ainda assim altamente compensador.

Na questão da preferencia dos seccadores sobre os terreiros, deviam ser observadas as regras seguintes:

1.º) — A introdução de seccadores era medida economicamente possivel.

2.º) — Os seccadores eram em igualdade de condições sempre mais apropriados á grande Lavoura do que á pequena.

3.º) — Devido a natureza mercantil do café (ao seu alto valor especifico, seria da maior importancia construir seccadores que melhorassem os typos do que machinas abreviadoras do prazo da secca. Era isto uma variação da these antiga que a quantidade não pode sempre substituir a boa qualidade.

4.º) — Em circûmstancias iguaes em relação á qualidade do producto seria muitas vezes mais barato o seccador caro, do que o seu concorrente, se o seu preço de acquisição não fosse exagerado e o serviço rapido.

Percorrendo os anaes da inventividade nacional em materia de secca do café dividiam os dois auctores os diversos typos de seccadores em varias cathegorias.

a) — Melhoramentos na construcção dos terreiros;
b) — Seccadores de planos chatos;
c) — Seccadores colunares;
d) — Seccadores cylindricos.

Na primeira classe incluiram o *terreiro portatil aereo* de Jeronymo Lopes de Castro Souza, patenteado em 1888 e o *terreiro movel para seccar café* de Correia da Silva, de 1889, além do *terreiro elastico* de Alfredo Mattoso Pinheiro (1892) uns constantes de caixas outros de taboleiros, tectos moveis, etc.

Entre os seccadores de planos chatos a maioria era de invenção extrangeira e patenteada no Brasil; uns sem movimento, como os de Adriano Floro Drousberg van der Linden (1885) de Giuseppe Gibelli (1892) de Anderson, Eisenbach e Sydow (1889) Strang (1893) Kemp (1885) outros com movimento em um só sentido, sobre rolos, como de Antonio Franco de Lacerda (1888) Luiz Freitas de Sá (1890) Hartenbach (1893) ou com movimentos em um só sentido sobre peões como o de Samuel Huizer (1891).

Dos seccadores colunares citam Peres (anterior a ..... 1882) Eugenio de Lacerda Franco (1891) Lidgerwood (1893) Eugenio Lacerda Franco e Henrique Dumont (1892) van der Made (1894). Dos seccadores cylindricos apontam os nossos auctores os do cylindro fixo de Daniel Ferro Cardoso (1894).

Sherrington (1894) Hatch (1894) Prestes (1894) Kuhlmann (1894) Guichard (anterior a 1870).

Entre os de cylindro giratorio os Beaven (1886?). Repsold (1889) Sydow (1889) Taunay Telles (1883 e não 1889 como escreveram os AA) Gibbs (1889) Alencar Lima (1892) Arens (1893).

Além destes apparelhos varios privilegios extrangeiros haviam trazido para o Brasil muitas machinas seccadoras.

Fallando das experiencias proprias sobre a seccagem do café, diziam Dafert e Rivinius:

O problema que pretendemos resolver era a resposta ás questões seguintes: Quaes as circumstancias em que se effectuam a seccagem da cereja do café com um minimo de consumo de calor? quaes as circumstancias que permittem realizar a seccagem dentro do prazo mais curto possivel? e finalmente como dirigir todo o processo sem prejudicar, de modo algum as qualidades do café que lhe dão o valor commercial, tudo isto se possivel, com economia de força e capital?

Basearam-se em parte nos magnificos trabalhos preliminares de F. Soxhlet sobre assumpto semelhante, embora puramente theoricos e nas experiencias praticas da engenharia allemã moderna, especialista, cujo consultor fora nos ultimos tempos de estudo quanto á parte pratica, o Sr. C. Schmeisser, de Landsberg (Allemanha) engenheiro duma das maiores casas de construcções mecanicas do mundo. Procuraram não só discutir os pontos puramente scientificos como tambem tanto quanto possivel, entrar em estudos praticos. Os recursos mecanicos e scientificos multiplos de que dispunha o Instituto Agronomico de Campinas felizmente, permittiram a execução de trabalhos semelhantes, de realisação quasi impossivel por particulares ou pequenas repartições.

Empregaram Dafert e Rivinius, sempre o café creoulo nos estudos sobre a secca em terreiro, a secca rapida e a conveniencia da marcha acelerada por meios chimicos, a secca economica com a apreciação dos taludes de rolamento com os cafés em cereja, misturado com pausinhos despolpado secco em casquinha e em côco despolpado, chato, descascado secco, apreciando a condutibilidade termica do café, etc.

Realizaram-se as experiencias com apparelhos de caixão de seccagem intermittente e afinal de cylindros giratorios que lhes pareceram os mais efficientes.

Combinaram os typos das mais afamadas machinas ao seu dispor, estudando ventiladores e motores, as condições de enchimento do seccador, os planos de aquecimento e sua tempe-

ratura maxima, a circulação da agua refrigerante, etc. Fizeram a critica dos seus apparelhos com muita isenção de animo reconhecendo-lhes as inconveniencias e defeitos.

Setenta e duas foram as experiencias de Dafert e Rivinius, compendiadas em outros tantos diagrammas referidos á temperatura e á humidade media. Foram os ensaios feitos com café cereja natural fresco, completamente verde, machucado com facas, estudando-se a porcentagem dos grãos secos na casca, no pergaminho das pegajosas a relação dos prazos de seccagem etc.

Estas experiencias levaram os dois agronomos a umas observações sobre a influencia do regulamento da marcha do processo da seccagem sobre as qualidades do café.

O valor commercial deste era coisa muito especial. Não lhes foi possivel obter, até mesmo dos negociantes mais illustrados e intelligentes, uma definição clara dos motivos que influiam, em cada caso, sobre os seus julgamentos.

Era de sobra conhecido que em muitas profissões os especialistas adquirem alto grau de habilidade a reconhecerem differenças, ás vezes insignificantes e imperceptiveis para o leigo em materia de cor, dureza, aspecto, aroma etc. No commercio de café dava-se facto identico. Seria absurdo desconfiar do juizo das pessoas competentes que durante toda a vida não haviam feito outra coisa senão avaliar amostras de café, mesmo quando os olhos e outros orgãos sensuaes pouco habilitados pareciam contrariar as opiniões externadas dos especialistas.

Por outro lado provovam experiencias feitas a respeito com café e trigo que era igualmente absurdo reconhecerem-se em todas as circumstancias, os pareceres e a avaliação commerciaes como infalliveis. A individualidade influia muito sobre tal juizo.

Esse facto e a moda reinante no commercio de café, como em todos os demais campos, muito difficultavam o papel dos experimentadores, pois facilmente comprehendia que no caso presente não dispunham dum padrão absoluto para os resultados das experiencias.

Quem inventava novo formicida facilmente determinava-lhe o valor porque só havia duas possibilidades ou as formigas morriam ou viviam. Com o café não se dava coisa semelhante.

Durante annos haviam os nossos auctores tratado da questão da seccagem do café. Passaram-lhes pelas mãos centenas de amostras. A principio pareceram-lhe iguaes, depois de algum tempo notaram-lhe differenças ligeiras e finalmente sen-

tiram-se capazes de reconhecer as mais finas distincções, em quanto pessoas de maior pratica as olhavam como se fossem de uma só especie.

Para escapar a estas difficuldades recorreram primeiramente ao auxilio de fazendeiros. Verificaram que, com raras excepções eram os lavradores maus conhecedores do proprio producto, facto aliás muito commum em todo o mundo.

O caminho finalmente por elles seguido foi o da consulta directa ao commercio exportador brasileiro e importador extrangeiro. Mandavam as amostras cuja natureza commercial exacta desejavam conhecer a varias casas do paiz e do Exterior conferindo finalmente os seus pareceres e dahi tirando conclusões que lhes pareceram bem fundadas.

As exigencias do mercado variavam um pouco, de anno para anno e com ellas os preços pagos pelo café. O preço, em si mesmo só dentro de certos limites permittia conclusões sobre a qualidade do producto. Certo dia fôra muito procurado o da Venezuela. Esse facto e outros ainda podiam para os fins dos experimentadores ter utilidade em uma direção. Provavam claramente que um seccador capaz de influir sobre o aspecto do café, offerece a alta vantagem de habilitar o plantador a satisfazer até certo ponto o gosto do mercado.

Varios pontos pareciam ser ou ainda não definitivamente assentados ou só em parte observados ou dependentes de juizo puramente individual. Pertencia a esta rubrica, por exemplo, a questão da côr da pelicula e da firmeza com que aderia ao grão, o brilho do café, etc. Deixaram de lado todos estes pontos duvidosos, como, naturalmente tambem, as qualidades originaes do café provindas do aperfeiçoamento do beneficiamento. O melhor seccador do mundo jamais melhoraria o producto cheio de pedras, restos de casca meio quebrado etc.

Os factores que determinavam o valor do café eram os seguintes:

1.º) — Igualdade harmonica do aspecto do grão e da pelicula.

2.º) — Tamanho côr, fórma e brilho exigido pelo commercio para determinada especie do café.

3.º) — Facilidade de torrefação.

4.º) — Boa qualidade do aroma.

Para cada qualidade ou especie de café as exigencias do mercado eram de todo differentes ao menos em parte varia-

veis. Bastava por isto discutir as relações entre cada um delles e a marcha da secca para assim se terem os elementos indispensaveis exigidos de cada combinação.

1.º) — A igualdade do café apenas em certo ponto poderia ter relação com a secca. Podia acontecer que seccando-se rapidamente demais, café de tamanhos de cereja differentes, os grãos menores fossem sobreseccados em quanto os maiores permaneciam humidos. Evitava-se tal inconveniencia pela separação previa por meio de peneiras. Para se eliminarem differenças ainda existentes recommendava-se empregar na secca uma temperatura unica que sobretudo não desse origem a uma secca extrema.

Para averiguar exactamente estas circumstancias aqueceram os experimentadores sobre planos de aquecimento de temperaturas differentes, amostras de café secco. Os resultados obtidos haviam sido os seguintes:

Com uma temperatura de 60 centigrados transformavam-se a cor e a forma de café passados alguns dias.

O amarellecimento distincto podia ser observado com:

97° depois de	6 h ¾
101° depois de	4 h ½
103° depois de	2 h
110° depois de	1 h

o que prova:

a) — A necessidade absoluta de se diminuir attendendo-se á qualidade do café, já no segundo periodo da secca e consideravelmente a temperatura dos planos de aquecimento.

b) — Que quando se tratava de mistura de cerejas de café de tamanho desigual a temperatura de seccagem teria de baixar quando começasse a secca dos grãos menores.

Quanto ao tamanho, côr fórma e brilho do grão, ou, ás vezes da pelicula.

a) — Tamanho. Não tinha relação alguma com a secca artificial nem sobretudo com a secca, mas sim dependia da variedade e da adubação. O café como qualquer outra substancia de estructura semelhante encolhia com a secca.

b) — Cor do grão. Dependia pouco da natureza e maturidade. Foi aos AA. possivel produzir pelos processos diversos de secca mais ou menos todos os matizes possiveis. As regras principaes então observadas foram:

O café preparado dava nuances azuladas pouco persistentes mas ás vezes muito cotadas.

O natural fornecia as diversas côres esverdeadas tanto mais carregadas quanto mais devagar e cautelosamente se effectuara a secca no ultimo periodo.

A cor amarella provinha no café envelhecido e após aquecimento cauteloso prolongado, isto é, de um super-aquecimento muito ligeiro.

A variedade do café nestas questões parecia ter pouca importancia.

Pouco conhecido mas muito importante era o facto de que a côr fresca do café melhor ficava preservada na sombra e ainda melhor na casca. Como a luz, mesmo a difusa a destruia rapidamente era de presumir que seria difficil jamais fixal-a. Fôra provavelmente a consequencia do reconhecimento deste facto que provocara recentemente a exportação do café em pergaminho, tambem no Brasil.

c) — Forma do grão. Café mal secco se distinguia por uma curvatura forte dos grãos. Tal inconveniente era simples consequencia ou da construcção errada do seccador ou de negligencia grossa da marcha da secca, isto é, dum super-aquecimento embora curto, especialmente no principio da secca.

d) — Brilho do grão. Era produzido pela brunição casual ou proposital, nada tendo com a secca.

e) — A pelicula. O mercado não lhe dava importancia alguma exigindo-lhe a remoção. Com ligeira preparação aderia o grão sem ella apenas em casos isolados como aliás tambem acontecia com o café do terreiro. O que lhe determinava a côr não fôra possivel até então descobrir-se. Em geral tinha o café secco em alta temperatura pelicula cor de ouro, ou secco ao sol temperatura baixa a de côr de prata. Mas nem sempre prevalecia tal regra. Os lavradores afirmavam que a pelicula escura provinha de café que *se esquentara*. Tal afirmação era pelo menos acceita como regra geral, errada.

3) e 4) — Facilidade de torrefação e aroma. Estes dois pontos dependiam, segundo as observações dos dois scientistas

em grau muito elevado mais da natureza e especialmente da maturidade do café secco do que do modo da secca.

Era verdade que o café meio maduro passava no terreiro por nova fermentação leve, da qual, porém até então não se sabia se melhorava ou não as suas qualidades.

Se as suas investigações durante annos e annos, haviam dado resultados positivo é o que haviam opposto duvidas serias a todas as afirmações relativas ao assumpto.

Muitos negociantes, especialmente os da Inglaterra eram adeptos do dogma de que o café de seccador tinha aroma inferior ao de terreiro. Tal afirmação geralmente expressa era positivamente errada, pois acontecera repetidas vezes, em circumstancias commerciaes completamente iguaes, haver o mesmo café secco no seccador obtido cotação melhor do que o de terreiro.

Parecia que, a these devia ser formulada do modo seguinte:

"O café secco em maus seccadores perde parte do aroma" o que não devia causar admiração, pois se verificara de outra serie de experiencias ainda não publicadas pelos AA. que as substancias chimicas que na torrefação fornecem as substancias aromaticas muito facilmente eram destruidas pelo aquecimento demasiado.

Convinha, porém, accentuar que, em geral, ao que parecia, no commercio, exportador (e provavelmente tambem no importador de primeira mão) o factor principal que determinava o preço não era o aroma, effectivo e sim o aspecto e o aroma que promettia.

Havia até negociantes que ás vezes declaravam pouco se importarem com a permanencia das qualidades do café quando o compravam, devendo por exemplo o bom aspecto apenas perdurador o prazo decorrido até á revenda nos mercados principaes de consumo.

O exame microscopico do café secco de terreiro e secco no seccador feito pelo Dr. Benecke, antigo membro do Instituto Agronomico de Campinas assim fôra relatado por este chimico:

"Em sementes de frutos imaturos (de comprimento de 1 cm. mais ou menos) encontra-se amilo no *Keimnahrgewebe.* Em sementes maduras falta o amilo substituido por oleo graxo. Traços de amilo que se acham ainda nas sementes maduras podem ser consideradas como restos não transformados. Nas sementes maduras as paredes das cellulas apparecem inchadas colem-chimaticamente. O oleo é finamente distribuido no plasma. Nas sementes seccas ha duas differenças notaveis:

1.ª — As paredes de cellulas colem-chimatosas são transformadas por enchimento;

2.ª — As gotinhas de oleo reuniram-se em cada cellula, formando poucas mas grandes gottas. Em relação a esses dois pontos não houve porém differença perceptivel entre o café secco no terreiro e artificialmente segundo varios methodos.

CAPITULO XCIII

Conclusões de Dafert e Rivinius — Exame dos typos de secador correntes no Brasil — O typo rapido e o typo economico — Preconisação de certas machinas — Suas vantagens sobre as similares — A divulgação das machinas agricolas nas lavouras em fins do século XIX — Observação de Ferreira Rangel

De suas experiencias tiraram Dafert e Rivinius as conclusões seguintes que declararam poder enunciar com bastante firmeza:

1.ª — A secca do café, como de qualquer outra substancia, se effectua sem se tomar em consideração o consumo dos combustiveis, de accordo com os trabalhos de F. Soxhlet, em circumstancias aliás iguaes, o mais depressa possivel, quando o apparelho que serve para a seccagem artificial satisfaz ás condições seguintes:

a) — Aquecimento por plano directo;

b) — Aquecimento previo do ar servindo á secca;

c) — Mudança bastante rapida do ar de secca, isto é, boa ventilação.

Augmental-o além de certo limite torna-se inutil.

d) — Igualdade completa de temperatura em todos os pontos da camara de secca.

Exigencias novas, por Soxhlet bem accentuadas, mas segundo as observações posteriores muito importantes para a abreviação do tempo da seccagem eram as seguintes:

e) — Em circumstancias identicas era preferivel deixar passar o ar de ventilação pela substancia a seccar;



f) — A temperatura do ar de ventilação, entrando, podia ser regulada de modo a que depois de ter absorvido a humidade volatilisada no seccador, contivesse elle ainda um excesso de calor sufficiente para manter a temperatura do ar de ventilação saturado sahindo, em temperatura aproximada á do plano de aquecimento. Diminuia-se assim do melhor modo o resfriamento extraordinariamente forte no interior do seccador.

2.º) — A secca do café como de qualquer outra substancia se effectuava sem se tomar em consideração o consumo de tempo — do modo mais económico possivel em relação ao calor gasto, quando o apparelho satisfazia as condições seguintes:

a) — Evitarem-se transmissões repetidas de calor tanto quanto possivel e quando o permittissem as qualidades do producto.

b) — Que durante todo o processo se trabalhasse com um declinio de calor o mais favoravel possivel.

Não era possivel reunirem-se em um só apparelho qualidades contradictorias. Era por isto indispensavel esclarecer-se bem, antes da construcção do seccador, o que se queria alcançar.

a) — Ou um seccador de secca rapida;
b) — Ou um seccador de secca economica;
c) — Ou ainda um seccador de secca conciliatoriamente rapida e economica.

Nem sempre era necessario e recommendavel introduzir-se o café no processo da secca em seu estado natural. Recommendava-se em certas circumstancias:

Separar-se de antemão as substancias gomosas e mucilaginosas, pre-existentes na carne do fruto, capazes de dilatar, devido á natureza chimica o processo da secca e sem importancia alguma para a qualidade do producto final.

Imaginaram os dois auctores um typo de seccador de que modestamente fallam, achando-o mediocre embora houvesse apresentado partidas de café assaz bem enxutas em menos de cinco horas.

E afirmavam que o seu dispositivo era susceptivel de aperfeiçoamentos.

O apparelho bem construido demandaria mais tempo, mas exigiria pouco combustivel de 5 a 6 kgs. de lenha por 50 litros de café em cereja completamente fresco.

A arte da secca do café não consistia porém, exclusivamente na abreviação maxima possivel do tempo exigido pelo descascamento, nem sempre na redução maxima do combustivel fasto. Era a regularisação cuidadosa da marcha da temperatura que decide do exito da operação. Como resultado mais valioso de suas experiencias declaravam Dafert e Rivinius haverem reconhecido o facto de que, a côr e outras qualidades do café eram sujeitas ás alterações dependentes, em alto grau, da vontade do lavrador.

Fôra-lhes possivel produzir pela regularisação systematica do processo quasi todas as gradações de côr possiveis. Assim julgavam poder afirmar que a temperatura dentro do café nunca devia exceder á da ebulição da agua. Deveria descer desde o momento que se tornasse secco o pergaminho a 80° e pouco depois a 60° mais ou menos.

Precisava a secca ser completamente interrompida logo que uma amostra extrahida do seccador manifestasse as qualidades desejaveis.

Para cumprir taes exigencias era necessario que na construcção do apparelho se observassem os seguintes pontos de vista chimicos.

Cerejas de tamanho muito differentes nem sempre seria possivel seccar sem previa separação.

Não se podia empregar para a seccagem dum producto tão fino quanto sensivel, agentes violentos como muitas vezes eram os gazes de combustão, etc. Era indispensavel regularizar com extremo cuidado a qualidade da temperatura do ar que entrava.

Ainda mais importante se mostrava a regularisação cuidadosa da temperatura dos planos de aquecimento.

Finalmente, a mistura do café durante a seccagem devia ser continua e perfeita, sem ser rapida, para evitar que não fossem satisfeitas as exigencias estipuladas da secca dentro do proprio material sob igualdade absolutamente necessaria.

Aplicando o resultado das experiencias á seccagem pratica a ser levada a effeito pelos lavradores entendiam Dafert e Rivinius que os pontos decisivos do problema da secca eram obter-se um seccador, economico de combustivel, para a lenha, que rareava em geral, nas fazendas. Muito duvidoso era que o aquecimento previo do café, pelo ar ou a agua quente, fosse praticavel economicamente fallando. Igualmente duvidoso tam-

bem que houvesse vantagens praticas no aquecimento e resfriamento alternativo que certos apparelhos produziam.

O mais razoavel para economia de força vinha provavelmente a ser a concentração da massa do café em roda dum eixo, e o movimento giratorio, que dispensasse inteiramente outros meios translocatorios.

Desperdiço de calor lançar-se o ar para fóra do apparelho sob temperatura consideravelmente maior do que a do exterior.

Por outro lado, porém constituia perda de tempo introduzir-se no café, no periodo da volatilisação mais rapida da humidade menos calor do que o absorvivel. Um dos problemas essenciaes na construcção dos seccadores, vinha pois a ser o controle cuidadoso da temperatura.

Perda de força e calor era empregar-se ventilação mais forte do que a absolutamente necessaria, devendo considerar-se a possibilidade de que, já no segundo periodo da secca uma simples chaminé bastaria para completar a operação.

Até 1896 não houvera seccador que resolvesse o problema da secca do café, afirmavam Dafert e Rivinius. Quasi sempre por serem os apparelhos anti-economicos.

Explicavam os dois auctores a causa a seu ver do seu fracasso:

Todos os seccadores construidos deviam-se a pessoas que haviam tido em vista o lado mecanico da questão. Era de grande importancia para qualquer machina a sua perfeição mecanica, indubitavel tambem era que a engenharia mecanica por si só nunca, a não ser por feliz acaso, resolveria o problema complexo de natureza chimica e physica sem a collaboração completa de outros especialistas. Os esforços estereis e até prejudiciaes antigamente feitos no mesmo sentido no campo da industria assucareira e de fermentação claramente provavam a impossibilidade duma solução tão unilateral. Alli haviam a chimica e a physica triumphado. Assim, tambem, na secca do café, problema chimico-physico em primeiro lugar, tal facto se daria.

Outra circumstancia poderosa precisava ser considerada, Com raras excepções os systemas de seccadores privilegiados (e até postos nos mercados) nunca haviam sido praticamente estudados como deveriam tel-o sido. Até então qualquer individuo senhor de uma idéia ou coisa equivalente que houvesse traçado algum desenho pedido previlegio mandado construir um grande apparelho e após poucas experiencias recommendado o seu seccador aos lavradores, estava certo de encontrar

alguma victima que comprando o seu modelo lhe restituiria pelo menos parte das despezas feitas. Ora isto não era caminho a seguir nem pelo lado moral nem pelo technico.

Para a investigação de todos os aspectos dum problema como o da seccagem do café ninguem podia trabalhar com machinas cuja capacidade ás vezes excedia 5.000 litros.

Só depois de se obter um modelo, de trabalho satisfatorio é que convida passar-se a um apparelho de escala maior, porque a maioria das questões pendentes mais exactamente e mais facilmente encontrariam solução na observação dos modelos em trabalho e só um pequeno numero de problemas carecia das circumstancias offerecidas pelas grandes machinas para ser estudada precisamente.

Por exemplo: seria impossivel determinar-se bem a distribuição do calor num seccador de 100 alqueires de capacidade, como tolice querer calcular a força motriz exigida por aquelle observando-se o consumo observado num modelo. A pesagem da agua volatilisada num certo periodo da seccagem dentro dum apparelho grande era sempre difficilimo e em ultima analyse não se seria tal pesagem um dos pontos fundamentaes para o estudo scientifico do processo? As perdas exactas de calor, como querer conhecel-as sem modelos adotados especialmente?

Seccadores muito bons por exemplo para seccar feno, residuos da diffusão etc. existiam, mas imprestaveis para um material tão delicado como o café. Grande parte dos seccadores inventados e fabricados participava da triste sorte dos individuos sem competencia ou deslocados em suas funcções.

A insignificancia dos recursos mecanicos do Brasil, a ausencia quasi completa de officinas munidas do pessoal e das machinas indispensaveis para o bom exito de experiencias de construcção muito difficultavam a tarefa dos espiritos inventivos. Quem pretendesse qualquer peça simples mas de forma especial de uma das nossas officinas, haveria de por ella pagar exorbitante preço para as vezes o feitio não corresponder ás mais modestas exigencias. Tudo o que excedia o limite ordinario interposto aos estabelecimentos industriaes pelos nossos machinismos de café e de canna, convinha mandar executar no extrangeiro, processo apparentemente caro e complicado, mas finalmente mais barato e simples.

Era claro que taes circumstancias muito influiam sobre as invenções realisadas no paiz. Tal facto ainda por muito tempo continuaria pois os estabelecimentos industriaes existentes no Brasil nem tinham a ambição de ser mais do que

"officinas para a installação de certos typos de machinas e seus concertos" unica coisa que lhes garantia lucros.

Como em parte haviam os seccadores sido construidos no Brasil e effectivamente dum modo muito sufficiente, era difficil dizer-se que proporção do mau exito obtido corria por conta da construcção errada e quanto por conta da fabricação defeituosa.

Havia porém apesar de tudo seccadores cuja construcção embora talvez não perfeita, sempre se apresentava bastante satisfatoria, seccadores que com alguma boa vontade e habilidade, poderiam ter prestado serviço á lavoura.

Seccadores, inventados por engenheiros brasileiros illustres e introduzidos em algumas fazendas grandes onde trabalhavam sem interrupção havia annos já. Porque não teriam encontrado maior acceitação? Porque não haviam sido melhorados? Eram perguntas de difficil resposta.

Talvez questão de moda, falta de pessoal habilitado e altitude do preço ao mesmo tempo, sem fallar na desconfiança em parte justificada reinante entre os fazendeiros não só em relação aos *reclames* dos fabricantes como tambem quanto á veracidade dos pareceres externados por muitos collegas pontos estes bastante ponderosos para enterrar o melhor seccador pelo menos durante o prazo do privilegio e em condições de desencorajar o inventor mais intelligente e activo.

Dos seccadores de seu tempo diziam Dafert e Rivinius que não faziam segredo do facto de que consideravam como os melhores o de Taunay-Telles (pertencente ao typo *rapido* e o de Ramos *typo economico*).

Synthetisando os seus estudos sobre a secca do café diziam Dafert e Rivinius haver chegado aos seguintes resultados:

1.º — O processo da secca está sujeito a leis fixas e inalteraveis, cuja observação na construcção dos seccadores é condição indispensavel, e no emtanto fôra até então em parte desprezada.

2.º — Era possivel pela regularisação da operação exercer influencia sobre o aspecto do café obtido como resultado da secca artificial.

3.º — Parecia muito provavel que a introdução da secca artificial na lavoura do café offereceria vantagens economicas uma vez que fossem satisfeitas, na construcção dos seccadores e na direção do processo, as exigencias das sciencias naturaes.

Bom numero de proprietarios já empregava os cultivadores mecanicos no tratamento do cafesal escrevia Ferreira Rangel em 1906. Calculava-se que 10 a 15 % dos cafeeiros fossem tratados por estes instrumentos.

Distincto e illustrado agricultor, o Dr. Carlos Botelho já em 1900 no dizer de Moura Brasil capinava com os *Planet Junior* mais de um milhão de pés de café, realisando portanto notavel economia de tempo, braço e dinheiro.

Estas machinas, puxadas por um animal, guiadas por um operario, auxiliado por um menino, podiam em media, capinar cerca de 800 cafeeiros, o custo da capina de 1.000 arvores não excedia em regra de 7$000.

Segundo estatistica official em 1903, existiam em São Paulo 16.015 fazendas com uma area total de cerca de .... 4.169.230 hectares dos quaes 1.749.732 apropriados á cultura cafeeira. Desta ultima area, 758.075 hectares estavam cultivados, contando a sua cultura 660.708.560 cafeeiros.

Ora, calculando-se que dois terços destes cafeeiros estivessem em terrenos cujo declive e constituição physica permittiam a utilisação de machinas para o seu cultivo, comprehendia-se facilmente qual a economia que poderia realisar a lavoura paulista, quando se generalisasse o emprego deste apparelhamento, lembrava Rangel.

Mas a medalha tinha reverso. O emprego das machinas reduzia a necessidade de braços para o cultivo das lavouras e nisto estava precisamente o seu grande valor economico, a colheita do café, exigia porém por outro lado, grande somma de trabalhadores, para poder ser convenientemente aproveitada. Esta circumstancia difficultava o emprego das machinas nas culturas, nas regiões que não despuzessem de nucleos proximos de população onde pudessem arranjar os trabalhadores na occasião opportuna.

As machinas em uso corrente nas lavouras brasileiras de café não estavam isentas de defeitos. As raizes e ramas dos cafeeiros soffriam e não raro, os inconvenientes do seu emprego. Por este motivo o Governo de S. Paulo puzera em concurso a invenção de uma capinadeira aperfeiçoada.

Nos terrenos em que as capinas podiam ser feitas á machina, era a orientação diversa, traçavam-se as ruas entre os cafeeiros dirigidas no sentido em que melhor podiam funccionar os apparelhos mecanicos, ensinava Ferreira Rangel.

A distancia das plantações variava, em cada zona, conforme o desenvolvimento normal do arbusto. A principio era esta distancia geralmente de 12 palmos em quadra (2,64-2,64)

a pratica, demonstrava porém os inconvenientes de uma plantação tão condensada e as distancias alargavam, ora nas ruas, entre as carreiras de cafeeiros, ora nas proprias filas.

Os limites razoaveis de distancia das plantações, do café arabico, estavam no Brasil entre 3m.5 e 4m.5 e, com effeito estas distancias variavam entre taes limites nas novas culturas de São Paulo. Na zona do Rio de Janeiro, as distancias mais empregadas, oscillavam em torno de 3m.5, podendo-se considerar que, em regra, mil cafeeiros se plantavam em um hectare de terreno.

CAPITULO XCIV

Dafert e seus estudos sobre systemas de cultura — O augmento de produtividade dos cafesaes — Experiencias comparativas com o café creoulo e o bourbon — O maragogipe e o botucatú — Observações — Conselhos sobre a erosão — O enleiramento — As geadas e os ventos frios

Em 1890, publicou Dafert interessantes *Considerações a respeito da cultura do café no Brasil*, em torno da these: *como será possivel, com o systema extensivo de hoje, augmentar a quantidade da colheita e o lucro da cultura, sem retirar mais das substancias nutritivas do solo, isto é, do capital nutritivo da terra?*

A seu ver, a quota do capital, consumida para a nutrição da arvore (sem fructos) só era capaz de augmentar a colheita até os 12 ou 14 annos.

Dahi por diante, não se poderia impedir o decrescimo da producção.

Donde se concluia a necessidade de se perguntar "quando deixaria de ser lucrativa a continuação da cultura em virtude da desproporção entre as reservas nutrientes e os elementos necessarios á synthese dos grãos?"

A resposta theorica era facil, mas para poder responder-se praticamente, tornava-se necessario fazer-se uma serie de experiencias.

Além da quantidade importante de substancias nutrizes que se perdiam nos cafeeiros velhos, sob a forma de folhas, ramos cascas, etc. o defeito da cultura actualmente praticada, era que o lugar da extracção das substancias nutritivas ficava sendo constantemente o mesmo durante meio seculo.

Era erro regular-se por si mesmo a distribuição do capital nutritivo, tratando-se de plantação em carreiras de 3 metros de distancia e mesmo mais, de plantas que aprofundavam muito a raiz mestra.

Depois de uma cultura de muitos annos, o chão do cafesal, passava a parecer-se com um corpo de solo compacto e fertil, cheio de buracos estereis onde cresciam os cafeeiros.

Os effeitos discutidos podiam desapparecer com um systema de cultura a que o sabio agronomo chamava movel e cujos principios eram:

1.º) — Não houvesse no cafesal arvores de mais de 20 annos, a experiencia determinaria a idade mais propria para se fazer a retirada das arvores velhas assim com as de menos de 5 annos.

Denominar-se-ia *periodo de cultura* o prazo entre 5 a 20 annos.

2.º) — O cafesal constaria de trez grupos de cafeeiros.

a) — arvores de 5 a 10 annos
b) — arvores de 10 a 15 annos
c) — arvores de 15 a 20 annos

3.º) — Cortando do cafesal os cafeeiros da serie C, e pondo-se em seu lugar cafeeiros da serie A, plantar-se-iam os ultimos á metade da distancia das plantas antigas para poder mudar desse modo a collocação dos cafeeiros em cada periodo.

4.º) — Para a plantação e o tratamento dos cafeeiros antes do 5.º anno aproveitar-se-ia o proprio cafesal, plantando já o café no lugar destinado nas linhas anteriores.

Com esta rotação, o cafesal daria sempre perto de cincoenta por cento mais.

Resumindo dizia Dafert que as propostas feitas não se destinavam ainda á pratica, constituindo apenas um programma para experiencias, cujos fins eram:

1.º — Procurar saber quaes os numeros verdadeiros sobre a mudança das medias de cafeeiros de varias idades.

2.º — Examinar a possibilidade technica do novo systema.

3.º — No caso de ser negativo o resultado das experiencias, eram necessarios esforços para se resolver por outro modo o problema de fazer desapparecer os effeitos do methodo de cultura vigente, que deixava no cafesal arvores velhas, a dimi-

nuir as reservas nutritivas do solo, a encarecer a mão de obra etc.

Na serie dos memoraveis estudos de Dafert, sobre a cultura cafeeira, destacam-se as experiencias comparativas, com o café nacional ou creoulo, e o bourbon. Tiveram a mais larga repercussão no paiz e no exterior. Contou, como collaborador nestas observações, tão longas quanto minudentes, Ernesto Lehmann.

Encetaram-se em 1891 e em 1895, declaravam os dois experimentadores que a unica resolução do problema a saber, o reconhecimento da qualidade e do valor agricola verdadeiro das suas variedades concorrentes, só poderiam alcançal-o após uma experiencia abrangendo a phase completa da vida das arvores, prazo que poderia exceder 20, senão mais annos.

Antes disto precisavam limitar as condições provisorias e de analogia, quanto ao desenvolvimento futuro além de 5 annos. Existiam, no Estado, plantações de café bourbon, muito mais velhas do que as do Instituto Agronomico de Campinas.

Não dispunham, porém, de observações systematicamente variadas, sobre ellas e nem tambem essas plantações excederiam ao limite da idade mais productiva.

Como muitas vezes eram consultados sobre a conveniencia de plantar uma ou outra das duas variedades, a Nacional e o Bourbon, e como as opiniões dos lavradores muito divergiam a tal respeito, expunham o seu modo de ver, não definitivo.

Seria preciso observação comparativa e cuidadosa prolongando-se por 20, 40 e mais annos, para se poder responder definitivamente á questão; qual valia mais, o café bourbon ou o Creoulo?

Com a maior probabilidade de exação, o aspecto do café bourbon, em comparação como o do creoulo, e o modo do seu desenvolvimento faziam crer, sem perigo de engano, que representava uma variedade nobre de café, a saber variedade distincta pela predisposição a colheitas precoces e mais abundantes, se (ponto decisivo e principal, nunca a ser esquecido) encontrasse na cultura condições favoraveis ao desenvolvimentos das suas boas qualidades.

Era fidalgo a exigir tratamento de fidalgo.

Em linguagem pratica tomava a questão o aspecto seguinte: em terras boas, com bom tratamento, especialmente com esteicação abundante, o café bourbon, daria mais cedo colheitas, muito mais abundante do que o creoulo.

Em terras ruins, e mau tratamento, sem estercação regular, o bourbon fiel á sua natureza, mostraria a boa vontade

fornecendo a principio, quando ainda houvesse no solo certo teor de elementos fertilisantes, colheitas precoces bastante ricas.

Logo, porém, que os elementos alimenticios disponiveis, não fossem sufficientes, decahiria e finalmente cessaria a sua producção muito antes da do café commum.

Mas assim mesmo, dentro de um quadro que os experimentadores esperavam, dentre em pouco desapparecer completamente, para maior honra da lavoura paulista, ainda podiam subsistir duvidas serias sobre o valor do café commum. Uma vez provado que um pé de café bourbon, dava em 20 annos mais ou menos o rendimento de um pé de café creoulo em 30 annos, qual a vantagem do nacional?

Dura mais tempo repetiam os seus apreciadores ás vezes erradamente.

No caso do café bourbon, convinha lembrar que *time is money*, não só no commercio como na agricultura.

O café bourbon, por emquanto bastante promettia. A propagação de sua cultura, não só nada devia ter de inconveniente mas até podia ser considerada boa, porque, senão era superior ao creoulo, ao menos valeria tanto como se podia concluir de tudo quanto até então se sabia a tal respeito.

Mas dahi não se devia concluir que conviria rejeitar totalmente a cultura do café creoulo, até de outras variedades.

Podia acontecer que um dia devido a molestias, geada forte ou qualquer outra desgraça o café bourbon fosse eliminado, por assim dizer, das lavouras. Quem então dispuzesse de outro café, menos sensivel, muito provavelmente menos prejuizo teria do que os cultivadores exclusivos do bourbon e vice-versa. Opinavam pois, Dafert e Lehmann, pela acceitação das duas variedades.

Finalmente cumpria accentuar, que a extensão relativa a se dar á cultura de cada uma das variedades, talvez fosse um dia determinada por differença sensivel na sua adaptação individual ás condições do clima e solo local, facto este sobre o qual ainda pouco se sabia, mas cuja importancia muito justamente accentuara o Sr. Joaquim Miguel Martins de Siqueira.

Ao mesmo tempo, estudava Dafert, o rendimento de duas variedades que contavam muitos apreciadores o maragogipe, e o botucatú (amarello).

Assim se exprimia em 1895:

Quanto ao desenvolvimento de ambos, caracterisava-se o maragogipe por crescimento muito rapido, nos primeiros annos de vida (mais de 1 metro de 1894, e 60,1 cm. em 1895), em-

quanto o botucatú, se mantinha na sua altura entre o nacional e o bourbon, com um augmento de 41 cm. em 1894 e de 42,5 cm. em 1895.

Verificavam os dois collaboradores serem ambas as variedades, em Campinas, até então inferiores ao nacional e bourbon. Dera o maragogipe só no terceiro anno de colheita (1.406 grs. de café cereja por pé) a carga total do café botucatú, fora até 1895 (inclusive) apenas 2.267 grs. Convinha porém aguardar os 15 annos proximos futuros antes de formar juizo, sendo indispensavel observar que 1.406 grs. de maragogipe, em cereja haviam fornecido 267 grs. de café em grão, emquanto 1.745,7 grs. de creoulo, em cereja apenas 288,0 grs. de café em grão.

O botucatú, acompanhava no florescimento em geral, o bourbon.

Contra as geadas o maragogipe não se mostrava insensivel. Ficaram damnificados dos pés existentes no bairro campineiro de Guanabara:

	Muito	Médio	Pouco
a 30 de junho e 1 de julho de 1894.	4,2 %	28,5 %	67,3 %
a 14 de julho de 1894	57,1 %	—	42,9 %
a 25 de junho de 1895	42,8 %	28,4 %	28,5 %

Resistira, porém melhor aos raios solares de dezembro de 1895, pois nenhum dos pés soffrera muito, considerando-se a maior parte apenas com damnos *medios* (57,2 %) e o resto com estragos insignificantes.

Até aquelle momento (1895) não viam Dafert e Lehmann motivo para enthusiasmos especiaes por nenhuma das duas variedades. Talvez se colhessem resultados melhores, em outros lugares e em condições de cultura differentes; questão que todavia não se devia perder de vista, pois era sempre vantajoso dispor de grande numero de variedades.

Os quadros que acompanham a memoria de Dafert são a eloquente demonstração da intelligencia e da consciencia dos estudos do illustre agronomo.

As tabellas comparativas da altura e diametro das arvores, dos pesos de café colhidos, do florescimento, da resistencia ás geadas, das relações entre o peso da polpa e do café despolpado, do café em cereja fresco e do café em grão secco, as relações entre peso e medida de café nacional, bourbon e outras variedades acuradamente expostas, demonstram a alta capacidade de quem os ideiara e estabelecera.

Ao mesmo tempo, não se descurou o sabio agronomo de sua faina principal; a observação do estercamento dos cafesaes.

Em 1893, assignalava a precocidade da producção notavel do café bourbon, embora dahi nada se pudesse deduzir de positivo pois mais tarde poder-se-ia verificar o contrario.

Seu florescimento apresentava vantagens por mais concentrado. O creoulo, durante quasi todo o anno, estava em florescencia e frutificação.

No mesmo anno, chamava Dafert a attenção dos agricultores para as consequencias nefastas da erosão.

Quem atravessasse um cafesal velho, plantado em terrenos inclinados, podia observar que as arvores, em sua maior parte, se achavam com as raizes meio desenterradas, até 1 ou 2 palmos fora do chão ou apenas cobertas por pequena meda de terra. Pareciam os cafeeiros ter sido plantados antigamente em cumes de formigueiros. A explicação deste estado pouco favoravel, das lavouras, devia ser procurada, exclusivamente, entre os factores já mencionados. A chuva, depois da carpa, carregava para baixo quantidades de terra consideraveis. E era exactamente a melhor parte do solo que mais soffria: as camadas superficiaes humiferas.

Para dar idéia do vulto desta lavagem, mencionava Dafert, uma observação feita no seu estabelecimento. Na secção geologica do Instituto Agronomico, com declive de 10º, haviam sido enterrados, em 1889, canos de encanamento dagua a 34 cm. de profundidade.

Estes canos, haviam-se tornado em grande parte visiveis em 1893. A agua tinha pois numa area de um hectare carregado para fora da propriedade pelo menos entre 2000 e 3000 metros cubicos de terra, ou 500 a 700 metros cubicos por anno!

Mandou o illustre agronomo obviar a tão grande desgaste, empregando linhas de tijolos acompanhando as de nivel, como diques á erosão. Obteve magnifico resultado.

Não só desapparecera de vez o carregamento da terra pela chuva, como tambem se effectuara formação espontanea de terraços em consequencia de aglomeração da lama junto aos estivadores.

Procurou Dafert, então, nos cafesaes observar se não seria possivel alcançar o mesmo effeito, por meio de arvores cahidas. Verificou o seguinte: Onde havia nas lavouras, arvores tombadas e collocadas sem ordem alguma, os damnos causados pela agua, eram ás vezes muito maiores do que nos ter-

renos completamente limpos, porque, nestes a agua se distribuia mais ou menos igualmente sobre plano bastante grande, em quanto naquelles se formavam verdadeiras correntes destruidoras.

Onde, por acaso, taes arvores, formavam uma linha fechada, quasi horizontal, era facil observar a boa influencia exercida sobre a firmeza do terreno.

Claramente indicado se achava, pois, qual o meio pratico para prevenir, nas roças destinadas a cafesaes, estragos futuros. Antes de se plantar o café fossem removidos os troncos abandonados, a saber os que pouco pesavam, tendo formas mais ou menos regulares. E isto para os lugares onde o declive fosse maior, entupindo as juntas com terra, e deixando algumas sahidas para o excesso da agua. Uma linha nesta condições, seguraria o terreno até a altura de 3 a 4 m. acima, por muitos annos, quando bem construida e de tempos em tempos concertada. Convinha, especialmente, fechar os buracos, porventura abertos, por meio de um pouco de terra. Era a despesa nulla, comparada á vantagem offerecida, mesmo quando se podia vender a lenha.

Exemplos de installações semelhantes, eram as paredes de pedra construidas nos vinhedos do vale do Mosela, e as construcções primitivas e até complicadissimas, executadas nos districtos montanhosos da Europa Central, para impedir o transporte da terra e o enchimento dos rios.

Com uma aplicação, um pouco mais geral, do meio proposto, podia-se tambem obter, na lavoura brasileira, melhoramentos no sentido mencionado. Que trabalho não causava a limpeza dos encanamentos e tanques, nas fazendas, quando passavam pelas culturas, simples consequencia da grande immigração da terra!

A questão das geadas era absolutamente capital na agricultura paulista, quem o ignorava? O estudo racional deste fenomeno foi pela primeira vez a nosso ver, feito por Dafert. Não se limitou elle á observação dos elementos meteorologicos, e fez a sua aplicação ás diversas variedades como o creoulo e o bourbon.

De suas observações, que aliás já datavam de 1888, entendia poder em 1893 dizer que lhe parecia ser muito licito, desde já, estabelecer uma distincção entre *geadas verdadeiras, legitimas* e *geadas de vento*. Aquellas produzidas especialmente nas baixadas, como em ar parado; estas observadas em pontos mais altos, expostos aos ventos.

Era lhes o effeito, ás vezes, muito insignificante, como a queima das bordas das folhas, ás vezes, porém, muito mais visivel, do que o da outra especie de geada.

A de vento, podia repetir-se muito mais vezes durante o anno do que a outra; produzia uma desorganização na arvore, deixando ás vezes os cafesaes em varas. Provinha deste facto especial o facies especial que apresentavam muitos cafesaes na ponta dos morros ou do lado do vento.

As observações levaram o experimentador a afirmar com grande probabilidade de veracidade, de que parte das geadas, não merecia tal nome. Não passavam de simples consequencias dos ventos. Quanto mais violentos, soprassem, mais baixa a temperatura. Assim se explicava o factor curioso que o proprio Dafert observara. Relativamente ao logar em que os cafeeiros dum districto (como por exemplo vira no vale do Atibaia) soffriam pela geada, não havia regra estabelecida. Numa noite, em que o thermometro baixasse á 3º C era claro que o vento queimaria, por exemplo, cafezaes á altura de 50 m. acima do rio, ao passo que outros, até a 20 m. apenas, não soffreriam grande coisa. Tal phenomeno, não se dava com a geada legitima, porque ella se estendia sobre um terreno bem delimitado, correndo muito aproximadamente de nivel, como muitas vezes tivera occasião de observar, em vales de pequenos ribeirões e tanques.

Ligava o observador alguma importancia a isto, por ser de grande interesse pratico. Apezar de todos os projectos até então divulgados para combater as geadas, ensinava a pratica que entre elles não havia meio realmente efficaz. Eram de natureza irrisoria, parte exigiam gastos enormes de dinheiro sem nenhuma garantia de exito. O resto finalmente de exito garantido, tornava-se irrealisavel, em grande escala.

Desde o momento que se reconhecesse que o vento era o causador da maioria das geadas, mudava-se a situação.

Contra a irradiação do calor, em noite fria e ceu claro, não havia outro recurso senão a paciencia e a resignação. Contra o vento, porém, existiam meios defensivos muito simples. Cintas de mattas, cercas etc. Ou não se derrubar, quando se plantassem cafesaes, toda a matta, deixando-se paredes de defesa contra o vento. Se os antigos houvessem procedido como se fazia, em seu tempo, e acabado radicalmente com tudo quanto se assemelhasse a arvoredo como fossem cercas plantadas de certas plantas e tanto apropriadas, e não difficeis de se encontrar outras teriam sido as consequencias.

Quem quizesse conhecer os resultados de tal methodo, observasse em sua fazenda cafesaes expostos ao vento, e outros resguardados. Veria que os primeiros se encontravam em mau estado e os segundos vistosos e bonitos. O mesmo se dava em Java e Ceylão, e já no Brasil, isto se vira muitas vezes. O que até então não ficaria bastante e claramente accentuado era a relação destas cercas com a geada, phenomeno, que nos districtos cafeeiros da Asia não occorria.



CAPITULO XCV

A monographia de Sylvio Ferreira Rangel — Os progressos da agronomia no Brasil de 1892 em deante — Novos estudos de Dafert — Limite de duração dos cafeeiros — O rendimento dos cafesaes e as variedades do café cultivado — Observações de Moura Brasil

A occorrencia do primeiro centenario da abertura dos portos brasileiros ao commercio universal, e a exposição nacional commemorativa deste grande acontecimento, levaram o *Centro Industrial do Brasil,* á publicação de uma serie de monographias valiosas sobre o paiz, sob o ponto de vista de suas riquezas naturaes e industriaes.

Coube ao Dr. Sylvio Ferreira Rangel, engenheiro, politico fluminense de prestigio e lavrador de café no Estado do Rio de Janeiro, além de vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura a incumbencia de tratar do café, o que realisou por intermedio de extensa memoria.

Nelle compendiou o que até então se fizera de mais saliente no Brasil, em materia de estudos para o aperfeiçoamento da cafeicultura.

Começou estudando a rubiacea sobre o ponto de vista botanico, a salientar que no nosso paiz, predominava na lavoura, a especie *Coffea arabica* L. ou café creoulo, o bourbon, o java, botucatú ou amarello e maragogipe, pouco havendo exemplares do liberia.

As diversas variedades de cafeeiros cultivados no Brasil, distinguiam-se geralmente pelo simples aspecto.

No cafeeiro creoulo, como no amarello, ou botucatú, os ramos horizontaes, e um pouco inclinados para o solo, differenciam um do outro pela cor amarella do fruto. O java e bourbon, apresentam ramos sensivelmente obliquos para cima, como o maragogipe e o liberia de que differenciam pelo maior desenvolvimento do arbusto e das folhas, nestes dois ultimos. No java, os brotos novos surgem esbranquiçados



emquanto no bourbon, são sensivelmente pardos; no liberia as folhas coriacaes, mostram-se mais espessas do que no maragogipe e os frutos têm a casca notavelmente mais resistente o que difficulta o beneficiamento pelas machinas communs.

Os cafeeiros creoulo, amarello e maragogipe mais rusticos, duram e resistem mais do que o java e bourbon, por sua vez, mais exigentes, quanto ao cultivo, porém mais productivos, quando em clima adequado.

O cafeeiro é das plantas industriaes em que nada se perde, afirma o memorialista. Do lenho, provem regular combustivel, podendo ainda ser empregado para pequenos artefactos, de marcenaria. Em alguns paizes são lhe as folhas utilisadas como chá, especialmente no archipelago da Sonda. Da polpa assucarada dos frutos, provem alcool bastante conhecido e agradavel, para o preparo de licores apreciados. E finalmente, as cascas e residuos dos frutos, pela riqueza em substancias fertilisantes, são utilisadas com grande vantagem na estrumação, verdade é que do proprio cafesal.

Desde 1892 começara a operar-se salutar modificação nas idéas geraes, relativas á cultura cafeeira, escreve Ferreira Rangel.

Até então, as facilidades da cultura, graças á exploração do elemento servil, os preços relativamente remuneradores do producto, a que as zonas do Rio de Janeiro e São Paulo deviam innumeras fortunas, traziam os agricultores, por assim dizer, despreoccupados de um futuro que, celere, corria ao seu encontro a se transformar em presente, cheio de privações e agonias para uns, e difficuldades para todos.

Salvo mingoadas excepções, que a rotina recebia com o sorriso de mofa, a opinião geral era que — o café só dava em terra de matta — e, quando esta cançava e o cafesal envelhecia só havia um remedio: abrir-se nova lavoura. E, sob o influxo desta opinião, e o estimulo dos elevados preços, posteriores á extincção do elemento servil, haviam as culturas invadido, impetuosas, as florestas, afastando-se, dia a dia dos mercados do littoral.

Como augmentar a productividade cafeeira? perguntava Dafert em 1898.

Procurando-se, entre os factores capazes de tal, algum accessivel á influencia exercida pelo homem, reconhecia-se em primeiro logar, que a maior parte delles, dependia em geral, unicamente, da vontade, da reflexão calma e do trabalho.

Quem empregasse mudas ruins, plantasse descuidadosamente, e deixasse a plantação inanir-se no matto, não teria

motivos para admirar-se de não colher resultado da cultura do café.

Assim tambem quem submetesse ao regimen cultural grandes extensões de terrenos, sem dispor de capital e força de trabalho sufficientes, acreditando poder *ficar logo* rico, segundo opinião muito generalisada, haveria de naufragar, nos quatro quintos dos casos.

Por outro lado, as condições climatologicas geraes, eram completamente inaccessiveis a uma transformação systematica.

Entre as influencias exclusivamente dependentes do cuidado e das influencias naturaes inalteraveis encontrava-se um grupo de factores, que, sob condições economicas favoraveis, podiam ser transformados como o exigia a cultura.

Podia o lavrador plantar ou deixar ficar as arvores de sombra se os raios ardentes do sol fizessem temer a perda das plantações; poderia igualmente proteger os viveiros contra as geadas; oppor barreiras ao vento, escolhendo logares apropriados na matta, não entregues ao machado nem ao fogo, ou preservando da ruina, ou estabelecendo filas artificiaes de matta, aplicar a irrigação artificial em logares de excessiva secca empregar nos declives as grandes arvores derrubadas para impedir o arrastamento prejudicial da terra etc.

"Além de tudo os lavradores tropicaes podiam fazer uma coisa não ao alcance dos europeus e norte americanos em geral, comprar adubos pelos mesmos preços que elles e aplical-os á lavoura de um producto de valor muito maior do que o da sua producção.

Tratando dos limites de productividade, do cafeeiro, dizia Dafert em 1899 que no seu tempo reinavam varias idéias falsas tanto sobre a producção do cafeeiro, como acerca do limite da duração de sua productividade.

Já comtudo se conheciam a tal respeito dados indubitaveis.

Havia como preliminar a distinguir rigorosamente, entre a producção de um unico cafeeiro e a da unidade de area de um cafesal. Esta pouco variava, relativamente, com a mesma idade e riqueza do solo, sob condição favoraveis de vegetação, ao passo que a producção do cafesal, dependia, em alto grau, do espaçamento da plantação.

A influencia do emprego systematico de adubos já se fazia sentir, principalmente combinada com a introdução de methodos de cultura aperfeiçoados, como a irrigação artificial, a poda methodica etc. Isto não só para a producção, nos casos isolados, como para a igualdade e duração da producção. Era

cedo ainda para se aventarem conclusões quanto á producção do arbusto em solos não estercados.

Em geral, a producção começava, no Brasil, no quarto anno, attingindo o maximo de 14 a 18 annos, para depois diminuir de novo.

Idade do cafeeiro vinha a ser o tempo decorrido após a transplantação para a lavoura sem se levar em linha de conta a permanencia da planta no viveiro.

Excepcionalmente, em solos muito ferteis já o cafeeiro, produzia no segundo anno, bastante para remunerar a colheita, comportando-se as arvores adubadas semelhantemente.

No Extremo Oriente, nas Indias hollandezas e inglezas, o clima mais quente e mais humido, determinava producção muito precoce e ao mesmo tempo, exgotamento mais rapido do solo.

A quantidade de café (grão) por arvore, no Brasil, variava em termo medio nas grandes lavouras, em idade de produzir, em terreno exgotado por exemplo no Rio de Janeiro 333 grs. e em terras melhores, por exemplo, nos cafesaes mais velhos de S. Paulo, na zona central de 800 a 900; mas em terra virgem, muito mais como por exemplo em 1896 a 1788 grms. nas fazendas da Companhia Agricola, depois pertencentes ao Conde do Pinhal, em Ribeirão Preto.

O maximo absoluto, observado com exacção, era, em media, de plantação maior em terreno não adubado, 7,4 kilogrammas por planta como em 1895 a media de 1.200 arvores da fazenda paulista de Monte Bello.

Em alguns casos obtinha-se, principalmente de plantas isoladas, (muitas vezes aliás era difficil saber se unicas ou grupos de varios individuos plantados e crescidos na mesma cova) 15,18 e até mesmo 20 kilogrammas, etc. e isto não só uma vez mas durante muito tempo de dois em dois ou de trez em trez annos.

Tambem, co madubação mais forte, nã ose observara até então maior producção maxima do que a obtida em terreno não adubado, no Brasil e em Ceylão. Entretanto, as producções medias as vezes subiam a cerca de 2 a 2 ½ kilogrammas, como na fazenda Sta. Albertina em Itapira e outras. Rendimentos altos destes por planta no Brasil tambem os apresentavam a Abyssinia e Arabia o Natal, Costa Rica e a Colombia.

Com a diminuição do espaçamento nas lavouras, baixava tambem a producção.

Em Ceylão, era a media 453.6 grs. em Sumatra variava entre 348 e 567 em Celebes entre 225 e 314. O maximo de

Ceylão attingia a 1.360,8 grs. Em Cuba e na Jamaica as relações se aproximavam das das Indias Hollandezas.

Calculando por unidade de superficie, a cultura do cafeeiro no Brasil, devia render por hectare — como termo medio de muitos annos e em terreno exhausto 333 kilogrammas — em terra melhor 800 kilogrammas; em terra virgem de primeira qualidade 1.350 kilogrammas e finalmente com estrumação racional, 1.600 e até mesmo 2.000 kilogrammas.

Em Ceylão, não se fora além de 1.200 kilogrammas, considerando-se satisfactorio o rendimento medio de 628 kilogrammas. As melhores colheitas antigas em Sumatra e Java, chegavam quasi a 1.000 kilogrammas. Mais favoraveis resultados, fornecia o cafeeiro da Liberia que em Malaca, e em termo medio de muitos annos em lavoura vigorosa, rendera 1.272 kilogrammas por hectares.

Todos os valores indicados oscillavam, annualmente, entre 50 e maior porcentagem, conforme as condições climatericas, podendo-se observar a mesma regularidade occorrida na cultura das arvores frutiferas. A uma colheita muito boa succedia sempre outra ruim e relativamente duas mais fracas, facto devido ao definhamento dos ramos frutiferos. Nem uma estrumação forte, nem quaesquer outras providencias poderiam impedir por completo, a prostração transitoria das plantas, pois a formação de novos ramos frutiferos demanda sempre necessariamente certo tempo. O que se podia alcançar, graças a uma nutrição perfeita, poda habil e eliminação de parte da excessiva formação de frutos, cifrava-se em moderar, consideravelmente, a periodicidade das colheitas desfavoraveis.

Talvez não existissem ainda observações exactas acerca da idade que o cafeeiro podia alcançar em condições favoraveis.

A existencia de exemplares muito velhos nas Indias Occidentaes e Guyana, deixava crer que o limite se achava, em todo o caso, abaixo de 80 annos.

Alguns decenios mais tarde que Dafert escrevesse, teria podido attestar que no Estado de São Paulo, existiam cafesaes mais que centenarios, vigorosos e produzindo bem.

O limite da idade de producção de lavouras inteiras, isto é, a idade maxima pratica de cultura lucrativa, vinha a ser naturalmente muito inferior. Dependia, em alto grau, do espaçamento da plantação, do trato e do lugar das lavouras e, portanto em regiões muito differentes umas das outras.

Admittia-se, geralmente a maxima de 50 annos no Brasil, de 30 na America Central. Nas Indias Hollandezas a vida de uma lavoura, era mais curta do que no Brasil. Varias das fa-

zendas mais velhas que Dafert conheceu, contavam já mais de 50 annos sem apresentar comtudo o aspecto da velhice, graças ao bom trato e á profundeza do solo lavravel.

Encontravam-se facilmente outras entre 20 a 30 annos e não tão robustas.

Fazendas abandonadas, mas outrora bem tratadas, apresentavam ao observador aspectos de vitalidade tão desusado. que não seria descabido esperar que um estercamento racional determinasse quanto ao limite da idade, rendimento favoravel.

Na cultura do cafeeiro, constituia o clima praticamente, o factor natural mais importante. Assim como a distancia da costa o factor economico mais serio. Ambos os elementos inalteraveis, capazes de determinar o valor de cada plantação fora de quasi toda a influencia humana.

Segundo ensinava a historia as fazendas melhor situadas, em todos os paizes cultivadores do café, estavam já abandonadas ou proximas do termo da productividade, inconveniente remediavel, pela reforma efficaz da administração.

Uma lavoura de café, administrada criteriosamente, nunca se tornaria velha. Tal desideratum poderia ser alcançado, pela aplicação systematica dos principios da economia florestal. Era recommendavel a plantação de cafeeiros novos entre as carreiras dos velhos, cujo tratamento não trazia mais lucros. As carreiras velhas, tiradas, dariam á nova geração ar e luz.

Relevava notar, que não existiam, para todas as variedades, e estados de madureza do café, relações fixas entre o volume ou peso das cerejas e os grãos nellas contidos; por isto o *quantum* das colheitas, referentes ao cereja, exigia um calculo quando se quizesse estabelecer comparações.

Na India meridional, calculava-se que a transformação das cerejas maduras do café arabe em grãos, dava 61,75 % de perda em volume ou 81,8 % de perda em peso; isto é, 100 kilogrammas de cereja formariam 18,2 kilogrammas de grãos. Em Java 100 kilogrammas de cereja podiam dar 20,5 kilogramas de grãos, numero que ás vezes subia a 25 kilogrammas e tambem descia até 16,7 kilogrammas.

As observações delle, Dafert, no Brasil, explicavam satisfatoriamente taes differenças. Os rendimentos effectivos oscillavam consideravelmente. Assim numa mesma fazenda, pudera verificar que para o preparo de uma arroba, em grão haviam sido precisos:

91,5	litros de cerejas em	1891-92
108,8	litros de cerejas em	1892-93
112,7	litros de cerejas em	1893-94
94,4	litros de cerejas em	1894-95

Verificara ainda a influencia daadubação.

Terras não adubadas, tinham dado em 100 kilogrammas, de cerejas igualmente seccas, 29,2 kilogrammas de grãos; arvores fortemente estercadas, somente 24,25 kilogrammas.

Emquanto 100 kilogrammas de cerejas vermelhas de café maragogipe, haviam produzido 22,8 kilogrammas em grão, da mesma quantidade de café nacional não se lograra obter mais de 16,5 nem do café bourbon mais de 12,5 kilogrammas.

De que dependia a productividade de um cafesal? perguntava ainda Dafert.

Para o exito favoravel, da cultura em dado logar, a simples experiencia prevalecia quanto á certeza do exito, sobre todas as considerações perspicuas, a proposito das condições meteorologicas do solo, altitude e luz.

Na vizinhança, onde já existia cultura e onde se havia adquirido conhecimentos praticos sobre a vegetação natural e sua exigencia quanto ao clima e solo, a observação prestava não raro inestimaveis serviços.

Assim o reconhecimento á primeira vista dos logares apropriados á cultura, pelo *habitus das mattas,* ou dos vegetaes indicadores de zonas ferteis e livres de geada, não deixava de possuir justificação scientifica, garantindo a possibilidade do desenvolvimento do cafeeiro, como por exemplo no caso da vegetação luxuriante da *Gallesia gorazema,* Mag, exigindo terra profunda e livre de geada, era indice quasi tão seguro quanto uma experiencia satisfatoria, durante dezenas de annos, em pequeno cafesal.

Era claro tambem que a opulencia da matta, virgem, tinha relação intima com a fertilidade do solo. O reconhecimento de differenças delicadas de vegetação, e das verdadeiras plantas padrões exigia longa pratica e conhecimentos locaes, o que restringia essencialmente o emprego geral do methodo.

Um cafesal, uma vez formado, sua productividade dependeria do clima, solo, sementes, mudas, modo de transplantação, amanho da terra e variedade do café plantado.

O rendimento de um cafesal determinava-se, pelo das variedades de café cultivado, escreveu Dafert.

Havia provavelmente tantas variedades de *Coffea Arabica* D., quantas de *C. Liberica* as duas unicas especies de café

a considerar, como qualidade mais nobres, possuidoras da aptidão de produzir mais, com forte estrumação do que outras, vencidas por suas concurrentes quando maltratadas e não estrumadas, ou vegetando em terra pobre.

Exemplos de semelhantes differenças pareciam ser o "café creoulo do Brasil e o Bourbon". O primeiro de raça rustica, e o ultimo variedade mais fina da cultura.

Era preferivel aquelle em cultura extensiva, e este na intensiva. Sem duvida algumas variedades se prestavam melhor á cultura do que outras, em certas localidades e altitudes; aquella mais sujeita ás molestias e á geada, e esta mais resistente, factos cuja semelhança com o que se conhecia da cultura dos frutos na Europa e America se tornava evidente.

Confessou-se Dafert, obrigado a não ministrar dados mais positivos e completos. Dispunha de conhecimentos sob este ponto tão fracos que não se animava a indicar os nomes exactos das variedades cultivadas em cada paiz, nem a fazer o exame de sua identidade.

Numerosos cruzamentos e a disposição das variedades extrangeiras, aproximando-se ligeiramente de certo typo local, ainda mais agravavam a confusão.

Era preciso que um sabio esclarecesse a questão das variedades e variações do cafeeiro. Seria então mais facil resolver o problema, relativamente a cada qual.

O que pudera observar no Brasil, fora a importancia da justa escolha; mas o valor pratico de tal conhecimento, era muito restricto para permittir ligal-a a proposição determinadas e de valor geral.

Faltando conhecimentos praticos de longa data, só a experiencia permittiria, por exemplo, dizer se era vantajoso cultivar em certo logar do Brasil o café commum, o bourbon, o botucatú, o murta, o maragogipe, ou *hybrido,* ou na India o moka, o liberia ou o arabe ou em Bourbon o moka o leroy, o murta o aden ou qualquer outra variedade.

Além disto, ninguem sabia se existiam muitas variedades constantes do café, experiencias para a criação e o seu melhoramento só haviam sido recentemente iniciadas pelos hollandezes.

Em relação ao quantum da colheita, a qualidade do café, tambem dependia, em parte, da variedade cultivada. Era porém, impossivel, precisar esta dependencia pelo motivo de não existir exacta medida da estimação do valor das variedades do café para o consumo.

Não eram admissiveis duvidas sobre as quantidades do peso differentes, senão sobre a *qualidade* de duas amostras de café.

O preço do mercado, estabelecia-se sob a influencia de factores tão heterogeneos quão numerosos. O clima, o solo, a maneira de preparo, a offerta, a procura, a moda, a especulação e outras circumstancias, determinavam differenças de preço tão grandes que desappareceram pequenas desigualdades em qualidade, resultantes da diversidade das variedades da arvore.

Em fins de 1898, custava em Hamburgo um kilogramma de café em marcos, segundo a origem: Ceylão 1,50-1,76; Guatemala, 1,28-1,48; Costa Rica, 0,90-1,40; Campinas 0,76-0,96; Rio bom ord. 0,70-0,80; Santos good 0,61-0,68; Africa occidental 0,52-0,62.

Reconhecia-se todavia, que o café da Liberia, dava mais variedades inferiores do que o arabe, e que no commercio certas variedades deste eram as preferidas, sendo outras recusadas. Exemplos de tal o *Serra Leoa*, ruim e o café de *Minhassa*, superior.

Na maior parte das fazendas no Rio de Janeiro, e em Minas, o cafesal tinha, em geral, grave vicio de origem, que muito contribuia para o seu envelhecimento precoce, e portanto, para a diminuição consideravel da media da producção.

Eram os cafesaes quasi todos de mudas colhidas nas capoeiras, e mattas, sem a certeza, da idade da planta, de apparencia miuda, porque, não encontrando condições necessarias á vegetação, não havia podido desenvolver-se.

Planta adulta, porém, rachitica, por este facto jamais adquiria desenvolvimento sufficiente e robustez bastante, ainda que plantada em terra muito fertil, para grande producção e duração.

Poucos fazendeiros formavam viveiros donde pudessem, ao cabo, de dois ou trez annos, colher as mudas necessarias as plantações. Poucos os que faziam plantação de semente.

Tornava-se, portanto, de muita utilidade, que de preferencia, se plantasse ahi a especie mais affeita ao sol e, portanto, de maior durabilidade.

Era o maragogipe o que melhor satisfazia tal condição, por offerecer grande resistencia ao sol ardente e aos verões prolongados. Quando as outras especies tinham as folhas, sobretudo as mais tenras, queimadas, conservava-se perfeitamente verde. E quando após producção abundante os seus

congeneres exgotados, um e dois annos, falhavam, remunerava o maragogipe o agricultor, com carga igual ou pouco menor.

A media da sua producção, era mais ou menos, constante, sem as grandes depressões das outras especies.

Além disso, o maragogipe, recebendo maior quantidade de calor, isto é, collocado no lado soalheiro dos morros, produzia mais frutos do que do lado sombrio, onde se desenvolvia consideravelmente, apresentando sempre muitas folhas, porém poucos frutos.

As outras variedades, o creoulo, o bourbon, o botucatú, menos resistentes ao sol, e ás seccas, deviam de preferencia ser plantados do lado sombrio, onde se desenvolviam bem, produzindo medias mais regulares.

Mas, qualquer que fosse a especie, ao cabo de certo numero de annos, era preciso que o agricultor fosse em auxilio da planta, afim de que a media de producção, se mantivesse em nivel compensadora do esforço e do capital empregado.

Dos quinze aos vinte e cinco annos, em São Paulo, começava a diminuir a producção. Após grandes colheitas a planta exgotava-se, muitos galhos seccavam. Não encontrando mais no solo quantidade sufficiente de substancias alimentares, estes galhos não se substituiam de modo que em pouco, a producção não se equilibrava mais com os gastos, que eram constantes.

Justamente nesta occasião, a intervenção se tornava indispensavel, com a retirada dos galhos seccos e o bom trato dos restantes, que ainda bem tratados, podiam remunerar com vantagens, as despezas com elles effectuadas.

Allegava Moura Brasil possuir um cafesal de maragogipe de 24 a 25 annos, dos primeiros plantados pelo visconde de Jaguary, benemerito propagador desta qualidade de café, e a quem o paiz muito devia ainda por esse notavel serviço, além de tantos outros. Conservava-se ainda bastante vigoroso, com desenvolvimento excepcional, sempre bem enfolhado e produzindo com regularidade.

Que era o maragogipe? Algum hybrido do java, ou de outras variedades? acaso o java, encontrando condições mais favoraveis, na fertilidade do solo e no clima e tendo tomado maior desenvolvimento?

Não tinha o nosso auctor, dados seguros para afirmar nem uma nem outra coisa; entretanto, inclinava-se a acreditar que fosse hybridação do java, com alguma outra variedade rustica.

CAPITULO XCVI

Os primeiros estudos serios de estercamento de cafesaes realisados no Brasil — Experiencias celebres de Dafert no Instituto Agronomico de Campinas de 1888 em deante — Exame dos aspectos economicos da questão do estercamento —Estercos organicos e mineraes — Conselhos contra os abusos de vendedores de adubos mineraes

Os primeiros estudos serios realizados no Brasil sobre o valor do estercamento dos cafesaes foram devidos a Dafert. Em seus notaveis *Erfahnungen über rationellen Kaffebau*, publicados em 1899 e logo traduzidos para as principaes linguas do Occidente longamente expoz não só as idéias dos agronomos e as proprias sobre este problema importantissimo como os resultados de suas notaveis experiencias de Campinas. Assim começando a sua exposição dizia que de um inquerito sobre o *melhor adubo para o café* feito nos primeiros annos do decenio de 1880-1890 em Ceylão, resultara entre outras coisas, que o estrume de estribaria, bem apodrecido e misturado com cal, era o esterco por excellencia para o café durando seu effeito por espaço de 2 a 3 annos.

A opinião corrente sobre os adubos artificiaes vinha a ser que elles valiam como estimulantes e quando aplicados como fertilisadores organicos.

Quasi tudo quanto existia no mercado alli se experimentara então com resultados contraditorios, até que por fim a *mania do chá* dominadora da Ilha afastara a attenção de taes questões.

As bases fundamentaes da theoria e da pratica da estrumação do café expostos por Dafert são o resultado das experiencias por elle feitas desde 1888, com alguns collaboradores do Instituto Agronomico do Estado de S. Paulo e, mais tarde em uma serie de fazendas paulistas. Confirmaram ou ratificaram as experiencias mais importantes da India, e as contradições dellas resultantes, explicaram e completaram as opi-



niões mais antigas, tanto quanto o permittira a brevidade do tempo.

As observações de A. Rigaud, em Madagascar, concordaram favoravelmente, nos pontos essenciaes, como as de Dafert. Era de esperar que a questão sobre o estercamento racional do cafeeiro, conduziria mais tarde, a uma solução universal com a collaboração da secção experimental para a cultura do café, recentemente installada em Butenzorg, na famosa estação experimental de Java.

O que, em toda a parte, impedia a adopção do estercamento racional na pratica, abstrahindo de crises e difficuldades, semelhantes era em primeiro lugar o empenho pelo qual certos commissarios faziam reclame para uma marca qualquer de adubo, que lhes interessasse.

Os lavradores tropicaes, completamente inexperientes em questão de adubos, haviam-se a principio deixado levar por taes reclames. Compravam os adubos, cujo emprego não lhes dava resultado, por ser inexacta a composição destes ingredientes frequentemente vendidos por preços exorbitantes, além de tudo.

A consequencia natural, nem por isso menos lastimavel vinha a ser a reacção geral e duradoura, que promptamente se manifestara, contra o emprego dos adubos artificiaes em geral.

Havia ainda a considerar o modo defeituoso do emprego dos adubos e principalmente a antipathia á producção do esterco de estribaria e á estrumação mixta. Os lavradores das regiões quentes estavam geralmente acostumados aos lucros relativamente faceis e não era debalde que os brasileiros, reconhecendo justamente a facilidade de sua existencia, denominavam o cafeeiro *arvore das patacas*.

A instigação de se fazer a encurralagem para a conservação do estrume de estribaria encontrara por parte dos lavradores tropicaes resistencia só pouco a pouco superada pela penuria devida á exploração extensiva.

Os meios apropriados para vencel-a, por isto que não desapparecia com o desenrolar dos annos seriam a actuação collectiva dos fabricantes de adubos, firmemente interessados no negocio contra a deshonestidade das agencias, suas representantes além Atlantico, e a difusão dos conhecimentos agricolas entre os lavradores americanos.

Tratando da quantidade theorica necessaria de substancias alimenticias para o cafeeiro organisou Dafert uma tabella indicando a quantidade a ser fornecida durante os diversos pe-

riodos de vida do cafeeiro, creoulo, annualmente, em terra de qualidade media.

POR ARVORE E POR ANNO

Idades	Cal	Magnesia	Acido fos-forico	Potassa	Azoto
	g	g	g	g	g
1	0,057	0,019	0,013	0,119	0,215
2	0,253	0,089	0,120	0,433	0,271
3	3,434	1,150	0,653	6,292	6,345
4	5,030	1,574	1,041	9,805	10,674
6	12,425	3,910	2,390	21,673	18,106
10	11,268	3,619	1,778	16,011	18,066
40	4,138	1,283	0,663	6,056	5,538

Ainda não se estudara em particular a influencia da variedade e da condição do solo.

Quanto a quantidade pratica necessaria de substancias alimenticias para o cafeeiro, e a necessidade da estrumação, dizia Dafert que nesta operação, não se podia tratar exclusivamente de restituir a um solo mediocre as quantidades de substancias alimenticias subtrahidas por uma planta normal. Devia-se proporcionar, porém, ao cafeeiro o desenvolvimento mais vantajoso com respeito á economia rural, isto é, obrigal-o á producção maxima tão promptamente quanto possivel, e a esta sustentar por longo tempo.

Ainda não fôra possivel chegar-se a uma solução definitiva da questão, visto como precisavam ser continuadas, ainda por dezenas de annos, as experiencias começadas. De todas as suas observações resultava, muito provavelmente, que a relação mais vantajosa de substancias alimenticias viesse a ser talvez a seguinte:

POR ARVORE E POR ANNO

Arvores na idade de annos	Acido fosforicos gr.	Potassa gr.	Azoto gr.
de 0 a 4.	1,13	10,72	4,49
de 5 a 8.	8,88	34,90	16,20
de 9 a 20	7,15	20,81	13,10
Arvores velhas . .	4,30	13,85	2,31

Desta maneira se favorecia nos primeiros annos o desenvolvimento geral e a formação rapida das plantas por meio de fortes doses de azoto, auxiliava-se, no verdadeiro periodo da producção, a formação e o desenvolvimento do fruto por meio de quantidades maiores de acido phosphorico e potassa; deixando-se finalmente, na idade ulterior a agir estrumação como estercamento restituinte.

Era possivel, e quasi certo, até, que, com o correr do tempo, os algarismos indicados soffressem muitas modificações. Para a sua exactidão geral, porém, já se haviam pronunciado todas as experiencias praticas até agora conhecidas.

Tratando-se do aproveitamento do adubo da cultura do café declarava Dafert que muito difficilmente se poderia determinar exactamente o aproveitamento pelas plantas das substancias alimenticias confiadas ao solo. Termos medios mais ou menos exactos seriam, para as terras argilo-siliciosas, 25 % para os adubos facilmente soluveis de 40 a 60 % para os de effeito mais moroso.

Elles oscillavam entretanto, consideravelmente, segundo o conteudo em humus e a qualidade do solo, e conforme a variedade e o emprego dos adubos. Notava-se a importancia extraordinaria da presença das substancias organicas activas no solo como productores de verdadeiro humus taes como o esterco de cocheira composto com cascas de café.

"O effeito da estrumação mineral mostrava-se maior no solo rico de humus que no pobre e por conseguinte, tanto mais completo quanto mais adubo organico fosse dado conjunctamente com o mineral.

Melhor resultado obtivera-se ainda com o emprego, raras vezes executavel praticamente, de um excesso de ingredientes exclusivamente naturaes, de natureza organica. Neste caso a adição de adubos mineraes não demonstrara o effeito produzido.

Arvores cultivadas em terra pobre, quando não fortemente adubadas, tinham folhagem de cor verde clara, delgada e pendente. Distinguiam-se as plantas da terra humifera não só pelo melhor *habitus* como tambem pela cor carregada das folhas e opulencia do desenvolvimento. Tambem era sensivelmente differente a relação do peso, entre a raiz, o lenho e a folhagem das arvores adubadas e não adubadas.

Realisou Dafert magnificas experiencias com terra, ruim, pobre de humus, e terra boa, rica de humus, cotejando os resultados obtidos pelo estercamento com esterco de cocheira e

cascas de café adubos mineraes e misturas destas com esterco de cocheira.

Repetidas experiencias induziram o sabio agronomo austriaco ás seguintes conclusões:

Convinha ser prudente em materia de estrumação pura de cal e magnesia. Estas substancias, em doses exaggeradas prejudicavam a vegetação: 8-10 grms. de cal por arvore, nos primeiros annos, era mais ou menos o limite de effeito mais efficaz. Nas terras pobres de cal a gessagem do esterco de estrebaria provocava augmento consideravel de colheita, era porém, duvidoso se este exito não seria attribuivel a processos secundarios.

O cafeeiro não supportava bem a estrumação forte e constantes com adubos facilmente soluveis e principalmente com saes potassicos. Quanto menores as doses e mais repetidas as vezes de emprego dos adubos, tanto melhor o effeito, velha experiencia admissivel em geral da qual os lavradores descuravam frequentemente. A damnificação podia causar até a morte da planta.

Os adubos organicos, não completamente fermentados, damnificavam facilmente a arvore, principalmente quando de origem animal, e começando a apodrecer. Com os adubos vegetaes tambem podiam ser observados differentes effeitos, conforme o estudo e o modo de sua decomposição.

As arvores adoentadas deviam, como Paulo Wagner recommendava, receber, paulatinamente, os adubos energicos facilmente soluveis.

A estrumação unilateral, apreciada por muitos lavradores, e o emprego de uma só qualidade de adubo poucas vezes provara ser vantajosa. Quasi sempre se conseguira desenvolvimento luxuriante das arvores graças ao salitre do Chile, mas com prejuizo positivo da formação dos frutos, etc.

Recommendava Dafert, encarecidamente, a introducção simultanea de todas as substancias alimenticias. Ninguem se deixasse embahir pelos caixeiros viajantes por mais eloquentes que fossem. Em vista do elevado preço de todos os adubos azotados, costumavam ser poupados de bom grado, principalmente aquelles cujo emprego se considerava como despeza superflua e decorrentes da verdadeira mania dos chimicos agricolas.

Sobre os effeitos do salitre e do sulfato de amoniaco só existiam, até então, experiencias comparativas de estrumação para a terra arenosa de Campinas.



Nas terras leves dos tropicos devia haver grande precaução no emprego do salitre, facto já comprovado em Java. Tratava-se ahi não de simples phenomeno de lavagem, mas de desnitrificação activa a que, em certas condições cabia papel não menos igualmente importante.

Declarava Dafert não ter notado nenhuma differença de effeito entre os sulfatos e os chloretos.

Versando o capitulo das intrucções para a estrumação racional do cafeeiro perguntava Dafert: Que adubos se deviam empregar? A seu ver todos os naturaes, produzidos na fazenda, principalmente os organicos, cuja quantidade sempre que possivel se augmentaria systematicamente além dos artificiaes.

A importancia dos estercos organicos requeria que tambem fossem feitas de futuro, experiencias com o guano, e adubos semelhantes, importaveis, nas regiões onde o systema de cultura pastoril fosse absolutamente impraticavel.

A' estrumação verde, em seu emprego á cultura cafeeira. oppunham-se difficuldades deixando em duvida, mesmo pelo lado technico a consecução de effeito completo. Não se podiam enterrar as mondas, como estrume verde, junto das plantas mas somente entre as carreiras á distancia bastante grande da raiz mestra.

Em Java a estrumação verde dava mais resultado do que em S. Paulo.

Em periodos de secca prolongada, se se empregasse a estrumação verde, o enterramento deveria ser feito antes da estação chuvosa.

Anti-economica, e até insensata, mostrava-se ella em toda a parte onde a exploração do gado dava lucro.

Quanto aos adubos artificiaes, deviam ser tomados em consideração os mais difficeis e os mais facilmente soluveis.

O emprego da escoria de Thomas e de outros adubos, lentamente soluveis, seria vantajoso principalmente para uma estrumação de reserva em covas, pois nas plantações em terra rica, como por exemplo as pretas e roxas, de origem vulcanica, de Ribeirão Preto, era obvio que naquellas o emprego dos adubos facilmente soluveis seria contra indicado e para estas superfluo.

Expressivamente escrevia o illustre agronomo que todo o acido phosphorico, toda a potassa e todo o azoto do globo terrestre seriam incapazes de propelir o cafeeiro á carga de mais de uma colheita não se podendo curar, em taes lavouras de outra coisa que não fosse trabalhar contra o seu exterminio.

Segundo conhecimentos decorrentes da observação de outras culturas, era provavel que os adubos difficilmente soluveis melhor prehenchessem sua funcção que os facilmente soluveis.

Empregar-se-iam estes:

a) — Quando se tratasse de melhorar promptamente e de levar á maxima producção plantações depauperadas ou as que ainda não haviam attingido o vigor completo;

b) — Quando se quizesse explorar terras muito fracas, mas vantajosamente situadas para o café, como por exemplo as de campo e as livres de geada;

c) — Quando se houvesse de corrigir as terras ricas mas faltas de azoto, como a roxa;

d) — Quando se quizessem tornar inoffensivos os pequenos defeitos climatologicos como os da friagem.

Para se dizer até que ponto era possivel empregar os adubos difficilmente soluveis importava, antes de tudo, conhecer-lhes o preço nos mercados brasileiros.

A melhor perspectiva, para uma tal aplicação geral, era por ora a escoria de Thomas. Faltavam porém, ainda, experiencias concludentes sobre a questão de saber se compensaria a sua adopção o preço de unidade. Coisa semelhante tambem se poderia dizer da farinha de ossos desgelatinados e de alguns guanos artificiaes de origem americana.

Em alguns paizes tropicaes se fabricavam, apenas um ou outro adubo artificial. Na enorme maioria dos casos o lavrador comprava os dos paizes do Velho Mundo. A questão de sua escolha e aplicação residia sobretudo no exame dos preços de fornecimento.

Recommendou Dafert uma serie de receitas para a composição das misturas de adubos, em diversos periodos da vida do cafeeiro, nos primeiros quatro annos, do quarto ao oitavo anno, para de 8 a 20 annos e acima deste limite.

Nestas misturas entravam a farinha de sangue, a escoria de Thomas, cinzas de casca de café, chloreto de potassio, farinha de ossos, torta de mamona, sulfato de amoniaco. Das doze formulas que recommendou estabeleceu a quantidade em peso por arvore, e anno, indicando as melhores épocas para a sua aplicação.



Tambem recommendou uma serie de misturas de adubos facilmente soluveis, algumas dellas de ingredientes chimicos, sómente, e outras preparadas como esterco composto. Preconisou o emprego do super-phosphato duplo, chloreto de potassio, sulfato de amoniaco determinando as quantidades, em peso, por anno e arvore, em porções a serem aplicadas em determinadas épocas.

A substituição destas misturas umas por outras, á falta de terem os lavradores os ingredientes, eventualmente, podia-se fazer por meio das tabellas de Wolf. Elle proprio, Dafert, publicara quadros muito uteis no Calendario Agricola do Instituto Agronomico de Campinas.

Quem não tivesse á disposição, ou não pudesse adquirir o esterco de estrebaria, não dando a estrumação verde resultado, poderia recorrer ao augmento da adubação, duplicando por exemplo a dose dos adubos facilmente soluveis ou a estes empregando combinados os lentamente soluveis.

No caso de solos de qualidades anormaes, deveriam ser modificadas as formulas por pessoas entendidas, pois era absurdo por exemplo adubar com gesso terras ricas de cal.

Não podiam ser considerados como absolutamente inalteraveis os limites de idade indicados. Isto variaria principalmente, conforme os casos, por occasião da passagem do periodo do primeiro desenvolvimento para o da plena producção, e deste para o da velhice.

Os algarismos indicados serviam para arvores medias não adubadas, em terras de qualidade mediocre, e não individuos excepcionalmente adeantados ou atrazados. Tendo alguem, por exemplo, arvores de oito annos, em vegetação tão luxuriante, que correspondesse, segundo o tamanho e a producção, a uma arvore media de 12 annos, poderia empregar, sem receio, a mistura de adubo que lhe fosse correspondente.

Por outro lado, seria rematada tolice incluir uma arvore de 25 annos, excepcionalmente robusta, na ultima classe da idade.

As receitas em agricultura, exactamente como em medicina, são prejudiciaes quando o seu emprego não se adapta convenientemente ás circumstancias.

Convinha não esquecer que as quantidades de adubos prescriptas por arvore referiam-se a uma plantação media de 800 a 1.000 cafeeiros por hectare.

Não convinha em geral, ao lavrador, salvo quando seguro da probidade do fornecedor, comprar misturas de adubos

já promptas porque como se sabia eram as mais das vezes, falsificadas e vendidas muito caro.

Em S. Paulo já podiam ser observados os principios de um systema que talvez promettesse maior propagação. Pessoas habeis para a tarefa da estrumação racional, com o numero necessario de auxiliares instruidos, cuidadosamente, iam de fazenda em fazenda, adubando as lavouras, umas mediante pagamento á vista, e outras mediante parte nos lucros. Quem conhecesse como se mostravam desageitados os lavradores e seus trabalhadores, a principio, para a estrumação e quanto dinheiro gastavam, não menos em pura perda, apreciaria devidamente as vantagens de tal especialisação.

O negociante, a quem era offerecido o café, examinava-o e reconhecia logo quanto valia pela cor, tamanho, cheiro e aspecto. Quem, porém, comprasse adubos não seria capaz de avaliar tão rapidamente a sua qualidade, sendo preciso mandar submettel-o á analyse chimica, para lhe determinar os componentes activos. Muitos maus exitos no emprego dos adubos artificiaes não passavam da simples consequencia de se não ter tomado tal precaução e da compra de *nabos em sacco*.

Onde não houvesse estações agronomicas que executassem analyses exactas, dever-se-ia sempre exigir a copia, reconhecida pelos consules, da analyse official, feita no paiz de fabricação e em todos os outros paizes onde se vendesse o producto. Deveria haver accordo geral para a acceitação de analyses de verificação ou o pagamento segundo a analyse do laboratorio official respectivo.

Nenhum negociante serio, familiarisado com os usos do commercio de adubos, offender-se-ia com estas exigencias, porque ellas lhes diminuiam a responsabilidade, sendo que as grandes fabricas e usinas da Europa estavam acostumadas a negociar sob taes condições.

Era melhor misturar os adubos mais difficilmente soluveis com a terra na cova, que se poderia afundar e alargar conforme conviesse antes da plantação. Empregando-os em uma plantação como adubo de reserva, seriam espalhados em roda da arvore (até á distancia do semidiametro da copa) e enterrados na occasião da carpa, realisada em seguida.

Proceder-se-ia semelhantemente com os adubos facilmente soluveis. Seria a repartição feita pelos trabalhadores.

Misturavam-se os adubos com igual peso de terra fina, peneirando-os varias vezes. Deviam depois ser transportados, no fim da colheita para o cafezal. Ahi cada trabalhador tomaria um sacco, e pondo-o sobre o ventre prendel-o-ia por cor-

dões ao pescoço com cerca de 30 kil. da mistura e uma medida de metal, cuja capacidade correspondesse exactamente á dose apropriada a cada arvore.

Assim, acompanharia uma carreira adubando arvore por arvore. Outro trabalhador, seguindo áquelle, carpiria por baixo da arvore enterrando, ao mesmo tempo, o adubo espalhado. A estrumação de mil arvores exigia, deste modo, menos de um dia, visto como a carpa teria de ser feita e não devia, pois, ser considerada como trabalho de estrumação.

Parecia pouco conveniente espalhar o adubo largamente entre as carreiras caso não se tratasse de plantação densa, como as da India Meridional. Em tal sentido seria sempre melhor considerar a cultura do café mais como uma especie particular de jardinagem, em grande escala, do que como agricultura geral.

Mencionava Dafert, finalmente, ainda uma especie de estrumação sem lhe recommendar comtudo a adopção geral. Para um ou outro fazendeiro, que quizesse obter arvores excepcionalmente bonitas, haveria de as estrumar com esterco de estrebaria dando-lhes os adubos artificiaes sob a forma liquida.

Se pudesse obter caldo de estrume, seria bem empregado para tal fim.

O cafeeiro assim criado entrava no numero não só dos mais bellos de sua especie, como tambem das plantas mais lindas da zona tropical. Talvez muitos dos que o admirassem acreditassem não ser muito oneroso o custo da cultura e o trabalho feito segundo a arte horticola proporcionalmente á producção, e, que, sob certas condições cem arvores valiam mais do que mil.

CAPITULO XCVII

Ainda os estudos de Dafert, em Campinas — Experiencias sobre a produtividade dos cafeeiros adubados e não adubados — O decrescimo da producção das lavouras no Brasil e o problema do estercamento — As diversas zonas de producção — Algumas das formulas de Dafert

Analysando o que se adquirira até fins do seculo XIX acerca dos resultados da adubação, na cultura em grande escala, dizia Dafert que não podiam existir ainda muitas observações exactas, feitas durante longo periodo, sobre o effeito do estercamento, no cultivo em largos moldes nem dados exactos sobre a colheita dos talhões estercados.

A aplicação dos adubos artificiaes era de data relativamente muito recente e a maioria dos lavradores praticos preferia a estimação e analyse segundo o *palpite* ás pesagens e experiencias de accordo com um plano previamente traçado e seguido durante muitos annos.

Todavia, podia o illustre agronomo indicar um exemplo do Brasil que permittia fazer, mais ou menos, idéia do que se conseguia obter na exploração do café pela cultura racional provando a efficacia de uma mistura de esterco de cocheira, super-phosphato, duplo, chloreto de potassio e sulfato de amoniaco e a exactidão da relação dos elementos alimenticios empregados. Ao mesmo tempo elucidava a questão do rendimento nas condições actuaes do Brasil.

O Instituto Agronomico do Estado de S. Paulo avocara a si, temporariamente, em 1893, pequeno cafezal, de 16 annos, quasi abandonado cujo rendimento apenas pagava as despezas de colheita. Era o caso muito interessante visto como existiam, nos lugares mais antigos, milhares e milhares de cafeeiros em estado igual, senão ainda peor. Roçara-se cuidadosamente o cafezal, determinando-se primeiramente a sua colheita de 1893 a 1894. Fôra o resultado o seguinte:



5.512 arvores haviam fornecido 5.400 litros de café cereja ou 810,5 kilogr. de café em grão ou, por arvore, 0,98 litros de cereja equivalente a 0,15 de café em grão.

Immediatamente após a colheita adubaram-se, isto por motivos estranhos, só as arvores peores, com a metade da dose preconisada de esterco conservando-se a plantação no melhor estado de limpeza. Plantas completamente estragadas só receberam esterco de estrebaria para igualar as grandes differenças.

O exito excedeu, logo, a toda e qualquer espectativa. A plantação avigorou-se, visivelmente, em trez mezes a formação de flores foi, principalmente nos exemplares adubados, abundante, e a de frutos normal.

5.512 arvores forneceram 28.100 litros de cereja ou 4.496 k. de grãos ou, por arvore, 5,1 litros de cereja equivalentes a 0,81 k. em grão.

Nos annos seguintes proseguiu regularmente a estrumação. Empregou-se esterco de estrebaria e depois *poudrette*, superphosphato duplo, chloreto de potassio e sulfato de amonio.

Em 1895-1896 as 5.212 arvores deram 50.884 litros de cereja ou 7.597 k. de grãos ou fossem, por arvore, 9,2 litros de cereja equivalentes a 1,38 kilogr. de grãos.

O anno de 1895-1897, mostrou-se em geral, pouco favoravel por correr mal o tempo. As 5.512 arvores deram 36,490 litros de cereja equivalentes a 1 k. em grão.

Esta colheita avantajada não augmentou, todavia, o lucro pecuniario visto como a cultura do café entrara já em 1896, em seria crise. Com a agravação desta, o emprego lucrativo dos adubos artificiaes attingira e mesmo excedera o limite, ao passo que com a estrumação exclusiva pelo esterco de estrebaria os custos totaes de producção ainda deixavam margem a pequeno lucro. Assim se verificara na fazenda de Santa Albertina, em Santa Rita do Passa Quatro, de modo frisante.

Deduzia Dafert: A estrumação, com esterco de estrebaria, não augmentando sensivelmente as despezas de conservação, era lucrativa apezar dos preços baixos do café e de colheitas insufficientes, a questão do rendimento tornava-se outra, tratando-se de adubos artificiaes. O emprego destes, no Brasil, seria mais vantajoso nos annos favoraveis e em boas condições de mercado e teria de se regular segundo os lucros provaveis.

O accrescimo do rendimento, obtido pelo adubo artificial, principalmente em terras mais pobres, podia ser muito avultado mas, tambem, naturalmente, os juros do capital gasto com

os adubos elevar-se-iam muito. Por outro lado, se via que o augmento das colheitas era relativamente menor em terra rica do que em solo pobre. Dahi resultava que, em geral e, dentro de certos limites, o emprego dos adubos artificiaes dava tanto maior lucro sob as condições aliás identicas, quanto mais pobre a terra do cafesal.

Existiam indicações numerosas referentes ao augmento das colheitas.

O Dr. Jayme Warne fazendeiro esclarecido de Itapira, realizava, desde 1886, exploração mais ou menos intensiva. Com 15.000 arvores, em geral muito velhas, tratadas com esterco de cocheira, chegara a colher 2,5 kgm. por arvore ou fossem 60 arrobas por mil pés. A adição de elementos chimicos fizera com que subisse a media mas pouco. Algumas arvores haviam, porém, dado cargas formidaveis, de 12 e até mesmo 15 kilogr.

Resultados igualmente favoraveis forneciam muitas outras fazendas, não só de S. Paulo como de Java, Sumatra, Guatemala, etc. de que obtivera dados o illustre agronomo a quem acompanhamos.

Quanto á maior regularidade das colheitas nas plantações estrumadas os numeros deixavam claramente reconhecer a influencia da adubação. Citava Dafert a experiencia realizada no Instituto Agronomico em Campinas com dois pequenos talhões, plantados em 1891, em relação ao rendimento medio em café beneficiado de cada arvore.

Annos	1892	1893	1894	1895	1896	1897
	gr.	gr.	gr.	gr.	gr.	gr.
Não adubadas .	2, 5	3, 5	200	90	605	560
Adubadas . . .	40	120	780	485	700	800

Estudando a estrumação do cafeeiro, sob o ponto de vista economico, notava Dafert, ainda que a economia rural européa e a cultura do café, assemelhavam-se muito longinquamente quanto á parte economica.

Escrevendo em 1898 dizia ainda Dafert que o mundo via decorrer um periodo de seria depreciação do café, que, se se prolongasse por muito tempo, teria em muitos logares, como consequencia, o abandono de grande numero de lavouras pertencentes a fazendeiros de pequenos recursos.

Nas regiões onde as despesas de producção fossem relativamente altas, como em Java, a diminuição de colheitas tomaria mais extensão do que nos paizes com condições de trabalho mais favoraveis. Assim a época não era propicia a experiencias e ensaios novos.

Manifestava o illustre agronomo a convicção de que os preços do café não ficariam por muito tempo abaixo ou perto do minimo do custo de producção. Com uma reviravolta infallivel, voltaria a inclinação para os melhoramentos systematicos da cultura.

Que porém, se lograria alcançar mediante tal actividade reformadora? Ao lado do melhoramento do producto: — a diminuição do custo de sua preparação.

Os terrenos favoravelmente situados tambem produziam mais barato na exploração intensiva do café.

Com o seu exgotamento lavouras se abririam em logares situados menos favoravelmente, e por isto, com menores probabilidades de lucro, até que estas desapparecessem totalmente como consequencia das altas despezas de frete para os portos.

Chegaria então o momento em que o capital poderia reagir de modo frutuoso e abrir novamente, pela possibilidade de trabalho mais intensivo, zonas abandonadas a cultura remuneradora.

A questão do estercamento assumia, naturalmente, singular preeminencia entre todas quantas se referiam á natural aspiração dos lavradores em produzirem abundantemente.

Que lavouras deveriam pois ser adubadas?

Estabelecia-se uma preliminar inevitavel: aquellas onde a adubação offerecesse lucro de accordo com as taxas de juros correntes no paiz.

No Brasil, abstrahindo dos casos em que entravam em jogo intrigas politicas, regimen desarrazoado de direitos e quejandos acidentes, vulgares nos paizes novos, ultramarinos, notavam-se trez zonas de cultura de café, rigorosamente distinctas.

1.º) — As mais antigas, a pequena distancia da costa, com meios de communicação relativamente perfeitos e lavouras exgotadas. Tal o caso do Estado do Rio de Janeiro e o denominado *Norte* de S. Paulo.

2.º) — As mais novas, de terras ainda boas com meios de communcação regulares, mas a distancia da costa bastante grande, como o sul de Minas e o nordeste paulista (Ribeirão Preto, Jahú, etc.)

3.°) — As que lutavam com difficuldades de communicação como a bacia do Paranapanema etc.

Cada uma destas trez zonas apresentava duas sub-zonas, separadas segundo a extensão, conforme a possibilidade ou impossibilidade de nellas se conjugarem, a cultura do café e a criação do gado.

Onde as condições permittissem produzir esterco de estrebaria, o que, era possivel em muitos logares, devia-se fazel-o ainda que a criação não desse maior lucro.

Permittia isto aproveitar-se a fertilidade das terras menos valiosas para a cultura do café, adubando-se os cafezaes por meio de esterco produzido pelo gado graças ás forragens locaes.

Na terceira zona era esta especie de economia tropical a unica, permittindo a cultura racional do café.

Para as outras duas zonas uma administração semelhante seria bem recommendavel; devia porém, andar combinada com o emprego do adubo artificial.

A importação dos adubos artificiaes, de combinação com a replanta dos cafeeiros velhos, fazia-se pagar brilhantemente.

Assim como o clima, a distancia da costa e a facilidade do transporte, mostravam-se de capital importancia para a cultura do café. Era claro que o melhor negocio a fazerem no Ultramar, a intelligencia e o capital conjugados, provinha da regeneração e da nova installação pela economia intensiva, sob condições normaes de mercado, das antigas zonas de café completamente depreciadas.

A resolução do lavrador em comprar ou não adubos artificiaes dependia apenas do calculo dos lucros. Se, por exemplo, em S. Paulo, o emprego dos adubos artificiaes desse apenas lucro anual de dez por cento não valeria a pena fazer a compra, de adubos por ser a taxa do juro alli corrente pelo menos de 15 %.

Era verdade que se o café pagava o transporte á costa tambem pagava o frete de torna viagem dos adubos, tanto mais quanto as estradas de ferro comprehendendo logo á utilidade da importação de adubos, organisariam fretes sobre bases mais modicas.

Quanto á relação entre o preço do café e a variedade do adubo, onde a producção do esterco de estrebaria ficasse muito cara, fosse dada preferencia ao adubo artificial ou á estrumação verde. Os adubos de effeitos lentos não eram apreciados pelos fazendeiros tropicaes. Isto se originava, muito provavel-

mente, do systema de transacções dos paizes novos, cuja aspiração residia no enriquecimento rapido.

Nos logares que não permittissem a criação de gado, aproveitar-se-ia a estrumação verde combinada com a de adubos artificiaes e composto de cascas, levando-se, eventualmente, em conta as menores perspectivas de lucro.

Restava finalmente considerar: "Em que idade devia começar a estrumação dos cafesaes, provado em geral o rendimento pela adubação?"

Muitos fazendeiros opinavam que só deviam ser estercadas as terras onde o rendimento usual dos cafezaes diminuisse. O café muito novo não se adubava, apesar de ser tal parcimonia muitas vezes verdadeira avareza. Sempre que as arvores productoras remuneravam o emprego dos adubos artificiaes, valeria a pena, em todos os casos, promover por todos os meios, e desde a primeira idade, o desenvolvimento da planta. O que se ganhava em tempo compensava, abundantemente, todo o trabalho empregado e todas as despezas.

Em suma, synthetisava Dafert, o lavrador dos tropicos muito mais de que o agricultor europeu tinha contra si a deficiencia dos conhecimentos, anteriormente adquiridos no Velho Mundo por uma experiencia multisecular.

A agronomia brasileira como a universal aliás, precisava das luzes da sagacidade do naturalista, da previdencia do negociante e da circumspecção do economista.

A criação pelo governo do Imperio, da Estação Agronomica de Campinas, onde, sob a alta competencia de F. W. Dafert, fizeram-se importantes e concludentes estudos sobre a cultura do cafeeiro, os trabalhos e experiencias de Luiz Pereira Barreto, e, finalmente, a propaganda iniciada com vigor, na imprensa, revistas, associações agricolas, por espiritos esclarecidos, e, mais do que isto, convencidos da necessidade da transformação dos processos nacionaes de cultura, vieram modificar as velhas opiniões, dando nova orientação á lavoura cafeeira, escrevia Ferreira Rangel em 1906.

Em 1893 publicava Dafert, sob o titulo *Questões Agricolas* interessante estudo sobre a reforma da lavoura paulista, expendendo, com largo descortino, as suas idéias sobre a cultura do cafeeiro.

Este trabalho, seguido de outros do mesmo auctor, dera forte impulso á propaganda, que as experiencias e demonstrações praticas do Instituto de São Paulo haviam reforçado. Em sua propriedade de Pirituba fazia pelo mesmo tempo, o Dr. Luiz Pereira Barreto experiencias de cultura aplicando o

estercamento chimico em terras cançadas e consideradas impróprias para a rubiacea.

Em 1895 M. F. Garcia Redondo publicava em jornaes do Rio de Janeiro e de S. Paulo, artigos de propaganda em que referia resultados de culturas em velhos cafesaes, tornados exuberantes com o auxilio dos adubos chimicos.

Fizera a propaganda caminho e grande numero de agricultores começara a adotar os novos processos.

Como era natural, desillusões haviam occorrido. Aos exageros da propaganda juntara-se muitas vezes, a inexperiencia na escolha e na aplicação dos fertilisantes. Se os adubos chimicos eram com effeito poderoso elemento para a fertilidade do solo, as experiencias tinham demonstrado que sua acção resultava deficiente, não se fazendo até sentir, nos terrenos privados de humus. Ora, nas terras cançadas ou esgotadas, a falta destes era manifesta e o seu supprimento não podia ser feito senão por meio de estercos organicos.

Dahi a pratica mais tarde corrente de se fazer o estercamento do cafeeiro com estrume de cocheira, casca de café e outros residuos organicos, aos quaes, quando insufficientes, se adicionavam, para satisfazer as exigencias da planta, os adubos chimicos.

Das experiencias de Campinas resultara grande numero de formulas de adubos para o cafeeiro, formulas que iam sendo aplicadas e dentre as quaes algumas recommendadas, como mais apropriadas, ao uso geral e constituidas pela mistura de adubos facilmente soluveis.

Nos primeiros 4 annos da planta:

Além de 1,4 kilogrammas de esterco, composto etc.
6,0 kilogrammas de super-phosphato duplo (40 %).
46,0 kilogrammas de chloreto de potassio.
48,0 kilogrammas de sulfato de amoniaco.

Desta mistura seriam aplicados, por anno e por arvore 170,200 grammas em porções tão pequenas quanto possivel, de setembro a maio.

Para arvores de 5,8 annos: Além de 1,4 kilogrammas de esterco ou composto etc.
12,8 kilogrammas de super-phosphato duplo (40 %).
40,3 kilogrammas de chloreto de potassio.
46,9 kilogrammas de sulfato de amoniaco.

De tal mistura convinha aplicar por arvore-anno, 600 grammas em 4,6 porções de setembro a maio.

Para arvores de 2 a 20 annos: Além de 1,4 kilogrammas de esterco, composto etc.

14,3 kilogrammas de super-phosphato duplo (40 %).

33,3 kilogrammas de chloreto de potassio.

52,4 kilogrammas de sulfato de amoniaco.

Desta mistura por arvore-anno, fossem em 500 grammas utilisadas em duas porções, em setembro e maio.

Esta formula era aplicada, de preferencia, em S. Paulo, e isto para todas as idades, segundo informava Dafert.

Para arvores mais velhas:

1,4 kilogrammas de esterco composto etc e mais:

21,5 kilogrammas de super-phosphato duplo (40 %).

55,4 kilogrammas de chloreto de potassio.

23,1 kilogrammas de sulfato de amoniaco.

De taes ingredientes fossem aplicadas por arvore-anno, 200 grammas em setembro ou em duas porções em setembro e maio.

A distrbiuição dos estercos fazia-se de diversos modos.

Nos terrenos accessiveis aos arados, os estercos organicos, depois de espalhados nas ruas, entre os cafeeiros, deviam ser enterrados em covas, ou pequenas valas, diversamente collocadas em relação á planta. Alguns lavradores abriam as covas com 0,40 a 0,50 de dimensão na bocca, mais ou menos quadrangular, com a mesma profundidade, nas carreiras de cafeeiros e acima do tronco de cada planta cerca de 0,25 a 0,30: outros dispunham as covas nas ruas, cada qual entre quatro cafeeiros dos quaes distaria equidistante.

No primeiro processo eram geralmente sacrificadas muitas raizes dos cafeeiros; no segundo ficavam as covas muito distantes destes. Terceiro processo se empregava e segundo parecia sem os inconvenientes dos anteriores. Cavava-se em torno da arvore pelo lado de cima e a 0,25 ou 0,30 do tronco um sulco semi-circular e de pequena profundidade, com a largura sufficiente para conter o esterco a enterrar; deste modo eram mais poupadas as raizes e a planta ficava com maior superficie onde buscar o alimento. O enterramento dos estrumes organicos devia preceder, de algum tempo, a distribuição dos adubos chimicos.

Alguns agricultores usavam de longa data, espalhar nos cafesaes a casca do café, que as capinas iam enterrando em seguida; o systema era, porém, imperfeito. As aguas geralmente arrastavam grande parte deste fertilisante, que a simples carpa não podia enterrar e só util quando fermentado previamente.

A distribuição dos adubos chimicos se fazia geralmente em pequenas covas, em torno da arvore, sempre pelo lado de cima, variando-se de logar conforme o numero da aplicação a realizar-se.

Os adubos mineraes, além de caros no Brasil, pela depreciação da moeda, tinham duplo inconveniente para a sua generalisação: serem muito sobrecarregados pelos fretes para o interior e sujeitos a falsificações e a fraudes. Isto só se poderia evitar por meio da analyse de cada partida, em laboratorios geralmente instituidos para este e outros fins semelhantes, quer pelos poderes publicos, quer pelos interessados em suas associações como se dava nos paizes extrangeiros.

Para os que pudessem dispor de estrumes organicos em abundancia seria preferivel, pois, augmentarem as doses destes para dispensar os mineraes, ainda que deste modo ministrassem a seus cafesaes algumas substancias em excesso.

Depois de se referir aos notaveis estudos de Dafert, em suas famosas analyses chimicas do cafeeiro e do café brasileiro, completadoras das de Peckolt e outros chimicos analyses em que estabelecera a composição da raiz, tronco, galhos, folhas da arvore, polpa, pergaminho e grãos resumiu Ferreira Rangel, o que até a data em que escrevia (1906) se apurara em relação á zona e clima de cultura cafeeira no Brasil.

O cafeeiro arabico tinha a sua zona de cultura entre os parallelos 28°, de latitude norte e 30° de latitude sul, limites extremos das plantações existentes, embora além destes parallelos existissem arbustos da especie vegetando em pleno ar, porém, em condições pouco favoraveis á exploração economica cultural. Dentro desta zona, variavam ainda, conforme as regiões, as altitudes em que vegeta convenientemente a planta, que, para prosperar, carecia de temperaturas medias, oscillando entre 15° e 27° C.

Não obstante, o cafeeiro, conforme se observava no Brasil, supporta as baixas temperaturas até zero, estando o ar tranquillo. E mesmo até abaixamento maior, durante poucas horas, o que prejudica, é verdade, os brotos novos, sem destruir comtudo a planta adulta. Por outro lado, grandes calores, seccos e passageiros, segundo Dafert, não prejudicam o desenvolvimento das plantações em logar favoravel á cultura; mas, já a 35° C. se dá o afrouxamento da arvore.

Em cada paiz, o café parece ter, quanto á altitude mais conveniente, para a cultura, exigencias especiaes, resultantes, naturalmente, do clima. O Brasil, não faz excepção, pois, comquanto em S. Paulo, segundo Dafert, os limites mais conveni-



entes de altitude se comprehendam entre 500 e 800 metros, no Rio de Janeiro, Minas Geraes e Espirito Santo, taes limites, são geralmente mais baixos.

Averiguara-se que o café arabico tem assignalada predileção pelos terrenos accidentados, pelo facto de que taes terrenos são isentos da excessiva humidade a que estão sujeitas as planicies, onde, aliás prospera regularmente o da Liberia.

A distribuição e a quantidade das chuvas, exercem notavel influencia sobre a cultura e na producção do café, afirmação obvia aliás.

Variaveis, quanto á intensidade e periodicidade, as chuvas no Brasil, na zona cafeeira mais importante (São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Espirito Santo) obedecem sensivelmente a uma marcha cyclica, em virtude da qual o anno cultural ou agricola, se divide em dois periodos distinctos; o das chuvas, vulgarmente chamado das aguas, e o da secca, comprehendendo, mais ou menos, os mezes de setembro a março, e o lapso entre abril e agosto.

A floração do café, manifesta-se geralmente de setembro a dezembro, em via de regra por trez camadas, mais cedo nas regiões mais quentes, mais tarde no oeste e sudoeste de São Paulo.

O periodo das chuvas, começando em setembro, auxilia não só a floração, como o desenvolvimento e a maturação dos frutos, operada de março em diante.

Cada floração, dura de 3 a 4 dias, e se, contemporaneamente occorrem chuvas fortes ou demoradas, sobretudo quando seguidas de uma baixa de temperatura, muito prejudicada ficará.

Do mesmo modo, a falta de chuvas nos periodos antecedentes á floração ou a ella posteriores, e durante a maturação dos frutos, sempre occasiona grande mal ás lavouras, pois, as flores geralmente não vingam e os frutos desenvolvem-se mal, sobretudo nas extremidades dos ramos, onde os grãos seccam antes do tempo ou não chegam mesmo a formar-se.

As chuvas, muito antes da floração, extemporaneas, fazem muitas vezes antecipar este phenomeno, geralmente prejudicado pelos frios subsequentes.

CAPITULO XCVIII

As condições do trato das lavouras nas diversas zonas do Brasil — Culturas atrazadas e irracionaes — As normas de cultura no Rio de Janeiro — Difficuldades de braço — Exiguidade de salarios — O systema de meiação — Differença entre a cultura fluminense e mineira e a paulista — Conceitos de Moura Brasil

Da diversidade de situações, resultava a dos processos e cuidados com a cultura do cafeeiro nas varias regiões do paiz, observava Ferreira Rangel em 1906.

Nos Estados do Norte, o cultivo era geralmente mau. As lavouras da canna e do algodão, no Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba do Norte, Pernambuco, da canna do algodão e do fumo na Bahia, as seccas no Ceará e na grande região nordestina, finalmente o recrutamento annual praticado pela industria da extracção da borracha no vale do Amazonas, eram causas que concorriam para a escassez de braços na lavoura cafeeira destes Estados. Estas circumstancias, explicavam, por isto, até certo ponto, a falta de cuidados dispensados a essa lavoura, que nos ultimos annos evidentemente ainda mais decahira por effeito, naturalmente, dos baixos preços a que chegara o café.

Na cultura cafeeira do Norte, o systema empregado era o do jornal.

Os preços deste variavam de $600 a 1$400 e o trabalhador, em geral, mostrava-se pouco apto a este serviço.

Os cafesaes conservavam-se muito sujos, muitas vezes no meio de verdadeiras capoeiras. Na Parahyba do Norte, por exemplo, havia cafesaes envolvidos em bastas mattas, de cajueiros.

O emprego de arvores de sombra, nessas regiões, era certamente de grande utilidade para as plantas, sobretudo as de variedades mais delicadas, mas o abuso deste expediente, não podia ser senão prejudicial, principalmente para a frutificação,



se, porventura, a conservação de tão grande quantidade de arvores extranhas á cultura tinha tal objectivo.

Em summa, a lavoura cafeeira, no norte do Brasil, estava ainda bastante atrasada.

Muito variados os systemas adoptados na região central do paiz.

No Rio de Janeiro, o proprietario ou cultivava directamente a lavoura, empregando turmas de trabalhadores, ou entregava esta, por empreitada, a individuos que a tratavam, ou ainda a dava a ser tratada pelo colono, de meiação ou a terça, ou mediante o pagamento de todo o café colhido, ou então ainda empregava simultaneamente dois ou mais destes systemas, conforme as conveniencias e condições pecuniarias.

O tratamento directo, com o emprego de turmas de trabalhadores, a semelhança de que se fazia com os escravos, era ainda o melhor processo, para o bom tratamento e conservação das plantações .

Seria talvez, o mais caro na apparencia, mas o proprietario tinha mais probabilidades de obter melhor resultado do trabalho, se o superintendia ou o fazia superintender por pessoa habilitada e idonea.

Era o serviço feito por eitos, em que os trabalhadores enfileirados cada qual seguindo uma rua entre duas filas de cafeeiros iam de baixo para cima do morro, capinando com as enchadas e arrancando com a mão, junto ao tronco do arbusto, a vegetação que a ferramenta não podia cortar. Era a capina pouco profunda; revolvia-se quando muito a crosta da terra em pequena espessura e as ervas cortadas, eram espalhadas ora nas ruas, ora em torno do cafeeiro, segundo a praxe preferida por cada lavrador.

A distribuição dos residuos das carpas, não constituia questão de importancia somenos, na zona do Rio de Janeiro, porque, attento ao pequeno numero de taes operações, eram elles em geral, abundantes. Alguns accumulavam estes residuos em torno dos troncos do arbusto por entenderem deste modo ensombrar a terra por sobre as raizes da planta, conservando-lhes a frescura e permittindo-lhes além disto, pequeno supprimento de humus pela decomposição dos residuos.

O inconveniente que muitos apontavam, com razão, neste modo de proceder, estava em que elle facilitava a reunião de insectos e a conservação da humidade no tronco do cafeeiro circumstancia, em extremo nociva. Espalhar os detrictos do cafeeiro, sem entretanto, accumulal-os sobre o tronco, parecia o meio termo mais geralmente adoptado.

Na carpa precedente á colheita, e chamada — *arruação* — era systema geralmente seguido amontoarem-se os residuos ao longo das ruas, que desta sorte, elevando o seu nivel, deixavam as linhas do cafeeiro em plano inferior, como se fossem vallados. O resultado de tal operação era nefasta as aguas pluviaes. Para se escoarem, seguiam pelas linhas dos troncos, pondo a descoberto as raizes dos cafeeiros, antecipando-lhes o declinio e a morte. A experiencia conseguira por em desuso tal processo, substituindo-o pelo da *coroação,* que consistia em limpar-se bem o terreno em torno dos arbustos, espalhando-se longe os residuos.

Para a carpa, em um dia, de um alqueire geometrico, isto é, 48.400 m.2, eram precisos em media 25 trabalhadores. Dependia naturalmente tal numero, do desenvolvimento da vegetação, grau de secura ou humidade do terreno, da estação etc. O trabalho começava ao nascer, terminando ao entrar do sol, com repouso para o almoço e jantar e ao meio dia, geralmente para o café.

Para a economia do serviço, muito concorria a boa distribuição dos eitos. Havia habeis *apontadores* ou encarregados da direcão das turmas, substitutos dos feitores do regimen servil. A pratica e a intelligencia, faziam com que modificassem a direção do trabalho, de accordo com o relevo do terreno.

Na zona fluminense, o numero de carpas, não excedia, geralmente a trez, a primeira de julho a setembro, a segunda de outubro a dezembro, e a terceira de fevereiro a abril, a chamada *arruação* para a colheita. Era este numero bem insufficiente, sendo que cada operação se praticava quando as hervas damninhas avigoradas, pelo clima no periodo das aguas, já se achavam bastante desenvolvidas prejudicando portanto o cafeeiro.

Os agricultores comprehendiam o mal, originado, em principio, pela escassez de braços.

Dahi decorria o definhamento das lavouras. Muitos cafeeiros iam morrendo naturalmente, e as falhas augmentando. Reduzia-se portanto de anno para anno, o numero de arbustos em dada superficie de terreno. O tratamento deste se tornava, pois diariamente mais oneroso. Para minorar este mal, os agricultores plantavam então no cafesal, cereaes, mandioca, etc., cujo producto lhes dava um suplemento de renda. Se a estação corria favoravel para o milho, mais uma carpa se dava elevando-se assim a quatro as do cafesal. Proporcionalmente, porém, ás colheitas fornecidas pelo milharal, diminuia certamente a producção cafeeira.

O preço do jornal variava de $800 a 1$200, dando o proprietario o alimento, e de 1$600 a 2$000 a secco. Estes preços eram evidentemente exiguos, attendendo-se á carestia da vida, os elevados impostos de importação gravavam demasiado os preços dos generos de primeira necessidade, que, nas regiões accidentadas, dos cafesaes, não podiam ser cultivados economicamente, salvo quanto a pequenas excepções, pelos processos modernos, agricolas. Para se libertar dos impostos sobre estes generos, o agricultor os cultivava, em suas terras exhaustas, a enxada. Eram todos mais ou menos polycultores. O que porém, se ignorava, ou não se calculava, vinha a ser o preço da producção e quanto roubavam em braços e capital á cultura mais racional e remuneradora do cafeeiro. Vivia a população rural submettida a duro circulo vicioso.

Os agricultores, não podiam elevar os salarios porque as culturas não compensavam tal sacrificio, os trabalhadores, já escassos mais escassos se tornavam ante a mingoada paga offerecida, preferindo a vadiagem e toda a sorte de vicios. Sem estimulo ao trabalho, eram a isto acoroçoados pela ausencia completa de previdencia indispensavel á organisação rural. E assim, neste dedalo de circulos viciosos, ia definhando e desapparecendo a lavoura cafeeira em uma zona, dotada pela natureza de todos os requisitos para ser importante centro de producção de café no Brasil.

Nella existiam, comtudo, algumas culturas novas, que começavam a produzir mas o accrescimo dahi provindo não compensaria o desapparecimento das velhas lavouras.

Nas lavouras novas, emquanto não começavam a produzir, plantava-se sempre milho e feijão, pratica tambem adoptada em S. Paulo.

O systema de cultura por empreitada, se fazia igualmente, quando o proprietario se encontrava a braços com grande falta de pessoal, recorrendo por isto a empreiteiros, chefes de turma. Os preços destes eram em extremo variaveis, ou por alqueire de terra ou por estimativa e sempre segundo as condições em que se achava o cafesal.

Geralmente, era o serviço mau, e os proprietarios a elle recorriam por falta absoluta de outro meio. Não havia, como em outros paizes, verdadeiros empreiteiros profissionaes, conhecedores dos diversos trabalhos da lavoura, taes como a carpa, a poda, o estercamento etc, prestando reaes serviços, pela competencia e idoneidade. Aqui eram geralmente especuladores, ignorantes, dos mais elementares preceitos da agricultura, sem outra preoccupação que não fosse ganhar muito sem se inte-

ressar de modo algum pela perfeição do serviço. *Enrolavam*, como vulgarmente se diz, a capina, pondo parte do que arrancavam por cima da outra, por capinar, que assim ficava escondida. Por maior que fosse a vigilancia dos proprietarios, o serviço em via de regra, corria mal feito, sobretudo quando, como era geral o caso, recorria o fazendeiro a empreiteiros e a vegetação se mostrava muito abundante.

O tratamento de meiação, consistia em entregar-se aos colonos o cafesal para elles o tratarem, dando um minimo de trez carpas, por anno e aproveitando-lhes os claros para a plantação de milho feijão etc.

Feita a colheita, pelo colono, o proprietario mandava-a buscar em seus vehiculos, repartindo-se o producto ao meio na propria casa do colono, se em virtude da combinação feita devia elle dispor livremente de sua parte, ou no terreiro, da fazenda, se fosse obrigado a vendel-a ao proprietario por preço já estipulado. Outras vezes, toda a colheita era considerada como pertencente ao colono, pagando o proprietario, por medida colhida, o preço previamente ajustado no contracto. Cafesaes havia onde o colono só acceitava servir dando ao proprietario a terça parte da colheita em vez da metade. Ainda em muitos casos o fazendeiro se incumbia de fazer a colheita por conta do colono, valendo-se de sua turma de camaradas, descontando ahi a despesa no valor da párte a este pertencente.

Esta variedade de contractos, caracterisava uma situação anormal, de experiencias em que nenhum systema parecia ter realisado uma solução definitiva. Ainda não havia muito, era communissimo que os proprietarios fizessem adiantamentos pecuniarios aos colonos para que elles pudessem custeiar regularmente as respectivas lavouras. Esta pratica, porém, estava quasi abolida; a facilidade com que os colonos depois de contrahirem compromissos ás vezes avultados, abandonavam as lavouras, para ter igual procedimento em outras fazendas, acabava por tornar os lavradores mais precavidos.

A maioria dos colonos meeiros, na zona do Rio de Janeiro se compunha de antigos escravos e seus descendentes, "individuos em grande maioria dominados pelo vicio do alcool, sem moral, sem estimulos, sem outra ambição que a de ganhar quanto bastasse para a aguardente. Passavam nas vendas os domingos e dias santificados, a embriagar-se, ficando no dia seguinte inutilisados para o trabalho. Regiões havia em que era quasi impossivel angariar trabalhadores agricolas, ás segundas feiras."

Deste facto, resultava que, dia a dia, estes trabalhadores aliás, dotados de grande resistencia physica, iam se inutilisando. As lavouras a elles confiadas, longe de prosperar, declinavam sempre, a despeito dos esforços do proprietario, para obrigar tão maus operarios ao cumprimento dos respectivos contractos. Em via de regra, na zona fluminense, a lavoura entregue a meeiros, estava fatalmente condemnada, porque elles não tinham em geral, idoneidade para assumir os compromissos resultantes dos contractos. Faltava, além, disto, legislação rural adequada, garantindo igualmente os interesses de ambas as partes, e regulando de modo simples e pratico, os mesmos contractos.

Por decreto de 9 de janeiro de 1903, o governo de São Paulo, lançara pesado onus sobre a abertura de novas lavouras de café, providencia julgada necessaria para evitar a aggravação da crise, em que se debatia, havia annos, a lavoura cafeeira.

Antes desta lei, o proprietario derribava a matta, plantava o cafesal, entregando-o a colonos, na maioria extrangeiros, para tratal-o até o quarto anno, com direito de uzufruirem o terreno, durante este periodo, plantando milho, feijão etc. assim como escolhendo para si todo o café produzido no 3.° e 4.° anno, sendo que neste ultimo anno a colheita regulava geralmente de 30 a 40 arrobas, 450 a 600 kilogrammas por milheiro de pés de café.

Formado o cafesal, trez eram os methodos geralmente empregados para o custeio das lavouras; o do salario, o da parceria e o do contracto, este dos trez o mais usual.

No dos salarios, fazia o proprietario por conta propria o serviço, empregando turmas de jornaleiros, no de parceria, o processo era mais ou menos o adoptado na zona fluminense. Pelo methodo do contracto, o proprietario entregava a lavoura formada ao colono que se obrigava a dar durante o anno, certo numero de capinas, geralmente cinco, em épocas determinadas e sob a immediata fiscalisação da administração da fazenda.

Cada capina, era paga á razão de 16$000 a 20$000 por mil pés de café, e os proprietarios forneciam aos colonos, além de casas, em regra, bem construidas, terras de matta para suas culturas, e até pastos para os animaes, em numero limitado.

Alguns agricultores, bem poucos, á falta de terra de matta, permittiam ao colono plantar no meio dos cafesaes, á medida do possivel, systema em extremo prejudicial e só justificado pelas difficuldades peculiares á exploração em que era empregado. Geralmente, quando não havia ou não con-

vinha entregar ao colono terras de matta, para a cultura, de cereaes, o proprietario fazia lavrar e estercar previamente terras de campo, entregando-as áquelle.

Assim, o agricultor paulista, para conseguir e manter a colonisação extrangeira, de que se servia, e lhe era indispensavel, na grande lavoura, via-se forçado a concessões por demais onerosas, que, naturalmente, gravavam o producto dos cafesaes.

Para os colonos, era a situação das mais vantajosas. Além do que lhes davam os contractos, tinham casa, terras desbravadas ou preparadas para explorarem por conta propria, as culturas que lhes convinham. Nos diversos serviços da fazenda encontravam geralmente trabalho nas épocas em que não tinham que se occupar com os que lhes eram proprios. Demais, as leis, que sempre os haviam favorecido, estavam modificadas no sentido de tornarem effectiva e sumaria a cobrança das dividas para com elles contrahidas pelos patrões.

Dahi os peculios rapidamente formados, e por consequencia o exodo periodico dessa população extrangeira, que, sem laços, que a prendesse ao solo, o abandonava para gozar no paiz natal, onde a subsistencia era barata, os lucros que no Brasil, se esvairiam se quizesse com elles obter o mesmo conforto que alli poderia ter. Este facto accarretava prejuizos bem grande, pois além dos capitaes que annualmente emigravam, impunha ao governo paulista os onus de pesado serviço para manter em equilibrio o fornecimento de braços á lavoura cafeeira.

Esta situação acabaria por se tornar insustentavel, se o governo do Estado de S. Paulo, não tivesse como fizera, adotado francamente a politica do povoamento do solo, fundando em diversos centros coloniaes agricolas para fixar os immigrantes, pela acquisição da propriedade da terra, e que seriam certamente os entrepostos onde a lavoura cafeeira iria buscar o supprimento de braços, sobretudo para a mais exigente das fainas: a colheita.

Na zona paulista, dava-se ao cafesal, geralmente cinco carpas por anno, o que tornava estas operações faceis visto como a sua frequencia não permittia ás ervas damninhas tornarem grande desenvolvimento. A adopção, na lavoura, dos processos da mecanica agricola encontrara, na zona paulista, notavel acolhimento, graças aos recursos de que dispunha e á acção pertinaz do respectivo governo, criando institutos de ensino pratico, campos de experiencias e demonstração, e larga propaganda por meio de interessantes publicações, como os

seus *Boletins de Agricultura,* conferencias auxiliadas por projecções cinematographicas, exposições regionaes etc.

Muitos fazendeiros alargavam em excesso as lavouras, de modo a não poder prestar todos os cuidados necessarios ao seu completo tratamento; não raras as fazendas, no Rio de Janeiro e São Paulo, sobretudo neste ultimo estado, com mais de um milhão de pés, observava Moura Brasil, em 1900.

Assim não podendo ser convenientemente tratados, os cafesaes começavam cedo a envelhecer, sua media de producção a baixar o que devido a outros elementos decorrentes do emprego dos ex-escravos facilitava ao agricultor abandonar cafesaes aos vinte cinco annos, ainda em estado de produzir grandes colheitas, quando melhor tratados.

Todas estas culturas extensas haviam sido fundadas sem a previsão economica do emprego de machinas de trabalho, com a mesma despesa.

Para este descuido imperdoavel, haviam contribuido dois factores importantes, a ignorancia do agricultor, relativamente aos apparelhos mecanicos, que, intelligentemente dirigidos, realizam prodigios de trabalho e economia, e o contacto com o braço escravo. Ao fazendeiro parecia este tão barato, que o dispensava de cogitar em outra força, não levando até em linha de conta o prejuizo do capital quando o escravo morria ou adoecia como havia bem pouco se dava.

Conheceu Moura Brasil, fazendas importantes, a que a Lei Aurea, surprehendera com avultado numero de escravos. Mais intelligentemente dirigidos, deviam produzir quatro ou cinco vezes, já porque grande parte da energia disponivel era aplicada a trabalhos a serem executados pela machina, já porque o resto da força sem direção habilitada, não conseguia alcançar tanto quanto devia.

Era o caso de grandes propriedades nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes, com trezentos, quinhentos e mesmo mil escravos, produzindo relativamente muito pouco, não obstante disporem de terras muito boas e muito favoraveis, graças ás condições climaticas.

As terras de matta virgem, diminuindo rapidamente pela voragem incondicional e permanente do *machado e do fogo,* empobrecidas pelas plantações e a ignorancia do agricultor, cedo eram abandonadas, por não remunerarem satisfatoriamente aos cultivadores, não obstante disporem de grande pessoal.

Era o que Couty tanto soubera observar em 1883, digamol-o de passagem.

Neste estado estavam muitas fazendas em 1888, por occasião da libertação dos escravos.

O braço tornara-se depois muito caro, e todos os serviços completamente desorganisados, fazendo-se a escassez de trabalhadores muito sensivel.

Nem se dissesse que a barateza do braço prehenchia todas as lacunas. Não fora a arregimentação e a força da disciplina a que eram duramente submettidos os trabalhadores ruraes, e o trabalho por elles produzido não remuneraria o elevado capital empregado nas fazendas.

CAPITULO XCIX

Estudos comparativos de Ferreira Rangel sobre o custeio das fazendas de café — Resultados financeiros das lavouras das zonas paulista, fluminense e mineira — Desapparelhamento mecanico de innumeras fazendas — A saccaria — A multiplicidade de taxação — As emprezas ferroviarias e o café — Os fretes maritimos

Pondo de parte o exame da industria cafeeira nos Estados do norte e do sul, onde a lavoura do café não tinha influencia sensivel no commercio do producto e cuja producção decrescente nos ultimos annos, attestava á impossibilidade de uma reacção efficaz, contra a crise, dos preços, desenhava Sylvio Rangel em 1906, a situação da lavoura e do commercio cafeeiro nas duas zonas que eram os grandes centros productores, reaes do grão da rubiacea; a de S. Paulo e a do Rio de Janeiro, nesta comprehendidos Minas Geraes e Espirito Santo.

Em São Paulo, o custeio e a producção de mil cafeeiros, deviam ser assim calculados:

Tratamento de 1.000 cafeeiros, constando de 5 carpas a 20$000 cada uma	100$000
Colheita de 60 arrobas ou 900 kilos de café, á base de 100 litros de frutos por arroba e ao preço de $600 por 50 litros	72$000
Transporte para o terreiro, seccagem e outros serviços do terreiro, administração, etc., a $500.	30$000
Beneficiamento do producto, saccos, etc a $800 ..	48$000
Imposto municipal a $35 em media por 15 kilos.	2$100
Transporte para a estação	3$000
Frete medio até Santos (5$000 por sacca)	75$000
Imposto de exportação (tomado por base 7$000 por arroba a 9 %	37$800
Carretos em Santos, capatasias, etc. a $200	12$600
3 % de commissão da venda (a 7$000 por 15 kilos)	12$600
Custo de 60 arrobas, postas em Santos	392$500



Tomando por base o preço de 7$000 por arroba, importavam as 60 deste calculo em 420$000 dando um lucro de $458 por arroba, para fazer face aos juros e amortização do capital empregado na propriedade. Lucro insignificante, minimo!

Na zona fluminense abrangendo Minas Geraes e Espirito Santo, eram as despesas:

Tratamento de 1.000 cafeeiros, constando de trez carpas, tendo-se porém, em vista que apesar dos salarios menores obrigavam as falhas de grande numero de lavouras a capinar-se maior superficie e menor frequencia de carpas, exigia para cada uma maior mão de obra a 15$000 ..	45$000
Colheita de 20 arrobas de café, tomando-se 100 litros de frutos por arroba, e $50 para o preço da colheita de 50 litros	20$000
Transporte para o terreiro, seccagem e outros serviços do terreiro, administração, etc. a $400..	8$000
Beneficiamento de producto, saccos, etc a $700 ..	14$000
Transporte para a estação	1$000
Frete medio para o Rio de Janeiro a 4$000 por sacca	20$000
Imposto de exportação (8½ %) á base de 7$000 por arroba	11$000
Carretos, no Rio de Janeiro, viagem, passagem etc. a $200	4$000
3 % de commissão de venda na base de 7$000 por 15 kilogrammas	4$200
Custo de 20 arrobas postas no Rio de Janeiro..	128$100

Tomando por base o preço de 7$000 por arroba, as 20 a que se referia este calculo, produziriam 140$000, dando um lucro de $595 por arroba.

Estes dois resultados exprimiam na apparencia uma contradição, pois delles resultava que o lucro, por arroba de café vendida na zona do Rio de Janeiro, era superior ao da zona de S. Paulo.

Da primeira verba, se verificava porém, que, emquanto em São Paulo, onde os salarios eram muito mais altos, não se poupavam despezas com a cultura, graças á qual se mantinha e desenvolvia a productividade dos cafesaes, na zona fluminense o maior lucro por arroba era obtido á custa do deficientissimo cultivo, do que resultava o decrescimo annual da media

da producção, o definhamento dos cafeeiros e o desapparecimento das lavouras.

Demais, na zona paulista, o menor lucro, por arroba, se multiplicava pela grande producção mesmo em pequenas propriedades, ao passo que, na do Rio de Janeiro, já muito poucas eram as fazendas em que a producção attingia a uma dezena de mil arrobas, sendo que a grande maioria dellas estava entre as que colhiam medias muito inferiores, talvez, a trez mil.

Analysa Ferreira Rangel, as diversas parcellas componentes do custo de producção do café, posto nos mercados de Santos e do Rio de Janeiro.

A verba despendida com o tratamento dos cafesaes, podia ser, muito reduzida, em São Paulo, graças á utilisação das machinas, e o barateamento do braço, consequencia fatal do povoamento do territorio, feito com intelligencia e indispensavel criterio. Convinha lembrar ainda, observamos, importantissimo factor: as facilidades da topographia.

Na zona fluminense, o tratamento racional e regular das lavouras, que poderiam igualar e quiçá exceder á sua antiga productividade, não exigiria despesa, sensivelmente maior de que a actual, quando aproveitadas para a colonisação, a grande baixada que, dos municipios de Magé, Iguassú, Vassouras, Itaguahy, se estendia por um e outro lado até o Oceano, os bellos planaltos de Minas e os fecundos terrenos do Espirito Santo, tivessem aquellas lavouras onde recrutar braços apropriados ao seu serviço.

Certamente, para conseguir-se tal *desideratum*, seria preciso que a offerta de braços não se tabellasse por preços elevados.

Era este um problema imposto á sabedoria dos poderes publicos, e que se reduzia á proteção do trabalho, por previdente e cautelosa politica contra as demasias tributarias oneradoras das utilidades necessarias á vida; pela criação de centros de onde se irradiassem os conhecimentos indispensaveis ao aproveitamento e multiplicação do esforço do homem, a bem do barateamento do custo e augmento da producção.

Do povoamento do solo sahiria o sangue novo para alimentar os orgãos entorpecidos da lavoura cafeeira, parcellando-a talvez, mas, sem duvida, revigorando-a pela cultura intensa.

Os cuidados culturaes melhorariam evidentemente a media das colheitas. Este facto, auxiliado pela maior offerta de

braços, concorreria para que se reduzissem as respectivas despesas.

As verbas destinadas a custear o transporte para o terreiro a seccagem, dependiam igualmente do preço do trabalho; mas nellas muito influiam as despesas de terreiro, em grande numero de paizes productores de café, muito reduzidas pelo emprego de estufas ou seccadores artificiaes.

No Brasil, taes installações não haviam sido adoptadas, e, nas condições vigentes da lavoura, não seria para aconselhar a experiencia, pelo menos para a grande maioria dos plantadores de café.

Entretanto, não parecia fora de proposito a iniciativa, dos governos dos Estados interessados, para estabelecerem concurso, entre os fabricantes de apparelhos de tal natureza, afim de conseguir algum que, com economia e perfeição, diminuisse os onus impostos ao portador pelo processo commum de seccagem do café nos terreiros.

Em São Paulo, segundo as mais fidedignas estatisticas, para 16.015 grandes fazendas de café, havia apenas cerca de 9.000 casas de machinas para beneficiamento do producto, das quaes 398, estabelecidas em povoados, fora, portanto, das fazendas.

Resultava dahi que cerca de 7.400 propriedades estavam desprovidas de engenhos. Tinham pois de pagar o beneficiamento do producto por preço mais elevado do que o custo real, além das despezas de transporte etc.

A mesma coisa se dava na zona fluminense onde porém, o custo do serviço se apresentava menos elevado do que em São Paulo, porque a maioria das machinas beneficiadoras, utilisava o vapor, como força motriz.

Por outro lado, o processo de formação de lotes para a venda, pelos comissarios, e o consequente *rateio,* assim como as *ligas,* preparadas, pelos ensaccadores, para satisfazerem as exigencias de intermediarios e especuladores, annullavam, por assim dizer, todo o esforço e sacrificio do productor para a boa preparação do producto.

Quando a lavoura progredisse, melhor orientada, acerca de seu verdadeiro interesse, e se congregasse em syndicatos e cooperativas, para se defender, ver se iam então engenhos devidamente aparelhados com machinismos perfeitos, montados em pontos convenientes e podendo, com muito menor despezas, preparar todos os typos de café, preferidos pelos consumidores. Limitar-se-iam os productores nas fazendas, quando muito á simples operação de descascar e ventilar o producto.



Assim se conseguiriam typos nacionaes, bem definidos, e de accordo com as preferencias dos consumidores de cada paiz. E os productores, guardariam para si os proventos extorquidos pela especulação e insaciaveis intermediarios.

O preço do sacco, para o acondicionamento do café, era tambem muito elevado no Brasil. Utilisado pela lavoura, para o acondicionamento da grande maioria de seus productos, parecia que se impunha áquelles a quem cumpria proteger não se lhes difficultarem os meios de poder obter a saccaria por preço bem mais baixo.

Vivia o café sujeito ao imposto de exportação, cuja taxa variava de Estado para Estado.

Em São Paulo, as municipalidades cobravam igualmente um imposto de 30 a 40 réis por 15 kilogrammas de café a exportar.

Os impostos estaduaes, calculados sobre a renda bruta. do producto, davam aos respectivos taxadores, beneficios que raros productores conseguiam obter. Nada mais iniquo e expoliador do trabalho e da propriedade do que tal tributo, condemnado pela sciencia economica a razão e a justiça, e cuja conservação não abonara por certo, o progresso e a civilisação do Brasil.

O Convenio de Taubaté, ainda deveria criar o imposto de 3 francos por sacca de café exportado, e o systema de pagamento estava combinado de modo a não deixar escapar ao tributo o café consumido no proprio paiz.

Os transportes das fazendas para as estações, de embarque, eram para a producção agricola mais onerosas do que geralmente se suppunha.

A viação rural, a cargo das municipalidades mostrava-se má, em via de regra, porque estas corporações nem sempre conseguindo furtar-se á influencia esterilisante, da politicagem de campanario, não dispunham geralmente dos recursos necessarios para manterem, conjuntamente com outros de sua attribuição, os serviços de construcção e conservação regular das estradas municipaes, serviços que, por sua natureza, reclamavam a acção solicita e ininterrupta das respectivas administrações.

Em São Paulo, onde as municipalidades dispunham de mais fartos recursos e a actividade agricola estimulava o espirito de iniciativa da lavoura, reflectindo-se nos poderes locaes, o serviço de viação rural era attendido com particular solicitude; no Rio de Janeiro, Minas e Espirito Santo, porém, deixava elle a desejar. Muito pouco cuidadas e, não raro, aban-

donadas, sem a necessaria conservação as estradas ruraes sobrecarregavam os transportes, já pela deterioração frequente dos vehiculos, e exigencia de maiores esforços de tracção, já pela grande perda de tempo e outros incidentes dos trajectos, e já, finalmente, pelos onus das repartições a que estavam sujeitos os que dellas mais frequentemente precisavam.

Com os encargos e recursos das municipalidades, não parecia provavel poderem ellas melhorar a viação respectiva sem a adopção do systema tributario, já consagrada quasi universalmente, á manutenção deste indispensavel serviço publico. Geralmente, entre as muitas reclamações da lavoura, a bem de melhorar a sua precaria situação, estava incluida a questão dos fretes ferro-viarios, evidentemente de magna importancia, dada a extraordinaria influencia exercida sobre o custo de producção dos generos agricolas, nos mercados de venda, sobretudo se se comparasse tal influencia com a exercida por este factor na agricultura de outros paizes.

Infelizmente, a solução deste problema não era tão facil como á primeira vista podia parecer, quanto as estradas de ferro do paiz.

A materia prima da industria ferroviaria era o combustivel, e, até então as linhas nacionaes haviam sido tributarias das industrias extrangeiras quer para se supprirem deste artigo, como da quasi totalidade de seu material.

Dahi a decisiva influencia que a desvalorisação da moeda nacional, exercia sobre o custo deste material e particularmente do carvão e lubrificantes etc. já em certa época adquiridos por preços superiores a 300 % ao que deveriam custar sem aquella desvalorisação.

Por outro lado, pesavam demasiadamente sobre as estradas de ferro os erros do antigo regimen das concessões de garantias de juros, a cuja influencia não se furtava a propria Central do Brasil.

Por este regimen se restringia o custo kilometrico das estradas de bitola estreita a 30:000$000 geralmente, limitando-se igualmente o seu capital maximo e consequentemente o seu maximo percurso.

Circumscriptos a tão estreitos limites, os concessionarios destas estradas, porfiavam em não os ultrapassar, recorrendo aos pregressos da mecanica, e ás soluções ousadas da engenharia, que lhes permittiam a approximação de taes limites, com prejuizo da economia futura do trafego.

Do exame das perspectivas estatisticas se evidenciava a importancia destes dois elementos nas despezas e no consumo

de combustivel, lubrificantes, etc. e, por consequencia, sua decisiva influencia no calculo do frete da tonelada-kilometro.

Estas observações, eram de molde a fazer sentir as difficuldades oppostas á satisfação, na medida do justo e necessario, das aspirações da lavoura, sem que uma sabia orientação, adoptada pertinazmente, promovesse a redução indispensavel dos onerosos factores de trafego.

Pretendiam alguns, que a industria de transportes sacrificasse a renda de seu capital em proveito de outras industrias, a saber queriam simplesmente substituir uma injustiça por outra. E principalmente tirar os estimulos, afugentar mesmo do paiz, que delles tanto carecia, por não os possuir, os capitaes necessarios á exploração de um genero de empresas a que estavam intimamente ligados, o desenvolvimento e o progresso economico do Brasil.

Não havia, porém, como negal-o, os fretes das estradas de ferro brasileiros, oneravam em demasia o preço do café, posto nos mercados de Santos e do Rio de Janeiro. Na Estrada de Ferro Central do Brasil, onde estes fretes eram relativamente mais modicos, em trajecto, de cerca de 100 kilometros, apenas, uma sacca de café, fazia maior despesa do que para ser transportada do Rio de Janeiro a Hamburgo!

Mais dignos de nota eram ainda porém, os fretes maritimos para os diversos portos brasileiros.

O privilegio de que gosavam os navios nacionaes, de cabotagem, collocara a escassa marinha mercante brasileira em condições de manter pesadas tarifas, sem o salutar correctivo da concorrencia. Tão pesadas estas tarifas para alguns pontos do norte do paiz, que o commercio do Rio e de Santos chegara a utilisar-se do expediente de mandar, por intermedio dos Estados Unidos, mercadorias para taes portos!

O Lloyd Brasileiro, gosando de importante subvenção e de outros favores, cobrava, pelo transporte de *uma sacca de café,* além de $200 de capatasias e despezas de descarga, (variando de $80 a 1$200, conforme o porto) cobrava de frete 5$860 para Corumbá, 5$360 para Manaos, 5$000 para Itacoatiara, Obidos e Santarem, 3$000 para Tutoya, 2$000 para Cabedelo, Natal, Ceará, Pará, etc. a partir do Rio de Janeiro.

Contrastando com estes preços, eram os dos navios extrangeiros, para Nova York, 5$780 *por tonelada;* Hamburgo 14$700; para o Havre 23$300, Londres 25$200, Trieste Rs. 33$000; Napole 31$120, e para o Rio da Prata, 20$000 calculados ao cambio de 15 d. por 1$000! Cinco reis e sete deci-

mos pagava um kilo de café do Rio a Nova York. Trinta e trez réis do Rio á Fortaleza! 87 réis do Rio a Manaos!

Quanto aos carretos em Santos e Rio de Janeiro, não era preciso grande perspicacia para se reconhecer quão pouco zelosos pelos interesses dos committentes haviam sido os commissarios, não procurando poupar-lhes os onus a que estavam aquelles sujeitos com as despezas de carretos e os prejuizos resultantes dos multiplos transportes e baldeação do café.

Armazens convenientemente installados, ao lado das respectivas estações, evitariam, por certo, taes onus, se os commissarios para isto quizessem conjugar esforços.

A velha escola do segredo do negocio, de discutivel vantagem, para o productor, e quiçá a vaidade de muitos, constituiam provavelmente poderoso impecilho para esta providencia, que parecia impor-se ao simples bom senso.

A taxa de 3 % para a commissão de venda era por certo, superior á commumente cobrada em operações similares, nos paizes extrangeiros. O seu valor relativo, no commercio de café, vinha a ser porém, bem insignificante em relação a outras verbas que podiam ser supprimidas ou reduzidas. E o productor não deveria regateal-a, se como devia acontecer, exprimisse a justa retribuição dos serviços a quem leal e dedicadamente lhe defendia os interesses.

Um confronto entre o desenvolvimento da producção do café no Brasil, e o consumo correspondente nos paizes importadores, demonstrava que este, evidentemente, não marchara na proporção da producção, assim, como os preços pagos pelo consumidor, não tinham, siquer de longe, acompanhado a baixa operada nos mercados productores.

Este extranho phenomeno, decorria dos vicios commerciaes implantados nestes mercados e, graças aos quaes, a especulação, apparelhada com poderosos recursos fornecidos pela imprevidencia, dos productores e seus agentes, os commissarios, estava impondo sem resistencia, o seu poderio descricionario.

Esta situação, intoleravel, pensava Ferreira Rangel, não poderia prolongar-se indefinidamente. Quando cansados das vãs tentativas, aconselhadas por projectos extravagantes e a sujestão de soluções empiricas e artificiaes, sem base nos principios universaes, reguladores dos phenomenos economicos, quando os interessados se convencessem de que, de sua acção conjunta e cooperação de todos os esforços residia a força capaz de romper a cadeia diabolica, em que os envolvia

a especulação, ahi estaria resolvida a crise que tantos males acarretara á lavoura do café.

Nos tempos em que não havia cabos terrestres e submarinos as transacções commerciaes não se precipitavam como depois acontecera.

As informações sobre safras, procura e offerta, e preços, tomavam tempo, para chegar ao mercado exportador e mais ainda para chegar ao productor brasileiro. O melhor para este era portanto remetter o producto ao porto de mar e confiar para a venda a preço remunerador, na sua boa sorte.

Este estado de dependencia confiante, principiara a modificar-se poucos annos depois da proclamação da Republica.

A violenta baixa dos preços do café, de 1883 a 1886, estimulara o consumo. Tinham os preços subido. A afluencia de colonos augmentara e uma orientação financeira dos dirigentes alargara o meio circulante em vasta escala; factores, todos estes para convocar os lavradores paulistas, paralisados desde annos na exploração dos vastos sertões — a nova actividade.

Nas terras fertilissimas das bacias do Rio Pardo e Mogy Guassú em direção de S. Simão e Ribeirão Preto principiara o desbravamento das mattas. Em volta de Araraquara e em direção de Jaboticabal se fizera o mesmo e afinal os mais audaciosos se dirigiram ás terras roxas da confluencia do Piracicaba e Tietê na região do Jahú.

Uma actividade febril de plantio desenvolvera-se desde 1890 e em 4 ou 5 annos colheram-se as primeiras safras. Para beneficial-as porém faltavam á maioria dos fazendeiros os machinismos, e nesse tempo as machinas de aluguel se multiplicaram em centros convenientes.

No seu seguimento, vinham o commerciante ou o representante do commissario. E muitas vezes os proprios donos das machinas compravam aos fazendeiros que não queriam ou não podiam esperar a chegada morosa do seu producto em Santos, o café beneficiado.

Era tal commercio porém bastante precario, pois quasi sempre faltava a esses compradores o conhecimento necessario da mercadoria; não sabiam classifical-a ou avalial-a. Além disto as fluctuações do Cambio eram frequentes e fortes naquelles tempos, de forma que taes negocios foram em alta escala cheios de perigos e frequentemente desastrosos.

Algumas casas extrangeiras inglezas e norte americanas, porém, desejando libertar-se da absorvente preponderancia do commissario de Santos, estabeleceram empregados proprios em

logares convenientes para o fim de entrar em relação commerciaes directas com o productor.

Estes empregados naturalmente peritos na apreciação do artigo tendo o apoio das suas casas viam garantida a sua actividade. Chegou esta a ser tão malvista em Santos que uma dessas casas a mais activa, precisou voltar atraz reduzir os negocios, em face da ameaça do boycott. Dera-se isto em época de crise sendo bem possivel que um ou outro fazendeiro devedor do commissario em Santos fugisse assim aos compromissos vendendo o café á porteira da fazenda, de forma que a ira do credores se tornava comprehensivel.

Durante os annos de crise aguda pela qual a lavoura cafeeira passara, de 1898 em diante apezar das multiplas receitas para sua debelação a principiar pelo corte de milhões de cafeeiros até a destruição de parte de safras, felizmente nunca aplicadas, o commercio de café no Interior offerecera poucas vantagens — O preço baixo, com ou sem poucas perspectivas de alta, não se mostrava remunerador. Quasi todos os fazendeiros eram devedores da praça de Santos que exigia a remessa das safras no mais breve tempo possivel, e, o intuito de todos era vender e exportar quanto antes o producto, em super-abundancia.

Viera a safra grande de 1905-6 e com ella a Valorização, igualmente um paliativo, prolongando a angustia da situação, e, beneficiando mais os concorrentes do que a propria lavoura paulista. Nos annos subsequentes se inventaram outros paliativos, retringira-se a exportação a certa quantidade, o que provocara durante varios annos verdadeiro *Steeple chase* na remessa das safras, terminando as vezes em dezembro a exportação, e, ficando o commercio parado durante o resto do anno.

CAPITULO C

A falta de previdencia dos cafeicultores fluminenses e mineiros em relação ao problema do braço — Conceitos de Sylvio Rangel — A corrente imigratoria e a expansão da lavoura cafeeira — A colonisação no Estado de S. Paulo — Dados estatisticos — Falta de trabalhadores ruraes em S. Paulo em 1890

Para desenvolver-se, produzir, e conservar-se regularmente, é o cafeeiro muito exigente, quanto aos cuidados culturaes, observava Ferreira Rangel em seu estudo publicado pelo Centro Industrial do Brasil. A falta de capina em tempo opportuno, prejudica-lhe notavelmente o vigor e productividade.

Suas raizes capilares, geralmente muito superficiaes, soffrem extraordinariamente com a concorrencia de qualquer outra vegetação. As geadas, assim como as fortes insolações, causam muito maior damno ao cafesal cujo terreno esteja sujo, isto é, coberto de vegetação, do que ao de chão limpo. As lavouras, quando não convenientemente tratadas, decahem rapidamente, morrendo muitos arbustos, e, não raro os proprietarios levavam á conta das seccas, dos maus annos, etc. prejuizos cuja origem vinha ser o mau trato dado aos cafesaes.

No regimen do trabalho servil, eram as lavouras geralmente bem tratadas, quer em São Paulo, quer no Rio de Janeiro. Os proprietarios agricolas, adquiriam por compra os escravos de que careciam para o respectivo custeio e os visinhos, geralmente apparentados, entre si, auxiliavam-se mutuamente nos casos de necessidade.

Com o decurso do tempo, e o progresso das idéias liberaes, que começando por libertarem o ventre da mulher escrava, em 1871, conseguiram a lei de 13 de maio de 1888, haviam-se tornado mais difficeis e onerosos as acquisições de escravos e, por consequencia, menos facil o fornecimento de braços para a cultura regular das lavouras. Já em 1884, van Del den Laerne verificara a deficiencia de trabalhadores, especial-



mente na lavoura fluminense, onde, segundo seus calculos, um escravo deveria tratar de 3.644 cafeeiros, emquanto que em São Paulo, só cuidava de 2.778.

Mais previdente do que o Rio de Janeiro, onde imperava o escravagismo impenitente. São Paulo, tratara de precaver-se contra a carencia de braços e as consequencias da proxima extincção do captiveiro, promovendo a immigração, graças á qual conseguira não só manter simplesmente as suas culturas, mas dar-lhes espantoso desenvolvimento.

A teimosia dos escravocratas do Rio de Janeiro, tivera, pelo contrario, como resultado encontrarem-se os proprietarios agricolas, a 13 de maio de 1888, diante dos ex-escravos, anciosos por gozarem uma liberdade, que não podiam comprehender. Abandonando as fazendas, em muitos casos, em massa, deixaram os antigos senhores na mais penosa situação, precisamente na época em que seus serviços se faziam mais necessarios, para levarem a termo a colheita apenas principiada. Dahi em diante, a escassez de trabalhadores, accentuara-se na zona do Rio de Janeiro, dia a dia, attrahidos os mais diligentes e aptos para os centros de população, para as fabricas, da Capital Federal. As lavouras, ante este abandono, agravado pela crise, haviam definhado e envelhecido em uma região em que, a amenidade do clima, a natureza das terras, a proximidade do mais importante dos mercados do littoral, pareciam indicar á evidencia a sua apropriação natural á cultura intensiva do cafeeiro.

Assim o nosso auctor punha de parte um factor, o factor principal formidavel como agente de usura decadencia e ruina dessas lavouras; a natureza dos solos que as supportavam, de encostas asperas, rapidamente erosaveis, e de producção ephemera.

Não teria a producção cafeeira tomado o enorme desenvolvimento que assumiu, de 1890 em diante, não fôra o avolumamento sobremodo consideravel da corrente immigratoria dirigida, sobretudo para o Estado de S. Paulo, onde como sabemos desde dez annos crescia continuamente a massa dos advenas attrahida pelos cafesaes.

No ultimo quinquiennio do Imperio fôra esta a entrada de immigrantes no Brasil:

1885.	35.440
1886.	33.486
1887.	55.965
1888.	133.253!
1889.	65.246

o que corresponde a um total de 323.390 pessoas, ou a uma media annual de 64.678.

No quinquiennio seguinte muito se avolumaria esta contribuição:

1890.	107.474
1891.	216.760!
1892.	86.203
1893.	134.805
1894.	60.984

Correspondiam estas cinco parcellas a 606.226, quasi o dobro do lustro anterior dando uma media de 121.249 immigrantes.

No quinquiennio seguinte baixou um pouco a cifra das entradas de immigrantes attrahidos pela fama dos rendimentos de café:

1895.	167.618!
1896.	158.332
1897.	146.362
1898.	78.109
1899.	54.629

Correspondem estas parcellas a 604.850 o que dá uma media annual de 120.970 pessoas. A baixa verificada em 1898 e tão accentuada ainda no anno seguinte se deveu certamente á espalha das más noticias oriundas da crise cafeeira.

E a prova de tal é a fraca contribuição do lustro seguinte:

1900.	40.300
1901.	85.306
1902.	52.204
1903.	34.062
1904.	46.164

ou seja um total de 258.036, inferior ao do quinquiennio de 1885-1889, representando uma media de 51.607 immigrantes.

Assim haviam sido as medias dos ultimos quatro quinquiennios:

1885-1889 . . .	64.278
1890-1894 . . .	121.249
1895-1899 . . .	120.970
1900-1904 . . .	51.607

Corresponde isto a uma media geral de 71.620 immigrantes para os dois decenios. Já 1905-1906 apresentavam cifras mais altas 70.295 e 73.672 verificando-se pois que as minimas das entradas coincidiam com a maxima intensidade da crise cafeeira.

Neste periodo haviam-se immenso avantajado os italianos sobre os immigrantes de demais nacionalidades como demonstra o confronto:

Annos	Total do Brasil	Italianos
1885	35.440	21.765
1886	33.486	20.430
1887	55.965	40.157
1888	133.253	104.353
1889	65.246	36.124
1890	107.474	31.275
1891	216.760	132.326
1892	86.203	55.049
1893	134.805	58.552
1894	60.984	34.872
1895	167.618	97.344
1896	158.132	96.505
1897	146.362	104.510
1898	78.109	49.086
1899	54.269	30.846
1900	40.300	19.671
1901	85.306	59.869
1902	52.209	32.111
1903	34.062	12.970
1904	46.164	12.857
1905	70.295	17.360
1906	73.672	20.777

A fixação de immigrantes no Estado de S. Paulo obra da extensão da lavoura cafeeira é que nos dá interessante relatividade como se deprehende das cifras seguintes:

Annos	Total do Brasil	S. Paulo	Porcentagens
1899	65.246	27.893	42,7
1890	107.474	38.291	35,8
1891	216.760	108.736	50,1
1892	86.203	42.061	48,8
1893	134.805	81.745	60,6
1894	60.984	48.947	80,3
1895	167.618	139.998	77,5
1896	158.132	99.010	62,6
1897	146.362	98.134	68,4
1898	78.109	46.939	60,1
1899	54.269	31.215	57,6
1900	40.300	22.802	56,5
1901	85.306	71.872	84,2
1902	52.209	40.386	77,3
1903	34.062	18.161	53,4
1904	46.164	27.751	60,1
1905	70.295	47.817	68,1
1906	73.622	48.429	68,7
Totaes	1.681.920	1.039.987	61,8

Destes 1.039.987 immigrantes fixados em S. Paulo representavam os italianos notavel porcentagem.

Facto caracteristico, que convem assignalar tambem, a circumstancia de haverem os immigrantes espontaneos sido muito numerosos no Estado de S. Paulo. Esta espontaneidade se devera sobretudo ao desenvolvimento da lavoura cafeeira.

E' interessante o confronto entre a immigração subsidiada e a espontanea no periodo que nos interessa:

Annos	Immigrantes subsidiados	Immigrantes espontaneos
1889	22.886	5.007
1890	31.816	6.475
1891	107.536	1.200
1892	40.973	1.088
1893	77.969	3.776

1894	34.092	14.855
1895	114.769	25.229
1896	74.918	24.092
1897	70.053	28.081
1898	27.214	19.725
1899	16.664	14.551
1900	11.109	11.693
1901	49.599	22.183
1902	19.311	21.075
1903	229	17.932
1904	7.005	20.746
1905	26.015	21.802
1906	23.885	24.544

Os totaes dos quinquiennios de 1887 a 1906 foram:

1887-1891.	207.935	91.183
1892-1896.	342.721	69.040
1897-1901.	174.445	106.099
1902-1903.	76.445	106.099

E os totaes quinquiennaes segundo o Boletim da Directoria de Terras, Colonisação, e Immigração, *apud* o excellente estudo do Dr. Henrique Doria de Vasconcellos:

	Immigrantes
1887-1891.	299.118
1892-1896.	411.761
1897-1901.	270.872
1902-1906.	182.544
Total geral . . .	1.164.295

Nos *Dados para a Historia da Immigração e Colonisação em S. Paulo*, da lavra do Dr. Marcelo de Toledo Piza e Almeida ha interessante quadro exemplificador das parcellas destes diversos elementos nacionaes da immigração attrahida a S. Paulo pela cultura cafeeira:

ANNOS	Italianos	Hespanhoes	Portuguezes	Brasileiros	Austriacos	Diversos
1899	19.025	2.845	3.310	199	1.090	1.422
1890	20.991	4.875	5.561	—	620	6.244
1891	84.486	9.284	5.552	48	1.876	7.490
1892	34.274	3.166	3.551	—	535	535
1893	48.739	19.122	11.412	—	1.996	476
1894	22.420	5.869	4.676	—	1.042	85
1895	84.722	13.989	14.185	—	1.120	753
1896	49.846	14.965	5.713	—	3.663	731
1897	52.880	9.943	3.751	—	3.097	382
1898	20.389	3.439	7.470	—	463	453
1899	11.496	2.342	2.140	—	498	145
1900	7.460	2.055	251	—	1.335	8
1901	55.764	6.927	4.927	1.434	540	2.373
1902	28.895	1.741	4.817	2.555	441	1.937
1903	9.444	1.930	3.307	1.068	123	1.689
1904	9.476	6.372	5.168	3.990	224	2.521
1905	13.596	22.128	5.878	1.978	203	4.034
1906	16.934	20.349	4.773	2.215	911	3.787

Assim neste lapso de dezoito annos, e segundo estes dados entraram no Estado de S. Paulo immigrantes distribuidos desta maneira:

Italianos	587.097
Hespanoes	149.158
Portuguezes	73.534
Brasileiros	13.530
Austriacos	15.662
Diversos	35.069
Total	874.052

Estes numeros só podem ser tomados approximativamente. Assim as proprias estatisticas officiaes referem que os dados relativos aos annos 1894 a 1900 inclusive os deste, referem-se exclusivamente aos immigrantes vindos para o Brasil com passagem paga pelo governo.

E basta a simples inspecção dos algarismos para verificar a defeituosidade das cifras. Assim o proprio documento offi-

cial confessa que nada sabe acerca do numero de immigrantes brasileiros de uma serie de annos como 1890, de 1892 a 1898, 1900 mencionando numeros inacceitaveis para diversos milesimos como 1891 (48) 1893 (43). Ora, ninguem ignora que a extensão das lavouras cafeeiras de S. Paulo promovera extraordinario afluxo de immigrantes.

Outro e visivel argumento contra a verosimelhança da estatistica official apparecer a coluna dos *diversos* a cifra de 85 para 1894 e a de 8! para 1900.

Houve sempre corrente accentuada de immigração allemã para as terras paulistas. Não é crivel portanto que englobada ella na columna dos *Diversos* não haja avolumado notavelmente os numeros alli consignados apontando-os como incomparavelmente mais fortes do que os tão exiguos nella inscritos.

Em suma no vintenio em que a lavoura cafeeira começou a ter a grande extensão que a levaria ás proporções enormes assumidas no principio do seculo XX, neste vintenio de 1882 a 1901 fixaram-se no territorio paulista, segundo os dados officiaes:

Italianos	638.024
Hespanhoes	101.310
Portuguezes	86.802
Brasileiros	1.999
Austriacos	19.375
Diversos	27.290
Total	874.800

Estas cifras referem-se á immigração subvencionada. Ha ainda a entrar com uma parcella avultada de 138.226 immigrantes espontaneos, cuja passagem se assignalou na decada de 1892 a 1901 e correspondentes a um total de 138.226 pessoas de fórma que o grande total de immigrantes no vintenio em questão attinge 1.013.026 pessoas, ou uma media annual de 50.651 individuos.

Fallando da falta de trabalhadores ruraes em São Paulo, entendia Dafert que não havia deficiencia de braços propriamente dita e sim de trabalhadores effectivos, methodos de lavoura ainda muito pouco aperfeiçoada; influencia do clima quente entre outras causas de fraco rendimento.

Muita gente, no Estado se dizia lavrador, mas que nunca trabalhara em coisa alguma para a lavoura.

Fora o material de mão de obra, em São Paulo, sempre insuficiente.

Em 1886, compunha-se de escravos, pouco dispostos ao trabalho, serio e já presentindo a abolição que lhes abria os braços e de escassos extrangeiros novos, ainda mal aclimados, e habituados ao regimen nacional.

De 1888 a 1889, mudara-se a situação. Parte dos libertos, e os italianos aliás, um dos povos mais trabalhadores e intelligentes do mundo, forneceram á lavoura a mão de obra indispensavel.

O systema de pagamento contentava-os. E assim parecia ter-se resolvido difinitivamente a questão.

Em 1890, porém, baixara o cambio, e os salarios agricolas, embora crescentes, não acompanharam a marcha da desvalorisação do meio circulante.

Os melhores trabalhadores, que, em contraste com os ruins, não queriam somente ganhar a vida, e sim tambem preparar o futuro, emigraram ou dedicaram-se a empregos mais bem remunerados nas estradas de ferro, companhias etc. quando não achavam fazendas, onde fosse regulado o salario segundo o valor do café.

Houvera pois falta de braços na lavoura, amplificada como fora em vista da forte corrente immigratoria dos annos anteriores.

Ao lado da diminuição no numero dos trabalhadores bons, augmentara o numero de vagabundos legitimos, tanto mais numerosos quanto mais elevados os salarios.

Individuos deste jaez, que precisavam para a sua manutenção mensal 40$000, trabalhando 13 ½ dias, quando o jornal era de 3$000 passaram a servir 6 ½ dias, quando este subiu a 6$000. Nunca trabalhariam mais que um dia se acaso subisse elle a 40$000 diarios.

A situação era, pois, a seguinte: os *bons trabalhadores* fugiam das fazendas por serem relativamente insuficientes os salarios, e os ruins por serem relativamente altos demais! Com salarios correspondentes á lei economica, reguladora dos jornaes, pela offerta e consumo no mercado, e o valor do producto em ouro, haveria um numero suficiente de bons trabalhadores, si os vagabundos fossem forçados a trabalhar como os outros, ou a não achar mais empregos. Como porém sahir desta difficuldade?

Pensara-se na introducção de chins mas este recurso falhara. Parecia necessario regular-se o salario dos trabalhadores agricolas, segundo o valor da moeda corrente.

O fazendeiro, que pagava ao cambio de 27 d. 1$500 de jornaes, e recebia pelo café de 4 a 4$500 haveria de pagar, com o cambio de 13 d. 3$000 e quando baixasse a 9 d. 4$500. Sendo pago o seu producto em ouro, ainda lucraria bastante.

Os lavradores, que desconhecendo o rigor das leis economicas não as observavam voluntariamente, prejudicavam a si mesmos, pois perdiam os trabalhadores e com elles a possibilidade de produzir alguma coisa.

Tornava-se necessario agir contra os vadios e desoccupados, que se procurasse por todo os meios, e principalmente por meio da instrução elevar o moral dos proletarios, inculcando-lhes idéias de progresso que, criando novas ambições e necessidades, os obrigassem a maior constancia no trabalho. E em ultimo recurso, aplicar-lhes rigorosamente a *lei contra a vagabundagem,* promulgada nos ultimos tempos do Imperio. Fossem criadas colonias de detenção e trabalho forçado. Ganharia com tal procedimento a segurança publica e ficaria o estado liberto de muitos parasitas que só serviam para arruinar os elementos bons, ainda existentes.

Emprego magnifico, para os preços seria a manutenção das estradas de rodagem, em regra geral quasi intransitaveis.

Apezar de tamanha deficiencia de organização, ainda assim a lavoura em São Paulo dava, por unidade de area cultivada, rendimento muito maior, duas vezes maior do que na Prussia.

Que seria São Paulo, quando chegasse o dia em que tivesse trabalhadores com força, munidos de todos os progressos da technica e da sciencia? Com a população existente, sem o elemento chinez, sem immigração alguma, o estado já podia cultivar uma area dez vezes maior e ter uma producção até 30 vezes mais importante, se todos quizessem cumprir o dever.



CAPITULO CI

Estudos e experiencias do Dr. Augusto C. da Silva Telles, professor na Escola Polytechnica de S. Paulo sobre o aproveitamento da fibra da urena lobata para saccaria de café — Notaveis resultados obtidos — Experiencias de resistencia — Ensaios de cultura — Excelentes productos

Nesta época (1902) fallava-se muito em S. Paulo dos estudos, experiencias de um dos mais provectos professores da Escola Polytechnica de S. Paulo, o Dr. Augusto Carlos da Silva Telles, lente das cadeiras de Chimica Analytica e Industrial, sobre a fibra da guaxuma (*urena lobata*) abundante malvacea silvestre a que baptisara *aramina*.

Depois de acurados estudos chegara o Dr. Silva Telles a obter os mais surprehendentes resultados, a fabricação de saccaria, tapetes, aniagem de diversos typos, cordoalha, de muitos typos, barbantes, cordeis, etc .

Causara verdadeira admiração a mostra destes productos em publica exposição, demonstrando a excellencia da fibra, resistente como rara. E fallava-se que, dentro em breve, seria a aramina plantada em certa escala capaz de fornecer materia prima suficiente ao trabalho de uma fabrica de saccos para café de assaz grandes dimensões.

Já era aliás notavel o prestigio do Dr. Silva Telles como inventor, em collaboração com o Dr. Goffredo de Escragnolle Taunay, de um seccador de café, o seccador *Taunay-Telles,* de que já fallamos. Muito inclinado ao estudo das questões economicas era o Dr. Silva Telles um dos que na imprensa da época mais apparecia em evidencia nos debates sobre o assumpto apaixonador dos espiritos.

A sua tentativa de utilisação da fibra da *urena,* sobretudo após as brilhantes demonstrações de 1902 puzeram-no em grande evidencia.

As experiencias realizadas na Polytechnica de S. Paulo pelo proprio director Dr. Paula Souza, haviam demonstrado a incontestavel superioridade da aramina comparada á juta.

As cargas de ruptura com dez fios parallelos, cordelos e trançados haviam sido sempre muito maiores para a malvacea brasileira.

A aniagem apresentara os seguintes resultados em dezenove fios de urdimento.

Juta	28,4 kilos
Aramina	36,0 kilos

Da exposição organisada pelo professor Silva Telles com os diversos productos de cordoaria e tecelagem manufacturados com fibra do novo textil, tão completamente desconhecida ainda havia pouco, quanto depois popular em todo o Estado de S. Paulo, muito em breve decorreria no pensar de varios ter a aramina de gozar de vulgaridade universal do canhamo ou do linho, dizia reputado jornalista da época.

Tal convicção viera impor-lhe a exposição do eminente professor da Polytechnica em uma das salas do seu instituto. Nunca, imaginara encontrar tal copia e variedade de productos e de producção tão superiormente fabricados causando-lhe além de tudo a mais viva admiração a prodigiosa elasticidade de aplicações da aramina.

Com effeito, apresentava-se sob a forma, ora de cordas de todos os feitios e espessura, desde o fino barbante até o cabo grosso, ora de estopa, ora de magnifica aniagem, ora ainda nas diversas fases de tratamento industrial a assemelhar-se extraordinariamente a fios de seda ou a finos cabellos.

A cultura da *aramina,* facilima, não demandando o minimo cuidado, sua adaptação aos terrenos mais safaros, o notavel vigor com que renasce, em curtissimo prazo, após o corte, o facto de offerecer fibras de trez e quatro decimetros de extensão e de ter casca que se separa das varas sem o minimo custo, todas estas diversas condições assegurar-lhe-iam breve o triumpho sobre os outros textis.

Grandes plantações já estavam sendo feitas, sobre tudo nos arredores de Campinas.

Dissera ao informante o Dr. Silva Telles que contava em 1902 obter dessas plantações regulares e da colheita do arbusto selvagem, extremamente espalhado em todo o Oeste paulista, cerca de 300 toneladas de fio, achando-se pois, em condições de fornecer ao mercado 600 a 700.000 saccos de aniagem.

Tudo fazia crer que dentro de dois annos, pudesse fabricar milhões, porque muitos agricultores estavam já empregando alqueires de terra ao plantio da malvacea.

A gloria do descobrimento e do aproveitamento da variedade do carrapicho como textil coubera exclusivamente ao Dr. Silva Telles, que com pertinacia e proficiencia notaveis após arduas e numerosissimas experiencias, acabava de obter tão concludentes resultados.

Alguns individuos incitados por sentimentos de rivalidade haviam tentado, embora em surdina diminuir a importancia dos trabalhos realisados, dizendo-a conhecida de sobra.

A esses, muito maliciosamente respondera o Dr. Silva Telles, declarando nunca ter tido a pretenção de inventar vegetaes.

O eminente professor, da Escola Polytechnica de S. Paulo, com o seu descobrimento fazia jús a verdadeira benemerencia.

E a aramina fôra no emtanto tratada de modo imperfeito em simples estudos de experiencia.

Encetara-se a cultura da malvacea sobretudo em Campinas; em terras do Barão Geraldo de Rezende, havendo-se interessado pela nova industria a poderosa Companhia Mecanica e Importadora de S. Paulo.

A simples observação da fibra declarava o Dr. Silva Telles, no *Annuario da Escola Polytechnica de S. Paulo para* 1901, levara á convicção de que se prestava a fiação muito mais apurada e portanto a tecidos incomparavelmente superiores aos dos primeiros ensaios. Importante seria poder o Brasil eliminar do volume de sua importação a quota referente á juta e ao canhamo.

Dizia um articulista do *Jornal do Commercio,* engenheiro civil Julio Vieira de Lima em 1902 a proposito da exposição da aramina: que ao seu ver á cultura e á industria da malvacea se reservava no Brasil tão notavel futuro quanto ao que occorrera na India com a juta.

Infelizmente tal não se deu apezar dos enormes esforços do Dr. Silva Telles que em sua dedicação pela sua industria chegou a soffrer grave accidente ao experimentar machinismos para o desfibramento da *urena.*

E' que a carestia da mão de obra fazia com que a producção da materia prima avultasse extraordinariamente não podendo competir com as remessas da fibra oriental produzida em regiões de mais densa população onde os salarios vem a ser os mais exiguos.

Em todo o caso em relação as demonstrações effectuadas acerca da serventia da malvacea e do seu proteiformismo não podiam ter sido mais brilhantes a apresentação dos productos

fabricados pelo illustre engenheiro industrial e professor na Escola Polytechnica de S. Paulo.

Na exposição da Sociedade Paulista de Agricultura em S. Paulo preparatoria a da Universal de S. Luiz do Missouri, em 1904, causou verdadeira impressão o que da fibra da *Urena lobata* conseguiu fazer o Dr. Augusto Carlos da Silva Telles.

A aramina, dizem as noticias do tempo, notadamente a do *Correio Paulistano,* ocupava na exposição lugar distincto sendo com esse producto enfeitado o interior do predio. De aramina eram os tapetes e as guias das salas escadas e salão de honra, destinado ao café.

A' aramina se destinara uma sala entre o salão do café e a sala maior da Secretaria da Agricultura. Occupava o centro do commodo uma pyramide com alicerces de saccos de aramina cheios de café, tendo em cima uma cupula mantida por seis columnas de fibra, tal como sahira das cardas.

A pyramide era construida por aramina em fio impressado, em carreteis, massarocas e tecidos de tapetes, reposteiros, pequenos tapetes de diversas qualidades e padrões, cordões de diversos diametros e cores, pendendo de cada face da pyramide reposteiros, vermelhos com faixas cor de ouro.

Nos quatro cantos da sala viam-se prateleiras de differentes feitios, cobertas de diversas aniagens, lona superior, fibras em bruto e preparadas, novellos e *espoulas* de fio, blocos de fio imprensado; cordões cordas, fibras em bruto e preparadas, tapetes diversos e peças, de differentes qualidades, de pannos para resposteiros.

A' entrada havia um docel de estopa de diversas cores, e, aos lados da porta, dois vasos com especimens da *Urena.*

Em duas grandes photographias estavam representadas a fabrica Silva Telles & C. e a colheita da aramina.

De cada uma das portas da sala pendiam reposteiros guarnecidos de franjas da mesma fibra.

Nas paredes tambem se encontravam grandes quantidades de casca de aramina, fibras diversas e tapetes.

Uma pilha de saccas de café servia de amostra da aniagem feita com a fibra da malvacea. Uma lista verde amarella a distinguia da saccaria commum de juta.

Mais tarde realisou o Dr. Telles diversas experiencias sobre a resistencia do fio da *Urena.*

Projectava de grande altura saccas de café de aniagem de aramina e de juta comportando-se as primeiras muito melhor do que as outras.

Infelizmente as difficuldades do desfibramento e a carestia da producção não deixariam que a industria da fibra brasileira tomasse vulto.



CAPITULO CII

As fraudes do café — Os sucedaneos — Conceitos de Sylvio Rangel — As falsificações americanas — Adulteração do café no proprio Brasil

Nenhum producto agricola era talvez mais victimado pelas mystificações e falsificações do que o café, afirmava Ferreira Rangel em sua monographia d'*O Café*.

A sua acceitação geral, o alto preço de acquisição pelo consumidor eram poderosos estimulos para toda a sorte de fraudes verificadas no seu commercio.

Nos ultimos annos, a crise da lavoura cafeeira, consequencia dos preços baixos vigentes nos mercados brasileiros dera lugar a grandes discussões, e a um sem numero de soluções e projectos minoradores da aflictiva situação, todos tendentes a elevar os preços do producto. Era certo que, apenas, para se mostrarem apercebidos da posição do genero, nos mercados de consumo, alguns escriptores e autores de projectos fulminantes, conjuradores da temerosa crise, alludiam aos preços pelos quaes os consumidores pagavam o café e ás mystificações e fraudes a que estava sujeito, sem comtudo, se occuparem, como se fazia preciso, com a solução do assumpto, naturalmente complexa e demorada; e elles, os autores dos referidos projectos, aspiravam debelar em poucos mezes, quiçá em dias apenas um grande mal, que, a seu pezar continuava entretanto, sempre a crescer, demonstrando a cada momento os beneficios que colhia dessa desordenada orientação, contraria a razão e ás leis economicas regedoras das relações de permuta.

O commercio de café no Brasil monopolisado por verdadeiro *trust* a este enriquecia desmedidamente, dia a dia, estabelecendo inexpugnavel barreira entre o productor e o consumidor, entre a offerta e a procura real do producto.

Desde muitos annos atraz, fossem altos ou baixos os preços do café nos mercados brasileiros, o consumidor extran-



geiro acostumara-se a pagal-o uniformemente, tão pequenas as differenças do varejo preço realmente elevado; entre 4 e 6 francos por kilo, para typos melhor preparados, tomando rotulos diversos, reservando o de *brasileiro* para toda a sorte de escolhas e impurezas refugos de machina.

Assim sendo, o bom café não estava ao alcance da generalidade das bolsas e como os que não o podiam pagar, queriam tambem bebel-o, os especuladores aproveitavam naturalmente a situação offerecendo, ou umas substancias que, mais baratas, se iam insinuando aos paladares, pervertendo-os e acabando por habitual-os a seu uso, ou compondo e misturando o proprio café com materias extranhas, algumas avariadas e até nocivas.

Destes dois processos resultavam os pretendidos succedaneos do café por um lado, e as falsificações, por outro. Uns e outros por assim dizer, ou inertes, quanto ás altas qualidades phisiologicas e virtudes do café, ou absolutamente nocivas, como por vezes se verificara.

Bastaria que a grande massa dos consumidores ingestores de taes succedaneos e das multiplas falsificações do café estivesse bem informada e verificasse a differença existente entre uma boa e saudavel bebida e essas repugnantes beberagens, e que, além disto auferindo as vantagens da grande baixa do producto, pudesse obtel-o, por preços mais accessiveis á generalidade das bolsas, para que a producção brasileira, embora duplicada, não se mostrasse demasiada para satisfazer ás exigencias do consumo.

O barateamento do producto e a pertinaz propaganda eram os grandes segredos impulsionadores do commercio moderno.

Donde provinham algumas grandes fortunas de fabricantes de panacéas?

Da propaganda sem desfallecimento, proteiforme, incansavel.

Havia nos Estados Unidos um fabricante de repugnante mistura de farinhas de cereaes, a que dava o nome de café de cereaes.

Vendia esta substancia em pacotes bem arranjados, de diversos tamanhos, por preços accessiveis a todas as bolsas.

De grandes cartazes universalmente espalhados, destacavam-se duas figuras: um rapaz de aspecto caquetico, que, se annunciava haver chegado precocemente áquelle estado por beber café legitimo e um velho rubicundo e alegre, longevo por só usar da tal droga.

Tal a filaucia do industrioso typo que em uma das ultimas exposições pretendera expor o seu producto! o jury porém a tanto se opuzera.

Isto, porém nenhum mal lhe causara, continuando a ter freguezia porque os interessados em ver propagado o café se contentavam com a victoria, nada fazendo para desmascarar o embuste.

Da concorrencia feita ao café pelas mistificações e falsificações dava idéia o facto de que se contavam por quinhentas, seiscentas e mais, na maioria dos paizes consumidores deste genero, as fabricas de café, de chicorea, figos, cereaes, etc. Mesmo no Brasil, eram verificadas as falsificações com o milho e o feijão torrados. Na maioria dos botequins, hoteis e cafés da capital do paiz e até nas estações das estradas de ferro, encravadas no meio dos cafesaes, era detestavel e, não raro repugnante a bebida que, sob a denominação de café, se offerecia ao publico consumidor.

Entre as substancias vendidas como succedaneos do café e objecto de numerosos privilegios nos dois ultimos seculos, destacava-se em primeiro lugar a chicorea, que, parecia ter apparecido no seculo XVIII a constituir uma das grandes industrias dos paizes da Europa Central. Até ella não estava insenta de falsificações, misturando-se entre outras coisas aos restos de pão e bolachas de hoteis, collegios etc. colhidos pelos trapeiros, residuos das distillarias, carvão animal, e coke servidos, pó de tijolo e telha e até, segundo afirmava um autor, figado de cavallo e talos de couve, torrados e moidos de mistura!

Além da chicorea, grande o numero de outras substancias que, isoladamente, ou misturadas entre si, ou com o proprio pó de café, se vendiam como succedaneos deste.

Entre as mais comuns figuravam o milho, o trigo, a cevada, o centeio, arroz, fava, feijão, grão de bico, tremoço, a ervilhaca, a batata, o inhame, o figo, a bolota do carvalho, as amendoas, as nozes etc.

Quanto ás falsificações, ellas se faziam ora do grão, ora do pó.

As do grão consistiam na pintura deste para se lhe modificar o aspecto, ou propriamente na sua fabricação artificial em machinas que trabalhavam a farinha de trigo e até a argila, comprimindo e moldando os grãos, depois pintados. A lavagem destes ou a simples pressão permittiam verificar-se a fraude.

Mais difficil era o reconhecimento das falsificações do pó, que só o exame microscopico ou chimico podia desvendar.

Entre os productos geralmente empregados neste caso, concorriam, em maior escala, a chicorea, o pó do café já servido, para o consummo de hoteis, cafés, etc. o milho e o feijão torrados e, em regra, as outras substancias já citadas como componentes dos succedaneos.

Estas substancias não eram, como podia parecer simplesmente inocuas, tirando apenas ao café as propriedades phisiologicas, que possuia ellas eram além disto nocivas porque, em geral, para maiores proventos dos falsificadores eram escolhidas entre as avariadas.



Indice




DOCUMENTO
SEADE
CERTIFICADO



PAGS.

CAPITULO LVI

CAPITULO LVII

CAPITULO LVIII

CAPITULO LIX

CAPITULO LX

PAGS.

CAPITULO LXI

CAPITULO LXII

CAPITULO LXIII

CAPITULO LXIV

CAPITULO LXV

CAPITULO LXVI

PAGS.

CAPITULO LXXIV

CAPITULO LXXV

CAPITULO LXXVI

CAPITULO LXXVII

CAPITULO LXXVIII

CAPITULO LXXIX

SEGUNDA PARTE

Estatistica da producção e exportação do café (1889-1906)

PAGS.

CAPITULO LXXX

CAPITULO LXXXI

TERCEIRA PARTE

Agronomia do café dos primeiros annos da Republica a 1906

CAPITULO LXXXII

CAPITULO LXXXIII

CAPITULO LXXXIV

PAGS.

CAPITULO LXXXV

CAPITULO LXXXVI

CAPITULO LXXXVII

CAPITULO LXXXVIII

CAPITULO LXXXIX

CAPITULO XC

CAPITULO XCI

Pags.

CAPITULO XCVII

CAPITULO XCVIII

CAPITULO XCIX

CAPITULO C

CAPITULO CI

CAPITULO CII

28/12/78: Doação antiga
Aval. Cr$ 30,00.

